

Prospecto Definitivo da Primeira Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples,
Não-Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única da



UNIDAS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 04.437.534/0001-30 NIRE 35.300.186.281
Rua da Consolação, 347, CEP 01301-000 – São Paulo, SP
CÓDIGO ISIN Nº BRUNIDDBS005

25.000 DEBÊNTURES

R\$250.000.000,00

Classificação de Risco da Emissão “A(bra)” pela Fitch

Primeira oferta pública de distribuição de 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures simples, não convertíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, todas nominativas e escriturais, de emissão da UNIDAS S.A. (“Emissão” e “Unidas”, “Companhia” ou “Emissora”, respectivamente), com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil Reais) (“Debêntures”), perfazendo o montante de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de Reais) na data de emissão, qual seja, 1º de junho de 2008 (“Oferta” e “Data de Emissão”, respectivamente).

A presente Oferta foi aprovada conforme deliberação da Assembleia Geral da Emissora realizada em 8 de julho de 2008, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) em 16 de julho de 2008, sob o nº 234.266/08-9, e publicada no jornal “Diário do Comércio, Indústria e Serviços – DCI” e no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 21 de julho de 2008.

As Debêntures serão objeto de distribuição pública mediante a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. (“Coordenador Líder”), do Banco UBS Pactual S.A. (“UBS Pactual”), do Banco ABC Brasil S.A. (“Banco ABC”), do Banif – Banco de Investimento (Brasil) S.A. (“Banif”) e da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“HSBC”) e, em conjunto com o Coordenador Líder, com o UBS Pactual, com o Banco ABC e com o Banif, “Coordenadores”), instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), e na Instrução CVM nº 429, de 22 de março de 2006, conforme alterada (“Instrução CVM 429”).

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) respectivamente por meio do Sistema de Distribuição de Título (“SDT”) e do Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), ambos os sistemas, desde 01 de julho de 2008 administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), com a distribuição e negociação liquidadas e as debêntures custodiadas na CETIP e/ou (ii) através do Sistema Bovespa Fix, administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP (“Bovespa”), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“CBLC”).

A Emissão é regulada pela Escritura Particular da Primeira Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única da Unidas S.A. (“Escritura de Emissão”), celebrada entre a Emissora e a Pentágono S/A DTVM (“Agente Fiduciário”), em 8 de julho de 2008, aditada em 29 de julho de 2008 conforme o Aditamento à Escritura Particular da Primeira Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única da Unidas S.A. (“Aditamento à Escritura”). A Escritura de Emissão foi arquivada na JUCESP em 16 de julho de 2008 sob o nº ED000352-9/000 e o Aditamento à Escritura foi protocolado na JUCESP em 30 de julho de 2008.

A Oferta foi registrada na CVM em 29 de julho de 2008, sob nº CVM/SRE/DEB/2008/026.

“Os Coordenadores desenvolveram esforços no sentido de verificar a suficiência e a qualidade das informações constantes deste Prospecto, com base no que julgam necessário para uma adequada tomada de decisão por parte de investidores”.

Antes de tomar decisão de investimento nas Debêntures que venham a ser distribuídas no âmbito da Oferta, a Emissora e os Coordenadores da Oferta recomendam aos potenciais investidores a leitura cuidadosa deste Prospecto. Para avaliação dos riscos associados à Emissora, os investidores devem ler a Seção “Fatores de Risco”, nas páginas 59 a 66 deste Prospecto. Maiores informações sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidas junto aos Coordenadores e à CVM nos endereços indicados nas páginas 31 a 33 deste Prospecto.

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidos junto ao Coordenador Líder e na CVM.

“O registro da Oferta não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Emissora, bem como sobre as Debêntures a serem distribuídas no âmbito da Oferta”.



“A(O) presente oferta pública/programa foi elaborada(o) de acordo com as disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, o qual se encontra registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 5032012, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública/programa, aos padrões mínimos de informação contidos no código, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das instituições participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública/programa”.

COORDENADORES



UBS Pactual



Coordenador Líder

A data deste Prospecto Definitivo é de 29 de julho de 2008.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

DEFINIÇÕES	3
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS	8
SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA	9
SUMÁRIO DOS COORDENADORES.....	16
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA	20
SUMÁRIO DA EMISSORA	21

2. INFORMAÇÕES SOBRE OS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

INFORMAÇÕES SOBRE OS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES.....	31
Administradores da Emissora.....	31
Coordenador Líder.....	31
Coordenadores.....	31
Banco Escriturador e Mandatário	32
Agente Fiduciário	32
Consultores Legais	32
Auditores Independentes	33
DECLARAÇÃO DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER	34

3. INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA	37
Composição do Capital Social	37
Características e Prazos	37
Características das Debêntures.....	38
Contrato de Colocação das Debêntures	51
Custo da Oferta	52
Custo da Oferta por Debênture.....	53
Estabilização de Preços e Garantia de Liquidez.....	53
Cronograma Estimado das Etapas da Oferta	53
Relacionamento da Emissora com os Coordenadores	53
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	56

4. FATORES DE RISCO

FATORES DE RISCO.....	59
Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos.....	59
Riscos Relacionados à Emissora e ao Setor	61
Riscos Relacionados à Oferta.....	65

5. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS	69
Demonstração de Resultados Consolidados.....	70
Balanços Patrimoniais Consolidados.....	71
ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS DA EMISSORA.....	72
Visão Geral	72
Apresentação das Demonstrações Financeiras.....	73
Principais Práticas Contábeis	73
Principais Fatores que Afetam a Receita e o Resultado das Operações da Emissora	76
Principais Linhas do Nosso Resultado	77
Resultados Operacionais	79
Balanço Patrimonial	87

Índice

Liquidez e Recursos de Capital	91
Investimentos	92
Endividamento e Obrigações Financeiras	93
Contratos Financeiros	93

6. INFORMAÇÕES SOBRE A EMISSORA

VISÃO GERAL DO SETOR NO BRASIL.....	99
Regulamentação do Mercado Brasileiro.....	99
A Indústria Automotiva e de Locação de Veículos no Brasil	99
ATIVIDADES DA EMISSORA	105
Visão Geral	105
Unidades de Negócio.....	106
Pontos Fortes	108
Estratégia	110
Estrutura Societária.....	111
História e Desenvolvimento	112
Grupo SAG	112
Locação de Veículos Unidas.....	113
Pontos de Atendimento Unidas	115
Frota Unidas	116
Propriedade Intelectual.....	117
Assistência Técnica Unidas.....	118
Manutenção Unidas	118
Tarifas e Vendas.....	118
Instrumentos Colegiados de Decisão	119
Tecnologia e Sistemas.....	119
Franquias	120
Marketing e Publicidade	121
Clientes	121
Fornecedores	122
Concorrentes.....	122
Meio Ambiente	122
Seguros.....	122
Imóveis.....	123
Recursos Humanos	123
Contratos Relevantes	125
DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E DIVIDENDOS	128
Geral	128
Objeto Social.....	128
Capital Social	128
Ações em Tesouraria	129
Direitos das Ações.....	129
Direitos dos Acionistas.....	129
Direito de Preferência.....	130
Opções	130
Destinação do Resultado do Exercício	130
Destinação do Lucro Líquido	130
Reservas de Lucros.....	130
Acordos de Acionistas	131
Dividendos	131
Conselho de Administração	131

Índice

Negociação de Valores Mobiliários de nossa Emissão pelo nosso Acionista Controlador, nossos Conselheiros e Diretores e pela nossa Companhia	132
Operações de Compra de Ações de Nossa Própria Emissão	132
Divulgação de Informações	133
PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	134
POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO CULTURAL	136
ADMINISTRAÇÃO	137
Conselho de Administração	137
Diretoria	139
Conselho Fiscal	140
Ações de Titularidade de Nossos Administradores	141
Remuneração da Administração	142
Plano de Opção de Compra de Ações	142
INFORMAÇÕES SOBRE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA EMISSORA	143
CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS	144
OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	146
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA	147

7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ITR – Informações Trimestrais da Emissora relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2008	A-1
DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas da Emissora relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2007, com respectivo Parecer dos Auditores Independentes	B-1
Demonstrações Financeiras Auditadas da Emissora relativas ao período encerrado em 31 de março de 2008 e ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, com respectivo Parecer dos Auditores Independentes e demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em 31 de março de 2007	C-1
Demonstrações Financeiras Auditadas da Emissora relativas aos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006	D-1
Demonstrações Financeiras Auditadas da Emissora relativas aos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 31 de dezembro de 2005, com respectivo Parecer dos Auditores Independentes	E-1

8. ANEXOS

Informações Anuais da Companhia – IAN	F-1
Ata da Assembléia Geral da Emissora realizada em 8 de julho de 2008	G-1
Estatuto Social da Emissora	H-1
Escritura Particular de Emissão de Debêntures	I-1
Primeiro Aditamento à Escritura Particular de Emissão de Debêntures	J-1
Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos e Outras Avenças	K-1
Súmula da Classificação de Risco	L-1
Declaração da Emissora nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03	M-1
Declaração do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03	N-1

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1. INTRODUÇÃO

- Definições
- Considerações sobre Estimativas e Declarações Futuras
- Sumário dos Termos e Condições da Oferta
- Sumário dos Coordenadores
- Informações Cadastrais da Emissora
- Sumário da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, os termos indicados abaixo terão os significados aos mesmos atribuídos nesta seção, salvo referência diversa neste Prospecto.

ABLA	Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis.
Acionista Controlador	SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., sociedade aberta, sediada em Portugal.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Emissora.
Agente Fiduciário	Pentágono S/A DTVM.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
ANDIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro.
Anfavea	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.
Anúncio de Encerramento	O Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição de Debêntures de Emissão da Unidas, conforme previsto no artigo 29 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	O Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição de Debêntures de Emissão da Unidas, conforme previsto no artigo 52 da Instrução CVM 400.
ARAC	Associação dos Industriais de Aluguel de Automóveis sem Condutor, associação que congrega empresas de locação de veículos que atuam em Portugal.
AV ou Análise Vertical	Quando relativa à conta de resultado, consiste em percentual sobre o total da receita líquida de vendas; quando relativa à conta do ativo no balanço patrimonial, consiste em percentual sobre o total do ativo; e quando relativa à conta do passivo no balanço patrimonial, consiste em percentual sobre o total do passivo e do patrimônio líquido.
Aviso ao Mercado	Aviso ao Mercado, previsto no artigo 53 da Instrução CVM 400.
BACEN	Banco Central do Brasil.
Banco ABC	Banco ABC Brasil S.A.
Banif	Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo S/A – BVSP.

Definições

BovespaFix	Sistema BovespaFix, administrado e operacionalizado pela BOVESPA.
CAGR	Crescimento médio anual ponderado.
CBLC	Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia
CCB	Cédula de Crédito Bancário.
CDI	Certificado de Depósito Interbancário.
Central de Relacionamento Unidas	Estrutura composta por um sistema de atendimento telefônico, sistemas informatizados e acesso a uma rede de serviços de assistência técnica terceirizados, que permite, através de atendimento telefônico, prestar assistência aos clientes da Unidas em qualquer região do Brasil.
CETIP	CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Código de Defesa do Consumidor	Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, conforme alterada.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Companhia, Emissora ou Unidas	Unidas S.A.
Conselho de Administração	O Conselho de Administração da Emissora.
Constituição Federal	Constituição da República Federativa do Brasil.
Contrato de Alienação	Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos e Outras Avenças, celebrado entre Pentágono S/A DTVM, como credor fiduciário, e a Emissora, como devedora fiduciante.
Contrato de Colocação	Contrato de Coordenação, Distribuição e Colocação Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da primeira emissão da Unidas S.A.
Contrato de Empréstimo	Contrato de empréstimo celebrado entre o Acionista Controlador e a Emissora, em 06 de março de 2008, e aditamento respectivo, datado de 02 de junho de 2008.
Contribuição Social	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores da Oferta	Itaú BBA, UBS Pactual, Banco ABC, Banif e HSBC.
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.

Definições

CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	1º de junho de 2008.
Data de Vencimento	1º de junho de 2012.
Debêntures	As 25.000 Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, todas nominativas e escriturais, de emissão da Unidas, nos termos da Escritura de Emissão, conforme aditada.
Debêntures Objeto da Garantia Firme	As Debêntures objeto da garantia firme do Coordenador Líder, as Debêntures objeto da garantia firme do UBS Pactual, as Debêntures objeto da garantia firme do Banco ABC, as Debêntures objeto da garantia firme do Banif e as Debêntures objeto da garantia firme do HSBC.
Debêntures Objeto da Garantia Firme do Banco ABC	3.000 Debêntures.
Debêntures Objeto da Garantia Firme do Banif	2.000 Debêntures.
Debêntures Objeto da Garantia Firme do Itaú BBA	7.500 Debêntures.
Debêntures Objeto da Garantia Firme do UBS Pactual	7.500 Debêntures.
Debêntures Objeto da Garantia Firme do HSBC	5.000 Debêntures.
Diretoria	A Diretoria da Emissora.
Dólar, dólares, dólares norte-americanos ou US\$	A moeda corrente dos Estados Unidos da América.
Ernst & Young	Ernst & Young Auditores Independentes S.A.
Escritura de Emissão	Escritura Particular da Primeira Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única da Unidas S.A., firmada entre a Emissora e o Agente Fiduciário, conforme aditada.
Estatuto Social	O Estatuto Social da Emissora.
EUR ou €	Euro, a moeda corrente em Portugal.
Fenabreve	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores.
FGV	Fundação Getúlio Vargas, instituição que tem entre suas atividades a elaboração de análises econômicas e a apuração de índices de preço, entre eles o IGP-M.

Definições

FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
Governo Federal	Governo da República Federativa do Brasil.
Grupo SAG	Conjunto de sociedades controladas pelo Acionista Controlador, que não constitui um grupo de sociedades nos termos da Lei de Sociedades por Ações.
HSBC	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i> , normas internacionais de contabilidade promulgadas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> .
IGP-M	Índice Geral de Preços – Mercado, publicado pela FGV.
ILL	Imposto sobre o Lucro Líquido.
INFRAERO	INFRAERO – Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores da Oferta.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Investidores Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na BOVESPA, cujas ordens específicas de investimento excedam o valor de R\$300.000,00, fundos de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e determinados investidores residentes no exterior que invistam no Brasil segundo as normas da Resolução CMN 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada, e da Instrução da CVM 325, ou, ainda, nos termos das normas de investimento externo direto da Lei 4.131, de 27 de setembro de 1962, conforme alterada.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE.
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Definições

Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Locação de carros ou <i>Rent a Car</i>	Locação de curto prazo – até 12 meses – de veículos (<i>rent a car</i>).
Locação de veículos	Conjuntamente, atividades de terceirização de frotas e locação de carros.
Oferta ou Emissão	A distribuição pública das Debêntures.
País ou Brasil	República Federativa do Brasil.
Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam: (i) administradores ou o Acionista Controlador da Emissora, (ii) administradores ou acionistas controladores de Instituição Participante da Oferta, (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta, ou (iv) os respectivos cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) ou (iii) acima.
Postos de Atendimento Corporativo	Postos físicos de atendimento implantados nas instalações dos clientes da Emissora, onde são oferecidas as atividades de apoio necessárias à utilização da frota da Emissora, pelos seus clientes.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Princípios e práticas adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e as normas e instruções da CVM.
Prospecto ou Prospecto Definitivo	Este Prospecto Definitivo da Primeira Oferta Pública de Distribuição de Debêntures de Emissão da Unidas.
Prospecto Preliminar	Prospecto Preliminar da Primeira Oferta Pública de Distribuição de Debêntures de Emissão da Unidas.
Real, Reais e R\$	A moeda corrente do Brasil.
SAG GEST	SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., sociedade aberta sediada em Portugal.
SDT	Sistema de Distribuição de Títulos.
SND	Sistema Nacional de Debêntures.
Sindipeças	Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores.
Tabela FIPE	Valor de avaliação de veículos automóveis apurado e divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, disponível no site www.fipe.org.br , opção Índices, opção Preço Médio de Veículos.
Terceirização de Frotas	Locação de longo prazo – mínimo de 12 meses – de veículos (<i>fleet rental</i>).
UBS Pactual	Banco UBS Pactual S.A.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS

Este Prospecto contém declarações, estimativas, intenções e pretensões quanto a eventos futuros. Quaisquer declarações e estimativas, intenções e pretensões com relação a eventos futuros envolvem riscos e incertezas. Diversos fatores importantes considerados nas declarações e estimativas futuras podem se modificar, fazendo com que os resultados reais possam vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos em tais declarações e estimativas, e que as intenções e pretensões possam vir a não se materializar. Esses fatores incluem, dentre outros:

- medidas do governo brasileiro;
- condições sociais, políticas, econômicas de negócios e, demográficas do Brasil;
- a percepção de risco com relação aos mercados emergentes, principalmente a América Latina;
- término antecipado ou outras medidas por parte do poder concedente;
- medidas do governo ao setor;
- inflação, valorização ou desvalorização do Real;
- capacidade da Emissora em obter financiamentos quando necessário, em condições razoáveis;
- implementar planos de investimentos em manutenção;
- resultado de pendências judiciais;
- nível de endividamento da Emissora;
- flutuações das taxas de juros; e
- concorrência.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “visa”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e outras palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. As considerações sobre estimativas e perspectivas para o futuro incluem informações atinentes a resultados e projeções, estratégia, planos de financiamentos, posição concorrencial, ambiente do setor, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Tais estimativas e perspectivas para o futuro referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que nem a Emissora, nem os Coordenadores assumem a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas estimativas em razão da ocorrência de nova informação, eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas para o futuro constantes neste Prospecto podem não vir a se concretizar. Tendo em vista estas limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e perspectivas para o futuro contidas neste Prospecto.

SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

Emissora	Unidas S.A.
Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores	Banco UBS Pactual, Banco ABC, Banif e HSBC.
Agente Fiduciário	Pentágono S/A DTVM.
Banco Escriturador e Mandatário	Banco Itaú S.A.
Código ISIN	BRUNIDDBS005
Negociação	Serão ofertadas 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures, para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) respectivamente por meio do SDT e do SND, ambos os sistemas operacionalizados e administrados pela CETIP, com a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e/ou (ii) através do Sistema BovespaFix, administrado pela Bovespa, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC.
Valor Total da Oferta	R\$250.000.000,00, na Data de Emissão.
Valor Nominal Unitário das Debêntures	R\$10.000,00, na Data de Emissão.
Série	A Emissão será realizada em série única, nos termos da Escritura de Emissão.
Quantidade de Debêntures	Serão emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures.
Convertibilidade, Tipo e Forma	As Debêntures são do tipo simples, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas e certificados, não endossáveis e não conversíveis em ações da Emissora, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Banco Escriturador e Mandatário. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o “Relatório de Posição de Ativos”, acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLC, será expedido pela CBLC relatório indicando a titularidade das Debêntures que nela estiverem custodiadas.
Espécie	As Debêntures são da espécie quirografária e, após a constituição da garantia adicional, nos termos da cláusula 4.4. da Escritura de Emissão, serão automaticamente consideradas como da espécie quirografária com garantia adicional.

Sumário dos termos e condições da oferta

Garantia Adicional Futura

A Emissora compromete-se, de forma irrevogável e irretratável, durante todo o prazo em que as obrigações decorrentes da Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação estiverem vigentes, a transferir e manter em alienação fiduciária, em favor do Agente Fiduciário, nos termos da cláusula 4.4. da Escritura da Emissão e do Contrato de Alienação, uma quantidade de Bens com Valor de Avaliação (conforme definidos na Cláusula 1.5. do Contrato de Alienação) equivalente a 100,0% (cem por cento) do saldo devedor das Obrigações Garantidas (“Valor Garantido”) que será igual ao valor da dívida ainda pendente, apurado trimestralmente pelo Agente Fiduciário. A Emissora obriga-se, durante a vigência da Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação, a promover o reforço da garantia, imediatamente, sempre que o Agente Fiduciário tiver apurado um Valor de Avaliação (nos termos do Contrato de Alienação) inferior ao percentual aqui referido e solicitar a ela, por escrito, o reforço da garantia. Para mais informações sobre a Garantia Adicional, vide seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Garantia Adicional Futura” na página 39 deste Prospecto.

Metodologia de Constituição da Garantia Adicional Futura

A Emissora deverá, nas quantidades de Bens e nos prazos indicados na cláusula 1.1.2. do Contrato de Alienação, entregar ao Agente Fiduciário arquivo em formato Excel contendo todas as informações necessárias ao registro da alienação fiduciária dos veículos oferecidos em garantia, as quais deverão estar individualizadas e distribuídas em colunas, no Sistema Nacional de Gravames (“SNG”), para a inclusão de gravames em lote, a saber: (i) 20% (vinte por cento) dos Bens em 15 (quinze) dias corridos; (ii) 40% (quarenta por cento) dos Bens em 30 (trinta) dias corridos; (iii) 60% (sessenta por cento) dos Bens em 45 (quarenta e cinco) dias corridos; (iv) 80% (oitenta por cento) dos Bens em 60 (sessenta) dias corridos; e (v) 100% (cem por cento) dos Bens em 75 (setenta e cinco) dias corridos todos contados da Data de Integralização (tal como definida abaixo) das Debêntures.

Uma vez recebidos os arquivos Excel referidos acima, o Agente Fiduciário deverá solicitar, o registro da alienação fiduciária no SNG em até 02 (dois) dias úteis, nos termos da cláusula 1.1.3. do Contrato de Alienação. Feito o registro da alienação fiduciária no SNG, a Emissora deverá proceder ao registro da mesma na repartição competente para o licenciamento, nos termos da cláusula 1.1.4. do Contrato de Alienação. A verificação, pelo Agente Fiduciário da documentação comprovando a regularidade da garantia, dar-se-á por amostragem de pelo menos 25,0% (vinte e cinco por cento) dos veículos dados em garantia, indicados no Contrato de Alienação, conforme previsto na Cláusula 1.6. do referido contrato.

Sumário dos termos e condições da oferta

A Conta Garantia, conforme definida no item abaixo “Forma de Subscrição e Integralização” nesta seção do Prospecto, será destinada a receber o volume total de recursos captados na Oferta (“Recursos em Garantia”).

Os Recursos em Garantia somente serão liberados à Emissora, mediante o requerimento por escrito e expresse do Agente Fiduciário, após verificação da constituição da alienação fiduciária dos veículos de propriedade da Emissora, nos termos e prazos previstos na cláusula primeira do Contrato de Alienação.

Limite de Emissão

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora nesta data é de R\$384.751.949,01 (trezentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e um mil, novecentos e quarenta e nove reais e um centavo).

Data de Emissão

1º de junho de 2008.

Remuneração

A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário não amortizado, a serem pagos no fim de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo). A taxa de juros aplicável às Debêntures será com base na variação acumulada das taxas médias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de 01 (um) dia, “extra grupo” (a “Taxa DI”), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida exponencialmente de *spread* de 2,75% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, (“Acréscimo sobre a Taxa DI”), sendo a Taxa DI e o Acréscimo sobre a Taxa DI, em conjunto, referidos como a “Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal não amortizado das Debêntures desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso.

Sumário dos termos e condições da oferta

Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento de juros correspondente ao período, inclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos semestralmente, todo dia 1º de junho e 1º de dezembro de cada ano sendo o primeiro vencimento em 1º de dezembro de 2008 e o último em 1º de junho de 2012. Para mais informações, vide seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Remuneração” na página 40 deste Prospecto.

Regime de Colocação – Garantia Firme

Observadas as condições previstas no Contrato de Colocação, as Debêntures serão colocadas em regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para o volume total da presente Oferta, sem que haja, no entanto, solidariedade entre os Coordenadores, respondendo cada qual exclusivamente pelas parcelas indicadas no Contrato de Colocação.

Prazo de Colocação

Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM, a disponibilização do respectivo Prospecto Definitivo aos investidores e a publicação do Anúncio de Início da Oferta, os Coordenadores promoverão a Oferta das Debêntures, a qualquer tempo, em até 02 (dois) dias úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início da Oferta. Ao final do Prazo de Colocação, os Coordenadores subscreverão e integralizarão as Debêntures que não tenham sido subscritas pelos investidores, observado o disposto no Contrato de Colocação.

Forma de Subscrição e Integralização

A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição (“Data de Integralização”), em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis a CETIP e a CBLIC.

O montante correspondente a 100% dos recursos decorrentes da integralização das Debêntures será depositado em conta corrente aberta pela Emissora junto ao Banco Itaú S.A. (“Conta Garantia”), a ser movimentada única e exclusivamente pelo Agente Fiduciário, sendo que os recursos apenas serão liberados à Emissora em montante igual ao montante de garantia devidamente formalizada, nos termos e prazos delimitados no item acima “Metodologia da Constituição da Garantia Adicional Futura” nesta seção.

Sumário dos termos e condições da oferta

Preço de Subscrição	O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva integralização.
Prazo e Data de Vencimento	O prazo de vencimento das Debêntures é de 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final em 1º de junho de 2012 (“ <u>Data de Vencimento</u> ”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas na Escritura de Emissão e descritas na seção “Informações relativas à Oferta”, na página 37 deste Prospecto.
Amortização e Pagamento da Remuneração	As Debêntures serão amortizadas em 07 (sete) parcelas semestrais sucessivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, nos dias 1º de junho e 1º de dezembro de cada ano, iniciando-se em 1º de junho de 2009 (cada uma, uma “ <u>Data de Amortização</u> ”), nos percentuais e valores previstos na Escritura de Emissão. A Remuneração será paga semestralmente todo dia 1º de junho e 1º de dezembro de cada ano, sendo o primeiro vencimento em 1º de dezembro de 2008 e o último em 1º de junho de 2012.
Repactuação	As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação programada.
Resgate Antecipado Facultativo	A Emissora poderá, a qualquer tempo, a partir de 1º de junho de 2010, promover o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, deduzindo as Amortizações realizadas e pagas anteriormente, acrescido (a) da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento; e (b) do prêmio de reembolso a ser calculado de acordo com a Escritura de Emissão.
Oferta de Resgate Antecipado	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião de Conselho de Administração, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas. As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

Sumário dos termos e condições da oferta

Plano da Oferta

Os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Debêntures conforme plano de distribuição descrito na Escritura de Emissão e na seção “Informações sobre a Oferta”, na página 37 deste Prospecto, em consonância com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores; e (iii) que os representantes de venda dos Coordenadores recebam previamente o exemplar do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, para leitura obrigatória, e que suas dúvidas possam ser esclarecidas pelas pessoas indicadas na seção “Identificação dos Administradores, Consultores e Auditores” constante da página 31 deste Prospecto.

Forma e Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus os titulares das Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, por intermédio da CETIP e da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC, ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à Bovespa Fix e ao SND.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Escritura de Emissão, inclusive pelos debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipóteses em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures serão destinados para (i) pagamento de dívidas de curto prazo e, (ii) aquisição de veículos novos e capital de giro.

Público Alvo

As Debêntures serão destinadas prioritariamente a investidores pessoas físicas e jurídicas, fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registrados na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores institucionais ou qualificados, conforme regra vigente no País.

Sumário dos termos e condições da oferta

Inadequação da Oferta	O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) não se enquadrem nos parâmetros do Público Alvo acima apresentado e (ii) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário. Os investidores devem, ainda, ler a seção “Fatores de Risco” nas páginas 59 a 66 deste Prospecto.
Fatores de Risco	Para explicações acerca dos fatores de risco que devem ser considerados cuidadosamente antes da decisão de investimento nas Debêntures, ver seção “Fatores de Risco”, nas páginas 59 a 66 deste Prospecto.
Classificação de Risco	Fitch: A(bra).
Quoruns de deliberação nas Assembléias Gerais de Debenturistas	Nas deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não, observadas as formalidades e impedimentos legais. As alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75,0% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, salvo nos casos em que for estabelecido quorum específico, nos termos da Escritura de Emissão ou da legislação em vigor. As alterações na Remuneração, garantias, prazos de vencimento, repactuação, resgate antecipado, amortização, quorum de deliberação das Debêntures ou cláusulas de vencimento antecipado deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90,0% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.
Aprovações Societárias	A presente Emissão foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 8 de julho de 2008 (“ <u>AGE</u> ”). A ata da AGE foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“ <u>JUCESP</u> ”) em 16 de julho de 2008, sob o nº 234.266/08-9 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário do Comércio, Indústria e Serviços – DCI em 21 de julho de 2008.
Informações Adicionais	Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora ou a Oferta poderão ser obtidos com a Emissora, os Coordenadores e/ou na CVM, nos endereços indicados na seção “Identificação de Administradores, Consultores e Auditores”, na página 31 deste Prospecto. Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, vide seção “Informações Relativas à Oferta”, na página 37 deste Prospecto. O pedido de registro da Oferta foi apresentado à CVM em 3 de junho de 2008, tendo a CVM concedido o registro em 29 de julho de 2008, sob o nº CVM/SRE/DEB/2008/026.

SUMÁRIO DOS COORDENADORES

COORDENADOR LÍDER

Banco Itaú BBA S.A.

O Itaú BBA é um dos maiores bancos de atacado do Brasil, com ativos de R\$99,3 bilhões e patrimônio líquido de R\$5,9 bilhões em 31 de dezembro de 2007. O banco faz parte do grupo Itaú, que possui 95,8% do total de ações e 50,0% das ações ordinárias de emissão do Itaú BBA, sendo o restante detido por executivos do próprio banco. O Itaú BBA se caracteriza pelo foco no atendimento aos clientes corporativos, com ênfase em crédito e operações estruturadas, atuando, assim, como banco corporativo e banco de investimento.

Em 2007, o Itaú BBA participou de 19 ofertas públicas de ações, das quais 14 operações de IPOs e 5 de follow-ons. O montante total dessas ofertas alcançou R\$22,5 bilhões. No segmento de renda fixa o Itaú BBA manteve, em 2007, pelo quarto ano consecutivo, a liderança no ranking ANBID de distribuição de renda fixa doméstica. Foram 28 operações de Renda Fixa (Debêntures, FIDCs, CRIs, CPRs e CDCAs), que representam uma participação de mercado de 24%.

De acordo com o ranking ANBID, o Itaú BBA é o líder de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, ocupando o primeiro lugar em 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 (este último até março) com participações de mercado de 26%, 20%, 19%, 24% e 50% respectivamente.

Em 2007, dentre as operações de renda fixa no mercado de capitais local coordenadas pelo Banco Itaú BBA, destacam-se as emissões de debêntures da Telemar Participações S.A., no valor de R\$250 milhões; da Companhia Energética do Maranhão – CEMAR (R\$267,3 milhões), da Companhia Brasileira de Distribuição S.A. (R\$779 milhões), da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações (R\$500 milhões), da Tractebel Energia S.A. (R\$350 milhões), da Nova América S.A. Agroenergia (R\$306,9 milhões), da BR Malls Participações S.A. (R\$320 milhões), da Concessionária de Rodovias do Oeste de SP – Via Oeste S.A. 9R\$650 milhões), da BFB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (R\$10 bilhões), da J.Macêdo S.A. (R\$104 milhões), da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (R\$600 milhões), da Zain Participações S.A. (R\$368 milhões), da Itauseg Participações S.A. (R\$2,03 bilhões), da Klabin Segall S.A. (R\$202,5 milhões), da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA (R\$353,9 milhões), e da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN (R\$163,6 milhões). Em operações de Notas Promissórias destacam-se as operações da Nova América S.A. Agroenergia (R\$100 milhões), e da Zain Participações S.A. (R\$350 milhões). Destacam-se, ainda, a emissão de Notas do IFC – International Finance Corporation, no valor de R\$200 milhões, e as operações FIDC CESP IV (R\$1,25 bilhão), FIDC Panamericano Veículos I (R\$350 milhões), FIDC II Energisa (R\$150 milhões) e FIDC CEEE III-GT (R\$150 milhões).

Em 2007, o Itaú BBA atuou como coordenador e bookrunner das seguintes ofertas públicas iniciais (IPOs): Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (R\$522 milhões), Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (R\$549 milhões), Even Construtora e Incorporadora S.A. (R\$460 milhões), BR Malls Participações S.A. (R\$657 milhões), Fertilizantes Heringer S.A. (R\$350 milhões), Bematech Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos S.A. (R\$407 milhões), Redecard S.A. (R\$4.643 milhões), Minerva S.A. (R\$444 milhões), Banco ABC Brasil S.A. (R\$609 milhões), Springs Global Participações S.A. (R\$656 milhões), Construtora Tenda S.A. (R\$603 milhões), Banco PanAmericano S.A. (R\$700 milhões), Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F S.A. (R\$5.984 milhões) e MPX Energia S.A. (R\$2.035 milhões). Adicionalmente, o Itaú BBA atuou como coordenador e bookrunners das seguintes ofertas subsequentes (follow-ons) em 2007: Suzano Papel e Celulose S.A. (R\$544 milhões), Gafisa S.A. (R\$1.171 milhões), Indústrias Romi S.A. (R\$483 milhões), Cia Hering (R\$312 milhões) e BR Malls Participações S.A. (R\$664 milhões).

Sumário dos coordenadores

COORDENADORES

Banco UBS Pactual S.A.

O Banco UBS Pactual S.A. é uma instituição financeira, integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade do Rio de Janeiro. O UBS Pactual é o sucessor do Banco Pactual S.A. e um dos principais bancos de investimento do Brasil, especializado nas áreas de administração de recursos, tesouraria, finanças corporativas, distribuição de ativos, corretagem e Private Banking.

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como distribuidora de títulos e valores mobiliários. Atualmente como banco múltiplo, o UBS Pactual tem patrimônio líquido de R\$3,9 bilhões (dados de dezembro de 2007). Nos últimos exercícios, os ativos do banco concentravam-se principalmente em títulos públicos federais e de emissão de instituições financeiras de primeira linha e, em menor extensão, em títulos de renda variável negociados em mercados organizados e com elevado grau de liquidez. Em termos de desempenho, a capacidade de antecipação dos cenários da economia brasileira e a análise apurada dos riscos envolvidos nos diversos mercados fizeram com que o Banco Pactual S.A. obtivesse destacado histórico de performance ao longo de seus 24 anos de existência. Desde o começo de suas atividades, é característica do banco de manter rigoroso controle de risco, com foco na preservação de capital.

Com a aquisição do Banco Pactual S.A. pelo Banco UBS, o UBS Pactual aumentou significativamente a escala das atividades no Brasil, sendo atualmente um dos principais prestadores de serviços de banco de investimento, gestão de patrimônio e gestão de ativos do país.

Banco ABC Brasil S.A.

O Banco ABC é um banco múltiplo habilitado a operar nas carteiras comercial, de investimentos, financeira, de crédito imobiliário e de câmbio. O Banco ABC é controlado pelo Arab Banking Corporation (“ABC”), banco internacional com sede em Bahrain e com ações negociadas em bolsas de valores. Na sua formatação o ABC procura manter uma gestão profissional e claramente voltada aos mercados internacionais. Com presença própria ou através de subsidiárias, o ABC atua em 21 (vinte e um) países, contando inclusive com uma agência nas Ilhas Cayman, o que proporciona um bom grau de diversificação de portfólio e geração de oportunidades de negócios aos seus clientes.

A principal linha de negócios do Banco ABC é a intermediação financeira voltada para operações que envolvam análise e assunção de riscos de crédito. As operações estruturadas, principalmente de mercado de capitais, com vistas ao financiamento corporativo, complementam esta atividade. A arbitragem de mercados, taxas e moedas, tanto decorrentes das operações demandadas pelos clientes, quando de posições proprietárias, são desenvolvidas regularmente. O Banco ABC adota uma postura conservadora com baixa propensão ao risco nos seus negócios de crédito e tesouraria.

O Banco ABC tem atuado de maneira destacada em operações de renda fixa no mercado doméstico, tendo ocupado ao final do ano de 2007 a 2ª colocação (por número de operações) e 4ª colocação (por volume de operações) no ranking de originação de fundos de investimentos em direitos creditórios – FIDC, segundo dados divulgados pela ANBID, considerando o período base compreendido entre os meses de janeiro a dezembro de 2007.

Sumário dos coordenadores

O Banco ABC participou nos últimos anos das emissões de debêntures da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual – CADIP, no valor de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais); da NET Serviços de Comunicação S.A., no valor de R\$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais); da Fertibrás S.A., no valor de R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais); da PanAmericano Arrendamento Mercantil S.A., no valor de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais); da Energisa S.A., no valor de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais); da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., no valor de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais); da Company S.A., no valor de R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais); bem como nas emissões de notas promissórias da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE, no valor de R\$22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais) e R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e da CESP – Companhia Energética de São Paulo, no valor de R\$119.000.000,00 (cento e dezenove milhões de reais).

Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.

O Banif é um banco de investimento internacional que serve clientes institucionais, corporativos, governos e pessoas físicas. Destaca-se pela excelência dos serviços prestados e pela maneira personalizada com que se relaciona com seus clientes.

O Banif integra o Grupo Banif, um conglomerado financeiro com sede em Portugal, com ações negociadas na Euronext. O Grupo Banif possui diversas empresas atuando no setor financeiro, de seguros e imobiliário, apoiado por uma vasta rede de distribuição e presença em diversos países como Portugal, Brasil, Estados Unidos, Canadá, Venezuela, África do Sul, Bermudas, Inglaterra, México, Ilhas Cayman, Argentina, Bahamas, Hungria e Espanha.

Com 616 agências/pontos de venda, mais de 1.000.000 de clientes e cerca de 3.400 funcionários, o Grupo Banif possuía um total de ativos superior a R\$26 bilhões e patrimônio líquido acima de R\$1,5 bilhão em setembro de 2007. O grupo é líder de mercado na Ilha da Madeira e nos Açores, com uma forte presença em Portugal continental, tanto na área de banco comercial como na área de banco de investimento.

O Grupo Banif está presente no Brasil desde 1996, quando instalou, autorizado pelo Banco Central do Brasil, seu escritório de representação. Em 1999, sua presença foi consolidada com a aquisição do Banco Primus S.A., constituído em 1986.

Suas principais áreas de atuação são: gestão de recursos de terceiros, por meio da Banif Nitor Asset Management S.A.; corretagem de valores por meio da Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A., no Brasil, Banif Securities Inc., em Nova Iorque e Banif Banco de Investimento, em Lisboa; emissão e negociação de títulos de renda fixa e variável nos mercados de capitais local e internacional; derivativos e gestão de risco; securitização de ativos; *project finance*; *corporate finance*; estruturação de operações no mercado imobiliário; *private equity*; *private bank* e *home broker*, por meio da BanifInvest.

Com longa tradição e *expertise* no mercado de capitais, o Banif participou de diversas operações de emissão de valores mobiliários, reestruturação de passivos, securitização, fusão e aquisições, e assessoria financeira em privatizações. O Banif caracteriza-se pelo foco no atendimento aos clientes institucionais, corporativos, com ênfase em crédito e operações estruturadas.

Em 2005, entre as operações coordenadas pelo Banif, destacam-se as debêntures da CADIP – Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A., no valor de R\$120.000.000,00, as 2ª e 3ª emissões de debêntures da Gafisa S.A., no valor total de R\$179.000.000,00, e a distribuição de cotas do FIDC BMC Premium – Veículo, no valor de R\$100.000.000,00.

Sumário dos coordenadores

Em 2006, entre as operações coordenadas pelo Banif destacam-se a 4ª emissão de debêntures da COPEL – Companhia Paranaense de Energia, no valor total de R\$600.000.000,00, a distribuição de cotas do CRI oriundo da Petrobras Distribuidora, no valor de R\$73.600.000,00, a emissão de Notas Promissórias e CCB de Furnas, no valor total de R\$350.000.000,00 e R\$112.600.000,00, respectivamente, e a distribuição de debêntures do BNDESPAR, no valor total de R\$500.000.000,00. O Banif também atuou na distribuição de cotas do FIP Banif Primus Real Estate, no valor de R\$50.000.000,00, e nos CRI da Beta Securitizadora S.A., de R\$7.100.000,00 e R\$2.424.000,00.

Em 2007, o Banif participou da distribuição da 3ª emissão pública de debêntures de BNDESPAR, no valor total de R\$1.350.000.000,00 e da oferta pública de ações do Banco do Brasil, no valor de R\$3.000.000.000,00, além de ter coordenado a oferta pública para aquisição de ações representativas de controle da João Fortes Engenharia S.A., totalizando R\$56.275.966,80. O Banif também atuou como Administrador e Distribuidor do Fundo de Investimento em Participações – FIP Amazônia Energia, acionista da Madeira Energia S.A. – MESA, sociedade de propósito específico constituída para a construção e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira.

HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é subsidiária indireta do HSBC Bank Brasil S.A.- Banco Múltiplo (“HSBC Bank”), parte do grupo HSBC, corporação internacional sediada em Londres, na Inglaterra, presente em 83 países e territórios atende mais de 125 milhões de clientes.

Constituído no Brasil em 1997, o HSBC Bank apresentava em dezembro de 2007, ativos consolidados de R\$70,7 bilhões e lucro líquido consolidado de R\$1,2 bilhão.

No Brasil o HSBC Bank conta com uma carteira composta por aproximadamente 5,2 milhões clientes pessoa física e 308 mil clientes pessoa jurídica, e possui mais de 2,3 mil agências e postos de atendimento em 565 municípios. O HSBC possui uma infra-estrutura de 5,6 mil caixas automáticos e unidades de auto-atendimento e canais de conveniência, tais como o Internet Banking e o Phone Centre do HSBC – Serviços Bancários.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

Identificação	Unidas S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.437.534/0001-30, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.186.281.
Sede	Nossa sede social está localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua da Consolação, 347, CEP 01301-000.
Data de registro da Emissora na CVM como companhia aberta	29 de julho de 2008.
Diretor de Relações com Investidores (responsável por eventuais esclarecimentos sobre a Emissão)	Nossa diretoria de relações com investidores está localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cincinato Braga, 340, 7º andar, CEP 01333-010. O responsável por esta diretoria é o Sr. Carlos Eduardo Malagoni. O telefone do nosso departamento de relações com investidores é (11) 3147-5778, o fax é (11) 3147-5713 e o e-mail é ri@unidas.com.br .
Auditores Independentes da Emissora	Ernst & Young Auditores Independentes S.A. para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005, 2006 e 2007 e para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2007 e 2008.
Acionista Controlador	SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., sociedade aberta.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Emissora	As Debêntures objeto da presente Emissão.
Jornais nos quais se realizam as Divulgações de Informações	As informações referentes à Emissora são divulgadas no Diário Oficial do Estado do São Paulo e no jornal “Diário do Comércio, Indústria e Serviços – DCI”.
Site na Internet e e-mail para informações aos investidores e ao mercado	www.unidas.com.br e ri@unidas.com.br As informações contidas no <i>website</i> da Emissora não fazem parte deste Prospecto.
Atendimento aos Debenturistas	O atendimento aos nossos debenturistas é realizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cincinato Braga, 340, 7º andar, CEP 01333-010.

SUMÁRIO DA EMISSORA

Este sumário contém um resumo das atividades da Emissora, incluídas em outras seções deste Prospecto. Este sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Debêntures. O investidor deve ler este sumário em conjunto com outras informações mais detalhadas incluídas em outras partes deste Prospecto, incluindo as informações contidas nas seções “Fatores de Risco”, nas demonstrações financeiras da Emissora e respectivas notas explicativas contidas neste Prospecto, antes de tomar uma decisão de investimento.

VISÃO GERAL

A Unidas é uma companhia especializada em soluções de gestão e locação de veículos, e acredita ser líder em terceirização de frotas no mercado brasileiro em termos de número de veículos, com uma participação de mercado de 15,0%, em 31 de dezembro de 2007, segundo dados da ABLA. A Unidas atua também no setor de locação de carros, contando com 22 anos de experiência nesse mercado no Brasil. Em 31 de março de 2008, a Unidas contava com uma rede de 122 pontos de atendimento, sendo 34 lojas próprias, 32 postos de atendimento corporativo e 56 lojas franqueadas. Ainda, como atividade complementar às atividades da Unidas, a Companhia atua na venda dos carros anteriormente utilizados na sua frota.

Estrategicamente diversificados, os negócios da Unidas são complementares e geram fortes sinergias entre si. Considerando todas as atividades, atualmente a Emissora possui uma frota de mais de 32.000 veículos.

O quadro abaixo contém informações financeiras e operacionais relevantes para o entendimento das atividades da Companhia:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2005	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2006	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Período de três meses findo em 31 de março de 2008
	(Valores em R\$ mil)			
Receita Bruta				
Terceirização de Frotas ⁽¹⁾	92.940	128.973	172.916	53.529
Locação de Carros ⁽²⁾	44.156	47.688	73.936	18.754
Total	137.096	176.661	246.852	72.283
Receita de venda de veículos	142.883	172.018	282.572	73.750
Receita Bruta Ajustada⁽³⁾	279.979	348.679	529.424	146.033
EBITDA Ajustado	46.379	65.415	101.922	31.100
Margem EBITDA ⁽⁴⁾	35,3%	38,2%	43,6%	45,8%
Frota Total				
Terceirização de Frotas ⁽⁵⁾	12.242	18.189	24.163	26.608
Locação de Carros	3.589	5.015	5.627	5.584
Total	15.831	23.204	29.790	32.192
Pontos de Atendimento				
Próprios	35	33	33	34
Franqueados	38	39	54	56
Postos Corporativos	14	24	26	32
Total	87	96	113	122

⁽¹⁾ Inclui receitas provenientes da atividade de gerenciamento de frotas.

⁽²⁾ Inclui royalties de franquias, fundo de marketing e outras receitas sobre franquias.

⁽³⁾ Ajustada pela receita não operacional da venda de veículos usados.

⁽⁴⁾ EBITDA ajustado dividido pela receita líquida de aluguel e serviços ajustada por créditos de PIS/COFINS.

⁽⁵⁾ Inclui a frota ligada à rede franqueada.

Sumário da emissora

Entre 2004 e 2007, a receita líquida da Companhia apresentou um crescimento médio anual (CAGR) de 30,3% ao ano. A expectativa da Unidas é a de que o negócio continue crescendo, impulsionado por fatores como:

- o alto potencial de crescimento do mercado de locação de veículos no Brasil, motivado pelo aumento da atividade econômica no Brasil, o aumento da previsibilidade do cenário econômico e capacidade de planejamento das empresas;
- a estabilização das taxas de juro;
- as barreiras naturais à entrada de novos competidores no segmento de mercado da Companhia; e
- a tendência de concentração natural no segmento de mercado da Companhia, como se tem verificado nos últimos anos.

A atuação e visão estratégicas da Unidas seguem as mesmas diretrizes adotadas pelo seu grupo controlador: o Grupo SAG. Através de sua experiência no setor, administração altamente qualificada, grande capacidade de investimento e experiência na construção e gestão de relevantes parcerias, como as parcerias com o Santander Consumer e com os grupos Volkswagen e Manheim, o Grupo SAG tornou-se o maior grupo do setor automotivo em Portugal, em oferta de produtos e serviços automotivos, com atuação também na Espanha e na Polónia.

A Companhia acredita que a sua experiência no mercado brasileiro e a sua liderança no setor de terceirização de frotas, aliados ao amplo *know-how* do Grupo SAG em soluções automotivas, a coloca em posição privilegiada para aproveitar as oportunidades de mercado que surgem nos seus setores de atuação, especialmente no ramo de terceirização de frotas, um mercado ainda muito fragmentado e com baixa penetração no Brasil.

UNIDADES DE NEGÓCIO

Terceirização de Frotas

A Unidas acredita ser a empresa líder no negócio de terceirização de frotas no Brasil, constituindo a maior frota de automóveis terceirizados do País, com cerca de 27.000 veículos de diversas marcas e modelos. Nesse negócio, a Companhia tem atualmente cerca de 720 clientes, de diferentes portes e setores. Como indicador da performance e qualidade de dos seus serviços, a Companhia possui um índice de renovação de contratos de aproximadamente 80,0%.

O modelo de negócio da Unidas foi desenvolvido para que a Companhia possa oferecer aos seus clientes as várias vantagens que a terceirização de frotas pode trazer, dentre as quais se destacam: (i) redução de custos em relação a uma frota própria, (ii) maior foco da empresa cliente na sua atividade principal, (iii) soluções automotivas customizadas às necessidades do cliente, (iv) desmobilização de capital, (v) maior eficiência nos processos de aquisição e renovação da frota, e (vi) maior controle dos processos de administração de frotas.

O negócio de terceirização de frotas da Unidas compreende a locação de longo prazo (mínimo de 12 meses) de veículos para clientes corporativos e atividades associadas à utilização dos veículos, tais como consultoria na escolha da frota, manutenção dos veículos, contratação de seguros junto às companhias seguradoras e por intermédio de um corretor de seguros, assistência emergencial 24 horas em todo o Brasil e veículo de substituição, dentre outras atividades relacionadas à gestão e administração da frota.

Sumário da emissora

A terceirização de frotas abrange três macro-processos: implantação, gestão de serviços e desmobilização de veículos. Operamos com uma rede que conta atualmente com aproximadamente 2.400 oficinas credenciadas e 128 pontos de atendimento da rede Unidas, incluindo 32 postos de atendimento corporativos localizados em alguns dos clientes da Companhia.

Gerenciamento de Frotas de Terceiros

As competências da Unidas no negócio de terceirização de frotas permitiram à Companhia desenvolver uma solução automotiva também para clientes que possuem sua própria frota de veículos, o gerenciamento de frotas de terceiros. Atualmente, a Companhia possui 23 clientes corporativos nesse negócio e gerencia aproximadamente 2.900 veículos de posse ou propriedade de seus clientes.

A Unidas oferece, neste segmento de negócio, sua experiência, recursos humanos e tecnológicos para proporcionar economia de recursos operacionais e financeiros para os seus clientes, em termos semelhantes aos praticados no segmento de terceirização de frotas. Tendo em vista a similaridade dos negócios, o gerenciamento de frotas permite também à Companhia demonstrar aos seus clientes os benefícios que podem ser gerados pela terceirização da frota, permitindo em alguns casos a migração dos mesmos para esta solução.

Locação de Carros

A Companhia acredita ser a quarta maior empresa no mercado brasileiro no negócio de locação de carros, com cerca de 5,8% da frota do segmento em 31 de dezembro de 2007, segundo dados da ABLA. Neste negócio, a Unidas tem atualmente uma frota com mais de 5.500 carros de diversas marcas e modelos em sua rede de 34 lojas próprias de locação de carros, além de 62 franqueadas (6 lojas foram abertas após 31 de março de 2008).

Neste segmento de negócio, a Companhia atende clientes pessoa física e jurídica, em viagens a negócios e a lazer, através de contratos individuais de curto prazo (de um dia a um mês, em geral). Adicionalmente, visando atender à demanda de frotas corporativas de caráter sazonal ou temporário, a Unidas diversificou sua oferta de locação de carros, oferecendo contratos de locação de médio prazo (cerca de três a nove meses), com tarifas diferenciadas, beneficiando seus clientes. Mais recentemente, a Unidas lançou um novo sistema de locação, com tarifas regressivas em função do número de locações feitas pelo cliente.

A atividade comercial da Companhia é conduzida através de uma organização de vendas diretas a clientes corporativos e a agências de turismo e operadoras turísticas, complementada pela estrutura de vendas dos seus franqueados. Para clientes individuais, a organização de vendas da Companhia é composta pelos seguintes canais de acesso direto: lojas próprias e franqueadas, central de reservas 0800 e *website*. Adicionalmente, a Unidas é fornecedora de companhias de seguros e montadoras para fornecimento de veículos reserva no caso de sinistro ou uso da garantia, respectivamente.

A Companhia acredita que o negócio de locação de carros passará por um processo de concentração natural nos próximos anos, tal como aconteceu nos mercados americano e europeu, ocasionado por necessidade de ganhos de escala, perante a capacidade de investimento e eficiência operacional das grandes empresas do setor.

Franquias

Em complementação às suas atividades de locação de carros, e de forma a aumentar a capilaridade e ritmo de expansão de sua rede em todo o Brasil, a Companhia adotou, desde o início de suas operações, um modelo de franquias como estratégia de crescimento nesse mercado.

Sumário da emissora

No ano de 2005, a Unidas lançou o modelo “Franquia Chave na Mão”, em que o franqueado recebe uma loja pronta para operar, com no mínimo 25 carros disponíveis para locação, o que permitiu uma aceleração do ritmo de expansão de franquias.

Nesse novo modelo, toda a estrutura é montada pela Unidas, de acordo com o modelo de loja da Companhia, e o franqueado não adquire os veículos que serão utilizados em sua operação, mas os aluga da Unidas por meio de contratos em moldes similares aos praticados em terceirização de frotas. Este modelo traz vários benefícios para o franqueado e para a Companhia, como por exemplo: (i) a redução do investimento necessário para abertura da franquia por parte do franqueado; (ii) expansão acelerada da rede de lojas Unidas; (iii) maior controle da parte da Companhia sobre os padrões das lojas franqueadas e frota utilizada (modelos, idade e quilometragem); (iv) potencial de geração de outros negócios para a Companhia; e, (v) atuação da rede Unidas como uma rede integrada de forte geração de negócios.

Atualmente, a Companhia conta com 62 lojas franqueadas distribuídas em localidades estratégicas, atendendo a um plano de expansão nacional.

Como atividade complementar às suas operações, de forma a permitir a constante renovação da sua frota em todos os segmentos, a Companhia realiza a venda de seus veículos previamente utilizados nos negócios de terceirização de frotas e locação de carros. Para isso, a Companhia utiliza dois canais de venda: varejo e atacado. No varejo, que concentra a maioria das vendas, a Companhia conta com uma rede de oito lojas denominadas “Unidas Seminovos”. No atacado, as vendas são realizadas por meio de leilões, vendas a clientes que possuam opção de compra em relação aos veículos por eles utilizados e vendas a empresas intermediárias selecionadas pela Companhia. A Companhia não vende carros de terceiros.

PONTOS FORTES DA EMISSORA

- **Liderança em mercado crescente e com tendência natural de concentração.** Em termos de faturamento, o negócio de terceirização de frotas no Brasil apresentou crescimento médio (CAGR) de 9,5% ao ano, nos últimos três anos, segundo dados da ABLA. O crescimento médio da Companhia, também em termos de receita bruta, foi superior ao verificado nesse segmento, registrando um crescimento médio (CAGR) de 34,2% ao ano, nos últimos três anos. Por ser ainda um mercado fragmentado no Brasil, e por apresentar índices de penetração no Brasil inferiores aos registrados no mercado europeu – 5,6% de carros terceirizados, no total da frota corporativa brasileira, de acordo com as estimativas da Emissora, contra, por exemplo, 15,75% em Portugal, segundo estimativas da Companhia, e 58,3% na Holanda, segundo dados da Datamonitor –, a Companhia acredita que o negócio de terceirização de frotas possui alto potencial de crescimento no Brasil. Nesse contexto, a liderança no mercado de terceirização de frotas coloca a Unidas em posição privilegiada para aproveitar as oportunidades que surgem em função de tal crescimento, uma vez que o mercado apresenta barreiras naturais à entrada de novos concorrentes e, conseqüentemente, tendências de concentração naturais, como se tem verificado nos últimos anos.
- **Principal fonte de receita com baixa volatilidade e baixo custo de expansão.** No período de três meses findo em 31 de março de 2008, 74,1% da receita líquida atual da Companhia é proveniente do negócio de terceirização de frotas. A motivação para as empresas terceirizarem as frotas ao invés de serem proprietárias de suas frotas é que a terceirização permite que essas empresas reduzam custos, desmobilizem capital e mantenham foco no seu principal negócio. Isso leva a Companhia a crer que a demanda neste segmento irá crescer independentemente das condições econômicas. Adicionalmente, o segmento de terceirização de frotas se caracteriza por contratos corporativos de prazo superior a um ano, o que propicia à Companhia uma fonte de receita mais previsível. A Companhia acredita, ainda, que, como vantagem em relação à concorrência, o seu foco no negócio de terceirização de frotas lhe permite a expansão da carteira e volume de negócios não necessariamente incorrendo em elevados custos operacionais e administrativos incrementais, tendo em vista que a Companhia pode usar a mesma estrutura administrativa e operacional, proporcionando um aumento progressivo das margens (alavancagem operacional).

Sumário da emissora

- ***Ganhos de escala proporcionados pelo volume de operações.*** A frota Unidas conta atualmente com cerca de 32.000 veículos. Devido às suas atividades, a Unidas é um dos maiores compradores de carros novos fabricados pelas principais montadoras do Brasil, nomeadamente da General Motors, Fiat e Volkswagen, o que lhe permite ganhos de escala. Em 2007, a Unidas comprou um total de 18.823 carros, o que corresponde a aproximadamente 0,8% do total de vendas de carros novos no mercado interno brasileiro. No período de três meses findo em 31 de março de 2008, a Companhia comprou um total de 4.977 carros, o que corresponde a aproximadamente 0,8% do total de vendas de automóveis e veículos comerciais leves novos no mercado interno brasileiro nesse período. O elevado volume de operações firmado com as montadoras e também com outros parceiros envolvidos na cadeia de atividades da Unidas (companhias de seguros, oficinas de manutenção e fornecedores de consumíveis e peças, entre outros) permite à Companhia acordar termos e condições operacionais e comerciais mais favoráveis, comparados aos normalmente praticados no mercado, fator importante para a rentabilidade de empresas do setor de atividade da Companhia.
- ***Qualidade dos serviços e imagem amplamente reconhecida no mercado.*** Um dos pontos chave do negócio da Unidas é a qualidade do seu serviço, à qual a Companhia acredita estar associada à sua marca. Por esse motivo, a Unidas investe constantemente tempo e recursos significativos em seu capital humano, desenvolvendo as melhores práticas de treinamento e selecionando pessoas qualificadas para integrar as suas equipes, para que sejam capazes de prestar um atendimento flexível, cordial e eficiente. Neste contexto, a Companhia implementou a “Universidade Unidas”, destinada a oferecer treinamento e capacitação técnica e comercial para franqueados, atendentes e colaboradores. Outras iniciativas importantes para melhorar a qualidade dos serviços da Unidas foram feitas na melhoria de gestão de processos, atividade fundamental da Companhia. Em junho de 2007 foi criada a *Diretoria de Qualidade e Ouvidoria*, focada exclusivamente em assegurar melhorias significativas no atendimento aos clientes. Em pesquisa de imagem de marca, realizada em maio de 2005 pela *Research International Brazil*, a Unidas obteve uma avaliação muito positiva com um reconhecimento de marca de aproximadamente 80,0% da amostra. Na mesma pesquisa, a Unidas obteve a melhor avaliação do mercado na categoria “atendimento”, um dos pontos chave do seu negócio, juntamente com a qualidade do seu serviço.
- ***Modelo de negócio integrado que favorece sinergias (cross selling).*** A atuação da Companhia em atividades que se complementam potencializa a cadeia de relacionamento Unidas e as oportunidades de oferta dos seus negócios (*cross selling*), otimiza a utilização da estrutura corporativa da Companhia, em razão da utilização da mesma base administrativa para os seus segmentos de negócio, e, adicionalmente, fortalece a marca Unidas, que é utilizada de forma única e integrada nos diferentes negócios. A equipe comercial da Companhia atua tanto na captação e relacionamento de clientes de terceirização como de locação de carros, potencializando desta forma o resultado de cada abordagem comercial.
- ***Forte comprometimento do Grupo SAG e Gestão Institucionalizada.*** A Unidas conta com forte comprometimento por parte do Grupo SAG, grupo controlado pelo Acionista Controlador da Companhia, o qual tem dado amplo suporte às atividades da Unidas. O Grupo SAG, além do apoio financeiro que tem prestado como acionista, tem disponibilizado à Companhia uma gestão técnica altamente qualificada, acesso a fontes diversificadas de capital, acesso aos contatos internacionais, à experiência na gestão de parcerias e ao amplo *know-how* do Grupo em soluções automotivas, sobretudo no negócio de terceirização de frotas em Portugal, Espanha e Polónia.

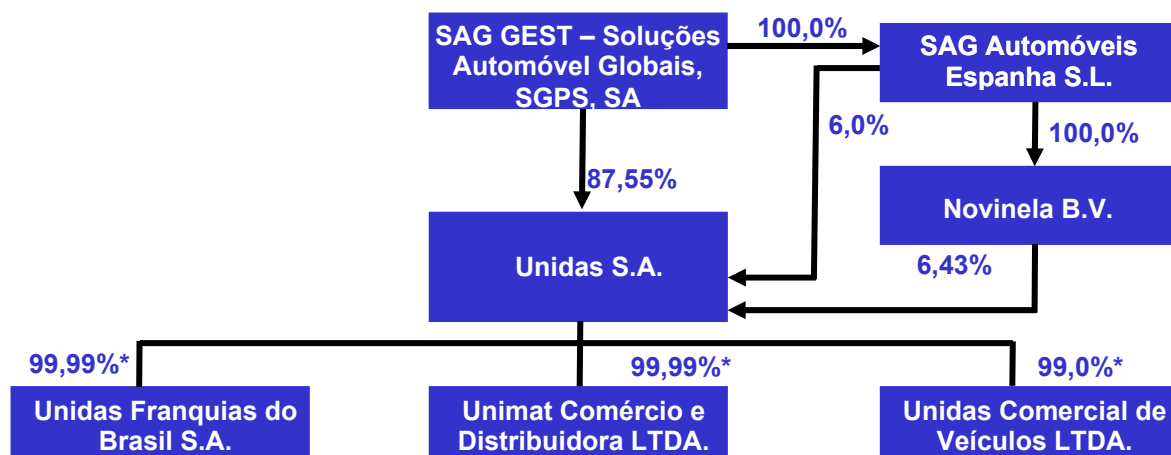
ESTRATÉGIA

- ***Expandir as operações da Companhia a fim de explorar o potencial do mercado.*** A Unidas continuará a expandir seus negócios de terceirização de frotas, visando preservar sua posição de liderança e ampliar sua participação nesse negócio no Brasil. Os esforços comerciais e investimentos em expansão estão concentrados nesse segmento, que a Companhia acredita ter um alto potencial de crescimento e uma rentabilidade crescente. Além disso, a Companhia buscará aumentar seu negócio de locação de carros, explorando o esperado crescimento da economia e a conseqüente expansão da base de clientes. Nesse sentido, a Companhia acredita que um aumento no número de passageiros viajando tanto a negócios como a turismo e um aumento nas atividades da indústria de convenções e eventos contribuirão para o crescimento de suas atividades.
- ***Aumentar a base de clientes e de produtos através da oferta integrada de soluções automotivas.*** A plataforma de negócios da Companhia é composta por atividades que se beneficiam de significativas sinergias entre si, oferecendo oportunidades de *cross selling* entre elas, o que permite à Companhia oferecer propostas de maior valor agregado em um mercado em expansão. Por essa razão, a Companhia pretende continuar a explorar comercialmente essas oportunidades por meio de uma equipe capaz de oferecer a seus clientes soluções automotivas integradas, como, por exemplo, a venda aos usuários de terceirização de frotas de contratos de locação de carros. Adicionalmente, a Companhia pretende continuar a usar informações detidas por cada uma de suas linhas de negócios e subsidiárias, especialmente no que se refere a base de dados de clientes, o que, a Companhia acredita, lhe permite identificar as necessidades de seus clientes e lhes propor soluções automotivas para seus negócios, potencializando assim o aumento de suas vendas e de sua rentabilidade.
- ***Expandir a rede Unidas com base no modelo diferenciado de franquias.*** Beneficiando-se de seu *know-how* e marca forte, a Companhia pretende expandir sua rede de lojas próprias e franqueadas. Essa expansão será focada em cidades brasileiras que apresentem elevados índices de crescimento econômico, nas quais novas indústrias, a expansão do agronegócio e novas rotas aéreas criem um ambiente de negócios atrativo para a Companhia. Nesse sentido, a Companhia continuará a investir no modelo “Franquias Chave na Mão”, pois acredita que ele lhe permite atrair mais franqueados e acelerar assim o seu processo de expansão no negócio de locação de carros. Nesse modelo, o custo de implementação de uma loja para o franqueado é menor que o custo num modelo tradicional de franquias, tornando o negócio mais atrativo para os potenciais franqueados, possibilitando a expansão das operações em locação de carros da Companhia por todo o Brasil, através de um modelo uniforme de lojas, veículos e serviços. De forma complementar, a Companhia acredita que o crescimento do negócio de locação de carros oferecerá oportunidades também em terceirização e gerenciamento de frotas, sendo um importante ponto de apoio para estes negócios, dada a expansão de lojas Unidas por todo o território nacional.
- ***Manter uma sólida estrutura financeira e operacional que permita acompanhar o desenvolvimento do mercado.*** A Companhia pretende continuar implementando políticas que mantenham níveis de disponibilidade de caixa e endividamento adequados às suas necessidades operacionais, através de uma política de diversificação de fontes de financiamento bem como uma gestão financeira baseada nas políticas financeiras definidas no Comitê de Riscos Financeiros do Grupo SAG (ALCO). A Companhia possui outros Comitês especializados de gestão como os Comitês de Risco Automóvel e de Crédito, que são fóruns determinantes para a otimização da relação de risco-retorno dos seus negócios. No primeiro, a Companhia continuará a monitorar ativamente as oscilações e tendências no mercado automobilístico, e, com base nessas informações – as quais são complementadas com o conhecimento de especialistas no mercado – e em um conjunto de ferramentas gerenciais, a Companhia determinará, caso a caso, a depreciação e valor residual dos seus ativos. No segundo, a Companhia continuará a analisar e escolher o perfil dos seus clientes através da aplicação de políticas de avaliação, concessão, monitoramento e controle do crédito. A Companhia buscará, ainda, maior eficiência operacional, continuando a investir tanto em suas tecnologias de informação como na formação de seu pessoal, mantendo e desenvolvendo seu programas de treinamento, como a “Universidade Unidas”, destinada a oferecer treinamento para franqueados, atendentes e colaboradores.

Sumário da emissora

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O quadro abaixo demonstra a estrutura societária da Companhia e de suas subsidiárias (excluindo ações ou quotas, conforme aplicável, detidas por administradores das companhias em causa) na data do presente Prospecto.



* As restantes participações de capital nestas sociedades referem-se a ações ou quotas detidas por seus administradores.

As atividades de terceirização e gestão de frotas e locação de carros são conduzidas diretamente pela Unidas. A Companhia conta com o apoio de suas subsidiárias em certas atividades complementares a suas operações: a Unidas Franquias do Brasil S.A. apóia a Companhia em suas atividades de franquias; a Unimat Comércio e Distribuidora Ltda. apóia a Companhia na venda e distribuição de material publicitário aos seus franqueados; e, a Unidas Comercial de Veículos Ltda. apóia a Companhia na venda dos carros usados previamente utilizados em suas atividades. Todas as empresas do grupo consolidam seus resultados nas contas da Emissora.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

2. INFORMAÇÕES SOBRE OS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

- Administradores da Emissora
- Coordenador Líder
- Coordenadores
- Banco Escriturador e Mandatário
- Agente Fiduciário
- Consultores Legais
- Auditores Independentes
- Declaração da Emissora e do Coordenador Líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INFORMAÇÕES SOBRE OS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

ADMINISTRADORES DA EMISSORA

Quaisquer outras informações sobre a Emissora, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas com o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Emissora, no seguinte endereço:

Unidas S.A.

Diretoria de Relações com Investidores
At.: Sr. Carlos Eduardo Malagoni
Rua Cincinato Braga, 340, 7º andar
CEP 01333-010, São Paulo, SP
Tel.: (11) 3147-5578
Fax: (11) 3147-5713
E-mail: ri@unidas.com.br
www.unidas.com.br

COORDENADOR LÍDER

Quaisquer outras informações sobre a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas com o Coordenador Líder, no seguinte endereço:

Banco Itaú BBA S.A.

Departamento de Mercado de Capitais
At.: Sr. Gustavo Bellon
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 4º andar
São Paulo, SP
Tel.: (11) 3708-8715
Fax: (11) 3708-8107
E-mail: gbellon@itaubba.com.br
www.itaubba.com.br

Para que os representantes de venda dos Coordenadores recebam previamente exemplar do Prospecto Preliminar para leitura obrigatória e para que suas dúvidas possam ser esclarecidas, nos termos do inciso III do §3º do artigo 33 da Instrução CVM n.º 400/03, o Coordenador Líder designou o Sr. Gustavo Bellon.

COORDENADORES

Banco UBS Pactual S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 8º a 10º andares
04538-133 São Paulo, SP
At.: Sr. Marcos Wanderley
Tel.: (11) 3383-2000
Fax: (11) 3383-2001
E-mail: marcos.wanderley@ubs.com
<http://www.ubs.com/ubspactual>

Banco ABC Brasil S.A.

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.400, 5º andar
04543-000 São Paulo, SP
At.: Sr. João Carlos Gonçalves da Silva
Tel.: (11) 3170-2000
Fax: (11) 3170-2001
www.abcbrasil.com.br

Informações sobre os administradores, consultores e auditores

Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.

Rua Minas de Prata, 30, 15º andar
04552-080 São Paulo, SP
At.: Sr. Atila Noaldo
Tel.: (11) 3074-8072
Fax: (11) 3074-8096
E-mail: anoaldo@banifib.com.br
www.banifib.com.br

HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3064, 4º andar
01451-000 São Paulo, SP
At.: Sra Roberta Laurindo
Tel.: (11) 3847-5886
Fax: (11) 3847-9823
E-mail: roberta.b.laurindo@hsbc.com.br
www.hsbc.com.br/para-empresa/investimentos/mercado-capitais-domesticos.shtml

BANCO ESCRITURADOR E MANDATÁRIO

O Banco Escriturador e Mandatário pode ser contatado no seguinte endereço:

Banco Itaú S.A.

Praça Alfredo Egydio de Sousa Aranha, 100
04344-902 São Paulo, SP
At.: Fernanda Medeiros Nunes
Tel.: (11) 5029-2011
Fax: (11) 5029-1920
E-mail: fernanda.nunes@itau.com.br

AGENTE FIDUCIÁRIO

O Agente Fiduciário pode ser contatado no seguinte endereço:

Pentágono S.A. DTVM

Avenida das Américas, nº 4.200 – Bloco 4, Sala 514
Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Maurício da Costa Ribeiro
Tel.: (21) 3385-4572
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: mribeiro@pentagonotruster.com.br
www.pentagonotruster.com.br

CONSULTORES LEGAIS

Os consultores legais da Emissora podem ser contatados no seguinte endereço:

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447
01403-001 São Paulo, SP
At.: Eduardo Soares
Tel.: (11) 3147-7600
Fax: (11) 3147-7770
E-mail: esoares@mattosfilho.com.br
www.mattosfilho.com.br

Informações sobre os administradores, consultores e auditores

Os consultores legais dos Coordenadores podem ser contatados no seguinte endereço:

Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3144, 11º andar

01451-000 São Paulo, SP

At.: Carlos José Rolim de Mello

Tel.: (11) 3150-7010

Fax: (11) 3150-7071

E-mail: crolim@mmso.com.br

www.machadomeyer.com.br

AUDITORES INDEPENDENTES

Os auditores responsáveis pelas demonstrações financeiras da Emissora podem ser contatados no seguinte endereço:

Ernst & Young Auditores Independentes S.A.

Av. Presidente Juscelino Kubitscheck, 1830, 8º andar

04543-900 São Paulo, SP

At.: Aurivaldo Coimbra de Oliveira / Shirley Nara Silva / Fernando Alberto Schwartz Magalhães

Tel.: (11) 2112-5200

Fax: (11) 2112-5776

www.ey.com.br

DECLARAÇÃO DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER

EMISSORA

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, a Emissora, representada por seu Diretor Presidente, Antônio Carlos Romeiras de Lemos e de seu Diretor de Relações com Investidores, Sr. Carlos Eduardo Malagoni, declara (i) que este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, bem como permite aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Debêntures, uma vez que este Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (ii) que as informações contidas neste Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, conforme declaração da Emissora anexa a este Prospecto.

COORDENADOR LÍDER

Considerando que:

- (i) a Emissora e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na Oferta;
- (ii) tendo em vista a Oferta, está sendo efetuada *due diligence* na Emissora, iniciada em 09 de abril de 2008, a qual prosseguiu até a divulgação do Prospecto Definitivo;
- (iii) foram disponibilizados pela Emissora os documentos que a Emissora considerou materialmente relevantes para a Oferta;
- (iv) além dos documentos a que se refere o item (iii) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Emissora, os quais a Emissora confirmou ter disponibilizado;
- (v) a Emissora confirmou ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Emissora para análise do Coordenador Líder, de seus consultores legais e dos auditores, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (vi) o Coordenador Líder participou da elaboração deste Prospecto diretamente e por meio de seus assessores jurídicos;

o Coordenador Líder declara que:

- (a) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Emissora no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, bem como (b) todas e quaisquer informações fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (b) o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo contêm, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Debêntures a serem ofertadas, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e à Instrução CVM 429.

3. INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

- Composição do Capital Social
- Características e Prazos
- Características Gerais das Debêntures
- Contrato de Colocação das Debêntures
- Custo da Oferta
- Custo da Oferta por Debênture
- Estabilização de Preços e Garantia de Liquidez
- Cronograma Estimado das Etapas da Oferta
- Destinação dos Recursos

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Na data deste Prospecto, o capital social da Emissora era de R\$384.751.949,01, representado por 128.250.649 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A tabela abaixo reflete as principais posições acionárias da Emissora.

Acionistas	Ações	%
SAG GEST - Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A. ⁽¹⁾	106.957.400	87,55%
Novinela B.V.	11.001.509	6,43%
SAG Automóveis Espanha S.L.	10.291.734	6,00%
Administradores	6	0,00%
Total	128.250.649	100,00%

⁽¹⁾ Listada na Euronext Lisbon.

SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA, sociedade aberta, sociedade organizada e existente sob as leis de Portugal, com sede na Estrada de Alfragide, n.º 67, 2614-519 Amadora, Portugal. A SAG GEST tem como objeto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades econômicas.

Novinela B.V., sociedade organizada e existente sob as leis da Holanda, com sede em Arent Janszoon Ernststr, 199, 1083GV, Postbus, 7827, 1008 AA, Amsterdam, Holanda. A Novinela B.V. tem como objeto social principal a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades econômicas, bem como desenvolver o registro de marcas e patentes.

SAG Automóveis Espanha S.L., sociedade organizada e existente sob as leis da Espanha, com sede na Calle Emílio Castelar, número 4, 3.º, oficina 307, Las Palmas de Gran Canaria, Espanha. A SAG Automóveis Espanha S.L. tem como objeto social a gestão de participações sociais de outras sociedades.

CARACTERÍSTICAS E PRAZOS

Aprovações Societárias

A presente Emissão e a Oferta foram aprovadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 8 de julho de 2008, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 16 de julho de 2008, sob o nº 234.266/08-9 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Diário do Comércio, Indústria e Serviços – DCI” em 21 de julho de 2008.

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos.

Prazo de Colocação

Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM, a disponibilização do respectivo Prospecto Definitivo aos investidores e a publicação do Anúncio de Início da Oferta, os Coordenadores promoverão a Oferta das Debêntures, a qualquer tempo, em até 02 (dois) dias úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início da Oferta. Ao final do Prazo de Colocação, os Coordenadores subscreverão e integralizarão as Debêntures que não tenham sido subscritas pelos investidores, observado o disposto no Contrato de Colocação.

Informações relativas à oferta

Forma de Subscrição e Integralização

A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição (“Data de Integralização”), em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis a CETIP e a CBLC.

O montante correspondente a 100% dos recursos decorrentes da integralização das Debêntures será depositado em conta corrente aberta pela Emissora junto ao Banco Itaú S.A. (“Conta Garantia”), a ser movimentada única e exclusivamente pelo Agente Fiduciário, sendo que os recursos apenas serão liberados à Emissora em montante igual ao montante de garantia devidamente formalizada, nos termos e prazos delimitados no item abaixo “Metodologia da Constituição da Garantia Adicional Futura” nesta seção.

Negociação das Debêntures

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação do mercado secundário (i) respectivamente por meio do SDT e do SND, ambos os sistemas operacionalizados e administrados pela CETIP, com a distribuição e negociação liquidadas e as debêntures custodiadas na CETIP; e/ou (ii) através do Sistema Bovespa Fix, administrado pela Bovespa, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC.

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

Valor total da Oferta

O valor total da Oferta é de R\$250.000.000,00.

Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures.

Valor Nominal Unitário das Debêntures

O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.

Número de Séries

A Emissão é realizada em série única.

Conversibilidade, Tipo e Forma

As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o “Relatório de Posição de Ativos”, expedido pela CETIP, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND e para as Debêntures depositadas na CBLC, se o caso, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista, que igualmente será reconhecido como comprovante de titularidade de Debêntures.

Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária e, após a constituição da garantia adicional, nos termos da cláusula 4.4. da Escritura de Emissão, serão automaticamente consideradas como da espécie quirografária com garantia adicional.

Informações relativas à oferta

Garantia Adicional Futura

A Emissora compromete-se, de forma irrevogável e irretratável, durante todo o prazo em que as obrigações decorrentes da Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação estiverem vigentes, a transferir e manter em alienação fiduciária, em favor do Agente Fiduciário, nos termos da cláusula 4.4. da Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação, uma quantidade de Bens com Valor de Avaliação (conforme definido abaixo) equivalente a 100,0% (cem por cento) do saldo credor das Obrigações Garantidas (“Valor Garantido”) que será igual ao valor da dívida ainda pendente, apurado trimestralmente pelo Agente Fiduciário. A Emissora obriga-se, durante a vigência da Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação, a promover o reforço da garantia, imediatamente, sempre que o Agente Fiduciário tiver apurado um Valor de Avaliação inferior ao percentual aqui referido e solicitar a ela, por escrito, o reforço da garantia. Para efeitos de determinação do valor de cada um dos Bens (“Valor de Avaliação”), fica estipulado que será considerado 85% (oitenta e cinco por cento) do valor apurado e divulgado pela Tabela Fipe, percentual a ser revisto anualmente, nos termos seguintes.

A Emissora deverá, no prazo de 12 (doze) meses contado da data de assinatura do Contrato de Alienação, fornecer ao Agente Fiduciário um relatório, informando o valor médio do desconto sobre a Tabela Fipe aplicado pelas entidades utilizadas pela Emissora na venda dos veículos da sua frota por meio de leilões (“Valor Médio do Desconto”). O relatório deve ser baseado nas informações fornecidas por, no mínimo, duas instituições, que representem juntas, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do total das vendas dos veículos da frota da Emissora realizado através de leilões. O Agente Fiduciário poderá, através da Emissora, pedir esclarecimentos adicionais às instituições selecionadas por esta última para a elaboração do relatório.

Metodologia de Constituição da Garantia Adicional Futura

A Emissora deverá, nas quantidades de Bens e nos prazos indicados na cláusula 1.1.2. do Contrato de Alienação, entregar ao Agente Fiduciário arquivo em formato Excel contendo todas as informações necessárias ao registro da alienação fiduciária dos veículos oferecidos em garantia, as quais deverão estar individualizadas e distribuídas em colunas, no Sistema Nacional de Gravames (“SNG”), para a inclusão de gravames em lote, a saber: (i) 20% (vinte por cento) dos Bens em 15 (quinze) dias corridos; (ii) 40% (quarenta por cento) dos Bens em 30 (trinta) dias corridos; (iii) 60% (sessenta por cento) dos Bens em 45 (quarenta e cinco) dias corridos; (iv) 80% (oitenta por cento) dos Bens em 60 (sessenta) dias corridos; e (v) 100% (cem por cento) dos Bens em 75 (setenta e cinco) dias corridos todos contados da Data de Integralização (tal como definida abaixo) das Debêntures.

Uma vez recebidos os arquivos Excel referidos acima, o Agente Fiduciário deverá solicitar, o registro da alienação fiduciária no SNG em até 02 (dois) dias úteis, nos termos da cláusula 1.1.3. do Contrato de Alienação. Feito o registro da alienação fiduciária no SNG, a Emissora deverá proceder ao registro da mesma na repartição competente para o licenciamento, nos termos da cláusula 1.1.4. do Contrato de Alienação. A verificação, pelo Agente Fiduciário da documentação comprovando a regularidade da garantia, dar-se-á por amostragem de pelo menos 25,0% (vinte e cinco por cento) dos veículos dados em garantia, indicados no Contrato de Alienação, conforme previsto na Cláusula 1.6. do referido contrato.

A Conta Garantia, conforme definida no item acima “Forma de Subscrição e Integralização” nesta seção do Prospecto, será destinada a receber o volume total de recursos captados na Oferta (“Recursos em Garantia”).

Os Recursos em Garantia somente serão liberados à Emissora, mediante o requerimento por escrito e expreso do Agente Fiduciário, após verificação da constituição da alienação fiduciária dos veículos de propriedade da Emissora, nos termos e prazos previstos na cláusula primeira do Contrato de Alienação.

Informações relativas à oferta

Limite de emissão

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora nesta data é de R\$384.751.949,01 (trezentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e um mil, novecentos e quarenta e nove reais e um centavo).

Data de Emissão

Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão será 1º de junho de 2008.

Prazo e data de vencimento

O prazo de vencimento das Debêntures é de 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final em 1º de junho de 2012 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas na Escritura de Emissão e descritas abaixo. Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação, pelo saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração devida.

Amortização e Pagamento da Remuneração

As debêntures serão amortizadas em 07 (sete) parcelas semestrais e sucessivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, nos dias 1º de junho e 1º de dezembro de cada ano, iniciando-se em 1º de junho de 2009 (cada uma, uma “Data de Amortização”), nos percentuais e valores que se seguem:

Data da Amortização	Percentual de Amortização do Valor Nominal Unitário	Valor amortizado por Debênture
1º de junho de 2009.....	14,285%	R\$1.428,50
1º de dezembro de 2009.....	14,285%	R\$1.428,50
1º de junho de 2010.....	14,285%	R\$1.428,50
1º de dezembro de 2010.....	14,285%	R\$1.428,50
1º de junho de 2011.....	14,285%	R\$1.428,50
1º de dezembro de 2011.....	14,285%	R\$1.428,50
1º de junho de 2012.....	14,290%	R\$1.429,00

A Remuneração será paga semestralmente todo dia 1º de junho e 1º de dezembro de cada ano, sendo o primeiro vencimento em 1º de dezembro de 2008 e o último em 1º de junho de 2012.

Atualização

O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

Remuneração

As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário não amortizado, a serem pagos no fim de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) de acordo com a fórmula abaixo. A taxa de juros aplicável às Debêntures será com base na variação acumulada das taxas médias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de 01 (um) dia, “extra grupo” (“Taxa DI”), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em seu *website* (<http://www.cetip.com.br>), acrescida exponencialmente de *spread* de 2,75% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Acréscimo sobre a Taxa DI”), sendo a Taxa DI e o Acréscimo sobre a Taxa DI, em conjunto, referidos como “Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal não amortizado das Debêntures desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

Informações relativas à oferta

$$J = VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]$$

onde:

J= valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe= Valor Nominal Unitário da Debênture, não amortizado, no início de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI= produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n= número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k= 1, 2,..., n;

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread= sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

spread= spread de 2,75% ao ano;

n= número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo “n” um número inteiro;

DT= número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo “DT” um número inteiro; e

DP= número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Informações relativas à oferta

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento de juros correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos semestralmente, todo dia 1º de junho e 1º de dezembro de cada ano, sendo o primeiro vencimento em 1º de dezembro de 2008 e o último em 1º de junho de 2012.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, se houver, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação (“Período de Ausência da Taxa DI”), ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado. A Assembléia Geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI, da data da extinção ou da data de impossibilidade legal de sua aplicação, conforme o caso.

Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembléia de Debenturistas, a referida Assembléia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará novamente a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.

Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida e não paga até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada publicamente.

Informações relativas à oferta

Repactuação

As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação programada.

Resgate antecipado facultativo

A Emissora poderá, a qualquer tempo, a partir de 1º de junho de 2010, promover o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em circulação, mediante: (i) a deliberação do Conselho de Administração da Emissora, e (ii) envio de comunicação escrita ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis da data do resgate antecipado facultativo, informando a data (“Data do Resgate”) e o procedimento de resgate, descrito abaixo.

Na Comunicação de Resgate deverá constar (i) a Data do Resgate, (ii) valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, deduzindo as Amortizações realizadas e pagas anteriormente, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento; e (b) do prêmio de reembolso a ser calculado de acordo com a seguinte fórmula (“Prêmio de Reembolso”):

$$\text{Prêmio de Reembolso (\%)} = \frac{Px(DD)}{(TCD)}$$

onde:

P = 1,0% (um por cento);

DD = nº de dias corridos contados a partir da Data do Resgate até a Data de Vencimento; e

TCD = nº total de dias corridos desde 1º de junho de 2010 até a Data de Vencimento.

Exclusivamente no caso de resgate parcial, nos 10 (dez) dias úteis posteriores ao envio da comunicação escrita ao Agente Fiduciário, os Debenturistas poderão se habilitar ao resgate das Debêntures de que sejam titulares. Se a quantidade de Debêntures habilitadas exceder o número de Debêntures a serem resgatadas, será efetuado rateio proporcional entre os titulares de Debêntures com base no número de Debêntures habilitadas. Se a quantidade de Debêntures habilitadas for inferior ao número de Debêntures a serem resgatadas, a Emissora deverá resgatar as Debêntures habilitadas e, sobre a diferença, realizar sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, coordenado pelo Agente Fiduciário, para determinar as demais Debêntures que serão resgatadas. As Debêntures objeto do resgate antecipado serão extintas por ocasião deste por meio de cancelamento.

A habilitação referida acima deverá ser feita mediante comunicação formal ao Agente Fiduciário, nos termos da Escritura de Emissão, indicando-se o número de Debêntures que se pretenda objeto do resgate, apresentando-se demonstrativo de titularidade das Debêntures.

Para as Debêntures registradas no SND, o resgate parcial dar-se-á exclusivamente por meio de operação de compra e venda definitiva, no mercado secundário, conforme regulamento de operações do SND, sendo todas as etapas desses processos, incluindo habilitação dos Debenturistas, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades, por Debenturista, a serem resgatadas, realizadas fora do âmbito da CETIP, mas na presença do Agente Fiduciário. Para as Debêntures registradas no Bovespa Fix, o resgate parcial será operacionalizado conforme os procedimentos que serão divulgados à época da publicação da Comunicação de Resgate. Os titulares de Debêntures que não estejam registradas no SND ou no Bovespa Fix, se o caso, observarão as instruções constantes da Comunicação de Resgate, sendo o processo de resgate parcial levado a efeito perante o Banco Mandatário, com supervisão do Agente Fiduciário.

Informações relativas à oferta

Oferta de resgate antecipado

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião de Conselho de Administração, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas (“Oferta de Resgate Antecipado”). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de envio de comunicação escrita ao Agente Fiduciário, a ser amplamente divulgado nos termos da Escritura de Emissão, (“Edital de Oferta de Resgate Antecipado”), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) se a oferta e resgate será da totalidade das Debêntures ou se a mesma será parcial e, neste caso, deverá estar descrito em tal edital, o procedimento para aquisição parcial (sorteio ou atendimento em ordem cronológica); (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iii) forma de manifestação do Debenturista que aceitar a oferta de resgate; (iv) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas;
- (ii) Após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado;
- (iii) a Emissora, poderá condicionar o Resgate Antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debenturistas, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tal percentual deverá estar estipulado no Edital de Oferta de Resgate Antecipado; e
- (iv) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, acrescido (i) da Remuneração devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado, calculada conforme acima descrito no item “Remuneração”; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora.

As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

O pagamento das Debêntures resgatadas por meio da Oferta de Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND, (ii) por meio dos procedimentos adotados pela CBLIC, para as Debêntures registradas no BovespaFix, e/ ou (iii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não sejam vinculados aos sistemas acima mencionados.

Para as Debêntures custodiadas na CETIP, no caso de resgate parcial das Debêntures, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através da operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. No entanto, todas as etapas da Oferta de Resgate Antecipado parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

Multa e Encargos Moratórios

Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2,0% (dois por cento) e juros de mora calculados *pro rata temporis* à taxa de 1,0% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

Informações relativas à oferta

Decadência dos direitos aos acréscimos

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

Forma e Local de pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus os titulares das Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, por intermédio da CETIP e da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC, ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à Bovespa Fix e ao SND.

Prorrogação dos prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Escritura de Emissão, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipóteses em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

Vencimento antecipado

Observados os termos e condições abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, devida desde a Data da Emissão, ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada pro rata temporis, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (“Eventos de Vencimento Antecipado”):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de um dia útil de seu vencimento;
- (b) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária (incluindo covenants não financeiros) relacionada às Debêntures estabelecida na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário ou por qualquer terceiro à Emissora, dos 02 (dois) o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (c) inveracidade, de quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora na Escritura de Emissão, no Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos e Outras Avenças ou no Contrato de Colocação;
- (d) sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutibilidade da Escritura de Emissão;

Informações relativas à oferta

- (e) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Emissora, no mercado local ou internacional, cujo valor considerado em conjunto seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (f) protesto legítimo de títulos contra a Emissora em valor individual ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), por cujo pagamento a Emissora seja responsável, salvo se, no prazo de 05 (cinco) dias úteis corridos contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto for cancelado, ou ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo;
- (g) a falta de pagamento nas respectivas datas de vencimento não sanada em até 02 (dois) dias úteis, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações financeiras em montante individual ou total igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (h) resgate ou amortização de ações, redução de capital, exceto para absorção de prejuízos, pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de Oferta, pela Emissora a seus acionistas, quando esta estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e o pagamento de dividendos prioritários (fixos ou mínimos) a que as ações preferenciais eventualmente emitidas pela Emissora façam jus;
- (i) não cumprimento de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso ou sentença transitada em julgado, pela Emissora em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (j) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de autofalência ou declaração de falência ou, ainda, qualquer procedimento similar que venha a ser criado por lei, requerido ou decretado contra a Emissora;
- (l) o Contrato de Alienação (i) for objeto de questionamento judicial pela Emissora ou por terceiros, que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação, desde que o objeto da alienação não seja substituído pela Emissora nos termos e prazos previstos na cláusula 6.1.5 do Contrato de Alienação; (ii) não for constituído; (iii) for anulado, sem que um novo contrato com as mesmas condições o substitua dentro de 15 (quinze) dias úteis; ou (iv) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindido;
- (m) a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na Escritura de Emissão, sem a prévia anuência do Agente Fiduciário, como representante dos Debenturistas;
- (n) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental que resulte na perda da propriedade ou posse direta da parte substancial de seus ativos ou na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Emissora, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente a capacidade de pagamento pela Emissora de suas obrigações relativas às Debêntures;
- (o) a transferência do controle acionário, direto ou indireto da Emissora, exceto se: (i) para pessoas ou partes relacionadas do atual grupo de controle; ou, (ii) se houver aprovação prévia dos Debenturistas, em AGD convocada com esse fim, dispensada essa aprovação se for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, a aquisição pela Emissora das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação do fato relevante referente à transferência de controle acionário;

Informações relativas à oferta

- (p) a incorporação, a fusão ou a cisão da Emissora, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas em AGD convocada com esse fim, dispensada essa aprovação se for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, a aquisição pela Emissora das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação do fato relevante referente à alienação;
- (q) a Emissora criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre os ativos previstos no Contrato de Alienação no presente ou no futuro, da Emissora, exceto: (i) aqueles destinados a penhores ou depósitos para garantir direitos e obrigações trabalhistas, fiscais ou judiciais da Emissora, desde que liberados em 30 (trinta) dias da data em que forem constituídos, exceto se contestados em boa-fé pela Emissora, neste caso devendo ser liberados em 30 (trinta) dias após a respectiva decisão judicial final;
- (r) tiver sido alterado o objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, de maneira que (i) altere substancialmente as atividades atualmente praticadas e o ramo de negócios atualmente explorados pela Emissora; e (ii) afete substancialmente a capacidade de pagamento pela Emissora de suas obrigações relativas às Debêntures;
- (s) alienação de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resulte em uma redução do ativo da Emissora superior a 20% (vinte por cento), exceto se tal alienação objetivar a captação de recursos para (i) a capitalização da Emissora, (ii) investimentos na atividade produtiva da Emissora, (iii) substituição de bens antigos por outros novos com a mesma finalidade, ou (iv) eliminação de ativos operacionais obsoletos ou inservíveis. O limite acima estabelecido será apurado, levando-se em conta o ativo da Emissora no último exercício social;
- (t) não cumprimento, pela Emissora, durante a vigência das Debêntures, dos seguintes índices financeiros, apurados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, feita a atualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:
 - (i) o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não deverá ser superior a (a) 3,25 (três vírgula e vinte e cinco) a partir publicação das demonstrações financeiras anuais relativas a 31 de dezembro de 2009 até a publicação das demonstrações financeiras anuais relativas a 31 de dezembro de 2010; e (b) 2,75 (dois vírgula setenta e cinco) a partir da publicação das demonstrações financeiras trimestrais relativas ao período terminado em 31 de março de 2011 até a Data de Vencimento;
 - (ii) o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pela soma do EBITDA e do Valor Total da Frota Desonerada (conforme definido abaixo) não deverá ser superior a 1,25 (um vírgula vinte e cinco);
 - (iii) o índice obtido da divisão do Valor Total da Frota (conforme definido abaixo) pela Dívida Financeira Líquida não deverá ser inferior a 1,5 (um vírgula cinco); e
 - (iv) o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo Patrimônio Líquido (conforme definido abaixo) não deverá ser superior a 1,5 (um vírgula cinco).

Onde:

“Dívida Financeira Líquida”: significa o endividamento oneroso total (composto por “Empréstimos e Financiamentos” (no “Passivo Circulante” e no “Passivo não Circulante”) e Eurobônus (no “Passivo Circulante” e no “Passivo não Circulante”)), menos as disponibilidades em caixa e valores equivalentes e aplicações financeiras, sendo certo que a dívida referente ao Contrato de Empréstimo não será considerada como endividamento oneroso para a Emissora;

Informações relativas à oferta

“EBITDA”: significa o lucro antes de juros, tributos, amortizações e depreciações ao longo dos últimos 12 (doze) meses;

“Valor Total da Frota Desonerada”: significa a parte do Valor Total da Frota que não foi objeto de alienação fiduciária, em garantia de operações financeiras;

“Valor Total da Frota”: significa a parcela do imobilizado da Emissora correspondente ao “Valor Líquido de Veículos”, acrescida dos “Bens do Imobilizado Não Destinados a Uso”; e

“Patrimônio Líquido”: significa o “Capital Social”, adicionado de “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, “Reserva de Capital”, “Reserva de Lucros” e “Lucros Acumulados”.

- (u) o pagamento antecipado do Contrato de Empréstimo, definido na cláusula I da Escritura de Emissão, antes da Data do Vencimento, exceto em caso de oferta de ações da Emissora.

A ocorrência de quaisquer dos eventos de vencimento antecipado indicados nas alíneas (a), (d), (e), (g), (h), (j), (k), (l), (m), (o), (p), (q), (u), acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures.

Na ocorrência de qualquer dos demais eventos de vencimento antecipado acima, o Agente Fiduciário deverá convocar a AGD no primeiro Dia Útil subsequente à data de conhecimento da respectiva ocorrência. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembléia, por deliberação de Debenturistas representantes de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

Não havendo deliberação nas datas originalmente estabelecidas para realização da Assembléia Geral de Debenturistas, seja na primeira ou na segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal das Debêntures, acrescido do Rendimento aplicável e encargos até a data de seu efetivo pagamento.

Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados na forma de avisos, no jornal “DCI – Diário Comércio, Indústria e Serviços” (publicado na cidade de São Paulo), bem como no *website* da Emissora na internet (www.unidas.com.br), exceção feita aos seguintes avisos e anúncios: (a) aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM 400; (b) Anúncio de Início; (c) Anúncio de Encerramento; e (d) outros avisos aos investidores que eventualmente sejam publicados até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, que serão que serão publicados apenas na edição nacional do jornal “Valor Econômico”.

Assembléia de Debenturistas

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei de Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10,0% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembléias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão.

Informações relativas à oferta

As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos da data de sua realização. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

Independentemente das formalidades previstas na Lei e na Escritura de Emissão, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em circulação.

As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorum* estabelecidos abaixo, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

Quorum de Instalação

A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quorum* de instalação e/ou deliberação da AGD previstos na Escritura de Emissão, consideram-se “Debêntures em circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de suas controladoras (ou grupo de controle), suas controladas diretas ou indiretas, e/ou administradores da Emissora, de empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), ou de controladoras da Emissora (ou grupo de controle) incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

Mesa Diretora

A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

Quorum de Deliberação

Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não, observadas as formalidades e impedimentos legais.

Observado o aqui disposto, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, salvo nos casos em que for estabelecido *quorum* específico, nos termos da Escritura de Emissão ou da legislação em vigor.

As alterações na Remuneração, garantias, prazos de vencimento, repactuação, resgate antecipado, eventos de vencimento antecipado, amortização, *quorum* de deliberação das Debêntures ou cláusulas de vencimento antecipado deverão contar com aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90,0% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

Público Alvo

As Debêntures serão destinadas prioritariamente a investidores pessoas físicas e jurídicas, fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registrados na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores institucionais ou qualificados, conforme regra vigente no País.

Informações relativas à oferta

Inadequação da Oferta

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) não se enquadrem nos parâmetros do Público Alvo acima apresentado e (ii) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário. Os investidores devem, ainda, ler a seção “Fatores de Risco” nas páginas 59 a 66 deste Prospecto.

Manifestação de aceitação à Oferta

Os investidores a partir da data de publicação do Anúncio de Início deverão manifestar sua aceitação à Oferta aos Coordenadores, por meio dos procedimentos da CETIP e da CBLC, conforme o caso.

Manifestação de revogação da aceitação à Oferta

Caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400/03; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400/03, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores (i) até as 16:00 horas do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, no caso das alíneas (b) e (c) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso, no prazo de 03 (três) dias úteis contados da data da respectiva revogação.

Suspensão ou modificação da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400/03, a CVM (i) poderá suspender, a qualquer tempo, a Oferta se (a) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400/03 ou do registro da Oferta; ou (b) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta; e (ii) deverá suspender a Oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro, aplicando-se, neste caso, o disposto no item “Cancelamento ou Revogação da Oferta” abaixo. Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400/03, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pela Emissora, de comum acordo com os Coordenadores, de modificação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta.

Se for deferida a modificação, a Oferta poderá, por iniciativa própria da CVM, ou requerimento da Emissora, ser prorrogada por até 90 dias. A suspensão e a modificação serão divulgadas imediatamente na forma prevista no item “Publicidade” acima. Os Coordenadores deverão acautelar-se e certificar-se de que os investidores, ao formalizarem sua adesão à Oferta, com a assinatura do boletim de subscrição, estão cientes de que a Oferta original foi alterada e de que têm conhecimento dos novos termos e condições. Caso a Oferta seja suspensa ou modificada, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

Informações relativas à oferta

Cancelamento ou revogação da Oferta

Nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400/03, a CVM poderá cancelar, a qualquer tempo, a Oferta se (a) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400/03 ou do registro da Oferta; ou (b) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta. A rescisão do Contrato de Colocação importará no cancelamento do registro da Oferta. Nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400/03, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pela Emissora, de comum acordo com os Coordenadores, de revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta.

Caso (a) a Oferta seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400/03; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400/03; ou (c) o Contrato de Colocação seja resilido, todos os atos de aceitação serão cancelados e os Coordenadores, juntamente com a Emissora, comunicarão aos investidores o cancelamento da Oferta, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso, no prazo de três dias úteis contados da data da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta.

CONTRATO DE COLOCAÇÃO DAS DEBÊNTURES

O Contrato de Colocação das Debêntures está disponível para consulta na sede da Emissora, na Rua da Consolação, nº 347, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Coordenadores

As Debêntures serão distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação por parte dos Coordenadores, de forma individual e não solidária, de 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures, conforme a alocação de volume estabelecida na tabela abaixo:

Coordenador	Quantidade de Debêntures	Valor na Data de Emissão
Itaú BBA	7.500	R\$75.000.000,00
UBS Pactual	7.500	R\$75.000.000,00
Banco ABC	3.000	R\$30.000.000,00
Banif	2.000	R\$20.000.000,00
HSBC	5.000	R\$50.000.000,00
Total	25.000	R\$250.000.000,00

Os Coordenadores prestam, de forma individual e não solidária, garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures objeto da Emissão, obrigando-se a subscrever e integralizar as Debêntures que não tenham sido efetivamente distribuídas no último dia do Prazo de Colocação, observado o critério de alocação e a proporção dispostos no Contrato de Colocação. A garantia firme prestada pelos Coordenadores é válida até o dia 07 de agosto de 2008, podendo ser prorrogada a exclusivo critério dos Coordenadores.

A obrigação dos Coordenadores de subscrever as Debêntures de acordo com os termos previstos não é solidária. Cada um dos Coordenadores responde única e exclusivamente até o limite da respectiva garantia firme.

No caso de exercício da garantia firme de subscrição, os Coordenadores poderão revender as Debêntures subscritas a seus clientes, a qualquer tempo, pelo preço de mercado vigente à época.

A obrigação dos Coordenadores é limitada (i) ao pagamento, no Prazo de Colocação, do Preço de Subscrição das Debêntures que venham a subscrever; e (ii) ao repasse, à Emissora, do valor obtido com a Oferta das Debêntures junto aos investidores.

Informações relativas à oferta

Remuneração

A Emissora pagará aos Coordenadores, pelos serviços prestados no Contrato de Colocação, uma comissão total de até 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) a ser paga na Data de Liquidação das Debêntures, dividida entre os Coordenadores da seguinte forma (“Comissão”):

- (i) *Comissão de Coordenação e Estruturação*: 0,30% (trinta centésimos por cento) calculados sobre o valor apurado mediante a multiplicação do preço de subscrição e integralização pelo total de Debêntures efetivamente colocadas e/ou subscritas, sendo este valor dividido entre os Coordenadores na proporção da garantia firme prestada;
- (ii) *Comissão de Colocação*: 0,40% (quarenta centésimos por cento) calculados sobre o valor apurado mediante a multiplicação do preço de subscrição e integralização pelo total de Debêntures efetivamente colocadas e/ou subscritas, sendo este valor dividido entre os Coordenadores, na proporção da garantia firme prestada; e
- (iii) *Prêmio de Garantia Firme*: 0,40% (quarenta centésimos por cento) calculados sobre o valor apurado mediante a multiplicação do preço de subscrição e integralização pelo número total de Debêntures objeto de garantia firme, no valor determinado na tabela acima, independente de seu exercício, sendo este valor dividido entre os Coordenadores na proporção da garantia firme ali indicada.

Adicionalmente, a Emissora pagará aos Coordenadores, uma comissão de incentivo de até 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) calculados sobre o valor apurado mediante a multiplicação do preço de subscrição e integralização pelo total de Debêntures efetivamente colocadas e/ou subscritas, a ser concedida totalmente discricionariamente pela Emissora aos Coordenadores na proporção em que a Emissora, única e exclusivamente, acreditar ser adequado.

CUSTO DA OFERTA

A tabela abaixo demonstra o custo estimado da Oferta, calculada com base no valor na Data de Emissão, assumindo a colocação da totalidade das Debêntures.

Descrição	Valor Total (R\$)	Valor por Debênture (R\$) ⁽¹⁾	% do Valor Total da Oferta
Valor Total	250.000.000,00	10.000,00	100,000%
Custo Total	3.720.975,26	148,83	1,488%
Comissões	2.750.000,00	110,00	1,100%
Comissão de Coordenação.....	750.000,00	30,00	0,300%
Comissão de Colocação.....	1.000.000,00	40,00	0,400%
Comissão de Garantia Firme....	1.000.000,00	40,00	0,400%
Taxa de Registro na CVM	82.870,00	3,31	0,033%
Taxa de Registro na ANBID	5.000,00	0,20	0,002%
Despesas Estimadas.....	20.000,00	0,80	0,008%
Advogados.....	300.000,00	12,00	0,120%
Auditores Independentes	441.000,00	17,64	0,176%
Classificação de Risco	42.105,26	1,68	0,017%
Publicações ⁽²⁾	60.000,00	2,40	0,024%
Valor Líquido para Emissora	246.279.024,70	9.851,16	98,512%

⁽¹⁾ O custo da Oferta por Debêntures corresponde ao quociente obtido pela divisão do custo total da Oferta pelo número de Debêntures.

⁽²⁾ Inclui despesas gerais, impressão de prospectos e publicações de anúncios e avisos.

Informações relativas à oferta

CUSTO DA OFERTA POR DEBÊNTURE

	Valor Nominal R\$	Custo da Distribuição R\$	%	Montante Líquido para a Companhia R\$
Por Debênture	10.000,00	148,83	1,488	9.851,17

ESTABILIZAÇÃO DE PREÇOS E GARANTIA DE LIQUIDEZ

Não serão celebrados contrato de estabilização de preços ou contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Debêntures.

CRONOGRAMA ESTIMADO DAS ETAPAS DA OFERTA

A Oferta seguirá o cronograma tentativo abaixo:

Evento	Datas*
Protocolo do pedido de registro na CVM	03 de junho de 2008
Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas aprovando a Oferta	08 de julho de 2008
Publicação do Aviso ao Mercado.....	09 de julho de 2008
Disponibilização do Prospecto Preliminar nos sites da Emissora e dos Coordenadores...	09 de julho de 2008
Início das apresentações para potenciais investidores (<i>road show</i>)	09 de julho de 2008
Encerramento das apresentações para potenciais investidores	14 de julho de 2008
Registro da Oferta na CVM.....	29 de julho de 2008
Recebimento de ordens dos Investidores	31 de julho de 2008
Publicação do Anúncio de Início.....	04 de agosto de 2008
Disponibilização do Prospecto Definitivo	04 de agosto de 2008
Liquidação da Oferta.....	04 de agosto de 2008
Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta	06 de agosto de 2008

* As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações e atrasos.

RELACIONAMENTO DA EMISSORA COM OS COORDENADORES

Banco Itaú BBA S.A.

Além dos serviços relacionados com a Oferta, o Itaú BBA e entidades do seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com a Companhia e suas subsidiárias que inclui serviços de cash management, cobrança, folha de pagamento e sistema de pagamento. O Itaú BBA celebrou com a Companhia o Convênio de Crédito em 14 de setembro de 2007, pelo qual abriu uma linha de crédito de até R\$70,0 milhões, destinada exclusivamente à aquisição de veículos. Na data deste prospecto, existiam 5 CCB em aberto, emitidas em 12 de março de 2008 pelo valor de R\$70,0 milhões, com vencimento em 08 de setembro de 2008, à taxa de juros de 7% ao ano acrescida da variação cambial do dólar norte-americano, as quais possuem valor de R\$33,7 milhões nesta data. Tais operações não estão diretamente vinculadas ou terão seus termos e condições alterados em função do resultado da presente Oferta. Entretanto, nos termos da CCBs, no caso de realização de uma oferta pública de ações da Emissora, esta deverá quitar as CCBs com os recursos de tal oferta pública de ações. Também tem em aberto um contrato de *swap*, como *hedge* das CCBs, iniciado em 12 de março de 2008, com vencimento em 08 de setembro de 2008, com valor nominal de R\$70,0 milhões, onde a Companhia está ativa em variação cambial do dólar norte-americano acrescida da taxa de 7% ao ano e passiva na variação do CDI acrescida da taxa de 3,25% ao ano, representando nesta data um ajuste negativo para a Companhia no valor de R\$5,5 milhões. Os demais contratos de *swap* e de repasse em aberto nesta data estão listados no quadro abaixo. Adicionalmente a isto, o Itaú BBA mantém linhas de crédito adicionais para financiamento de veículos. O Itaú BBA e entidades do seu conglomerado econômico pretendem manter seu relacionamento comercial com a Companhia e, nesse contexto, poderão no futuro prestar outros serviços de banco comercial e/ou banco de investimento para a Companhia.

Informações relativas à oferta

O Itaú USA Securities Inc., e/ou suas afiliadas, poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos tendo as Debêntures como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Debêntures, contra o recebimento de taxas de juros fixos ou flutuantes (operações de *total return swap*). O Itaú USA Securities Inc., e/ou suas afiliadas poderão adquirir Debêntures no âmbito da Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Debêntures, sem contudo gerar demanda artificial durante a Oferta.

SWAPS

VALOR NOMINAL R\$	INÍCIO	VENCIMENTO	COMPANHIA ATIVA	COMPANHIA PASSIVA	AJUSTE PARA A COMPANHIA
1.470.546,22	29/06/2007	23/06/2008	Variação cambial + 7% aa	CDI + 1,15% aa	-338.109,54
1.470.546,22	29/06/2007	22/09/2008	Variação cambial + 7% aa	CDI + 1,15% aa	-338.109,54

CCB

MONTANTE EMITIDO R\$	INÍCIO	VENCIMENTO	TAXA DE JUROS	VALOR EM ABERTO
1.437.910,18	08/05/2007	31/07/2008	Variação cambial + 7% aa	1.499.339,41
1.215.705,50	29/06/2007	22/09/2008	Variação cambial + 7% aa	1.283.762,34

Banco UBS Pactual S.A.

Além do relacionamento comercial com relação à Oferta, o UBS Pactual emitiu uma fiança bancária em nome da Emissora para garantir as CCBs emitidas em crédito do Itaú BBA, mencionadas na seção “Sumário dos Coordenadores – Relacionamento da Emissora com os Coordenadores”, bem como na seção “Relacionamento da Emissora com os Coordenadores/Itaú BBA”. Tal fiança bancária foi prestada em 12 de março de 2008, pelo valor de R\$35 milhões, com vencimento em 10 de setembro de 2008, à taxa de comissão de 2,5% acrescida da CDI. A fiança bancária tem por objeto garantir as obrigações e encargos financeiros que venham a ser devidos pela Emissora na data de vencimento das CCBs e o eventual resultado financeiro do *swap*. A fiança está condicionada: (i) ao compartilhamento da garantia prestada pela Emissora com relação às CCBs sob o Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia, (ii) ao pagamento da comissão e (iii) não estar em processo de liquidação extrajudicial ou intervenção do Banco Central. Caso haja qualquer pagamento ou compensação feita entre a Emissora e o Itaú BBA, com relação ao *swap*, após a satisfação pelo banco da fiança prestada em favor do Itaú BBA, os valores recebidos pelo Itaú BBA deverão ser repassados ao UBS Pactual no mesmo dia útil em que recebidos, na proporção de 50%. Caso ocorra o pagamento da carta de fiança, o Itaú BBA cederá uma das CCBs ao UBS Pactual, no mesmo dia, de forma que ele se sub-rogue no crédito contra a Emissora e compartilhe da garantia prestada pela Emissora ao Itaú BBA. Caso ocorra a liquidação antecipada das obrigações garantidas, de forma parcial ou integral, a comissão de fiança será devida pelo Itaú BBA de forma proporcional ao montante objeto do pagamento antecipado parcial feito pela Emissora, se for o caso, e somente até a data do pagamento antecipado das obrigações garantidas pela Emissora, e não até a data de vencimento da carta de fiança. Adicionalmente, a Emissora poderá, no futuro, contratar o UBS Pactual ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

O UBS AG, London Branch, e/ou suas afiliadas poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Debêntures como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Debêntures contra recebimento de taxa de juros fixas ou flutuantes (operações de *return swap*). O UBS AG, London Branch, e/ou suas afiliadas poderão adquirir Debêntures no âmbito da Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Debêntures, sem contudo gerar demanda artificial durante a Oferta.

Informações relativas à oferta

Banco ABC Brasil S.A.

Além do relacionamento referente à Oferta, a Emissora manteve e mantém relacionamento comercial, com o Banco ABC ou com sociedades de seu conglomerado econômico, incluindo a atuação na emissão de Eurobônus da SAG do Brasil S.A. (anterior denominação da Emissora), adquirido no mercado primário em 28 de setembro de 2006, no valor de US\$2.500.000,00, o qual tem vencimento em 06 de outubro de 2009.

Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.

Além do relacionamento referente à Oferta, a Emissora não tem, na presente data, nenhum outro relacionamento comercial com o Banif. No entanto, o Banif poderá prestar à Emissora, no futuro, serviços de banco de investimento, corretagem e outros, tais como assessoria e consultoria financeira.

HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

O Grupo HSBC no Brasil mantém relacionamento comercial com a Emissora desde 2001 via prestação de serviços bancários em geral, provendo além de serviços relacionados a conta corrente, também operações de câmbio e derivativos. A HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. participa da presente Oferta, na condição de Coordenador. A Emissora poderá, no futuro, contratar o HSBC ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-los na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Ao final de junho de 2008, o Grupo HSBC mantinha 27 operações de crédito junto à Emissora, contratadas ao amparo da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2770, associadas a contratos de *swap* e cujos recursos foram destinados ao pagamento de seus fornecedores. Essas operações de crédito foram contratadas no período de maio a agosto de 2007, com vencimentos para o período de agosto de 2008 a março de 2009, e têm como garantias a alienação fiduciária de veículos. O custo médio dessas operações de crédito, já considerado a contratação dos *swaps*, correspondente a Taxa DI acrescido de um *spread* de 2,00% ao ano. O montante dessas operações de crédito atingia a R\$13.824 mil. Já os contratos de *swap* apresentavam um saldo devedor para a Emissora de R\$5.975 mil. A liquidação desses contratos não estão atrelados ao resultado da Oferta.

Adicionalmente, a Emissora informa que os Coordenadores não receberão nenhum tipo de remuneração, relativa ao preço de emissor, além daquela citada no Contrato de Coordenação. Para mais informações, vide o item “Contrato de Colocação das Debêntures”, nesta seção do Prospecto.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Um montante estimado em 80% dos recursos provenientes da Oferta, equivalente a cerca de R\$200,0 milhões, será prioritariamente utilizado para abater parte do endividamento da Emissora.

As dívidas selecionadas são aquelas com prazos de vencimento entre 31 de julho de 2008 e 31 de julho de 2009, sujeitas a taxas de juros que variam entre CDI+1,44% e CDI+3,25%, as quais são integralmente referentes a financiamentos contraídos para aquisição de veículos para a nossa frota, dos nossos principais fornecedores.

Além disso, um montante estimado em 20% dos recursos provenientes da Oferta, equivalente a aproximadamente R\$50,0 milhões, será utilizado na aquisição de veículos, no curso normal dos negócios da Emissora, e para reforçar seu capital de giro. A maioria dos veículos a adquirir se destinarão ao negócio de terceirização de frotas, de forma a apoiar a estratégia de crescimento da Emissora. Nesse negócio, geralmente são os clientes que definem as especificações dos veículos que são adquiridos para a locação, de acordo com suas preferências e necessidades. A Emissora irá também adquirir veículos para aumentar a frota de locação de carros disponível em suas lojas próprias e franqueadas.

A tabela abaixo resume os percentuais aproximados das destinações que a Emissora pretende dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta:

Uso	Percentual
Pagamento de dívidas de curto prazo	80%
Aquisição de veículos novos e Capital de giro	20%
Total.....	100%

Para obter mais informações sobre a aplicação dos recursos líquidos e impacto na situação patrimonial e financeira da Emissora, ver a Seção “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora” na página 72 deste Prospecto.

4. FATORES DE RISCO

- Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos
- Riscos Relacionados à Emissora e ao Setor
- Riscos Relacionados à Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento nos valores mobiliários a serem ofertados no âmbito da Oferta, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos nesta seção. Caso qualquer dos riscos e incertezas aqui descritos efetivamente venha a ocorrer, os negócios, a situação financeira e/ou os resultados operacionais da Emissora poderão ser afetados de forma adversa. Os fatores de risco descritos abaixo refletem a situação atual da Emissora.

RISCOS RELACIONADOS A FATORES MACROECONÔMICOS

A Emissora atua no mercado brasileiro, estando sujeita, portanto, aos efeitos da política econômica do Governo Federal.

Freqüentemente, o Governo Federal intervém na economia do país, realizando, ocasionalmente, mudanças drásticas e repentinas na política econômica. As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar políticas econômicas e monetárias têm envolvido alterações nas taxas de juros, flutuação da moeda, controle de câmbio, tarifas e limites à importação, controles no consumo de energia elétrica, entre outras medidas. Essas políticas, bem como algumas condições macroeconômicas, causaram efeitos significativos na economia brasileira, assim como no mercado de capitais brasileiro.

Além disso, discute-se atualmente no Congresso Nacional diversas reformas e/ou medidas que poderão ser aprovadas e implementadas pelo Governo Federal, dentre elas: (i) a reforma tributária, parcialmente implementada; e (ii) a reforma da legislação trabalhista.

Adicionalmente, não há como prever quais diretrizes das políticas econômica e monetária serão adotadas pelo Governo Federal e quais serão os impactos dessas medidas sobre a Emissora.

A adoção de medidas que possam resultar em eventuais flutuações da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, instabilidade social, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal poderão impactar negativamente os negócios, a condição financeira, a capacidade de geração de caixa e os resultados operacionais da Emissora.

A inflação e certas medidas governamentais para contê-la podem ter efeitos adversos sobre a economia brasileira, o mercado de valores mobiliários brasileiro e/ou os negócios da Emissora.

O Brasil experimentou, no passado, taxas de inflação bastante elevadas, que foram reduzidas com a implementação do Plano Real, em 1994. A moeda brasileira, historicamente, vem apresentando desvalorizações freqüentes, criando, assim, pressões inflacionárias adicionais no Brasil, o que resulta na necessidade de adoção de políticas recessivas pelo Governo Federal para conter a demanda agregada.

A inflação, juntamente com medidas governamentais destinadas a combatê-la e as especulações acerca dessas medidas, tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira no passado recente. Em 30 de junho de 1999, o CMN fixou os valores de 3,5%, 4,0%, 5,5%, 4,5%, 4,5% e 4,5% como metas para a variação do IPCA para os anos de 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007 respectivamente, com intervalos de tolerância de dois pontos percentuais acima e abaixo das metas centrais retromencionadas. Nos anos de 2002, 2003 e 2004 entretanto, as metas não foram cumpridas, tendo a inflação atingido 12,5%, em 2002, 9,3%, em 2003, e 7,6%, em 2004. Em 2005, 2006 e 2007, o IPCA foi de 5,7%, 3,1% e 4,5%, respectivamente, tendo sido cumprida a meta.

A inflação medida pelo IGPM foi de 25,3%, 8,7%, 12,4%, 1,2%, 3,8% e 7,8% em 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007 respectivamente.

Fatores de risco

Caso as taxas de inflação voltem a aumentar, os negócios da Emissora, sua condição financeira e o resultado de suas operações poderão ser afetados negativamente.

Efeitos das Flutuações das Taxas de Câmbio.

A moeda brasileira tem historicamente sofrido freqüentes desvalorizações. No passado, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e fez uso de diferentes políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, pequenas desvalorizações periódicas (durante as quais a freqüência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de câmbio flutuante, controles cambiais e dois mercados de câmbio. As desvalorizações cambiais em períodos de tempo mais recentes resultaram em flutuações significativas nas taxas de câmbio do Real frente ao Dólar em outras moedas. Em 31 de dezembro de 2006, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$2,14 por US\$1,00, o que representa uma valorização do Real de 9,5% desde 31 de dezembro de 2005. Em 31 de dezembro de 2007, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$1,77 por US\$1,00. Não é possível assegurar que a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar irá permanecer nos níveis atuais. Para todas as dívidas contratadas em moeda estrangeira, a Emissora contrata também um derivativo para a proteção cambial, normalmente um *swap*. Dessa forma, os resultados operacionais da Emissora não são diretamente afetados pelas variações cambiais.

A variação das taxas de juros poderá ter um efeito prejudicial sobre as atividades e resultados operacionais da Emissora.

O Comitê de Política Monetária – COPOM estabelece as metas das taxas de juros básicas para o sistema financeiro brasileiro. Em anos recentes, a taxa de juros básica tem oscilado, tendo chegado a, aproximadamente, 45,0% em março de 1999, e caído para 15,25%, em 17 de janeiro de 2001. De fevereiro a julho de 2002, o COPOM diminuiu a taxa básica de juros de 19,0% para 18,0%. De outubro de 2002 a fevereiro de 2003, o COPOM aumentou a taxa básica de juros em 8,5 pontos percentuais, para 26,5%, em 19 de fevereiro de 2003. A taxa básica de juros permaneceu em alta até junho de 2003, quando o COPOM iniciou a trajetória de decréscimo da taxa de juros básica. Posteriormente, ao longo dos anos de 2004, 2005 e 2006, a taxa de juros básica voltou a sofrer variações por decisão do COPOM, sendo que, em 11 de junho de 2008, a taxa básica de juros era de 12,25% ao ano.

A elevação das taxas de juros poderá ter impacto negativo no resultado da Emissora na medida em que pode inibir o crescimento econômico, diminuindo a demandas pelas atividades da Emissora.

A deterioração das condições econômicas e de mercado em outros países, principalmente nos mercados considerados emergentes, pode afetar negativamente a economia brasileira e os negócios da Emissora.

A economia brasileira e as companhias brasileiras têm sido impactadas, em diferentes intensidades, pelas condições econômicas de outros países. Mesmo que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um país pode levar o mercado de capitais de outros países a sofrer flutuações. No passado recente, eventos políticos, econômicos e sociais em países de economia emergente, incluindo os da América Latina, afetaram adversamente a disponibilidade de crédito para empresas brasileiras no mercado externo, resultando em saída significativa de recursos do País e na diminuição na quantidade de moeda estrangeira investida no País.

Não há como garantir que futuros acontecimentos em outros países, principalmente os emergentes, não afetarão a oferta de crédito às companhias brasileiras, podendo, deste modo, vir a afetar negativamente a oferta de crédito para a Emissora, podendo, ainda, resultar em impacto material adverso nos seus resultados.

Fatores de risco

RISCOS RELACIONADOS À EMISSORA E AO SETOR

A Emissora está sujeita ao risco de não renovação de contratos de terceirização e gerenciamento de frotas com seus principais clientes.

No negócio de terceirização e gerenciamento de frotas, os 20 maiores clientes da Emissora representam aproximadamente 50,0% de suas receitas brutas e frota. A não renovação de contratos de terceirização e gerenciamento de frotas com tais clientes poderá resultar em uma redução significativa na receita da Emissora e, conseqüentemente, poderá impactar adversamente os negócios, condição financeira e resultados da Emissora.

Os resultados da Emissora podem ser afetados pelo aumento do custo de aquisição de carros novos.

A frota de carros da Emissora é renovada constantemente, após um período de utilização de cada carro de aproximadamente 12 meses, no caso de carros disponibilizados para locação, e de 12 a 36 meses no caso de carros disponibilizados para terceirização de frotas. A Emissora tem se beneficiado de descontos na compra de carros novos em virtude de seu grande volume de compras de tais carros. Os resultados da Emissora podem ser afetados caso se verifique um aumento no custo de aquisição de carros novos, que pode ser provocado quer pelo aumento na demanda por carros novos quer por uma alteração na política de venda praticada pelos fabricantes.

No caso de um aumento na demanda pela compra de carros novos, o que, conseqüentemente, reduzirá a capacidade disponível de produção dos fabricantes de carros no Brasil, ou uma mudança desfavorável na política de venda de carros às empresas de locação de carros e terceirização de frotas, a Emissora poderá não mais gozar da vantagem de obter tais descontos. Como os preços cobrados pela Emissora de seus clientes nas atividades de locação de carros e terceirização de frotas levam em consideração o custo de aquisição de carros novos, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Emissora podem ser adversamente impactados nas referidas hipóteses.

A diminuição na demanda por carros usados pode impactar adversamente os negócios da Emissora.

Os fabricantes de carros no Brasil não oferecem garantias de recompra de carros usados às empresas que atuam nos segmentos de terceirização de frotas e locação de carros, para protegê-las contra condições desfavoráveis no mercado de comercialização de carros usados. Dessa forma, a venda de carros usados pela Companhia complementa seus negócios de terceirização de frotas e locação de carros.

No caso de uma redução na demanda por carros usados, os negócios da Emissora podem ser adversamente impactados em razão da redução de sua capacidade de vender os carros usados de sua frota. Ademais, uma redução no valor de venda de carros usados no mercado poderá afetar adversamente os resultados da Emissora, tendo em vista que os preços cobrados pela Emissora de seus clientes nas atividades de locação de carros e terceirização de frotas levam em consideração o valor antecipado de venda dos carros usados.

Os negócios de terceirização e gerenciamento de frotas e de locação de carros são altamente competitivos.

A indústria de terceirização e gerenciamento de frotas e de locação de carros é altamente competitiva, tanto em termos de preços como em termos de atendimento. A Emissora enfrenta a concorrência de locadoras de veículos nacionais e estrangeiras, de diferentes portes.

No negócio de terceirização e gerenciamento de frotas, além de a Emissora concorrer com os mesmos *players* do ramo de locação de carros, também concorre com empresas que se dedicam exclusivamente ao negócio de terceirização e gerenciamento de frotas.

Fatores de risco

No setor em que a Emissora atua, existiam, no final de 2007, cerca de 1.900 empresas em operação no Brasil, de acordo com a ABLA. Alguns dos concorrentes da Emissora são estrangeiros e contam com significativos recursos financeiros, podendo suportar estratégias de expansão de sua participação de mercado através de políticas comerciais mais agressivas.

O ambiente competitivo neste mercado poderá implicar uma queda de demanda pelos negócios operados pela Emissora ou um aumento nos custos de captação ou retenção de clientes, afetando adversamente o crescimento e a lucratividade da Emissora. Além disso, pelos motivos apontados acima, a Emissora não pode garantir que será capaz de manter ou aumentar sua participação de mercado nos segmentos em que atua, em linha com sua atual estratégia, em especial no negócio de terceirização de frotas, o que pode afetar adversamente seus resultados operacionais.

A redução no ritmo de expansão da economia pode reduzir a demanda por serviços no negócio de locação de carros.

Os resultados das operações de locação de carros da Emissora são fortemente afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil. Uma diminuição da atividade econômica brasileira tipicamente resulta em uma redução nas viagens de lazer e de negócios e, conseqüentemente, no volume de operações no negócio de locação de carros. Caso venha a ocorrer um declínio da demanda por locação de carros, a Emissora poderá ter que reduzir suas tarifas de locação ou o tamanho de sua frota para manter sua competitividade. Estes e outros fatores poderão afetar negativamente os resultados operacionais da Emissora.

Os resultados do negócio de locação de carros da Emissora conduzido em aeroportos representa uma parte substancial de suas receitas atreladas a este segmento. Uma diminuição no fluxo de passageiros em aeroportos, provocada por uma diminuição da atividade econômica poderá afetar adversamente os negócios da Emissora, sua condição financeira, seus resultados operacionais e suas perspectivas no negócio de locação de carros.

Adicionalmente, eventos como greves, aumento substancial no preço das passagens aéreas, aumento da violência, acidentes aéreos, incidentes terroristas e ocorrências naturais, podem também contribuir para uma diminuição do fluxo de passageiros em aeroportos, afetando adversamente os negócios da Emissora.

A Emissora está sujeita ao risco de não renovação da concessão em aeroportos.

No Brasil, a Emissora conduz, diretamente, operações de locação de carros em 16 aeroportos, enquanto seus franqueados conduzem operações de locação de veículos em outros 16 aeroportos. Recentemente a INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária outorgou um novo contrato de concessão à Emissora, para o Aeroporto Pinto Martins, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, o qual está em fase de formalização. A Emissora conduz operações em aeroportos no Brasil nos termos de diversos contratos de concessão outorgados pela INFRAERO, autoridades aeroportuárias estaduais e autoridades aeroportuárias municipais. Tais contratos de concessão de uso de área estão sujeitos a procedimentos de licitação quando de seus termos. Os prazos dos contratos de concessão federais celebrados com a INFRAERO, estaduais e municipais variam de 12 a 60 meses, e podem ser renovados por períodos de até 60 meses adicionais, a critério do ente público concedente. Alguns contratos de concessão com autoridades aeroportuárias municipais e entidades privadas em pequenos municípios vigoram por prazo indeterminado. Das mencionadas concessões feitas diretamente à Emissora, cinco expiram em 2009, três em 2010, quatro em 2011, uma em 2012 e três em 2013.

Fatores de risco

A Emissora não pode prever se continuará a ter sucesso nas licitações para concessões de áreas em aeroportos, nem que obterá êxito na renovação das concessões já obtidas. A não renovação de um número significativo de concessões de uso de área em aeroportos de pequeno porte ou a perda de qualquer concessão em aeroportos maiores poderá gerar uma queda expressiva nas receitas da Emissora no negócio de locação de carros, impactando adversamente seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais.

O negócio da Emissora requer capital intensivo de longo prazo para financiamento da renovação de sua frota e implementação de sua estratégia de crescimento.

A competitividade e a implementação da estratégia de crescimento da Emissora, bem como a competitividade de seu negócio, dependem de sua capacidade de captar recursos para realizar investimentos, renovar e expandir sua frota. A capacidade da Emissora de financiar a renovação de sua frota depende, por sua vez, de sua performance operacional e de sua capacidade de captar recursos.

Não é possível garantir que a Emissora será capaz de obter financiamento em quantidades ou com condições suficientes para custear seus investimentos de capital e sua estratégia de expansão, seja por condições macroeconômicas adversas, seja pelo seu desempenho ou por outros fatores externos ao ambiente da Emissora, o que poderá afetar adversamente sua capacidade de implementar com sucesso sua estratégia de crescimento.

Falhas na renovação da frota podem fazer com que seus negócios de terceirização de frotas e locação de carros se tornem menos competitivos.

A Emissora pode ser adversamente afetada por variações na taxa de juros.

Em 31 de março de 2008, a Emissora tinha um endividamento total no valor de R\$597,3 milhões. Todo o endividamento da Emissora (incluindo seu endividamento denominado em moeda estrangeira) está sujeito a variações da taxa de juros, especificamente do CDI, já contemplados os efeitos das operações de *swap*. Oscilações nas taxas de juros correntes decorrem de diversos fatores fora do controle da Emissora. Caso as taxas de juros aumentem significativamente, as despesas financeiras da Emissora aumentarão e sua capacidade de obter financiamentos poderá diminuir, o que poderá afetar adversamente seus resultados.

Aproximadamente 31% da frota da Emissora foi oferecida em garantia de empréstimos e financiamentos.

Aproximadamente 31% da frota própria da Emissora foi oferecida em garantia de suas operações de empréstimo e financiamento, sob o regime de alienação fiduciária em garantia. O montante total do saldo devedor em suas operações de empréstimo e financiamento, na presente data, é de aproximadamente R\$597,3 milhões. Caso a Emissora não seja capaz de cumprir suas obrigações previstas em tais operações, a totalidade ou parte dos veículos oferecidos em garantia poderá ser retomada pelos respectivos credores e, portanto, não mais estará disponível para sua utilização, o que poderá afetar adversamente suas atividades e resultados. Para mais detalhes sobre o regime de alienação fiduciária em garantia, veja a seção “Atividades da Emissora – Contratos Relevantes”, na página 125 deste Prospecto.

Fatores de risco

A Emissora não mantém seguro contra determinados riscos.

A Emissora pode ser obrigada a pagar indenizações significativas por danos pessoais ou materiais que resultem do uso dos carros locados por ela. Ademais, os carros podem sofrer avarias ou podem ser furtados ou roubados. No segmento de locação de carros, a Emissora não mantém apólices de seguro para cobrir os custos de tais sinistros ou para cobrir o conserto ou substituição de carros avariados, furtados ou roubados, exceto seguros para cobrir reclamações de terceiros que tenham um valor mínimo de R\$30,0 mil e máximo de R\$50,0 mil, por sinistro. Em 2006 e 2007 houve, respectivamente, 3.570 e 2.791 eventos não cobertos por apólices de seguros, os quais representaram prejuízos totais no montante de aproximadamente R\$2,0 milhões e R\$2,2 milhões, respectivamente.

A Emissora pode se ver exposta a responsabilidades pelas quais não está segurada e, caso não seja capaz de recuperar tais valores, poderá sofrer um impacto adverso em suas receitas e lucratividade.

A Emissora está sujeita a riscos relacionados com disputas judiciais e administrativas, as quais podem afetar de forma adversa seus resultados.

A Emissora é parte em diversos processos judiciais e procedimentos administrativos decorrentes do curso normal de seus negócios. Decisões ou acordos desfavoráveis com relação a esses processos ou disputas judiciais poderão resultar em desembolsos de caixa relevantes para a Emissora, o que poderá afetar a sua condição financeira de forma negativa. Em 31 de março de 2008, a Emissora mantinha provisões no valor total de R\$8,6 milhões e depósitos judiciais no valor total de R\$0,3 milhão, constituídas com base em opiniões de seus advogados acerca das chances de decisões desfavoráveis à Emissora. A provisão contábil da Emissora representa aproximadamente 61% do valor total dos processos judiciais e procedimentos administrativos em que está envolvida. Decisões ou acordos desfavoráveis em montantes superiores aos provisionados pela Emissora poderão ter um efeito adverso nos resultados da Emissora. Informações adicionais acerca dos riscos relacionados com disputas judiciais e administrativas são apresentadas em “Atividades da Emissora – Contingências Judiciais e Administrativas”, na página 144 deste Prospecto.

A Emissora é dependente de seus sistemas de comunicação e informação.

Para realização de suas atividades, a Emissora depende de sistemas eletrônicos e de comunicação e informação, para o adequado controle de sua frota e de seus clientes. Quaisquer falhas nesses sistemas eletrônicos podem dificultar o processo de locação de carros, podendo resultar nomeadamente em perda de reservas, e interferir na habilidade da Emissora de gerir frotas, com possíveis efeitos negativos em seus negócios e resultados. Adicionalmente, a base de dados da Emissora contém informações sobre indivíduos e empresas que são críticas para o seu negócio, e a perda ou vazamento dessas informações para terceiros pode ter um efeito negativo para a Emissora.

A perda de membros da alta administração da Emissora, ou a incapacidade da Emissora de atrair e manter a sua alta administração, pode ter um efeito adverso relevante sobre a sua situação financeira e resultados operacionais.

A capacidade da Emissora de manter sua posição competitiva depende em boa medida dos serviços da sua alta administração. Os atuais membros da alta administração da Emissora não estão sujeitos a contrato de trabalho de longo prazo ou a pacto de não-concorrência. A Emissora não pode garantir que terá sucesso em manter tais pessoas, assim como atrair pessoas com igual qualificação para integrar sua alta administração. Tal fato pode ter um efeito adverso relevante sobre a sua situação financeira e resultados operacionais.

Fatores de risco

RISCOS RELACIONADOS À OFERTA

A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro para negociação de debêntures poderá dificultar a venda das Debêntures.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta historicamente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Debêntures que permita aos seus subscritores sua alienação, caso estes assim decidam. Dessa forma, os titulares de Debêntures emitidas no âmbito da Oferta podem ter dificuldade em realizar a venda das Debêntures no mercado secundário.

As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora, com relação às respectivas Debêntures, tais como pedido de recuperação judicial, ou de autofalência pela Emissora, não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão, perda de concessões e vencimento antecipado de outras dívidas. Não há garantias de que a Emissora disporá de recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações, caso em que a Emissora poderá sofrer um impacto negativo relevante nos seus resultados e operações.

Súmula nº 176 do Superior Tribunal de Justiça.

O Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 176, declarando ser “*nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de juros divulgada pela ANBID/CETIP*”. As Debêntures serão remuneradas com referência à taxa paga aos Depósitos Interbancários – DI, divulgada diariamente pela CETIP.

Apesar de a referida súmula não vincular as decisões do Poder Judiciário, existe a possibilidade de, numa eventual disputa judicial, a validade da estipulação da Taxa DI ser questionada.

Eventual rebaixamento na classificação de risco da Oferta poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.

Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Emissora são levados em consideração, tais como sua condição financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, características da Oferta e das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Emissora e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Emissora. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, tais como o pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação à Oferta durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço desses valores mobiliários e sua negociação no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco obtidas com relação às Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

Fatores de risco

Informações Acerca do Futuro da Unidas.

Este Prospecto contém informações acerca das perspectivas do futuro da Unidas que refletem as opiniões da Emissora em relação a desenvolvimentos futuros e que, como em qualquer atividade econômica, envolvem riscos e incertezas. Embora a Emissora acredite que as informações acerca das perspectivas do seu futuro sejam baseadas em convicções e expectativas razoáveis, não pode haver garantia de que o desempenho futuro seja consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta Seção “Fatores de Risco”, na página 59 deste Prospecto, e em outras seções deste Prospecto. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações acerca do futuro da Emissora e não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. A Companhia não assume nenhuma obrigação de atualizar ou revisar qualquer informação acerca das perspectivas de seu futuro.

A Emissora pode não conseguir transferir, dentro do prazo estipulado, ao Agente Fiduciário, em alienação fiduciária, veículos em valor suficiente para garantir o saldo devedor das Obrigações Garantidas, o que, acontecendo, provocará o vencimento antecipado das Debêntures.

A Emissora se comprometeu, de forma irrevogável e irretratável, durante todo o prazo em que as obrigações decorrentes da Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação (Obrigações Garantidas) estiverem vigentes, a transferir e manter em alienação fiduciária, em favor do Agente Fiduciário, nos termos da cláusula 4.4. da Escritura de Emissão, e do Contrato de Alienação, uma quantidade de Bens com Valor de Avaliação (conforme definido na Cláusula 1.5. do Contrato de Alienação) equivalente a 100% (cem por cento) do saldo devedor das Obrigações Garantidas, que será igual ao valor da dívida ainda pendente, apurado trimestralmente pelo Agente Fiduciário. Nesta data, a Emissora não ofereceu nenhum veículo em garantia. A Emissora pode não conseguir transferir, dentro do prazo estipulado, ao Agente Fiduciário, em alienação fiduciária, veículos em valor suficiente para garantir o saldo devedor das Obrigações Garantidas, o que, acontecendo, provocará o vencimento antecipado das Debêntures.

5. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

- Informações Financeiras Seleccionadas
- Demonstração de Resultados Consolidados
- Balanços Patrimoniais Consolidados
- Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora
- Visão Geral
- Apresentação das Demonstrações Financeiras
- Principais Práticas Contábeis
- Principais Fatores que Afetam a Receita e o Resultado das Operações da Emissora
- Principais Linhas do Nosso Resultado
- Resultados Operacionais
- Balanço Patrimonial
- Liquidez e Recursos de Capital
- Investimentos
- Endividamento e Obrigações Financeiras
- Contratos Financeiros

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

O potencial investidor deve ler esta seção juntamente com as Demonstrações Financeiras da Emissora, que seguem anexas a este Prospecto, e com todas as demais informações que estão descritas neste Prospecto, antes de tomar uma decisão de investimento nos Valores Mobiliários emitidos pela Companhia.

A Emissora apresenta a seguir suas informações financeiras selecionadas para cada um dos exercícios ou períodos indicados. As informações financeiras apresentadas abaixo devem ser lidas em conjunto com as demonstrações e informações financeiras consolidadas da Emissora incluídas neste Prospecto, bem como com as informações contidas na seção “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais”, na páginas 72 deste Prospecto.

As informações financeiras selecionadas da Emissora relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2008 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2005, 2006, 2007 são derivadas de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2008 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2005, 2006, 2007, auditadas pela Ernst & Young, incluídas neste Prospecto.

As informações financeiras da Emissora selecionadas relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2007, preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com as normas estabelecidas pelo IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, são derivadas das informações financeiras consolidadas da Emissora elaboradas de acordo com as normas expedidas pela CVM para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2007, que foram objeto de revisão especial pela Ernst & Young.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei n.º 11.638/07, que introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação a matérias contábeis, a ser aplicada a partir do exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2008. A Lei n.º 11.638/07, regulamentada pela CVM por meio da Instrução CVM n.º 469/08, teve como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas IFRS, bem como permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela CVM em consonância com as normas internacionais de contabilidade.

As principais alterações trazidas pela Lei n.º 11.638/07 dependem de normatização por parte das entidades responsáveis pela emissão de normativos contábeis e dos reguladores brasileiros, quando aplicável, assim como de um melhor entendimento e interpretação de alguns aspectos da própria Instrução CVM n.º 469/08.

Dessa forma, as estimativas da Companhia poderão sofrer alterações por ocasião do processo de normatização da Lei n.º 11.638/07. Até que as alterações trazidas pela Lei n.º 11.638/07 e pela Instrução CVM n.º 469/08 sejam normatizadas de maneira abrangente e a Companhia conclua os estudos necessários para elaboração das demonstrações financeiras anuais nos termos da nova lei, não pode ser descartada a hipótese de que os efeitos finais apresentem variações em relação aos efeitos estimados.

A Companhia será requerida a apresentar suas informações financeiras reconciliadas para as normas IFRS para atender as regras no Novo Mercado da Bovespa e, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, apresentar suas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas IFRS. A adoção destas normas poderá afetar a apresentação da posição patrimonial e resultados operacionais da Companhia.

Informações financeiras selecionadas

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

A tabela a seguir contém informações extraídas das demonstrações de resultados da Emissora para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2005, 2006 e 2007, bem como para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2007 e 2008.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de			Períodos de três meses encerrados em 31 de março de	
	2005	2006	2007	2007	2008
	(Em R\$ mil)				
Receita bruta de aluguel e serviços	137.096	176.661	246.852	53.112	72.283
Deduções da receita bruta	(14.946)	(20.173)	(29.996)	(5.601)	(9.631)
Receita líquida	122.150	156.488	216.856	47.511	62.652
Custos dos aluguéis e serviços	(61.304)	(64.012)	(90.156)	(18.996)	(29.614)
Lucro bruto	60.846	92.476	126.700	28.515	33.038
Receitas (despesas) operacionais					
Comerciais.....	(10.682)	(11.751)	(15.099)	(3.773)	(3.235)
Gerais e administrativas.....	(15.382)	(21.076)	(30.300)	(6.070)	(9.994)
Honorários da administração	(2.798)	(3.913)	(3.725)	(975)	(881)
Despesas financeiras líquidas.....	(36.454)	(48.774)	(63.565)	(13.726)	(16.730)
Depreciação e amortização	(2.611)	(3.849)	(2.965)	(710)	(872)
Amortização de ágio, líquida da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido.....	(3.343)	(3.343)	(3.343)	(836)	(836)
Outras despesas operacionais, líquidas	(410)	(557)	(2.091)	(234)	(655)
Total	(71.680)	(93.263)	(121.088)	(26.324)	(33.203)
Lucro (prejuízo) operacional	(10.834)	(787)	5.612	2.191	(165)
Resultado não operacional.....	14.875	1.145	5.301	300	3.945
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.041	358	10.913	2.491	3.780
Imposto de renda e contribuição social	–	(130)	(1.797)	(285)	(742)
Lucro antes das participações minoritárias	4.041	228	9.116	2.206	3.038
Participações Minoritárias	–	(46)	56	(29)	–
Lucro líquido do exercício/período	4.041	182	9.172	2.177	3.038

Informações financeiras selecionadas

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

A tabela a seguir contém informações extraídas dos balanços patrimoniais consolidados da Emissora em 31 de dezembro de 2005, 2006 e 2007 e em 31 de março de 2007 e 2008.

	Saldos em 31 de dezembro de			Saldos em 31 de março de	
	2005	2006	2007	2007	2008
	(Em R\$ mil)				
ATIVO					
Circulante					
Disponibilidades e valores equivalentes	20.509	45.989	34.427	12.789	79.103
Contas a receber	23.172	27.662	50.067	33.439	60.081
Impostos e contribuições sociais a compensar	4.934	6.555	7.675	6.741	7.524
Despesas antecipadas	4.174	6.014	11.131	11.124	17.721
Outros créditos	759	1.161	1.393	2.838	1.624
Total do ativo circulante	53.548	87.381	104.693	66.931	166.053
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Impostos e contribuições sociais a compensar	20.060	16.717	14.584	15.880	13.748
Despesas antecipadas	636	525	368	525	775
Depósitos judiciais	153	—	—	—	—
Crédito com empresas ligadas	1.108	304	1.273	324	1.661
Outros créditos	116	148	230	168	234
Bens não destinados ao uso	22.354	66.745	67.082	69.836	84.520
Total do realizável a longo prazo	44.427	84.439	83.537	86.733	100.938
Permanente					
Investimentos	5	5	5	7	5
Imobilizado	366.183	532.805	751.089	525.440	824.232
Diferido	1.014	721	6.050	648	5.587
Total do Permanente	367.202	533.531	757.144	526.095	829.824
Total do ativo não circulante	411.629	617.970	840.681	612.828	930.762
Total do Ativo	465.177	705.351	945.374	679.759	1.096.815
PASSIVO					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	129.271	192.923	297.161	173.646	320.127
Eurobônus	—	2.865	2.599	5.703	4.990
Fornecedores	31.082	34.550	28.452	21.807	46.243
Tributos a recolher	287	367	2.996	662	3.385
Salários e encargos a pagar	1.959	2.505	4.239	2.512	4.711
Débito com empresas ligadas	4.049	—	265	—	54.053
Outras contas a pagar	1.556	4.806	6.999	5.600	7.945
Total do passivo circulante	168.204	238.016	342.711	209.930	441.454
Não Circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	109.960	48.746	100.965	50.079	105.608
Eurobônus	—	128.280	113.752	133.817	112.558
Provisão para contingências	7.625	10.693	14.009	11.275	10.979
Total do passivo não circulante	117.585	187.719	228.726	195.171	229.145
Participações minoritárias	—	46	(10)	75	(10)
Patrimônio líquido					
Capital social	142.036	242.036	335.250	242.036	384.752
Ajustes de avaliação patrimonial	—	—	(8.009)	(7.164)	(8.270)
Reserva de capital	33.431	33.431	33.431	33.431	33.431
Reserva de lucros	202	211	13.275	211	13.275
Lucros acumulados	3.719	3.892	—	6.069	3.038
Total do patrimônio líquido	179.388	279.570	373.947	274.583	426.226
Total do passivo e do patrimônio líquido	465.177	705.351	945.374	679.759	1.096.815

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS DA EMISSORA

A análise e discussão da Administração que se segue deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora e respectivas notas explicativas relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2008 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2005, 2006, 2007 e informações financeiras consolidadas revisadas da Emissora para os períodos de três meses encerrado em 31 de março de 2007 e respectivas notas explicativas, todas anexadas a este Prospecto. Tal discussão também deve ser lida em conjunto com a seção “Informações Financeiras Seleccionadas”, na página 69 deste Prospecto, e com outras informações financeiras apresentadas neste Prospecto.

VISÃO GERAL

A Emissora é uma companhia especializada em soluções de gestão e locação de veículos, e acredita ser líder em terceirização de frotas no mercado brasileiro em termos de número de veículos, com uma participação de mercado de 15,0%, em 31 de dezembro de 2007, segundo dados da ABLA. A Emissora atua também no setor de locação de carros por meio de uma rede de 128 lojas próprias e franqueadas em todo o Brasil, contando com 22 anos de experiência nesse mercado no Brasil. Ainda, como atividade complementar para renovação de sua frota, realiza a venda dos carros anteriormente utilizados em sua frota.

Terceirização de Frotas. A Emissora acredita ser a empresa líder no negócio de terceirização de frotas no Brasil, constituindo a maior frota de automóveis terceirizados do País, com cerca de 27.000 veículos de diversas marcas e modelos.

Gerenciamento de Frotas de Terceiros. A Emissora possui, atualmente, 23 clientes corporativos nesse segmento e gerencia aproximadamente 2.900 veículos de propriedade de seus clientes.

Locação de Carros. A Emissora acredita ser a quarta maior empresa no mercado brasileiro no segmento de locação de carros, com cerca de 5,8% da frota do segmento em 31 de dezembro de 2007, segundo dados da ABLA. A Emissora tem atualmente uma frota com mais de 5.500 carros de diversas marcas e modelos em sua rede de 34 lojas próprias e 32 pontos de atendimento corporativo, além de 62 lojas franqueadas (6 das quais foram abertas após 31 de março de 2008).

Franquias. Em complementação às suas atividades de locação de carros, e de forma a aumentar a capilaridade de sua rede em todo o Brasil, a Emissora adotou, desde o início de suas operações, um modelo de franquias como estratégia de crescimento nesse mercado. Atualmente, a Emissora conta com 62 pontos franqueados distribuídos em localidades estratégicas, atendendo a um plano de expansão nacional que definiu. O franqueado não adquire os veículos que serão utilizados em sua operação, mas os aluga da Emissora por meio de contratos em moldes similares aos praticados em terceirização de frotas.

Como atividade complementar a suas atividades, de forma a permitir a constante renovação de sua frota, a Emissora realiza a venda de seus veículos previamente utilizados nos negócios de terceirização de frotas e locação de carros. Para isso, utiliza dois canais de venda: varejo e atacado. No varejo, que concentra a maioria das vendas, a Emissora conta com uma rede de 8 lojas denominada “Unidas Seminovos”. No atacado, as vendas são realizadas por meio de leilões, vendas a clientes que possuam opção de compra em relação aos veículos por eles utilizados e indicações a empresas intermediárias selecionadas pela Emissora. A Emissora não vende carros de terceiros.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais da emissora

A tabela abaixo indica a nossa receita da Emissora por segmento de negócio durante os períodos mencionados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de					Período de três meses encerrado em 31 de março de		
	2005	2006	% 05/06	2007	% 06/07	2007	2008	% 07/08
(Em R\$ mil)								
Receita Bruta de Terceirização de Frotas e recuperação de avarias e sinistros	92.321	127.096	37,7	170.952	34,5	36.665	53.071	44,7
Receita Bruta de Gerenciamento de Frotas de Terceiros	619	1.877	203,2	1.964	4,6	476	457	(4,0)
Receita Bruta de Locação de Carros	43.091	46.374	7,6	71.811	54,9	15.496	17.731	14,4
Receita Bruta de Royalties e outras receitas sobre franquias	1.065	1.314	23,4	2.125	61,7	475	1.024	115,6
Deduções da Receita Bruta ⁽¹⁾ ...	(14.946)	(20.173)	35,0	(29.996)	48,7	(5.601)	(9.631)	72,0
Receita Líquida Original	122.150	156.488	28,1	216.856	38,6	47.511	62.652	31,9
(+) Venda de Seminovos	142.883	172.018	20,4	282.572	64,3	59.098	73.750	24,8
(+) Impacto Total								
Crédito PIS/COFINS	5.496	10.285	87,1	16.785	14,7	3.335	4.778	43,3
Receita Líquida Ajustada	274.386	343.136	25,1	516.213	50,4	109.944	141.220	28,4

⁽¹⁾ Referem-se a cancelamentos e impostos.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Emissora preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Os livros e registros contábeis da Emissora são mantidos em Reais.

Estão incluídas neste Prospecto as seguintes informações financeiras da Emissora:

- demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, normas expedidas pela CVM, incluindo a Instrução CVM 469/08, e com as normas estabelecidas pelo IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2008 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2005, 2006, 2007, auditadas pela Ernst & Young; e
- informações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as normas expedidas pela CVM, com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com as normas estabelecidas pelo IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, para o período de três meses findo em 31 de março de 2007, as quais foram objeto de revisão especial pela Ernst & Young.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Emissora foram elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, incluindo a Instrução CVM 469/08. Na consolidação, as participações no patrimônio líquido das controladas, assim como os ativos e passivos entre as empresas consolidadas, foram eliminados.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais da emissora

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº. 11.638, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas mudanças foram adotadas pela Companhia na preparação das demonstrações financeiras do período de três meses findos em 31 de março de 2008 e exercício findo em 31 de dezembro de 2007. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor e sido aplicada pela Companhia, com base em orientações da CVM e ou nas normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, as principais alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores brasileiros. Dessa forma, as demonstrações financeiras apresentadas poderão requerer ajustes quando do processo de normatização da Lei nº 11.638/07. As demonstrações financeiras referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2008, foram ajustadas para incluir as mudanças das práticas contábeis introduzidas em 2008.

As práticas contábeis da Emissora são fundamentais para o entendimento dos resultados apresentados. As práticas contábeis estão descritas em detalhes nas notas explicativas das demonstrações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso. As práticas contábeis mais complexas da Emissora são aquelas que exigem julgamento da Administração para assuntos que são inerentemente incertos, inclusive a avaliação de determinados ativos e passivos.

A elaboração das informações trimestrais e demonstrações financeiras exige que a Administração da Emissora e de suas controladas façam estimativas e estabeleçam premissas que afetam os valores reportados nas demonstrações financeiras e notas explicativas. As informações trimestrais e demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas; entre elas, aquelas referentes à determinação da vida útil do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, tal como provisões para possíveis contingências de natureza fiscal, trabalhista e cível, provisão para devedores duvidosos, e outras similares. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Abaixo segue uma breve descrição de práticas contábeis atuais Emissora envolvendo importantes decisões da sua Administração.

- *Apuração do resultado*

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício/período. A receita de locações é reconhecida *pro rata temporis* em função da vigência do contrato de locação. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa com relação à sua realização.

A receita de venda de veículos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao veículo são transferidos para o comprador.

- *Provisão para créditos de liquidação duvidosa*

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber, tendo por base o histórico de perdas da Companhia, que geralmente representam os créditos vencidos acima de 90 dias considerados como de improvável recuperação.

- *Bens do imobilizado não destinados ao uso*

Os veículos fora de frota que se destinam à venda estão avaliados ao custo de aquisição, líquido da depreciação acumulada até a data da retirada da frota, ou valor líquido de realização, dos dois o menor. Os veículos roubados ou sinistrados estão avaliados ao custo de aquisição, líquido da depreciação acumulada, menos a provisão de avaliação para reduzi-lo ao valor líquido de realização quando não estiverem com cobertura de seguros.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais da emissora

- *Imobilizado*

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear (exceção ao item veículos) a taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Os veículos destinados à locação são depreciados de acordo com um método econômico, que considera o valor estimado de realização destes veículos na data esperada de venda. Desta forma, as taxas de depreciação variam de veículo para veículo, de acordo com a data em que foi comprado, o valor pago e data e valor estimados de venda. A vida útil dos veículos é revisada anualmente e ajustada quando aplicável.

A depreciação dos veículos compõe o custo dos alugueis e serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado estão registradas como despesa operacional.

- *Impostos e contribuições sociais a compensar*

Contempla os créditos tributários provenientes de ágio pago por ocasião das nossas integralizações de capital na antecessora Uninfra Locações e Comércio Ltda. Em 2002, antes do processo de incorporação, provisionamos esse ágio em 66,0%.

A amortização do ágio por incorporação e a respectiva reversão da reserva para manutenção da integridade do patrimônio líquido são efetuadas pela taxa de 10,0% a.a. de acordo com o fundamento econômico de rentabilidade futura conforme laudo de incorporação na data da operação.

- *Provisão para contingências*

A Emissora constituiu provisões no balanço patrimonial com base na opinião dos seus advogados externos, para os casos em que os processos trabalhistas, tributários e cíveis são considerados como sendo de perda provável. A Emissora avalia continuamente as estimativas e premissas da provisão para contingências com base em fatos e circunstâncias que possam ter um efeito relevante sobre seu resultado e o patrimônio líquido. A liquidação das ações judiciais poderão envolver montantes em valores significativamente divergentes da provisão para contingências estabelecidas.

- *Instrumentos financeiros derivativos*

Os instrumentos financeiros derivativos, como troca de taxas ou índices (*swaps*), são reconhecidos nos balanços patrimoniais da Emissora inicialmente pelo seu valor de custo e posteriormente atualizados de acordo com os termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam as variações incorridas até as datas dos balanços. A partir da vigência da Lei 11.638/07, os instrumentos financeiros passam a ser avaliados a valor de mercado ou equivalente, tendo como contrapartida a conta de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência. A utilização desses instrumentos visa diminuir os riscos de variação cambial em financiamentos em moeda estrangeira. De acordo com as suas políticas de tesouraria, a Emissora não possui ou emite instrumentos financeiros derivativos para fins outros que não os de proteção de riscos financeiros de câmbio ou taxas de juros.

PRINCIPAIS FATORES QUE AFETAM A RECEITA E O RESULTADO DAS OPERAÇÕES DA EMISSORA

Conjuntura Macroeconômica Brasileira

Considerando que todas as operações da Emissora são desenvolvidas no Brasil, seus resultados operacionais e sua condição financeira são diretamente afetados pelas condições macroeconômicas brasileiras, principalmente pelas taxas de crescimento do PIB, inflação, taxas de juros e variações cambiais.

Entre 31 de dezembro de 2004 e 2005, o Real sofreu apreciação perante o Dólar de 13,2%. Ainda que tenha havido apreciação, o Brasil teve saldo em conta corrente positivo de US\$44,8 bilhões, seu maior superávit já registrado. A taxa média de desemprego diminuiu de 9,6% em 31 de dezembro de 2004 para 8,3% em 31 de dezembro de 2005 nas principais regiões metropolitanas do Brasil. Em 2005, a média de inflação, medida pelo IPCA, foi de 5,7% e a média da taxa de juros TJLP foi de 9,7%. O PIB cresceu 2,9% no mesmo ano.

No ano de 2006, o Real manteve sua tendência e teve apreciação perante o Dólar de 9,3% entre 31 de dezembro de 2005 e 2006. Mesmo com a apreciação, o Brasil alcançou saldo em conta corrente positivo de US\$6,3 bilhões. A taxa média de desemprego cresceu de 8,3% em 31 de dezembro de 2005 para 10,0% em 31 de dezembro de 2006 nas principais regiões metropolitanas do Brasil. Em 2006, a média de inflação, medida pelo IPCA, foi de 3,14% e a média da taxa de juros TJLP foi de 7,9%. O PIB cresceu 3,7% no mesmo ano.

No período de três meses findo em 31 de março de 2008, houve apreciação do Real em relação ao Dólar de 1,3%. A taxa média de desemprego, não ajustada sazonalmente foi de 8,6% em 31 de dezembro de 2007 nas principais regiões metropolitanas do Brasil, de acordo com estimativas do IBGE. No período de três meses findo em 31 de março de 2008, a inflação acumulada no ano, medida pelo IPCA, foi de 1,50% e a média da taxa de juros TJLP foi de 6,3% a.a.

A tabela abaixo apresenta crescimento do PIB, inflação, taxas de juros e taxa de câmbio para o Dólar nas datas indicadas:

	Em 31 de dezembro de			Em 31 de março de	
	2005	2006	2007	2007	2008
Crescimento do PIB (%)	2,9	5,4	3,7	0,8	Não disponível
Inflação (IGP-M) (%)	1,2	7,7	3,9	1,1	2,4
Inflação (IPCA) (%)	5,7	4,5	4,5	1,3	1,5
CDI ⁽¹⁾ (%)	19,1	11,9	15,2	12,99	11,1
TJLP ⁽²⁾ (%)	9,7	6,3	6,9	6,5	6,3
Valorização (desvalorização) do real perante o dólar (%)	13,2	17,15	8,66	4,1	1,3
Taxa de câmbio (fechamento) R\$ por US\$1,00 ...	R\$2,34	R\$1,71	2,14	2,05	1,75
Taxa média de câmbio – R\$ por US\$1,00 ⁽³⁾	R\$2,41	R\$1,95	R\$2,18	2,11	1,74

Fontes: BNDES, Banco Central e Fundação Getulio Vargas.

⁽¹⁾ A taxa CDI é a média das taxas dos depósitos interfinanceiros praticados durante o dia no Brasil (acumulada no período).

⁽²⁾ Representa a taxa de juros aplicada pelo BNDES para financiamento de longo prazo (fim do período).

⁽³⁾ Média das taxas de câmbio do último dia de cada mês durante o período.

Sazonalidade

A Sazonalidade afeta a atividade de locação de carros da Emissora, cuja receita bruta no exercício de 2007 representou cerca de 29% do total da sua receita bruta. A locação de carros para turismo tem o seu pico nas duas últimas semanas de dezembro e nos meses de janeiro, fevereiro, março e julho (meses que coincidem com os períodos de férias escolares e épocas festivas como o Natal, Ano Novo, Carnaval e Páscoa), meses em que a receita líquida aumenta até 9,24% (com base em dados de 2007) em comparação com os outros meses do ano.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais da emissora

PRINCIPAIS LINHAS DO NOSSO RESULTADO

Receita bruta de aluguel e serviços

A nossa receita é proveniente da prestação de serviços de terceirização de frotas, gerenciamento de frotas de terceiros, aluguel de carros e remuneração da atividade de franquias.

No caso da terceirização de frotas, as receitas são geradas pelo aluguel de frotas de carros a longo prazo para clientes corporativos.

Na atividade de locação de carros as receitas são geradas pelo aluguel de carros a clientes corporativos ou individuais nos segmentos de turismo de lazer e de negócios, inclusive através de agências de viagem, bem como os segmentos de veículos de substituição para o mercado segurador e locações de médio prazo para o segmento corporativo. São, ainda, computadas as receitas provenientes de outros serviços, tais como proteção contra avarias, motoristas e taxas em geral.

As receitas geradas nas atividades de gerenciamento de frotas são provenientes dos pagamentos por clientes corporativos pela prestação desses serviços.

Em franquias, as nossas receitas são provenientes de pagamento de taxas iniciais das franquias e *royalties* sob a forma de percentual sobre o faturamento dos franqueados.

Deduções da Receita Bruta

Consistem em deduções correspondentes a cancelamentos, descontos e tributos incidentes sobre o faturamento.

Receita Líquida Ajustada

A receita líquida ajustada à receita líquida original, na qual a empresa acrescenta a venda de carros usados e créditos para apuração de PIS/COFINS.

Venda de Carros Usados

Receitas geradas pela venda de carros utilizados nos negócios de terceirização de frotas e de aluguel de carros.

Impacto dos Créditos de PIS/COFINS

Créditos apurados com as despesas operacionais para tributação de PIS/COFINS.

Custos dos Aluguéis e Serviços

São os custos diretamente associadas à operação, nomeadamente: comissões, despesas de propaganda, manutenção e custos gerais de filiais.

Receitas/Despesas Operacionais

- *Comerciais.* Despesas operacionais da terceirização e gerenciamento de frotas e aluguel de carros relacionados ao contingente da Administração. Estão incluídas as comissões, que consistem na provisão gerada por pagamento de comissão sobre as vendas do mês, de acordo com as nossas regras de comissionamento para vendedores externos (agências) e internos (terceirização de frota).
- *Despesas Gerais e Administrativas.* Incluem basicamente gastos com pessoal administrativo.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais da emissora

- *Honorários da Administração.* Salários e honorários pagos a nossa alta Administração.
- *Despesas Financeiras, líquidas.* Incluem receitas e despesas de juros, tributos incidentes sobre receitas financeiras (PIS/COFINS), tributo incidente sobre movimentação financeira (CPMF), variação monetária e ganhos (perdas) cambiais líquidos, bem como ganhos (perdas) realizados e não realizados em derivativos.
- *Depreciação e Amortização.* Despesa calculada e lançada mensalmente para aproximar o valor dos nossos ativos ao valor de mercado dos mesmos. Com exceção dos veículos e acessórios, todos os ativos são depreciados de maneira linear, a taxa máxima permitida fiscalmente. Os veículos da frota têm sua depreciação baseada no valor estimado de realização na data esperada de venda.
- *Amortização de Ágio, Líquida da Reversão da Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido.* Despesa mensal, referente ao efeito da amortização do benefício fiscal decorrente do ágio apurado por ocasião da aquisição da Unidas pelo Acionista Controlador.
- *Outras Despesas Operacionais, Líquidas.* São tributos sobre outras receitas.

Resultado Não Operacional

Representa o resultado da venda de carros usados e as comissões devidas a essas vendas. Como a venda de carros usados não representa um negócio da empresa, mas sim uma atividade instrumental, seu resultado é classificado como “não operacional”.

EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas, das despesas de depreciação e amortização, e do resultado da venda de veículos. O EBITDA Ajustado apresentado é utilizado por nós para medir a nossa própria *performance*. Adicionalmente, entendemos que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA com um indicador do desempenho operacional e do fluxo de caixa da empresa.

O EBITDA não é uma medida adotada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como um indicador do nosso desempenho operacional, da nossa liquidez ou como substituto para o fluxo de caixa ou lucro (prejuízo) líquido ou operacional.

O EBITDA não possui significado padronizado e a definição que adotamos pode não ser comparável com a utilizada por outras empresas.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais da emissora

RESULTADOS OPERACIONAIS

PERÍODO DE TRÊS MESES ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2008 COMPARADO AO PERÍODO DE TRÊS MESES ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2007

A tabela a seguir contém informações extraídas das nossas demonstrações de resultados para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2007 e 2008, bem como aponta adicionalmente as variações entre tais períodos e o percentual da receita líquida:

	Consolidado		Consolidado		% Variação Mar/07 – Mar/08
	31.3.2007	%A.V.	31.3.2008	%A.V.	
			(Em R\$ mil)		
Receita bruta de aluguel e serviços	53.112	112%	72.283	115%	36%
Deduções da receita bruta	(5.601)	(12%)	(9.631)	(15)%	72%
Receita líquida	47.511	100%	62.652	100%	32%
Custos dos aluguéis e serviços	(18.996)	(40%)	(29.614)	(47%)	56%
Lucro bruto.....	28.515	60%	33.038	53%	16%
Receitas (despesas) operacionais					
Comerciais	(3.773)	(8%)	(3.235)	(5%)	(14%)
Gerais e administrativas	(6.070)	(13%)	(9.994)	(16%)	65%
Honorários da administração.....	(975)	(2%)	(881)	(1%)	(10%)
Despesas financeiras, líquidas	(13.726)	(29%)	(16.730)	(27%)	22%
Depreciação e amortização	(710)	(1%)	(872)	(1%)	23%
Amortização de ágio, líquida da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido...	(836)	(2%)	(836)	(1%)	0%
Outras despesas operacionais, líquidas.....	(234)	(0%)	(655)	(1%)	180%
Total.....	(26.324)	(55%)	(33.203)	(53%)	26%
Lucro (prejuízo) operacional	2.191	5%	(165)	0%	(108)%
Resultado não operacional.....	300	1%	3.945	6%	1.215%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.491	5%	3.780	6%	52%
Imposto de renda e contribuição social	(285)	(1%)	(742)	(1%)	160%
Lucro antes das participações minoritárias.....	2.206	5%	3.038	5%	38%
Participações Minoritárias	(29)	0%	–	0	(100%)
Lucro líquido do período	2.177	5%	3.038	5%	40%

Resultado Operacional

Os resultados de nossas operações (Resultado Operacional) durante o período de três meses encerrado em 31 de março de 2008, em comparação com o período de três meses encerrado em 31 de março de 2007, caracterizaram-se por uma queda de R\$2,4 milhões, passando de um lucro de R\$2,2 milhões para um prejuízo de R\$0,2 milhão, ou seja, uma redução de 108%. O principal determinante para a variação do nosso resultado foi o aumento de 36% na receita bruta, ao mesmo tempo que os custos de aluguéis e serviços aumentaram 56%, devido a aumento nas despesas de depreciação, manutenção e estrutura diretamente ligadas à operação; e as despesas operacionais gerais e administrativas aumentaram 65%, principalmente devido à despesas de pessoal.

Receita Bruta de Aluguel e Serviços

A Receita Bruta de Aluguel e Serviços aumentou de R\$53,1 milhões em 31 de março de 2007 para R\$72,3 milhões no mesmo período em 2008, um aumento de 36%, ou R\$19,2 milhões. Esse aumento pode ser segmentado em:

- **Terceirização de Frotas:** A receita bruta de terceirização de frotas aumentou de R\$36,7 milhões para R\$53,1 milhões, o que representa 44,7% ou R\$16,4 milhões. Esse aumento pode ser explicado por um crescimento na nossa frota operacional, que passou, na média, de 13.654 para 19.770 veículos, ou 44,8%. O preço médio das locações ficou praticamente estável, com ligeira queda de 3%.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais da emissora

- Gerenciamento de Frotas: A receita bruta de gerenciamento de frotas permaneceu estável em R\$0,5 milhão. Pode-se explicar esse fato pela manutenção do número de veículos da frota gerenciada e do preço médio cobrado.
- Locação de Carros: A receita bruta de locação de carros passou de R\$15,5 milhões para R\$17,7 milhões, um aumento de 14,4% ou R\$2,2 milhões. O motivo desta variação é um aumento de 32% no número de diárias e uma queda de 12% no valor médio das locações.
- Franquias: A receita bruta de *royalties* aumentou de R\$0,5 milhão para R\$1,0 milhão, o que representa um aumento de 115,6% ou R\$0,5 milhão, explicado pela expansão da atividade de franquias.
- Receita de Venda de Carros (não operacional): a receita auferida na venda de veículos seminovos aumentou de R\$59,1 milhões em 31 de março de 2007 para R\$73,8 milhões em 31 de março de 2008, refletindo o aumento das vendas em 24,8%, ou R\$14,7 milhões. A venda de veículos seminovos, apesar de importante para maior rentabilidade do negócio, não é atividade fim da empresa, servindo apenas para escoar a devolução programada de veículos de terceirização de frotas e aluguel de carros.

Deduções da Receita Bruta

As Deduções da Receita Bruta aumentaram de R\$5,6 milhões nos primeiros três meses de 2007 para R\$9,6 milhões no mesmo período em 2008, um aumento de R\$4,0 milhões, ou 72%. Essas deduções se devem, principalmente, a cancelamentos de faturas e descontos sobre as faturas de gestão de frotas.

Custos dos Aluguéis e Serviços

Custos dos aluguéis e serviços aumentaram de R\$19,0 milhões em 31 de março de 2007 para R\$29,6 milhões em 31 de março de 2008, um aumento de R\$10,6 milhões, ou 56%. Isso pode ser explicado por um aumento de R\$1,15 milhão nas despesas de depreciação de veículos, R\$4,5 milhões com despesas de manutenção de veículos e seguros de autos e R\$4,1 milhões nas despesas de estrutura (salários, ocupação, etc.) diretamente ligados à operação.

Receitas e Despesas Operacionais

Despesas Comerciais diminuíram de R\$3,8 milhões em 31 de março de 2007 para R\$3,2 milhões no mesmo período em 2008, uma diminuição de R\$0,5 milhão, ou 14%. Tal diminuição decorreu da mudança no critério de contabilização das comissões da equipe comercial, que passaram a integrar as despesas com pessoal (despesas gerais e administrativas) e deixaram de compor os custos comerciais.

Despesas Gerais e Administrativas aumentaram de R\$6,1 milhões nos três primeiros meses em 2007 para R\$10,0 milhões no mesmo período em 2008, um aumento de R\$3,9 milhões, ou 65%. Tal aumento pode ser justificado parcialmente pelo aumento das despesas com pessoal, e também pelo crescimento da rubrica Serviços de Terceiros, que reflete a contratação de consultorias para orientarem a empresa na estruturação de seus processos para garantir rentabilidade no processo de crescimento acelerado.

Despesas Financeiras Líquidas aumentaram de R\$13,7 milhões em 31 de março de 2007 para R\$16,7 milhões no mesmo período em 2008, um aumento de R\$3,0 milhões, ou 22%. Tal fato decorre do aumento de 39,4% na nossa dívida média a valor de mercado, que passou de R\$338,6 milhões para R\$472,1 milhões. Esse aumento foi necessário para suporte da operação (compra de veículos). Combinado com o aumento da dívida, houve uma queda de 14,9% na taxa de juros (CDI) efetiva do período.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais da emissora

Outras Despesas Operacionais Líquidas aumentaram de R\$0,2 milhão em 31 de março de 2007 para R\$0,7 milhão no mesmo período de 2008, um aumento de R\$0,4 milhão ou 180%. Esta rubrica contém, basicamente, os encargos sobre as comissões recebidas dos parceiros (bancos) referentes aos financiamentos concedidos nas vendas de veículos seminovos. O aumento reflete o aumento de 40% das vendas de veículos para consumidores finais (varejo) e um aumento da penetração do financiamento nas vendas.

Resultado Não Operacional

O Resultado Não Operacional aumentou de R\$0,3 milhão em 31 de março de 2007 para R\$3,9 milhões em 31 de março de 2008, um aumento de R\$3,6 milhões ou 1215%. O resultado não operacional representa a diferença entre o preço realizado na venda dos carros e o preço depreciado dos mesmos. O aumento da receita na venda de veículos até 31 de março de 2008, da ordem de 24,8%, variando de R\$59,1 milhões em março de 2007 para R\$73,8 milhões em março de 2008, é reflexo do aquecimento do mercado de compra e venda de veículos seminovos, impulsionado pelo excesso de oferta de crédito as classes C e D, bem como à produção no limite da capacidade instalada das montadoras, o que gerou falta de carros novos no mercado e, por consequência, aumento na procura de veículos seminovos. Os mesmos fenômenos contribuíram para melhores margens nas vendas, explicando a diferença entre os respectivos períodos.

Lucro Líquido

O Resultado Líquido passou de lucro de R\$2,2 milhões em 31 de março de 2007 para um lucro de R\$3,0 milhões em 31 de março de 2008, uma variação de R\$0,8 milhão. Esse resultado pode ser explicado pelo aumento do resultado não operacional em R\$3,6 milhões, que compensou a queda do resultado operacional em R\$2,4 milhões. Novamente, deve-se salientar o aumento nas rubricas de custo de aluguéis e serviços e despesas gerais e administrativas.

EBITDA Ajustado

De 31 de março de 2007 para 31 de março de 2008, o EBITDA Ajustado aumentou 40,1%, saindo de R\$22,2 milhões para R\$31,1 milhões. Como margem em relação à receita líquida ajustada, tivemos um aumento de 43,7% para 45,8%, justificado por melhorias no EBTIDA original, por meio da maior alavancagem do negócio, aumento das comissões sobre financiamento e maiores créditos de PIS e COFINS, o que reflete uma melhoria em receita líquida efetiva entre os períodos.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais da emissora

Exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2007 comparado ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2006

A tabela a seguir contém informações extraídas das nossas demonstrações de resultados para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 2007, bem como aponta adicionalmente as variações entre tais exercícios e o percentual da receita líquida:

	Consolidado		Consolidado		% Variação
	2006	%A.V.	2007	%A.V.	2006/2007
			(Em R\$ mil)		
Demonstrativo de Resultados					
Receita bruta de aluguel e serviços	176.661	113%	246.852	114%	40%
Deduções da receita bruta	(20.173)	(13%)	(29.996)	(14%)	49%
Receita líquida	156.488	100%	216.856	100%	39%
Custos dos aluguéis e serviços	(64.012)	(41%)	(90.156)	(42%)	41%
Lucro bruto	92.476	59%	126.700	58%	37%
Receitas (despesas) operacionais					
Comerciais	(11.751)	(8%)	(15.099)	(7%)	28%
Gerais e administrativas	(21.076)	(13%)	(30.300)	(14%)	44%
Honorários da administração	(3.913)	(3%)	(3.725)	(2%)	(5%)
Despesas financeiras, líquidas	(48.774)	(31%)	(63.565)	(29%)	30%
Depreciação e amortização	(3.849)	(2%)	(2.965)	(1%)	(23%)
Amortização de ágio, líquida da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	(3.343)	(2%)	(3.343)	(2%)	–
Outras despesas operacionais, líquidas	(557)	(0%)	(2.091)	(1%)	275%
Total	(93.263)	(60%)	(121.088)	(56%)	30%
Lucro (prejuízo) operacional	(787)	(1%)	5.612	3%	813%
Resultado não operacional	1.145	1%	5.301	2%	363%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	358	0%	10.913	5%	2.948%
Imposto de renda e contribuição social	(130)	0%	(1.797)	(1%)	1.282%
Lucro antes das participações minoritárias	228	0%	9.116	4%	3.898%
Participações minoritárias	(46)	0%	56	–	222%
Lucro líquido do exercício	182	0%	9.172	4%	4.940%

Receita Bruta de Aluguel e Serviços

A Receita Bruta de Aluguel e Serviços aumentou de R\$176,7 milhões em 2006 para R\$246,9 milhões em 2007, um aumento de R\$70,2 milhões, ou 40%. Esse aumento pode ser segmentado em:

- Terceirização de Frotas: aumento de R\$127,1 milhões em 2006 para R\$171,0 milhões em 2007, ou seja, 34,5%, em função do aumento da mesma ordem (31,3%) da frota operacional média do mesmo período;
- Gerenciamento de Frotas: aumento de receita de R\$1,9 milhão para R\$2,0 milhões, um aumento de R\$0,1 milhão, ou 4,6%, devido a um aumento de 9,1% no número médio de contratos de veículos sob gestão, acompanhado de uma diminuição de 3,1% no valor médio cobrado por cada um desses contratos;
- Locação de Carros: aumento de R\$25,4 milhões ou 54,9% na receita, saindo de R\$46,4 milhões em 2006 para R\$71,8 milhões em 2007, o que pode ser explicado pelo aumento na mesma ordem no número de diárias, uma vez que o valor médio cobrado pelo aluguel dos carros permaneceu praticamente constante entre os anos;

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais da emissora

- Franquias: aumento de 61,7% na receita, saindo de R\$1,3 milhão para R\$2,1 milhão. Esse aumento pode ser explicado pelo reflexo do sucesso do programa de franquias “*Chave na Mão*”, que fez a atividade franqueada se espalhar rapidamente. Isso pode ser comprovado, por exemplo, pelo número médio de veículos alugados para franqueados o qual aumentou de 183 em 2006 para 923 em 2007. O valor médio cobrado nas locações, seguindo o segmento de aluguel de carros, ficou em ligeira queda de 1,3%.; e
- Receita de Venda de Carros (não operacional): a receita auferida na venda de veículos seminovos aumentou de R\$172,0 milhões, em 31 de dezembro de 2006, para R\$282,6 milhões, em 31 de dezembro de 2007, refletindo o aumento das vendas em 64,3%, ou R\$110,6 milhões. A venda de veículos seminovos, apesar de importante para maior rentabilidade do negócio, não é atividade fim da empresa, servindo apenas para escoar a devolução programada de veículos de terceirização de frotas e aluguel de carros. Esse aumento de receita de vendas é reflexo da maior necessidade de realizar o *defleet* de uma frota que vem crescendo à taxa composta de aproximadamente 40% ao ano.

Deduções da Receita Bruta

As Deduções da Receita Bruta aumentaram de R\$20,2 milhões em 2006 para R\$30,0 milhões em 2007, um aumento de R\$9,8 milhões, ou 48,7%, em função principalmente de cancelamentos, além das variações ocorridas na rubrica de impostos, em função do crescimento na receita bruta e descontos sobre as faturas.

Custos dos Aluguéis e Serviços

Custos dos Aluguéis e Serviços aumentaram de R\$64,0 milhões em 2006 para R\$90,2 milhões em 2007, um aumento de R\$26,1 milhões, ou 41%, refletindo, principalmente, o aumento das despesas de depreciação de veículos e acessórios, na ordem de R\$0,6 milhão, valor este líquido dos créditos de PIS e COFINS desses itens, bem como o aumento das despesas de manutenção e logística, num total de R\$14,0 milhões.

Receitas e Despesas Operacionais

Despesas Comerciais aumentaram de R\$11,8 milhões em 2006 para R\$15,1 milhões em 2007, um aumento de R\$3,3 milhões ou 28%. Essa variação pode ser explicada pelo complemento de provisão para devedores duvidosos, reflexo do próprio aumento da operação, e consequentemente, da carteira da Companhia. Vale salientar que, apesar de provisionados, esses créditos também são alvo de ações específicas de cobrança, que poderão resultar em reversões nos próximos exercícios.

Despesas Gerais e Administrativas aumentaram de R\$21,1 milhões em 2006 para R\$30,3 milhões em 2007, um aumento de R\$9,2 milhões, ou 44%. Tal variação pode ser explicada por um aumento nas despesas com pessoal, decorrente da adoção de políticas internas mais conservadoras na gestão de recursos humanos e pela contratação de consultorias (Serviços de Terceiros) para suporte e orientação na revisão de processos visando o crescimento estruturado da companhia.

Despesas Financeiras, Líquidas aumentaram de R\$48,8 milhões em 2006 para R\$63,6 milhões em 2007, um aumento de R\$14,8 milhões, ou 30%. Isso é reflexo do aumento da dívida líquida média em 47,9%, passando de R\$272,8 milhões para R\$403,4 milhões. Toda essa dívida foi contraída para financiar o crescimento da operação da Emissora, com a compra de veículos. No mesmo período, a queda da taxa de juros efetiva (CDI), que variou de 15,1% em 2006 para 11,8% em 2007 – queda de 21,4% – compensou parte do aumento da dívida, fazendo com que as despesas financeiras não tivessem o mesmo ritmo de crescimento.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais da emissora

Resultado Não Operacional

O Resultado Não Operacional aumentou de R\$1,1 milhão em 2006 para R\$5,3 milhões em 2007, um aumento de R\$4,2 milhões, ou 363%. O resultado não operacional representa a diferença entre o preço realizado na venda dos carros e o valor residual líquido remanescente (custo menos depreciação acumulada) destes. O objetivo é que este resultado tenda a zero, evidenciando uma estimativa correta da depreciação da frota. O número de vendas aumentou em 67,9%, passando de 7.320 em 2006 para 12.289 em 2007. Isso é reflexo do aquecimento do mercado de compra e venda de veículos seminovos, impulsionado pelo excesso de oferta de crédito as classes C e D, bem como a produção quase no limite da capacidade instalada das montadoras, o que gerou falta de carros novos no mercado e, por consequência, aumento na procura de veículos seminovos. Os mesmos fenômenos contribuíram para melhores margens nas vendas, explicando tamanha diferença entre os anos.

Resultado Líquido

O Resultado Líquido aumentou de um lucro de R\$0,2 milhão para um lucro de R\$9,2 milhões, devido a composição do crescimento do resultado operacional em R\$6,4 milhões em 2007 (o que representa um aumento de 3,1% de relatividade do resultado operacional em relação a receita líquida) com um resultado não operacional R\$4,2 milhões maior em 2007 do que em 2006.

EBITDA Ajustado

De 2006 para 2007, o EBITDA Ajustado aumentou 56%, saindo de R\$65,4 milhões para R\$101,9 milhões. Como margem em relação a receita líquida ajustada, tivemos um aumento de 38,2% para 43,6%, justificado por um EBITDA R\$14,5 milhões melhor devido à maior alavancagem, R\$7,8 milhões melhor devido ao aumento de eficiência da empresa, bem como um resultado bem melhor de F&I (R\$6,0 milhões melhor) e um maior número de créditos de PIS e COFINS (R\$9,1 milhões) que diminui as deduções de receita.

Exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2006 comparado com o Exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2005

	Consolidado 2005	%A.V.	Consolidado 2006	%A.V.	% Variação 2005/2006
			(Em R\$ mil)		
Demonstrativo de Resultados					
Receita bruta de aluguel e serviços	137.096	112%	176.661	113%	29%
Deduções da receita bruta	(14.946)	(12%)	(20.173)	(13%)	35%
Receita líquida	122.150	100%	156.488	100%	28%
Custos dos aluguéis e serviços	(61.304)	(50%)	(64.012)	(41%)	4%
Lucro bruto	60.846	50%	92.476	59%	52%
Receitas (despesas) operacionais					
Comerciais	(10.682)	(9%)	(11.751)	(8%)	10%
Gerais e administrativas	(15.382)	(13%)	(21.076)	(13%)	37%
Honorários da administração	(2.798)	(2%)	(3.913)	(3%)	40%
Despesas financeiras, líquidas	(36.454)	(30%)	(48.774)	(31%)	34%
Depreciação e amortização	(2.611)	(2%)	(3.849)	(2%)	47%
Amortização de ágio, líquida da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	(3.343)	(3%)	(3.343)	(2%)	
Outras despesas operacionais, líquidas	(410)	—	(557)	(0%)	36%
Total	(71.680)	(59%)	(93.263)	(60%)	30%
Prejuízo operacional	(10.834)	(9%)	(787)	(1%)	(93%)
Resultado não operacional	14.875	12%	1.145	1%	(92%)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.041	3%	358	0%	(91%)
Imposto de renda e contribuição social	—	—	(130)	0%	—
Lucro antes das participações minoritárias	4.041	3%	228	0%	(94%)
Participações minoritárias	—	—	(46)	0%	—
Lucro líquido do exercício	4.041	3%	182	0%	(95%)

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais da emissora

Receita Bruta de Aluguel e Serviços

A Receita Bruta de Aluguel e Serviços aumentou de R\$137,1 milhões em 2005 para R\$176,7 milhões em 2006, um aumento de R\$39,6 milhões, ou 29%. Esse aumento pode ser segmentado em:

- Terceirização de Frotas: aumento de R\$34,8 milhões ou 37,7% na receita, saindo de R\$92,3 milhões para R\$127,1 milhões, em função do aumento da frota média em carteira de 35,2%, saindo de 8.848 veículos operacionais em 2005 para 11.966 em 2006;
- Gerenciamento de Frotas: aumento de receita de R\$1,3 milhão ou 203,2%, saindo de R\$0,6 milhão para R\$1,9 milhão devido a um aumento de veículos gerenciados de 1.275 em 31 de dezembro de 2005 para 2.845 em 31 de dezembro de 2006, ou seja, um aumento de 123,1%, bem como um aumento do preço médio de 24% no mesmo período;
- Locação de Carros: aumento de R\$3,3 milhões ou 7,6% na receita, saindo de R\$43,1 milhões em 2005 para R\$46,4 milhões em 2006, o que pode ser explicado pelo aumento de 2,5% no número de diárias (de 519 mil para 532 mil) e o aumento de 3,9% no ticket médio (de R\$83,01 para R\$86,21);
- Franquias: aumento de 23,4% na receita, saindo de R\$1,1 milhão para R\$1,3 milhão. Esse aumento pode ser explicado pelo aumento do número de franqueados, bem como um aumento da própria atividade de locação de carros entre os franqueados, o que gerou aumento nos *royalties* pagos; e
- Receita de Venda de Carros (não operacional): a receita auferida na venda de veículos semi-novos aumentou de R\$142,9 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$172,0 milhões em 31 de dezembro de 2006, refletindo o aumento no número de vendas de 12%, bem como um aumento no preço médio praticado de 11%.

Deduções da Receita Bruta

As Deduções da Receita Bruta aumentaram de R\$14,9 milhões em 2005 para R\$20,2 milhões em 2006, um aumento de R\$5,3 milhões, ou 35%, em linha com o crescimento da receita. Essas deduções se devem, principalmente, a cancelamentos bem como variação na rubrica de impostos em função do crescimento na receita bruta.

Custos dos Aluguéis e Serviços

Custos dos Aluguéis e Serviços aumentaram de R\$61,3 milhões em 2005 para R\$64,0 milhões em 2006, um aumento de R\$2,7 milhões, ou 4%, refletindo as despesas necessárias para a expansão do negócio de Terceirização de Frotas, bem como a estratégia de aumento da rede através de franquias.

Receitas e Despesas Operacionais

Despesas Comerciais aumentaram de R\$10,7 milhões em 2005 para R\$11,8 milhões em 2006, um aumento de R\$1,1 milhão ou 10%, em função de despesas relacionadas ao negócio de Terceirização de Frotas, bem como a estratégia de aumento da rede através de franquias.

Despesas Gerais e Administrativas aumentaram de R\$15,4 milhões em 2005 para R\$21,1 milhões em 2006, um aumento de R\$5,7 milhões, ou 37%, explicado por aumento no custo de pessoal e nos custos com terceiros e despesas gerais.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais da emissora

Despesas Financeiras, Líquidas aumentaram de R\$36,5 milhões em 2005 para R\$48,8 milhões em 2006, um aumento de R\$12,3 milhões, ou 34%. Isso é resultado do aumento do endividamento médio do período, que passou de R\$164,7 milhões em 2005 para R\$272,8 milhões em 2006, ou seja, 66%. Parte desse aumento foi compensando pela queda dos juros efetivos (CDI) do período, através da contratação de operações no mercado, sempre buscando reduzir o serviço da dívida. Vale ressaltar que todo endividamento contratado está relacionado ao crescimento da nossa frota total (que no período passou de 15.831 para 23.204 carros, um aumento de 47%).

Honorários da Administração aumentaram R\$1,1 milhão, ou 40%, de R\$2,8 milhões em 2005 para R\$3,9 milhões em 2006, devido a um reajuste dos salários e benefícios, um aumento de *headcount* de 6% e a contratação de um Presidente executivo, posição não preenchida ao longo do ano de 2005.

Resultado Não Operacional

O Resultado Não Operacional diminuiu de R\$14,9 milhões em 2005 para R\$1,1 milhão em 2006, um queda de R\$13,7 milhões, ou 92%. O resultado não operacional representa a diferença entre o preço realizado na venda dos carros e o valor residual líquido remanescente (custo menos depreciação acumulada) destes.

Resultado Líquido

O Resultado Líquido diminuiu de um lucro de R\$4,0 milhões para R\$0,2 milhão, devido principalmente ao aumento das despesas financeiras, despesas gerais e administrativas, bem como uma menor contribuição da margem na venda de veículos.

EBITDA Ajustado

De 2005 para 2006, o EBITDA Ajustado cresceu 41%, saindo de R\$46,4 milhões para R\$65,4 milhões. Como margem em relação a receita líquida ajustada, tivemos um aumento de 35,3% para 38,2%, justificado por melhorias no resultado operacional (ganhos de produtividade e eficiência nos custos variáveis, diretamente ligados ao comportamento da receita), comissões sobre financiamento e maior volume de créditos de PIS/COFINS.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais da emissora**BALANÇO PATRIMONIAL**

Período de três meses findo em 31 de março de 2008 comparado ao período de três meses findo em 31 de março de 2007

A tabela a seguir contém informações extraídas dos nossos balanços patrimoniais consolidados para o período de três meses encerrados em 31 de março de 2007 e 2008, cujos valores também estão expressos como percentagem do ativo ou do passivo da respectiva data, conforme o caso. A tabela aponta adicionalmente as variações entre os períodos encerrados em 31 de março 2007 e 2008:

ATIVO	Consolidado		Consolidado		% Variação mar-08/mar-07
	31.3.07	%A.V.	31.3.08	%A.V.	
	(Em R\$ milhares)				
Circulante					
Disponibilidades e valores equivalentes	12.789	2%	79.103	7%	519%
Contas a receber	33.439	5%	60.081	5%	80%
Impostos e contribuições sociais a compensar	6.741	1%	7.524	1%	12%
Despesas antecipadas	11.124	2%	17.721	2%	59%
Outros créditos	2.838	0%	1.624	0%	(43%)
Total do ativo circulante	66.931	10%	166.053	15%	148%
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Impostos e contribuições sociais a compensar	15.880	2%	13.748	1%	(13%)
Despesas antecipadas	525	0%	775	0%	48%
Crédito com empresas ligadas	324	0%	1.661	0%	413%
Outros créditos	168	0%	234	0%	39%
Bens do imobilizado não destinado a uso	69.836	10%	84.520	8%	21%
Total do Realizável a Longo Prazo	86.733	13%	100.938	9%	16%
Permanente					
Investimentos	7	0%	5	0%	(29%)
Imobilizado	525.440	77%	824.232	75%	57%
Diferido	648	0%	5.587	1%	762%
Total do ativo permanente	526.095	77%	829.824	76%	58%
Total do ativo não circulante	612.828	90%	930.762	85%	52%
Total do Ativo	679.759	100%	1.096.815	100%	61%
PASSIVO					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	173.646	26%	320.127	29%	84%
Eurobônus	5.703	1%	4.990	0%	(13%)
Fornecedores	21.807	3%	46.243	4%	112%
Tributos a recolher	662	0%	3.385	0%	411%
Salários e encargos a pagar	2.512	0%	4.711	0%	88%
Débito com empresas ligadas	-	-	54.053	5%	-
Outras contas a pagar	5.600	1%	7.945	1%	42%
Total do passivo circulante	209.930	31%	441.454	40%	110%
Não Circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	50.079	7%	105.608	10%	111%
Eurobônus	133.817	20%	112.558	10%	(16%)
Provisão para contingências	11.275	2%	10.979	1%	(3%)
Total do passivo não circulante	195.171	29%	229.145	21%	17%
Participações minoritárias	75	0%	(10)	0%	(113%)
Patrimônio líquido					
Capital social	242.036	36%	384.752	35%	59%
Ajuste de avaliação patrimonial	(7.164)	(1%)	(8.270)	(1%)	15%
Reserva de capital	33.431	5%	33.431	3%	0%
Reserva de lucros	211	0%	13.275	1%	6.191%
Lucros acumulados	6.069	1%	3.038	0%	(50)%
Total do patrimônio líquido	274.583	40%	426.226	39%	55%
Total do passivo e do patrimônio líquido	679.759	100%	1.096.815	100%	61%

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais da emissora

Ativo

Circulante

Nosso ativo circulante cresceu 148%, passando de R\$66,9 milhões em 31 de março de 2007 para R\$166,1 milhões em 31 de março de 2008, principalmente em função de um aumento de R\$66,3 milhões na rubrica Disponibilidades e valores equivalentes, e R\$26,6 milhões em Contas a Receber. As disponibilidades são fruto de ações do Acionista Controlador para capitalizar a Emissora (aproximadamente R\$100 milhões, metade na forma de capital, metade na forma de um mútuo sem custo de juros para Emissora e com pagamento apenas em algum outro evento de capitalização). O aumento das contas à receber provém do aumento da carteira de clientes da Emissora, tanto de aluguel de veículos, quanto de venda de carros seminovos. Houve redução significativa na porcentagem de vencidos da carteira em função de ações de cobrança (próprias e de terceiras) realizadas no período.

Realizável a longo prazo

O realizável a longo prazo aumentou 16% entre os primeiros trimestres de 2008 e 2007, passando de R\$86,7 milhões para R\$100,9 milhões. Esse aumento é totalmente explicado pelo aumento do valor de bens de imobilizado fora de uso, que reflete basicamente o aumento do estoque de veículos destinados a venda de empresa. Este aumento está em linha com os investimentos em frota feitos pela Companhia, ponderado pelo tempo médio que esses veículos permanecem em uso na frota. Lembrando mais uma vez que a operação de venda de carros usados se destina apenas a otimizar o defleet e a renovação da frota da empresa, o crescimento do estoque é fruto da devolução de um grande número de veículos previamente utilizados por clientes, mas que está previsto no ciclo logístico de empresa.

Permanente

Nosso ativo permanente cresceu 57,7%, atingindo R\$829,8 milhões em 31 de março de 2008, comparado com R\$526,1 milhões em 31 de março de 2007. Esse aumento deve-se principalmente ao aumento do ativo imobilizado (frota). O número de carros na frota aumentou em 57%, enquanto o valor da frota aumentou em 5%, devido a diversos fatores, os quais incluem, principalmente, o *mix* dos veículos, a depreciação dos carros novos, valor dos carros novos, descontos negociados com as montadoras e reajustes nos preços dos carros novos.

Passivo

Circulante

Nosso passivo circulante aumentou 110%, atingindo R\$441,5 milhões em 31 de março de 2008, comparado com R\$209,9 milhões em 31 de março de 2007. Esse aumento é explicado pelo aumento do endividamento, seja ele com bancos (R\$145,8 milhões em Empréstimos e Financiamentos e Eurobônus) ou com a matriz, na forma do mútuo previamente citado (Débito com a controladora no valor de R\$54,1 milhões), bem como pelo aumento das contas a pagar a fornecedores (montadoras de veículos) em R\$24,4 milhões. Toda dívida contratada é destinada a aquisição de novos veículos para aumento das operações, em especial de terceirização de frotas.

Passivo não circulante

O passivo não circulante aumentou 17%, atingindo R\$229,1 milhões em 31 de março de 2008, comparado com R\$195,2 milhões em 31 de março de 2007. Esse aumento deve-se principalmente a um aumento de R\$55,5 milhões na rubrica Empréstimos e Financiamentos, parcialmente compensado pela diminuição de R\$21,3 milhões da parcela de longo prazo do Eurobônus.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais da emissora

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Emissora aumentou 55%, atingindo R\$426,2 milhões em 31 de março de 2008, comparado com R\$274,6 milhões em 31 de março de 2007. Esse aumento deve-se, basicamente, à integralização de capital do acionista, no valor de R\$142,7 milhões e resultados do período.

Exercícios sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2007, 2006 e 2005

A tabela a seguir contém informações extraídas dos nossos balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2005, 2006 e 2007, cujos valores também estão expressos como percentagem do ativo ou do passivo da respectiva data, conforme o caso. A tabela aponta adicionalmente as variações entre as datas de 31 de dezembro 2005, 2006 e 2007:

ATIVO	Consolidado		Consolidado		Consolidado		% Variação	
	31.12.05	%A.V.	31.12.06	%A.V.	31.12.07	%A.V.	2005/2006	2006/2007
(Em R\$ mil, exceto percentagem)								
Circulante								
Disponibilidades e valores equivalentes	20.509	4%	45.989	7%	34.427	4%	124%	(25%)
Contas a receber	23.172	5%	27.662	4%	50.067	5%	19%	81%
Impostos e contribuições sociais a compensar	4.934	1%	6.555	1%	7.675	1%	33%	17%
Despesas antecipadas	4.174	1%	6.014	1%	11.131	1%	44%	85%
Outros créditos	759	0%	1.161	0%	1.393	0%	53%	20%
Total do ativo circulante.....	53.548	12%	87.381	12%	104.693	11%	63%	20%
Não Circulante								
Realizável a longo prazo								
Impostos e contribuições								
sociais a compensar.....	20.060	4%	16.717	2%	14.584	2%	(17%)	(13%)
Despesas antecipadas	636	0%	525	0%	368	0%	(17%)	(30%)
Depósitos judiciais	153	0%	-	0%	-	0%	(100%)	(100%)
Crédito com empresas ligadas	1.108	0%	304	0%	1.273	0%	(73%)	319%
Outros créditos	116	0%	148	0%	230	0%	28%	55%
Bens do imobilizado não destinados a uso	22.354	5%	66.745	9%	67.082	7%	199%	1%
Total do realizável a longo prazo	44.427	10%	84.439	12%	83.537	9%	90%	(1%)
Permanente								
Investimentos	5	0%	5	0%	5	0%	0%	0%
Imobilizado.....	366.183	79%	532.805	76%	751.089	79%	46%	41%
Diferido	1.014	0%	721	0%	6.050	1%	(29%)	739%
Total do permanente.....	367.202	79%	533.531	76%	757.144	80%	45%	42%
Total do Não Circulante.....	411.629	88%	617.970	88%	840.681	89%	50%	36%
Total do Ativo	465.177	100%	705.351	100%	945.374	100%	52%	34%
PASSIVO	Consolidado		Consolidado		Consolidado		% Variação	
	2005	%A.V.	2006	%A.V.	2007	%A.V.	2005/2006	2006/2007
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	129.271	28%	192.923	27%	297.161	31%	49%	54%
Eurobônus	-	-	2.865	0%	2.599	0%	-	9%
Fornecedores.....	31.082	7%	34.550	5%	28.452	3%	11%	(18%)
Tributos a recolher.....	287	0%	367	0%	2.996	0%	28%	716%
Salários e encargos a pagar.....	1.959	0%	2.505	0%	4.239	0%	28%	69%
Débito com empresas ligadas	4.049	1%	-	0%	265	0%	-100%	-
Outras contas a pagar	1.556	0%	4.806	1%	6.999	1%	209%	46%
Total do passivo circulante	168.204	36%	238.016	34%	342.711	36%	42%	44%
Não Circulante								
Exigível a longo prazo								
Empréstimos e financiamentos	109.960	24%	48.746	7%	100.965	11%	(56%)	107%
Eurobônus	-	-	128.280	18%	113.752	12%	-	(11%)
Provisão para contingências	7.625	2%	10.693	2%	14.009	1%	40%	31%
Total do passivo não circulante.....	117.585	25%	187.719	27%	228.726	24%	60%	22%
Participações Minoritárias.....	-	0%	46	0%	(10)	0%	-	(122%)
Patrimônio líquido								
Capital social	142.036	31%	242.036	34%	335.250	35%	70%	39%
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(8.009)	(1%)	-	-
Reserva de capital	33.431	7%	33.431	5%	33.431	4%	0%	0%
Reserva de lucros	202	0%	211	0%	13.275	1%	4%	6.191%
Lucros acumulados	3.719	1%	3.892	1%	-	0%	5%	(100%)
Total do patrimônio líquido.....	179.388	39%	279.570	40%	373.947	40%	56%	34%
Total do passivo e do patrimônio líquido	465.177	100%	705.351	100%	945.374	100%	52%	34%

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais da emissora

Exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2007 comparado ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2006

Ativo

Circulante

O ativo circulante aumentou 20%, de R\$87,4 milhões para R\$104,7 milhões, devido principalmente ao aumento da rubrica “Contas a Receber”, em R\$22,4 milhões – reflexo do aumento da operação e, consequentemente, da carteira de clientes, tanto de locações, quanto de venda de veículos seminovos.

Realizável a Longo Prazo

O ativo realizável a longo prazo não apresentou variações significativas, com R\$84,4 milhões em 31 de dezembro de 2006 e R\$83,5 milhões em 31 de dezembro de 2007.

Permanente

O ativo permanente aumentou 42%, de R\$533,5 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$757,1 milhões em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente ao aumento do ativo imobilizado (frota). O número de carros na frota aumentou em 28%, enquanto o valor da frota aumentou em 4%, devido a diversos fatores, os quais incluem, principalmente, o *mix* dos veículos, a depreciação dos carros novos, valor dos carros novos, descontos negociados com as montadoras e reajustes nos preços dos carros novos.

Passivo

Circulante

O passivo circulante aumentou 44%, de R\$238,0 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$342,7 milhões em 31 de dezembro de 2007, principalmente pelo aumento de R\$104,0 milhões nas rubricas “Empréstimos e Financiamentos” e “Eurobônus”. Todos esses financiamentos foram contratados para suportar a compra novos veículos para a operação, em especial de terceirização de frotas.

Passivo não circulante

O passivo não circulante aumentou 22%, R\$187,7 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$228,7 milhões em 31 de dezembro de 2007, principalmente pelo aumento de R\$52,2 milhões em “Empréstimos e Financiamentos”, parcialmente compensados em R\$14,5 milhões pela redução da parcela de longo prazo dos Eurobônus, decorrente do efeito da variação cambial sobre esta dívida.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou 34%, de R\$279,6 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$373,9 milhões em 31 de dezembro de 2007, principalmente em função do integralização de capital de R\$93,2 milhões e resultados positivos do exercício.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais da emissora

Exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2006 comparado ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2005

Ativo

Circulante

O ativo circulante aumentou 63%, de R\$53,5 milhões para R\$87,4 milhões, devido principalmente aos recursos provenientes da distribuição de Eurobônus emitidos no final de 2006 que afetaram a rubrica “Disponibilidade e Valores Equivalentes”.

Realizável a Longo Prazo

O ativo realizável a longo prazo aumentou 90%, de R\$44,4 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$84,4 milhões em 31 de dezembro de 2006, devido, principalmente ao aumento de “Bens do Imobilizado Não Destinados a Uso”, reflexo do investimento em renovação da frota que tem sido feito pela Companhia.

Permanente

O ativo permanente aumentou 45,3%, de R\$367,2 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$533,5 milhões em 31 de dezembro de 2006, devido principalmente a aumento do ativo imobilizado (frota). O número de carros na frota aumentou em 47%, enquanto o valor da frota aumentou em 56%, devido a diversos fatores, os quais incluem, principalmente, o *mix* dos veículos, a depreciação dos carros novos, valor dos carros novos, descontos negociados com as montadoras e reajustes nos preços dos carros novos.

Passivo

Circulante

O passivo circulante aumentou 42%, de R\$168,2 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$238,0 milhões em 31 de dezembro de 2006, principalmente pelo aumento de “Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo”, conforme descritos no item “Contratos Financeiros”, abaixo.

Passivo não circulante

O passivo não circulante aumentou 60%, de R\$117,6 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$187,7 milhões em 31 de dezembro de 2006, principalmente pelo aumento de Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo, conforme descritos no item “Contratos Financeiros”, abaixo.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou 56%, de R\$179,4 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$279,6 milhões em 31 de dezembro de 2006, principalmente em função do aumento de capital de R\$100,0 milhões integralizado no exercício.

LIQUIDEZ E RECURSOS DE CAPITAL

A característica do negócio, que é de capital intensivo, mais a janela de mercado que a empresa vem atravessando desde 2004 e ainda o estágio de maturidade no qual se encontrava (e ainda se encontra) o negócio (crescendo a aproximadamente 40% ao ano), fizeram com que os exercícios de 2007, 2006 e 2005 apresentassem características deficitárias. O déficit apresentado em 2005 foi de R\$57,1 milhões, o qual foi reduzido para R\$36,0 milhões em 2006, crescendo para R\$87,2 milhões em 2007. Em todos esses anos a matriz sempre apoiou no pilar financeiro, fazendo aportes de capital significativos. Em 2005, a SAG injetou R\$33,1 milhões na empresa, seguidos por R\$100,0 milhões em 2006 e R\$93,2 milhões em 2007 (sem os quais os quadros teriam se agravados para déficits de R\$90,2 milhões em 2005, R\$136,0 milhões em 2006 e R\$180,4 milhões em 2007).

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais da emissora

No primeiro trimestre de 2008 foi gerado um *déficit* de R\$37,0 milhões, já contando com um aporte de R\$49,5 milhões (sem os quais, o *déficit* seria de R\$86,5 milhões), comparado com uma geração positiva de caixa de R\$4,2 milhões no primeiro trimestre de 2007, sem nenhuma injeção de capital naquela época.

O negócio da Emissora é de capital intensivo, mas o ativo imobilizado da Emissora tem um mercado secundário extremamente líquido. Em 2006 foram negociados 6,7 milhões de veículos no Brasil, de acordo com a Fenabrave. Dessa forma, o nosso estoque de veículos representa menos que 0,4% do mercado brasileiro.

INVESTIMENTOS

Investimos R\$156,8 milhões, no período de três meses encerrado em 31 de março de 2008, e R\$58,6 milhões, durante o mesmo período em 2007, na aquisição de veículos novos para a nossa frota. Investimos R\$515,7 milhões no ano de 2007, R\$389,3 milhões no ano de 2006 e R\$293,3 milhões no ano de 2005, na aquisição de veículos novos.

Nossa receita líquida resultante da venda de carros usados foi de R\$73,8 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2008, resultando em investimento líquido de R\$83,1 milhões durante esse mesmo período. Nossa receita líquida resultante da venda de carros usados no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007 foi de R\$59,1 milhões, resultando em desinvestimento líquido na aquisição de veículos de R\$0,5 milhão durante esse mesmo período. Nossa receita líquida resultante da venda de carros usados em 2007 foi de R\$282,6 milhões, resultando em investimento líquido de R\$233,1 milhões durante esse mesmo ano. Nossa receita líquida resultante da venda de carros usados em 2006 foi de R\$172,0 milhões, resultando em investimento líquido de R\$217,3 milhões durante esse mesmo ano. Nossa receita resultante da venda de carros usados em 2005 foi de R\$142,9 milhões, resultando em investimento líquido de aquisições de R\$150,4 milhões durante esse mesmo ano.

A tabela seguinte mostra o investimento bruto em veículos, venda de seminovos, e investimento líquido.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de			Períodos de três meses encerrados em 31 de março de	
	2005	2006	2007	2007	2008
			(Em R\$ mil)		
Investimento Bruto em Frota	293.289	389.282	515.654	58.594	156.816
Receita de Seminovos	(142.883)	(172.018)	(282.572)	(59.098)	(73.750)
Investimento Líquido em Frota	150.406	217.264	233.082	(0.504)	83.066

Durante o período de três meses encerrado em 31 de março de 2008, investimos R\$2,7 milhões na aquisição de outros tipos de bens e equipamentos que não veículos, comparado com R\$2,3 milhões durante o mesmo período em 2007. Durante o ano de 2007, investimos R\$13,9 milhões na aquisição de outros tipos de bens e equipamentos que não veículos, comparado com R\$7,1 milhões em 2006 e R\$12,1 milhões em 2005.

Os dispêndios de capital efetuados por nós nesses períodos (2005, 2006, 2007 e primeiro trimestre de 2008), que não na aquisição de veículos, destinaram-se essencialmente a:

- abertura de novas lojas de locação de carros e venda de carros usados;
- padronização estrutural da nossa sede e da nossa rede de lojas, de acordo com a nossa nova imagem; e
- investimentos em tecnologias de informação, nomeadamente rede de comunicações, infra-estrutura e *software*.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais da emissora

ENDIVIDAMENTO E OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de março de 2008, tínhamos um endividamento total no valor de R\$597,3 milhões, sendo R\$379,2 milhões no curto prazo (63% do nosso endividamento total) e R\$218,2 milhões no longo prazo (37% do nosso endividamento total).

A tabela abaixo apresenta o nosso endividamento em 31 de março de 2008:

Credor	Vencimento por Período						TOTAL
	31.12.08	31.12.09	31.12.10	31.12.11	31.12.12	31.12.13	
	(Em milhares de reais)						
Itaú – Intercompany.....	(4.289)	–	–	–	–	–	(4.289)
Banco do Brasil.....	28.221	–	–	–	–	–	28.221
BBM	30.938	–	–	–	–	–	30.938
BES	948	824	8.548	15.863	7.729	–	33.911
Bradesco	34.937	11.763	–	–	–	–	46.699
Eurobônus	8.255	138.962	–	–	–	–	147.217
HSBC.....	18.281	174	–	–	–	–	18.454
Itaú	91.936	–	–	–	–	–	91.936
J. Safra	1.914	–	–	–	–	–	1.914
Mezanino.....	9.617	8.533	8.420	8.267	–	–	34.837
Real	20.962	–	–	–	–	–	20.962
Safra	29.470	1.051	–	–	–	–	30.521
Santander.....	18.123	4.233	–	–	–	–	22.356
Unibanco	26.848	4.135	–	–	–	–	30.983
Votorantim	8.623	–	–	–	–	–	8.623
Total – Endividamento Bancário	324.782	169.675	16.968	24.131	7.729	–	543.283
Total – Endividamento Intercompany.....	–	–	–	–	54.053	–	54.053
Total Geral	324.782	169.675	16.968	24.131	61.782	–	597.336

Os valores devidos em 31.03.2008 foram totalmente pagos pela nossa Companhia aos respectivos credores.

CONTRATOS FINANCEIROS

Em 31 de março de 2008, tínhamos um endividamento total (curto e longo prazo) a valor de mercado de R\$597,3 milhões. A nossa dívida é composta principalmente pelos seguintes financiamentos:

- (i) *Compror*, que consistem em linhas de crédito nas quais as instituições financeiras efetuam o pagamento à vista aos nossos fornecedores para financiar a aquisição de veículos novos. Essa modalidade de financiamento é utilizada para evitar custos decorrentes de resgates de aplicações voltados à necessidade de caixa de curto prazo.
- (ii) Empréstimos ao amparo da Resolução 2.770, de 30 de agosto de 2000 do Conselho Monetário Nacional. São créditos referentes ao repasse de recursos oriundos de empréstimo obtido por parceiros financeiros (bancos) no exterior, em moeda estrangeira. Os recursos oriundos desses empréstimos também são utilizados para financiar a compra de veículos novos.
- (iii) *Swap*. As operações que contratamos em moeda estrangeira são vinculadas a operações de *swap* referenciadas em CDI. Essas operações encontram-se casadas em termos de valores, prazos e taxas de juros.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais da emissora

- (iii) *Eurobônus*. Em outubro de 2006, emitimos *Notes* para distribuição no mercado internacional, no valor de US\$60,0 milhões. O Banco Espírito Santo atuou como instituição líder da distribuição. As *Notes* são remuneradas por juros de 8,375% a.a., os quais são devidos semestralmente. O valor do principal será amortizado em uma única parcela, na data de vencimento das *Notes*, que ocorrerá em outubro de 2009.
- (iv) *Volpe Holdings, LLC*. Contrato de Empréstimo, celebrado em 23 de novembro de 2004 entre a Volpe Holdings, LLC e nós, tendo como intervenientes-anuentes o Acionista Controlador, Novinela B.V. e SAG Automóveis Espanha, SL, com a finalidade de adquirir novos veículos para suportar o crescimento da Emissora. O empréstimo tem valor limite de US\$16 milhões e o prazo do empréstimo é de sete anos, a contar da Data de Desembolso, em 2011. A taxa de juros é de 11,5% ao ano. Como garantia, emitimos, na Data do Desembolso (a) uma Nota Promissória com vencimento à vista, no valor de US\$24.7 milhões, refletindo o montante do total do principal e dos juros básicos incidentes sobre o Empréstimo e (b) uma Nota Promissória, com vencimento à vista, no valor de US\$1.5 milhões, refletindo o montante relativo aos juros adicionais máximos incidentes sobre o empréstimo.
- (v) *Contrato de Empréstimo*. Concedido pelo acionista controlador em 06 de março de 2008 e aditado no dia 02 de junho de 2008, no valor de R\$49,4 milhões, com vencimento em 31 de julho de 2012. Não incide qualquer percentual de juros remuneratórios sobre o valor deste empréstimo, entretanto, na hipótese de impontualidade no pagamento da obrigação pecuniária ora assumida, o débito em atraso será apurado e ficará sujeito, de pleno direito, a partir da data do inadimplemento e pelo tempo em que perdurar a mora, ao pagamento, por nós, independentemente de notificação, de juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao ano, incidentes sobre o total da dívida. Os recursos deste empréstimo foram utilizados para liquidação de dívidas de curto prazo da Emissora.
- (vi) *Espírito Santo Investment, plc*. Contrato de empréstimo, celebrado em 11 de maio de 2005 entre a Espírito Santo Investment, plc e a Emissora, tendo como garantidor o acionista controlador, SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A.. O empréstimo tem valor de US\$10,0 milhões e seu prazo é de 7 anos, sendo que sua amortização se dará em prestações iguais e semestrais a partir de março de 2010, até março de 2012. A taxa de juros é Libor acrescida de 1,5% ao ano, pagos em períodos semestrais, sendo que o primeiro pagamento ocorreu em setembro de 2005. Como garantia, o Acionista Controlador prestou aval no valor integral da obrigação.
- (vii) *Swap (Espírito Santo Investment, plc)* O Contrato de empréstimo celebrado em 16 de maio de 2005 com a Espírito Santo Investment, plc em moeda estrangeira está vinculado a operação de *swap*
- (viii) referenciadas em CDI. Essas operações encontram-se casadas em termos de valores, prazos e taxas de juros. Para garantir tal contrato o Acionista Controlador prestou aval no valor de US\$3,2 milhões.

Em geral, as nossas obrigações de pagamento nos instrumentos de financiamento para aquisição de veículos novos são garantidas pela cessão e transferência aos credores da propriedade fiduciária e da posse direta dos respectivos veículos. Em 31 de março de 2008, aproximadamente 40% de nossa frota própria encontrava-se alienada fiduciariamente.

Informações Relacionadas ao Risco de Mercado

Estamos expostos a riscos de mercado resultantes do curso normal de nossas atividades. Esses riscos de mercado, que estão além do nosso controle, envolvem variações nas taxas de juros que podem afetar adversamente o valor dos nossos ativos e passivos financeiros e/ou os fluxos de caixa e rendimentos futuros.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais da emissora

Risco de taxas de juros

Atualmente, temos quase a totalidade de nosso endividamento atrelado à taxa de CDI. Estimamos que se as taxas de juros em 2008 forem maiores do que em 2007 em 1% a nossa despesa financeira aumentaria em aproximadamente R\$4,5 milhões. Esse valor é determinado considerando-se o impacto de variações hipotéticas nas taxas de juros sobre o saldo devedor em aberto em 31 de março de 2008 e nossas disponibilidades e aplicações financeiras na mesma data.

Risco Cambial

Seguindo a política do Grupo SAG, não ficamos expostos à variação cambial. Para todas as dívidas que contratamos em moeda estrangeira, contratamos também um derivativo para a proteção cambial, normalmente um *swap*, trocando o passivo do endividamento por algum indexador atrelado ao CDI. Dessa forma, nossos resultados operacionais não são diretamente afetados pelas variações cambiais.

Risco Tributário

As empresas de locação de veículos automotores necessitam adquirir veículos novos para o desenvolvimento da sua atividade-fim, os quais são contabilizados em seu ativo permanente e destinados a essa atividade (locação de veículos). A renovação da frota destinada à locação é feita através da venda dos veículos contabilizados anteriormente como ativo permanente da empresa, pelo que, nos termos do RICMS/00 não há incidência do ICMS na saída dos veículos. Cumpre destacar que, via de regra, a venda dos veículos destinados a locação deve ocorrer apenas após 12 (doze) meses da data de sua contabilização no ativo permanente da empresa, para que não haja incidência do ICMS. Operamos de acordo com a legislação tributária vigente, contabilizando os veículos novos adquiridos em nosso ativo permanente, sendo que vendemos os veículos utilizados em nossas atividades de locação, para efeitos de renovação da frota, apenas após, no mínimo, os 12 (doze) meses contados de sua contabilização no ativo permanente, não recolhendo o ICMS sobre tais operações, como decorre da lei. Estamos porém sujeitos a alterações legislativas que alterem este quadro normativo.

Risco inflacionário

As despesas financeiras da Emissora estão atreladas a taxas de juros. O aumento da inflação pode pressionar o aumento das taxas de juros e impactar negativamente o resultado financeiro da Emissora. Além disso, o aumento da inflação pode significar um aumento na estrutura de custos da Emissora, que, se não for repassado aos seus clientes, poderá impactar negativamente o resultado da Emissora.

Para mais informações sobre riscos relacionados aos fatores macroeconômicos que podem afetar adversamente as atividades da Unidas, vide a seção “Fatores de Risco – Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos”, na página 59 deste Prospecto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

6. INFORMAÇÕES SOBRE A EMISSORA

- Visão Geral do Setor no Brasil
- Regulamentação do Mercado Brasileiro
- A Indústria Automotiva e de Locação de Veículos no Brasil
- Atividades da Emissora
- Visão Geral
- Unidades de Negócio
- Pontos Fortes
- Estratégia
- Estrutura Societária
- História e Desenvolvimento
- Grupo SAG
- Locação de veículos unidas
- Pontos de Atendimento Unidas
- Frota Unidas
- Propriedade Intelectual
- Assistência Técnica Unidas
- Manutenção Unidas
- Tarifas e Vendas
- Instrumentos Colegiados de Decisão
- Tecnologia e Sistemas
- Franquias
- Marketing e Publicidade
- Clientes
- Fornecedores
- Concorrentes
- Meio Ambiente
- Seguros
- Imóveis
- Recursos Humanos
- Contratos Relevantes
- Descrição do Capital Social e Dividendos
- Geral
- Objeto Social
- Capital Social
- Ações em Tesouraria
- Direitos das Ações
- Direitos dos Acionistas
- Direito de Preferência
- Opções
- Destinação do Resultado do Exercício
- Destinação do Lucro Líquido
- Reservas de Lucros
- Acordos de Acionistas
- Dividendos
- Conselho de Administração
- Negociação de Valores Mobiliários de nossa Emissão pelo nosso Acionista Controlador, nossos Conselheiros e Diretores e pela nossa Companhia
- Operações de Compra de Ações de Nossa Própria Emissão
- Divulgação de Informações
- Práticas de Governança Corporativa
- Políticas de Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo Cultural
- Administração
- Conselho de Administração
- Diretoria
- Conselho Fiscal
- Ações de Titularidade de Nossos Administradores
- Remuneração da Administração
- Plano de Opção de Compra de Ações
- Informações Sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Companhia
- Contingências Judiciais e Administrativas
- Operações com Partes Relacionadas

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

VISÃO GERAL DO SETOR NO BRASIL

REGULAMENTAÇÃO DO MERCADO BRASILEIRO

As empresas de locação de veículos no Brasil estão sujeitas a uma vasta gama de regulamentos federais, estaduais e municipais aplicáveis de maneira geral a todas as companhias que desenvolvem operações no Brasil (incluindo as leis relativas a direitos trabalhistas, previdência social, proteção ao consumidor e questões antitruste), bem como a regulamentação específica relacionada com a sua atividade.

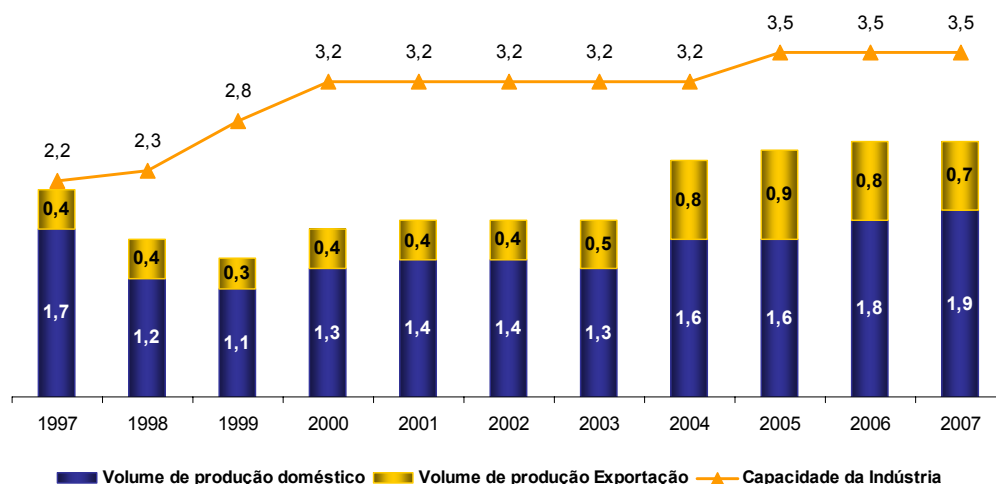
A atividade de franquias é regulamentada pela Lei n.º. 8.955, de 15 de dezembro de 1994, e consiste, em linhas gerais, na licença do direito de uso de marca ou patente, envolvendo a transferência de conhecimento e a exploração exclusiva ou semi-exclusiva de produtos e, eventualmente, também ao direito de uso de tecnologia de implantação e administração de negócio ou sistema operacional desenvolvidos ou detidos pelo franqueador, mediante remuneração direta ou indireta.

A INDÚSTRIA AUTOMOTIVA E DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS NO BRASIL

Introdução

O Brasil é atualmente o 7.º maior fabricante de carros e tem a 10.ª maior frota de carros do mundo, com aproximadamente 24 milhões de carros, com uma idade média de 9,1 anos, de acordo com o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) e com o Interpress Motor.

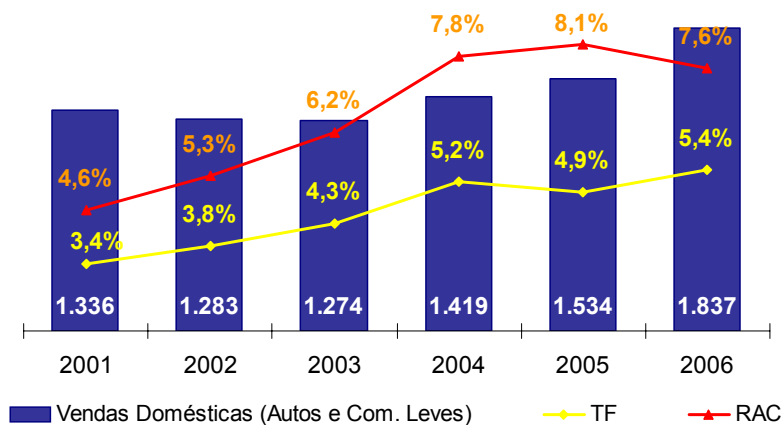
O gráfico seguinte ilustra a evolução da indústria automotiva brasileira nos últimos 10 anos:



Fonte: Anfavea, VWB.

Visão geral do setor no Brasil

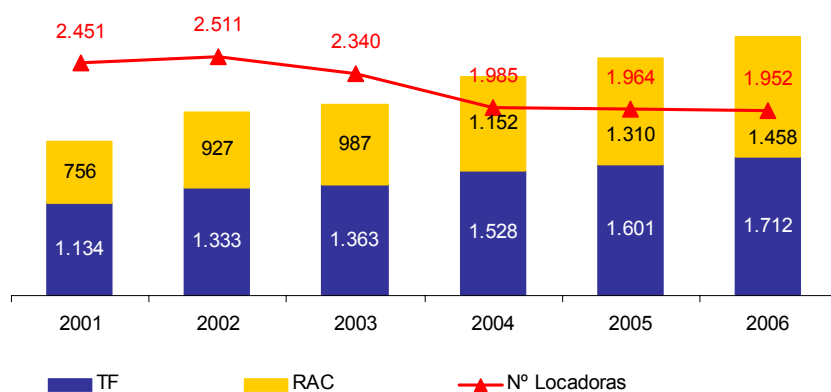
A locação de veículos é um negócio em expansão no Brasil. As vendas de veículos para locadoras, visando a terceirização de frotas e locação de carros, aumentaram consistentemente como um percentual das vendas totais, nos últimos 5 anos, como mostra o gráfico seguinte:



Fonte: ABLA, Anfavea.

A frota das empresas de locação de veículos e o seu faturamento cresceram no último ano 13,3% e 10,0%, respectivamente. A frota saltou de 178 mil carros para 284 mil carros entre 2002 e 2007. O faturamento do setor atingiu R\$3,49 bilhões em 2007, com um crescimento de 10,0% se comparado a R\$3,17 bilhões em 2006, e de 54,4% se comparado a R\$2,26 bilhões em 2002, apresentando um CAGR de 9,1% no período, de acordo com dados da ABLA.

O faturamento do segmento de terceirização de frotas tem representado nos últimos anos a maior parcela do faturamento da indústria; simultaneamente, se assiste a uma redução do número de locadoras, que registra já um decréscimo de 24,0% desde 2002. O gráfico seguinte ilustra esta tendência de consolidação do mercado:



Fonte: ABLA, Anfavea.

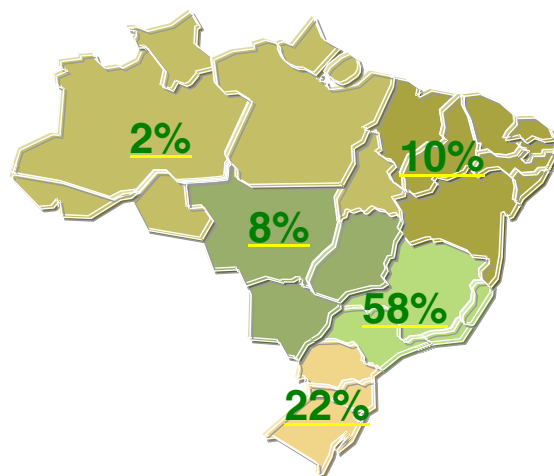
A evolução da frota ratificou a importância das empresas de locação de veículos no setor automobilístico brasileiro.

Visão geral do setor no Brasil

No Brasil, as montadoras não oferecem a opção de recompra para as locadoras de veículos. No entanto, o mercado de carros usados é bastante líquido, permitindo adequada monetização dos ativos. Acresce que, como grandes compradores de veículos, obtemos descontos substanciais junto às montadoras, o que minimiza a depreciação inicial dos veículos.

O perfil da frota do setor está amplamente concentrado nos carros conhecidos por “populares”, o que acreditamos ser resultado do baixo poder aquisitivo da população brasileira.

Geograficamente, a frota brasileira de automóveis e veículos comerciais leves está fortemente concentrada na região Sudeste, como mostra o mapa seguinte:



Fonte: DENATRAN, dez/07.

A terceirização de frotas

O negócio de terceirização de frotas no Brasil teve início na década de 80, através da iniciativa de algumas locadoras de carros, que começaram a oferecer a opção de terceirização de frotas para empresas, atividade que já estava se desenvolvendo nos mercados norte-americano e europeu. Este segmento de negócio teve, porém, o seu impulso no Brasil no final da década de 90, com o desenvolvimento da economia brasileira e do próprio mercado mundial de terceirização de frotas.

A terceirização de frotas apresenta características de um negócio de atacado, com centralização de atividades em uma unidade central, que gerencia os contratos e os veículos distribuídos por todo o território do Brasil. O negócio de terceirização de frotas não exige elevada disponibilidade de pessoal, podendo operar com custos fixos baixos, dada a possibilidade de terceirizar os serviços de apoio e manutenção necessários para a gestão da frota. Este tipo de operação permite escalabilidade e um volume elevado de negócios, que com o uso intensivo de tecnologia, leva a um reduzido custo fixo.

A terceirização de frotas tem uma base de clientes mais concentrada que o segmento de locação de carros, operando basicamente com empresas. Por essa razão, este segmento de negócio não está tão exposto à variação sazonal de negócios. Nos contratos de terceirização de frotas, tipicamente, os preços são ajustados de acordo com índices fixados nos respectivos contratos, estabelecidos entre as locadoras de frota e o respectivo cliente, e que variam em função de uma série de fatores, tais como o preço de aquisição dos veículos, depreciação, despesas financeiras e de manutenção, tipo de uso, tamanho e perfil da frota e responsabilidades assumidas pelo cliente. A taxa de utilização de frota neste segmento de negócio é normalmente superior a 95,0%, uma vez que a frota é adquirida de acordo com a demanda do cliente, sendo que o tempo de uso do carro varia atualmente entre 12 e 36 meses (locação de longo prazo).

Visão geral do setor no Brasil

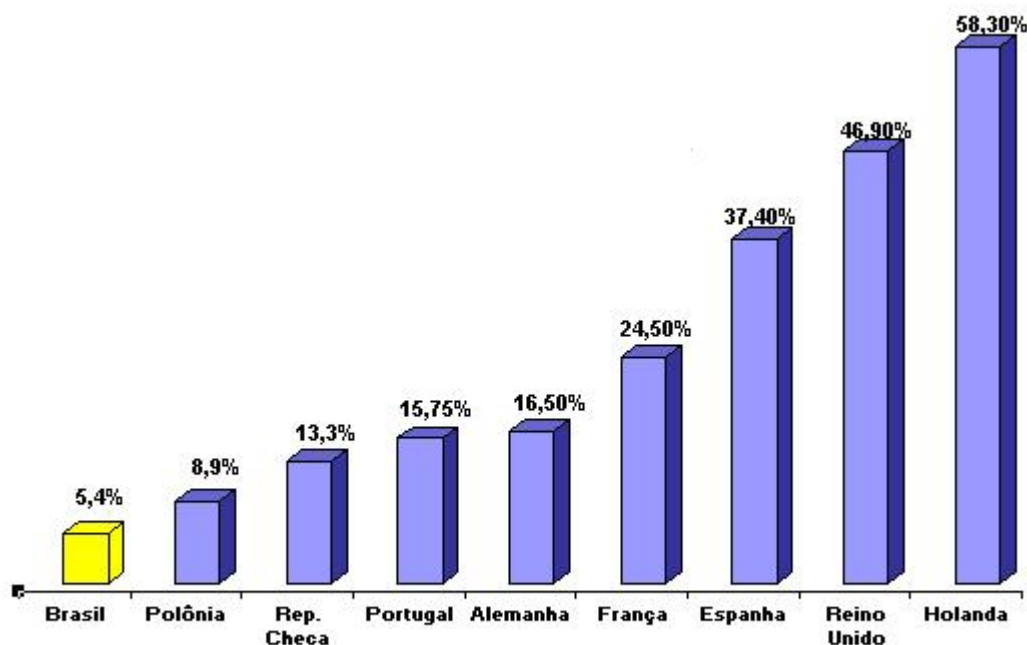
O efeito do crescimento do PIB não é tão relevante neste segmento de negócio, como o é no segmento de locação de carros. A terceirização permite a redução de custos em relação a uma frota própria e a desmobilização de capital, pelo que poderá existir demanda por serviços deste segmento não só em períodos de expansão econômica, mas também em períodos de maior instabilidade econômica.

O segmento de terceirização de frotas exige investimento intensivo de capital e a renovação periódica da frota usada. A venda dos carros usados pode ser feita tanto no varejo como no atacado.

Mercado internacional de terceirização de frotas

O segmento de terceirização de frotas tem experimentado um crescimento não tão robusto em anos recentes nos mercados norte-americano e europeu, reflexo de uma maturidade deste negócio nestes países, contrariamente ao que sucede no Brasil, onde o mercado ainda é recente.

Verifica-se que a taxa de penetração do segmento de terceirização de frotas no Brasil é ainda consideravelmente inferior quando comparada às taxas de outros países, tal como descrito no gráfico seguinte, o que indicia forte potencial de expansão para o mercado brasileiro:



Fonte: Datamonitor, exceto Brasil e Portugal (estimativa Unidas).

Mercado brasileiro de terceirização de frotas

O mercado brasileiro de terceirização de frotas está em fase de rápido crescimento. O Brasil tem atualmente uma frota corporativa de aproximadamente 2 milhões de veículos, sendo que apenas 156 mil destes pertencem a empresas de terceirização de frotas, segundo dados da ABLA.

Visão geral do setor no Brasil

O Brasil apresenta uma característica que o distingue de outros países desenvolvidos: as locadoras de veículos muitas vezes se utilizam de sua estrutura (rede de lojas) para operar não só a locação de carros, mas também a locação de frotas (terceirização de frotas). Por esta razão os números do setor de terceirização de frotas estão incluídos nos números divulgados pela ABLA.

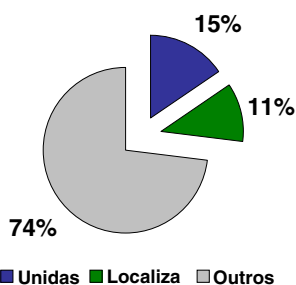
O mercado de terceirização de frotas registrou um crescimento médio (CAGR) de 9,6%, em termos de frota, nos 05 últimos anos, segundo dados da ABLA. Tal expansão foi motivada principalmente pelos seguintes fatores:

- crescimento da tendência de terceirização de frotas por parte das médias e grandes empresas;
- consolidação do mercado; e
- desenvolvimento dos serviços agregados à terceirização da frota.

Em 2007, o segmento de terceirização de frotas manteve sua trajetória de expansão atingindo um crescimento de 15,4%, em termos de frota.

O mercado brasileiro de terceirização de frotas encontra-se fragmentado. As principais empresas especializadas do setor de terceirização de frotas no Brasil são, para além da Unidas, a Total Fleet (Localiza), a Avis, a Hertz, a Júlio Simões e a Leaseplan. Todavia, praticamente todas as cerca de 1.900 locadoras existentes no país em 2007 também operavam neste segmento de negócio. Outros concorrentes incluem a Arval, ALD, DaVinci, Locaralpha, Ouro Verde e Master Car Rental, dentre outras.

A Unidas acredita ser líder neste segmento de mercado, com cerca de 15,0% de participação de mercado, de acordo com dados da ABLA referentes a 2007, e frota de cerca de 27 mil carros, em 31 de março de 2008.



Fonte: ABLA, Unidas.

A locação de carros

A atividade de locação de carros no Brasil teve início na década de 50. Os primeiros negócios surgiram na região central de São Paulo através da iniciativa de alguns empresários do ramo de vendas de carros usados, que começaram a alugar seus carros como atividade suplementar. Na metade da década de 60, a atividade teve um grande impulso com a entrada das empresas multinacionais de aluguel de carros, fato que levou as demais locadoras existentes a se profissionalizarem.

Visão geral do setor no Brasil

Com o surgimento das empresas de *leasing* financeiro nos anos 70, as locadoras tiveram facilidade de acesso a créditos para aquisição de veículos, o que viabilizou um grande desenvolvimento da indústria de locação de carros. Na década de 80, a indústria de locação de carros já era uma atividade consolidada no Brasil. Houve um visível crescimento de locadoras locais nos mais diversos pontos do País. Ainda nesta década se iniciou a expansão das redes através do sistema de franquias.

Apesar do difícil contexto macroeconômico que provocou um aumento no preço dos veículos, a indústria de locação de carros entrou na década de 90 com novos desafios e oportunidades, como a abertura econômica, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Nacional de Trânsito, o lançamento dos carros econômicos com motorização 1.0 e a expansão dos cartões de crédito. A abertura comercial facilitou a importação de carros e os consumidores passaram a exigir mais qualidade graças à livre concorrência e com o fim do protecionismo do mercado interno.

O mercado de locação de carros registrou um crescimento médio (CAGR) de 11,8% ao ano, nos últimos cinco anos, de acordo com dados da ABLA. Tal expansão foi motivada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- aumento do turismo de lazer doméstico e receptivo internacional;
- melhoria da infra-estrutura aeroportuária;
- aumento do fluxo de passageiros nos aeroportos;
- crescimento da indústria de feiras e eventos;
- massificação dos cartões de crédito;
- investimentos dos setores de telecomunicações, infra-estrutura, energia, agronegócio e exportação; e,
- acesso ao crédito de longo prazo.

O mercado brasileiro de locação de carros encontra-se fragmentado. Em 2007, cerca de 1.900 empresas locais atuavam nesse negócio.

Neste mercado a nossa Companhia acredita estar em quarto lugar, com cerca de 5,8% de participação de mercado em frota total em 2007, de acordo com dados da ABLA, e com mais de 5.500 veículos em 31 de março de 2008.

ATIVIDADES DA EMISSORA

VISÃO GERAL

A Unidas é uma companhia especializada em soluções de gestão e locação de veículos e acredita ser líder em terceirização de frotas no mercado brasileiro em termos de número de veículos, com uma participação de mercado de 15,0%, em 31 de dezembro de 2007, segundo dados da ABLA. A Unidas atua também no setor de locação de carros, contando com 22 anos de experiência nesse mercado no Brasil. Em 31 de março de 2008, a Unidas contava com uma rede de 122 pontos de atendimento, sendo 34 lojas próprias, 32 postos de atendimento corporativo e 56 lojas franqueadas. Ainda, como atividade complementar às atividades da Unidas, a Companhia atua na venda dos carros anteriormente utilizados na sua frota.

Estrategicamente diversificados, os negócios da Unidas são complementares e geram fortes sinergias entre si. Considerando todas as atividades, atualmente a Unidas possui uma frota de mais de 32.000 veículos.

O quadro abaixo contém informações financeiras e operacionais relevantes para o entendimento das atividades da Companhia:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2005	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2006	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Período de três meses findo em 31 de março de 2008
	(Valores em R\$ mil)			
Receita Bruta				
Terceirização de Frotas ⁽¹⁾	92.940	128.973	172.916	53.529
Locação de Carros ⁽²⁾	44.156	47.688	73.936	18.754
Total	137.096	176.661	246.852	72.283
 Receita de Venda de Veículos...	142.883	172.018	282.572	73.750
Receita Bruta Ajustada⁽³⁾	279.979	348.679	529.424	146.033
 EBITDA Ajustado.....	46.379	65.415	101.922	31.100
Margem EBITDA ⁽⁴⁾	35,3%	38,2%	43,6%	45,8%
 Frota Total				
Terceirização de Frotas ⁽⁵⁾	12.242	18.189	24.163	26.608
Locação de Carros	3.589	5.015	5.627	5.584
Total	15.831	23.204	29.790	32.192
 Pontos de Atendimento				
Próprios.....	35	33	33	34
Franqueados.....	38	39	54	56
Postos Corporativos	14	24	26	32
Total	87	96	113	122

⁽¹⁾ Inclui receitas provenientes da atividade de gerenciamento de frotas.

⁽²⁾ Inclui royalties de franquias, fundo de marketing e outras receitas sobre franquias.

⁽³⁾ Ajustada pela receita não operacional da venda de veículos usados.

⁽⁴⁾ EBITDA ajustado dividido pela receita líquida de aluguel e serviços ajustada por créditos de PIS/COFINS.

⁽⁵⁾ Inclui a frota ligada à rede franqueada.

Atividades da emissora

Entre 2004 e 2007, a receita líquida da Companhia apresentou um crescimento médio anual (CAGR) de 30,3% ao ano. A expectativa da Unidas é a de que o negócio continue crescendo, impulsionado por fatores como:

- o alto potencial de crescimento do mercado de locação de veículos no Brasil, motivado pelo aumento da atividade econômica no Brasil, o aumento da previsibilidade do cenário econômico e capacidade de planejamento das empresas;
- a redução das taxas de juros;
- as barreiras naturais à entrada de novos competidores no segmento de mercado da Companhia; e
- a tendência de concentração natural no segmento de mercado da Companhia, como se tem verificado nos últimos anos.

A atuação e visão estratégicas da Unidas seguem as mesmas diretrizes adotadas pelo seu grupo controlador: o Grupo SAG. Através de sua experiência no setor, administração altamente qualificada, grande capacidade de investimento e experiência na construção e gestão de relevantes parcerias, como as parcerias com o Santander Consumer e com os grupos Volkswagen e Manheim, o Grupo SAG tornou-se o maior grupo do setor automotivo em Portugal, em oferta de produtos e serviços automotivos, com atuação também na Espanha e na Polônia.

A Companhia acredita que a sua experiência no mercado brasileiro e a sua liderança no setor de terceirização de frotas, aliados ao amplo *know-how* do Grupo SAG em soluções automotivas, a coloca em posição privilegiada para aproveitar as oportunidades de mercado que surgem nos seus setores de atuação, especialmente no ramo de terceirização de frotas, um mercado ainda muito fragmentado e com baixa penetração no Brasil.

UNIDADES DE NEGÓCIO

Terceirização de Frotas

A Unidas acredita ser a empresa líder no negócio de terceirização de frotas no Brasil, constituindo a maior frota de automóveis terceirizados do País, com cerca de 27.000 veículos de diversas marcas e modelos. Nesse negócio, a Companhia tem atualmente cerca de 720 clientes, de diferentes portes e setores. Como indicador da performance e qualidade de dos seus serviços, a Companhia possui um índice de renovação de contratos de aproximadamente 80,0%.

O modelo de negócio da Unidas foi desenvolvido para que a Companhia possa oferecer aos seus clientes as várias vantagens que a terceirização de frotas pode trazer, dentre as quais se destacam: (i) redução de custos em relação a uma frota própria, (ii) maior foco da empresa cliente na sua atividade principal, (iii) soluções automotivas customizadas às necessidades do cliente, (iv) desmobilização de capital, (v) maior eficiência nos processos de aquisição e renovação da frota, e (vi) maior controle dos processos de administração de frotas.

O negócio de terceirização de frotas da Unidas compreende a locação de longo prazo (mínimo de 12 meses) de veículos para clientes corporativos e atividades associadas à utilização dos veículos, tais como consultoria na escolha da frota, manutenção dos veículos, contratação de seguros junto às companhias seguradoras e por intermédio de um corretor de seguros, assistência emergencial 24 horas em todo o Brasil e veículo de substituição, dentre outras atividades relacionadas à gestão e administração da frota.

Atividades da emissora

A terceirização de frotas abrange três macro-processos: implantação, gestão de serviços e desmobilização de veículos. Operamos com uma rede que conta atualmente com aproximadamente 2.400 oficinas credenciadas e 128 pontos de atendimento da rede Unidas, incluindo 32 postos de atendimento corporativos localizados em alguns dos clientes da Companhia.

Gerenciamento de Frotas de Terceiros

As competências da Unidas no negócio de terceirização de frotas permitiram à Companhia desenvolver uma solução automotiva também para clientes que possuem sua própria frota de veículos: o gerenciamento de frotas de terceiros. Atualmente, a Companhia possui 23 clientes corporativos nesse negócio e gerencia aproximadamente 2.900 veículos de posse ou propriedade de seus clientes.

A Unidas oferece, neste segmento de negócio, sua experiência, recursos humanos e tecnológicos para proporcionar economia de recursos operacionais e financeiros para os seus clientes, em termos semelhantes aos praticados no segmento de terceirização de frotas. Tendo em vista a similaridade dos negócios, o gerenciamento de frotas permite também à Companhia demonstrar aos seus clientes os benefícios que podem ser gerados pela terceirização da frota, permitindo em alguns casos a migração dos mesmos para esta solução.

Locação de Carros

A Companhia acredita ser a quarta maior empresa no mercado brasileiro no negócio de locação de carros, com cerca de 5,8% da frota do segmento em 31 de dezembro de 2007, segundo dados da ABLA. Neste negócio, a Unidas tinha, em 31 de março de 2008, uma frota com mais de 5.500 carros de diversas marcas e modelos em sua rede de 34 lojas próprias de locação de carros, além de 62 franqueadas.

Neste segmento de negócio, a Companhia atende clientes pessoa física e jurídica, em viagens a negócios e a lazer, através de contratos individuais de curto prazo (de um dia a um mês, em geral). Adicionalmente, visando atender à demanda de frotas corporativas de caráter sazonal ou temporário, a Unidas diversificou sua oferta de locação de carros, oferecendo contratos de locação de médio prazo (cerca de três a nove meses), com tarifas diferenciadas, beneficiando seus clientes. Mais recentemente, a Unidas lançou um novo sistema de locação, com tarifas regressivas em função do número de locações feitas pelo cliente.

A atividade comercial da Companhia é conduzida através de uma organização de vendas diretas a clientes corporativos e a agências de turismo e operadoras turísticas, complementada pela estrutura de vendas dos seus franqueados. Para clientes individuais, a organização de vendas da Companhia é composta pelos seguintes canais de acesso direto: lojas próprias e franqueadas, central de reservas 0800 e *website*. Adicionalmente, a Unidas é fornecedora de companhias de seguros e montadoras para fornecimento de veículos reserva no caso de sinistro ou uso da garantia, respectivamente.

A Companhia acredita que o negócio de locação de carros passará por um processo de concentração natural nos próximos anos, tal como aconteceu nos mercados americano e europeu, ocasionado por necessidade de ganhos de escala, perante a capacidade de investimento e eficiência operacional das grandes empresas do setor.

Franquias

Em complementação às suas atividades de locação de carros, e de forma a aumentar a capilaridade e ritmo de expansão de sua rede em todo o Brasil, a Companhia adotou, desde o início de suas operações, um modelo de franquias como estratégia de crescimento nesse mercado.

No ano de 2005, a Unidas lançou o modelo “Franquia Chave na Mão”, em que o franqueado recebe uma loja pronta para operar, com no mínimo 25 carros disponíveis para locação, o que permitiu uma aceleração do ritmo de expansão de franquias.

Atividades da emissora

Nesse novo modelo, toda a estrutura é montada pela Unidas, de acordo com o modelo de loja da Companhia, e o franqueado não adquire os veículos que serão utilizados em sua operação, mas os aluga da Unidas por meio de contratos em moldes similares aos praticados em terceirização de frotas. Este modelo traz vários benefícios para o franqueado e para a Companhia, como por exemplo: (i) a redução do investimento necessário para abertura da franquia por parte do franqueado; (ii) expansão acelerada da rede de lojas Unidas; (iii) maior controle da parte da Companhia sobre os padrões das lojas franqueadas e frota utilizada (modelos, idade e quilometragem); (iv) potencial de geração de outros negócios para a Companhia; e, (v) atuação da rede Unidas como uma rede integrada de forte geração de negócios.

Atualmente, a Companhia conta com 62 lojas franqueadas distribuídas em localidades estratégicas, atendendo a um plano de expansão nacional.

Como atividade complementar às suas operações, de forma a permitir a constante renovação da sua frota em todos os segmentos, a Companhia realiza a venda de seus veículos previamente utilizados nos negócios de terceirização de frotas e locação de carros. Para isso, a Companhia utiliza dois canais de venda: varejo e atacado. No varejo, que concentra a maioria das vendas, a Companhia conta com uma rede de oito lojas denominadas “Unidas Seminovos”. No atacado, as vendas são realizadas por meio de leilões, vendas a clientes que possuam opção de compra em relação aos veículos por eles utilizados e vendas a empresas intermediárias selecionadas pela Companhia. A Companhia não vende carros de terceiros.

PONTOS FORTES DA EMISSORA

- **Liderança em mercado crescente e com tendência natural de concentração.** Em termos de faturamento, o negócio de terceirização de frotas no Brasil apresentou crescimento médio (CAGR) de 9,5% ao ano, nos últimos três anos, segundo dados da ABLA. O crescimento médio da Companhia, também em termos de receita bruta, foi superior ao verificado nesse segmento, registrando um crescimento médio (CAGR) de 34,2% ao ano, nos últimos três anos. Por ser ainda um mercado fragmentado no Brasil, e por apresentar índices de penetração no Brasil inferiores aos registrados no mercado europeu – 5,6% de carros terceirizados, no total da frota corporativa brasileira, de acordo com as estimativas da Emissora, contra, por exemplo, 15,75% em Portugal, segundo estimativas da Companhia, e 58,3% na Holanda, segundo dados da Datamonitor –, a Companhia acredita que o negócio de terceirização de frotas possui alto potencial de crescimento no Brasil. Nesse contexto, a liderança no mercado de terceirização de frotas coloca a Unidas em posição privilegiada para aproveitar as oportunidades que surgem em função de tal crescimento, uma vez que o mercado apresenta barreiras naturais à entrada de novos concorrentes e, conseqüentemente, tendências de concentração naturais, como se tem verificado nos últimos anos.
- **Principal fonte de receita com baixa volatilidade e baixo custo de expansão.** No período de três meses findo em 31 de março de 2008, 74,1% da receita líquida atual da Companhia é proveniente do negócio de terceirização de frotas. A motivação para as empresas terceirizarem as frotas ao invés de serem proprietárias de suas frotas é que a terceirização permite que essas empresas reduzam custos, desmobilizem capital e mantenham foco no seu principal negócio. Isso leva a Companhia a crer que a demanda neste segmento irá crescer independentemente das condições econômicas. Adicionalmente, o segmento de terceirização de frotas se caracteriza por contratos corporativos de prazo superior a um ano, o que propicia à Companhia uma fonte de receita mais previsível. A Companhia acredita, ainda, que, como vantagem em relação à concorrência, o seu foco no negócio de terceirização de frotas lhe permite a expansão da carteira e volume de negócios não necessariamente incorrendo em elevados custos operacionais e administrativos incrementais, tendo em vista que a Companhia pode usar a mesma estrutura administrativa e operacional, proporcionando um aumento progressivo das margens (alavancagem operacional).

Atividades da emissora

- ***Ganhos de escala proporcionados pelo volume de operações.*** A frota Unidas conta atualmente com cerca de 32.000 veículos. Devido às suas atividades, a Unidas é um dos maiores compradores de carros novos fabricados pelas principais montadoras do Brasil, nomeadamente da General Motors, Fiat e Volkswagen, o que lhe permite ganhos de escala. Em 2007, a Unidas comprou um total de 18.823 carros, o que corresponde a aproximadamente 0,8% do total de vendas de carros novos no mercado interno brasileiro. No período de três meses findo em 31 de março de 2008, a Companhia comprou um total de 4.977 carros, o que corresponde a aproximadamente 0,8% do total de vendas de automóveis e veículos comerciais leves novos no mercado interno brasileiro nesse período. O elevado volume de operações firmado com as montadoras e também com outros parceiros envolvidos na cadeia de atividades da Unidas (companhias de seguros, oficinas de manutenção e fornecedores de consumíveis e peças, entre outros) permite à Companhia acordar termos e condições operacionais e comerciais mais favoráveis, comparados aos normalmente praticados no mercado, fator importante para a rentabilidade de empresas do setor de atividade da Companhia.
- ***Qualidade dos serviços e imagem amplamente reconhecida no mercado.*** Um dos pontos chave do negócio da Unidas é a qualidade do seu serviço, à qual a Companhia acredita estar associada à sua marca. Por esse motivo, a Unidas investe constantemente tempo e recursos significativos em seu capital humano, desenvolvendo as melhores práticas de treinamento e selecionando pessoas qualificadas para integrar as suas equipes, para que sejam capazes de prestar um atendimento flexível, cordial e eficiente. Neste contexto, a Companhia implementou a “Universidade Unidas”, destinada a oferecer treinamento e capacitação técnica e comercial para franqueados, atendentes e colaboradores. Outras iniciativas importantes para melhorar a qualidade dos serviços da Unidas foram feitas na melhoria de gestão de processos, atividade fundamental da Companhia. Em junho de 2007 foi criada a *Diretoria de Qualidade e Ouvidoria*, focada exclusivamente em assegurar melhorias significativas no atendimento aos clientes. Em pesquisa de imagem de marca, realizada em maio de 2005 pela *Research International Brazil*, a Unidas obteve uma avaliação muito positiva com um reconhecimento de marca de aproximadamente 80,0% da amostra. Na mesma pesquisa, a Unidas obteve a melhor avaliação do mercado na categoria “atendimento”, um dos pontos chave do seu negócio, juntamente com a qualidade do seu serviço.
- ***Modelo de negócio integrado que favorece sinergias (cross selling).*** A atuação da Companhia em atividades que se complementam potencializa a cadeia de relacionamento Unidas e as oportunidades de oferta dos seus negócios (*cross selling*), otimiza a utilização da estrutura corporativa da Companhia, em razão da utilização da mesma base administrativa para os seus segmentos de negócio, e, adicionalmente, fortalece a marca Unidas, que é utilizada de forma única e integrada nos diferentes negócios. A equipe comercial da Companhia atua tanto na captação e relacionamento de clientes de terceirização como de locação de carros, potencializando desta forma o resultado de cada abordagem comercial.
- ***Forte comprometimento do Grupo SAG e Gestão Institucionalizada.*** A Unidas conta com forte comprometimento por parte do Grupo SAG, grupo controlado pelo Acionista Controlador da Companhia, o qual tem dado amplo suporte às atividades da Unidas. O Grupo SAG, além do apoio financeiro que tem prestado como acionista, tem disponibilizado à Companhia uma gestão técnica altamente qualificada, acesso a fontes diversificadas de capital, acesso aos contatos internacionais, à experiência na gestão de parcerias e ao amplo *know-how* do Grupo em soluções automotivas, sobretudo no negócio de terceirização de frotas em Portugal, Espanha e Polônia.

ESTRATÉGIA

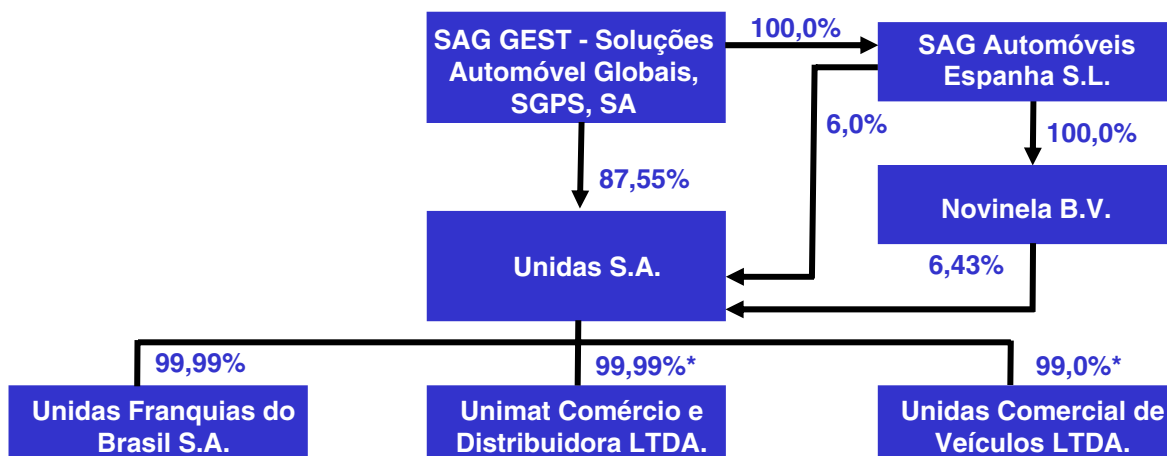
- *Expandir as operações da Companhia a fim de explorar o potencial do mercado.* A Unidas continuará a expandir seus negócios de terceirização de frotas, visando preservar sua posição de liderança e ampliar sua participação nesse negócio no Brasil. Os esforços comerciais e investimentos em expansão estão concentrados nesse segmento, que a Companhia acredita ter um alto potencial de crescimento e uma rentabilidade crescente. Além disso, a Companhia buscará aumentar seu negócio de locação de carros, explorando o esperado crescimento da economia e a conseqüente expansão da base de clientes. Nesse sentido, a Companhia acredita que um aumento no número de passageiros viajando tanto a negócios como a turismo e um aumento nas atividades da indústria de convenções e eventos contribuirão para o crescimento de suas atividades.
- *Aumentar a base de clientes e de produtos através da oferta integrada de soluções automotivas.* A plataforma de negócios da Companhia é composta por atividades que se beneficiam de significativas sinergias entre si, oferecendo oportunidades de *cross selling* entre elas, o que permite à Companhia oferecer propostas de maior valor agregado em um mercado em expansão. Por essa razão, a Companhia pretende continuar a explorar comercialmente essas oportunidades por meio de uma equipe capaz de oferecer a seus clientes soluções automotivas integradas, como, por exemplo, a venda aos usuários de terceirização de frotas de contratos de locação de carros. Adicionalmente, a Companhia pretende continuar a usar informações detidas por cada uma de suas linhas de negócios e subsidiárias, especialmente no que se refere a base de dados de clientes, o que, a Companhia acredita, lhe permite identificar as necessidades de seus clientes e lhes propor soluções automotivas para seus negócios, potencializando assim o aumento de suas vendas e de sua rentabilidade.
- *Expandir a rede Unidas com base no modelo diferenciado de franquias.* Beneficiando-se de seu *know-how* e marca forte, a Companhia pretende expandir sua rede de lojas próprias e franqueadas. Essa expansão será focada em cidades brasileiras que apresentem elevados índices de crescimento econômico, nas quais novas indústrias, a expansão do agronegócio e novas rotas aéreas criem um ambiente de negócios atrativo para a Companhia. Nesse sentido, a Companhia continuará a investir no modelo “Franquias Chave na Mão”, pois acredita que ele lhe permite atrair mais franqueados e acelerar assim o seu processo de expansão no negócio de locação de carros. Nesse modelo, o custo de implementação de uma loja para o franqueado é menor que o custo num modelo tradicional de franquias, tornando o negócio mais atrativo para os potenciais franqueados, possibilitando a expansão das operações em locação de carros da Companhia por todo o Brasil, através de um modelo uniforme de lojas, veículos e serviços. De forma complementar, a Companhia acredita que o crescimento do negócio de locação de carros oferecerá oportunidades também em terceirização e gerenciamento de frotas, sendo um importante ponto de apoio para estes negócios, dada a expansão de lojas Unidas por todo o território nacional.

Atividades da emissora

- *Manter uma sólida estrutura financeira e operacional que permita acompanhar o desenvolvimento do mercado.* A Companhia pretende continuar implementando políticas que mantenham níveis de disponibilidade de caixa e endividamento adequados às suas necessidades operacionais, através de uma política de diversificação de fontes de financiamento bem como uma gestão financeira baseada nas políticas financeiras definidas no Comitê de Riscos Financeiros do Grupo SAG (ALCO). A Companhia possui outros Comitês especializados de gestão como os Comitês de Risco Automóvel e de Crédito, que são fóruns determinantes para a otimização da relação de risco-retorno dos seus negócios. No primeiro, a Companhia continuará a monitorar ativamente as oscilações e tendências no mercado automobilístico, e, com base nessas informações – as quais são complementadas com o conhecimento de especialistas no mercado – e em um conjunto de ferramentas gerenciais, a Companhia determinará, caso a caso, a depreciação e valor residual dos seus ativos. No segundo, a Companhia continuará a analisar e escolher o perfil dos seus clientes através da aplicação de políticas de avaliação, concessão, monitoramento e controle do crédito. A Companhia buscará, ainda, maior eficiência operacional, continuando a investir tanto em suas tecnologias de informação como na formação de seu pessoal, mantendo e desenvolvendo seu programas de treinamento, como a “Universidade Unidas”, destinada a oferecer treinamento para franqueados, atendentes e colaboradores.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O quadro abaixo demonstra a estrutura societária da Companhia e de suas subsidiárias (excluindo ações ou quotas, conforme aplicável, detidas por administradores das companhias em causa) na data do presente Prospecto.



* As restantes participações de capital nestas sociedades referem-se a ações ou quotas detidas por seus administradores.

As atividades de terceirização e gestão de frotas e locação de carros são conduzidas diretamente pela Unidas. A Companhia conta com o apoio de suas subsidiárias em certas atividades complementares a suas operações: a Unidas Franquias do Brasil S.A. apóia a Companhia em suas atividades de franquias; a Unimat Comércio e Distribuidora Ltda. apóia a Companhia na venda e distribuição de material publicitário aos seus franqueados; e, a Unidas Comercial de Veículos Ltda. apóia a Companhia na venda dos carros usados previamente utilizados em suas atividades. Todas as empresas do grupo consolidam seus resultados nas contas da Emissora.

Atividades da emissora

HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO

A Empresas Unidas Veículos e Serviços Ltda. foi criada em 27 de fevereiro de 1985, quando cinco empresas de locação de carros e dois investidores se uniram na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, criando uma locadora com sete filiais e aproximadamente 500 veículos.

Desde então, a Empresas Unidas Veículos e Serviços Ltda. passou por várias transformações societárias e alterações de controle, até que em 2001, o Grupo SAG adquiriu a sociedade Uninfra Locações e Comércio Ltda. e os demais ativos e direitos que constituíam o negócio Unidas. Em 2001, a Uninfra Locações e Comércio Ltda. alterou seu tipo societário para sociedade por ações e incorporou a sociedade SAG do Brasil Ltda., alterando sua denominação para SAG do Brasil S.A. Finalmente, em 2007, a SAG do Brasil S.A. alterou sua denominação para a atual Unidas S.A.

A Unidas S.A. opera nos seus segmentos de negócio – terceirização de frotas e locação de carros – sob a marca “Unidas”.

Em adição, a Unidas S.A. possui três controladas:

- *Unidas Franquias do Brasil S.A.*: sociedade por ações cujo objeto social principal consiste no desenvolvimento de atividades de franchising e licenciamento de marcas;
- *Unimat Comércio e Distribuidora Ltda.*: sociedade limitada brasileira que tem por objeto principal a venda e distribuição de material publicitário aos franqueados; e,
- *Unidas Comercial de Veículos Ltda.*: sociedade limitada brasileira cujo objeto principal consiste no apoio na venda de carros usados previamente utilizados em nossas atividades.

GRUPO SAG

Desde que nossas atividades foram adquiridas pelo Grupo SAG, em 2001, temos nos beneficiado dos contatos internacionais e experiência do Grupo SAG na oferta e desenvolvimento de soluções automotivas para nossos clientes.

O Grupo SAG é o maior conglomerado português no setor automotivo, atuando no setor de serviços – no segmento de terceirização de frotas em Portugal, na Espanha e na Polónia, bem como nos segmentos de gerenciamento de frotas, financiamento de frotas, leilões de automóveis, reparação e manutenção de veículos, formação profissional e consultoria técnica –, no setor de distribuição – com a importação e distribuição oficial em Portugal das principais marcas produzidas e comercializadas mundialmente pelo Grupo Volkswagen (Audi, Bentley, Lamborghini, Volkswagen e Skoda) –, e no setor de varejo de veículos.

O amplo *know-how* do Grupo SAG em soluções automotivas, sobretudo no segmento de terceirização de frotas, a grande capacidade de investimento e experiência do Grupo SAG na construção e gestão de relevantes parcerias, como as parcerias com o Santander Consumer e com os grupos Volkswagen e Mannheim, nos coloca em posição privilegiada para aproveitar as oportunidades de mercado que surgem em nossos negócios.

As ações de nosso Acionista Controlador – SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., sociedade aberta, – são negociadas na Euronext Lisbon.

Atividades da emissora

LOCAÇÃO DE VEÍCULOS UNIDAS

Terceirização de frotas

O nosso serviço de terceirização de frotas compreende a locação de longo prazo de veículos para clientes corporativos e a prestação de serviços agregados.

O prazo dos contratos de terceirização de frotas é, em média, de 18,8 meses, com um limite mínimo de 12 meses e máximo de 48 meses.

A execução do contrato compreende, em geral: (i) a prestação de serviços de consultoria sobre a composição mais adequada da frota em função das necessidades específicas de nossos clientes; (ii) a aquisição dos veículos e respectiva entrega ao cliente; (iii) as atividades necessárias à correta utilização e manutenção dos veículos; (iv) a administração da frota durante o período contratual; e, (v) a venda do carro no final do contrato, à exceção dos casos em que é dada aos clientes, a faculdade de adquirirem o carro.

Em geral, nossos contratos de terceirização de frotas podem ser rescindidos sem justa causa, mediante o pagamento de uma multa contratual, que pode ir de 50% sobre o valor remanescente do contrato, nos contratos com duração até 18 meses, a 35% sobre o valor remanescente do contrato, nos contratos com duração de 19 a 24 meses e 30% sobre o valor remanescente do contrato, nos casos de contratos com duração superior a 25 meses.

Os contratos de terceirização de frotas podem ser ajustados conforme as necessidades específicas dos clientes, incluindo, em geral:

- orientação e assistência na composição da frota, em função das necessidades próprias de cada negócio;
- assessoria na escolha dos carros;
- negociação e compra de carros e acessórios;
- apoio na negociação e venda de carros de propriedade de nossos clientes, quando necessário;
- montagem dos carros de acordo com as necessidades dos nossos clientes, tais como pintura personalizada e acessórios;
- coordenação no registro e emplacamento dos veículos, feito através de despachantes autorizados e pagamento dos tributos relacionados à utilização do veículo;
- assessoria e assistência na contratação de seguros decorrente de parceria com corretores de seguros e companhias seguradoras;
- auxílio em treinamento dos usuários dos veículos;
- serviço de atendimento ao cliente, com assistência 24 horas por dia, 365 dias por ano, em todo o território nacional (inclusive serviços de guincho, reboque e remoção de veículos);
- assistência aos clientes em caso acidente ou roubo de carros, inclusive quanto ao acompanhamento junto às companhias de seguros, serviços de manutenção e conserto dos carros;
- assistência aos clientes em caso de apreensão do carro e multas de trânsito; e
- outros serviços relacionados à gestão de frotas, com destaque para os serviços de controle de custos com a frota do cliente, que incluem relatórios periódicos de informação.

Atividades da emissora

Oferecemos manutenção e assistência técnica em todo o território nacional através de prestadores de serviços terceirizados.

Possuímos ainda postos de atendimento corporativos em alguns dos nossos clientes, onde oferecemos as atividades de apoio necessárias à utilização da nossa frota por nossos clientes.

Gerenciamento de frotas de terceiros

Oferecemos em nosso serviço de gerenciamento de frotas de terceiros a generalidade dos serviços que prestamos no segmento de terceirização de frotas, mas para clientes que possuem sua própria frota.

O prazo dos contratos de gerenciamento de frotas é, em média, de 12 meses.

Os contratos de gerenciamento de frotas podem ser rescindidos, em geral, mediante prévio aviso escrito de 30 a 90 dias, dependendo do tipo de contrato em causa.

Os contratos de gerenciamento de frotas podem ser ajustados conforme as necessidades específicas de cada cliente, estabelecendo em cada caso concreto os serviços que serão prestados pela Companhia. Estes serviços incluem, em geral, os mesmos serviços prestados para os clientes no segmento de terceirização de frotas (com exceção dos que não se aplicam a clientes que possuem frota própria), a saber:

- orientação e assistência na composição da frota, em função das necessidades próprias de cada negócio;
- assessoria na escolha dos carros;
- apoio na negociação e venda de carros;
- apoio no registro e emplacamento dos veículos e pagamento dos tributos relacionados à utilização do veículo;
- assessoria e assistência na contratação de seguros, decorrente de parceria com corretores de seguros e companhias seguradoras;
- auxílio em treinamento dos usuários dos veículos;
- serviço de atendimento ao cliente, com assistência 24 horas por dia, 365 dias por ano, em todo o território nacional (inclusive serviços de guincho, reboque e remoção de veículos);
- assistência aos clientes em caso acidente ou roubo de carros, inclusive quanto ao acompanhamento junto às companhias de seguros, serviços de manutenção e conserto dos carros;
- assistência aos clientes em caso de apreensão do carro e multas de trânsito; e
- outros serviços relacionados à gestão de frotas, com destaque para os serviços de controle de custos com a frota do cliente, que incluem relatórios periódicos de informação.

Atividades da emissora

Locação de carros

A locação de carros compreende a locação de curto prazo (até 12 meses) de veículos para clientes pessoa física e jurídica, em viagens a negócios e a lazer. Nossos contratos de locação de carros têm, em geral, a duração de um dia a um mês. Oferecemos também tipos específicos de contratos de locação de carros destinados a atender demandas ocasionais das empresas.

Vendemos a locação de carros através de nossa rede de lojas próprias e franqueadas, da nossa central de reservas 0800 24 horas e do nosso *website*. Possuímos também convênios com operadores de turismo, agências de viagens, hotéis e companhias aéreas para a promoção de nossas vendas.

Como parte de nosso negócio de locação de carros, atuamos também no segmento de veículos de substituição (*replacement*), no qual alugamos temporariamente carros para companhias seguradoras ou montadoras de veículos, que oferecem carros de substituição aos seus clientes, geralmente em virtude de sinistro, roubo ou avarias mecânicas.

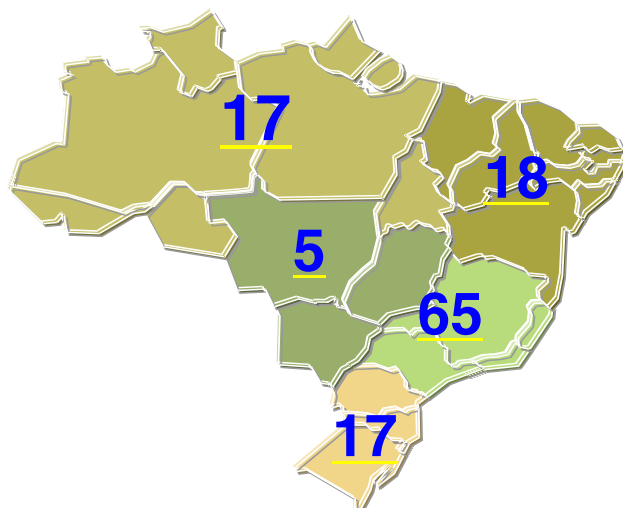
Adicionalmente, a locação de carros pode cobrir as necessidades ocasionais de frota, durante períodos de imobilização dos carros ou baixa oferta de veículos pelas montadoras de veículos.

Para além dos produtos ou serviços mencionados no Prospecto, não existem outros em desenvolvimento.

PONTOS DE ATENDIMENTO UNIDAS

Em 31 de março de 2008, contávamos com uma rede de 122 pontos de atendimento, sendo 34 lojas próprias, 32 postos de atendimento corporativo e 56 lojas franqueadas, distribuídas por todo o território do Brasil.

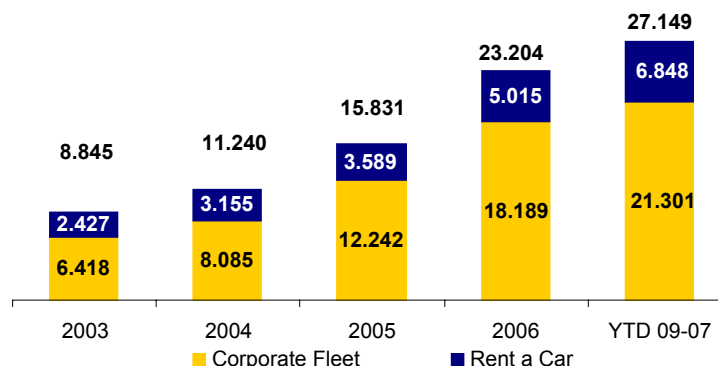
O mapa seguinte mostra a distribuição de nossos pontos de atendimento pelo território brasileiro em 31 de março de 2008:



Atividades da emissora

FROTA UNIDAS

Entre 2005 e 2007 nossa frota de terceirização de veículos registrou um crescimento médio (CAGR) de 40%, e nossa frota de locação de carros um crescimento médio de 25%. O gráfico seguinte mostra a evolução de nossa frota total:



Em linha com a frota automotiva brasileira em geral, nossa frota está fortemente concentrada na região Sudeste.

Terceirização de frotas

A Emissora acredita ter a maior frota de automóveis terceirizados do Brasil, com 26.608 veículos de diversas marcas e modelos em 31 de março de 2008. Dos carros que formar a frota destinada a terceirização, em 31 de março de 2008, 21.606 estavam em utilização efetiva pelos clientes da Emissora, 2.090 estavam em preparação (sendo emplacados ou personalidades para os clientes), 353 já estavam sendo utilizados pelos respectivos clientes, mas ainda sem contrato de terceirização formalizado, 2.309 estavam sendo enviados para seminovos para renovação de frota e 250 estavam fora da frota (casos de roubo ou perda total).

Nos contratos de terceirização de frotas, geralmente são nossos clientes que escolhem os modelos dos veículos que adquirimos para a locação, de acordo com suas preferências e necessidades, mas contando com nossa assessoria no processo de escolha do veículo e suas características.

Em 31 de março de 2008, a idade média de nossa frota de terceirização era de aproximadamente 11,0 meses, comparada a 13,2 meses em 31 de março de 2007.

Locação de carros

A Companhia acredita ter a quarta maior frota de automóveis para locação do Brasil, com 5.584 veículos de diversas marcas e modelos, disponibilizados em nossa rede de 90 lojas próprias e franqueadas em 31 de março de 2008. Desses 5.584 carros que formavam a frota de locação de carros em 31 de março de 2008, 3.940 estavam em utilização efetiva pelos clientes da Emissora, 389 estavam na fase de volta de locação, mas ainda não estavam prontos para serem alugados, 851 estavam sendo enviados para seminovos para renovação de frota, 338 estavam fora da frota (casos de roubo ou perda total) e 66 estavam em preparação (sendo emplacados).

Em harmonia com a demanda interna e com o próprio perfil da frota brasileira, nossa frota de locação de carros é majoritariamente composta por carros conhecidos por “populares”. Porém, oferecemos uma gama diversificada de marcas e modelos deste tipo de carro, entre os quais o Fox e o Gol da Volkswagen, o Sandero, o Clio e o Logan da Renault, o Celta e o Corsa da General Motors e o Palio da Fiat.

Atividades da emissora

Além de carros “populares”, temos à disposição de nossos clientes uma gama variada de veículos, com motorizações e características diversas, incluindo veículos familiares (como o Parati da Volkswagen e o Palio Weekend da Fiat), veículos esportivos (como o Cross Fox da Volkswagen, o Stilo, o Punto, o Idea Adventure e o Palio Adventure da Fiat e o Astra Hatch da General Motors), veículos executivos (como o Zarifa, o Vectra e o Astra da General Motors, o Corolla da Toyota, e o Scenic e o Mégane da Renault), *pick ups* (como a S10 4x4 e a Montana da General Motors, a Frontier da Nissan e a Strada da Fiat), *mini vans* (como a Meriva da General Motors, a Idea e a Doblô da Fiat), veículos de carga (como o Doblô Cargo e o Fiorino Furgão da Fiat), veículos de transmissão automática (como o Corolla da Toyota, o Astra e o Vectra da General Motors, o Mégane e o Mégane Grand Tour da Renault e o Sentra da Nissan) e veículos de luxo (como o Jetta da Volkswagen, o Civic LXS da Honda, o Fusion da Ford, o Corolla XEI da Toyota e Vectra Elite da General Motors).

Acreditamos que a diversidade de marcas e modelos disponíveis em nossa frota é um dos fatores que nos diferenciam de nossos concorrentes no segmento de locação de carros.

Adicionalmente, como parte de nossa estratégia de diferenciação, oferecemos a nossos clientes a possibilidade de alugar modelos exclusivos de carros, normalmente em lançamento no Brasil. Um exemplo foi a recente campanha vinculada na qual oferecíamos a nossos clientes a possibilidade de alugar o novo Mégane Grand Tour da Renault, o qual apenas podia ser encontrado para alugar em nossa Companhia.

Nossa frota de locação de carros é continuamente renovada, geralmente após um período de utilização de aproximadamente 12 meses. Em 31 de março de 2008, a idade média de nossa frota de locação de carros era de aproximadamente 16,2 meses, comparada a 12,5 meses em 31 de março de 2007.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

A marca “Unidas”, além de diversas outras marcas utilizadas em nossos segmentos de negócio, está validamente registrada no Brasil junto ao INPI, nas classes de serviços e produtos relativas às nossas atividades. Outras marcas que utilizamos estão em processo de registro junto ao INPI.

Nossas marcas estão registradas em nome da sociedade Novinela B.V. (um acionista da Emissora), que as licenciou gratuitamente, em caráter irrevogável, mas não exclusivo, por prazo indeterminado, mas não superior ao prazo de vigência de cada um dos registros de marca abrangidos pelo contrato, incluindo porém as renovações destes registros, para utilização e exploração pela Companhia por meio de um Contrato de Licença de Uso de Marcas, datado de 2 de janeiro de 2002. Tal documento permite que a Companhia sublicencie as marcas licenciadas a terceiros, incluindo os franqueados da Companhia. Ainda por meio do referido contrato, a Novinela B.V. também licenciou para a Companhia o uso da marca “Unidas” nos seguintes países: Argentina, Chile, Itália, Portugal e Uruguai (nos quais a marca encontra-se devidamente registrada).

A Novinela B.V. é 100% detida pela SAG Automóveis Espanha S.L., que por sua vez é 100% detida por nosso Acionista Controlador.

No dia 19 de outubro de 2007, celebramos um aditamento ao Contrato de Licença de Uso de Marcas com a Novinela B.V., no qual ficou acordada a cessão gratuita de todas as marcas “Unidas” para a nossa Companhia, em caso de rescisão do referido Contrato (nomeadamente, em caso de troca de controle da Novinela).

Somos titulares do nome de domínio “unidas.com.br”, entre outros, que se encontram registrados junto ao Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br.NIC.BR (*website* Registro.br).

Atividades da emissora

ASSISTÊNCIA TÉCNICA UNIDAS

A assistência prestada aos clientes é realizada pela Central de Relacionamento Unidas, onde, através de atendimento telefônico e sistemas informatizados, os atendentes acessam a rede de prestadores de serviços terceirizados da Emissora e indicam o local de atendimento mais conveniente ao cliente, levando em consideração a região do país onde ele se encontre.

Esta estrutura – baseada numa central de gestão e atendimento, usando uma rede de serviços de assistência técnica terceirizados – possibilita a expansão de nossos negócios com investimentos mínimos em infra-estrutura.

MANUTENÇÃO UNIDAS

A manutenção preventiva e corretiva dos veículos, oferecida nos contratos de terceirização e gerenciamento de frotas, bem como os que utilizamos na manutenção de nossa frota de locação de carros são geridos por uma equipe técnica própria e são executados por parceiros terceirizados.

A nossa equipe técnica é responsável pela negociação dos serviços a serem executados pelas oficinas parceiras e pelo acompanhamento destes serviços até a liberação do veículo.

A manutenção é considerada preventiva nos casos em que o veículo não sofreu nenhum tipo de dano ou não há nenhuma reparação a ser feita. Oferecemos também manutenção corretiva dos veículos, que tem lugar sempre que se verifica algum incidente que provoque danos no carro. A manutenção corretiva não está incluída nas tarifas de terceirização e gerenciamento de frotas, sendo cobrada separadamente do cliente.

Contamos também com uma equipe de desenvolvimento de parcerias de manutenção, que faz o mapeamento das necessidades locais e coordena o processo de credenciamento e descredenciamento de oficinas.

TARIFAS E VENDAS

Terceirização e gerenciamento de frotas

Nossas equipes de vendas são treinadas para fazer uma análise rigorosa das necessidades e custos de frota de nossos potenciais clientes, e apresentar estudos econômico-financeiros que permitam reduzir os custos com a frota corporativa, bem como mostrar as outras vantagens associadas aos contratos de terceirização e gerenciamento de frotas.

As tarifas nos contratos de terceirização e gerenciamento de frotas são negociadas individualmente com cada cliente e levam geralmente em consideração o preço de aquisição dos veículos, a depreciação, despesas financeiras, despesas de manutenção, tipo de uso, tamanho e perfil da frota e outras atividades incluídas no contrato, além de responsabilidade por perdas e danos assumida pelos clientes, todos esses fatores que influenciam o preço dos contratos. Dada a dimensão de nossa atividade, nos beneficiamos de várias economias de escala, nomeadamente na aquisição de veículos e contratação de serviços de manutenção, as quais refletimos também em nossas tarifas, por forma a poder oferecer sempre tarifas competitivas a nossos clientes.

Geralmente, nossos contratos de terceirização e gerenciamento de frotas estabelecem pagamentos mensais pela prestação dos serviços. Despesas como multas de trânsito, registro de automóveis, e consertos decorrentes de acidentes ou mau uso dos veículos não estão incluídas nas tarifas de terceirização e gerenciamento de frotas, sendo cobradas separadamente do cliente.

Atividades da emissora

Locação de carros

Como regra, oferecemos a nossos clientes tarifas de locação de carros com base em quilometragem ilimitada. Oferecemos também campanhas promocionais de descontos, com tarifas especiais, em certas ocasiões, visando otimizar a taxa de ocupação da frota.

Monitoramos constantemente as condições do mercado, ajustando quando necessário nossas tarifas de modo a mantermos nossa competitividade. Procuramos, no entanto, nos diferenciar de nossos concorrentes por meio de nossa capacidade de oferecer atendimento e serviços de elevada qualidade. As tarifas cobradas pelos franqueados seguem nossa política das tarifas.

Nossa política de preços leva em consideração a depreciação efetiva de cada veículo, o custo financeiro, as despesas de manutenção, o risco de perdas em acidentes, furtos e roubos, os custos com a estrutura administrativa, os tributos devidos, a taxa de utilização e nossa margem de lucro.

INSTRUMENTOS COLEGIADOS DE DECISÃO

Faz parte do nosso processo de governança corporativa a prática de reuniões de comitês para tomada de decisões estratégicas compartilhadas. Através destas reuniões periódicas, otimizamos os resultados das decisões tomadas, avaliando e monitorando seus riscos, de forma aberta, transparente e ética.

Relação de comitês:

- Comitê de Risco Automóvel e Sub Comitê de Preço;
- Comitê de Crédito; e
- Comitê de Tecnologia SAG e Sub Comitê de Tecnologia Unidas (SCTU).

O Comitê de Risco Automóvel, o Sub Comitê de Preço e o Comitê de Crédito são iniciativas determinantes para a otimização da relação de risco-retorno dos nossos negócios. No primeiro, monitoramos ativamente as oscilações e tendências no mercado automóvel, e, através dessas informações – as quais são incrementadas com o conhecimento de especialistas no mercado – e de um conjunto de ferramentas gerenciais, determinamos caso a caso a depreciação dos nossos ativos. No segundo, analisamos e escolhemos o perfil dos nossos clientes utilizando a aplicação de políticas de avaliação, concessão, monitoramento e controle do crédito.

O Comitê de Tecnologia SAG e o Sub Comitê de Tecnologia Unidas (SCTU) nos permitem monitorar o funcionamento de nossa estrutura tecnológica e nossos custos de estrutura, adequando-os de acordo com nossas necessidades de crescimento e atualizando-a de acordo com as novas tecnologias a cada momento disponíveis. O Comitê de Tecnologia SAG funciona com reuniões semestrais, na sede do Grupo SAG, em Portugal, e o o Sub Comitê de Tecnologia Unidas com reuniões bimestrais, na nossa sede, nas quais participam membros do Comitê de Tecnologia SAG.

TECNOLOGIA E SISTEMAS

Investimos significativamente em tecnologia para sustentação de nossa estratégia de crescimento. Utilizamos sistemas de comunicação de voz (Cisco VoIP) e dados (MPLS) de última geração, o que nos possibilita uma total integração entre as áreas de negócios e o *back office*, otimizando o fluxo de informação.

Todo o nosso ambiente de rede está sob plataforma Microsoft, onde contamos com aproximadamente 466 estações de trabalho, munidas de aplicativos de escritório Microsoft (Windows, Office e Exchange), 3 servidores com tecnologia Risc/HP e 20 servidores com tecnologia Wintel, além de um *call center*, para atendimento à central de reservas de locação de carros, aos usuários de terceirização de frota e para nossos clientes que solicitam assistência através da Central de Relacionamento Unidas.

Atividades da emissora

Os sistemas informáticos para suporte aos negócios de terceirização de frotas e locação de carros (lojas próprias e franqueadas) são desenvolvidos internamente, sob plataforma java e.net. Nosso ERP (Microsiga) está licenciado junto à Totvs e nosso sistema de *Business Intelligence* (BI) está licenciado junto à Hyperion.

Todos estes sistemas atuam como uma plataforma integrada, sob o gerenciamento do banco de dados Oracle 10g, propiciando maior agilidade na disponibilização de informações, tanto para as áreas de negócio, como para as de *back office*.

FRANQUIAS

Desde o início de nossas operações, em 1985, adotamos o sistema de franquias, visando desenvolver e expandir de forma rápida e consistente nossa rede de lojas no Brasil. A expansão através de franquias, foi um fator fundamental no fortalecimento da marca Unidas, na consolidação de nossa posição no mercado e no estreitamento do relacionamento de longo prazo com nossos clientes.

Desde 2005, temos implementado um novo modelo de franquia, denominado “Franquia Chave na Mão”, em que o franqueado recebe uma loja pronta para operar, com no mínimo 25 carros disponíveis para locação.

Neste modelo, os franqueados não adquirem os veículos que serão utilizados em suas atividades. Ao invés disso, os franqueados alugam os carros da nossa Companhia, de modo similar à terceirização de frotas, o que nos permite assegurar um maior controle e uniformidade de nossa frota de locação de carros.

Adicionalmente, todo o material de divulgação de apoio à venda e anúncios são fornecidos e geridos por nós, bem como todo o equipamento necessário é fornecido por nós. Ainda antes da abertura da filial, os franqueados passam por um completo processo de treinamento, que inclui, nomeadamente, formação específica sobre como recrutar e escolher os atendentes das lojas.

No novo modelo de franquias, celebramos contratos com duração de cinco anos com nossos franqueados, concedendo direitos exclusivos para explorar determinadas áreas do território brasileiro. Após o término deste contrato, podemos renovar o contrato com o franqueado, assumir diretamente a operação do negócio ou celebrar novo contrato de franquia com terceiros.

Nossos contratos de franquia contêm previsão expressa de proibição de transmissão do negócio a qualquer concorrente da Unidas, bem como cláusulas de não concorrência, por um período em regra de dois anos após o término do contrato com a nossa Companhia, que vedam ao franqueado a possibilidade de desenvolver, direta ou indiretamente, negócios de locação de carros.

No novo modelo “Franquia Chave na Mão”, além do montante relativo à aquisição da franquia, o franqueado nos paga as rendas relativas aos carros utilizados em sua frota (alugados de nossa Companhia) e tarifas mensais relativas aos serviços de marketing.

Asseguramos o controle de qualidade das operações de nossos franqueados, através das seguintes estratégias:

- sistema central de operações, através do qual controlamos todas nossas lojas franqueadas;
- procedimentos exigentes de qualificação e seleção de franqueados;
- completos programas de treinamento e manuais de apoio;

Atividades da emissora

- visitas aos franqueados para formação e suporte;
- inquéritos de satisfação aos clientes; e,
- avaliação periódica do desempenho e qualidade do negócio.

Atualmente, contamos com 62 pontos franqueados distribuídos em localidades estratégicas, atendendo a um plano de expansão nacional definido por nós.

MARKETING E PUBLICIDADE

No período encerrado em 31 de março de 2008, o valor gasto em marketing foi de aproximadamente R\$1,4 milhão. Nossas principais ações de marketing foram:

- patrocínio do evento “Fórum de Comandatuba”, destinado a presidentes de empresas;
- locadora oficial do GP Brasil de Fórmula 1 pelo 17º ano consecutivo;
- locadora oficial do evento “Tênis Cup” em Campos de Jordão, que reuniu tenistas de todo o Brasil;
- “Campanha Tempo e Dinheiro”, a qual isentou os clientes de locação de carros da taxa de retorno, uma taxa normalmente cobrada em cada contrato de locação com devolução do veículo em destino diferente da origem. Esta ação nos permitiu identificar rotas com demanda reprimida em função da cobrança da taxa e alavancar receita adicional em algumas localidades. Ainda, entendemos que esta campanha nos diferenciou em relação ao mercado, que não opera sem a cobrança dessa taxa;
- Campanhas promocionais de feriados, oferecendo pacotes com diárias, proteção e taxas de serviço isenta;
- ação promocional “Quiz” (jogo de perguntas) no Rio de Janeiro, durante os Jogos Pan Americanos, que tinha como objetivo a fixação da marca através da interatividade entre promotores e público frequentador dos principais bares e restaurantes da cidade, contemplando também a distribuição de brindes; e
- Patrocínio do evento “Almoço Executivo”, organizado pela empresa Dória Associados, voltado para diretores e presidentes de grandes empresas, onde eram abordados temas de cunho econômico-sociais.

Nossas estratégias de marketing foram desenvolvidas com o objetivo de criar reconhecimento de nossa marca em todo o País. A presença de nossa rede de lojas nos maiores aeroportos brasileiros, a instalação de lojas em centros comerciais, assim como as campanhas promocionais veiculadas pela mídia (em particular, nas publicações voltadas para a economia e negócios, revistas de bordo e emissoras de rádio), contribuíram para o desenvolvimento de um forte reconhecimento de marca. Em pesquisa de imagem de marca realizada em maio de 2005 pela Research International Brazil, obtivemos uma avaliação muito positiva, com um reconhecimento de marca de mais de 80% da amostra.

CLIENTES

Terceirização e gerenciamento de frotas

Nossos clientes no negócio de terceirização de frotas são, normalmente empresas de médio e grande portes. Em 31 de março de 2008, possuíamos 720 clientes corporativos, envolvendo uma frota de aproximadamente 27 mil veículos de nossa propriedade em todo o território nacional.

Atividades da emissora

Locação de carros

Neste negócio, atendemos clientes pessoa física e jurídica, em viagens a negócios e a lazer, através de contratos individuais de curto prazo (de um dia a um mês, em geral). Como cliente intermediário, temos as agências e operadoras de viagens. Ainda, consideramos um outro tipo de público que são os chamados *replacements*, composto por seguradoras e montadoras, que utilizam nossos serviços para fornecimento de veículos reserva no caso de sinistro ou uso da garantia, respectivamente.

FORNECEDORES

Adquirimos os veículos de nossa frota das principais montadoras no Brasil, em particular da General Motors, Volkswagen, Fiat, Renault e Toyota. Mantemos um relacionamento sólido e de longo prazo com as montadoras mais importantes do Brasil.

Adicionalmente, terceirizamos nossos serviços de assistência e manutenção. Contamos atualmente com uma rede de cerca de 2.400 oficinas credenciadas.

CONCORRENTES

O mercado brasileiro de terceirização de frotas encontra-se fragmentado. As principais empresas especializadas do setor de terceirização de frotas no Brasil são, além da Unidas, a Total Fleet, a Avis, a Hertz, a Júlio Simões e a Leaseplan. Todavia, praticamente todas as cerca de 1.900 locadoras existentes no país em 2007 também operavam neste segmento de negócio. Outros concorrentes incluem a Arval, ALD, DaVinci, Locaralpha, Ouro Verde e Master Car Rental, dentre outras.

No mercado de locação de carros também se verifica uma grande fragmentação. Em 2007 cerca de 1.900 empresas locais atuavam nesse negócio.

MEIO AMBIENTE

Nossas atividades não estão sujeitas a licenciamento ambiental específico.

Nossos veículos causam a poluição inerente à utilização de um automóvel moderno. Porém, acreditamos que a poluição causada pela nossa frota é bastante mitigada pelo fato de a maioria de nossos veículos utilizarem motores *flex*, que permitem a utilização de biocombustível (álcool).

Embora não tenhamos aderido a padrões internacionais de proteção ao meio ambiente, apoiamos o *World Wildlife Fund* no Brasil (WWF Brasil), organização não-governamental responsável por vários programas de proteção ambiental no Brasil.

SEGUROS

Contratamos seguros para cobrir os principais riscos decorrentes de nossas atividades, bem como para garantir eventuais danos ocorridos em nosso patrimônio e ativos. As coberturas dos seguros relativas aos riscos decorrentes de nossas atividades variam de acordo com as peculiaridades de segmento em que atuamos.

No negócio de terceirização de frota contratamos seguros para mais de 60% dos automóveis destinados a esta finalidade, cujas coberturas abrangem danos e prejuízos decorrentes de furto, roubo, colisão e responsabilidade civil. Os demais automóveis são segurados diretamente pelos clientes que terceirizam a frota, em cumprimento a cláusula inserida nos contratos firmados com nossa companhia.

Atividades da emissora

Com relação à locação de carros, mantemos um seguro com cobertura de responsabilidade civil contra reclamações de terceiros por danos materiais, danos físicos e morte de terceiros, para pagamento de prejuízos e indenizações que sejam maiores que R\$30 mil, limitado ao montante de R\$50 mil por evento e contratamos seguros tão somente para cobertura de riscos ocasionados à terceiros pelo período em que os carros não estão alugados.

Em geral, os contratos de locação dos nossos carros permitem que o cliente contrate seguro ou assuma o risco de furto, roubo e danos ocorridos com o uso dos nossos carros. Na primeira situação o cliente tem a opção de contratar diretamente um seguro ou nos solicitar que negociemos diretamente com uma seguradora, sendo que nesse último caso, em geral, conseguimos preços mais baixos para nossos clientes. Para os clientes que optam por não contratar seguro, há um limite em sua responsabilidade nos casos de colisão ou furto, razão pela qual corremos o risco de nos responsabilizarmos por valores que ultrapassem aqueles estipulados em contrato. Em certas situações, quando o cliente apresenta um histórico de muitos acidentes, o contrato de locação estabelece que o seguro seja obrigatório.

Os veículos usados destinados à venda também possuem seguros, cujas coberturas entendemos ser suficientes e compatíveis com os riscos deste segmento do negócio.

Em se tratando dos imóveis que alugamos, em 31 de março de 2008, mantemos seguros com coberturas para riscos decorrentes de incêndio, raio, explosão, implosão, vendaval, impacto de veículos, queda de aeronaves, danos elétricos, tumultos e greves, roubo e furto de equipamentos, vidros, equipamentos eletrônicos, luminosos e pagamento de aluguel pelo período de até 6 meses.

Acreditamos que nossas apólices, contratadas junto a renomadas seguradoras, refletem as condições usuais de mercado para os tipos de seguros que contratamos e abrangem coberturas em escopo e montantes considerados suficientemente adequados por nossa Administração e por consultores de seguros.

Embora mantenhamos contratos de seguro dentro das práticas usuais de mercado, existem determinados tipos de risco que podem não estar cobertos pelas apólices (tais como guerra, terrorismo, caso fortuito e de força maior, responsabilidades por certos danos ou poluição ambiental ou interrupção de certas atividades). Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, o investimento realizado pode ser perdido, obrigando-nos a incorrer em custos adicionais para a sua recomposição e reforma, resultando em prejuízos. Adicionalmente, não podemos garantir que, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto por nossas apólices, o pagamento do seguro será suficiente para cobrir os danos decorrentes de tal sinistro.

IMÓVEIS

Não temos nenhum imóvel próprio. Nossa política é de alugar todos os imóveis que precisamos para nossos negócios, evitando investimentos em ativos fixos. Na data deste Prospecto possuíamos 34 lojas próprias, todas alugadas.

Os nossos contratos de locação têm prazos de um a cinco anos, com possibilidade de renovação.

RECURSOS HUMANOS

Em 31 de março de 2008, contávamos com 712 colaboradores, sendo 217 em nossa administração e 495 em nossas lojas. Todos os nossos colaboradores são contratados na forma da lei.

Atividades da emissora

A tabela a seguir apresenta a evolução de nosso quadro de colaboradores, nas datas indicadas:

Funcionários	2005	2006	2007	Em 31 de março de 2008
Administração.....	204	244	254	217
Lojas	377	368	407	495
Total	581	612	661	712

Treinamento e Aperfeiçoamento

Contamos com uma grade de treinamentos que visa satisfazer nossas necessidades e dos nossos colaboradores, em termos de informação, formação e desenvolvimento, colaborando para que todas as áreas consigam cumprir suas metas anuais.

Desenvolvemos nosso treinamento através da Universidade Unidas, que foi criada com a finalidade dar suporte aos negócios preparando nossos colaboradores de forma alinhada com nossas estratégias e necessidades.

Através da Universidade Unidas procuramos aprimorar e ampliar o nível de conhecimentos gerais e específicos dos nossos colaboradores, para que sejam um diferencial competitivo, através, nomeadamente, das seguintes ações:

- garantir que cada colaborador possui horas de treinamento efetuados pela Universidade Unidas e/ou através de formação específica nas lojas;
- garantir por meio de um processo de monitoramento, o entendimento de procedimentos, conceitos e sistemas validados e disponibilizados para nossa rede;
- buscar ao final de cada treinamento, por meio das avaliações recebidas, informações que possam contribuir para a melhoria de todos os programas de treinamento; e
- buscar uniões no mercado de desenvolvimento humano, que atendam e favoreçam os objetivos dos programas de treinamento estabelecidos, com foco no atendimento das demandas definidas por nossas várias áreas.

Remuneração

No período encerrado em 31 de março de 2008, nossa folha de pagamento, somando remuneração, encargos sociais e benefícios, totalizou R\$12,5 milhões, dos quais aproximadamente R\$3,3 milhões se destinou ao pagamento de comissões e benefícios. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, esse valor foi de R\$39,0 milhões, dos quais R\$8,7 milhões se destinou ao pagamento de comissões e benefícios. Em 2006, nossa folha de pagamento, somando remuneração, encargos sociais e benefícios, totalizou R\$28,4 milhões e em 2005, R\$24,0 milhões.

Benefícios

Administramos nossa política de benefícios com o intuito de proporcionar a nossos colaboradores segurança e bem-estar, tanto no ambiente interno quanto externo.

Estendemos aos nossos empregados um pacote de benefícios, que inclui, entre outros: assistência médica e odontológica fornecida pelo Bradesco Saúde; vale-transporte; vale refeição; e, seguro de vida.

Nosso custo mensal com benefícios totaliza, aproximadamente R\$0,4 milhão.

Atividades da emissora

Profissionais Terceirizados

Possuímos contratos de prestação de serviços em diversas áreas tais como: serviços de limpeza, serviços de vigilância, serviços de segurança, serviços especializados na área de informática, serviços de *call center*, compreendendo as atividades de telemarketing, atendimento multimarcas e de suporte ao atendimento a clientes.

Saúde e Segurança Ocupacional

Além das obrigações legais e decorrentes de normas coletivas relativas à rotina do contrato de trabalho, a legislação trabalhista exige do empregador cuidados especiais para o exercício das atividades laborais e que dizem respeito ao meio ambiente do trabalho.

Damos grande importância e aplicamos rigidamente as orientações do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), visando à preservação da saúde e a integridade dos nossos colaboradores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e controle dos riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho. Observamos, ainda, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), o qual visa à promoção e preservação da saúde de nossos empregados, através da prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce de qualquer agente nocivo à saúde relacionados ao trabalho.

Relações com Sindicatos

Somos representados em todo o Brasil pelo Sindicato SINDILOC – Sindicato das Empresas Locadoras de Veículos Automotores do Estado em Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Campo Grande, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Maceió, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, São Paulo e Vitória. Temos um bom relacionamento com nossos empregados e com os sindicatos que os representam. Anualmente são negociados os reajustes salariais nos meses de janeiro a dezembro. No ano de 2007 estes reajustes variaram no percentual de 4% a 5,5%.

Não registramos nenhuma ocorrência de greve na Companhia nos últimos dez anos.

CONTRATOS RELEVANTES

Além dos contratos descritos abaixo, não celebramos outros contratos relevantes relacionados com nossas atividades operacionais:

Contratos Financeiros

Em 31 de março de 2008, tínhamos um endividamento total (curto e longo prazo) a valor de mercado de R\$597,3 milhões. Para mais informações, favor consultar o item “Endividamento e Obrigações Financeiras” na página 93 deste Prospecto. A nossa dívida é composta principalmente pelos seguintes financiamentos:

- (i) *Compror*, que consistem em linhas de crédito nas quais as instituições financeiras efetuam o pagamento à vista aos nossos fornecedores para financiar a aquisição de veículos novos. Essa modalidade de financiamento é utilizada para evitar custos decorrentes de resgates de aplicações voltados à necessidade de caixa de curto prazo.
- (ii) Empréstimos ao amparo da Resolução 2.770, de 30 de agosto de 2000 do Conselho Monetário Nacional. Créditos referentes ao repasse de recursos oriundos de empréstimo obtido por parceiros financeiros (bancos) no exterior, em moeda estrangeira. Os recursos oriundos desses empréstimos também são utilizados para financiar a compra de veículos novos.

Atividades da emissora

- (iii) *Swap*. As operações que contratamos em moeda estrangeira são vinculadas a operações de *swap* referenciadas em CDI. Essas operações encontram-se casadas em termos de valores, prazos e taxas de juros.
- (iv) *Eurobônus*. Em outubro de 2006, emitimos *Notes* para distribuição no mercado internacional, no valor de US\$60,0 milhões. O Banco Espírito Santo atuou como instituição líder da distribuição. As *Notes* são remuneradas por juros de 8,375% a.a., os quais são devidos semestralmente. O valor do principal será amortizado em uma única parcela, na data de vencimento das *Notes*, que ocorrerá em outubro de 2009.
- (v) *Volpe Holdings, LLC*. Contrato de Empréstimo, celebrado em 23 de novembro de 2004 entre a Volpe Holdings, LLC e nós, tendo como intervenientes-anuentes o acionista controlador, Novinela B.V. e SAG Automóveis Espanha, SL. O empréstimo tem valor limite de US\$16,0 milhões e o prazo do Empréstimo é de 7 anos, a contar da Data de Desembolso, em 2011. A taxa de juros é de 11,5% ao ano. Como garantia, emitimos, na Data do Desembolso (a) uma Nota Promissória com vencimento à vista, no valor de US\$24,7 milhões, refletindo o montante do total do principal e dos Juros Básicos incidentes sobre o Empréstimo e (b) uma Nota Promissória, com vencimento à vista, no valor de US\$1,5 milhões, refletindo o montante relativo aos Juros Adicionais máximos incidentes sobre o Empréstimo.
- (vi) Contrato de Empréstimo. Concedido pelo acionista controlador em 06 de março de 2008 e aditado no dia 02 de junho de 2008, no valor de Euros R\$49,4 milhões, com vencimento em 31 de julho de 2012. Não incide qualquer percentual de juros remuneratórios sobre o valor deste empréstimo, entretanto, na hipótese de impontualidade no pagamento da obrigação pecuniária ora assumida, o débito em atraso será apurado e ficará sujeito, de pleno direito, a partir da data do inadimplemento e pelo tempo em que perdurar a mora, ao pagamento, por nós, independentemente de notificação, de juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao ano, incidentes sobre o total da dívida. Os recursos deste empréstimo foram utilizados para liquidação de dívidas de curto prazo da Emissora.
- (vii) *Espírito Santo Investment, plc*. Contrato de Mútuo, celebrado em 11 de maio de 2005 entre a Espírito Santo Investment, plc e a Emissora, tendo como garantidor o acionista controlador, SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A. O mútuo tem valor de US\$10,0 milhões e seu prazo é de 7 anos, sendo que sua amortização se dará em prestações iguais e semestrais a partir de março de 2010, até março de 2012. A taxa de juros é Libor acrescida de 1,5% ao ano, pagos em períodos semestrais, sendo que o primeiro pagamento ocorreu em setembro de 2005. Como garantia, o Acionista Controlador prestou aval no valor integral da obrigação.
- (viii) *Swap (Espírito Santo Investment, plc)*. O Contrato de Mútuo celebrado em 16 de maio de 2005 com a Espírito Santo Investment, plc em moeda estrangeira está vinculado a operação de *swap* referenciadas em CDI. Essas operações encontram-se casadas em termos de valores, prazos e taxas de juros. Para garantir tal contrato o Acionista Controlador prestou aval no valor de US\$3,2 milhões.

Em geral, as nossas obrigações de pagamento nos instrumentos de financiamento para aquisição de veículos novos são garantidas pela cessão e transferência aos credores da propriedade fiduciária e da posse direta dos respectivos veículos. Em 31 de março de 2008, aproximadamente 40% de nossa frota própria encontrava-se alienada fiduciariamente. O montante total dessas operações de financiamento para aquisição de veículos, na presente data, é de aproximadamente R\$597,3 milhões.

Alienação fiduciária em garantia é a transferência, ao credor, do domínio e posse indireta de um bem (no presente caso, veículos automotores), independentemente de sua tradição efetiva, em garantia do pagamento de uma obrigação, resolvendo-se o direito do adquirente com a solução da dívida garantida. Tal modalidade é regida pelo Código Civil, no art. 1.361 e seguintes.

Atividades da emissora

Caso o devedor não adimpla as obrigações assumidas, deverão os bens ser entregues ao credor, que poderá vendê-los judicial ou extrajudicialmente (cf. art. 1.364 do Código Civil). Na hipótese do devedor não entregar espontaneamente os bens objeto da garantia ao credor, este poderá retomá-los por meio de ação de busca e apreensão.

Ressaltamos que a Emissora desenvolve sua atividade exclusivamente no Brasil, estando dependente assim da demanda no mercado interno.

Adicionalmente, ressaltamos que o desenvolvimento da atividade da Emissora poderá ser adversamente afetado pela materialização dos riscos macroeconômicos descritos no Prospecto. Para mais informações, favor consultar a secção “Fatores de Risco” na página 59 deste Prospecto.

DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E DIVIDENDOS

Essa seção contém uma breve descrição da composição do capital social da Emissora, incluindo as disposições referentes ao seu Estatuto Social e à Lei das Sociedades por Ações. Para maiores detalhes, os potenciais investidores devem consultar o Estatuto Social da Emissora e/ou a Lei das Sociedades por Ações.

GERAL

Somos uma sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil. Em 29 de julho de 2008, obtivemos o nosso registro de companhia aberta. Nossa sede está localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

OBJETO SOCIAL

Nosso objeto social, conforme definido em nosso Estatuto Social, é (a) locação de veículos automotores e equipamentos e a prestação de serviços correlatos e derivados; (b) concessão de licenças para uso de sua marca de serviços de locação e do sistema operacional de locação; (c) uso, sob licença ou sublicenciamento, de marcas de serviços de locação e do sistema operacional de locação das empresas do grupo ou de terceiros; (d) agenciamento de publicidade em veículos de comunicação e a prestação de serviços de propaganda e marketing; (e) prestação de serviços de transporte em geral, sob qualquer título e modalidade; (f) prestação de serviços de terceirização de frotas, e seus correlatos e derivados, com o respectivo gerenciamento de seus veículos e equipamentos componentes, bem como do pessoal e recursos humanos que os operam; (g) prestação de serviços gráficos; (h) participação em outras sociedades, como sócia, ou acionista; e (i) locação e sublocação de motocicletas e outros meios de transportes.

CAPITAL SOCIAL

Na data deste Prospecto, o nosso capital social é de R\$384,8 milhões representado por 128.250.649 ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

Capital Autorizado

De acordo com o nosso Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, nosso capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, até o limite do capital autorizado de 121.018.154 ações. Qualquer aumento de capital que exceda o limite do capital autorizado, deverá ser aprovado por nossos acionistas em assembléia geral.

Histórico do Capital Social

Em 16 de fevereiro de 2004, a SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., sociedade aberta, foi admitida na Companhia e o nosso capital social foi aumentado no valor de R\$53,3 milhões passando o capital social para R\$101,2 milhões.

Adicionalmente, a SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., sociedade aberta, efetuou aumentos de capital nos valores de R\$7,8 milhões, em 28 de dezembro de 2004, R\$0,4 milhões, em 7 de julho de 2005, R\$32,7 milhões, em 10 de novembro de 2005, e R\$100,0 milhões, em 19 de abril de 2006.

Descrição do capital social e dividendos

Em 11 de agosto de 2006, os nossos acionistas aprovaram a criação de ações preferenciais Classe A e a conversão de 10.122.131 ações ordinárias de titularidade da SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., sociedade aberta, em referidas ações preferenciais Classe A. Dessa forma, o nosso capital social passou a ser de R\$242,0 milhões, sendo representado por 231.914.175 ações ordinárias e 10.122.131 ações preferenciais. Estas ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias em 19 de outubro de 2007, conforme Assembléia Especial dos Titulares de Ações Preferenciais Classe A e Assembléia Geral Extraordinária realizadas nessa data.

Em 19 de novembro de 2007, foi aprovado novo aumento de capital, no montante de R\$93.214.134,61, passando este de R\$242.036.306,00 para R\$335.250.440,61, mediante a emissão de 26.862.863 novas ações ordinárias, as quais foram subscritas pela acionista SAG GEST – Soluções Automóvel Globais SGPS, S.A.

Finalmente, em 05 de março de 2008, foi aprovado novo aumento de capital, no montante de 49.501.510,74 (quarenta e nove milhões, quinhentos e um mil, quinhentos e dez reais e setenta e quatro centavos), passando este de R\$335.250.440,61 para R\$384.751.949,01, mediante a emissão de 13.750.419 novas ações ordinárias, as quais foram subscritas pela acionista SAG GEST – Soluções Automóvel Globais SGPS, S.A.

AÇÕES EM TESOURARIA

Na data deste Prospecto não possuímos ações em tesouraria.

DIREITOS DAS AÇÕES

Nosso capital social é composto exclusivamente por ações ordinárias. Cada ação ordinária confere ao seu titular direito a um voto em nossas Assembléias Gerais Ordinárias e Assembléias Gerais Extraordinárias.

Exceto em situações específicas, previstas na Lei das Sociedades por Ações e em “Direito de Preferência” abaixo, os titulares de nossas ações têm o direito de participar dos aumentos do nosso capital social, na proporção das ações detidas por cada um.

Os titulares de nossas ações ordinárias fazem jus ao recebimento de um dividendo mínimo de 5%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista na Lei 6.404/76, ou outras distribuições que são efetuadas aos nossos acionistas.

DIREITOS DOS ACIONISTAS

Nossos acionistas possuem os seguintes direitos, os quais, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, não lhes podem ser privados por nosso Estatuto Social e pelas deliberações tomadas em nossas assembléias gerais, tais como:

- direito de participar na distribuição dos lucros;
- o direito a participar, na proporção de sua participação no capital social, na distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de nossa liquidação;
- o direito de fiscalizar nossa administração, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- o direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e
- o direito a retirar-se de nossa Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações, incluindo (i) fusão ou incorporação de nossa Companhia; e (ii) cisão de nossa Companhia.

Descrição do capital social e dividendos

DIREITO DE PREFERÊNCIA

Exceto conforme descrito no parágrafo abaixo, nossos acionistas possuem direito de preferência na subscrição de ações em qualquer aumento de capital, na proporção de sua participação acionária, à época do referido aumento de capital, exceto nos casos de outorga ou de exercício de qualquer opção de compra ou subscrição de ações, bem como nos casos de conversão de debêntures em ações. Nossos acionistas também possuem direitos de preferência na subscrição de debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição. Concede-se prazo não inferior a 30 dias contados da publicação do aviso aos acionistas referente ao aumento de capital, para o exercício do direito de preferência, sendo que este direito pode ser alienado pelo acionista.

Contudo, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o nosso Estatuto Social excluiu o direito de preferência dos nossos acionistas nos aumentos de capital mediante emissões de ações, bônus de subscrição, debêntures ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado e, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle.

OPÇÕES

Veja a seção “Administração da Companhia – Plano de Opção de Compra de Ações”, na página 142 deste Prospecto.

DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, somos obrigados a inicialmente deduzir do resultado do exercício os prejuízos acumulados nos exercícios sociais anteriores e a provisão para imposto de renda e contribuições sociais. Após tais deduções, devemos aplicar o saldo remanescente para o pagamento das quantias destinadas às participações dos administradores em nosso lucro, sendo lucro líquido definido como o resultado do exercício que remanescer após tais deduções.

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Antes de cada Assembléia Geral Ordinária, a nossa administração deverá preparar uma proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício social anterior, se existente, que será objeto de deliberação por nossos acionistas. O lucro líquido pode ser destinado às reservas de lucros e ao pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

RESERVAS DE LUCROS

A conta de reserva de lucros da Companhia é composta por reserva legal, reservas estatutárias, reservas para contingências, reserva de retenção de lucros e reserva de lucros a realizar. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo.

Reserva Legal. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e de nosso Estatuto Social, devemos destinar 5,0% do nosso lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20,0% do capital integralizado. Ademais, poderemos deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder em 30,0% o capital social. Em 31 de março de 2008, o saldo da reserva legal era de R\$0,7 milhão.

Descrição do capital social e dividendos

Reserva Estatutária. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual do lucro líquido a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. Em 31 de março de 2008, não havia saldo na reserva estatutária.

Reserva para Contingências. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido de nossa Companhia pode ser destinado para a reserva para contingências com o objetivo de compensar qualquer diminuição futura nos lucros em razão de futura perda provável. A reserva deverá ser revertida no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição ou em que ocorrer a perda. Em 31 de março de 2008, não havia saldo na reserva para contingências.

Reserva de Retenção de Lucros. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas de nossa Companhia poderão deliberar, em Assembléia Geral, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos de nossa Companhia. O valor retido deve ser utilizado em investimentos conforme orçamento de capital aprovado pela Assembléia Geral. O orçamento deve ser revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social. A retenção de lucros não poderá ser aprovada em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório. Em 31 de março de 2008, o saldo da reserva de retenção de lucros era de R\$12,6 milhões.

Reserva de Lucros a Realizar. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, quando o dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembléia Geral poderá, por proposta da Administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Para fins de constituição da reserva de lucros a realizar, considera-se realizada a parcela do lucro líquido que exceder a soma do resultado líquido positivo da equivalência patrimonial com o lucro, ganho ou rendimento, em operações cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte. A reserva de lucros a realizar somente poderá ser utilizada para pagamento do dividendo obrigatório. O lucro registrado na reserva de lucros a realizar, quando realizado e se não tiver sido absorvido por prejuízos em exercícios subsequentes, deverá ser acrescido ao primeiro dividendo obrigatório após a realização. Em 31 de dezembro de 2007, não alocamos quaisquer recursos para nossa reserva de lucros a realizar.

ACORDOS DE ACIONISTAS

A Companhia não possui acordo de acionistas.

DIVIDENDOS

A Assembléia Geral aprovou o reinvestimento dos dividendos propostos em 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$2,2 milhões.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Interesse de Conselheiros em Operações

A Lei das Sociedades por Ações proíbe o membro do conselho de administração de (i) realizar qualquer ato de liberdade às custas da Companhia, bem como tomar por empréstimo recursos ou bens da Companhia ou usar, em proveito próprio, de sociedade em que tenha interesse ou de terceiros, os seus bens, serviços ou crédito, sem prévia autorização da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração; (ii) receber, em razão do exercício de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização estatutária ou concedida através de assembléia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais administradores da Companhia.

Descrição do capital social e dividendos

NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DE NOSSA EMISSÃO PELO NOSSO ACIONISTA CONTROLADOR, NOSSOS CONSELHEIROS E DIRETORES E PELA NOSSA COMPANHIA

Estamos sujeitos às regras estabelecidas na Instrução CVM 358, quanto à negociação de valores mobiliários de nossa emissão. Sendo assim, a nossa Companhia, nosso Acionista Controlador, membros do nosso Conselho de Administração, nossos diretores e membros do nosso Conselho Fiscal, quando instalado, membros dos nossos comitês, quando criados, e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária (considerados “*insiders*” para efeito da Lei do Mercado de Capitais) são vedados de negociar valores mobiliários de nossa emissão, incluindo operações com derivativos que envolvam valores mobiliários de emissão da nossa Companhia, nas seguintes condições:

- (i) antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos nossos negócios;
- (ii) que se afastarem de cargos na nossa administração anteriormente à divulgação de informações relevantes relativas à nossa Companhia, originadas durante o seu período de gestão, estendendo-se a proibição de negociação (i) por um período de seis meses a contar da data em que tais pessoas se afastaram de seus cargos, ou (ii) até a divulgação do fato relevante ao mercado, salvo se a negociação puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo da nossa Companhia ou dos nossos acionistas;
- (iii) sempre que estiver em curso processo de aquisição ou venda de ações de nossa emissão, nossas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover a nossa incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária;
- (iv) durante o período de 15 dias anteriores à divulgação de nossas informações trimestrais e demonstrações financeiras anuais consolidadas exigidas pela CVM; e
- (v) relativamente ao nosso Acionista Controlador, membros do nosso Conselho de Administração e diretores, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de nossa emissão pela própria Companhia, ou por qualquer uma das nossas controladas, coligadas ou outra companhia sob controle comum ao nosso.

OPERAÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES DE NOSSA PRÓPRIA EMISSÃO

Nosso Estatuto Social autoriza o nosso Conselho de Administração a aprovar a compra, pela nossa Companhia, de ações de nossa própria emissão. A decisão de comprar ações de nossa própria emissão para manutenção em tesouraria ou para cancelamento não pode, dentre outras:

- (i) resultar na redução do nosso capital social;
- (ii) requerer a utilização de recursos superiores ao saldo de lucros ou reservas disponíveis, exceto a reserva legal (conforme definidos na regulamentação aplicável), constantes do último balanço;
- (iii) criar por ação ou omissão, direta ou indiretamente, condições artificiais de demanda, oferta ou preço das ações ou envolver práticas não equitativas;
- (iv) ter por objeto ações não integralizadas ou pertencentes ao nosso Acionista Controlador; ou
- (v) ocorrer, enquanto estiver em curso oferta pública de aquisição das nossas ações.

Descrição do capital social e dividendos

Não podemos manter em tesouraria mais do que 10,0% da totalidade das ações de nossa emissão, excluídas as ações de titularidade do nosso Acionista Controlador e incluídas as ações eventualmente detidas por nossas subsidiárias e coligadas.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Como somos uma companhia aberta, devemos atender às exigências relativas à divulgação, previstas na Lei das Sociedades por Ações e nos normativos expedidos pela CVM.

Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas

A Lei do Mercado de Capitais e a Instrução CVM 358 estabelecem que uma companhia aberta deve fornecer à CVM determinadas informações periódicas, que incluem as informações anuais, as informações trimestrais e os relatórios trimestrais da administração e dos auditores independentes. Essa lei prevê também a obrigação de arquivarmos na CVM acordos de acionistas e avisos de convocação de Assembléias Gerais, bem como as atas dessas assembléias.

PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Essa seção contém informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia, e deve ser analisada conjuntamente com as seções “Descrição do Capital Social e Dividendos”, “Administração” e “Informações Sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Companhia”, nas páginas 128, 137 e 143 deste Prospecto, respectivamente.

Somos uma companhia comprometida a atingir e manter altos padrões de governança corporativa.

Nossas Práticas de Governança Corporativa e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC.

Essa seção contém informações sobre as práticas de governança corporativa que adotaremos, e deve ser analisada conjuntamente com a seção “Descrição do Capital Social”, na página 128 deste Prospecto.

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário a todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeram, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, adotamos as seguintes:

- (i) nosso capital social é dividido somente em ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- (ii) além das atribuições previstas na Lei de Sociedades por Ações, a assembleia geral de acionistas tem competência para deliberar sobre: (a) eleger ou destituir, a qualquer tempo, conselheiros de administração e conselheiros fiscais; (b) fixação da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; (c) reforma do Estatuto Social; (d) transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da Companhia; (e) atribuição de bonificação em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos em ações; (f) planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos nossos administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente por nós; (g) proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; (h) eleição do liquidante, bem como do Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (i) o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM, ressalvado o disposto no Estatuto Social; (j) escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das nossas ações, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e (l) qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração;

Práticas de governança corporativa

- (iii) manutenção e divulgação de registro contendo a quantidade de ações que cada acionista possui, identificando-os nominalmente;
- (iv) obrigatoriedade na oferta de compra de ações que resulte em transferência do controle societário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente. No caso de alienação da totalidade do bloco de controle, o adquirente deve dirigir oferta pública a todos os acionistas nas mesmas condições do controlador (*tag-along*);
- (v) contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros;
- (vi) previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal;
- (vii) clara definição no Estatuto Social (a) da forma de convocação da Assembléia Geral, e (b) da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- (viii) transparência na divulgação pública do relatório anual da administração;
- (ix) livre acesso às informações e instalações da companhia pelos membros do Conselho de Administração; e
- (x) resolução de conflitos que possam surgir entre nós, nossos acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal, por meio de arbitragem.

Relacionamento com auditores independentes – Instrução CVM 381/03

Para a contratação de serviços que não são relacionados à auditoria externa, a Unidas se fundamenta nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor, quanto a: (i) não auditar seu próprio trabalho; (ii) não exercer funções gerenciais; e (iii) não advogar pelo seu cliente.

Todos os serviços prestados, que não estão vinculados à auditoria externa, são supervisionados pela Administração.

Em conformidade com o estabelecido na Instrução CVM 381, a empresa de auditoria Ernst & Young Auditores Independentes S.S. não foi contratada para outros trabalhos que não os de auditoria das demonstrações financeiras.

POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO CULTURAL

A Companhia busca desenvolver importantes ações relacionadas à questão da responsabilidade sócio-ambiental. Através de incentivos à conservação e a melhoria da qualidade ambiental, a Companhia busca reduzir o desperdício em seu sistema produtivo.

Nossas atividades não estão sujeitas a licenciamento ambiental específico.

Nossos veículos causam a poluição inerente à utilização de um automóvel moderno. Porém, acreditamos que a poluição causada pela nossa frota é bastante mitigada pelo fato de a maioria de nossos veículos utilizarem motores *flex*, que permitem a utilização de biocombustível (álcool).

Embora não tenhamos aderido a padrões internacionais de proteção ao meio ambiente, apoiamos o *World Wildlife Fund* no Brasil (WWF Brasil), organização não-governamental responsável por vários programas de proteção ambiental no Brasil.

ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o nosso órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das nossas políticas e diretrizes gerais de negócio, incluindo a nossa estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização de nosso desempenho. É responsável também, dentre outras atribuições, pela supervisão da gestão dos nossos diretores. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada conselheiro deve ser titular de, pelo menos, uma ação de nossa emissão.

Nosso Estatuto Social estabeleceu um número mínimo de 05 e máximo de 15 conselheiros, sendo um designado pela Assembléia Geral para ocupar o cargo de Presidente. Os conselheiros são eleitos em Assembléia Geral para um mandato unificado de dois anos, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer momento, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos, até a investidura de seus sucessores. Segundo o Regulamento do Novo Mercado, no mínimo, 20,0% de nossos conselheiros deverão ser Conselheiros Independentes. Para mais informações sobre Conselheiros Independentes, veja a seção “Práticas de Governança Corporativa”, na página 134 deste Prospecto.

Nosso Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, no mínimo, uma vez por bimestre, conforme datas fixadas na primeira reunião de cada ano civil e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou pela maioria dos seus membros, com antecedência mínima de 05 dias úteis, através de carta com aviso de recebimento, fax, telegrama ou outro meio idôneo, ou pré-acordo escrito, devendo constar do aviso de convocação a data, o horário e os assuntos a serem tratados. As reuniões do Conselho de Administração realizar-se-ão, preferencialmente em nossa sede, sendo admitidas reuniões por meios remotos, na forma de nosso Estatuto Social. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria de seus membros em exercício. Qualquer deliberação deverá ser tomada mediante o voto favorável da maioria dos membros presentes à reunião, cabendo ao Presidente do nosso Conselho de Administração o voto de qualidade, no caso de empate.

A Assembléia Geral determinará, pelo voto da maioria, não se computando os votos em branco, previamente à sua eleição, o número de membros do nosso Conselho de Administração a serem eleitos em cada exercício, observado o mínimo de 05 membros. A Lei das Sociedades por Ações, combinada com a Instrução CVM nº 282, de 26 de junho de 1998, permite a adoção do processo de voto múltiplo, mediante requerimento por acionistas que representem, no mínimo, 5,0% de nosso capital social votante.

Na data deste Prospecto, o nosso Conselho de Administração era formado por 05 membros. A tabela a seguir apresenta os nomes e posições dos integrantes de nosso Conselho de Administração, na data deste Prospecto:

Nome	Idade	Cargo	Data da Eleição	Término do Mandato
Álvaro Antonio Cardoso de Souza ⁽¹⁾	59	Presidente	19/10/2007	2009
Esmeralda da Silva Santos Dourado.....	54	Membro Efetivo	19/10/2007	2009
Antônio Carlos Romeiras de Lemos.....	49	Membro Efetivo	19/10/2007	2009
Carlos Alexandre Antão Valente Coutinho....	61	Membro Efetivo	19/10/2007	2009
Pedro Roque de Pinho de Almeida	44	Membro Efetivo	19/10/2007	2009

⁽¹⁾ Conselheiro independente.

Informações sobre os membros do nosso Conselho de Administração

Apresentam-se a seguir breves informações biográficas dos membros efetivos de nosso Conselho de Administração:

Álvaro Antonio Cardoso de Souza. Presidente do Conselho de Administração. Graduou-se em Administração de Empresas e Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Desenvolveu sua carreira nas áreas de banco de investimentos em diferentes empresas do Citigroup, onde trabalhou por 32 anos no Brasil e no exterior. É atualmente Diretor da AdS – Gestão, Consultoria e Investimentos Ltda. É também Presidente do Conselho Diretor da WWF – *Worldwide Wildlife Fund* no Brasil, Membro do *Board of Trustees* do *Worldwide Wildlife Fund Internacional*, Conselheiro da GOL Linhas Aéreas Inteligentes, Conselheiro da Agra Incorporadora, Conselheiro da Quinsa (Argentina) e Membro do Comitê de Auditoria da AMBEV.

Esmeralda da Silva Santos Dourado. Membro Efetivo do Conselho de Administração. Graduou-se em Engenharia Química pelo Instituto Superior Técnico e fez formação complementar em finanças corporativas na Universidade de Harvard. Foi Vice-Presidente do Citibank Portugal e membro do Conselho de Administração do Banco Fonsecas e Burnay e União de Bancos Portugueses. Atualmente, é também Presidente do Conselho de Administração da SAG Automóveis Espanha S.L., AA00 – Soc. de Formação Profissional e Consultoria Técnica S.A., Autoimpor – Soc. Importadora de Automóveis S.A., Inovision – Tecnologias de Informação S.A., SAG DOT COM – SGPS S.A., SAG Serviços – Assessoria Financeira e Administrativa S.A., SIVA Online – Informação Automóvel, Soauto – SGPS S.A., Usado OK – Comércio de Automóveis S.A., Castelimo – Comércio de Automóveis e Serviços S.A., Cercascais – Oficina de Reparação e Comércio de Automóveis S.A., Cervag – Comércio de Automóveis S.A., JM Seguro – Comércio de Automóveis S.A., Justocar – Comércio de Viaturas S.A. e Rolporto – Comércio e Indústria de Automóveis S.A.; Vice – Presidente da SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis S.A.; membro do Conselho de Administração da SAG GEST – Soluções Automóvel Globais SGPS S.A., sociedade aberta, SGC – SGPS S.A., LGA – Logística Automóvel S.A. e Novinela B.V.; gerente da Globalrent – Sociedade Portuguesa de Rent-a-Car Ltda. e Frotarent – Aluguer de Automóveis Ltda.; Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Luso-Brasileira; e, Presidente do Fórum dos Administradores de Empresas.

António Carlos Romeiras de Lemos. Membro Efetivo do Conselho de Administração. Graduou-se em Economia pela *University of Edinburgh* em 1980 e obteve seu diploma de Mestre em Economia pela Universidade Nova de Lisboa em 1983. Ocupou o cargo de Economista no Banco Fonsecas e Burnay de 1981 a 1983. Trabalhou para a Shell Portuguesa de 1985 a 1987, e no Citibank de 1987 a 1995, onde ocupou o cargo de Gerente no Citibank Portugal e, a partir de 1992, de Vice-Presidente do Citibank Portugal. De 1995 a 2000 foi Diretor Executivo do Banco Espírito Santo de Investimento S.A. Até 2006, foi também membro do Conselho de Administração do Interbanco. Atualmente, é também membro do Conselho de Administração da SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., sociedade aberta, SAG Automóveis Espanha, SL e Novinela BV. É desde junho de 2006 Diretor Presidente da Unidas.

Carlos Alexandre Antão Valente Coutinho. Membro Efetivo do Conselho de Administração. Graduou-se em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Atualmente, é também membro do Conselho de Administração da SAG GEST – Soluções Automóvel Globais SGPS S.A., sociedade aberta, Autoimpor – Sociedade Importadora de Automóveis S.A., Inovision – Tecnologias de Informação S.A., SAG DOT COM – SGPS S.A., SAG Serviços – Assessoria Financeira e Administrativa S.A., SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis S.A., LGA – Logística Automóvel S.A., SIVA Online – Informação Automóvel S.A. e SAG Automóveis Espanha S.L. e Novinela B.V.

Administração

Pedro Roque de Pinho de Almeida. Membro Efetivo do Conselho de Administração. Graduou-se em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico e obteve seu diploma de Mestre em *Marketing* em Administração de Empresas pela Universidade Católica de Lisboa. Trabalhou no departamento de vendas da Ford Lusitana de 1987 a 1992. Em 1993, foi responsável pelo projeto “Viaturas Usadas” do Grupo Santogal. Foi Diretor de *Marketing* e Diretor Comercial da Honda Automóvel, em Portugal, de 1994 a 1996, e foi Diretor de *Marketing* da Companhia Europeia de Seguros, de 1996 a 1999. Foi Diretor Executivo da Sofinloc de 1999 a 2000. Em 2001, foi Diretor Executivo do Banco Esfinge em Madrid. Iniciou seus trabalhos no Grupo SAG em 2002 como Diretor Executivo da Multirent – Aluguer e Comércio de Automóveis S.A. Atualmente é membro do Conselho de Administração do Santander Consumer Iber-Rent SL, Santander Consumer Multirent Sp. z.o.o., SAG GEST – Soluções Automóvel Globais SGPS S.A., sociedade aberta, LGA – Logística Automóvel S.A., SAG Serviços – Assessoria Financeira e Administrativa S.A., Soauto SCPS S.A., Usado OK – Comércio de Automóveis S.A., Ecometais S.A., Multirent – Aluguer e Comércio de Automóveis S.A. e SAG International Finance Company Limited; e, gerente da Garagem Central de Queluz L.da, Globalrent – Sociedade Portuguesa de Rent-a-Car Ltda e Frotarent – Aluguer de Automóveis Ltda.

O endereço comercial dos conselheiros Álvaro Antonio Cardoso de Souza e António Carlos Romeiras Lemos é o mesmo endereço da sede da nossa Companhia.

O endereço comercial dos conselheiros Esmeralda da Silva Santos Dourado, Carlos Alexandre Antão Valente Coutinho e Pedro Roque de Pinho de Almeida é Estrada de Alfragide, nº 67, Edifício SGC Piso 2, 2614-519 Amadora, Portugal.

DIRETORIA

Nossa Diretoria é composta por, no mínimo, 04 e, no máximo, 07 membros, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Comercial, um Diretor de Operações e Redes, um Diretor de Gestão de Valores Residuais, um Diretor de Tecnologia e Informação, um Diretor de Recursos Humanos e um Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores, com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos, devendo permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Nossa Diretoria é responsável pela representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais estaduais e municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, para a prática de todos os atos e negócios jurídicos em geral necessários ao funcionamento regular e ao desenvolvimento das atividades contempladas no objeto social da Companhia.

A Diretoria reunir-se-á regularmente e com periodicidade mínima de 15 dias e, extraordinariamente, sempre que assim exigirem os negócios sociais, sujeita à ordem do dia circulada entre seus membros, com 24 horas de antecedência.

Nossos Diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo nosso Conselho de Administração e Estatuto Social.

A tabela a seguir apresenta os nomes, datas de eleição, término do mandato e posições dos integrantes de nossa Diretoria na data deste Prospecto:

Nome	Cargo	Data da Eleição	Término do Mandato
António Carlos Romeiras de Lemos.....	Diretor Presidente e Diretor de Gestão de Valores Residuais	19/10/2007	2009
Carlos Eduardo Malagoni.....	Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores	19/10/2007	2009
Wilson Tadeu Domingues.....	Diretor de Operações e Redes	19/10/2007	2009
Roberto Brandi Bottura	Diretor Comercial	19/10/2007	2009

Administração

Informações sobre nossos Diretores

Apresenta-se a seguir breves informações biográficas sobre cada membro de nossa Diretoria:

Antônio Carlos Romeiras de Lemos. Diretor Presidente. Para informações veja “Informações sobre os membros do nosso Conselho de Administração”, na página 138 deste Prospecto.

Carlos Eduardo Malagoni. Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores. Graduiu-se em Economia com ênfase em Finanças pela FAAP e obteve seu MBA Executivo pelo IBMEC. Iniciou sua carreira profissional na Samsung, passando depois para o Banco Nacional (atual Unibanco). Trabalhou para o Grupo Abril TVA de 1993 a 2007, onde ocupou vários cargos no departamento financeiro, assumindo as funções de CFO & RI da TVA desde 2002. Neste período foi responsável e trabalhou em vários projetos do Grupo Abril/TVA, nomeadamente na preparação da abertura de capital, no processo de reestruturação e preparação estratégica para o novo ciclo de crescimento e investimento do negócio e na negociação de venda da TVA para a Telefônica. Entrou para a nossa Companhia em agosto de 2007, onde é atualmente responsável pelas nossas áreas financeira, controladoria, jurídica, de riscos, crédito, cadastro, cobrança, planejamento financeiro e de relações com investidores.

Wilson Tadeu Domingues. Diretor de Operações e Redes. Graduiu-se em Tecnologia de Processo de Produção pela FATEC/UNESP. Pós-Graduiu-se em Gerenciamento de *Marketing* pela UNIP e obteve seu MBA em Logística Empresarial pela FGV. Trabalhou na Varig de 1988 a 1995, onde ocupou os cargos de Técnico de Manuais de Vôo, Coordenador de Escalas e Executor de Despacho de Tripulantes. De 1995 a 1996 foi Gerente de Unidade da McDonald’s no Brasil e, de 1996 a 1999, ocupou o cargo de Gerente de Negócios da Playcenter. Trabalhou para a Lark de 1999 a 2001, onde ocupou o cargo de Gerente Operacional e Comercial. Trabalha na nossa Companhia desde março de 2002, onde é atualmente responsável pelas nossas áreas de franquias, atendimento ao cliente, operações (suprimentos, logística, manutenção de frota e projetos), gestão de rede e operação de locação de carros e postos de atendimento corporativo.

Roberto Brandi Bottura. Diretor Comercial. Graduiu-se em Administração de Empresas com especialização em *Marketing* e Finanças pela FAAP. Trabalhou na empresa de produtos de beleza Searly de 1981 a 1994, na criação de novos produtos para desenvolvimento de mercados emergentes. Foi Diretor do SIPATESP (Sindicato das Industrias de Perfumaria e Artigos de Toucador do Estado de São Paulo), durante duas gestões, entre 1989 e 1994. Trabalhou como consultor para a Interbusiness Associados entre 1994 e 1995, e posteriormente na distribuidora Rickmar. Entrou para o mercado de automóveis em 1997 como Gerente de Vendas Diretas do Grupo Nova (Chevrolet), onde trabalhou até 2004. Trabalha na nossa Companhia desde setembro de 2004, onde é atualmente responsável pelas nossas áreas comercial, administração de vendas e marketing.

O endereço comercial dos membros de nossa Diretoria é o mesmo endereço da sede da nossa Companhia.

Nenhum dos administradores da Emissora, até a presente data, foi condenado em processo judicial ou administrativo.

CONSELHO FISCAL

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão societário independente de nossa administração e de nossos auditores independentes. O Conselho Fiscal pode funcionar tanto de forma permanente quanto de forma não permanente, caso em que atuará somente no exercício social em que sua instalação for solicitada pelos acionistas.

Administração

As principais responsabilidades do Conselho Fiscal consistem em fiscalizar as atividades da administração, rever as demonstrações financeiras da companhia aberta e reportar suas conclusões aos acionistas. A Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do conselho fiscal recebam remuneração de, no mínimo, 10,0% do valor médio pago anualmente aos Diretores, excluindo benefícios, verbas de representação e participações nos lucros e resultados. Adicionalmente, a Lei das Sociedades por Ações exige que o Conselho Fiscal seja composto por, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros efetivos e igual número de suplentes.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nosso Conselho Fiscal não poderá ser composto por (i) membros de nosso Conselho de Administração; (ii) membros de nossa Diretoria; (iii) nossos empregados; (iv) empregados de sociedade que controlamos ou de sociedade de nosso grupo; ou (v) cônjuges ou parentes até o terceiro grau de qualquer membro de nosso Conselho de Administração ou de nossa Diretoria.

Nosso Estatuto Social prevê um Conselho Fiscal de caráter não permanente, o qual será composto por 03 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, e somente funcionará nos exercícios sociais em que houver solicitação dos acionistas. Segundo a Lei das Sociedades por Ações, quando o Conselho Fiscal não é permanente, pode ser nomeado em Assembléia Geral, por requerimento de, no mínimo, 10,0% dos acionistas, sendo seu mandato vigente até a primeira Assembléia Geral de acionistas que ocorrer após a nomeação. Adicionalmente, acionistas minoritários representando no mínimo 10,0% do nosso capital social têm o direito de eleger em separado um membro para o Conselho Fiscal e seu suplente.

Nosso Conselho Fiscal não se encontra no momento em funcionamento.

AÇÕES DE TITULARIDADE DE NOSSOS ADMINISTRADORES

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada Conselheiro deve ser titular de, pelo menos, uma ação de nossa emissão.

A tabela abaixo indica o número de Ações detidas diretamente pelos membros de nosso Conselho de Administração, na data deste Prospecto:

Administradores	Ações
Álvaro Antonio Cardoso de Souza	1
Antônio Carlos Romeiras de Lemos.....	2
Esmeralda da Silva Santos Dourado.....	1
Carlos Alexandre Antão Valente Coutinho ⁽¹⁾	1
Pedro Roque de Pinho de Almeida	1

⁽¹⁾ O Sr. Carlos Alexandre Antão Valente Coutinho detém indiretamente 13.249 ações ordinárias da nossa Companhia, através da sua participação direta e da sua cónyuge em nosso Acionista Controlador SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., sociedade aberta.

Os membros do nosso Conselho de Administração detinham, direta ou indiretamente, em conjunto, 13.255 ações da nossa Companhia na data deste Prospecto, representando 0,01% de nosso capital social.

Administração

REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração global dos membros de nossa administração é fixada anualmente pela Assembléia Geral, ficando nosso Conselho de Administração responsável por sua distribuição entre os seus membros e os membros de nossa Diretoria. Em nossa Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 02 de maio de 2008 foi fixada a remuneração global anual de até R\$4,3 milhões para os nossos administradores.

PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Atualmente a Companhia não possui um plano de opção de compra de ações.

INFORMAÇÕES SOBRE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA COMPANHIA

Em 06 de Outubro de 2006, a Emissora emitiu US\$60,0 milhões em *Eurobônus*, com prazo de vencimento em outubro de 2009, em parcela única. O *Eurobônus* é remunerado por juros de 8,375% a.a., os quais tem vencimento semestral, em 06 de abril e 06 de outubro de cada ano à partir de 2007. As parcelas dos juros têm sido pagas de acordo com o cronograma. Não existe mercado secundário ativo para este título.

CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

Contingências Judiciais

Somos parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes de nossas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis. Constituímos provisões para contingências decorrentes de processos para os quais, de acordo com a avaliação de nossos assessores jurídicos, responsáveis por tais demandas, a probabilidade de perda seja provável.

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base em informações de nossos assessores jurídicos, responsáveis pelos processos, e na análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior, considerando a classificação de probabilidade de perda.

O quadro a seguir apresenta a posição consolidada das nossas contingências judiciais e administrativas em 31 de dezembro de 2007 e em 31 de março de 2008, bem como a provisão nos referidos períodos, quando aplicável:

	Contingências		Provisão	
	31.12.07	31.03.08	31.12.07	31.03.08
	(Em milhares de reais)			
Tributária	9.717	9.900	9.802	9.943
Cível	2.929	5.204	510	469
Trabalhista	5.269	1.721	4.225	1.050
Total	17.915	16.825	14.537	11.462

Em 31 de março de 2008, a Companhia possuía R\$0,53 milhão depositados judicialmente, sendo que esse valor era de R\$0,48 milhão em 31 de dezembro de 2007.

Apresentamos a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes dos quais somos parte, de acordo com sua natureza.

Tributárias

Em 31 de março de 2008, figurávamos como parte em processos administrativos e judiciais de natureza tributária. Todas as contingências passivas com chances de perda classificadas como prováveis estão provisionadas.

Dentre as ações judiciais de natureza tributária que representam potencial contingência relevante para a Emissora em 31 de março de 2008 destaca-se a ação declaratória na qual buscamos a inexistência do PIS e da COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes de locação de veículos automotores. Para a respectiva ação mantemos provisões no montante de aproximadamente R\$9,8 milhões, montante que representa a totalidade do crédito tributário que poderá vir a ser exigido da Emissora caso enfrente decisão judicial desfavorável no caso.

Somos também parte em processos administrativos decorrentes de autos de infração pelo não recolhimento de Imposto Sobre Serviços – ISS incidente na atividade de locação de veículos. Em decorrência do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no sentido de que não incide o referido imposto na atividade de locação de bens móveis, entendemos que a probabilidade de enfrentarmos decisões desfavoráveis nesses casos seja remota, razão pela qual não foram constituídas provisões relativas à totalidade do crédito tributário para esses processos. Adicionalmente, somos ainda parte em processos administrativos, decorrentes de autos de infração pelo não recolhimento de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços, no valor total de aproximadamente R\$0,2 milhão.

Contingências judiciais e administrativas

De outro turno, ingressamos, através da nossa controlada Unidas Franquias S.A., com ação judicial requerendo a concessão de liminar, com a finalidade de ser suspensa a exigibilidade do ISS sobre Royalties e sobre outros valores recebidos, em virtude dos contratos de franquia celebrados. Caso não nos seja reconhecida razão neste processo, poderá nos ser causado impacto negativo, pois seremos obrigados a recolher o valor estimado de aproximadamente R\$0,5 milhão, atinente ao dito tributo.

Como acima citado, e para além da provisão relativa à ação declaratória na qual buscamos a inexigibilidade do PIS e da COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes de locação de veículos automotores acima referida, todas as contingências passivas com chances de perda classificadas como prováveis estão provisionadas. Mantemos provisões no montante total de aproximadamente R\$0,6 milhão para estas contingências.

Cíveis

Somos parte em 247 ações judiciais cíveis, as quais, em 31 de março de 2008, representavam contingência total de, aproximadamente, R\$5,2 milhões, para as quais constituímos provisão de aproximadamente R\$0,5 milhão.

Tais processos versam, em sua maioria, sobre pretensão indenizatória de vítimas de acidentes automobilísticos envolvendo carros de nossa frota, em que se pleiteia danos morais e materiais supostamente decorrentes destes eventos. Dentre essas demandas, destacamos 12 ações pelo procedimento ordinário, propostas por pessoas físicas contra a nossa Companhia, com valores entre R\$0,1 e R\$0,6 milhão.

Além disso, somos réus em 3 ações judiciais, nas quais discutimos questões decorrentes dos contratos firmados com nossos franqueados. Os assuntos pleiteados se referem a litígios em que discutimos a manutenção de contratos de franquia (em casos em que decidimos não prorrogá-los) e alegado descumprimento de cláusula de exclusividade. Os valores pleiteados nestas ações variam, aproximadamente entre R\$0,1 a R\$1,0 milhão.

Adicionalmente, somos réus num protesto judicial apresentado contra a nossa Companhia e nosso Acionista Controlador no qual os notificantes buscam a interrupção da prescrição da pretensão de obter, por meio de ações próprias, uma indenização decorrente de um hipotético descumprimento contratual. O protesto foi porém extinto, sem julgamento do mérito. Contra tal decisão foram opostos, pelos notificantes, embargos de declaração, que não foram recebidos pelo juízo competente. Os notificantes interpuuseram recurso de apelação visando a reforma da sentença, ao qual apresentamos contra-razões. O processo está atualmente pendente do julgamento de recurso de apelação, sem previsão até a presente data. Cabe destacar, porém, que, via de regra, o protesto judicial que visa a interrupção de prescrição, por si só, não apresenta nenhum risco direto para a nossa Companhia. O que poderia, efetivamente, causar impacto negativo à Companhia seria eventual demanda proposta com base nesse protesto.

Trabalhistas

Em 31 de março de 2008, éramos parte em 86 ações trabalhistas, perfazendo o valor total de aproximadamente R\$1,7 milhão. Para essas contingências, está provisionado aproximadamente R\$1,1 milhão.

Dentre os principais objetos pleiteados nas ações trabalhistas, destacam-se os pedidos de horas extras, reconhecimento de vínculo empregatício, pagamento de verbas trabalhistas, dano moral, dentre outros.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Segue abaixo um breve resumo dos contratos que apresentavam valores em aberto em 31 de março de 2008.

Contrato de Licença de Uso de Marcas com a Novinela B.V.

As marcas da Emissora estão registradas em nome da sociedade Novinela B.V., uma sociedade do Grupo SAG, detida a 100% pela SAG Automóveis Espanha S.L., que por sua vez é detida a 100% pelo Acionista Controlador da Emissora. A Emissora celebrou um Contrato de Licença de Uso de Marcas com a Novinela B.V., por força do qual esta empresa licenciou gratuitamente à Emissora, em caráter irrevogável, mas não exclusivo, por prazo indeterminado, mas não superior ao prazo de vigência de cada um dos registros de marca abrangidos pelo contrato, incluindo porém as renovações destes registros, todas as marcas “Unidas”, autorizando assim a utilização e exploração das mesmas pela Emissora. Tal documento permite ainda à Emissora sublicenciar as marcas licenciadas a terceiros, incluindo a seus franqueados. Ainda por meio do referido contrato, a Novinela também licenciou para a Emissora o uso da marca “Unidas” nos seguintes países: Argentina, Chile, Itália e Portugal (nos quais a marca encontra-se devidamente registrada).

No dia 19 de outubro de 2007, a Emissora celebrou um aditamento ao Contrato de Licença de Uso de Marcas com a Novinela B.V., no qual ficou acordada a cessão gratuita de todas as marcas “Unidas” para a Emissora, em caso de rescisão do referido Contrato.

Contrato de Empréstimo

Por contrato datado de 6 de março de 2008 e aditado no dia 02 de junho de 2008, a SAG concedeu à Emissora um empréstimo, no valor de R\$49,4 milhões, com vencimento em 31 de julho de 2012. Não incide sobre o valor do empréstimo qualquer percentual de juros remuneratórios. Os recursos deste empréstimo foram utilizados para liquidação de dívidas de curto prazo da Emissora. Por aditamento datado de 2 de junho de 2008, a SAG e a Emissora acordaram em prorrogar o prazo de vencimento do Contrato de Empréstimo para o dia 31 de julho de 2012, com possibilidade de liquidação antecipada, em caso de oferta de ações da Emissora, e em alterar a moeda convencionada de Euros para Reais, convertendo 19.5 milhões, em R\$49.4 milhões.

Volpe Holdings, LLC

Contrato de Empréstimo, celebrado em 23 de novembro de 2004 entre a Volpe Holdings, LLC e a SAG do Brasil S.A. (anterior denominação da Emissora), tendo como intervenientes-anuentes a SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., sociedade aberta, Novinela B.V. e SAG Automóveis Espanha, SL, com a finalidade de adquirir novos veículos para suportar o crescimento da Emissora. O empréstimo tem valor limite de US\$16,0 milhões e o prazo do Empréstimo é de 7 anos, a contar da Data de Desembolso, em 2011. A taxa de juros é de 11,5% ao ano. Como garantia, a SAG do Brasil S.A. emitiu, na Data do Desembolso (a) uma Nota Promissória com vencimento à vista, no valor de US\$24,7 milhões, refletindo o montante do total do principal e dos Juros Básicos incidentes sobre o Empréstimo e (b) uma Nota Promissória, com vencimento à vista, no valor de US\$1,5 milhões, refletindo o montante relativo aos Juros Adicionais máximos incidentes sobre o Empréstimo.

Contrato de Empréstimo com o Espírito Santo Investment, plc.

Contrato de Empréstimo, celebrado em 11 de maio de 2005 entre a Espírito Santo Investment, plc e a Emissora, tendo como garantidor o Acionista Controlador, com a finalidade de adquirir novos veículos para suportar o crescimento da Emissora. O empréstimo tem valor de US\$10,0 milhões e seu prazo é de 7 anos, sendo que sua amortização se dará em prestações iguais e semestrais a partir de março de 2010, até março de 2012. A taxa de juros é Libor acrescida de 1,5% ao ano, pagos em períodos semestrais, sendo que o primeiro pagamento ocorreu em setembro de 2005. Como garantia, o Acionista Controlador prestou aval no valor integral da obrigação.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Para fins de cumprimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, não há na data deste Prospecto operações celebradas as instituições participantes da Oferta e a Emissora.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ITR – Informações Trimestrais da Emissora relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2008

DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas da Emissora relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2007, com respectivo Parecer dos Auditores Independentes

Demonstrações Financeiras Auditadas da Emissora relativas ao período encerrado em 31 de março de 2008 e ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, com respectivo Parecer dos Auditores Independentes e demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em 31 de março de 2007

Demonstrações Financeiras Auditadas da Emissora relativas aos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006

Demonstrações Financeiras Auditadas da Emissora relativas aos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 31 de dezembro de 2005, com respectivo Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ITR – Informações Trimestrais da Emissora relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2008

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS S/A	3 - CNPJ 04.437.534/0001-30
4 - NIRE 35300186-281		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua da Consolação, 347		2 - BAIRRO OU DISTRITO Centro	
3 - CEP 01301-000	4 - MUNICÍPIO São Paulo		5 - UF SP
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 3147-5778	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
11 - DDD 011	12 - FAX 3147-5713	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL ri@unidas.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Carlos Eduardo Malagoni			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Cincinato Braga 340 - 7º andar		3 - BAIRRO OU DISTRITO Bela Vista	
4 - CEP 01333-010	5 - MUNICÍPIO São Paulo		6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 3147-5778	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
12 - DDD 011	13 - FAX 3147-5713	14 - FAX -	15 - FAX -
16 - E-MAIL ri@unidas.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2008	31/12/2008	1	01/01/2008	31/03/2008	4	01/10/2007	31/12/2007
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR ERNEST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.					10 - CÓDIGO CVM 00471-5		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Aurivaldo Coimbra de Oliveira					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 270.967.698-20		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2008	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2007	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2007
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	128.292.051	107.541.632	231.914.175
2 - Preferenciais	0	0	10.122.131
3 - Total	128.292.051	107.541.632	242.036.306
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Estrangeira
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1140 - Serviços Transporte e Logística
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Soluções de gestão e locação de veículos. Como atividade acessória atuamos na desmobilização dos carros anteriormente utilizados em nossa frota
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES
Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - Código CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS S/A	3 - CNPJ 04.437.534/0001-30
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1-ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
03	07/07/2005	109.381	408.013	Subscrição Particular em Dinheiro	109.381.306	1,000000000000
04	10/11/2005	142.036	32.665	Subscrição Particular em Dinheiro	142.036.306	1,000000000000
05	19/04/2006	242.036	100.000	Subscrição Particular em Dinheiro	242.036.306	1,000000000000
06	19/11/2007	335.250	93.214	Subscrição Particular em Dinheiro	107.541.632	3,470000000000
07	05/03/2008	384.751	49.501	Subscrição Particular em Dinheiro	121.292.051	3,600000000000
08	15/05/2008	384.751	0	Subscrição Particular em Dinheiro	128.250.649	3,000000000000

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 07/07/2008	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2008	4 - 31/12/2007
1	Ativo Total	1.100.523	948.229
1.01	Ativo Circulante	164.456	103.004
1.01.01	Disponibilidades	78.955	34.212
1.01.01.01	Disponibilidades e valores equivalentes	78.955	34.212
1.01.02	Créditos	58.851	48.825
1.01.02.01	Clientes	58.851	48.825
1.01.02.01.01	Contas a receber	58.851	48.825
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	26.650	19.967
1.01.04.01	Impostos e contrib. sociais a compensar	7.505	7.657
1.01.04.02	Despesas antecipadas	17.705	11.111
1.01.04.03	Outros créditos	1.440	1.199
1.02	Ativo Não Circulante	936.067	845.225
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	103.991	86.459
1.02.01.01	Créditos Diversos	14.709	15.133
1.02.01.01.01	Impostos e Contrib. sociais a compensar	13.748	14.584
1.02.01.01.02	Despesas Antecipadas	775	368
1.02.01.01.03	Outros Créditos	186	181
1.02.01.01.04	Depósitos Judiciais	0	0
1.02.01.01.05	Aplicações de longo prazo - swap	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	4.762	4.244
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	4.762	4.244
1.02.01.03	Outros	84.520	67.082
1.02.01.03.01	Bens do imobilizado não destinados a uso	84.520	67.082
1.02.02	Ativo Permanente	832.076	758.766
1.02.02.01	Investimentos	2.718	1.932
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	823.771	750.784
1.02.02.03	Intangível	0	0
1.02.02.04	Diferido	5.587	6.050

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 31/03/2008

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2008	4 - 31/12/2007
2	Passivo Total	1.100.523	948.229
2.01	Passivo Circulante	443.569	343.988
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	325.117	299.760
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	320.127	297.161
2.01.01.02	Eurobônus	4.990	2.599
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	46.173	28.370
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	3.275	2.923
2.01.04.01	Tributos a recolher	3.275	2.923
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	69.004	12.935
2.01.08.01	Salários e encargos a pagar	4.709	4.237
2.01.08.02	Débito com empresas ligadas	56.710	1.943
2.01.08.03	Outras contas a pagar	7.585	6.755
2.01.08.04	Dividendos propostos	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	230.728	230.294
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	230.728	230.294
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	218.166	214.717
2.02.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	105.608	100.965
2.02.01.01.02	Eurobônus	112.558	113.752
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	12.562	15.577
2.02.01.03.01	Provisão para perda com investimento	1.666	1.650
2.02.01.03.02	Provisão para contingências	10.896	13.927
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	426.226	373.947
2.04.01	Capital Social Realizado	384.752	335.250
2.04.02	Reservas de Capital	33.431	33.431
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	5.005	5.266
2.04.04.01	Legal	0	0
2.04.04.02	Estatutária	13.275	13.275
2.04.04.02.01	Reservas de Lucro	13.275	13.275
2.04.04.03	Para Contingências	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
999999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2008	4 -31/12/2007
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	(8.270)	(8.009)
2.04.04.07.01	Ajustes para avaliação patrimonial	(8.270)	(8.009)
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.038	0
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2008

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/03/2008	4 - 01/01/2008 a 31/03/2008	5 - 01/01/2007 a 31/03/2007	6 - 01/01/2007 a 31/03/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	71.349	71.349	52.772	52.772
3.02	Deduções da Receita Bruta	(9.591)	(9.591)	(5.588)	(5.588)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	61.758	61.758	47.184	47.184
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(29.614)	(29.614)	(18.836)	(18.836)
3.05	Resultado Bruto	32.144	32.144	28.348	28.348
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(32.401)	(32.401)	(25.924)	(25.924)
3.06.01	Com Vendas	(3.233)	(3.233)	(3.568)	(3.568)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(9.986)	(9.986)	(6.085)	(6.085)
3.06.03	Financeiras	(16.719)	(16.719)	(13.691)	(13.691)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	0	0	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(16.719)	(16.719)	(13.691)	(13.691)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.04.01	Rev. prov. manut. da integridade do PL	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(3.233)	(3.233)	(2.712)	(2.712)
3.06.05.01	Honorários da administração	(881)	(881)	(961)	(961)
3.06.05.02	Depreciação e amortização	(861)	(861)	(705)	(705)
3.06.05.03	Amortização de Ágio e Deságio	(836)	(836)	(836)	(836)
3.06.05.04	Outras despesas operacionais, líquidas	(655)	(655)	(210)	(210)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	770	770	132	132
3.07	Resultado Operacional	(257)	(257)	2.424	2.424
3.08	Resultado Não Operacional	3.940	3.940	6	6
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	3.683	3.683	2.430	2.430
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(645)	(645)	(253)	(253)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/03/2008	4 - 01/01/2008 a 31/03/2008	5 - 01/01/2007 a 31/03/2007	6 - 01/01/2007 a 31/03/2007
3.12.01	Participações		0	0	0
3.12.02	Contribuições		0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio		0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período		3.038	2.177	2.177
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	128.292.051	128.292.051	242.036.306	242.036.306
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,02368	0,02368	0,00899	0,00899
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Unidas S.A. (“Unidas” ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto: (a) a locação de veículos automotores e equipamentos; (b) a concessão de licenças para uso de sua marca de locação e do sistema operacional de locação; (c) o uso sob licença, ou sublicenciamento de marcas de locação e do sistema operacional de locação das empresas do grupo ou de terceiros; (d) o agenciamento de publicidade em veículos de comunicação e a prestação de serviços de propaganda e marketing; (e) a prestação de serviços de transporte em geral, sob qualquer título e modalidade; (f) a prestação de serviços de terceirização de frotas, com o respectivo gerenciamento de seus veículos e equipamentos componentes, bem como do pessoal e dos recursos humanos que os operam; (g) a prestação de serviços gráficos; (h) a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou sócia quotista; (i) a locação e sublocação de motocicletas e outros meios de transporte.

Como parte de seu programa de renovação de frotas, a Companhia realiza a venda de veículos usados.

Em 31 de março de 2008, a estrutura da Companhia incluindo os franqueados era composta dos seguintes dados não auditados: 120 pontos de atendimento, dos quais 33 eram lojas e 34 postos avançados em clientes, ambos operados pela Unidas e 53 por empresas franqueadas. O sistema de franquias da Unidas é administrado pela Unidas Franquias do Brasil S.A.

Na mesma data, a frota da Unidas era composta dos seguintes dados não auditados: 32.192 veículos, dos quais 26.608 pertencentes ao negócio de aluguel e administração de frotas (“*fleet*”) e 5.584 pertencentes ao negócio de “*rent a car*”. A frota do aluguel de carros é renovada após sua vida útil econômica, que normalmente varia de 12 a 18 meses. Uma porção significativa é vendida a consumidores finais por meio de oito lojas de venda de veículos usados, localizadas em duas cidades do Brasil.

O segmento de aluguel e administração de frotas é direcionado para empresas. O período de locação de veículos para frota varia de 12 a 48 meses. Os contratos são rescindíveis mediante comunicação prévia de 30 dias e multas contratuais que variam

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

de 50% a 25% dos pagamentos a vencer, dependendo dos prazos de contratação e cláusulas de renovação.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária e as normas expedidas pela CVM.

Em virtude da vigência da Lei no. 11.638/07, que alterou e introduziu novos dispositivos à Lei 6.404/76, e em consonância com a Deliberação CVM 506/06, a Companhia efetuou certos ajustes nos saldos das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007, para permitir a comparabilidade com as demonstrações financeiras de 31 de março de 2008, conforme demonstrado na Nota 26.

A autorização para conclusão da preparação das demonstrações financeiras referentes ao período de três meses e ao exercício findo em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2007, ocorreu nas reuniões de diretoria realizadas em 12 de junho de 2008 e 02 de maio de 2008, respectivamente.

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos nas datas dos balanços.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social foi computada com base na legislação vigente nas datas dos balanços.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, exceto quando indicado de outra forma, estão apresentadas em milhares de reais.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras--Continuação

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Os passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas nas demonstrações do resultado.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Empresas	Controladas%	Atividade principal	Localização
Unidas Comercial de Veículos Ltda.	99,00	Comércio de veículos usados	São Paulo
Unimat Comércio Ltda.	99,99	Compra e venda de materiais diversos	São Paulo
Unidas Franquias do Brasil S.A.	99,99	Locação de veículos e terceirização de frotas	São Paulo

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Em 04 de junho de 2007 o acionista Luis Miguel Lopes Branco de Sousa transferiu para o acionista Wilson Tadeu Domingues 1000 (mil) ações ordinárias. Em 28 de dezembro de 2007 o acionista Wilson Tadeu Domingues transferiu 999 (novecentos e noventa e nove) ações ordinárias, para a Unidas S.A. sem ônus, que passou a deter 99,99% de participação nesta empresa, gerando um ganho de participação de R\$191.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das Demonstrações Financeiras

A Companhia, seguindo as orientações da NPC 12 - Mudança de Estimativas Contábeis e Correção de Erros, reconheceu ajustes de forma retroativa nas suas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro 2007, conforme demonstrado abaixo:

	Resultado	Patrimônio líquido
	2007	2007
Saldos originalmente apresentados	(50.438)	325.793
Descrição dos ajustes:		
Reversão da depreciação de veículos (a)	117.048	184.938
Valor residual de veículos baixados (a)	(54.629)	(122.629)
Complemento de provisão de veículos roubados (a)	(1.173)	(4.016)
Equivalência patrimonial	55	9
Imposto de renda e contribuição social	(1.663)	(1.663)
Ajuste de avaliação patrimonial (b)	-	(8.009)
Outros	(28)	(476)
Saldos após ajustes	9.172	373.947

Os ajustes contra patrimônio líquido diferem significativamente dos ajustes alocados aos resultados de 2007 em decorrência dos ajustes alocados a 31 de dezembro de 2005 e o efeito cumulativo dos anos subsequentes.

- a) Mudança de critério contábil: a Companhia alterou o critério de apuração da depreciação dos veículos e acessórios. Anteriormente, essa apuração era feita utilizando-se um método linear, a taxas próximas dos limites fiscais. O método que passou a ser utilizado baseia-se no valor estimado de realização desses itens (Vide Nota 4.g).
- b) Efeito do ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros, em atendimento à Lei 11.638.

99999-9 UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30
--------------------	--------------------

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das Demonstrações Financeiras--Continuação

Como consequência dos referidos ajustes e reclassificações contábeis, as demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro 2007 estão apresentadas com os seguintes saldos ajustados:

	CONTROLADORA		
	31 de dezembro de 2007		
	Original	Ajustes (*)	Ajustado
ATIVO			
Ativo circulante			
Disponibilidades e valores equivalentes	34.212	-	34.212
Contas a receber	48.825	-	48.825
Impostos e contribuições sociais a compensar	7.965	(308)	7.657
Despesas antecipadas	11.339	(228)	11.111
Outros créditos	1.368	(169)	1.199
Total do ativo circulante	103.709	(705)	103.004
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos e contribuições sociais a compensar	14.584	-	14.584
Despesas antecipadas	368	-	368
Depósitos judiciais	519	519	-
Crédito com empresas ligadas	4.244	-	4.244
Outros créditos	181	-	181
Bens do imobilizado não destinados a uso	-	67.082	67.082
Permanente			
Investimentos	1.933	(1)	1.932
Imobilizado	759.582	(8.798)	750.784
Diferido	5.822	228	6.050
Total do ativo não circulante	787.233	57.992	845.225
Total do ativo	890.942	57.287	948.229

(*) Contempla ajustes relativos a reclassificações

99999-9 UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30
--------------------	--------------------

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das Demonstrações Financeiras--Continuação

	CONTROLADORA		
	31 de dezembro de 2007		
	Original	Ajustes (*)	Ajustado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo circulante			
Fornecedores	28.379	(9)	28.370
Empréstimos e financiamentos	295.706	1.455	297.161
Eurobônus	2.374	225	2.599
Tributos a recolher	1.261	1.662	2.923
Salários e encargos a pagar	4.237	-	4.237
Débito com empresas ligadas	1.943	-	1.943
Outras contas a pagar	6.755	-	6.755
Total do passivo circulante	340.655	3.333	343.988
Passivo não circulante			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	102.110	(1.145)	100.965
Eurobônus	106.278	7.474	113.752
Provisão para perda com investimentos	1.660	(10)	1.650
Provisão para contingências	14.446	(519)	13.927
Total do passivo não circulante	224.494	5.800	230.294
Patrimônio líquido			
Capital social	335.250	-	335.250
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(8.009)	(8.009)
Reserva de capital	33.431	-	33.431
Reserva de lucros	202	13.073	13.275
Lucros (prejuízos) acumulados	(43.090)	43.090	-
Total do patrimônio líquido	325.793	48.154	373.947
Total do passivo e do patrimônio líquido	890.942	57.287	948.229

(*) Contempla ajustes relativos a reclassificações

99999-9 UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30
--------------------	--------------------

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das Demonstrações Financeiras--Continuação

	CONTROLADORA		
	31 de dezembro de 2007		
	Original	Ajustes (*)	Ajustado
Receita bruta de aluguel e serviços	245.174	-	245.174
Deduções da receita bruta	(29.880)	-	(29.880)
Receita operacional líquida	215.294	-	215.294
Custos dos aluguéis e serviços prestados	(206.147)	116.107	(90.040)
Lucro bruto	9.147	116.107	125.254
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	(14.892)	-	(14.892)
Gerais e administrativas	(30.276)	-	(30.276)
Honorários da administração	(3.711)	-	(3.711)
Despesas financeiras, líquidas	(63.192)	(261)	(63.453)
Equivalência patrimonial	1.219	(136)	1.083
Ganhos com participação acionária	-	191	191
Depreciação e amortização	(2.940)	-	(2.940)
Amortização de ágio, líquida da reversão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	(3.343)	-	(3.343)
Outras despesas operacionais, líquidas	(2.065)	-	(2.065)
Lucro (prejuízo) operacional	(110.053)	115.901	5.848
Resultado não operacional	59.615	(54.628)	4.987
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(50.438)	61.273	10.835
Imposto de renda e contribuição social	-	(1.663)	(1.663)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(50.438)	59.610	9.172
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações no fim do exercício – em R\$	(469,00)	-	85.29
Quantidade de ações (mil)	107.542	-	107.542

(*) Contempla ajustes relativos a reclassificações

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de locações é reconhecida *pro rata temporis* em função da vigência do contrato de locação. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

A receita de venda de veículos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao veículo são transferidos para o comprador.

b) Disponibilidades e valores equivalentes

Incluem os saldos em conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata registrados ao custo e acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber, tendo por base o histórico de perdas da Companhia, que geralmente representam os créditos vencidos acima de 90 dias considerados como de improvável recuperação.

d) Impostos e contribuições sociais a compensar

Em 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007, contemplava créditos tributários provenientes de ágio pago por ocasião das integralizações de capital da controladora Unidas S.A. na antecessora Uninfra Locações e Comércio Ltda., líquido de provisão de 66% constituída na própria Companhia, antes de ser incorporada.

A amortização do ágio por incorporação e a respectiva provisão são efetuadas pela taxa de 10% a.a. de acordo com o fundamento econômico de rentabilidade futura

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

conforme laudo de incorporação na data.

Nos exercícios sociais em que há imposto de renda a pagar, a amortização líquida do ágio (crédito fiscal) é demonstrada como parte da despesa efetiva de imposto de renda.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Sumário das Principais Práticas Contábeis--Continuação

e) Bens do imobilizado não destinados a uso

Os veículos fora de frota que se destinam à venda estão avaliados ao custo, líquido da depreciação acumulada até a data da retirada da frota, ou valor líquido de realização, dos dois o menor.

Os veículos roubados ou sinistrados estão avaliados ao custo, líquido da depreciação acumulada, menos a provisão de avaliação para reduzi-lo ao valor líquido de realização quando não estiverem com cobertura de seguros.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial e são eliminados no processo de consolidação.

g) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear (exceção ao item veículos) às taxas mencionadas na Nota 12 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Os veículos destinados à locação são depreciados de acordo com um método econômico que considera o valor estimado de realização destes veículos na data esperada de venda. Desta forma, as taxas de depreciação variam de veículo para veículo, de acordo com a data em que foi comprado, o valor pago e a data e o valor estimado de venda. A vida útil dos veículos é revisada anualmente e ajustada quando aplicável.

A depreciação dos veículos compõe o custo dos aluguéis e serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa operacional.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Sumário das Principais Práticas Contábeis--Continuação

h) Diferido

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear num prazo que não excede cinco anos.

i) Passivos

Reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto a prazo e valor e são estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Provisão para contingências

A provisão para contingências é determinada pela Administração de acordo com a expectativa de perda de cada contingência, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingência estão descritos na Nota 18.

k) Empréstimos e financiamentos

São apresentados pelo valor do principal acrescido dos encargos financeiros incorridos *pro rata temporis* até as datas dos balanços e variações cambiais, quando aplicável.

l) Tributação

l.1) Tributação sobre as receitas

As receitas de aluguel de veículos estão sujeitas ao Programa de Integração

99999-9 UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30
--------------------	--------------------

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Social – PIS (1,65%) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
– COFINS (7,60%).

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Sumário das Principais Práticas Contábeis--Continuação

l) Tributação--Continuação

l.1) Tributação sobre as receitas--Continuação

As receitas decorrentes da venda de veículos estão sujeitas exclusivamente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, quando são vendidos em prazo inferior a 12 meses da data de aquisição, a alíquotas variáveis de acordo com o Estado em que opera.

Esses encargos são apresentados como deduções das respectivas receitas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes do critério de apuração pela não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos aluguéis na demonstração do resultado.

Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

l.2) Tributação sobre o lucro

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

m) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, como *swap*, são reconhecidos nos balanços patrimoniais da Companhia inicialmente pelo seu valor de custo e, posteriormente, atualizados à valor de mercado ou equivalente, tendo como contrapartida a conta de

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, enquanto não computadas no resultado do exercício, em obediência ao regime de competência. A utilização desses instrumentos visa diminuir os riscos em financiamentos em moeda estrangeira. De acordo com suas políticas de tesouraria, a Companhia não tem ou emite instrumentos financeiros derivativos para fins outros que não os de proteção.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Disponibilidades e Valores Equivalentes

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
			(não auditado)			(não auditado)
Caixa e bancos	5.174	3.839	6.642	5.322	4.054	7.070
Aplicações financeiras	73.781	30.373	5.719	73.781	30.373	5.719
	78.955	34.212	12.361	79.103	34.427	12.789

Em 31 de março de 2008, as aplicações financeiras referem-se a debêntures, remuneradas a taxas que variam de 101,0% a 101,3% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e com vencimentos que não ultrapassam 90 dias da data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2007 e 31 de março 2007, as aplicações financeiras referiam-se substancialmente a certificados de depósito bancário, remunerados a taxas que variavam de 95% a 102% do CDI. Os vencimentos não ultrapassavam 90 dias das datas dos balanços.

6. Contas a Receber

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
			(não auditado)			(não auditado)
Locação de veículos						
Faturados	48.808	43.089	26.123	49.491	43.546	26.430
Locação de veículos a						
Faturar	3.210	2.531	535	3.210	2.531	535
Venda de veículos	14.594	9.228	8.608	14.658	9.290	8.948
Outros valores a receber	70	306	592	553	1.029	916
	66.682	55.154	35.858	67.912	56.396	36.829
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.831)	(6.329)	(3.390)	(7.831)	(6.329)	(3.390)
	58.851	48.825	32.468	60.081	50.067	33.439

99999-9 UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30
--------------------	--------------------

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a Receber--Continuação

A abertura do saldo por idade de vencimento está abaixo demonstrada:

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007 (não auditado)	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007 (não auditado)
A faturar	3.210	2.531	535	3.210	2.531	535
Faturados:						
A vencer	44.865	22.371	23.337	46.095	23.428	24.308
Vencidos						
1 a 30 dias	5.251	9.653	4.330	5.251	9.709	4.330
31 a 60 dias	4.060	4.898	3.582	4.060	4.911	3.582
61 a 90 dias	2.720	2.532	1.688	2.720	2.532	1.688
91 a 120 dias	308	2.308	111	308	2.373	111
Vencidos há mais de 120 dias	6.268	10.861	2.275	6.268	10.912	2.275
	66.682	55.154	35.858	67.912	56.396	36.829

A movimentação da provisão para devedores duvidosos é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007 (não auditado)
Saldos no início do período / exercício	6.329	2.863	2.863
Constituição de provisão	1.502	4.136	807
(-) Reversão de provisão	-	-	-
(-) Baixa / reversão de baixa contra contas a receber		(670)	(280)
Saldos no final do período / exercício	7.831	6.329	3.390

7. Impostos e Contribuições Sociais a Compensar

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007 (não auditado)	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007 (não auditado)
IRRF sobre serviços prestados	193	186	189	193	186	189
IRRF sobre aplicações financeiras	2.178	2.071	415	2.178	2.071	415
IRPJ a compensar	1.007	1.007	1.982	1.007	1.007	1.982
CSL a compensar	358	354	795	358	354	795
PIS	319	603	-	322	607	4
COFINS	1.318	1.304	-	1.333	1.316	13

99999-9 UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30
--------------------	--------------------

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Créditos tributários (a)	15.880	16.716	19.223	15.880	16.716	19.223
Outros	-	-	-	1	2	-
	21.253	22.241	22.604	21.272	22.259	22.621
(-) Ativo circulante	7.505	7.657	6.724	7.524	7.675	6.741
Ativo não circulante	13.748	14.584	15.880	13.748	14.584	15.880

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Impostos e Contribuições Sociais a Compensar--Continuação

- (a) Os créditos tributários em 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 são oriundos de ágio pago por ocasião das integralizações de capital da controladora UNIDAS S.A. na antecessora Uninfra Locações e Comércio Ltda.. Em 2002, por ocasião do processo de incorporação, foi registrada uma provisão correspondente a 66% do valor do ágio na própria Unidas antes de ser incorporada, para que o ágio líquido correspondesse ao benefício fiscal decorrente de sua amortização. O registro do ágio, líquido da provisão, teve como contrapartida a reserva especial de ágio, constante no patrimônio líquido (Vide Nota 19d).

A amortização desse ágio e a respectiva provisão são efetuadas pela taxa de 10% a.a., de acordo com o fundamento econômico de rentabilidade futura conforme laudo de incorporação na data.

Os saldos do ágio e da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido, em 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007, são compostos como segue:

	Controladora e Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
Ágio de incorporação	98.328	98.328	98.328
(-) Amortização de ágio	(51.622)	(49.164)	(41.790)
Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	(64.896)	(64.896)	(64.896)
Reversão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	34.070	32.448	27.581
	15.880	16.716	19.223
(-) Ativo circulante	3.343	3.343	3.343
Ativo não circulante	12.537	13.373	15.880

8. Despesas Antecipadas

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
			(não auditado)			(não auditado)
Encargos antecipados sobre empréstimos e financiamentos	2.167	2.245	2.918	2.183	2.265	2.948
Prêmio de seguros	6.091	5.248	2.316	6.091	5.248	2.316
Seguro obrigatório e licenciamento de veículos	7.871	2.466	5.321	7.871	2.466	5.321
Gastos com reorganização empresarial	1.713	1.456	-	1.713	1.456	-
Outros	638	64	1.061	638	64	1.064

99999-9 UNIDAS S/A				04.437.534/0001-30		
04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS						
	18.480	11.479	11.616	18.496	11.499	11.649
(-) Ativo circulante	17.705	11.111	11.091	17.721	11.131	11.124
Ativo não circulante	775	368	525	775	368	525

99999-9 UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30
--------------------	--------------------

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empresas Ligadas

Saldos e transações em 31 de março de 2008

	Ativo não circulante	Passivo circulante	Receitas (despesas)
Controladas			
Unimat Comércio e Distribuidora Ltda. (a)	1.964	-	-
Unidas Comercial de Veículos Ltda. (a)	1.084	-	-
Unidas Franquias do Brasil S.A. (b)	53	2.657	-
Controladora			
SAG GEST Soluções Automóveis Globais, SGPS, S.A. (c)	1.661	54.053	(4.043)
Consolidado	1.661	54.053	(4.043)
Controladora	4.762	56.710	-

- (a) Refere-se a contas a receber relacionadas a despesas incorridas pela Companhia em favor da controlada.
(b) O saldo no passivo circulante refere-se a contas a receber relacionadas a despesas incorridas pela controlada em favor da Companhia.
(c) O saldo no ativo não circulante refere-se a contas a receber relacionadas a despesas incorridas pela Companhia em favor da SAG GEST e o saldo no passivo circulante refere-se a empréstimo cedido pela SAG GEST, com vencimento em 29 de junho de 2008, ambos sujeitos variação cambial.

Saldos e transações em 31 de dezembro de 2007

	Ativo não circulante	Passivo circulante	Receitas (despesas)
Controladas			
Unimat Comércio e Distribuidora Ltda. (a)	1.884	-	-
Unidas Comercial de Veículos Ltda. (a)	1.082	-	2.138
Unidas Franquias do Brasil S.A. (b)	5	1.678	-
Controladora			
SAG GEST Soluções Automóveis Globais, SGPS, S.A. (c)	1.273	265	(727)
Consolidado	1.273	265	(727)
Controladora	4.244	1.943	2.138

- (a) Refere-se a contas a receber relacionadas a despesas incorridas pela Companhia em favor da controlada.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (b) O saldo no passivo circulante refere-se a contas a receber relacionadas a despesas incorridas pela controlada em favor da Companhia.
- (c) O saldo no ativo não circulante refere-se a contas a receber relacionadas a despesas incorridas pela Companhia em favor da SAG GEST e o saldo no passivo circulante refere-se a contas a pagar relativas a despesas incorridas pela SAG GEST em favor da Companhia, ambos sujeitos a variação cambial.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empresas Ligadas--Continuação

Saldos e transações em 31 de março de 2007 (não auditado)

	Ativo não circulante	Passivo circulante	Receitas (despesas)
Controladas			
Unimat Comércio e Distribuidora Ltda. (a)	1.531	-	-
Unidas Comercial de Veículos Ltda. (b)	3.217	1.435	2.138
Unidas Franquias do Brasil S.A. (c)	-	588	-
Controladora			
SAG GEST Soluções Automóveis Globais, SGPS, S.A. (d)	324	-	-
Consolidado	324	-	-
Controladora	5.072	2.023	2.138

- (a) Refere-se a contas a receber relacionadas a despesas incorridas pela Companhia em favor da controlada.
- (b) O saldo no ativo não circulante refere-se a valores a receber em decorrência da venda de veículos da UNIDAS para esta controlada. O saldo no passivo circulante refere-se a adiantamentos efetuados pela controlada à controladora.
- (c) Refere-se a contas a receber relacionadas a despesas incorridas pela controlada em favor da Companhia.
- (d) O saldo no ativo não circulante refere-se a contas a receber relacionadas a despesas incorridas pela Companhia em favor da SAG GEST, sujeitas a variação cambial.

Em 31 de março de 2008 e 2007, e 31 de dezembro de 2007, as despesas incorridas pela Companhia (Unidas S/A) em favor das suas controladas ou sua controladora (SAG GEST), assim como as despesas incorridas pela Unidas Franquias em favor da controladora (Unidas S/A), referem-se a compartilhamento de gastos entre empresas do grupo, para o ressarcimento de despesas tais como salários e encargos trabalhistas de áreas que atuam como back office suportando as atividades administrativas destas empresas.

As principais transações mantidas entre a Companhia e as sociedades controladas e controladora, consideram um conjunto das sociedades como um todo e os aspectos operacionais específicos em que se realizam estas transações, observadas as condições comutativas de mercado e não possuem data de vencimento específica. As liquidações destes gastos ocorrem na medida em que tais sociedades possuem fluxo financeiro para sua a quitação

Em adição às transações acima mencionadas, a Companhia tem empréstimo com a parte relacionada Volpe Holdings LLC, conforme mencionado na Nota 15.

A marca “Unidas” está registrada em nome da Novinela B.V. (acionista da Companhia), que as licenciou gratuitamente, em caráter irrevogável, mas não exclusivo, por prazo indeterminado, para utilização e exploração pela Companhia por meio de um

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Contrato de Licença de Uso de Marcas. Tal documento permite que a Companhia sublicencie as marcas licenciadas a terceiros, incluindo os franqueados da Companhia. Ainda por meio do referido contrato, a Novinela B.V. licenciou para a Companhia o uso da marca “Unidas” nos seguintes países: Argentina, Chile, Itália, Portugal e Uruguai (nos quais a marca encontra-se devidamente registrada).

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empresas Ligadas--Continuação

Adicionalmente, está acordada entre a Unidas e a Novinela a cessão gratuita de todas as marcas "Unidas" para a Companhia, em caso de rescisão do referido contrato.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativos a operações com empresas ligadas, foram realizados em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

10. Bens do Imobilizado não Destinados a Uso

	Controladora e Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
			(não auditado)
Veículos destinados à venda	83.951	66.059	68.618
Veículos roubados ou sinistrados	8.858	7.961	6.791
Provisão de veículos roubados	(7.459)	(6.717)	(5.573)
Provisão de veículos sinistrados	(830)	(221)	-
	84.520	67.082	69.836

Em 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007, a provisão de veículos roubados referia-se exclusivamente aos veículos roubados ou sinistrados, para os quais não há cobertura de seguros, conforme mencionado na Nota 4e.

Os veículos destinados à venda, registrados pelo custo líquido da depreciação acumulada, estão a valor inferior ao valor líquido de venda estimado correspondente a R\$3.822 em 31 de março de 2008 (R\$2.738 em 31 de dezembro de 2007).

99999-9 UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30
--------------------	--------------------

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos

As participações em sociedades controladas foram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, tomando por base as demonstrações financeiras das empresas controladas em 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro de 2007, considerando os seguintes percentuais de participação:

	Participação no capital integralizado %	Informações da controlada									
		Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		Lucro líquido (prejuízo) do período / exercício		Equivalência patrimonial (provisão para perda)		Valor do investimento		Provisão para perda com investimentos	
		mar/08	dez/07	mar/08	dez/07	mar/08	dez/07	mar/08	dez/07	mar/08	dez/07
Controladas:											
Unimat Comércio e Distribuidora Ltda.	99,99%	(710)	(695)	(15)	(48)	(15)	(48)	-	-	(710)	(695)
Unidas Comercial de Veículos Ltda.	99,00%	(966)	(965)	(1)	(101)	(1)	(100)	-	-	(956)	(955)
Unidas Franquias do Brasil S.A.	99,99%	2.713	1.927	786	1.368	786	1.231	2.713	1.927	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	5	5	-	-
Total						770	1.083	2.718	1.932	778	(1.650)

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

Controladora

		31/03/2008		31/12/2007	31/03/2007
	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
					(não auditado)
Veículos	2,69%	828.890	(30.198)	798.692	726.827
Acessórios	2,69%	13.129	(493)	12.636	11.913
Máquinas e equipamentos	10%	539	(285)	254	259
Instalações	10%	1.289	(366)	923	800
Móveis e utensílios	10%	2.214	(1.012)	1.202	1.176
Computadores e periféricos	20%	4.579	(3.327)	1.252	1.270
Direito de uso de software	20%	7.483	(3.481)	4.002	3.592
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25%	5.421	(2.090)	3.331	3.348
Outros ativos	10%	2.135	(474)	1.661	1.608
		865.679	(41.726)	823.953	750.793
Ajuste a valor Presente		(182)	-	(182)	(9)
		865.497	(41.726)	823.771	750.784
					525.238

Consolidado

		31/03/2008		31/12/2007	31/03/2007
	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
					(não auditado)
Veículos	2,69%	828.890	(30.198)	798.692	726.827
Acessórios	2,69%	13.129	(493)	12.636	11.915
Máquinas e equipamentos	10%	539	(285)	254	259
Instalações	10%	1.786	(410)	1.376	1.099
Móveis e utensílios	10%	2.214	(1.012)	1.202	1.176
Computadores e periféricos	20%	4.583	(3.330)	1.253	1.271
Direito de uso de software	20%	7.483	(3.481)	4.002	3.592
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25%	5.427	(2.091)	3.336	3.351
Outros ativos	10%	2.136	(473)	1.663	1.608
		866.187	(41.773)	824.414	751.098
Ajuste a valor Presente		(182)	-	(182)	(9)
		866.005	(41.773)	824.232	751.089
					525.440

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Diferido

	Controladora e Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007 (não auditado)
Despesas pré-operacionais	1.469	1.469	1.469
Despesas com reorganização empresarial	5.623	5.624	-
(-) Amortização acumulada	(1.505)	(1.043)	(821)
	5.587	6.050	648

Os gastos com reorganização empresarial referem-se basicamente a gastos incorridos pela Companhia relativos a acordo de não competitividade decorrente de ação judicial proposta por um ex-franqueado no Estado de Santa Catarina.

Tais gastos abrangem a indenização paga ao ex-franqueado, bem como os respectivos honorários advocatícios. Este acordo estabelece um prazo de quatro anos, que está sendo considerado como base para o cálculo da amortização destes gastos diferidos.

14. Fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007 (não auditado)	31/03/2008	31/12/2007 (não auditado)	31/03/2007 (não auditado)
<u>Montadoras de veículos</u>						
Fiat Automóveis S.A.	16.720	5.682	531	16.720	5.682	531
General Motors do Brasil	16.371	12.714	10.724	16.371	12.714	10.724
Renault do Brasil Ltda.	4.182	375	-	4.182	375	-
Toyota do Brasil Ltda.	-	61	124	-	61	124
Mitsubishi Motors	-	82	-	-	82	-
Volkswagen do Brasil Ltda.	3.821	4.576	6.951	3.821	4.576	6.951
	41.094	23.490	18.330	41.094	23.490	18.330
<u>Serviços de manutenção de peças</u>						
Diversos fornecedores	5.261	4.889	3.500	5.331	4.971	3.528
	46.355	28.379	21.830	46.425	28.461	21.858
Ajuste a Valor Presente	(182)	(9)	(51)	(182)	(9)	(51)
	46.173	28.370	21.779	46.243	28.452	21.807

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação

31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e Financiamentos

						Controladora		
	Modalidade	Vencimento	Encargos Anuais	Moeda	Garantias(*)	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
						(não auditado)		
Aplicados no imobilizado								
Moeda nacional								
FINANCIAMENTO – CDC	CDC	abr/07 a jun/07	Pré Fixado em 23,58%	BRL	Veículos	-	-	321
SAFRA	Compror	abr/07 a set/07	Máxima CDI + 2,83%	BRL	Veículos	-	-	552
SOFISA	Compror	abr/07 a jul/07	Máxima CDI + 3,50%	BRL	Veículos	-	-	2.164
UNIBANCO	Compror	abr/07 a out/08	Máxima CDI + 3,04%	BRL	Veículos	3.112	3.054	4.429
VOTORANTIM	Compror	abr/07 a mar/09	Máxima CDI + 1,26%	BRL	Veículos	8.623	10.150	5.393
BRABESCO	Compror	fev/08 a jul/09	Máxima CDI + 1,99%	BRL	Veículos	21.381	10.735	-
ABN	Leasing	abr/07 a jun/07	Máxima CDI + 3,35%	BRL	Veículos	-	-	748
BANCO DO BRASIL	Leasing	abr/07 a jun/07	Máxima CDI + 3,41%	BRL	Veículos	-	-	4.607
BOSTON	Leasing	abr/07 a set/07	Máxima CDI + 3,25%	BRL	Veículos	-	-	5.099
BRABESCO	Leasing	abr/07 a out/07	Máxima CDI + 4,30%	BRL	Veículos	-	-	5.186
HSBC	Leasing	abr/07 a ago/07	Máxima CDI + 3,66%	BRL	Veículos	-	-	2.667
ITAÚ	Leasing	abr/07 a ago/07	Máxima CDI + 2,91%	BRL	Veículos	-	-	2.372
SAFRA	Leasing	abr/07 a ago/07	Máxima CDI + 3,35%	BRL	Veículos	-	-	2.307
UNIBANCO	Leasing	abr/07 a jul/07	Máxima CDI + 3,35%	BRL	Veículos	-	-	5.892
VOLKSWAGEN	Leasing	abr/07 a set/07	Máxima CDI + 4,50%	BRL	Veículos	-	-	2.185
						33.116	23.939	43.922
Moeda estrangeira								
ABN	Compror	jan/08 a nov/08	Máxima CDI + 2,00%	USD	Veículos	17.757	22.018	-
BANCO DO BRASIL	Compror	abr/08 a out/08	Máxima CDI + 1,11%	JPY	Veículos	26.769	23.742	-
BANESPA SANTANDER	Compror	abr/07 a set/08	Máxima CDI + 1,60%	JPY	Veículos	5.771	1.391	18.035
BANESPA SANTANDER	Compror	abr/07 a jun/09	Máxima CDI + 1,65%	USD	Veículos	16.967	8.890	-
BBM	Compror	jul/08	Máxima CDI + 1,94%	USD	Veículos	30.709	31.532	-
BOSTON	Compror	abr/07 a out/07	Máxima CDI + 2,00%	USD	Veículos	-	-	1.746
BRABESCO	Compror	mai/07 a set/08	Máxima CDI + 1,77%	USD	Veículos	6.444	8.614	8.067
BRABESCO	Compror	mai/07 a nov/08	Máxima CDI + 1,99%	JPY	Veículos	18.274	-	-
HSBC	Compror	mai/07 a mar/09	Máxima CDI + 2,33%	USD	Veículos	15.571	17.877	7.140
ITAÚ	Compror	abr/07 a set/08	Máxima CDI + 3,25%	USD	Veículos	89.760	93.607	8.506
SAFRA	Compror	abr/07 a jun/09	Máxima CDI + 2,54%	USD	Veículos	13.528	20.251	22.021
SAFRA	Compror	abr/07 a dez/08	Máxima CDI + 2,53%	JPY	Veículos	18.669	8.351	-
UNIBANCO	Compror	abr/07 a mai/09	Máxima CDI + 3,04%	USD	Veículos	26.712	17.486	10.419
VOTORANTIM	Compror	abr/07 a mar/08	Máxima CDI + 1,26%	USD	Veículos	-	1.688	10.366
SWAP	SWAP	abr/07 a jun/09	-	-	-	13.433	22.284	19.824
						300.364	277.731	106.124
Aplicados no capital de giro:								
BES	Financiamento	set/07 a mar/12	Máxima CDI + 4,06%	USD	Nota promissória	17.567	18.187	20.680
Volpe Holdings LLC	MEZANINO	jun/07 a dez/11	Máxima CDI + 4,06%	USD	Nota promissória	23.349	22.928	32.587
SWAP	Capital de giro	jun/07 a mar/12	-	-	-	51.036	55.031	23.795
						91.952	96.146	77.062
						425.432	397.816	227.108
Ajustes a valor de Mercado						303	310	(3.383)
Passivo circulante						320.127	297.161	173.646
Passivo não circulante						105.608	100.965	50.079

(*) O total de bens dados em garantia dos empréstimos e financiamentos é de R\$274.463 em 31 de março de 2008, R\$248.591 em 31 de dezembro de 2007.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e Financiamentos--Continuação

A Companhia, com o objetivo de aumentar e renovar sua frota de veículos, elevou as captações de recursos por meio de empréstimos, principalmente na modalidade *comprar*. Por esta razão, o saldo de empréstimos e financiamentos aumentou de R\$227.108 em 31 de março de 2007 para R\$397.816 em 31 de dezembro de 2007 e R\$433.765 em 31 de março de 2008.

O contrato de empréstimo denominado Mezanino foi captado no exercício de 2004, junto à Volpe Holdings LLC, que é parte relacionada da Companhia. O financiamento foi contratado em dólares norte-americanos e à taxa de 11,50%. Esse contrato tem uma cláusula restritiva que determina limite sobre o índice financeiro baseado na razão entre a dívida de terceiros (dívida total consolidada subtraída do saldo devedor do empréstimo Mezanino) e a capitalização total (valor do patrimônio líquido somado ao valor da dívida de terceiros).

Para o período findo em 31 de março de 2008 e exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a Companhia estava sujeita ao pagamento de juros adicionais de 1% ao ano (caso o índice atingisse entre 35% e 40%) ou de 2% ao ano (caso o índice atingisse entre 40% e 55%). Essa taxa de juros adicional é aplicada semestralmente e computada com base no saldo devedor do empréstimo. Caso o índice ultrapassasse 55%, o saldo integral do empréstimo se tornaria antecipadamente vencido.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2008 e 2007, este índice não foi ultrapassado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a Companhia efetuou pagamento de juros adicionais no montante de R\$270 (US\$152,000).

Os financiamentos e empréstimos a longo prazo vencem como segue. Tais valores não levam em conta o ajuste a valor de mercado conforme novo critério estabelecido pela Lei 11.638/07.

:

	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007 (não auditado)
2008	-	-	9.810
2009	73.775	68.618	11.711
2010	10.898	11.098	11.711
2011	15.757	15.999	11.711
2012	5.178	5.250	5.136
TOTAL	105.608	100.965	50.079

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Eurobônus

		31/03/2008			31/12/2007	31/03/2007
		Não			(não auditado)	
	Indexador	Juros	Circulante	circulante	Total	Total
Eurobônus	US\$	8,375% a.a.	4.845	104.736	109.581	108.652
Ajuste a Valor de Mercado						128.973
			145	7.822	7.967	7.699
			4.990	112.558	117.548	116.351
						139.520

Em 06 de outubro de 2006, a Companhia emitiu US\$60.000.000,00 em Eurobônus, com prazo de vencimento em outubro de 2009 em parcela única. A emissão foi liderada pelo Banco Espírito Santo e não tendo sido oferecidas garantias a esta captação.

Os juros possuem prazos de vencimento semestral, em 06 de abril e 06 de outubro de cada ano, com início em 06 de abril de 2007.

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

		Controladora		
		31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
				(não auditado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.683	10.835	2.430
Adições		773	2.103	376
Exclusões		(2.392)	(7.763)	(1.622)
Base de cálculo antes da compensação de prejuízos fiscais		2.064	5.175	1.184
Compensação de prejuízos fiscais		-		(355)
Base de cálculo do imposto de renda		2.064	5.175	829
Imposto de renda (25%)		510	1.270	201
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.683	10.835	2.431
Adições		208	1.299	21
Exclusões		(2.392)	(7.763)	(1.623)
Base de cálculo antes da compensação de bases negativas		1.499	4.371	829
Compensação de bases negativas		-		(249)
Base de cálculo da contribuição social		1.499	4.371	580
Contribuição social (9%)		135	393	52
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social		645	1.663	253

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

A composição dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados está abaixo demonstrada:

	Controladora		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
			(não auditado)
Prejuízos fiscais	21.772	21.772	29.832
Base negativa da contribuição social	22.132	22.132	30.353

A Companhia não constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa da contribuição social, devido ao histórico de prejuízos fiscais.

O prejuízo fiscal e a base negativa não têm prazos determinados para compensação, porém, tal compensação está limitada a 30% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

18. Provisão para Contingências

A Companhia está se defendendo de diversas demandas judiciais de caráter tributário, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A administração da Companhia acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais externos. O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

A movimentação da provisão para contingências por natureza está apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado				
	Saldos em			Saldos em	Saldos em		Saldos em	
	31/12/2006	Atualizações	Reversões	31/03/2007	31/12/2006	Atualizações	Reversões	31/03/2007
				(não auditado)				(não auditado)
Tributárias	6.775	180	-	6.955	6.775	180	-	6.955
Cíveis	360	-	-	360	360	-	-	360
Trabalhistas	3.739	385	-	4.124	3.739	385	-	4.124
(-) Depósitos judiciais	(181)	-	17	(164)	(181)	-	17	(164)
	10.693	565	17	11.275	10.693	565	17	11.275

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para Contingências--Continuação

	Controladora					Consolidado				
	Saldos em 31/03/2007	Ingressos	Atualizações	Baixas	Saldos em 31/12/2007	Saldos em 31/03/2007	Ingressos	Atualizações	Baixas	Saldos em 31/12/2007
	(não auditado)					(não auditado)				
Tributárias	6.955	-	2.756	-	9.711	6.955	-	-	2.847	9.802
Cíveis	360	-	150	-	510	360	-	-	150	510
Trabalhistas	4.124	-	101	-	4.225	4.124	-	-	101	4.225
(-) Depósitos judiciais	(164)	(355)	-	-	(519)	(164)	(364)	-	-	(528)
	11.275	(355)	3.007	-	13.927	11.275	(364)	-	3.098	14.009
	Controladora					Consolidado				
	Saldos em 31/12/2007	Ingressos	Atualizações	Baixas	Saldos em 31/03/2008	Saldos em 31/12/2007	Ingressos	Atualizações	Baixas	Saldos em 31/03/2008
Tributárias	9.711	-	140	-	9.851	9.802	-	141	-	9.943
Cíveis	510	41	33	(115)	469	510	41	33	(115)	469
Trabalhistas	4.225	58	47	(3.280)	1.050	4.225	58	47	(3.280)	1.050
(-) Depósitos judiciais	(519)	-	-	46	(474)	(528)	-	-	46	(483)
	13.927	99	220	(3.349)	10.896	14.009	99	221	(3.349)	10.979

a) Processos com perda provável

Processos tributários

Provisão atualizada pela variação da SELIC no montante de R\$ 9.851 em 31 de março de 2008 (R\$ 9.711 em 31 de dezembro de 2007 e R\$6.955 em 31 de março de 2007) constituída pelo não recolhimento do PIS no período de agosto a novembro de 2002 e da COFINS no período de agosto de 2002 a janeiro de 2004, em virtude de questionamento judicial quanto à incidência destes tributos sobre as receitas de provenientes da locação de veículos. Existem decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça que consideram que a locação de bens móveis caracterizam faturamento e, portanto, deveriam ser incluídas na base de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia aguarda julgamento em segunda instância pelo Tribunal Regional Federal.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para Contingências--Continuação

Processos cíveis

A Companhia está se defendendo de ações judiciais cíveis, de natureza indenizatória de vítimas de acidentes automobilísticos envolvendo carros de sua frota, em que se pleiteiam danos morais e materiais supostamente decorrentes destes eventos, para os quais foi constituída provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas no montante de R\$469 em 31 de março de 2008 (R\$510 em 31 de dezembro de 2007 e R\$360 em 31 de março de 2007). Tais processos encontram-se em diferentes instâncias judiciais e, portanto, não é possível presentemente atribuir jurisprudência sobre os mesmos.

Não nos é possível apontar a tendência majoritária da jurisprudência sobre nossos processos de natureza cível, pois os mesmos versam, em sua maioria, sobre acidentes automobilísticos. As decisões judiciais acerca desse tipo de acidente são proferidas com base nas circunstâncias de cada acidente e nas provas apresentadas em cada caso, ou seja, não possuem padrão estabelecido.

Processos trabalhistas

Correspondem principalmente a pleitos de indenização por reclamações de horas extras, verbas rescisórias e diferenças salariais e férias, para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 1.050 em 31 de março de 2008 (R\$ 4.425 em 31 de dezembro de 2007 e R\$ 4.124 em 31 de março de 2007). Tais processos encontram-se em diferentes instâncias judiciais não sendo possível presentemente atribuir jurisprudência sobre os mesmos.

As decisões judiciais acerca discussões laborais com relação a horas extras, pagamento de verbas trabalhistas e dano moral são proferidas com base nas circunstâncias e nas provas apresentadas em cada caso, não sendo possível apresentar posição clara da jurisprudência sobre esses assuntos. Entretanto, com relação a reconhecimento de vínculo empregatício de empregados contratados por meio de cooperativa, existe entendimento firmado pelo Tribunal Superior do Trabalho no sentido de que a cooperativa não passa de uma mera fornecedora de mão de obra, não havendo impedimento para o reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com esta e a Companhia, entendemos que há probabilidade de enfrentarmos decisões desfavoráveis nesses casos, razão pela qual foram constituídas provisões relativas à esses processos.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para Contingências--Continuação

b) Processo com perda possível

Os processos classificados como perda possível pelos assessores jurídicos da Companhia totalizam aproximadamente R\$5.399 em 31 de março de 2008 (R\$2.479 em 31 de dezembro de 2007 e R\$7.146 em 31 de março de 2007). Não há processos que individualmente ultrapassem a 5% do patrimônio líquido da Companhia.

19. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 05 de março de 2008 foi aprovado aumento de capital no valor de R\$49.502 representado por 13.750.419 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$ 3,60 (três reais e sessenta centavos) por ação. As ações foram subscritas integralmente pelo acionista SAG GEST – Soluções Automóveis Globais SGPS, S.A.

Em 19 de novembro de 2007, foi aprovado aumento de capital no valor de R\$93.214 representado por 26.862.863 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$ 3,47 (três reais e quarenta e sete centavos) por ação, sendo 8.202.921 (oito milhões, duzentos e dois mil, novecentas e vinte e uma) ações, no valor R\$28.464, integralizadas mediante a capitalização do crédito que o acionista SAG GEST – Soluções Automóveis Globais SGPS, S.A detinha contra a Companhia, e 18.659.942 ações, no valor de R\$64.750, integralizados em moeda corrente nacional, mediante o fechamento do respectivo contrato de cambio.

Em 10 de novembro de 2007, os acionistas que representam a totalidade do capital social decidiram pelo grupamento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, à razão de três por uma, de forma que cada 3 (três) ações ordinárias de emissão da Companhia correspondam a 1 (uma) ação ordinária após o grupamento.

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2007, deliberou: pela conversão da totalidade das ações preferenciais classe “A” de emissão da Companhia na mesma quantidade de ações ordinárias, nos termos do art. 136 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76).

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio Líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2008 está representado por 121.292.051 ações ordinárias nominativas correspondentes a R\$384.752, cuja composição acionária é resumida a seguir:

	Quantidade de ações	%
SAG GEST Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A.	105.322.861	86,8
Novinela B.V.	8.250.898	6,8
SAG Automóveis Espanha SL	7.718.290	6,4
Administradores	2	-
	121.292.051	100

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o capital social poderá ser aumentado, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite do capital autorizado de 363.054.459 ações, incluídas as ações ordinárias já emitidas. Qualquer aumento de capital que exceda o limite do capital autorizado deverá ser aprovado pelos acionistas em assembleia geral.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 5%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Adicionalmente, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração sobre o capital próprio, observada a legislação aplicável. Os valores pagos a título de juros sobre o capital próprio podem ser imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

Os acionistas têm optado pelo reinvestimento dos dividendos.

Conforme Orçamento de Capital aprovado, a Companhia reinvestirá tais dividendos em: (i) a aquisição de novos veículos, destinados a atender o crescimento da demanda nos segmentos de terceirização de frotas e rent a car, mercados em que atua a Companhia; (ii) a aquisição hardware e software, destinados ao aprimoramento dos sistemas da Companhia, de forma a sustentar o crescimento desta.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio Líquido--Continuação

c) Reserva legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

d) Reserva de capital - ágio

Conforme mencionado na Nota 7, a Companhia constituiu reserva especial de ágio, no valor de R\$33.431, correspondente ao valor do benefício fiscal (66%) decorrente da amortização de ágio apurado pela antecessora Uninfra absorvido na incorporação dessa empresa. A reserva especial de ágio poderá ser capitalizada ao final de cada exercício social, na medida em que o benefício fiscal tenha sido realizado mediante uma efetiva diminuição dos tributos pagos pela Companhia. A realização fiscal desse crédito beneficia indistintamente todos os acionistas da Companhia nas datas da sua realização. O benefício fiscal realizado no período de três meses findo em 31 de março de 2008 foi de R\$ 836 (R\$ 836 em 31 de março de 2007 e R\$ 3.343 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007) e o benefício acumulado na data do encerramento do balanço é de R\$ 15.880.

e) Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, conforme previsto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, propôs a Assembléia de acionistas a retenção de parcela dos lucros, no montante de R\$ 12.605, em 31 de dezembro de 2007, composta pelo saldo dos lucros acumulados, lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal e distribuição de lucros. A reserva de retenção de lucros, de acordo com o orçamento de capital da Companhia a ser submetido em Assembléia Geral Ordinária, será destinada a investimentos para a aquisição de novos veículos, destinados a atender o crescimento da demanda do mercado em que a Companhia atua, nos segmentos de terceirização de frotas e rent a car, bem como para a aquisição de hardwares e softwares destinados ao aprimoramento dos sistemas da Companhia, de forma a sustentar seu crescimento. Adicionalmente, os acionistas da Companhia deliberaram pela retenção dos dividendos propostos na conta de reserva de retenção de lucros para futuros que serão usados para investimentos futuros.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Despesas Comerciais

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
			(não auditado)			(não auditado)
Comissões com agências	(331)	(1.578)	(427)	(331)	(1.578)	(427)
Comissões com terceirização de frota	(7)	(2.387)	(1.071)	(7)	(2.437)	(1.121)
Propaganda e marketing	(1.378)	(6.392)	(1.245)	(1.378)	(6.546)	(1.399)
Provisão para devedores duvidosos	(1.502)	(4.136)	(807)	(1.502)	(4.136)	(807)
Outras	(15)	(399)	(18)	(17)	(402)	(19)
	(3.233)	(14.892)	(3.568)	(3.235)	(15.099)	(3.773)

21. Despesas Gerais e Administrativas e Honorários da Administração

i) Gerais e administrativas

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
			(não auditado)			(não auditado)
Despesas com pessoal	(4.946)	(13.973)	(3.016)	(4.952)	(13.985)	(2.995)
Despesas com ocupação	(313)	(1.496)	(416)	(313)	(1.496)	(416)
Despesas de comunicação	(979)	(2.266)	(538)	(980)	(2.272)	(539)
Serviços de terceiros	(3.062)	(8.970)	(1.649)	(3.062)	(8.973)	(1.653)
Despesas gerais	(686)	(3.571)	(466)	(687)	(3.574)	(467)
	(9.986)	(30.276)	(6.085)	(9.994)	(30.300)	(6.070)

ii) Honorários da administração

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
			(não auditado)			(não auditado)
Remuneração da diretoria e conselho de administração	(684)	(1.374)	(372)	(684)	(1.374)	(372)
Remuneração de outros executivos	(197)	(2.337)	(589)	(197)	(2.351)	(603)
	(881)	(3.711)	(961)	(881)	(3.725)	(975)

A Assembléia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global aos diretores e membros do conselho da administração de até R\$4.268 para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 1.400 em 2007).

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Despesas Financeiras, Líquidas

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
			(não auditado)			(não auditado)
Despesas de juros	(8.588)	(32.711)	(7.275)	(8.388)	(32.754)	(7.277)
Despesas swap	(26.219)	(123.054)	(26.760)	(26.219)	(123.054)	(26.760)
Variações monetárias e cambiais passivas	(30.213)	(32.211)	(502)	(30.214)	(32.211)	(502)
CPMF	-	(3.260)	(587)	-	(3.293)	(610)
Outras despesas financeiras	(1.284)	(3.284)	(576)	(1.495)	(3.325)	(586)
Total das despesas financeiras	(66.304)	(194.520)	(35.700)	(66.316)	(194.637)	(35.735)
Receitas de juros	81	440	79	81	444	79
Receitas swap	25.510	37.370	10.286	25.510	37.370	10.286
Receitas de aplicações financeiras	710	274	503	710	274	503
Variações monetárias e cambiais ativas	23.257	92.926	11.133	23.257	92.927	11.133
Outras receitas financeiras	27	57	8	28	57	8
Total das receitas financeiras	49.585	131.067	22.009	49.586	131.072	22.009
Resultado financeiro líquido	(16.719)	(63.453)	(13.691)	(16.730)	(63.565)	(13.726)

23. Resultado Não-Operacional

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
			(não auditado)			(não auditado)
Receita na venda de veículos	73.750	282.561	59.085	73.750	282.572	59.098
Custo líquido dos veículos vendidos	(72.772)	(285.982)	(60.136)	(72.772)	(285.982)	(60.136)
Comissão retorno financiamento	2.962	8.408	1.057	2.962	8.681	1.331
Outras receitas não-operacionais	-	-	-	5	30	7
Total	3.940	4.987	6	3.945	5.301	300

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros

a) Considerações gerais

Em 31 de março de 2008, a Companhia possui empréstimos de R\$433.965 (US\$250 milhões) sujeitos a contratos de troca de índices envolvendo operações com instrumentos derivativos com a finalidade de proteção. Tais contratos prevêem a troca da variação do dólar pelo CDI.

b) Valor de mercado

O valor de mercado estimado dos instrumentos financeiros, principalmente disponibilidades, se aproxima do seu valor contábil por causa do curto prazo de vencimento desses instrumentos. Para a determinação do valor de mercado dos empréstimos e contratos de *swap*, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. Os valores estimados como “de Mercado” não representam que os ativos e passivos poderiam ser realizados ou liquidados por esses valores apresentados. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Em 31 de março de 2008, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Disponibilidades	78.955	78.955	79.103	79.103
Créditos com empresas ligadas	4.762	4.762	1.661	1.661
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	360.963	365.574	360.963	364.065
Eurobônus	109.581	117.548	109.581	117.548
Contratos de swap	64.469	60.161	64.469	60.161
Débitos com empresas ligadas	56.710	56.710	54.053	54.053

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros--Continuação

c) Fatores de risco

Os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas são os seguintes:

c.1) Risco de crédito

As políticas de locação e venda de veículos da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco).

c.2) Risco de taxa de câmbio e de juros

Os resultados da Companhia são suscetíveis a sofrer significativas variações, pois os seus financiamentos e empréstimos a pagar estão substancialmente afetados pelas variações nas taxas de juros que os remuneram e pela volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano.

A Administração monitora ativamente as variações nas taxas de juros de mercado. Com relação às flutuações da taxa de câmbio, a Companhia tem realizado operações com derivativos com fins de proteção.

Nossos derivativos trocam **fluxos financeiros**, normalmente de uma moeda estrangeira, majorado por uma taxa de juros na mesma moeda, para Reais também majorados pela taxa de juros do Certificado de Depósito Bancário de 1 dia agregado a algum *spread* (por norma corporativa, a Unidas não corre risco cambial). A tabela a seguir mostra as moedas trocadas, o cupom cambial médio no qual a empresa estava ativa e o *spread* médio no qual a empresa ficou passiva.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros--Continuação

De / Para	Contra-Parte	Média de Taxa Cupom (VC +)	Spread Médio (CDI +)
USD => BRL	BES	8,82%	2,34%
USD => BRL	Bradesco	6,05%	1,69%
USD => BRL	HSBC	8,65%	1,83%
USD => BRL	Itaú	7,09%	1,53%
USD => BRL	Real	6,95%	1,92%
USD => BRL	Safra	8,18%	2,28%
USD => BRL	Unibanco	1,74%	1,62%
JPY => BRL	Bradesco	1,20%	1,99%
JPY => BRL	Safra	3,74%	2,41%
JPY => BRL	J.SAFRA	6,12%	1,75%
JPY => BRL	Santander	2,41%	1,89%
JPY => BRL	Banco do Brasil	3,65%	1,11%
EUR => BRL	IBBA	0,00%	-4,00%
BRL => BRL	BBM	1,00%	1,94%

25. Cobertura de Seguros (não auditada)

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos com sinistros de seus ativos imobilizados, com base na avaliação dos seus consultores de seguros.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Cobertura de Seguros (não auditada)--Continuação

O valor dos seguros contratados no montante em 31 de março de 2008 e 2007 e em 31 de dezembro de 2007 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

Ativos segurados	Modalidade	Importância segurada		
		31.03.2008	31.12.2007	31.03.2007
			(não auditado)	
Veículos	Cobertura total	423.067	376.943	301.150
Veículos	Cobertura de terceiros	798.240	724.890	590.490
Predial	Cobertura total	2.800	2.800	2.800
Total		1.224.107	1.104.633	894.440

26. Alterações na Preparação e na Divulgação das Demonstrações Financeiras

Em 28/12/2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que altera e revoga dispositivos da Lei 6.404/76, conhecida como Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que iniciou em 01/01/2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com tais padrões.

As modificações na legislação societária brasileira são aplicáveis para todas as companhias constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo companhias de capital aberto, bem como estendem às sociedades de grande porte as disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

As novas práticas contábeis e as alterações introduzidas por essa Lei estão sendo objeto de avaliação e de regulamentação pela Comissão de Valores Mobiliários.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Alterações na Preparação e na Divulgação das Demonstrações Financeiras-- Continuação

Como início dessa regulamentação, foi emitida a Instrução CVM nº 469, de 02/05/2008, que faculta a aplicação imediata de todas as disposições contábeis contidas na Lei nº 11.638/07 nas demonstrações financeiras especialmente elaboradas para fins de registro na CVM nos termos do art. 7º, inciso X, da Instrução CVM nº 202/93 bem como, quanto à divulgação em nota explicativa de estimativa dos eventuais efeitos decorrentes da aplicação de todas as alterações dessa legislação no patrimônio líquido e no resultado do exercício/período.

As alterações introduzidas pela referida instrução e os impactos contemplados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31/03/2008, estão indicados a seguir:

- a) Os elementos integrantes dos ativos e passivos de longo prazo da Companhia e de suas controladas foram objeto de avaliação e foram ajustados a valor presente, quando aplicável, baseado na metodologia de conhecimento do montante a ser descontado, datas de realização (ativos) e liquidação (passivos), bem como na utilização de taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Companhia considerando o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos relacionados às operações da Companhia. A Companhia acredita que parcela significativa de seus ativos e passivos de longo prazo já vinham sendo apresentados, substancialmente, a valor presente segundo taxas de mercado e o ajuste a valor presente não apresenta impactos significativos a serem efetuados.
- b) Conforme mencionado na Nota 24, a Companhia analisou os seus instrumentos financeiros classificando-os como disponíveis para venda e efetuou a avaliação dos mesmos, sendo a diferença entre o valor contábil e o valor justo na data de transição lançada na conta de ajuste de avaliação patrimonial. Este valor será subsequentemente lançado no resultado quando da liquidação da operação ou quando houver redução de seu valor recuperável.

Efeitos no balanço patrimonial em 31/12/2007:

Em virtude das alterações acima mencionadas e com base na Deliberação CVM nº 506, a Companhia ajustou os balanços patrimoniais de 31/12/2007 e 31/03/2007, informados para fins de comparação. Os seguintes grupos de contas estão sendo ajustados:

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Alterações na Preparação e na Divulgação das Demonstrações Financeiras-- Continuação

Controladora						
	31/12/2007 (Antes da Lei 11.638)	Ajustes (*)	31/12/2007 (Após a Lei 11.638)	31/03/2007 (Antes da Lei 11.638)	Ajustes (*)	31/03/2007 (Após a Lei 11.638)
					(Não auditado)	
Ativo circulante	103.004	-	103.004	65.307	-	65.307
Ativo não-circulante	845.234	(9)	845.225	618.148	(51)	618.097
Total do Ativo	948.238	(9)	948.229	683.455	(51)	683.404
Passivo circulante	342.317	1.671	343.988	215.448	(3.434)	212.014
Passivo não circulante	223.965	6.329	230.294	186.260	10.547	196.807
Patrimônio líquido	381.956	(8.009)	373.947	281.747	(7.164)	274.583
Total do Passivo e do Patrimônio líquido	948.238	(9)	948.229	683.455	(51)	683.404

Consolidado						
	31/12/2007 (Antes da Lei 11.638)	Ajustes (*)	31/12/2007 (Após a Lei 11.638)	31/03/2007 (Antes da Lei 11.638)	Ajustes (*)	31/03/2007 (Após a Lei 11.638)
					(Não auditado)	
Ativo circulante	104.693	-	104.693	66.931	-	66.931
Ativo não-circulante	840.690	(9)	840.681	612.879	(51)	612.828
Total do Ativo	945.383	(9)	945.374	679.810	(51)	679.759
Passivo circulante	341.040	1.671	342.711	213.364	(3.434)	209.930
Passivo não circulante	222.397	6.329	228.726	184.624	10.547	195.171
Participações minoritárias	(10)		(10)	75	-	75
Patrimônio líquido	381.956	(8.009)	373.947	281.747	(7.164)	274.583
Total do Passivo e do Patrimônio líquido	945.383	(9)	945.374	679.810	(51)	679.759

(*) O ajuste a valor presente dos ativos e passivos foi realizado nas contas de fornecedores e imobilizado uma vez que os bens adquiridos permanecem no ativo nas respectivas datas. Os montantes ajustados foram de R\$51 em 31 de março de 2007 e R\$9 em 31 de dezembro de 2007. O ajuste a valor de mercado foi realizado nas contas de empréstimos e financiamentos e eurobônus (no passivo circulante e no passivo exigível a longo prazo), e na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Alterações na Preparação e na Divulgação das Demonstrações Financeiras-- Continuação

As demais alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 469 já vem sendo atendidas e/ou não são aplicáveis à Companhia e suas controladas.

27. Compromissos

A Companhia conduz, diretamente, operações de locação de carros em 17 aeroportos, enquanto seus franqueados conduzem operações de locação de veículos em outros 15 aeroportos. Essas operações em aeroportos no Brasil são efetuadas nos termos de diversos contratos de concessão outorgados pela INFRAERO, autoridades aeroportuárias estaduais e autoridades aeroportuárias municipais cujos prazos variam de 12 a 60 meses, e podem ser renovados por períodos de até 60 meses adicionais, a critério do ente público concedente.

Das mencionadas concessões feitas diretamente à Companhia, duas expiram em 2008, cinco em 2009, três em 2010, quatro em 2011, uma em 2012 e uma em 2013.

Adicionalmente, a Companhia aluga imóveis para instalação de suas lojas próprias. A tabela seguinte demonstra as obrigações de curto e longo prazos, decorrentes de compromissos de aluguel das lojas em 31 de março de 2008:

2009	3.611
2010	3.248
2011	1.829
2012	756
2013	467
TOTAL	<u>9.911</u>

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Eventos Subseqüentes

a) Abertura de capital e emissão de debêntures

A Companhia prepara-se para o processo de registro na CVM, e emissão de debêntures não conversíveis em ações no montante total de R\$250.000 com prazo final de 4 anos, e remuneração de 100% do CDI + juros máximos de 2% a.a.

A Companhia possui aprovação do Conselho de Administração e dos acionistas para efetuar um processo de oferta pública de ações (abertura de capital na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA).

b) Aumento de capital

Em 15 de maio de 2008, na presença dos acionistas que representam a totalidade do capital social e por unanimidade de votos, decidiram retificar: (i) o preço de emissão das ações no aumento de capital aprovado na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 19 de novembro de 2007, na qual constou o preço de emissão de R\$ 3,47 (três reais e quarenta e sete centavos) por ação, quando o preço de emissão seria de R\$ 3,00 (três reais) por ação; (ii) o preço de emissão das ações no aumento de capital aprovado na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 05 de março de 2008, na qual constou o preço de emissão de R\$ 3,60 (três reais e sessenta centavos) por ação, quando o preço de emissão seria de R\$ 3,00 (três reais) por ação;; (iii) aprovação da emissão de 6.958.598 (seis milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e noventa e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela acionista SAG GEST – Soluções Automóveis Globais SGPS, S.A., sendo que os demais acionistas da Companhia, Novinela B.V, SAG Automóveis Espanha S.L, Carlos Alexandre Antão Valente Coutinho, Esmeralda da Silva Santos Dourado, Pedro Roque Pinho de Almeida, António Carlos Romeiras de Lemos e Álvaro Antonio Cardoso de Souza, neste ato, renunciaram expressamente ao direito de preferência que lhes assistem para a subscrição das novas ações ora emitidas.

c) Empréstimo cedido pela controladora SAG GEST

Em 02 de junho de 2008 foi firmado um aditivo ao contrato de empréstimo mantido com a controladora SAG GEST. Através deste aditivo, a data de vencimento do contrato foi alterada de 29 de junho de 2008 para 31 de julho de 2012.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Verificar Grupo 08

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2008	4 - 31/12/2007
1	Ativo Total	1.096.815	945.374
1.01	Ativo Circulante	166.053	104.693
1.01.01	Disponibilidades	79.103	34.427
1.01.01.01	Disponibilidades e valores equivalentes	79.103	34.427
1.01.02	Créditos	60.081	50.067
1.01.02.01	Clientes	60.081	50.067
1.01.02.01.01	Contas a receber	60.081	50.067
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	26.869	20.199
1.01.04.01	Impostos e contrib. sociais a compensar	7.524	7.675
1.01.04.02	Despesas antecipadas	17.721	11.131
1.01.04.03	Outros créditos	1.624	1.393
1.02	Ativo Não Circulante	930.762	840.681
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	100.938	83.537
1.02.01.01	Créditos Diversos	14.757	15.182
1.02.01.01.01	Impostos e contrib. sociais a compensar	13.748	14.584
1.02.01.01.02	Despesas antecipadas	775	368
1.02.01.01.03	Outros Créditos	234	230
1.02.01.01.04	Depósitos judiciais	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	1.661	1.273
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	1.661	1.273
1.02.01.03	Outros	84.520	67.082
1.02.01.03.01	Bens do imobilizado não destinados a uso	84.520	67.082
1.02.02	Ativo Permanente	829.824	757.144
1.02.02.01	Investimentos	5	5
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	824.232	751.089
1.02.02.03	Intangível	0	0
1.02.02.04	Diferido	5.587	6.050

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 31/03/2008

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2008	4 - 31/12/2007
2	Passivo Total	1.096.815	945.374
2.01	Passivo Circulante	441.454	342.711
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	325.117	299.760
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	320.127	297.161
2.01.01.02	Eurobônus	4.990	2.599
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	46.243	28.452
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	3.385	2.996
2.01.04.01	Tributos a recolher	3.385	2.996
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	66.709	11.503
2.01.08.01	Salários e encargos a pagar	4.711	4.239
2.01.08.02	Outras contas a pagar	7.945	6.999
2.01.08.03	Débito com empresas ligadas	54.053	265
2.02	Passivo Não Circulante	229.145	228.726
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	229.145	228.726
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	218.166	214.717
2.02.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	105.608	100.965
2.02.01.01.02	Eurobônus	112.558	113.752
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	10.979	14.009
2.02.01.03.01	Provisão para contingências	10.979	14.009
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.03	Part. de Acionistas Não Controladores	(10)	(10)
2.04	Patrimônio Líquido	426.226	373.947
2.04.01	Capital Social Realizado	384.752	335.250
2.04.02	Reservas de Capital	33.431	33.431
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	5.005	5.266
2.04.04.01	Legal	0	0
2.04.04.02	Estatutária	13.275	13.275
2.04.04.02.01	Reservas de Lucro	13.275	13.275
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
999999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2008	4 -31/12/2007
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	(8.270)	(8.009)
2.04.04.07.01	Ajustes de avaliação patrimonial	(8.270)	(8.009)
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.038	0
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2008

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/03/2008	4 - 01/01/2008 a 31/03/2008	5 - 01/01/2007 a 31/03/2007	6 - 01/01/2007 a 31/03/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	72.283	72.283	53.112	53.112
3.02	Deduções da Receita Bruta	(9.631)	(9.631)	(5.601)	(5.601)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	62.652	62.652	47.511	47.511
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(29.614)	(29.614)	(18.996)	(18.996)
3.05	Resultado Bruto	33.038	33.038	28.515	28.515
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(33.203)	(33.203)	(26.324)	(26.324)
3.06.01	Com Vendas	(3.235)	(3.235)	(3.773)	(3.773)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(9.994)	(9.994)	(6.070)	(6.070)
3.06.03	Financeiras	(16.730)	(16.730)	(13.726)	(13.726)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	0	0	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(16.730)	(16.730)	(13.726)	(13.726)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.04.01	Rev. prov. manut. da integridade do PL	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(3.244)	(3.244)	(2.755)	(2.755)
3.06.05.01	Honorários da Administração	(881)	(881)	(975)	(975)
3.06.05.02	Depreciação e amortização	(872)	(872)	(710)	(710)
3.06.05.03	Amortização de Ágio e Deságio	(836)	(836)	(836)	(836)
3.06.05.04	Outras despesas líquidas	(655)	(655)	(234)	(234)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	(165)	(165)	2.191	2.191
3.08	Resultado Não Operacional	3.945	3.945	300	300
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	3.780	3.780	2.491	2.491
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(742)	(742)	(285)	(285)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	(29)	(29)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS S/A	3 - CNPJ 04.437.534/0001-30
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/03/2008	4 - 01/01/2008 a 31/03/2008	5 - 01/01/2007 a 31/03/2007	6 - 01/01/2007 a 31/03/2007
3.12.01	Participações		0	0	(29)
3.12.02	Contribuições		0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio		0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores		0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	3.038	3.038	2.177	2.177
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	128.292.051	128.292.051	242.036.306	242.036.306
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,02368	0,02368	0,00899	0,00899
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Dados Operacionais Consolidados

	1T 07	1T 08	Var.
Frota Média Operacional			
- Terceirização de Frotas	13.691	19.278	41%
- Locação de Carros	3.472	4.262	23%
Idade Média da Frota	13,0	11,7	-10%
Frota no Final do Período	22.613	32.192	42%
Número de Carros Comprados	2.025	4.971	145%
Preço Médio dos Carros Comprados (R\$ mil)	26,5	27,2	3%

Receitas Líquidas de Aluguéis e Prestação de Serviços

	1T 07	1T 08	Var.
Receita Bruta de Terceirização de Frotas	37,1	53,5	44%
Receita Bruta de Aluguel de Carros	16,0	18,8	18%
Receita Bruta Total	53,1	72,3	36%

As receitas provenientes de aluguéis de carros e prestação de serviços aumentaram 36% entre os 1ºs trimestres de 2007 e 2008, passando de R\$ 53,1 milhões para R\$ 72,3 milhões.

Análise por negócio:

1. Terceirização de frotas: a receita bruta no 1º trimestre de 2008 totalizou R\$ 53,5 milhões, um crescimento de 44% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando a receita bruta auferida foi de R\$ 37,1 milhões. A frota no período cresceu 41%;
2. Aluguel de carros: a receita bruta no 1º trimestre de 2008 totalizou R\$ 18,8 milhões, um crescimento de 18% em relação aos R\$ 16,0 milhões registrados no mesmo período do ano anterior. A frota cresceu 23% na mesma base de comparação.

Custos dos Aluguéis e Serviços Prestados

	1T 07	1T 08	Var.
Custos dos Aluguéis e Serviços Prestados	(18,8)	(29,6)	57%
% da Receita Líquida	40%	48%	8 p.p.

Os custos dos aluguéis e serviços aumentaram de R\$18,8 milhões em 31 de março de 2007 para R\$29,6 milhões em 31 de março de 2008, um aumento de R\$ 10,8 milhões, ou 57%. Isso pode ser explicado por um aumento de R\$3,2 milhões nas despesas de depreciação de veículos, R\$4,5 milhões com despesas de manutenção de veículos e seguros de autos e R\$2,4 milhões nas despesas de estrutura (salários, ocupação, etc.) diretamente ligados à operação.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas

	1T 07	1T 08	Var.
Despesas Comerciais	(3,8)	(3,2)	-16%
Despesas Gerais e Administrativas	(6,1)	(10,0)	66%
Honorários da Administração	(1,0)	(0,9)	-10%
Total	(10,8)	(14,1)	31%
% da Receita Líquida	22,7%	22,5%	-0,2 p.p.

As despesas comerciais, gerais e administrativas apresentaram um aumento de 31% entre o no 1º trimestre de 2008 e mesmo período do ano anterior, saindo de R\$ 10,8 milhões para R\$ 14,1 milhões. A representatividade sobre a receita líquida apresentou uma redução de 0,2 p.p..

As Despesas Comerciais diminuíram de R\$3,8 milhões em 31 de março de 2007 para R\$3,2 milhões no mesmo período em 2008, uma diminuição de R\$ 0,6 milhões, ou 16%. Tal diminuição decorreu da mudança no critério de contabilização das comissões da equipe comercial, que passaram a integrar as despesas com pessoal (despesas gerais e administrativas) e deixaram de compor os custos comerciais.

As Despesas Gerais e Administrativas aumentaram de R\$6,1 milhões nos três primeiros meses em 2007 para R\$10,0 milhões no mesmo período em 2008, um aumento de R\$4,0 milhões, ou 66%. Tal aumento pode ser justificado parcialmente pelo aumento das despesas com pessoal, em decorrência da reclassificação das comissões comerciais, e também pelo crescimento da rubrica Serviços de Terceiros, que reflete a contratação de consultorias para orientarem a empresa na estruturação de seus processos mesmo enfrentando crescimento acelerado.

Custos de Propriedade

	1T 07	1T 08	Var.
Depreciação e Amortização	(0,7)	(0,9)	23%
% da Receita Líquida	1%	1%	0 p.p.
Despesas Financeiras, líquidas	(13,7)	(16,7)	22%
% da Receita Líquida	29%	27%	-2 p.p.
Total	(14,4)	(17,6)	20%
% da Receita Líquida	30%	28%	-2 p.p.

Os custos de propriedade variaram de R\$ 14,4 milhões para 17,3 milhões, representando um aumento de 20%, entre os 1ºs trimestres de 2007 e 2008. Esse aumento pode ser explicado pelo aumento das Despesas Financeiras Líquidas, de R\$13,7 milhões em 31 de março de 2007 para R\$16,5 milhões no mesmo período em 2008, um aumento de R\$2,7 milhões ou 20%. Tal fato decorre do aumento de 38,0% da dívida líquida média, necessário para suporte da operação

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

(compra de veículos) combinado com uma queda de 14,9% na taxa de juros (CDI) efetiva do período.

Os dados relativos à frota, idade da frota, número de carros comprados, não foram revisados pelos auditores independentes.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS S/A	3 - CNPJ 04.437.534/0001-30
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL	9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR	(Unidades)		
01	UNIDAS FRANQUIAS DO BRASIL S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	07.462.626/0001-69	FECHADA CONTROLADA	99,99	0,50
		9.999			9.999
02	UNIMAT COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	01.079.210/0001-80	FECHADA CONTROLADA	99,99	-0,20
		99.999			99.999
03	UNIDAS COMERCIAL DE VEICULOS LTDA EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	07.754.767/0001-55	FECHADA CONTROLADA	99,00	-0,30
		99.000			99.000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	1
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2008/026
4 - DATA DO REGISTRO CVM	29/07/2008
5 - SÉRIE EMITIDA	UN
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/06/2008
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/06/2012
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	2,75
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	250.000.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	25.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	0
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

15.01 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

Um montante estimado em 80% dos recursos provenientes da primeira oferta de debêntures simples da Unidas ("Oferta"), equivalente a cerca de R\$200,0 milhões, será prioritariamente utilizado para abater parte do endividamento da Companhia.

As dívidas selecionadas são aquelas com prazos de vencimento entre 31 de julho de 2008 e 31 de julho de 2009, sujeitas a taxas de juros que variam entre CDI+1,44% e CDI+3,25%, as quais são integralmente referentes a financiamentos contraídos para aquisição de veículos para a nossa frota, dos nossos principais fornecedores.

Além disso, um montante estimado em 20% dos recursos provenientes da Oferta, equivalente a aproximadamente R\$50,0 milhões, será utilizado na aquisição de veículos, no curso normal dos negócios da Companhia, e para reforçar seu capital de giro. A maioria dos veículos a adquirir se destinarão ao negócio de terceirização de frotas, de forma a apoiar a estratégia de crescimento da Companhia. Nesse negócio, geralmente são os clientes que definem as especificações dos veículos que são adquiridos para a locação, de acordo com suas preferências e necessidades. A Companhia irá também adquirir veículos para aumentar a frota de locação de carros disponível em suas lojas próprias e franqueadas.

A tabela abaixo resume os percentuais aproximados das destinações que a Companhia pretende dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta:

Uso	Percentual
Pagamento de dívidas de curto prazo	80%
Aquisição de veículos novos e Capital de giro	20%
Total	100%

Com relação ao orçamento de capital, no intuito de sedimentar sua participação no mercado brasileiro, bem como ampliá-la, em 3 de julho de 2008 os acionistas da Companhia aprovaram orçamento de capital que consiste em investimentos para (i) a aquisição de novos veículos, destinados a atender o crescimento da demanda nos segmentos de terceirização de frotas e *rent a car*, mercados em que atua a Companhia; (ii) a aquisição *hardware* e *software*, destinados ao aprimoramento dos sistemas da Companhia, de forma a sustentar o crescimento desta.

Utilização dos Recursos	R\$ 11.820 milhões
Aquisição de novos Veículos	R\$ 11.763.264,00
Aquisição de hardware e software	R\$ 56.736,00
Total	R\$ 11.820 milhões

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Antes de tomar uma decisão de investimento nos valores mobiliários a serem ofertados no âmbito da Oferta, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis no Prospecto da Primeira Emissão de Debêntures Simples da Unidas e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos aqui. Caso qualquer dos riscos e incertezas aqui descritos efetivamente venha a ocorrer, os negócios, a situação financeira e/ou os resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados de forma adversa. Os fatores de risco descritos abaixo refletem a situação atual da Companhia.

RISCOS RELACIONADOS A FATORES MACROECONÔMICOS

A Companhia atua no mercado brasileiro, estando sujeita, portanto, aos efeitos da política econômica do Governo Federal.

Freqüentemente, o Governo Federal intervém na economia do país, realizando, ocasionalmente, mudanças drásticas e repentinas na política econômica. As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar políticas econômicas e monetárias têm envolvido alterações nas taxas de juros, flutuação da moeda, controle de câmbio, tarifas e limites à importação, controles no consumo de energia elétrica, entre outras medidas. Essas políticas, bem como algumas condições macroeconômicas, causaram efeitos significativos na economia brasileira, assim como no mercado de capitais brasileiro.

Além disso, discute-se atualmente no Congresso Nacional diversas reformas e/ou medidas que poderão ser aprovadas e implementadas pelo Governo Federal, dentre elas: (i) a reforma tributária, parcialmente implementada; e (ii) a reforma da legislação trabalhista.

Adicionalmente, não há como prever quais diretrizes das políticas econômica e monetária serão adotadas pelo Governo Federal e quais serão os impactos dessas medidas sobre a Companhia.

A adoção de medidas que possam resultar em eventuais flutuações da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, instabilidade social, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal poderão impactar negativamente os negócios, a condição financeira, a capacidade de geração de caixa e os resultados operacionais da Companhia.

A inflação e certas medidas governamentais para contê-la podem ter efeitos adversos sobre a economia brasileira, o mercado de valores mobiliários brasileiro e/ou os negócios da Companhia.

O Brasil experimentou, no passado, taxas de inflação bastante elevadas, que foram reduzidas com a implementação do Plano Real, em 1994. A moeda brasileira, historicamente, vem apresentando desvalorizações freqüentes, criando, assim, pressões inflacionárias adicionais no Brasil, o que resulta na necessidade de adoção de políticas recessivas pelo Governo Federal para conter a demanda agregada.

A inflação, juntamente com medidas governamentais destinadas a combatê-la e as especulações acerca dessas medidas, tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira no passado recente. Em 30 de junho de 1999, o CMN fixou os valores de 3,5%, 4,0%, 5,5%, 4,5%, 4,5% e 4,5% como metas para a variação do IPCA para os anos de 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007 respectivamente, com intervalos de tolerância de dois pontos percentuais acima e abaixo das metas centrais retromencionadas. Nos anos de 2002, 2003 e 2004 entretanto, as

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

metas não foram cumpridas, tendo a inflação atingido 12,5%, em 2002, 9,3%, em 2003, e 7,6%, em 2004. Em 2005, 2006 e 2007, o IPCA foi de 5,7%, 3,1% e 4,5%, respectivamente, tendo sido cumprida a meta.

A inflação medida pelo IGPM foi de 25,3%, 8,7%, 12,4%, 1,2%, 3,8% e 7,8% em 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007 respectivamente.

Caso as taxas de inflação voltem a aumentar, os negócios da Companhia, sua condição financeira e o resultado de suas operações poderão ser afetados negativamente.

Efeitos das Flutuações das Taxas de Câmbio.

A moeda brasileira tem historicamente sofrido freqüentes desvalorizações. No passado, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e fez uso de diferentes políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, pequenas desvalorizações periódicas (durante as quais a freqüência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de câmbio flutuante, controles cambiais e dois mercados de câmbio. As desvalorizações cambiais em períodos de tempo mais recentes resultaram em flutuações significativas nas taxas de câmbio do Real frente ao Dólar em outras moedas. Em 31 de dezembro de 2006, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$2,14 por US\$1,00, o que representa uma valorização do Real de 9,5% desde 31 de dezembro de 2005. Em 31 de dezembro de 2007, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$1,77 por US\$1,00. Não é possível assegurar que a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar irá permanecer nos níveis atuais. Para todas as dívidas contratadas em moeda estrangeira, a Companhia contrata também um derivativo para a proteção cambial, normalmente um *swap*. Dessa forma, os resultados operacionais da Companhia não são diretamente afetados pelas variações cambiais.

A variação das taxas de juros poderá ter um efeito prejudicial sobre as atividades e resultados operacionais da Companhia.

O Comitê de Política Monetária – COPOM estabelece as metas das taxas de juros básicas para o sistema financeiro brasileiro. Em anos recentes, a taxa de juros básica tem oscilado, tendo chegado a, aproximadamente, 45,0% em março de 1999, e caído para 15,25%, em 17 de janeiro de 2001. De fevereiro a julho de 2002, o COPOM diminuiu a taxa básica de juros de 19,0% para 18,0%. De outubro de 2002 a fevereiro de 2003, o COPOM aumentou a taxa básica de juros em 8,5 pontos percentuais, para 26,5%, em 19 de fevereiro de 2003. A taxa básica de juros permaneceu em alta até junho de 2003, quando o COPOM iniciou a trajetória de decréscimo da taxa de juros básica. Posteriormente, ao longo dos anos de 2004, 2005 e 2006, a taxa de juros básica voltou a sofrer variações por decisão do COPOM, sendo que, em 11 de junho de 2008, a taxa básica de juros era de 12,25% ao ano.

A elevação das taxas de juros poderá ter impacto negativo no resultado da Companhia na medida em que pode inibir o crescimento econômico, diminuindo a demandas pelas atividades da Companhia.

A deterioração das condições econômicas e de mercado em outros países, principalmente nos mercados considerados emergentes, pode afetar negativamente a economia brasileira e os negócios da Companhia.

A economia brasileira e as companhias brasileiras têm sido impactadas, em diferentes intensidades, pelas condições econômicas de outros países. Mesmo que as condições econômicas

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um país pode levar o mercado de capitais de outros países a sofrer flutuações. No passado recente, eventos políticos, econômicos e sociais em países de economia emergente, incluindo os da América Latina, afetaram adversamente a disponibilidade de crédito para empresas brasileiras no mercado externo, resultando em saída significativa de recursos do País e na diminuição na quantidade de moeda estrangeira investida no País.

Não há como garantir que futuros acontecimentos em outros países, principalmente os emergentes, não afetarão a oferta de crédito às companhias brasileiras, podendo, deste modo, vir a afetar negativamente a oferta de crédito para a Companhia, podendo, ainda, resultar em impacto material adverso nos seus resultados.

RISCOS RELACIONADOS À COMPANHIA E AO SETOR

A Companhia está sujeita ao risco de não renovação de contratos de terceirização e gerenciamento de frotas com seus principais clientes.

No negócio de terceirização e gerenciamento de frotas, os 20 maiores clientes da Companhia representam aproximadamente 50,0% de suas receitas brutas e frota. A não renovação de contratos de terceirização e gerenciamento de frotas com tais clientes poderá resultar em uma redução significativa na receita da Companhia e, conseqüentemente, poderá impactar adversamente os negócios, condição financeira e resultados da Companhia.

Os resultados da Companhia podem ser afetados pelo aumento do custo de aquisição de carros novos.

A frota de carros da Companhia é renovada constantemente, após um período de utilização de cada carro de aproximadamente 12 meses, no caso de carros disponibilizados para locação, e de 12 a 36 meses no caso de carros disponibilizados para terceirização de frotas. A Companhia tem se beneficiado de descontos na compra de carros novos em virtude de seu grande volume de compras de tais carros. Os resultados da Companhia podem ser afetados caso se verifique um aumento no custo de aquisição de carros novos, que pode ser provocado quer pelo aumento na demanda por carros novos quer por uma alteração na política de venda praticada pelos fabricantes.

No caso de um aumento na demanda pela compra de carros novos, o que, conseqüentemente, reduzirá a capacidade disponível de produção dos fabricantes de carros no Brasil, ou uma mudança desfavorável na política de venda de carros às empresas de locação de carros e terceirização de frotas, a Companhia poderá não mais gozar da vantagem de obter tais descontos. Como os preços cobrados pela Companhia de seus clientes nas atividades de locação de carros e terceirização de frotas levam em consideração o custo de aquisição de carros novos, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente impactados nas referidas hipóteses.

A diminuição na demanda por carros usados pode impactar adversamente os negócios da Companhia.

Os fabricantes de carros no Brasil não oferecem garantias de recompra de carros usados às empresas que atuam nos segmentos de terceirização de frotas e locação de carros, para protegê-las contra condições desfavoráveis no mercado de comercialização de carros usados. Dessa forma, a venda de carros usados pela Companhia complementa seus negócios de terceirização de frotas e locação de carros.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

No caso de uma redução na demanda por carros usados, os negócios da Companhia podem ser adversamente impactados em razão da redução de sua capacidade de vender os carros usados de sua frota. Ademais, uma redução no valor de venda de carros usados no mercado poderá afetar adversamente os resultados da Companhia, tendo em vista que os preços cobrados pela Companhia de seus clientes nas atividades de locação de carros e terceirização de frotas levam em consideração o valor antecipado de venda dos carros usados.

Os negócios de terceirização e gerenciamento de frotas e de locação de carros são altamente competitivos.

A indústria de terceirização e gerenciamento de frotas e de locação de carros é altamente competitiva, tanto em termos de preços como em termos de atendimento. A Companhia enfrenta a concorrência de locadoras de veículos nacionais e estrangeiras, de diferentes portes.

No negócio de terceirização e gerenciamento de frotas, além de a Companhia concorrer com os mesmos *players* do ramo de locação de carros, também concorre com empresas que se dedicam exclusivamente ao negócio de terceirização e gerenciamento de frotas.

No setor em que a Companhia atua, existiam, no final de 2007, cerca de 1.900 empresas em operação no Brasil, de acordo com a ABLA. Alguns dos concorrentes da Companhia são estrangeiros e contam com significativos recursos financeiros, podendo suportar estratégias de expansão de sua participação de mercado através de políticas comerciais mais agressivas.

O ambiente competitivo neste mercado poderá implicar uma queda de demanda pelos negócios operados pela Companhia ou um aumento nos custos de captação ou retenção de clientes, afetando adversamente o crescimento e a lucratividade da Companhia. Além disso, pelos motivos apontados acima, a Companhia não pode garantir que será capaz de manter ou aumentar sua participação de mercado nos segmentos em que atua, em linha com sua atual estratégia, em especial no negócio de terceirização de frotas, o que pode afetar adversamente seus resultados operacionais.

A redução no ritmo de expansão da economia pode reduzir a demanda por serviços no negócio de locação de carros.

Os resultados das operações de locação de carros da Companhia são fortemente afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil. Uma diminuição da atividade econômica brasileira tipicamente resulta em uma redução nas viagens de lazer e de negócios e, conseqüentemente, no volume de operações no negócio de locação de carros. Caso venha a ocorrer um declínio da demanda por locação de carros, a Companhia poderá ter que reduzir suas tarifas de locação ou o tamanho de sua frota para manter sua competitividade. Estes e outros fatores poderão afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

Os resultados do negócio de locação de carros da Companhia conduzido em aeroportos representa uma parte substancial de suas receitas atreladas a este segmento. Uma diminuição no fluxo de passageiros em aeroportos, provocada por uma diminuição da atividade econômica poderá afetar adversamente os negócios da Companhia, sua condição financeira, seus resultados operacionais e suas perspectivas no negócio de locação de carros.

Adicionalmente, eventos como greves, aumento substancial no preço das passagens aéreas, aumento da violência, acidentes aéreos, incidentes terroristas e ocorrências naturais, podem

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

também contribuir para uma diminuição do fluxo de passageiros em aeroportos, afetando adversamente os negócios da Companhia.

A Companhia está sujeita ao risco de não renovação da concessão em aeroportos.

No Brasil, a Companhia conduz, diretamente, operações de locação de carros em 16 aeroportos, enquanto seus franqueados conduzem operações de locação de veículos em outros 16 aeroportos. Recentemente a INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária outorgou um novo contrato de concessão à Companhia, para o Aeroporto Pinto Martins, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, o qual está em fase de formalização. A Companhia conduz operações em aeroportos no Brasil nos termos de diversos contratos de concessão outorgados pela INFRAERO, autoridades aeroportuárias estaduais e autoridades aeroportuárias municipais. Tais contratos de concessão de uso de área estão sujeitos a procedimentos de licitação quando de seus termos. Os prazos dos contratos de concessão federais celebrados com a INFRAERO, estaduais e municipais variam de 12 a 60 meses, e podem ser renovados por períodos de até 60 meses adicionais, a critério do ente público concedente. Alguns contratos de concessão com autoridades aeroportuárias municipais e entidades privadas em pequenos municípios vigoram por prazo indeterminado. Das mencionadas concessões feitas diretamente à Companhia, cinco expiram em 2009, três em 2010, quatro em 2011, uma em 2012 e três em 2013.

A Companhia não pode prever se continuará a ter sucesso nas licitações para concessões de áreas em aeroportos, nem que obterá êxito na renovação das concessões já obtidas. A não renovação de um número significativo de concessões de uso de área em aeroportos de pequeno porte ou a perda de qualquer concessão em aeroportos maiores poderá gerar uma queda expressiva nas receitas da Companhia no negócio de locação de carros, impactando adversamente seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais.

O negócio da Companhia requer capital intensivo de longo prazo para financiamento da renovação de sua frota e implementação de sua estratégia de crescimento.

A competitividade e a implementação da estratégia de crescimento da Companhia, bem como a competitividade de seu negócio, dependem de sua capacidade de captar recursos para realizar investimentos, renovar e expandir sua frota. A capacidade da Companhia de financiar a renovação de sua frota depende, por sua vez, de sua performance operacional e de sua capacidade de captar recursos.

Não é possível garantir que a Companhia será capaz de obter financiamento em quantidades ou com condições suficientes para custear seus investimentos de capital e sua estratégia de expansão, seja por condições macroeconômicas adversas, seja pelo seu desempenho ou por outros fatores externos ao ambiente da Companhia, o que poderá afetar adversamente sua capacidade de implementar com sucesso sua estratégia de crescimento.

Falhas na renovação da frota podem fazer com que seus negócios de terceirização de frotas e locação de carros se tornem menos competitivos.

A Companhia pode ser adversamente afetada por variações na taxa de juros.

Em 31 de março de 2008, a Companhia tinha um endividamento total no valor de R\$597,3 milhões. Todo o endividamento da Companhia (incluindo seu endividamento denominado em moeda estrangeira) está sujeito a variações da taxa de juros, especificamente do CDI, já

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

contemplados os efeitos das operações de *swap*. Oscilações nas taxas de juros correntes decorrem de diversos fatores fora do controle da Companhia. Caso as taxas de juros aumentem significativamente, as despesas financeiras da Companhia aumentarão e sua capacidade de obter financiamentos poderá diminuir, o que poderá afetar adversamente seus resultados.

Aproximadamente 31% da frota da Companhia foi oferecida em garantia de empréstimos e financiamentos.

Aproximadamente 31% da frota própria da Companhia foi oferecida em garantia de suas operações de empréstimo e financiamento, sob o regime de alienação fiduciária em garantia. O montante total do saldo devedor em suas operações de empréstimo e financiamento, na presente data, é de aproximadamente R\$597,3 milhões. Caso a Companhia não seja capaz de cumprir suas obrigações previstas em tais operações, a totalidade ou parte dos veículos oferecidos em garantia poderá ser retomada pelos respectivos credores e, portanto, não mais estará disponível para sua utilização, o que poderá afetar adversamente suas atividades e resultados.

A Companhia não mantém seguro contra determinados riscos.

A Companhia pode ser obrigada a pagar indenizações significativas por danos pessoais ou materiais que resultem do uso dos carros locados por ela. Ademais, os carros podem sofrer avarias ou podem ser furtados ou roubados. No segmento de locação de carros, a Companhia não mantém apólices de seguro para cobrir os custos de tais sinistros ou para cobrir o conserto ou substituição de carros avariados, furtados ou roubados, exceto seguros para cobrir reclamações de terceiros que tenham um valor mínimo de R\$30,0 mil e máximo de R\$50,0 mil, por sinistro. Em 2006 e 2007 houve, respectivamente, 3.570 e 2.791 eventos não cobertos por apólices de seguros, os quais representaram prejuízos totais no montante de aproximadamente R\$2,0 milhões e R\$2,2 milhões, respectivamente.

A Companhia pode se ver exposta a responsabilidades pelas quais não está segurada e, caso não seja capaz de recuperar tais valores, poderá sofrer um impacto adverso em suas receitas e lucratividade.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados com disputas judiciais e administrativas, as quais podem afetar de forma adversa seus resultados.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e procedimentos administrativos decorrentes do curso normal de seus negócios. Decisões ou acordos desfavoráveis com relação a esses processos ou disputas judiciais poderão resultar em desembolsos de caixa relevantes para a Companhia, o que poderá afetar a sua condição financeira de forma negativa. Em 31 de março de 2008, a Companhia mantinha provisões no valor total de R\$8,6 milhões e depósitos judiciais no valor total de R\$0,3 milhão, constituídas com base em opiniões de seus advogados acerca das chances de decisões desfavoráveis à Companhia. A provisão contábil da Companhia representa aproximadamente 61% do valor total dos processos judiciais e procedimentos administrativos em que está envolvida. Decisões ou acordos desfavoráveis em montantes superiores aos provisionados pela Companhia poderão ter um efeito adverso nos resultados da Companhia.

A Companhia é dependente de seus sistemas de comunicação e informação.

Para realização de suas atividades, a Companhia depende de sistemas eletrônicos e de comunicação e informação, para o adequado controle de sua frota e de seus clientes. Quaisquer

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

falhas nesses sistemas eletrônicos podem dificultar o processo de locação de carros, podendo resultar nomeadamente em perda de reservas, e interferir na habilidade da Companhia de gerir frotas, com possíveis efeitos negativos em seus negócios e resultados. Adicionalmente, a base de dados da Companhia contém informações sobre indivíduos e empresas que são críticas para o seu negócio, e a perda ou vazamento dessas informações para terceiros pode ter um efeito negativo para a Companhia.

A perda de membros da alta administração da Companhia, ou a incapacidade da Companhia de atrair e manter a sua alta administração, pode ter um efeito adverso relevante sobre a sua situação financeira e resultados operacionais.

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em boa medida dos serviços da sua alta administração. Os atuais membros da alta administração da Companhia não estão sujeitos a contrato de trabalho de longo prazo ou a pacto de não-concorrência. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em manter tais pessoas, assim como atrair pessoas com igual qualificação para integrar sua alta administração. Tal fato pode ter um efeito adverso relevante sobre a sua situação financeira e resultados operacionais.

RISCOS RELACIONADOS À OFERTA

A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro para negociação de debêntures poderá dificultar a venda das Debêntures.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta historicamente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Debêntures que permita aos seus subscritores sua alienação, caso estes assim decidam. Dessa forma, os titulares de Debêntures emitidas no âmbito da Oferta podem ter dificuldade em realizar a venda das Debêntures no mercado secundário.

As obrigações da Companhia constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Companhia, com relação às respectivas Debêntures, tais como pedido de recuperação judicial, ou de autofalência pela Companhia, não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão, perda de concessões e vencimento antecipado de outras dívidas. Não há garantias de que a Companhia disporá de recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações, caso em que a Companhia poderá sofrer um impacto negativo relevante nos seus resultados e operações.

Súmula nº 176 do Superior Tribunal de Justiça.

O Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 176, declarando ser “*nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de juros divulgada pela ANBID/CETIP*”. As Debêntures serão remuneradas com referência à taxa paga aos Depósitos Interbancários – DI, divulgada diariamente pela CETIP.

Apesar de a referida súmula não vincular as decisões do Poder Judiciário, existe a possibilidade de, numa eventual disputa judicial, a validade da estipulação da Taxa DI ser questionada.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Eventual rebaixamento na classificação de risco da Oferta poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.

Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Companhia são levados em consideração, tais como sua condição financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, características da Oferta e das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Companhia e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Companhia. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Companhia de honrar seus compromissos financeiros, tais como o pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação à Oferta durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço desses valores mobiliários e sua negociação no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco obtidas com relação às Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

Informações Acerca do Futuro da Unidas.

O Prospecto da Primeira Emissão de Debêntures da Companhia contém informações acerca das perspectivas do futuro da Unidas que refletem as opiniões da Companhia em relação a desenvolvimentos futuros e que, como em qualquer atividade econômica, envolvem riscos e incertezas. Embora a Companhia acredite que as informações acerca das perspectivas do seu futuro sejam baseadas em convicções e expectativas razoáveis, não pode haver garantia de que o desempenho futuro seja consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos na Seção Fatores de Risco, e em outras seções do Prospecto. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações acerca do futuro da Companhia e não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. A Companhia não assume nenhuma obrigação de atualizar ou revisar qualquer informação acerca das perspectivas de seu futuro.

A Emissora pode não conseguir transferir, dentro do prazo estipulado, ao Agente Fiduciário, em alienação fiduciária, veículos em valor suficiente para garantir o saldo devedor das Obrigações Garantidas, o que, acontecendo, provocará o vencimento antecipado das Debêntures.

A Emissora se comprometeu, de forma irrevogável e irretratável, durante todo o prazo em que as obrigações decorrentes da Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação (Obrigações Garantidas) estiverem vigentes, a transferir e manter em alienação fiduciária, em favor do Agente Fiduciário, nos termos da cláusula 4.4. da Escritura de Emissão, e do Contrato de Alienação, uma quantidade de Bens com Valor de Avaliação (conforme definido na Cláusula 1.5. do Contrato de Alienação) equivalente a 100% (cem por cento) do saldo devedor das Obrigações Garantidas, que será igual ao valor da dívida ainda pendente, apurado trimestralmente pelo Agente Fiduciário. Nesta data, a Emissora não ofereceu nenhum veículo em garantia. A Emissora pode não conseguir transferir, dentro do prazo estipulado, ao Agente Fiduciário, em alienação fiduciária, veículos em

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

valor suficiente para garantir o saldo devedor das Obrigações Garantidas, o que, acontecendo, provocará o vencimento antecipado das Debêntures.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e Acionistas da

UNIDAS S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da UNIDAS S.A. e os balanços patrimoniais consolidados da UNIDAS S.A. e empresas controladas, levantados em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro 2007, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao período de três meses e exercício findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e empresas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia e empresas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UNIDAS S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada da UNIDAS S.A. e empresas controladas em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro 2007, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes ao período de três meses e ao exercício findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a Instrução CVM 469/08.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

4. Conforme mencionado na nota explicativa 26, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº. 11.638, com vigência a partir de 1º. de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas pelas companhias. Dessa forma, nessa fase de transição, a CVM, por meio da Instrução CVM nº 469/08, facultou a não-aplicação de todas as disposições da Lei nº 11.638/07 na preparação das demonstrações financeiras interinas. Assim, as demonstrações financeiras do período de três meses findos em 31 de março de 2008 e exercício findo em 31 de dezembro de 2007, foram elaboradas de acordo com instruções específicas da CVM e não contemplam todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07. As demonstrações financeiras para o período de três meses findo em 31 de março de 2007, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas para incluir as mudanças das práticas contábeis introduzidas em 2008.
4. As demonstrações financeiras para o período de três meses findo em 31 de março de 2007, apresentadas para fins de comparabilidade, foram por nós revisadas sobre as quais emitimos relatório de revisão especial datado de 19 de outubro de 2007.

São Paulo (SP), 13 de junho de 2008

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Fernando Alberto Schwartz Magalhães	Shirley Silva
Contador CRC-1SP133.169/O-0	Contador CRC-1BA022650/O-0-S-SP

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

18.02 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA/COLIGADA

Controlada/Coligada : UNIDAS FRANQUIAS DO BRASIL S.A.

Atualmente, a Unidas Franquias do Brasil S/A está em processo de reestruturação societária, por forma a se reforçar a intervenção desta sociedade no apoio ao desenvolvimento das atividades de franquias das Unidas S/A.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

18.02 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA/COLIGADA

Controlada/Coligada : UNIMAT COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA

Atualmente, a Unimat está em processo de reestruturação societária, por forma a se reforçar a intervenção desta sociedade no apoio ao desenvolvimento das atividades de locação de carros e sistema de franquias das Unidas S/A.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

18.02 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA/COLIGADA

Controlada/Coligada : UNIDAS COMERCIAL DE VEICULOS LTDA

Atualmente, a Unidas Comercial de Veículos Ltda. está em processo de definição estratégica de atuação, pelo que não tem ainda atividades a registrar.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	NOTAS EXPLICATIVAS	9
05	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	57
06	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	58
06	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	59
07	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	61
08	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	63
09	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	66
10	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	67
12	01	COMENTÁRIO SOBRE O COMPORTAMENTO DAS PROJEÇÕES EMPRESARIAIS	68
13	01	PROJEÇÕES EMPRESARIAIS	69
15	01	PROJETOS DE INVESTIMENTO	70
16	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	71
17	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	79
		UNIDAS FRANQUIAS DO BRASIL S.A.	
18	02	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA/COLIGADA	81
		UNIMAT COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA	
18	02	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA/COLIGADA	82
		UNIDAS COMERCIAL DE VEICULOS LTDA	
18	02	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA/COLIGADA	83
		VERIFICAÇÃO DE ERROS	84/85

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas da Emissora relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2007, com respectivo Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS S/A	3 - CNPJ 04.437.534/0001-30
4 - NIRE 35300186-281		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua da Consolação, 347		2 - BAIRRO OU DISTRITO Centro	
3 - CEP 01301-000	4 - MUNICÍPIO São Paulo		5 - UF SP
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 3155-5901	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
11 - DDD 011	12 - FAX 3255-1810	13 - FAX -	10 - TELEX -
15 - E-MAIL carlos.malagoni@unidas.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Carlos Eduardo Malagoni			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Cincinato Braga 340 - 7º andar		3 - BAIRRO OU DISTRITO Bela Vista	
4 - CEP 01333-010	5 - MUNICÍPIO São Paulo		6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 3147-5778	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
12 - DDD 011	13 - FAX 3147-5713	14 - FAX -	11 - TELEX -
16 - E-MAIL ri@unidas.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2007	31/12/2007
2 - Penúltimo	01/01/2006	31/12/2006
3 - Antepenúltimo	01/01/2005	31/12/2005
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR ERNEST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES		5 - CÓDIGO CVM 00471-5
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Aurivaldo Coimbra de Oliveira		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 270.967.698-20

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2007	2 31/12/2006	3 31/12/2005
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	335.250.440	231.914.175	142.036.306
2 - Preferenciais	0	10.122.131	0
3 - Total	335.250.440	242.036.306	142.036.306
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Estrangeira
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1140 - Serviços Transporte e Logística
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Soluções de gestão e locação de veículos. Como atividade acessória, atuamos na desmobilização dos carros anteriormente utilizados em nossa frota.
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Total

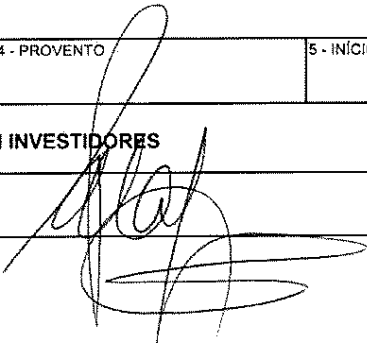
01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
07/07/2008	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
1	Ativo Total	948.238	707.783	465.657
1.01	Ativo Circulante	103.004	84.063	53.204
1.01.01	Disponibilidades	34.212	45.660	20.503
1.01.02	Créditos	48.825	24.897	22.936
1.01.02.01	Clientes	48.825	24.897	22.936
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	19.967	13.506	9.765
1.01.04.01	Impostos e Contrib. sociais a compensar	7.657	6.538	4.924
1.01.04.02	Despesas antecipadas	11.111	5.974	4.173
1.01.04.03	Outros créditos	1.199	994	668
1.02	Ativo Não Circulante	845.234	623.720	412.453
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	86.459	89.939	45.251
1.02.01.01	Créditos Diversos	15.133	17.341	20.917
1.02.01.01.01	Impostos e contrib. sociais a compensar	14.584	16.717	20.060
1.02.01.01.02	Despesas antecipadas	368	525	636
1.02.01.01.03	Outros créditos	181	99	68
1.02.01.01.04	Depósitos judiciais	0	0	153
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	4.244	5.853	1.980
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	67.082	66.745	22.354
1.02.01.03.01	Bens do imobilizado não destinados a uso	67.082	66.745	22.354
1.02.02	Ativo Permanente	758.775	533.781	367.202
1.02.02.01	Investimentos	1.932	510	5
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	750.793	532.550	366.183
1.02.02.03	Intangível	0	0	0
1.02.02.04	Diferido	6.050	721	1.014

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
2	Passivo Total	948.238	707.783	465.657
2.01	Passivo Circulante	342.317	238.992	168.136
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	298.080	195.788	129.271
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	295.706	192.923	0
2.01.01.02	Eurobônus	2.374	2.865	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	28.379	34.465	31.027
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	2.923	288	286
2.01.04.01	Tributos a recolher	0	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	12.935	8.451	7.552
2.01.08.01	Salários e encargos a pagar	4.237	2.392	1.959
2.01.08.02	Débitos com empresas ligadas	1.943	1.615	4.049
2.01.08.03	Outras contas a pagar	6.755	4.444	1.544
2.01.08.04	Dividendos propostos	0	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	223.965	189.221	118.133
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	223.965	189.221	118.133
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	208.388	177.026	109.960
2.02.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	102.110	48.746	0
2.02.01.01.02	Eurobônus	106.278	128.280	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	15.577	12.195	8.173
2.02.01.03.01	Provisão para perda com investimento	1.650	1.502	548
2.02.01.03.02	Provisão para contingências	13.927	10.693	7.625
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0	0
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	381.956	279.570	179.388
2.04.01	Capital Social Realizado	335.250	242.036	142.036
2.04.02	Reservas de Capital	33.431	33.431	33.431
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	13.275	211	202
2.04.04.01	Legal	0	0	0
2.04.04.02	Estatutária	13.275	0	0
2.04.04.02.01	Reservas de Lucro	13.275	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
999999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2007	4 -31/12/2006	5 -31/12/2005
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.04.07.01	Ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	3.892	3.719
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	245.174	175.864	137.043
3.02	Deduções da Receita Bruta	(29.880)	(20.092)	(14.931)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	215.294	155.772	122.112
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(90.040)	(62.324)	(61.261)
3.05	Resultado Bruto	125.254	93.448	60.851
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(119.406)	(92.488)	(71.685)
3.06.01	Com Vendas	(14.892)	(11.044)	(10.631)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(30.276)	(21.054)	(15.368)
3.06.03	Financeiras	(63.453)	(48.412)	(36.438)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	0	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(63.453)	(48.412)	(36.438)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(12.059)	(11.529)	(9.162)
3.06.05.01	Honorários da Administração	(3.711)	(3.841)	(2.798)
3.06.05.02	Depreciação e amortização	(2.940)	(3.839)	(2.611)
3.06.05.03	Amort. Ágio Rev. Prov. manut. integ. PL	(3.343)	(3.343)	(3.343)
3.06.05.04	Outras despesas operacionais líquidas	(2.065)	(506)	(410)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	1.274	(449)	(86)
3.06.06.01	Resultado da Equivalência Patrimonial	1.083	0	0
3.06.06.02	Ganhos com participação acionária	191	0	0
3.07	Resultado Operacional	5.848	960	(10.834)
3.08	Resultado Não Operacional	4.987	(778)	14.875
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	10.835	182	4.041
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(1.663)	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	9.172	182	4.041
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	335.250.440	242.036.306	142.036.306
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,00003	0,00000	0,00003
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
4.01	Origens	498.540	418.566	290.501
4.01.01	Das Operações	323.687	185.621	150.677
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	9.172	182	4.041
4.01.01.02	Vis. que não repr. mov. Cap. Circulante	314.515	185.439	146.636
4.01.02	Dos Acionistas	93.214	100.000	33.063
4.01.02.01	Integralização de capital	93.214	100.000	33.063
4.01.02.02	Dividendos propostos	0	0	0
4.01.03	De Terceiros	81.639	132.945	106.761
4.02	Aplicações	582.924	458.563	347.740
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	(84.384)	(39.997)	(57.239)
4.04	Variação do Ativo Circulante	18.941	30.859	7.441
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Período	84.063	53.204	45.763
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Período	103.004	84.063	53.204
4.05	Variação do Passivo Circulante	103.325	70.856	64.680
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Período	238.992	168.136	103.456
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Período	342.317	238.992	168.136

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	242.036	33.431	211	0	3.892	279.570
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	93.214	0	0	0	0	93.214
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	9.172	9.172
5.07	Destinações	0	0	459	12.605	(13.064)	0
5.07.01	Reserva Legal	0	0	459	0	(459)	0
5.07.02	Dividendos propostos	0	0	0	2.178	(2.178)	0
5.07.03	Reserva de retenção de lucros	0	0	0	10.427	(10.427)	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	335.250	33.431	670	12.605	0	381.956

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS S/A	3 - CNPJ 04.437.534/0001-30
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	142.036	33.431	202	0	3.719	179.388
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	100.000	0	0	0	0	100.000
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	182	182
5.07	Destinações	0	0	9	0	(9)	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	242.036	33.431	211	0	3.892	279.570

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS S/A	3 - CNPJ 04.437.534/0001-30
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	108.973	33.431	0	0	(120)	142.284
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	33.063	0	0	0	0	33.063
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	4.041	4.041
5.07	Destinações	0	0	202	0	(202)	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	142.036	33.431	202	0	3.719	179.388

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
1	Ativo Total	945.383	705.351	465.177
1.01	Ativo Circulante	104.693	87.381	53.548
1.01.01	Disponibilidades	34.427	45.989	20.509
1.01.02	Créditos	50.067	27.662	23.172
1.01.02.01	Clientes	50.067	27.662	23.172
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	20.199	13.730	9.867
1.01.04.01	Impostos e contrib. sociais a compensar	7.675	6.555	4.934
1.01.04.02	Despesas antecipadas	11.131	6.014	4.174
1.01.04.03	Outros créditos	1.393	1.161	759
1.02	Ativo Não Circulante	840.690	617.970	411.629
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	83.537	84.439	44.427
1.02.01.01	Créditos Diversos	15.182	17.390	20.965
1.02.01.01.01	Impostos e contrib. sociais a compensar	14.584	16.717	20.060
1.02.01.01.02	Despesas antecipadas	368	525	636
1.02.01.01.03	Outros créditos	230	148	116
1.02.01.01.04	Depósitos Judiciais	0	0	153
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	1.273	304	1.108
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	1.273	304	1.108
1.02.01.03	Outros	67.082	66.745	22.354
1.02.01.03.01	Bens do imobilizado não destinados a uso	67.082	66.745	22.354
1.02.02	Ativo Permanente	757.153	533.531	367.202
1.02.02.01	Investimentos	5	5	5
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	751.098	532.805	366.183
1.02.02.03	Intangível	0	0	0
1.02.02.04	Diferido	6.050	721	1.014

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
2	Passivo Total	945.383	705.351	465.177
2.01	Passivo Circulante	341.040	238.016	168.204
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	298.080	195.788	129.271
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	295.706	192.923	129.271
2.01.01.02	Eurobônus	2.374	2.865	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	28.461	34.550	31.082
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	2.996	367	287
2.01.04.01	Tributos a recolher	2.996	367	287
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	11.503	7.311	7.564
2.01.08.01	Salários e encargos a pagar	4.239	2.505	1.959
2.01.08.02	Débito com empresas ligadas	265	0	4.049
2.01.08.03	Outras Contas a pagar	6.999	4.806	1.556
2.02	Passivo Não Circulante	222.397	187.719	117.585
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	222.397	187.719	117.585
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	208.388	177.026	109.960
2.02.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	102.110	48.746	109.960
2.02.01.01.02	Eurobônus	106.278	128.280	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	14.009	10.693	7.625
2.02.01.03.01	Provisão para contingências	14.009	10.693	7.625
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0	0
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.03	Part. de Acionistas Não Controladores	(10)	46	0
2.04	Patrimônio Líquido	381.956	279.570	179.388
2.04.01	Capital Social Realizado	335.250	242.036	142.036
2.04.02	Reservas de Capital	33.431	33.431	33.431
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	13.275	211	202
2.04.04.01	Legal	0	0	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.02.01	Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2007	4 -31/12/2006	5 -31/12/2005
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.04.07.01	Ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	3.892	3.719
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	246.852	176.661	137.096
3.02	Deduções da Receita Bruta	(29.996)	(20.173)	(14.946)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	216.856	156.488	122.150
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(90.156)	(64.012)	(61.304)
3.05	Resultado Bruto	126.700	92.476	60.846
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(121.088)	(93.263)	(71.680)
3.06.01	Com Vendas	(15.099)	(11.751)	(10.682)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(30.300)	(21.076)	(15.382)
3.06.03	Financeiras	(63.565)	(48.774)	(36.454)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	0	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(63.565)	(48.774)	(36.454)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(12.124)	(11.662)	(9.162)
3.06.05.01	Honorários da Administração	(3.725)	(3.913)	(2.798)
3.06.05.02	Depreciação e Amortização	(2.965)	(3.849)	(2.611)
3.06.05.03	Amort. Ágio Rev. Prov. manut. integ. PL	(3.343)	(3.343)	(3.343)
3.06.05.04	Outras despesas operacionais líquidas	(2.091)	(557)	(410)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	5.612	(787)	(10.834)
3.08	Resultado Não Operacional	5.301	1.145	14.875
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	10.913	358	4.041
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(1.797)	(130)	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	56	(46)	0
3.12.01	Participações	56	(46)	0
3.12.01.01	Participações minoritárias	56	(46)	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	9.172	182	4.041
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	335.250.440	242.036.306	142.036.306
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,00003	0,00000	0,00003
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
4.01	Origens	499.682	418.173	290.415
4.01.01	Das Operações	324.829	185.228	150.591
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	9.172	182	4.041
4.01.01.02	Vis. que não repr. mov. Cap. Circulante	315.657	185.046	146.550
4.01.02	Dos Acionistas	93.214	100.000	33.063
4.01.02.01	Integralização de capital	93.214	100.000	33.063
4.01.02.02	Dividendos propostos	0	0	0
4.01.03	De Terceiros	81.639	132.945	106.761
4.02	Aplicações	585.394	454.152	347.509
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	(85.712)	(35.979)	(57.094)
4.04	Variação do Ativo Circulante	17.312	33.833	7.618
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Período	87.381	53.548	45.930
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Período	104.693	87.381	53.548
4.05	Variação do Passivo Circulante	103.024	69.812	64.712
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Período	238.016	168.204	103.492
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Período	341.040	238.016	168.204

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e Acionistas da

UNIDAS S.A. (anteriormente denominada SAG DO BRASIL S.A.)

Examinamos os balanços patrimoniais da UNIDAS S.A. (anteriormente denominada SAG DO BRASIL S.A.) e os balanços patrimoniais consolidados da UNIDAS S.A. e empresas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e empresas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia e empresas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UNIDAS S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada da UNIDAS S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2007 e 2006, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

São Paulo, 5 de maio de 2008

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Aurivaldo Coimbra de Oliveira
Contador CRC-1PE009428/O-4-S-SP

Shirley Silva
Contador CRC-1BA022650/O-0-S-SP

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Dados Operacionais Consolidados de 2007

	2007	2006	Var.
Frota Média Operacional			
- Terceirização de Frotas	15.542	11.738	32%
- Locação de Carros	3.369	2.841	19%
Idade Média da Frota	12,5	12,3	1%
Frota no Final do Período	29.790	23.204	28%
Número de Carros Comprados	18.820	14.663	28%
Preço Médio dos Carros Comprados (R\$ mil)	27,2	26,5	3%

Receitas Líquidas de Aluguéis e Prestação de Serviços

	2007	2006	Var.
Receita Bruta de Terceirização de Frotas	172,9	129,0	34%
Receita Bruta de Aluguel de Carros	73,9	47,7	55%
Receita Bruta Total	246,9	176,7	40%

As receitas provenientes de aluguéis de carros e prestação de serviços aumentaram 40% entre 2006 e 2007, passando de R\$ 176,7 milhões para R\$ 246,9 milhões.

Análise por negócio:

1. Terceirização de frotas: a receita bruta em 2007 totalizou R\$ 172,9 milhões, um crescimento de 34% em relação ao ano anterior, quando a receita bruta auferida foi de R\$ 129,0 milhões. A frota no período cresceu 32%;
2. Aluguel de carros: a receita bruta em 2007 totalizou R\$ 73,9 milhões, um crescimento de 55% em relação aos R\$ 47,7 milhões registrados no ano anterior. A frota cresceu 19% na mesma base de comparação.

Custos dos Aluguéis e Serviços Prestados

	2007	2006	Var.
Custos dos Aluguéis e Serviços Prestados	(90,1)	(64,0)	41%
% da Receita Líquida	41%	41%	0 p.p.

Os custos dos aluguéis e serviços prestados totalizaram R\$ 90,1 milhões em 2007 em comparação aos R\$ 64,0 milhões registrados no ano anterior, um aumento de 41%. A representatividade dos custos sobre a receita líquida, entretanto, manteve-se constante em 41%.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas

	2007	2006	Var.
Despesas Comerciais	(15,1)	(11,8)	28%
Despesas Gerais e Administrativas	(30,3)	(21,1)	44%
Honorários da Administração	(3,7)	(3,9)	-5%
Total	(49,1)	(36,7)	34%
% da Receita Líquida	23%	23%	-1 p.p.

As despesas comerciais, gerais e administrativas apresentaram um aumento de 34% entre o 2006 e 2007, saindo de R\$ 36,7 milhões para R\$ 49,1 milhões. A representatividade sobre a receita líquida apresentou uma redução de 1 p.p..

As despesas comerciais, nesse período, variaram de R\$ 11,8 milhões para R\$ 15,1 milhões, ou um aumento de 28%. Essa variação pode ser explicada por um ajuste pontual na rubrica de Provisão para devedores duvidosos, resultado de uma política mais conservadora na concessão de crédito.

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 21,1 milhões para R\$ 30,3 milhões, ou um aumento de 44%. Tal variação pode ser explicada por um aumento nas despesas com pessoal, decorrente da adoção de políticas internas mais conservadoras na gestão de recursos humanos e pela contratação de Consultorias (Serviços de Terceiros) para suporte e orientação na revisão de processos visando o crescimento estruturado da Companhia.

Neste mesmo segmento, os honorários da administração foram de R\$ 3,9 milhões para R\$ 3,7 milhões, devido principalmente a alterações na composição e forma de remuneração da Diretoria Executiva.

Custos de Propriedade

	2007	2006	Var.
Depreciação e Amortização	(3,0)	(3,8)	-23%
% da Receita Líquida	1%	2%	-1 p.p.
Despesas Financeiras, líquidas	(63,6)	(48,8)	30%
% da Receita Líquida	29%	31%	-2 p.p.
Total	(66,6)	(52,6)	27%
% da Receita Líquida	31%	34%	-3 p.p.

Os custos de propriedade variaram de R\$ 52,6 milhões para R\$ 66,6 milhões, representando um aumento de 27%, entre 2006 e 2007. Esse aumento pode ser explicado pelo aumento das despesas financeiras, em função do aumento dos empréstimos e financiamentos tomados para suportar a aquisição de frota.

Os dados relativos à frota, idade da frota, número de carros comprados, não foram revisados pelos auditores independentes.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Dados Operacionais Consolidados de 2006

	2006	2005	Var.
Frota Média Operacional			
- Terceirização de Frotas	11.738	8.564	37%
- Locação de Carros	2.841	2.406	18%
Idade Média da Frota	12,3	11,2	10%
Frota no Final do Período	23.204	15.831	47%
Número de Carros Comprados	14.663	11.134	32%
Preço Médio dos Carros Comprados (R\$ mil)	26,5	26,3	1%

Receitas Líquidas de Aluguéis e Prestação de Serviços

	2006	2005	Var.
Receita Bruta de Terceirização de Frotas	129,0	92,9	39%
Receita Bruta de Aluguel de Carros	47,7	44,2	8%
Receita Bruta Total	176,7	137,1	29%

As receitas provenientes de aluguéis de carros e prestação de serviços aumentaram 29% entre 2005 e 2006, passando de R\$ 137,1 milhões para R\$ 176,7 milhões.

Análise por negócio:

1. Terceirização de frotas: a receita bruta em 2006 totalizou R\$ 129,0 milhões, um crescimento de 39% em relação ao ano anterior, quando a receita bruta auferida foi de R\$ 92,9 milhões. A frota média operacional no período cresceu 37%;
2. Aluguel de carros: a receita bruta em 2006 totalizou R\$ 47,7 milhões, um crescimento de 8% em relação aos R\$ 44,2 milhões registrados no ano anterior. A frota média operacional cresceu 18% na mesma base de comparação.

Custos dos Aluguéis e Serviços Prestados

	2006	2005	Var.
Custos dos Aluguéis e Serviços Prestados	(64,0)	(61,3)	4%
% da Receita Líquida	41%	50%	-9 p.p.

	2006	2005	Var.
Receita Bruta de Terceirização de Frotas	129,0	92,9	39%
Receita Bruta de Aluguel de Carros	47,7	44,2	8%
Receita Bruta Total	176,7	137,1	29%

Os Custos dos Aluguéis e Serviços aumentaram de R\$61,3 milhões em 2005 para R\$64,0 milhões em 2006, um aumento de R\$2,7 milhões, ou 4%, refletindo as despesas necessárias para a expansão do negócio de Terceirização de Frotas, bem como a estratégia de aumento da rede através de franquias.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas

	2006	2005	Var.
Despesas Comerciais	(11,8)	(10,7)	10%
Despesas Gerais e Administrativas	(21,1)	(15,4)	37%
Honorários da Administração	(3,9)	(2,8)	40%
Total	(36,7)	(28,9)	27%
% da Receita Líquida	23%	24%	0 p.p.

As despesas comerciais, gerais e administrativas apresentaram um aumento de 27% entre o 2005 e 2006, saindo de R\$ 28,9 milhões para R\$ 36,7 milhões. A representatividade sobre a receita líquida manteve-se praticamente constante.

Despesas Comerciais aumentaram de R\$ 10,7 milhões em 2005 para R\$ 11,8 milhões em 2006, um aumento de R\$ 1,1 milhão ou 10%, em função de despesas relacionadas ao negócio de Terceirização de Frotas, bem como a estratégia de aumento da rede através de franquias.

Despesas Gerais e Administrativas aumentaram de R\$ 15,4 milhões em 2005 para R\$ 21,1 milhões em 2006, um aumento de R\$ 5,7 milhões, ou 37%, explicado por aumento no custo de pessoal e nos custos com terceiros e despesas gerais.

Neste mesmo segmento, os Honorários da Administração aumentaram R\$ 1,1 milhão, ou 40%, de R\$ 2,8 milhões em 2005 para R\$ 3,9 milhões em 2006, devido a um reajuste dos salários e benefícios, um aumento de headcount de 6% e a contratação do nosso Presidente, posição não preenchida ao longo do ano de 2005.

Custos de Propriedade

	2006	2005	Var.
Depreciação e Amortização	(3,8)	(2,6)	47%
% da Receita Líquida	2%	2%	0 p.p.
Despesas Financeiras, líquidas	(48,8)	(36,5)	34%
% da Receita Líquida	31%	30%	1 p.p.
Total	(52,6)	(39,1)	35%
% da Receita Líquida	34%	32%	2 p.p.

Os custos de propriedade variaram de R\$ 39,1 milhões para R\$ 52,6 milhões, representando um aumento de 35%, entre 2005 e 2006. Essa variação pode ser explicada pelo aumento das despesas financeiras líquidas, que aumentaram de R\$ 36,5 milhões em 2005 para R\$ 48,8 milhões em 2006, um aumento de R\$ 12,3 milhões, ou 34%. Isso é resultado do aumento do endividamento médio do período, que passou de R\$164,7 milhões em 2005 para R\$272,8 milhões em 2006, ou seja, 66%. Parte desse aumento foi compensando pela queda dos juros efetivos (CDI) do período, bem como um trabalho efetivo da tesouraria da empresa, sempre buscando reduzir as despesas financeiras. Vale ressaltar que todo endividamento contratado está relacionado ao crescimento da nossa frota total (que no período passou de 15.831 para 23.204 carros, um aumento de 47%).

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os dados relativos à frota, idade da frota, número de carros comprados, não foram revisados pelos auditores independentes.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
ATIVO				
Ativo circulante				
Disponibilidades e valores equivalentes (Nota 5)	34.212	45.660	34.427	45.989
Contas a receber (Nota 6)	48.825	24.897	50.067	27.662
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 7)	7.657	6.538	7.675	6.555
Despesas antecipadas (Nota 8)	11.111	5.974	11.131	6.014
Outros créditos	1.199	994	1.393	1.161
Total do ativo circulante	103.004	84.063	104.693	87.381
Ativo não circulante				
Realizável a longo prazo				
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 7)	14.584	16.717	14.584	16.717
Despesas antecipadas (Nota 8)	368	525	368	525
Crédito com empresas ligadas (Nota 9)	4.244	5.853	1.273	304
Outros créditos	181	99	230	148
Bens não destinados a uso (Nota 10)	67.082	66.745	67.082	66.745
Total do ativo realizável a longo prazo	86.459	89.939	83.537	84.439
Permanente				
Investimentos (Nota 11)	1.932	510	5	5
Imobilizado (Nota 12)	750.793	532.550	751.098	532.805
Diferido (Nota 13)	6.050	721	6.050	721
Total do ativo permanente	758.775	533.781	757.153	533.531
Total do ativo não circulante	845.234	623.720	840.690	617.970
Total do ativo	948.238	707.783	945.383	705.351

99999-9 UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30
--------------------	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Passivo circulante				
Fornecedores (Nota 14)	28.379	34.465	28.461	34.550
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	295.706	192.923	295.706	192.923
Eurobônus (Nota 16)	2.374	2.865	2.374	2.865
Tributos a recolher	2.923	288	2.996	367
Salários e encargos a pagar	4.237	2.392	4.239	2.505
Débito com empresas ligadas (Nota 9)	1.943	1.615	265	-
Outras contas a pagar	6.755	4.444	6.999	4.806
Total do passivo circulante	342.317	238.992	341.040	238.016
Passivo não circulante				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	102.110	48.746	102.110	48.746
Eurobônus (Nota 16)	106.278	128.280	106.278	128.280
Provisão para perda com investimentos (Nota 11)	1.650	1.502	-	-
Provisão para contingências (Nota 18)	13.927	10.693	14.009	10.693
Total do passivo não circulante	223.965	189.221	222.397	187.719
Participações minoritárias	-	-	(10)	46
Patrimônio líquido (Nota 19)				
Capital social	335.250	242.036	335.250	242.036
Reserva de capital	33.431	33.431	33.431	33.431
Reservas de lucros	13.275	211	13.275	211
Lucros (prejuízos) acumulados	-	3.892	-	3.892
Total do patrimônio líquido	381.956	279.570	381.956	279.570
Total do passivo e do patrimônio líquido	948.238	707.783	945.383	705.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por lote de mil ações)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Receita bruta de aluguel e serviços	245.174	175.864	246.852	176.661
Deduções da receita bruta	(29.880)	(20.092)	(29.996)	(20.173)
Receita operacional líquida	215.294	155.772	216.856	156.488
Custos dos aluguéis e serviços prestados	(90.040)	(62.324)	(90.156)	(64.012)
Lucro bruto	125.254	93.448	126.700	92.476
Receitas (despesas) operacionais				
Comerciais (Nota 20)	(14.892)	(11.044)	(15.099)	(11.751)
Gerais e administrativas (Nota 21)	(30.276)	(21.054)	(30.300)	(21.076)
Honorários da administração (Nota 21)	(3.711)	(3.841)	(3.725)	(3.913)
Despesas financeiras, líquidas (Nota 22)	(63.453)	(48.412)	(63.565)	(48.774)
Equivalência patrimonial (Nota 11)	1.083	(449)	-	-
Ganhos com participação acionária	191			
Depreciação e amortização	(2.940)	(3.839)	(2.965)	(3.849)
Amortização de ágio, líquida da reversão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (Nota 7)	(3.343)	(3.343)	(3.343)	(3.343)
Outras despesas operacionais, líquidas	(2.065)	(506)	(2.091)	(557)
Lucro (prejuízo) operacional	5.848	960	5.612	(787)
Resultado não operacional (Nota 23)	4.987	(778)	5.301	1.145
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.835	182	10.913	358
Imposto de renda e contribuição social (Nota 17)	(1.663)	-	(1.797)	(130)
Lucro (prejuízo) do exercício antes das participações minoritárias	9.172	182	9.116	228
Participações minoritárias	-	-	56	(46)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	9.172	182	9.172	182
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações no fim do exercício – em R\$	85,29	0,75		

Quantidade de ações (mil)

107.542 242.036

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

99999-9 UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30
--------------------	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital - ágio	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2005	142.036	33.431	202	-	3.719	179.388
Aumento de capital	100.000	-	-	-	-	100.000
Lucro do exercício	-	-	-	-	182	182
Destinação proposta a Assembléia Geral	-	-	9	-	(9)	-
Reserva legal						
Saldos em 31 de dezembro de 2006	242.036	33.431	211	-	3.892	279.570
Aumento de capital	93.214					93.214
Lucro do exercício					9.172	9.172
Destinação proposta a Assembléia Geral						
Reserva legal			459		(459)	-
Dividendos propostos				2.178	(2.178)	
Reserva de retenção de lucros				10.427	(10.427)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2007	335.250	33.431	670	12.605	-	381.956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
ORIGENS DOS RECURSOS				
Das operações				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	9.172	182	9.172	182
Participações minoritárias	-	-	(56)	46
Itens que não afetam o capital circulante				
Depreciação e amortização	19.412	12.283	19.436	12.293
Valor residual do ativo imobilizado baixado	286.318	173.627	286.318	173.627
Equivalência patrimonial	(1.083)	449	-	-
Amortização de ágios, líquida da reversão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	3.343	3.343	3.343	3.343
Provisão para contingências	3.572	3.249	3.663	3.249
Variações cambiais e monetárias e juros de longo prazo, líquidos	2.953	(7.512)	2.953	(7.512)
Total originado das operações	323.687	185.621	324.829	185.228
De acionistas				
Integralização de capital	93.214	100.000	93.214	100.000
De terceiros				
Ingresso de financiamento e empréstimos de longo prazo	68.411	132.000	68.411	132.000
Transferência do realizável para o ativo circulante		111	-	111
Transferência do passivo circulante para o não circulante	13.228		13.228	
Redução do realizável a longo prazo		834	-	834
Total das origens	498.540	418.566	499.682	418.173
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
No ativo permanente				
No imobilizado	523.678	396.375	523.753	396.640
No diferido	5.623	-	5.623	-
No Investimento	191		-	
No realizável a longo prazo	202	4.766	2.788	90
Transferência do passivo não circulante para o circulante	53.230	57.422	53.230	57.422
Dividendos propostos	-	-	-	-
Total das aplicações	582.924	458.563	585.394	454.152
Redução no capital circulante	(84.384)	(39.997)	(85.712)	(35.979)
Ativo circulante				
No fim do exercício	103.004	84.063	104.693	87.381
No início do exercício	84.063	53.204	87.381	53.548

99999-9 UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30
--------------------	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	18.941	30.859	17.312	33.833
Passivo circulante				
No fim do exercício	342.317	238.992	341.040	238.016
No início do exercício	238.992	168.136	238.016	168.204
	103.325	70.856	103.024	69.812
Redução do capital circulante	(85.840)	(39.997)	(87.168)	(35.979)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Unidas S.A. (anteriormente denominada SAG DO BRASIL S.A.) (“Unidas” ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto: (a) a locação de veículos automotores e equipamentos; (b) a concessão de licenças para uso de sua marca de locação e do sistema operacional de locação; (c) o uso sob licença, ou sub-licenciamento de marcas de locação e do sistema operacional de locação das empresas do grupo ou de terceiros; (d) o agenciamento de publicidade em veículos de comunicação e a prestação de serviços de propaganda e marketing; (e) a prestação de serviços de transporte em geral, sob qualquer título e modalidade; (f) a prestação de serviços de terceirização de frotas, com o respectivo gerenciamento de seus veículos e equipamentos componentes, bem como do pessoal e recursos humanos que os operam; (g) a prestação de serviços gráficos; (h) a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou sócia quotista; (i) a locação e sublocação de motocicletas e outros meios de transporte.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2007, foi alterada a denominação social da Companhia de SAG DO BRASIL S.A. para UNIDAS S.A..

Como parte de seu programa de renovação de frotas, a Companhia realiza a venda de veículos usados.

Em 31 de dezembro de 2007, a estrutura da Companhia incluindo os franqueados, era composta do seguinte (dados não auditados): 113 pontos de atendimento, dos quais 33 eram lojas e 26 postos avançados em clientes, ambos operados pela Unidas e 54 empresas franqueadas. O sistema de franquias da Unidas é administrado pela Unidas Franquias S.A.. Na mesma data, a frota da Unidas era composta por (dados não auditados): 29.790 veículos, sendo 24.163 do negócio de aluguel e administração de frotas (“*fleet*”) e 5.627 pertencentes ao negócio de “*rent a car*”. A frota do “*rent a car*” é renovada após sua vida útil econômica, que normalmente varia de 12 a 18 meses, sendo uma porção significativa vendida a consumidores finais através de 8 lojas de venda de veículos usados, localizadas em 2 cidades do Brasil.

O segmento de aluguel e administração de frotas é direcionado para empresas. O período de locação de veículos para frota varia de 12 a 48 meses. Os contratos são

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

rescindíveis mediante comunicação prévia de 30 dias e multas contratuais que variam de 50% a 25% dos pagamentos a vencer, dependendo dos prazos de contratação e cláusulas de renovação.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária.

A autorização para conclusão da preparação das demonstrações financeiras referentes ao exercício em 31 de dezembro de 2007 e 2006 ocorreu nas reuniões de diretoria realizadas em 02 de maio de 2008 e 10 de outubro de 2007, respectivamente.

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos nas datas dos balanços.

A provisão para imposto de renda e contribuição social foi computada com base na legislação vigente nas datas dos balanços.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, exceto quando indicado de outra forma, estão apresentadas em milhares de reais.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes. Os passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

dos balanços. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas nas demonstrações do resultado.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

?

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

?

Empresas	Controladas%	Atividade principal	Localização
Unidas Comercial de Veículos Ltda.	99,00	Comércio de veículos usados	São Paulo
Unimat Comércio Ltda.	99,99	Compra e venda de materiais diversos	São Paulo
Unidas Franquias do Brasil S.A.	99,99	Locação de veículos e terceirização de frotas	São Paulo

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

A Unidas Comercial de Veículos Ltda., foi constituída em novembro de 2005 e iniciou suas operações durante o exercício de 2006.

A Unidas Franquias foi constituída em 02 de junho de 2005 tendo como acionistas a Novinela BV e Luis Miguel Lopes Branco de Sousa que não integralizaram o capital subscrito. Em 09 de junho de 2005, a Novinela BV transferiu para a UNIDAS S.A., sem ônus, a totalidade das ações que detinha desta empresa, representando 90% do capital social. As operações da Unidas Franquias iniciaram-se no primeiro semestre de 2006. Em 04 de junho de 2007 o acionista Luis Miguel Lopes Branco de Sousa transferiu para o acionista Wilson Tadeu Domingues 1000 (mil) ações ordinárias. Em 28 de dezembro de 2007 o acionista Wilson Tadeu Domingues transferiu 999 (novecentos e noventa e nove) ações ordinárias para a UNIDAS S.A. sem ônus.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das demonstrações financeiras

A Companhia, seguindo as orientações da NPC 12 - Mudança de Estimativas Contábeis e Correção de Erros reconheceu ajustes de forma retroativa nas suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e 2006, conforme demonstrado abaixo:

	Resultado		Patrimônio líquido	
	2007	2006	2007	2006
Saldos originalmente apresentados	(50.438)	(8.457)	325.793	253.762
Descrição dos ajustes:				
Reversão da depreciação de veículos	115.059	36.569	182.949	75.414
Valor residual de veículos baixados	(54.339)	(20.712)	(122.339)	(35.509)
Reversão (complemento) de provisão de veículos Roubados	(1.173)	(1.376)	(4.016)	(3.836)
Reversão da depreciação de acessórios	1.989	-	1.989	-
Valor residual de acessórios baixados	(290)	-	(290)	-
Complemento da provisão para contingências (b)	-	(3.259)	-	(6.827)
Reversão (complemento) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	2.259	-	(1.183)
Estorno receitas locações	-	(5.141)	-	(5.141)
Equivalência patrimonial	55	(449)	9	(1.097)
Imposto de renda e contribuição social	(1.663)	-	(1663)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-
Outros	(28)	748	(476)	3.987
Saldos ajustados	9.172	182	381.956	279.570

Os ajustes contra patrimônio líquido diferem significativamente dos ajustes alocados aos resultados de 2007 e 2006 em decorrência dos ajustes alocados a 31 de dezembro de 2005 e o efeito cumulativo dos anos subsequentes.

- a) Mudança de critério contábil: a Companhia alterou o critério de apuração da depreciação dos veículos. Anteriormente essa apuração era feita utilizando-se um método linear, à taxas próximas dos limites fiscais. O método que passou a ser utilizado baseia-se no valor estimado de realização desses itens (Vide Nota 4.g).

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- b) Provisão para contingências: complemento reconhecido em função do reconhecimento de atualização monetária sobre processos tributários em curso e complemento de provisão para riscos trabalhistas.

99999-9 UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30
--------------------	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das demonstrações financeiras--Continuação

Como consequência dos referidos ajustes e reclassificações contábeis, as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006 estão apresentadas com os seguintes saldos ajustados:

	CONTROLADORA		
	31 de dezembro de 2007		
	Original	Ajustes (*)	Ajustado
ATIVO			
Circulante			
Disponibilidades e valores equivalentes	34.212	-	34.212
Contas a receber	48.825	-	48.825
Impostos e contribuições sociais a compensar	7.965	(308)	7.657
Despesas antecipadas	11.339	(228)	11.111
Outros créditos	1.368	(169)	1.199
Total do ativo circulante	103.709	(705)	103.004
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos e contribuições sociais a compensar	14.584	-	14.584
Despesas antecipadas	368	-	368
Depósitos judiciais	519	(519)	-
Crédito com empresas ligadas	4.244	-	4.244
Outros créditos	181	-	181
Bens não destinados a uso	-	67.082	67.082
	19.896	66.563	86.459
Permanente			
Investimentos	1.933	(1)	1.932
Imobilizado	759.582	(8.789)	750.793
Diferido	5.822	228	6.050
Total do permanente	767.337	(8.562)	758.775
Total do ativo não circulante	787.233	58.001	845.234
Total do ativo	890.942	57.296	948.238

(*) Contempla ajustes relativos a reclassificações

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das demonstrações financeiras--Continuação

	CONTROLADORA		
	31 de dezembro de 2007		
	Original	Ajustes (*)	Ajustado
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	28.379	-	28.379
Empréstimos e financiamentos	295.706	-	295.706
Eurobônus	2.374	-	2.374
Tributos a recolher	1.261	1.662	2.923
Salários e encargos a pagar	4.237	-	4.237
Débito com empresas ligadas	1.943	-	1.943
Outras contas a pagar	6.755	-	6.755
Total do passivo circulante	340.655	1.662	342.317
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	102.110	-	102.110
Eurobônus	106.278	-	106.278
Provisão para perda com investimentos	1.660	(10)	1.650
Provisão para contingências	14.446	(519)	13.927
Total do passivo não circulante	224.494	(529)	223.965
Patrimônio líquido			
Capital social	335.250	-	335.250
Reserva de capital	33.431	-	33.431
Reserva de lucros	202	13.073	13.275
Lucros (prejuízos) acumulados	(43.090)	43.090	-
Total do patrimônio líquido	325.793	56.163	381.956
Total do passivo e do patrimônio líquido	890.942	57.296	948.238

(*) Contempla ajustes relativos a reclassificações

99999-9 UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30
--------------------	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das demonstrações financeiras--Continuação

	CONTROLADORA		
	31 de dezembro de 2007		
	Original	Ajustes (*)	Ajustado
Receita bruta de aluguel e serviços	245.174	-	245.174
Deduções da receita bruta	(29.880)	-	(29.880)
Receita operacional líquida	215.294	-	215.294
Custos dos aluguéis e serviços prestados	(206.147)	116.107	(90.040)
Lucro bruto	9.147	116.107	125.254
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	(14.892)	-	(14.892)
Gerais e administrativas	(30.276)	-	(30.276)
Honorários da administração	(3.711)	-	(3.711)
Despesas financeiras, líquidas	(63.192)	(261)	(63.453)
Equivalência patrimonial	1.219	(136)	1.083
Ganhos com participação acionária	-	191	191
Depreciação e amortização	(2.940)	-	(2.940)
Amortização de ágio, líquida da reversão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	(3.343)	-	(3.343)
Outras despesas operacionais, líquidas	(2.065)		(2.065)
Lucro (prejuízo) operacional	(110.053)	115.901	5.848
Resultado não operacional	59.615	(54.628)	4.987
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(50.438)	61.273	10.835
Imposto de renda e contribuição social	-	(1.663)	(1.663)
Lucro (prejuízo) do exercício	(50.438)	59.610	9.172
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações no fim do exercício – em R\$	(469,00)		85,29
Quantidade de ações (mil)	107.542		107.542

(*) Contempla ajustes relativos a reclassificações

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das demonstrações financeiras--Continuação

	CONTROLADORA		
	31 de dezembro de 2006		
	Original	Ajustes (*)	Ajustado
ATIVO			
Circulante			
Disponibilidades e valores equivalentes	45.660	-	45.660
Contas a receber	24.970	(73)	24.897
Impostos a compensar	5.373	1.165	6.538
Despesas antecipadas	7.040	(1.066)	5.974
Outros créditos	8.679	(7.685)	994
Total do ativo circulante	91.722	(7.659)	84.063
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos e contribuições sociais a compensar	-	16.717	16.717
Despesas antecipadas	-	525	525
Depósitos judiciais	-	-	-
Crédito com empresas ligadas	3.400	2.453	5.853
Outros créditos	16.996	(16.897)	99
Bens não destinados a uso	-	66.745	66.745
Total do ativo não circulante	20.396	69.543	89.939
Permanente			
Investimentos	204	306	510
Imobilizado	564.551	(32.001)	532.550
Diferido	723	(2)	721
Total do ativo permanente	565.478	(31.697)	533.781
Total do ativo não circulante	585.874	37.846	623.720
Total do ativo	677.596	30.187	707.783

(*) Contempla ajustes relativos a reclassificações

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das demonstrações financeiras--Continuação

	CONTROLADORA		
	31 de dezembro de 2006		
	Original	Ajustes (*)	Ajustado
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	34.466	(1)	34.465
Empréstimos e financiamentos	194.142	(1.219)	192.923
Eurobônus	-	2.865	2.865
Tributos e contribuições a recolher	7.358	(7.070)	288
Salários e encargos a pagar	2.392	-	2.392
Débito com empresas ligadas	1.258	357	1.615
Outras contas a pagar	4.444	-	4.444
Total do passivo circulante	244.060	(5.068)	238.992
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	178.672	(129.926)	48.746
Eurobônus	-	128.280	128.280
Provisão para perda com investimentos	-	1.502	1.502
Provisão para contingências	1.101	9.592	10.693
Total do passivo não circulante	179.773	9.448	189.221
Patrimônio líquido			
Capital social	242.036	-	242.036
Reserva especial de ágio	33.431	-	33.431
Reserva de lucros	-	211	211
Prejuízos acumulados	(21.704)	25.596	3.892
Total do patrimônio líquido	253.763	25.807	279.570
Total do passivo e do patrimônio líquido	677.596	30.187	707.783

(*) Contempla ajustes relativos a reclassificações

99999-9 UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30
--------------------	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das demonstrações financeiras--Continuação

	CONTROLADORA		
	31 de dezembro de 2006		
	Original	Ajustes (*)	Ajustado
Receita bruta de aluguel e serviços	350.893	(175.029)	175.864
Deduções da receita bruta	(18.741)	(1.351)	(20.092)
Receita operacional líquida	332.152	(176.380)	155.772
Custos dos aluguéis e serviços prestados	(254.182)	191.858	(62.324)
Lucro bruto	77.970	15.478	93.448
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	(12.900)	1.856	(11.044)
Gerais e administrativas	(23.101)	2.047	(21.054)
Honorários da administração	-	(3.841)	(3.841)
Despesas financeiras, líquidas	(47.902)	(510)	(48.412)
Equivalência patrimonial	-	(449)	(449)
Depreciação e amortização	-	(3.839)	(3.839)
Amortização de ágio, líquida da reversão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	-	(3.343)	(3.343)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	(506)	(506)
Lucro (prejuízo) operacional	(5.933)	6.893	960
Resultado não operacional	(2.524)	1.746	(778)
Lucro (prejuízo) do exercício	(8.457)	8.639	182
Prejuízo por lote de mil ações no fim do exercício – em R\$	(34,94)		0,75
Quantidade de ações (mil)	242.036		242.036

* Contempla ajustes relativos a reclassificações

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de locações é reconhecida *pro rata temporis* em função da vigência do contrato de locação. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

A receita de venda de veículos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao veículo são transferidos para o comprador.

b) Disponibilidades e valores equivalentes

Incluem os saldos em conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata registrados ao custo e acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber, tendo por base o histórico de perdas da Companhia, que geralmente representam os créditos vencidos acima de 90 dias considerados como de improvável recuperação.

d) Impostos e contribuições sociais a compensar

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, contemplava créditos tributários provenientes de ágio pago por ocasião das integralizações de capital da controladora UNIDAS S.A. na antecessora Uninfra Locações e Comércio Ltda., líquido de provisão de 66% constituída na própria UNIDAS S.A., antes de ser incorporada.

A amortização do ágio por incorporação e a respectiva provisão são efetuadas pela taxa de 10% a.a. de acordo com o fundamento econômico de rentabilidade futura conforme laudo de incorporação na data.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Nos exercícios sociais em que há imposto de renda a pagar, a amortização líquida do ágio (crédito fiscal) é demonstrada como parte da despesa efetiva de imposto de renda.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

e) Bens não destinados a uso

Os veículos fora de frota e que se destinam à venda estão avaliados ao custo, líquido da depreciação acumulada até a data da retirada da frota, ou valor líquido de realização, dos dois o menor.

Os veículos roubados ou sinistrados estão avaliados ao custo, líquido da depreciação acumulada, menos a provisão de avaliação para reduzi-lo ao valor líquido de realização quando não estiverem com cobertura de seguros.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial e são eliminados no processo de consolidação.

g) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear (exceção ao item veículos) às taxas mencionadas na Nota 12 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Os veículos destinados à locação são depreciados de acordo com um método econômico, que considera o valor estimado de realização destes veículos na data esperada de venda. Desta forma, as taxas de depreciação variam de veículo para veículo, de acordo com a data em que foi comprado, o valor pago e data e valor estimados de venda. A vida útil dos veículos é revisada anualmente e ajustada quando aplicável.

A depreciação dos veículos compõe o custo dos aluguéis e serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa operacional.

No exercício de 2006, a Companhia tem contratos de arrendamento mercantil para aquisição de veículos os quais são capitalizados e depreciados com base no valor estimado de realização, conforme anteriormente mencionado.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

h) Diferido

Registrados ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear num prazo que não excede 5 anos.

i) Passivos

Reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns Passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados através de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Provisão para contingências

A provisão para contingências é determinada pela Administração de acordo com a expectativa de perda de cada contingência, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingência estão descritas na Nota 18.

k) Empréstimos e financiamentos

São apresentados pelo valor do principal acrescido dos encargos financeiros incorridos *pro rata temporis* até as datas dos balanços e variações cambiais, quando aplicável.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

l) Tributação

1.1) *Tributação sobre as receitas*

As receitas de aluguel de veículos estão sujeitas ao Programa de Integração Social – PIS (1,65%) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS (7,60%).

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

l) Tributação--Continuação

1.1) *Tributação sobre as receitas*--Continuação

As receitas decorrentes da venda de veículos estão sujeitas exclusivamente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, quando são vendidos em prazo inferior a doze meses da data de aquisição, à alíquotas variáveis de acordo com o Estado em que opera.

Esses encargos são apresentados como deduções das respectivas receitas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes do critério de apuração pela não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos aluguéis na demonstração do resultado.

Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

1.2) *Tributação sobre o lucro*

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

m) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, como *swap*, são reconhecidos nos balanços patrimoniais da Companhia inicialmente pelo seu valor de custo e posteriormente atualizados de acordo com os termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam as variações incorridas até as datas dos balanços. A utilização desses instrumentos visa diminuir os riscos em financiamentos em moeda estrangeira. De acordo com suas políticas de tesouraria, a Companhia não tem ou emite instrumentos financeiros derivativos para fins outros que não os de proteção.

99999-9 UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30
--------------------	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Disponibilidades e valores equivalentes

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Caixa e bancos	3.839	3.159	4.054	3.488
Aplicações financeiras	30.373	42.501	30.373	42.501
	34.212	45.660	34.427	45.989

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósito bancário, remunerados a taxas que variam de 95% a 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os vencimentos não ultrapassam 90 dias das datas dos balanços.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Locação de veículos faturados	43.089	21.396	43.546	21.396
Locação de veículos a faturar	2.531	1.060	2.531	1.060
Venda de veículos	9.228	4.002	9.290	6.163
Outros valores a receber	306	1.302	1.029	1.906
	55.154	27.760	56.396	30.525
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.329)	(2.863)	(6.329)	(2.863)
	48.825	24.897	50.067	27.662

99999-9 UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30
--------------------	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A abertura do saldo por idade de vencimento está abaixo demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
A faturar	2.531	1.060	2.531	1.060
Faturados				
A vencer	22.371	16.667	23.428	19.063
1 a 30 dias	9.653	2.839	9.709	2.839
31 a 60 dias	4.898	2.014	4.911	2.014
61 a 90 dias	2.532	2.241	2.532	2.241
91 a 120 dias	2.308	144	2.373	144
Vencidos há mais de 120 dias	10.861	2.795	10.912	3.164
	55.154	27.760	56.396	30.525

99999-9 UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30
--------------------	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber--Continuação

A movimentação da provisão para devedores duvidosos é apresentada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
Saldo no início do exercício	2.863	3.285
Constituição de provisão	4.136	1.474
(-) Reversão de provisão	-	(1.856)
(-) Baixa / reversão de baixa contra contas a receber	(670)	(40)
Saldo no final do exercício	6.329	2.863

7. Impostos e contribuições sociais a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
ICMS a recuperar	-	-	2	-
IRRF sobre serviços prestados	186	167	186	167
IRRF sobre aplicações financeiras	2.071	1.840	2.071	1.840
CSL a compensar	354	335	354	335
PIS a recuperar	603	-	607	4
Cofins a recuperar	1.304	-	1.316	13
IRPJ a compensar	1.007	853	1.007	853
Créditos tributários (a)	16.716	20.060	16.716	20.060
	22.241	23.255	22.259	23.272
(-) Ativo Circulante	7.657	6.538	7.675	6.555
Ativo não Circulante	14.584	16.717	14.584	16.717

- (a) Os créditos tributários em 31 de dezembro de 2007 e 2006 são oriundos de ágio pago por ocasião das integralizações de capital da controladora UNIDAS S.A. (anteriormente denominada SAG do Brasil S.A.) na antecessora Uninfra Locações e Comércio Ltda.. Após a incorporação reversa da UNIDAS S.A. pela Uninfra Locações e Comércio Ltda., esta simultaneamente mudou sua denominação social para SAG do Brasil S.A.. Em 2002, por ocasião do processo de incorporação, foi registrada uma provisão correspondente a 66% do valor do ágio na própria Unidas antes de ser incorporada, para que o ágio líquido correspondente ao benefício fiscal decorrente de sua amortização. O registro do ágio, líquido da provisão, teve como contrapartida a reserva especial de ágio, constante no patrimônio líquido (Vide Nota 19d).

99999-9 UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30
--------------------	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Impostos e contribuições sociais a compensar--Continuação

A amortização desse ágio e a respectiva provisão são efetuados pela taxa de 10% a.a., de acordo com o fundamento econômico de rentabilidade futura conforme laudo de incorporação na data.

Os saldos do ágio e da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2007 e 2006 são compostos como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2007	2006
Ágio de incorporação	98.328	98.328
(-) Amortização de ágio	(49.164)	(39.332)
Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	(64.896)	(64.896)
Reversão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	32.448	25.960
	16.716	20.060
(-) Ativo circulante	3.343	3.343
Ativo não circulante	13.373	16.717

8. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Encargos antecipados sobre empréstimos e financiamentos	2.245	947	2.265	980
Prêmio de seguros	5.248	1.824	5.248	1.824
Seguro obrigatório e licenciamento de veículos	2.466	1.546	2.466	1.546
Gastos com reorganização empresarial	1.456		1.456	
Outros	64	2.182	64	2.189
	11.479	6.499	11.499	6.539
(-) Ativo circulante	11.111	5.974	11.131	6.014
Ativo não circulante	368	525	368	525

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empresas ligadas

Saldos e transações em 31 de dezembro de 2007

	Ativo não circulante	Passivo circulante	Receitas (despesas)
Controladas			
Unimat Comércio e Distribuidora Ltda. (a)	1.884	-	-
Unidas Comercial de Veículos Ltda (b)	1.082	-	2.138
Unidas Franquias do Brasil S.A. (d)	5	1.678	-
Controladora e empresa ligada			
SAG GEST Soluções Automóveis Globais, SGPS, S.A. (c)	1.273	265	(727)
Consolidado	1.273	265	(727)
Controladora	4.244	1.943	2.138

- (a) Refere-se a contas a receber relacionada a despesas incorridas pela Companhia em favor da controlada.
(b) O saldo no ativo não circulante refere-se a despesas incorridas pela Companhia em favor da controlada
(c) O saldo no ativo não circulante refere-se a contas a receber relacionadas a despesas incorridas pela Companhia em favor da SAG GEST e o saldo no passivo circulante refere-se a contas a pagar relativas a despesas incorridas pela SAG GEST em favor da Companhia, ambos sujeitos à variação cambial.
(d) O saldo no passivo circulante refere-se à contas a receber relacionada a despesas incorridas pela controlada em favor da companhia.

Saldos e transações em 31 de dezembro de 2006

	Ativo não circulante	Passivo circulante	Receitas (despesas)
Controladas			
Unimat Comércio e Distribuidora Ltda. (a)	1.432	-	-
Unidas Comercial de Veículos Ltda (b)	4.117	1.119	81.829
Unidas Franquias do Brasil S.A. (d)	-	496	-
Controladora e empresa ligada			
SAG GEST Soluções Automóveis Globais, SGPS, S.A. (c)	304	-	59
Consolidado	304	-	59
Controladora	5.853	1.615	81.888

- (a) Refere-se a contas a receber relacionada a despesas incorridas pela Companhia em favor da controlada.
(b) O saldo no ativo não circulante refere-se a valores a receber em decorrência da venda de veículos da UNIDAS para esta controlada com prazo médio de vencimento de 90 dias. . O saldo no passivo circulante refere-se a adiantamentos efetuados pela controlada à controladora, relativos a antecipações de recursos para futuro fornecimento de veículos.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (c) O saldo no ativo não circulante refere-se a contas a receber relacionada a despesas incorridas pela Companhia em favor da SAG GEST sujeita a variação cambial.
- (d) Refere-se à contas a receber relacionada a despesas incorridas pela controlada em favor da Companhia.

Em adição às transações acima mencionadas, a Companhia tem empréstimo com a parte relacionada Volpe Holdings LLC, conforme mencionado na Nota 15.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empresas ligadas--Continuação

A marca “Unidas” está registrada em nome da Novinela B.V. (Acionista da Companhia), que as licenciou gratuitamente, em caráter irrevogável, mas não exclusivo, por prazo indeterminado, para utilização e exploração pela Companhia por meio de um Contrato de Licença de Uso de Marcas. Tal documento permite que a Companhia sublicencie as marcas licenciadas a terceiros, incluindo os franqueados da Companhia. Ainda por meio do referido contrato, a Novinela B.V. também licenciou para a Companhia o uso da marca “Unidas” nos seguintes países: Argentina, Chile, Itália, Portugal e Uruguai (nos quais a marca encontra-se devidamente registrada).

Adicionalmente, está acordada entre a Unidas e a Novinela, a cessão gratuita de todas as marcas “Unidas” para a Companhia, em caso de rescisão do referido contrato.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativo a operações com empresas ligadas, foram efetuadas de acordo com as condições pactuadas entre as empresas.

10. Bens não destinados a uso

	Controladora e Consolidado	
	2007	2006
Veículos destinados à venda	66.059	65.405
Veículos roubados ou sinistrados	7.961	6.283
Provisão de veículos roubados	(6.717)	(4.943)
Provisão de veículos sinistrados	(221)	
	67.082	66.745

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, a provisão de veículos roubados referia-se exclusivamente aos veículos roubados ou sinistrados, para os quais não há cobertura de seguros. Os veículos destinados à venda, registrados pelo custo líquido da depreciação acumulada estão a valor inferior ao valor líquido de venda estimado.

99999-9 UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30
--------------------	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos

As participações em sociedades controladas foram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, tomando por base as demonstrações financeiras das empresas controladas em 31 de dezembro de cada exercício, considerando os seguintes percentuais de participação:

Participação no capital integralizado %	Informações da controlada			Equivalência patrimonial (provisão para perda)			Valor do investimento		Provisão para perda com investimentos		
	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício									
		2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Controladas:											
Unimat Comércio e Distribuidora Ltda.	99,99%	(695)	(647)	(48)	(99)	(48)	(99)	-	-	(695)	(647)
Unidas Comercial de Veículos Ltda.	99,00%	(965)	(864)	(101)	(864)	(100)	(855)	-	-	(955)	(855)
Unidas Franquias do Brasil S.A.	99,99%	1.927	560	1.368	560	1.231	505	1.927	505	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	5	5	-	-
Total						1.083	(449)	1.932	510	(1.650)	(1.502)

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

Controladora

	Taxas médias anuais de depreciação %	2007		2006
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Veículos	2,33%	751.876	(25.049)	517.444
Acessórios	2,33%	12.338	(425)	5.805
Máquinas e equipamentos	10%	534	(275)	218
Instalações	10%	1.139	(339)	505
Móveis e utensílios	10%	2.145	(969)	1.077
Computadores e periféricos	20%	4.645	(3.375)	1.409
Direito de uso de software	20%	6.784	(3.192)	2.807
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	5.406	(2.058)	1.822
Outros	10%	2.047	(439)	1.463
		786.914	(36.121)	532.550

Consolidado

	Taxas médias Anuais de depreciação %	2007		2006
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Veículos	2,33%	751.876	(25.049)	517.444
Acessórios	2,33%	12.338	(423)	5.805
Maquinas e equipamentos	10%	534	(275)	218
Instalações	10%	1.471	(372)	679
Moveis e utensílios	10%	2.145	(969)	1.077
Computadores e periféricos	20%	4.649	(3.378)	1.411
Direito de uso de software	20%	6.784	(3.192)	2.807
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	5.410	(2.059)	1.822
Outros	10%	2.048	(440)	1.542
		787.255	(36.157)	532.805

99999-9 UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30
--------------------	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado--Continuação

O saldo dos bens objeto de arrendamento mercantil capitalizado (custo deduzido da depreciação acumulada) em 31 de dezembro de 2006 é demonstrado como segue:

	Controladora e Consolidado 2006
Custo	
Veículos	41.769
Depreciação acumulada	
Veículos	(6.254)
Líquido	35.515

No exercício de 2006, os contratos relativos aos arrendamentos a pagar têm prazos médios de 18 meses a pagar, em parcelas mensais que variam de R\$1 a R\$367. Os contratos firmados, em sua grande maioria, têm taxas pós-fixadas de juros, de até 3% ao ano de *spread* sobre o CDI. (vide Nota 15). Os juros foram levados ao resultado quando incorridos, na rubrica de despesa financeira. Durante o exercício de 2007, a Companhia não firmou novos contratos de arrendamento mercantil, e aqueles existentes em 31 de dezembro de 2006 foram liquidados, e os veículos alienados durante o exercício de 2007.

13. Diferido

	Controladora e Consolidado	
	2007	2006
Despesas pré-operacionais	1.469	1.469
Despesas com reorganização empresarial	5.624	-
(-) Amortização	(1.043)	(748)
	6.050	721

99999-9 UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30
--------------------	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
<i>Montadoras de veículos</i>				
Fiat Automóveis S.A.	5.682	11.885	5.682	11.885
General Motors do Brasil	12.714	13.475	12.714	13.475
Toyota do Brasil Ltda.	61	-	61	-
Renault do Brasil Ltda	375	3.421	375	3.421
Volkswagen do Brasil Ltda	4.576	2.903	4.576	2.903
Mitsubishi Motors	82	-	82	-
	23.490	31.684	23.490	31.684
<i>Serviços de manutenção e peças</i>				
Diversos fornecedores	4.889	2.781	4.971	2.866
	28.379	34.465	28.461	34.550

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e financiamentos

	Modalidade	Vencimento	Taxa média anual de juros	Garantias	31/12/2007	31/12/2006
Aplicados no Imobilizado						
<u>Moeda nacional</u>						
FINANCIAMENTO – CDC	CDC	jan/07 a jun/07	10,80%	Veículos	-	802
ABN	Compror	jan/07 a fev/07	2,18%	Veículos	-	2.401
SAFRA	Compror	jan/07 a set/07	17,46%	Veículos	-	628
SOFISA	Compror	jan/07 a jul/07	9,96%	Veículos	-	3.659
UNIBANCO	Compror	jan/07 a out/08	13,26%	Veículos	3.054	5.292
VOTORANTIM	Compror	jan/07 a mar/09	9,75%	Veículos	10.150	6.904
BRABESCO	Compror	fev/08 a fev/09	2,92%	Veículos	10.735	-
ABN	Leasing	jan/07 a jun/07	12,30%	Veículos	-	1.188
BANCO DO BRASIL	Leasing	jan/07 a jun/07	12,80%	-	-	5.499
BOSTON	Leasing	jan/07 a set/07	16,84%	Veículos	-	5.888
BRABESCO	Leasing	jan/07 a out/07	13,05%	Veículos	-	10.438
GM	Leasing	jan/07 a mar/07	7,62%	-	-	724
HSBC	Leasing	jan/07 a ago/07	16,46%	Veículos	-	3.101
ITAU	Leasing	jan/07 a ago/07	9,36%	Veículos	-	4.206
SAFRA	Leasing	jan/07 a ago/07	13,87%	Veículos	-	3.188
UNIBANCO	Leasing	jan/07 a jul/07	17,74%	-	-	7.107
VOLKSWAGEN	Leasing	jan/07 a set/07	21,79%	Veículos	-	2.806
					23.939	63.831
<u>Moeda estrangeira</u>						
ABN	Compror	jan/08 a nov/08	6,53 %	Veículos	22.018	-
BANCO DO BRASIL	Compror	abr/08 a out/08	5,02%	Veículos	23.742	-
BANESPA SANTANDER	Compror	jan/07 a set/08	3,83%	Veículos	10.281	15.133
BBM	Compror	Jan/08	11,75 %	Veículos	31.532	-
BOSTON	Compror	jan/07 a out/07	5,17%	Veículos	-	2.380
BRABESCO	Compror	fev/08 a set/08	10,50%	Veículos	8.614	-
HSBC	Compror	fev/07 a mar/09	8,63%	Veículos	17.877	9.273
ITAU	Compror	jan/07 a set/08	5,46%	Veículos	93.607	10.457
SAFRA	Compror	Jan/07 a jun/09	4,46%	Veículos	28.602	29.324
UNIBANCO	Compror	jan/07 a ago/08	1,23%	Veículos	17.486	14.413
VOTORANTIM	Compror	jan/07 a mar/08	7,52%	Veículos	1.688	9.908
SWAP	SWAP	Jan/07 a jun/09	-	-	22.284	17.724
					277.731	108.612
Aplicados no Capital de Giro:						
BES	Mútuo	mar/07 a mar/12	7,44%	Nota promissória	18.187	21.945
Volpe Holdings LLC	MEZANINO	mai/07 a dez/11	12,44%	Nota promissória	22.928	32.803
SWAP	Capital de giro	mar/07 a mar/12	-	-	55.031	14.478
					96.146	69.226
					397.816	241.669
Passivo circulante					295.706	192.923
Passivo não circulante					102.110	48.746

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A Companhia, com o objetivo de aumentar e renovar sua frota de veículos, aumentou as captações de recursos através de empréstimos, principalmente na modalidade *compror*. Por esta razão, o saldo de empréstimos e financiamentos aumentou de R\$241.669 em 2006 para R\$397.816 em 2007.

O contrato de empréstimo denominado Mezanino foi captado no exercício de 2004, junto à Volpe Holdings LLC que é parte relacionada da Companhia. O financiamento foi contratado em dólares norte americanos e à taxa de 11,50%. Esse contrato tem uma cláusula restritiva determinando limite sobre o índice financeiro baseado na razão entre a dívida de terceiros (dívida total consolidada subtraída do saldo devedor do empréstimo Mezanino) e a capitalização total (valor do patrimônio líquido somado ao valor da dívida de terceiros).

Para os exercícios de 2007 e 2006, a Companhia estava sujeita ao pagamento de juros adicionais de 1% ao ano (caso o índice atingisse entre 35% e 40%) ou de 2% ao ano (caso o índice atingisse entre 40% e 55%). Essa taxa de juros adicional é aplicada semestralmente e computada com base no saldo devedor do empréstimo. Caso o índice ultrapassasse 55%, o saldo integral do empréstimo se tornaria antecipadamente vencido. Durante o exercício de 2007 este índice não foi ultrapassado.

A Companhia efetuou pagamento de juros adicionais no montante de US\$152,000,00 no exercício de 2007 (US\$320,000,00 no exercício de 2006).

Os empréstimos e financiamentos a longo prazo vencem como segue:

	2007	2006
2008	-	6.842
2009	73.060	12.187
2010	10.096	12.187
2011	14.525	12.187
2012	4.429	5.343
	102.110	48.746

99999-9 UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30
--------------------	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Eurobônus

	Indexador	Juros	31/07/2007		31/12/2006	
			Circulante	Não circulante	Total	Total
Eurobônus	US\$	8,375% a.a.	2.374	106.278	108.652	131.145

Em 06 de outubro de 2006, a Companhia emitiu US\$ 60,000,000 em Eurobônus, com prazo de vencimento em outubro de 2009 em parcela única. A emissão foi liderada pelo Banco Espírito Santo.

Os juros possuem prazos de vencimento semestral, em 06 de abril e 06 de outubro de cada ano, com início em 06 de abril de 2007. A Companhia pagou no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, o montante de US\$ 5.025.000 relativo a juros.

17. Imposto de renda e contribuição social

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora
	2007
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.835
Adições	2.103
Exclusões	(7.763)
Base de cálculo do imposto de renda	5.175
Imposto de renda	1.270
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.835
Adições	1.299
Exclusões	(7.763)
Base de cálculo da contribuição social	4.371
Contribuição social	393
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	1.663

99999-9 UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30
--------------------	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A composição dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados está abaixo demonstrada:

	Controladora	
	2007	2006
Prejuízos fiscais	21.772	21.772
Base negativa da contribuição social	22.132	22.132

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências

A Companhia está se defendendo de diversas demandas judiciais de caráter tributário, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A administração da Companhia acredita que a provisão para Contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais externos. O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Tributárias	9.711	6.775	9.802	6.775
Cíveis	510	360	510	360
Trabalhistas	4.225	3.739	4.225	3.739
	14.446	10.874	14.537	10.874
(-) Depósitos judiciais	(519)	(181)	(528)	(181)
	13.927	10.693	14.009	10.693

a) Processos com perda provável

Processos tributários

Provisão atualizada pela variação da SELIC no montante de R\$ 9.711 (R\$ 6.775 em 31 de dezembro de 2006) constituída pelo não recolhimento do PIS no período de agosto a novembro de 2002 e da COFINS no período de agosto de 2002 a janeiro de 2004, em virtude de questionamento judicial quanto à incidência destes tributos sobre as receitas provenientes da locação de veículos. Existem decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça que consideram que a locação de bens móveis caracterizam faturamento e, portanto, deveriam ser incluídas na base de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia aguarda julgamento em segunda instância, pelo Tribunal Regional Federal.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências--Continuação

a) Processos com perda provável--Continuação

Processos cíveis--Continuação

A Companhia está se defendendo de ações judiciais cíveis, de natureza indenizatória de vítimas de acidentes automobilísticos envolvendo carros de nossa frota, em que se pleiteiam danos morais e materiais supostamente decorrentes destes eventos, para os quais foi constituída provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas no montante de R\$ 510 (R\$ 360 em 31 de dezembro de 2006). Tais processos encontram-se em diferentes instâncias judiciais não sendo possível presentemente atribuir jurisprudência sobre os mesmos.

Processos trabalhistas

Correspondem principalmente a pleitos de indenização por reclamações de horas extras, verbas rescisórias e diferenças salariais e férias, para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 4.225 (R\$ 3.739 em 31 de dezembro de 2006, respectivamente). Tais processos encontram-se em diferentes instâncias judiciais não sendo possível presentemente atribuir jurisprudência sobre os mesmos.

b) Processo com perda possível

Os processos classificados como perda possível pelos assessores jurídicos da Companhia totalizam aproximadamente R\$ 2.479 em 31 de dezembro de 2007 (R\$7.146 em 31 de dezembro de 2006). Não há processos que individualmente ultrapassem a 5% do patrimônio líquido da Companhia.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 19 de abril de 2006 foi aprovado aumento de capital no valor de R\$100.000.000 representado por 100.000.000 ações ordinárias nominativas, integralizadas em dinheiro.

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2007, deliberou: pela conversão da totalidade das ações preferenciais classe "A" de emissão da Companhia na mesma quantidade de ações ordinárias, nos termos do art. 136 da Lei das S.A..

Em 10 de novembro de 2007, os acionistas representando a totalidade do capital social, decidiram pelo grupamento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, à razão de 3:1, de forma que cada 3 (três) ações ordinárias de emissão da Companhia correspondam a 1 (uma) ação ordinária após o grupamento.

Em 19 de novembro de 2007 foi aprovado aumento de capital no valor de R\$ 93.214 representado por 26.862.863 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$ 3,47 (três reais e quarenta e sete centavos).

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2007 está representado por 107.541.632 ações ordinárias nominativas correspondentes a R\$ 335.250, cuja composição acionária é resumida a seguir:

	Quantidade de ações
SAG GEST Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A.	91.572.442
Novinela B.V.	8.250.898
SAG Automóveis Espanha SL	7.718.290
Administradores	2
	107.541.632

De acordo com o novo Estatuto Social da Companhia, aprovado na AGE retromencionada, o capital social poderá ser aumentado, por deliberação do

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite do capital autorizado de 363.054.459 ações, incluídas as ações ordinárias já emitidas. Qualquer aumento de capital que exceda o limite do capital autorizado deverá ser aprovado pelos acionistas em assembléia geral.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido--Continuação

b) Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 5%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Adicionalmente, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, observada a legislação aplicável. Os valores pagos a título de juros sobre capital próprio podem ser imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

Os acionistas têm optado por não distribuir dividendos.

c) Reserva legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

d) Reserva especial de ágio

Constituída com base no valor do ágio líquido da provisão de 66%, apurado na ocasião das integralizações da capital da controladora UNIDAS S.A. na antecessora Uninfra Locações e Comércio Ltda., conforme mencionado na Nota 7.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20. Despesas comerciais

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Comissões com agências	(1.578)	(1.483)	(1.578)	(1.483)
Comissões com terceirização de frotas	(2.387)	(4.324)	(2.437)	(4.894)
Propaganda e marketing	(6.392)	(5.595)	(6.546)	(5.717)
Provisão para devedores duvidosos	(4.136)	382	(4.136)	382
Outras	(399)	(24)	(402)	(39)
	(14.892)	(11.044)	(15.099)	(11.751)

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Despesas gerais e administrativas e honorários da administração

i) Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Despesas com pessoal	(13.973)	(10.084)	(13.985)	(10.019)
Despesas com ocupação	(1.496)	(1.550)	(1.496)	(1.564)
Despesas de comunicação	(2.266)	(1.685)	(2.272)	(1.690)
Serviços de terceiros	(8.970)	(5.449)	(8.973)	(5.513)
Despesas gerais	(3.571)	(2.286)	(3.574)	(2.290)
	(30.276)	(21.054)	(30.300)	(21.076)

ii) Honorários da administração

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Diretoria e Conselho de Administração	1.374	1.597	1.374	1.597
Outros executivos	2.337	2.244	2.351	2.316
	3.711	3.841	3.725	3.913

A Assembléia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global dos administradores em até R\$1.400 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 (R\$1.600 em 2006), cuja distribuição, individual, será fixada pelos administradores.

22. Despesas financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Despesas de juros	(32.711)	(32.882)	(32.754)	(32.888)
Despesas de swap	(123.054)	(48.054)	(123.054)	(48.054)
CPMF	(3.260)	(2.697)	(3.293)	(3.015)
Variações monetárias e cambiais passivas	(32.211)	(22.003)	(32.211)	(22.003)
Outras despesas financeiras	(3.284)	(1.820)	(3.325)	(1.863)
Total das despesas financeiras	(194.520)	(107.456)	(194.637)	(107.823)
Receitas de juros	440	270	444	272

99999-9 UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30
--------------------	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Receitas de swap	37.370	15.445	37.370	15.445
Rendimentos de aplicações financeiras	274	6.600	274	6.600
Variações monetárias e cambiais ativas	92.926	36.682	92.927	36.682
Outras receitas financeiras	57	47	57	50
Total das receitas financeiras	131.067	59.044	131.072	59.049
Despesas financeiras, líquidas	(63.453)	(48.412)	(63.565)	(48.774)

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Resultado não-operacional

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Receita na vendas de veículos	282.561	171.523	282.572	172.018
Custo líquido dos veículos vendidos	(285.982)	(173.627)	(285.982)	(173.627)
Comissão retorno financiamento	8.408	1.319	8.681	2.727
Outras receitas não operacionais	-	7	30	27
Total	4.987	(778)	5.301	1.145

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2007 a Companhia possui empréstimos de US\$ 237 milhões sujeitos a contratos de troca de índices envolvendo operações com instrumentos derivativos com a finalidade de proteção. Tais contratos prevêem a troca da variação do dólar pelo CDI.

b) Valor de mercado

O valor de mercado estimado dos instrumentos financeiros, principalmente disponibilidades, se aproxima do seu valor contábil por causa do curto prazo de vencimento desses instrumentos. Para a determinação do valor de mercado dos empréstimos e contratos de *swap*, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. Os valores estimados como “de Mercado” não representam que os Ativos e Passivos poderiam ser realizados ou liquidados por esses valores apresentados. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

b) Valor de mercado--Continuação

Em 31 de dezembro de 2007, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
	(não auditado)		(não auditado)	
Ativo				
Disponibilidades	34.212	34.212	34.427	34.427
Créditos com empresas ligadas	4.244	4.244	1.273	1.273
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	320.501	323.038	320.501	323.038
Eurobônus	108.652	115.632	108.652	115.632
Contratos de swap	77.315	74.184	77.315	74.184
Débitos com empresas ligadas	1.943	1.943	265	265

c) Fatores de risco

Os fatores de risco que afetam os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são os seguintes:

c.1) *Risco de crédito*

As políticas de locação e venda de veículos da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco).

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

c) Fatores de risco--Continuação

c.2) *Risco de taxa de câmbio e de juros*--Continuação

Os resultados da Companhia são suscetíveis a sofrer significativas variações, pois os seus financiamentos e empréstimos a pagar estão substancialmente afetados pelas variações nas taxas de juros que os remuneram e pela volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano.

A Administração monitora ativamente as variações nas taxas de juros de mercado. Com relação às flutuações da taxa de câmbio, a Companhia têm realizado operações com derivativos com fins de proteção.

25. Cobertura de seguros (não auditada)

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos com sinistros de seus Ativos Imobilizados, com base na avaliação dos seus consultores de seguros.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

O valor dos seguros contratados no montante de R\$ 5.248 em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 1.824 em 2006) é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

Ativos segurados	Modalidade	Importância segurada	
		2007	2006
Veículos	Cobertura total	5.217	1.808
Veículos	Cobertura de terceiros	11	10
Predial	Cobertura total	20	6
Total		5.248	1.824

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Alterações na preparação e divulgação das demonstrações financeiras

Em 28 de dezembro de 2007 foi sancionada pelo presidente da república do Brasil a Lei No. 11.638 que altera e revoga dispositivos da Lei No. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e da Lei No. 6.385 de 7 de dezembro de 1976.

Os requerimentos desta Lei aplicam-se às demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2008, contemplando as seguintes modificações aplicáveis à Companhia:

Alterações nas normas contábeis

Alguns ativos financeiros destinados a venda devem ser avaliados pelo valor de mercado.

Alguns ativos e passivos devem ser ajustados ao seu valor presente, especialmente os de longo prazo.

Os ajustes a valor de mercado dos ativos e passivos devem ser registrados em uma nova conta denominada ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido.

Torna obrigatória a preparação das demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado (para as sociedades por ações de capital aberto), substituindo a demonstração das origens e aplicações de recursos.

As sociedades fechadas poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários para as companhias abertas.

No presente momento não é possível antecipar os impactos, introduzidos pela Lei No. 11.638 sobre os resultados das operações e sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia e empresas controladas para as demonstrações financeiras do exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2008.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Eventos subsequentes

a) Abertura de capital

A Companhia prepara-se para o processo de abertura de capital na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e registro na CVM, bem como para o conseqüente processo da primeira oferta pública de ações.

b) Aumento do capital social

Em 05 de março de 2008, na presença dos acionistas que representam a totalidade do Capital Social, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 49.502. passando este de R\$ 335.250 para R\$ 384.752, mediante a emissão de 13.750.419 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 3,60 (três reais e sessenta centavos) por ação, fixado com base no artigo 170, parágrafo 1º, II, da Lei das S.A. As ações foram subscritas integralmente pela acionista SAG GEST – Soluções Automóveis Globais SGPS, S.A..

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras Auditadas da Emissora relativas ao período encerrado em 31 de março de 2008 e ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, com respectivo Parecer dos Auditores Independentes e demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em 31 de março de 2007

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

***Demonstrações Financeiras
Auditadas***

UNIDAS S.A. e empresas controladas

***31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2007
com Parecer dos Auditores Independentes***

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS

31 de março de 2008 e 31 de dezembro 2007

Índice

Parecer dos Auditores Independentes.....	C-3
Demonstrações Financeiras Auditadas	
Balanços Patrimoniais	C-5
Demonstrações dos Resultados	C-7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	C-8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	C-9
Demonstrações do Valor Adicionado.....	C-10
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	C-11

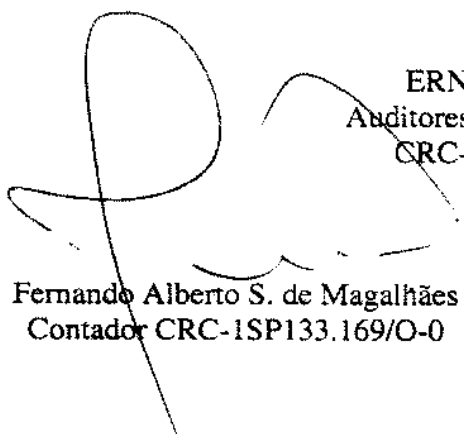
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Acionistas da
UNIDAS S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da UNIDAS S.A. e os balanços patrimoniais consolidados da UNIDAS S.A. e empresas controladas, levantados em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro 2007, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao período de três meses e exercício findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e empresas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia e empresas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UNIDAS S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada da UNIDAS S.A. e empresas controladas em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro 2007, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os fluxos de caixa e o valor adicionado referentes ao período de três meses e ao exercício findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a Instrução CVM 469/08.

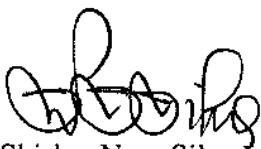
4. Conforme mencionado na nota explicativa 26, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei n°. 11.638, com vigência a partir de 1º. de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei n° 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas mudanças foram adotadas pela Companhia na preparação das demonstrações financeiras do período de três meses findos em 31 de março de 2008 e exercício findo em 31 de dezembro de 2007. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor e sido aplicada pela Companhia, com base em orientações da CVM e ou nas normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, as principais alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores brasileiros. Dessa forma, as demonstrações financeiras apresentadas poderão requerer ajustes quando do processo de normatização da Lei n° 11.638/07. As demonstrações financeiras referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2007, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas para incluir as mudanças das práticas contábeis introduzidas em 2008.
5. As demonstrações financeiras para o período de três meses findo em 31 de março de 2007, apresentadas para fins de comparabilidade, foram por nós revisadas sobre as quais emitimos relatório de revisão especial datado de 19 de outubro de 2007.

São Paulo (SP), 13 de junho de 2008



Fernando Alberto S. de Magalhães
Contador CRC-1SP133.169/O-0

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Shirley Nara Silva
Contador CRC-1BA022650/O-0-S-SP

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007

(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
			(não auditado)			(não auditado)
ATIVO						
Ativo circulante						
Disponibilidades e valores equivalentes (Nota 5)	78.955	34.212	12.361	79.103	34.427	12.789
Contas a receber (Nota 6)	58.851	48.825	32.468	60.081	50.067	33.439
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 7)	7.505	7.657	6.724	7.524	7.675	6.741
Despesas antecipadas (Nota 8)	17.705	11.111	11.091	17.721	11.131	11.124
Outros créditos	1.440	1.199	2.663	1.624	1.393	2.838
Total do ativo circulante	164.456	103.004	65.307	166.053	104.693	66.931
Ativo não circulante						
Realizável a longo prazo						
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 7)	13.748	14.584	15.880	13.748	14.584	15.880
Despesas antecipadas (Nota 8)	775	368	525	775	368	525
Créditos com empresas ligadas (Nota 9)	4.762	4.244	5.072	1.661	1.273	324
Outros créditos	186	181	120	234	230	168
Bens do imobilizado não destinados a Uso (Nota 10)	84.520	67.082	69.836	84.520	67.082	69.836
Permanente						
Investimentos (Nota 11)	2.718	1.932	778	5	5	7
Imobilizado (Nota 12)	823.771	750.784	525.238	824.232	751.089	525.440
Diferido (Nota 13)	5.587	6.050	648	5.587	6.050	648
Total do ativo não circulante	936.067	845.225	618.097	930.762	840.681	612.828
Total do ativo	1.100.523	948.229	683.404	1.096.815	945.374	679.759

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
			(não auditado)			(não auditado)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Passivo circulante						
Fornecedores (Nota 14)	46.173	28.370	21.779	46.243	28.452	21.807
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	320.127	297.161	173.646	320.127	297.161	173.646
Eurobônus (Nota 16)	4.990	2.599	5.703	4.990	2.599	5.703
Tributos a recolher	3.275	2.923	623	3.385	2.996	662
Salários e encargos a pagar	4.709	4.237	2.512	4.711	4.239	2.512
Débito com empresas ligadas (Nota 9)	56.710	1.943	2.023	54.053	265	-
Outras contas a pagar	7.585	6.755	5.728	7.945	6.999	5.600
Total do passivo circulante	443.569	343.988	212.014	441.454	342.711	209.930
Passivo não circulante						
Exigível a longo prazo						
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	105.608	100.965	50.079	105.608	100.965	50.079
Eurobônus (Nota 16)	112.558	113.752	133.817	112.558	113.752	133.817
Provisão para perda com investimento (Nota 11)	1.666	1.650	1.636	-	-	-
Provisão para contingências (Nota 18)	10.896	13.927	11.275	10.979	14.009	11.275
Total do passivo não circulante	230.728	230.294	196.807	229.145	228.726	195.171
Participações minoritárias	-	-	-	(10)	(10)	75
Patrimônio líquido (Nota 19)						
Capital social	384.752	335.250	242.036	384.752	335.250	242.036
Ajustes de avaliação patrimonial	(8.270)	(8.009)	(7.164)	(8.270)	(8.009)	(7.164)
Reserva de capital	33.431	33.431	33.431	33.431	33.431	33.431
Reserva de lucros	13.275	13.275	211	13.275	13.275	211
Lucros acumulados	3.038	-	6.069	3.038	-	6.069
Total do patrimônio líquido	426.226	373.947	274.583	426.226	373.947	274.583
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.100.523	948.229	683.404	1.096.815	945.374	679.759

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2008 e 2007 e exercício findo em 31 de dezembro 2007

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
			(não auditado)			(não auditado)
Receita bruta de aluguel e serviços	71.349	245.174	52.772	72.283	246.852	53.112
Deduções da receita bruta	(9.591)	(29.880)	(5.588)	(9.631)	(29.996)	(5.601)
Receita operacional líquida	61.758	215.294	47.184	62.652	216.856	47.511
Custos dos aluguéis e serviços prestados	(29.614)	(90.040)	(18.836)	(29.614)	(90.156)	(18.996)
Lucro bruto	32.144	125.254	28.348	33.038	126.700	28.515
Receitas (despesas) operacionais						
Comerciais (Nota 20)	(3.233)	(14.892)	(3.568)	(3.235)	(15.099)	(3.773)
Gerais e administrativas (Nota 21)	(9.986)	(30.276)	(6.085)	(9.994)	(30.300)	(6.070)
Honorários da administração (Nota 21)	(881)	(3.711)	(961)	(881)	(3.725)	(975)
Despesas financeiras, líquidas (Nota 22)	(16.719)	(63.453)	(13.691)	(16.730)	(63.565)	(13.726)
Equivalência patrimonial (Nota 11)	770	1.083	132	-	-	-
Ganhos com participação acionária	-	191	-	-	-	-
Depreciação e amortização	(861)	(2.940)	(705)	(872)	(2.965)	(710)
Amortização de ágio, líquida da reversão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (Nota 7)	(836)	(3.343)	(836)	(836)	(3.343)	(836)
Outras despesas operacionais, líquidas	(655)	(2.065)	(210)	(655)	(2.091)	(234)
Lucro (prejuízo) operacional	(257)	5.848	2.424	(165)	5.612	2.191
Resultado não operacional (Nota 23)	3.940	4.987	6	3.945	5.301	300
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.683	10.835	2.430	3.780	10.913	2.491
Imposto de renda e contribuição social (Nota 17)	(645)	(1.663)	(253)	(742)	(1.797)	(285)
Lucro do período/exercício antes das participações minoritárias	3.038	9.172	2.177	3.038	9.116	2.206
Participações minoritárias	-	-	-	-	56	(29)
Lucro líquido do período/exercício	3.038	9.172	2.177	3.038	9.172	2.177
Lucro por lote de mil ações no fim do período/exercício – em R\$	25,05	85,29	8,99			
Quantidade de ações (mil)	121.292	107.542	242.036			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2008 e 2007 e exercício findo em 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de capital – ágio	Reserva de lucros			Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro 2006	242.036	-	33.431	211	-	3.892	279.570
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	2.177	2.177
Ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros	-	(7.164)	-	-	-	-	(7.164)
Saldos em 31 de março 2007 (não auditado)	242.036	(7.164)	33.431	211	-	6.069	274.583
Aumento de capital	93.214	-	-	-	-	-	93.214
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	6.995	6.995
Destinação proposta à Assembléia Geral	-	-	-	459	-	(459)	-
Reserva legal	-	-	-	-	2.178	(2.178)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	10.427	(10.427)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros	-	(845)	-	-	-	-	(845)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	335.250	(8.009)	33.431	670	12.605	-	373.947
Aumento de capital	49.502	-	-	-	-	-	49.502
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	3.038	3.038
Ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros	-	(261)	-	-	-	-	(261)
Saldos em 31 de março de 2008	384.752	(8.270)	33.431	670	12.605	3.038	426.226

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2008 e 2007 e exercício findo em 31 de dezembro 2007

(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007 (não auditado)	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007 (não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido do período/exercício	3.038	9.172	2.177	3.038	9.172	2.177
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais						
Participações minoritárias	-	-	-	-	(56)	29
Depreciação e amortização	8.632	19.412	4.546	8.642	19.437	4.553
Resultado na venda de ativo imobilizado	(978)	3.421	1.051	(978)	3.410	1.038
Equivalência patrimonial	(770)	(1.083)	(132)	-	-	-
Amortização de ágio, líquida da reversão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	836	3.343	836	836	3.343	836
Provisão para contingências	(3.031)	3.053	401	(3.030)	3.135	401
Variações cambiais, monetárias e juros, líquidos	12.148	57.736	13.431	12.147	57.735	13.430
Variações de ativos e passivos operacionais, circulantes e de longo prazo						
Redução (aumento) das contas a receber	(10.026)	(23.928)	(7.571)	(10.014)	(22.405)	(5.777)
Aumento em outros ativos circulantes e de longo prazo	(7.612)	(5.808)	(6.030)	(7.469)	(8.396)	(6.831)
(Redução) aumento em outros passivos circulantes e de longo prazo	19.448	1.024	(10.539)	19.590	723	(11.647)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	21.685	66.342	(1830)	22.762	66.098	(1.791)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	73.750	282.561	59.085	73.750	282.572	59.098
No imobilizado	(171.357)	(523.669)	(60.389)	(171.522)	(523.741)	(60.342)
No diferido	-	(5.623)	-	-	(5.623)	-
No investimento	-	(191)	(2)	-	-	(2)
No realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	-
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(97.607)	(246.922)	(1.306)	(97.772)	(246.792)	(1.246)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Captação de mútuo	54.767	-	-	53.788	-	-
Integralização de capital	49.502	93.214	-	49.502	93.214	-
Empréstimos captados	134.511	363.114	21.004	134.511	363.114	21.004
Pagamentos de empréstimos	(118.115)	(287.196)	(51.167)	(118.115)	(287.196)	(51.167)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	120.665	169.132	(30.163)	119.686	169.132	(30.163)
Aumento (diminuição) nas disponibilidades	44.743	(11.448)	(33.299)	44.676	(11.562)	(33.200)
Saldo das disponibilidades no início do período / exercício	34.212	45.660	45.660	34.427	45.989	45.989
Saldo das disponibilidades no final do período / exercício	78.955	34.212	12.361	79.103	34.427	12.789
Demonstração do aumento (diminuição) das disponibilidades	44.743	(11.448)	(33.299)	44.676	(11.562)	(33.200)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2008 e 2007 e exercício findo em 31 de dezembro de 2007
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007 (não auditado)	31/03/2007	31/03/2008 (não auditado)	31/12/2007	31/03/2007
RECEITAS						
Receita de aluguel e serviços	71.349	245.174	52.772	72.283	246.852	53.112
Devoluções e cancelamentos	(3.073)	(8.316)	(737)	(3.078)	(8.317)	(736)
Provisão para devedores duvidosos	(1.502)	(4.136)	(807)	(1.502)	(4.136)	(807)
Resultado não operacional	3.940	4.987	6	3.945	5.301	300
	70.714	237.709	51.234	71.648	239.700	51.869
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS)						
Custos dos aluguéis e serviços prestados	18.497	65.038	13.736	18.497	65.052	13.810
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	5.382	16.871	2.894	5.385	16.909	2.892
Comerciais e publicidade	1.731	10.756	2.761	1.733	10.963	2.966
	25.610	92.665	19.391	25.615	92.924	19.668
VALOR ADICIONADO BRUTO	45.104	145.044	31.843	46.033	146.776	32.201
RETENÇÕES						
Depreciação e amortização	8.632	19.412	4.546	8.642	19.437	4.553
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	36.472	125.632	27.297	37.391	127.339	27.648
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA						
Resultados de participações societárias	770	1.274	132	-	56	(30)
Amortização de ágio líquida da reversão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	(836)	(3.343)	(836)	(836)	(3.343)	(836)
Receitas financeiras	49.585	131.067	22.009	49.586	131.072	22.009
	49.519	128.998	21.305	48.750	127.785	21.143
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	85.991	254.630	48.602	86.141	255.124	48.791
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Empregados	10.684	33.186	6.529	10.691	33.214	6.538
Governo	2.972	11.150	2.343	3.104	11.432	2.410
Financiadores	69.297	201.122	37.553	69.308	201.306	37.666
Reinvestido	3.038	9.172	2.177	3.038	9.172	2.177
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	85.991	254.630	48.602	86.141	255.124	48.791

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Unidas S.A. (“Unidas” ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto: (a) a locação de veículos automotores e equipamentos; (b) a concessão de licenças para uso de sua marca de locação e do sistema operacional de locação; (c) o uso sob licença, ou sublicenciamento de marcas de locação e do sistema operacional de locação das empresas do grupo ou de terceiros; (d) o agenciamento de publicidade em veículos de comunicação e a prestação de serviços de propaganda e marketing; (e) a prestação de serviços de transporte em geral, sob qualquer título e modalidade; (f) a prestação de serviços de terceirização de frotas, com o respectivo gerenciamento de seus veículos e equipamentos componentes, bem como do pessoal e dos recursos humanos que os operam; (g) a prestação de serviços gráficos; (h) a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou sócia quotista; (i) a locação e sublocação de motocicletas e outros meios de transporte.

Como parte de seu programa de renovação de frotas, a Companhia realiza a venda de veículos usados.

Em 31 de março de 2008, a estrutura da Companhia incluindo os franqueados era composta dos seguintes dados não auditados: 120 pontos de atendimento, dos quais 33 eram lojas e 34 postos avançados em clientes, ambos operados pela Unidas e 53 por empresas franqueadas. O sistema de franquias da Unidas é administrado pela Unidas Franquias do Brasil S.A.

Na mesma data, a frota da Unidas era composta dos seguintes dados não auditados: 32.192 veículos, dos quais 26.608 pertencentes ao negócio de aluguel e administração de frotas (“*fleet*”) e 5.584 pertencentes ao negócio de “*rent a car*”. A frota do aluguel de carros é renovada após sua vida útil econômica, que normalmente varia de 12 a 18 meses. Uma porção significativa é vendida a consumidores finais por meio de oito lojas de venda de veículos usados, localizadas em duas cidades do Brasil.

O segmento de aluguel e administração de frotas é direcionado para empresas. O período de locação de veículos para frota varia de 12 a 48 meses. Os contratos são rescindíveis mediante comunicação prévia de 30 dias e multas contratuais que variam de 50% a 25% dos pagamentos a vencer, dependendo dos prazos de contratação e cláusulas de renovação.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária e as normas expedidas pela CVM.

Em virtude da vigência da Lei no. 11.638/07, que alterou e introduziu novos dispositivos à Lei 6.404/76, e em consonância com a Deliberação CVM 506/06, a Companhia efetuou certos ajustes nos saldos das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007, para permitir a comparabilidade com as demonstrações financeiras de 31 de março de 2008, conforme demonstrado na Nota 26.

A autorização para conclusão da preparação das demonstrações financeiras referentes ao período de três meses e ao exercício findo em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2007, ocorreu nas reuniões de diretoria realizadas em 12 de junho de 2008 e 02 de maio de 2008, respectivamente.

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos nas datas dos balanços.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social foi computada com base na legislação vigente nas datas dos balanços.

As demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, exceto quando indicado de outra forma, estão apresentadas em milhares de reais.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras--Continuação

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Os passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas nas demonstrações do resultado.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Empresas	Controladas%	Atividade principal	Localização
Unidas Comercial de Veículos Ltda.	99,00	Comércio de veículos usados	São Paulo
Unimat Comércio Ltda.	99,99	Compra e venda de materiais diversos	São Paulo
Unidas Franquias do Brasil S.A.	99,99	Locação de veículos e terceirização de frotas	São Paulo

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Em 04 de junho de 2007 o acionista Luis Miguel Lopes Branco de Sousa transferiu para o acionista Wilson Tadeu Domingues 1000 (mil) ações ordinárias. Em 28 de dezembro de 2007 o acionista Wilson Tadeu Domingues transferiu 999 (novecentos e noventa e nove) ações ordinárias, para a Unidas S.A. sem ônus, que passou a deter 99,99% de participação nesta empresa, gerando um ganho de participação de R\$191.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das Demonstrações Financeiras

A Companhia, seguindo as orientações da NPC 12 - Mudança de Estimativas Contábeis e Correção de Erros, reconheceu ajustes de forma retroativa nas suas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro 2007, conforme demonstrado abaixo:

	Resultado	Patrimônio líquido
	2007	2007
Saldos originalmente apresentados	(50.438)	325.793
Descrição dos ajustes:		
Reversão da depreciação de veículos (a)	117.048	184.938
Valor residual de veículos baixados (a)	(54.629)	(122.629)
Complemento de provisão de veículos roubados (a)	(1.173)	(4.016)
Equivalência patrimonial	55	9
Imposto de renda e contribuição social	(1.663)	(1.663)
Ajuste de avaliação patrimonial (b)	-	(8.009)
Outros	(28)	(476)
Saldos após ajustes	9.172	373.947

Os ajustes contra patrimônio líquido diferem significativamente dos ajustes alocados aos resultados de 2007 em decorrência dos ajustes alocados a 31 de dezembro de 2005 e o efeito cumulativo dos anos subsequentes.

- a) Mudança de critério contábil: a Companhia alterou o critério de apuração da depreciação dos veículos e acessórios. Anteriormente, essa apuração era feita utilizando-se um método linear, a taxas próximas dos limites fiscais. O método que passou a ser utilizado baseia-se no valor estimado de realização desses itens (Vide Nota 4.g).
- b) Efeito do ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros, em atendimento à Lei 11.638.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das Demonstrações Financeiras--Continuação

Como consequência dos referidos ajustes e reclassificações contábeis, as demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro 2007 estão apresentadas com os seguintes saldos ajustados:

	CONTROLADORA		
	31 de dezembro de 2007		
	Original	Ajustes (*)	Ajustado
ATIVO			
Ativo circulante			
Disponibilidades e valores equivalentes	34.212	-	34.212
Contas a receber	48.825	-	48.825
Impostos e contribuições sociais a compensar	7.965	(308)	7.657
Despesas antecipadas	11.339	(228)	11.111
Outros créditos	1.368	(169)	1.199
Total do ativo circulante	103.709	(705)	103.004
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos e contribuições sociais a compensar	14.584	-	14.584
Despesas antecipadas	368	-	368
Depósitos judiciais	519	519	-
Crédito com empresas ligadas	4.244	-	4.244
Outros créditos	181	-	181
Bens do imobilizado não destinados a uso	-	67.082	67.082
Permanente			
Investimentos	1.933	(1)	1.932
Imobilizado	759.582	(8.798)	750.784
Diferido	5.822	228	6.050
Total do ativo não circulante	787.233	57.992	845.225
Total do ativo	890.942	57.287	948.229

(*) Contempla ajustes relativos a reclassificações

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das Demonstrações Financeiras--Continuação

	CONTROLADORA		
	31 de dezembro de 2007		
	Original	Ajustes (*)	Ajustado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo circulante			
Fornecedores	28.379	(9)	28.370
Empréstimos e financiamentos	295.706	1.455	297.161
Eurobônus	2.374	225	2.599
Tributos a recolher	1.261	1.662	2.923
Salários e encargos a pagar	4.237	-	4.237
Débito com empresas ligadas	1.943	-	1.943
Outras contas a pagar	6.755	-	6.755
Total do passivo circulante	340.655	3.333	343.988
Passivo não circulante			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	102.110	(1.145)	100.965
Eurobônus	106.278	7.474	113.752
Provisão para perda com investimentos	1.660	(10)	1.650
Provisão para contingências	14.446	(519)	13.927
Total do passivo não circulante	224.494	5.800	230.294
Patrimônio líquido			
Capital social	335.250	-	335.250
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(8.009)	(8.009)
Reserva de capital	33.431	-	33.431
Reserva de lucros	202	13.073	13.275
Lucros (prejuízos) acumulados	(43.090)	43.090	-
Total do patrimônio líquido	325.793	48.154	373.947
Total do passivo e do patrimônio líquido	890.942	57.287	948.229

(*) Contempla ajustes relativos a reclassificações

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das Demonstrações Financeiras--Continuação

	CONTROLADORA		
	31 de dezembro de 2007		
	Original	Ajustes (*)	Ajustado
Receita bruta de aluguel e serviços	245.174	-	245.174
Deduções da receita bruta	(29.880)	-	(29.880)
Receita operacional líquida	215.294	-	215.294
Custos dos aluguéis e serviços prestados	(206.147)	116.107	(90.040)
Lucro bruto	9.147	116.107	125.254
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	(14.892)	-	(14.892)
Gerais e administrativas	(30.276)	-	(30.276)
Honorários da administração	(3.711)	-	(3.711)
Despesas financeiras, líquidas	(63.192)	(261)	(63.453)
Equivalência patrimonial	1.219	(136)	1.083
Ganhos com participação acionária	-	191	191
Depreciação e amortização	(2.940)	-	(2.940)
Amortização de ágio, líquida da reversão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	(3.343)	-	(3.343)
Outras despesas operacionais, líquidas	(2.065)	-	(2.065)
Lucro (prejuízo) operacional	(110.053)	115.901	5.848
Resultado não operacional	59.615	(54.628)	4.987
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(50.438)	61.273	10.835
Imposto de renda e contribuição social	-	(1.663)	(1.663)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(50.438)	59.610	9.172
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações no fim do exercício – em R\$	(469,00)	-	85.29
Quantidade de ações (mil)	107.542	-	107.542

(*) Contempla ajustes relativos a reclassificações

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de locações é reconhecida *pro rata temporis* em função da vigência do contrato de locação. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

A receita de venda de veículos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao veículo são transferidos para o comprador.

b) Disponibilidades e valores equivalentes

Incluem os saldos em conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata registrados ao custo e acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber, tendo por base o histórico de perdas da Companhia, que geralmente representam os créditos vencidos acima de 90 dias considerados como de improvável recuperação.

d) Impostos e contribuições sociais a compensar

Em 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007, contemplava créditos tributários provenientes de ágio pago por ocasião das integralizações de capital da controladora Unidas S.A. na antecessora Uninfra Locações e Comércio Ltda., líquido de provisão de 66% constituída na própria Companhia, antes de ser incorporada.

A amortização do ágio por incorporação e a respectiva provisão são efetuadas pela taxa de 10% a.a. de acordo com o fundamento econômico de rentabilidade futura conforme laudo de incorporação na data.

Nos exercícios sociais em que há imposto de renda a pagar, a amortização líquida do ágio (crédito fiscal) é demonstrada como parte da despesa efetiva de imposto de renda.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Sumário das Principais Práticas Contábeis--Continuação

e) Bens do imobilizado não destinados a uso

Os veículos fora de frota que se destinam à venda estão avaliados ao custo, líquido da depreciação acumulada até a data da retirada da frota, ou valor líquido de realização, dos dois o menor.

Os veículos roubados ou sinistrados estão avaliados ao custo, líquido da depreciação acumulada, menos a provisão de avaliação para reduzi-lo ao valor líquido de realização quando não estiverem com cobertura de seguros.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial e são eliminados no processo de consolidação.

g) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear (exceção ao item veículos) às taxas mencionadas na Nota 12 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Os veículos destinados à locação são depreciados de acordo com um método econômico que considera o valor estimado de realização destes veículos na data esperada de venda. Desta forma, as taxas de depreciação variam de veículo para veículo, de acordo com a data em que foi comprado, o valor pago e a data e o valor estimado de venda. A vida útil dos veículos é revisada anualmente e ajustada quando aplicável.

A depreciação dos veículos compõe o custo dos alugueis e serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa operacional.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Sumário das Principais Práticas Contábeis--Continuação

h) Diferido

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear num prazo que não excede cinco anos.

i) Passivos

Reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto a prazo e valor e são estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Provisão para contingências

A provisão para contingências é determinada pela Administração de acordo com a expectativa de perda de cada contingência, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingência estão descritos na Nota 18.

k) Empréstimos e financiamentos

São apresentados pelo valor do principal acrescido dos encargos financeiros incorridos *pro rata temporis* até as datas dos balanços e variações cambiais, quando aplicável.

l) Tributação

l.1) Tributação sobre as receitas

As receitas de aluguel de veículos estão sujeitas ao Programa de Integração Social – PIS (1,65%) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS (7,60%).

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Sumário das Principais Práticas Contábeis--Continuação

l) Tributação--Continuação

l.1) Tributação sobre as receitas--Continuação

As receitas decorrentes da venda de veículos estão sujeitas exclusivamente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, quando são vendidos em prazo inferior a 12 meses da data de aquisição, a alíquotas variáveis de acordo com o Estado em que opera.

Esses encargos são apresentados como deduções das respectivas receitas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes do critério de apuração pela não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos aluguéis na demonstração do resultado.

Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

l.2) Tributação sobre o lucro

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

m) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, como *swap*, são reconhecidos nos balanços patrimoniais da Companhia inicialmente pelo seu valor de custo e, posteriormente, atualizados à valor de mercado ou equivalente, tendo como contrapartida a conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, enquanto não computadas no resultado do exercício, em obediência ao regime de competência. A utilização desses instrumentos visa diminuir os riscos em financiamentos em moeda estrangeira. De acordo com suas políticas de tesouraria, a Companhia não tem ou emite instrumentos financeiros derivativos para fins outros que não os de proteção.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Disponibilidades e Valores Equivalentes

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
			(não auditado)			(não auditado)
Caixa e bancos	5.174	3.839	6.642	5.322	4.054	7.070
Aplicações financeiras	73.781	30.373	5.719	73.781	30.373	5.719
	78.955	34.212	12.361	79.103	34.427	12.789

Em 31 de março de 2008, as aplicações financeiras referem-se a debêntures, remuneradas a taxas que variam de 101,0% a 101,3% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e com vencimentos que não ultrapassam 90 dias da data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2007 e 31 de março 2007, as aplicações financeiras referiam-se substancialmente a certificados de depósito bancário, remunerados a taxas que variavam de 95% a 102% do CDI. Os vencimentos não ultrapassavam 90 dias das datas dos balanços.

6. Contas a Receber

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
			(não auditado)			(não auditado)
Locação de veículos						
Faturados	48.808	43.089	26.123	49.491	43.546	26.430
Locação de veículos a						
Faturar	3.210	2.531	535	3.210	2.531	535
Venda de veículos	14.594	9.228	8.608	14.658	9.290	8.948
Outros valores a receber	70	306	592	553	1.029	916
	66.682	55.154	35.858	67.912	56.396	36.829
Provisão para créditos de						
liquidação duvidosa	(7.831)	(6.329)	(3.390)	(7.831)	(6.329)	(3.390)
	58.851	48.825	32.468	60.081	50.067	33.439

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a Receber--Continuação

A abertura do saldo por idade de vencimento está abaixo demonstrada:

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
			(não auditado)			(não auditado)
A faturar	3.210	2.531	535	3.210	2.531	535
Faturados:						
A vencer	44.865	22.371	23.337	46.095	23.428	24.308
Vencidos						
1 a 30 dias	5.251	9.653	4.330	5.251	9.709	4.330
31 a 60 dias	4.060	4.898	3.582	4.060	4.911	3.582
61 a 90 dias	2.720	2.532	1.688	2.720	2.532	1.688
91 a 120 dias	308	2.308	111	308	2.373	111
Vencidos há mais de 120 dias	6.268	10.861	2.275	6.268	10.912	2.275
	66.682	55.154	35.858	67.912	56.396	36.829

A movimentação da provisão para devedores duvidosos é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
			(não auditado)
Saldos no início do período / exercício	6.329	2.863	2.863
Constituição de provisão	1.502	4.136	807
(-) Reversão de provisão	-	-	-
(-) Baixa / reversão de baixa contra contas a receber		(670)	(280)
Saldos no final do período / exercício	7.831	6.329	3.390

7. Impostos e Contribuições Sociais a Compensar

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
			(não auditado)			(não auditado)
IRRF sobre serviços prestados	193	186	189	193	186	189
IRRF sobre aplicações financeiras	2.178	2.071	415	2.178	2.071	415
IRPJ a compensar	1.007	1.007	1.982	1.007	1.007	1.982
CSL a compensar	358	354	795	358	354	795
PIS	319	603	-	322	607	4
COFINS	1.318	1.304	-	1.333	1.316	13
Créditos tributários (a)	15.880	16.716	19.223	15.880	16.716	19.223
Outros	-	-	-	1	2	-
	21.253	22.241	22.604	21.272	22.259	22.621
(-) Ativo circulante	7.505	7.657	6.724	7.524	7.675	6.741
Ativo não circulante	13.748	14.584	15.880	13.748	14.584	15.880

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação

31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Impostos e Contribuições Sociais a Compensar--Continuação

- (a) Os créditos tributários em 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 são oriundos de ágio pago por ocasião das integralizações de capital da controladora UNIDAS S.A. na antecessora Uninfra Locações e Comércio Ltda.. Em 2002, por ocasião do processo de incorporação, foi registrada uma provisão correspondente a 66% do valor do ágio na própria Unidas antes de ser incorporada, para que o ágio líquido correspondesse ao benefício fiscal decorrente de sua amortização. O registro do ágio, líquido da provisão, teve como contrapartida a reserva especial de ágio, constante no patrimônio líquido (Vide Nota 19d).

A amortização desse ágio e a respectiva provisão são efetuadas pela taxa de 10% a.a., de acordo com o fundamento econômico de rentabilidade futura conforme laudo de incorporação na data.

Os saldos do ágio e da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido, em 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007, são compostos como segue:

	Controladora e Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007 (não auditado)
Ágio de incorporação	98.328	98.328	98.328
(-) Amortização de ágio	(51.622)	(49.164)	(41.790)
Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	(64.896)	(64.896)	(64.896)
Reversão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	34.070	32.448	27.581
	15.880	16.716	19.223
(-) Ativo circulante	3.343	3.343	3.343
Ativo não circulante	12.537	13.373	15.880

8. Despesas Antecipadas

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007 (não auditado)	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007 (não auditado)
Encargos antecipados sobre empréstimos e financiamentos	2.167	2.245	2.918	2.183	2.265	2.948
Prêmio de seguros	6.091	5.248	2.316	6.091	5.248	2.316
Seguro obrigatório e licenciamento de veículos	7.871	2.466	5.321	7.871	2.466	5.321
Gastos com reorganização empresarial	1.713	1.456	-	1.713	1.456	-
Outros	638	64	1.061	638	64	1.064
	18.480	11.479	11.616	18.496	11.499	11.649
(-) Ativo circulante	17.705	11.111	11.091	17.721	11.131	11.124
Ativo não circulante	775	368	525	775	368	525

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empresas Ligadas

Saldos e transações em 31 de março de 2008

	Ativo não circulante	Passivo circulante	Receitas (despesas)
Controladas			
Unimat Comércio e Distribuidora Ltda. (a)	1.964	-	-
Unidas Comercial de Veículos Ltda. (a)	1.084	-	-
Unidas Franquias do Brasil S.A. (b)	53	2.657	-
Controladora			
SAG GEST Soluções Automóveis Globais, SGPS, S.A. (c)	1.661	54.053	(4.043)
Consolidado	1.661	54.053	(4.043)
Controladora	4.762	56.710	-

- (a) Refere-se a contas a receber relacionadas a despesas incorridas pela Companhia em favor da controlada.
(b) O saldo no passivo circulante refere-se a contas a receber relacionadas a despesas incorridas pela controlada em favor da Companhia.
(c) O saldo no ativo não circulante refere-se a contas a receber relacionadas a despesas incorridas pela Companhia em favor da SAG GEST e o saldo no passivo circulante refere-se a empréstimo cedido pela SAG GEST, com vencimento em 29 de junho de 2008, ambos sujeitos variação cambial.

Saldos e transações em 31 de dezembro de 2007

	Ativo não circulante	Passivo circulante	Receitas (despesas)
Controladas			
Unimat Comércio e Distribuidora Ltda. (a)	1.884	-	-
Unidas Comercial de Veículos Ltda. (a)	1.082	-	2.138
Unidas Franquias do Brasil S.A. (b)	5	1.678	-
Controladora			
SAG GEST Soluções Automóveis Globais, SGPS, S.A. (c)	1.273	265	(727)
Consolidado	1.273	265	(727)
Controladora	4.244	1.943	2.138

- (a) Refere-se a contas a receber relacionadas a despesas incorridas pela Companhia em favor da controlada.
(b) O saldo no passivo circulante refere-se a contas a receber relacionadas a despesas incorridas pela controlada em favor da Companhia.
(c) O saldo no ativo não circulante refere-se a contas a receber relacionadas a despesas incorridas pela Companhia em favor da SAG GEST e o saldo no passivo circulante refere-se a contas a pagar relativas a despesas incorridas pela SAG GEST em favor da Companhia, ambos sujeitos a variação cambial.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empresas Ligadas--Continuação

Saldos e transações em 31 de março de 2007 (não auditado)

	Ativo não circulante	Passivo circulante	Receitas (despesas)
Controladas			
Unimat Comércio e Distribuidora Ltda. (a)	1.531	-	-
Unidas Comercial de Veículos Ltda. (b)	3.217	1.435	2.138
Unidas Franquias do Brasil S.A. (c)	-	588	-
Controladora			
SAG GEST Soluções Automóveis Globais, SGPS, S.A. (d)	324	-	-
Consolidado	324	-	-
Controladora	5.072	2.023	2.138

- (a) Refere-se a contas a receber relacionadas a despesas incorridas pela Companhia em favor da controlada.
- (b) O saldo no ativo não circulante refere-se a valores a receber em decorrência da venda de veículos da UNIDAS para esta controlada. O saldo no passivo circulante refere-se a adiantamentos efetuados pela controlada à controladora.
- (c) Refere-se a contas a receber relacionadas a despesas incorridas pela controlada em favor da Companhia.
- (d) O saldo no ativo não circulante refere-se a contas a receber relacionadas a despesas incorridas pela Companhia em favor da SAG GEST, sujeitas a variação cambial.

Em 31 de março de 2008 e 2007, e 31 de dezembro de 2007, as despesas incorridas pela Companhia (Unidas S/A) em favor das suas controladas ou sua controladora (SAG GEST), assim como as despesas incorridas pela Unidas Franquias em favor da controladora (Unidas S/A), referem-se a compartilhamento de gastos entre empresas do grupo, para o ressarcimento de despesas tais como salários e encargos trabalhistas de áreas que atuam como back office suportando as atividades administrativas destas empresas.

As principais transações mantidas entre a Companhia e as sociedades controladas e controladora, consideram um conjunto das sociedades como um todo e os aspectos operacionais específicos em que se realizam estas transações, observadas as condições comutativas de mercado e não possuem data de vencimento específica. As liquidações destes gastos ocorrem na medida em que tais sociedades possuem fluxo financeiro para sua a quitação

Em adição às transações acima mencionadas, a Companhia tem empréstimo com a parte relacionada Volpe Holdings LLC, conforme mencionado na Nota 15.

A marca “Unidas” está registrada em nome da Novinela B.V. (acionista da Companhia), que as licenciou gratuitamente, em caráter irrevogável, mas não exclusivo, por prazo indeterminado, para utilização e exploração pela Companhia por meio de um Contrato de Licença de Uso de Marcas. Tal documento permite que a Companhia sublicencie as marcas licenciadas a terceiros, incluindo os franqueados da Companhia. Ainda por meio do referido contrato, a Novinela B.V. licenciou para a Companhia o uso da marca “Unidas” nos seguintes países: Argentina, Chile, Itália, Portugal e Uruguai (nos quais a marca encontra-se devidamente registrada).

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empresas Ligadas--Continuação

Adicionalmente, está acordada entre a Unidas e a Novinela a cessão gratuita de todas as marcas “Unidas” para a Companhia, em caso de rescisão do referido contrato.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativos a operações com empresas ligadas, foram realizados em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

10. Bens do Imobilizado não Destinados a Uso

	Controladora e Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
			(não auditado)
Veículos destinados à venda	83.951	66.059	68.618
Veículos roubados ou sinistrados	8.858	7.961	6.791
Provisão de veículos roubados	(7.459)	(6.717)	(5.573)
Provisão de veículos sinistrados	(830)	(221)	-
	84.520	67.082	69.836

Em 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007, a provisão de veículos roubados referia-se exclusivamente aos veículos roubados ou sinistrados, para os quais não há cobertura de seguros, conforme mencionado na Nota 4e.

Os veículos destinados à venda, registrados pelo custo líquido da depreciação acumulada, estão a valor inferior ao valor líquido de venda estimado correspondente a R\$3.822 em 31 de março de 2008 (R\$2.738 em 31 de dezembro de 2007).

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação

31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos

As participações em sociedades controladas foram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, tomando por base as demonstrações financeiras das empresas controladas em 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro de 2007, considerando os seguintes percentuais de participação:

	Participação no capital integralizado %	Informações da controlada									
		Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		Lucro líquido (prejuízo) do período / exercício		Equivalência patrimonial (provisão para perda)		Valor do investimento		Provisão para perda com investimentos	
		mar/08	dez/07	mar/07	dez/07	mar/08	dez/07	mar/08	dez/07	mar/08	dez/07
Controladas:											
Unimat Comércio e Distribuidora Ltda.	99,99%	(710)	(695)	(9)	(48)	(15)	(48)	-	-	(710)	(695)
Unidas Comercial de Veículos Ltda.	99,00%	(966)	(965)	(126)	(101)	(1)	(100)	-	-	(956)	(980)
Unidas Franquias do Brasil S.A.	99,99%	2.713	1.927	296	1.368	786	1.231	2.713	1.927	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	5	5	-	-
Total		770	1.083	-	-	770	1.083	2.718	1.932	778	(1.650)
										(1.666)	(1.636)

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

Controladora

		31/03/2008		31/12/2007	31/03/2007
	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
					(não auditado)
Veículos	2,69%	828.890	(30.198)	798.692	726.827
Acessórios	2,69%	13.129	(493)	12.636	11.913
Máquinas e equipamentos	10%	539	(285)	254	259
Instalações	10%	1.289	(366)	923	800
Móveis e utensílios	10%	2.214	(1.012)	1.202	1.176
Computadores e periféricos	20%	4.579	(3.327)	1.252	1.270
Direito de uso de software	20%	7.483	(3.481)	4.002	3.592
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25%	5.421	(2.090)	3.331	3.348
Outros ativos	10%	2.135	(474)	1.661	1.608
		865.679	(41.726)	823.953	750.793
Ajuste a valor Presente		(182)	-	(182)	(9)
		865.497	(41.726)	823.771	750.784
					525.238

Consolidado

		31/03/2008		31/12/2007	31/03/2007
	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
					(não auditado)
Veículos	2,69%	828.890	(30.198)	798.692	726.827
Acessórios	2,69%	13.129	(493)	12.636	11.915
Máquinas e equipamentos	10%	539	(285)	254	259
Instalações	10%	1.786	(410)	1.376	1.099
Móveis e utensílios	10%	2.214	(1.012)	1.202	1.176
Computadores e periféricos	20%	4.583	(3.330)	1.253	1.271
Direito de uso de software	20%	7.483	(3.481)	4.002	3.592
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25%	5.427	(2.091)	3.336	3.351
Outros ativos	10%	2.136	(473)	1.663	1.608
		866.187	(41.773)	824.414	751.098
Ajuste a valor Presente		(182)	-	(182)	(9)
		866.005	(41.773)	824.232	751.089
					525.440

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Diferido

	Controladora e Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007 (não auditado)
Despesas pré-operacionais	1.469	1.469	1.469
Despesas com reorganização empresarial	5.623	5.624	-
(-) Amortização acumulada	(1.505)	(1.043)	(821)
	5.587	6.050	648

Os gastos com reorganização empresarial referem-se basicamente a gastos incorridos pela Companhia relativos a acordo de não competitividade decorrente de ação judicial proposta por um ex-franqueado no Estado de Santa Catarina.

Tais gastos abrangem a indenização paga ao ex-franqueado, bem como os respectivos honorários advocatícios. Este acordo estabelece um prazo de quatro anos, que está sendo considerado como base para o cálculo da amortização destes gastos diferidos.

14. Fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007 (não auditado)	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007 (não auditado)
<u>Montadoras de veículos</u>						
Fiat Automóveis S.A.	16.720	5.682	531	16.720	5.682	531
General Motors do Brasil	16.371	12.714	10.724	16.371	12.714	10.724
Renault do Brasil Ltda.	4.182	375	-	4.182	375	-
Toyota do Brasil Ltda.	-	61	124	-	61	124
Mitsubishi Motors	-	82	-	-	82	-
Volkswagen do Brasil Ltda.	3.821	4.576	6.951	3.821	4.576	6.951
	41.094	23.490	18.330	41.094	23.490	18.330
<u>Serviços de manutenção de peças</u>						
Diversos fornecedores	5.261	4.889	3.500	5.331	4.971	3.528
	46.355	28.379	21.830	46.425	28.461	21.858
Ajuste a Valor Presente	(182)	(9)	(51)	(182)	(9)	(51)
	46.173	28.370	21.779	46.243	28.452	21.807

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação

31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e Financiamentos

						Controladora		
	Modalidade	Vencimento	Encargos Anuais	Moeda	Garantias(*)	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
						(não auditado)		
Aplicados no imobilizado								
Moeda nacional								
FINANCIAMENTO – CDC	CDC	abr/07 a jun/07	Pré Fixado em 23,58%	BRL	Veículos	-	-	321
SAFRA	Compror	abr/07 a set/07	Máxima CDI + 2,83%	BRL	Veículos	-	-	552
SOFISA	Compror	abr/07 a jul/07	Máxima CDI + 3,50%	BRL	Veículos	-	-	2.164
UNIBANCO	Compror	abr/07 a out/08	Máxima CDI + 3,04%	BRL	Veículos	3.112	3.054	4.429
VOTORANTIM	Compror	abr/07 a mar/09	Máxima CDI + 1,26%	BRL	Veículos	8.623	10.150	5.393
BRABESCO	Compror	fev/08 a jul/09	Máxima CDI + 1,99%	BRL	Veículos	21.381	10.735	-
ABN	Leasing	abr/07 a jun/07	Máxima CDI + 3,35%	BRL	Veículos	-	-	748
BANCO DO BRASIL	Leasing	abr/07 a jun/07	Máxima CDI + 3,41%	BRL	Veículos	-	-	4.607
BOSTON	Leasing	abr/07 a set/07	Máxima CDI + 3,25%	BRL	Veículos	-	-	5.099
BRABESCO	Leasing	abr/07 a out/07	Máxima CDI + 4,30%	BRL	Veículos	-	-	5.186
HSBC	Leasing	abr/07 a ago/07	Máxima CDI + 3,66%	BRL	Veículos	-	-	2.667
ITAÚ	Leasing	abr/07 a ago/07	Máxima CDI + 2,91%	BRL	Veículos	-	-	2.372
SAFRA	Leasing	abr/07 a ago/07	Máxima CDI + 3,35%	BRL	Veículos	-	-	2.307
UNIBANCO	Leasing	abr/07 a jul/07	Máxima CDI + 3,35%	BRL	Veículos	-	-	5.892
VOLKSWAGEN	Leasing	abr/07 a set/07	Máxima CDI + 4,50%	BRL	Veículos	-	-	2.185
						33.116	23.939	43.922
Moeda estrangeira								
ABN	Compror	jan/08 a nov/08	Máxima CDI + 2,00%	USD	Veículos	17.757	22.018	-
BANCO DO BRASIL	Compror	abr/08 a out/08	Máxima CDI + 1,11%	JPY	Veículos	26.769	23.742	-
BANESPA SANTANDER	Compror	abr/07 a set/08	Máxima CDI + 1,60%	JPY	Veículos	5.771	1.391	18.035
BANESPA SANTANDER	Compror	abr/07 a jun/09	Máxima CDI + 1,65%	USD	Veículos	16.967	8.890	-
BBM	Compror	jul/08	Máxima CDI + 1,94%	USD	Veículos	30.709	31.532	-
BOSTON	Compror	abr/07 a out/07	Máxima CDI + 2,00%	USD	Veículos	-	-	1.746
BRABESCO	Compror	mai/07 a set/08	Máxima CDI + 1,77%	USD	Veículos	6.444	8.614	8.067
BRABESCO	Compror	mai/07 a nov/08	Máxima CDI + 1,99%	JPY	Veículos	18.274	-	-
HSBC	Compror	mai/07 a mar/09	Máxima CDI + 2,33%	USD	Veículos	15.571	17.877	7.140
ITAÚ	Compror	abr/07 a set/08	Máxima CDI + 3,25%	USD	Veículos	89.760	93.607	8.506
SAFRA	Compror	abr/07 a jun/09	Máxima CDI + 2,54%	USD	Veículos	13.528	20.251	22.021
SAFRA	Compror	abr/07 a dez/08	Máxima CDI + 2,53%	JPY	Veículos	18.669	8.351	-
UNIBANCO	Compror	abr/07 a mai/09	Máxima CDI + 3,04%	USD	Veículos	26.712	17.486	10.419
VOTORANTIN	Compror	abr/07 a mar/08	Máxima CDI + 1,26%	USD	Veículos	-	1.688	10.366
SWAP	SWAP	abr/07 a jun/09	-	-	-	13.433	22.284	19.824
						300.364	277.731	106.124
Aplicados no capital de giro:								
BES	Financiamento	set/07 a mar/12	Máxima CDI + 4,06%	USD	Nota promissória	17.567	18.187	20.680
Volpe Holdings LLC	MEZANINO	jun/07 a dez/11	Máxima CDI + 4,06%	USD	Nota promissória	23.349	22.928	32.587
SWAP	Capital de giro	jun/07 a mar/12	-	-	-	51.036	55.031	23.795
						91.952	96.146	77.062
						425.432	397.816	227.108
Ajustes a valor de Mercado						303	310	(3.383)
Passivo circulante						320.127	297.161	173.646
Passivo não circulante						105.608	100.965	50.079

(*) O total de bens dados em garantia dos empréstimos e financiamentos é de R\$274.463 em 31 de março de 2008, R\$248.591 em 31 de dezembro de 2007.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e Financiamentos--Continuação

A Companhia, com o objetivo de aumentar e renovar sua frota de veículos, elevou as captações de recursos por meio de empréstimos, principalmente na modalidade *compror*. Por esta razão, o saldo de empréstimos e financiamentos aumentou de R\$227.108 em 31 de março de 2007 para R\$397.816 em 31 de dezembro de 2007 e R\$433.765 em 31 de março de 2008.

O contrato de empréstimo denominado Mezanino foi captado no exercício de 2004, junto à Volpe Holdings LLC, que é parte relacionada da Companhia. O financiamento foi contratado em dólares norte-americanos e à taxa de 11,50%. Esse contrato tem uma cláusula restritiva que determina limite sobre o índice financeiro baseado na razão entre a dívida de terceiros (dívida total consolidada subtraída do saldo devedor do empréstimo Mezanino) e a capitalização total (valor do patrimônio líquido somado ao valor da dívida de terceiros).

Para o período findo em 31 de março de 2008 e exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a Companhia estava sujeita ao pagamento de juros adicionais de 1% ao ano (caso o índice atingisse entre 35% e 40%) ou de 2% ao ano (caso o índice atingisse entre 40% e 55%). Essa taxa de juros adicional é aplicada semestralmente e computada com base no saldo devedor do empréstimo. Caso o índice ultrapassasse 55%, o saldo integral do empréstimo se tornaria antecipadamente vencido.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2008 e 2007, este índice não foi ultrapassado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a Companhia efetuou pagamento de juros adicionais no montante de R\$270 (US\$152,000).

Os financiamentos e empréstimos a longo prazo vencem como segue. Tais valores não levam em conta o ajuste a valor de mercado conforme novo critério estabelecido pela Lei 11.638/07.

:

	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007 (não auditado)
2008	-	-	9.810
2009	73.775	68.618	11.711
2010	10.898	11.098	11.711
2011	15.757	15.999	11.711
2012	5.178	5.250	5.136
TOTAL	105.608	100.965	50.079

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Eurobônus

	Indexador	Juros	31/03/2008			31/12/2007	31/03/2007
			Circulante	Não circulante	Total	Total	(não auditado) Total
Eurobônus	US\$	8,375% a.a.	4.845	104.736	109.581	108.652	128.973
Ajuste a Valor de Mercado			145	7.822	7.967	7.699	10.547
			4.990	112.558	117.548	116.351	139.520

Em 06 de outubro de 2006, a Companhia emitiu US\$60.000.000,00 em Eurobônus, com prazo de vencimento em outubro de 2009 em parcela única. A emissão foi liderada pelo Banco Espírito Santo e não tendo sido oferecidas garantias a esta captação.

Os juros possuem prazos de vencimento semestral, em 06 de abril e 06 de outubro de cada ano, com início em 06 de abril de 2007.

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007 (não auditado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.683	10.835	2.430
Adições	773	2.103	376
Exclusões	(2.392)	(7.763)	(1.622)
Base de cálculo antes da compensação de prejuízos fiscais	2.064	5.175	1.184
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	(355)
Base de cálculo do imposto de renda	2.064	5.175	829
Imposto de renda (25%)	510	1.270	201
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.683	10.835	2.431
Adições	208	1.299	21
Exclusões	(2.392)	(7.763)	(1.623)
Base de cálculo antes da compensação de bases negativas	1.499	4.371	829
Compensação de bases negativas	-	-	(249)
Base de cálculo da contribuição social	1.499	4.371	580
Contribuição social (9%)	135	393	52
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	645	1.663	253

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

A composição dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados está abaixo demonstrada:

	Controladora		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
			(não auditado)
Prejuízos fiscais	21.772	21.772	29.832
Base negativa da contribuição social	22.132	22.132	30.353

A Companhia não constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa da contribuição social, devido ao histórico de prejuízos fiscais.

O prejuízo fiscal e a base negativa não têm prazos determinados para compensação, porém, tal compensação está limitada a 30% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

18. Provisão para Contingências

A Companhia está se defendendo de diversas demandas judiciais de caráter tributário, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A administração da Companhia acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais externos. O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

A movimentação da provisão para contingências por natureza está apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado				
	Saldos em			Saldos em	Saldos em		Saldos em	
	31/12/2006	Atualizações	Reversões	31/03/2007	31/12/2006	Atualizações	Reversões	31/03/2007
				(não auditado)				(não auditado)
Tributárias	6.775	180	-	6.955	6.775	180	-	6.955
Cíveis	360	-	-	360	360	-	-	360
Trabalhistas	3.739	385	-	4.124	3.739	385	-	4.124
(-) Depósitos judiciais	(181)	-	17	(164)	(181)	-	17	(164)
	10.693	565	17	11.275	10.693	565	17	11.275

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para Contingências--Continuação

	Controladora					Consolidado				
	Saldos em 31/03/2007	Ingressos	Atualizações	Baixas	Saldos em 31/12/2007	Saldos em 31/03/2007	Ingressos	Atualizações	Baixas	Saldos em 31/12/2007
	(não auditado)					(não auditado)				
Tributárias	6.955	-	2.756	-	9.711	6.955	-	-	2.847	9.802
Cíveis	360	-	150	-	510	360	-	-	150	510
Trabalhistas	4.124	-	101	-	4.225	4.124	-	-	101	4.225
(-) Depósitos judiciais	(164)	(355)	-	-	(519)	(164)	(364)	-	-	(528)
	11.275	(355)	3.007	-	13.927	11.275	(364)	-	3.098	14.009

	Controladora					Consolidado				
	Saldos em 31/12/2007	Ingressos	Atualizações	Baixas	Saldos em 31/03/2008	Saldos em 31/12/2007	Ingressos	Atualizações	Baixas	Saldos em 31/03/2008
Tributárias	9.711	-	140	-	9.851	9.802	-	141	-	9.943
Cíveis	510	41	33	(115)	469	510	41	33	(115)	469
Trabalhistas	4.225	58	47	(3.280)	1.050	4.225	58	47	(3.280)	1.050
(-) Depósitos judiciais	(519)	-	-	46	(474)	(528)	-	-	46	(483)
	13.927	99	220	(3.349)	10.896	14.009	99	221	(3.349)	10.979

a) Processos com perda provável

Processos tributários

Provisão atualizada pela variação da SELIC no montante de R\$ 9.851 em 31 de março de 2008 (R\$ 9.711 em 31 de dezembro de 2007 e R\$6.955 em 31 de março de 2007) constituída pelo não recolhimento do PIS no período de agosto a novembro de 2002 e da COFINS no período de agosto de 2002 a janeiro de 2004, em virtude de questionamento judicial quanto à incidência destes tributos sobre as receitas de provenientes da locação de veículos. Existem decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça que consideram que a locação de bens móveis caracterizam faturamento e, portanto, deveriam ser incluídas na base de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia aguarda julgamento em segunda instância pelo Tribunal Regional Federal.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para Contingências--Continuação

Processos cíveis

A Companhia está se defendendo de ações judiciais cíveis, de natureza indenizatória de vítimas de acidentes automobilísticos envolvendo carros de sua frota, em que se pleiteiam danos morais e materiais supostamente decorrentes destes eventos, para os quais foi constituída provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas no montante de R\$469 em 31 de março de 2008 (R\$510 em 31 de dezembro de 2007 e R\$360 em 31 de março de 2007). Tais processos encontram-se em diferentes instâncias judiciais e, portanto, não é possível presentemente atribuir jurisprudência sobre os mesmos.

Não nos é possível apontar a tendência majoritária da jurisprudência sobre nossos processos de natureza cível, pois os mesmos versam, em sua maioria, sobre acidentes automobilísticos. As decisões judiciais acerca desse tipo de acidente são proferidas com base nas circunstâncias de cada acidente e nas provas apresentadas em cada caso, ou seja, não possuem padrão estabelecido.

Processos trabalhistas

Correspondem principalmente a pleitos de indenização por reclamações de horas extras, verbas rescisórias e diferenças salariais e férias, para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 1.050 em 31 de março de 2008 (R\$ 4.425 em 31 de dezembro de 2007 e R\$ 4.124 em 31 de março de 2007). Tais processos encontram-se em diferentes instâncias judiciais não sendo possível presentemente atribuir jurisprudência sobre os mesmos.

As decisões judiciais acerca discussões laborais com relação a horas extras, pagamento de verbas trabalhistas e dano moral são proferidas com base nas circunstâncias e nas provas apresentadas em cada caso, não sendo possível apresentar posição clara da jurisprudência sobre esses assuntos. Entretanto, com relação a reconhecimento de vínculo empregatício de empregados contratados por meio de cooperativa, existe entendimento firmado pelo Tribunal Superior do Trabalho no sentido de que a cooperativa não passa de uma mera fornecedora de mão de obra, não havendo impedimento para o reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com esta e a Companhia, entendemos que há probabilidade de enfrentarmos decisões desfavoráveis nesses casos, razão pela qual foram constituídas provisões relativas à esses processos.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para Contingências--Continuação

b) Processo com perda possível

Os processos classificados como perda possível pelos assessores jurídicos da Companhia totalizam aproximadamente R\$5.399 em 31 de março de 2008 (R\$2.479 em 31 de dezembro de 2007 e R\$7.146 em 31 de março de 2007). Não há processos que individualmente ultrapassem a 5% do patrimônio líquido da Companhia.

19. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 05 de março de 2008 foi aprovado aumento de capital no valor de R\$49.502 representado por 13.750.419 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$ 3,60 (três reais e sessenta centavos) por ação. As ações foram subscritas integralmente pelo acionista SAG GEST – Soluções Automóveis Globais SGPS, S.A.

Em 19 de novembro de 2007, foi aprovado aumento de capital no valor de R\$93.214 representado por 26.862.863 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$ 3,47 (três reais e quarenta e sete centavos) por ação, sendo 8.202.921 (oito milhões, duzentos e dois mil, novecentas e vinte e uma) ações, no valor R\$28.464, integralizadas mediante a capitalização do crédito que o acionista SAG GEST – Soluções Automóveis Globais SGPS, S.A detinha contra a Companhia, e 18.659.942 ações, no valor de R\$64.750, integralizados em moeda corrente nacional, mediante o fechamento do respectivo contrato de cambio.

Em 10 de novembro de 2007, os acionistas que representam a totalidade do capital social decidiram pelo grupamento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, à razão de três por uma, de forma que cada 3 (três) ações ordinárias de emissão da Companhia correspondam a 1 (uma) ação ordinária após o grupamento.

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2007, deliberou: pela conversão da totalidade das ações preferenciais classe “A” de emissão da Companhia na mesma quantidade de ações ordinárias, nos termos do art. 136 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76).

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio Líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2008 está representado por 121.292.051 ações ordinárias nominativas correspondentes a R\$384.752, cuja composição acionária é resumida a seguir:

	Quantidade de ações	%
SAG GEST Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A.	105.322.861	86,8
Novinela B.V.	8.250.898	6,8
SAG Automóveis Espanha SL	7.718.290	6,4
Administradores	2	-
	121.292.051	100

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o capital social poderá ser aumentado, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite do capital autorizado de 363.054.459 ações, incluídas as ações ordinárias já emitidas. Qualquer aumento de capital que exceda o limite do capital autorizado deverá ser aprovado pelos acionistas em assembléia geral.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 5%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Adicionalmente, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração sobre o capital próprio, observada a legislação aplicável. Os valores pagos a título de juros sobre o capital próprio podem ser imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

Os acionistas têm optado pelo reinvestimento dos dividendos.

Conforme Orçamento de Capital aprovado, a Companhia reinvestirá tais dividendos em: (i) a aquisição de novos veículos, destinados a atender o crescimento da demanda nos segmentos de terceirização de frotas e rent a car, mercados em que atua a Companhia; (ii) a aquisição hardware e software, destinados ao aprimoramento dos sistemas da Companhia, de forma a sustentar o crescimento desta.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio Líquido--Continuação

c) Reserva legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

d) Reserva de capital - ágio

Conforme mencionado na Nota 7, a Companhia constituiu reserva especial de ágio, no valor de R\$33.431, correspondente ao valor do benefício fiscal (66%) decorrente da amortização de ágio apurado pela antecessora Uninfra absorvido na incorporação dessa empresa. A reserva especial de ágio poderá ser capitalizada ao final de cada exercício social, na medida em que o benefício fiscal tenha sido realizado mediante uma efetiva diminuição dos tributos pagos pela Companhia. A realização fiscal desse crédito beneficia indistintamente todos os acionistas da Companhia nas datas da sua realização. O benefício fiscal realizado no período de três meses findo em 31 de março de 2008 foi de R\$ 836 (R\$ 836 em 31 de março de 2007 e R\$ 3.343 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007) e o benefício acumulado na data do encerramento do balanço é de R\$ 15.880.

e) Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, conforme previsto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, proporá a Assembléia de acionistas a retenção de parcela dos lucros, no montante de R\$ 12.605, em 31 de dezembro de 2007, composta pelo saldo dos lucros acumulados, lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal e distribuição de lucros. A reserva de retenção de lucros, de acordo com o orçamento de capital da Companhia a ser submetido em Assembléia Geral Ordinária, será destinada a investimentos para a aquisição de novos veículos, destinados a atender o crescimento da demanda do mercado em que a Companhia atua, nos segmentos de terceirização de frotas e rent a car, bem como para a aquisição de hardwares e softwares destinados ao aprimoramento dos sistemas da Companhia, de forma a sustentar seu crescimento. Adicionalmente, os acionistas da Companhia deliberaram pela retenção dos dividendos propostos na conta de reserva de retenção de lucros para futuros que serão usados para investimentos futuros.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Despesas Comerciais

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
			(não auditado)			(não auditado)
Comissões com agências	(331)	(1.578)	(427)	(331)	(1.578)	(427)
Comissões com terceirização de frota	(7)	(2.387)	(1.071)	(7)	(2.437)	(1.121)
Propaganda e marketing	(1.378)	(6.392)	(1.245)	(1.378)	(6.546)	(1.399)
Provisão para devedores duvidosos	(1.502)	(4.136)	(807)	(1.502)	(4.136)	(807)
Outras	(15)	(399)	(18)	(17)	(402)	(19)
	(3.233)	(14.892)	(3.568)	(3.235)	(15.099)	(3.773)

21. Despesas Gerais e Administrativas e Honorários da Administração

i) Gerais e administrativas

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
			(não auditado)			(não auditado)
Despesas com pessoal	(4.946)	(13.973)	(3.016)	(4.952)	(13.985)	(2.995)
Despesas com ocupação	(313)	(1.496)	(416)	(313)	(1.496)	(416)
Despesas de comunicação	(979)	(2.266)	(538)	(980)	(2.272)	(539)
Serviços de terceiros	(3.062)	(8.970)	(1.649)	(3.062)	(8.973)	(1.653)
Despesas gerais	(686)	(3.571)	(466)	(687)	(3.574)	(467)
	(9.986)	(30.276)	(6.085)	(9.994)	(30.300)	(6.070)

ii) Honorários da administração

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
			(não auditado)			(não auditado)
Remuneração da diretoria e conselho de administração	(684)	(1.374)	(372)	(684)	(1.374)	(372)
Remuneração de outros executivos	(197)	(2.337)	(589)	(197)	(2.351)	(603)
	(881)	(3.711)	(961)	(881)	(3.725)	(975)

A Assembleia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global aos diretores e membros do conselho da administração de até R\$4.268 para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 1.400 em 2007).

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Despesas Financeiras, Líquidas

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
			(não auditado)			(não auditado)
Despesas de juros	(8.588)	(32.711)	(7.275)	(8.388)	(32.754)	(7.277)
Despesas swap	(26.219)	(123.054)	(26.760)	(26.219)	(123.054)	(26.760)
Variações monetárias e cambiais passivas	(30.213)	(32.211)	(502)	(30.214)	(32.211)	(502)
CPMF	-	(3.260)	(587)	-	(3.293)	(610)
Outras despesas financeiras	(1.284)	(3.284)	(576)	(1.495)	(3.325)	(586)
Total das despesas financeiras	(66.304)	(194.520)	(35.700)	(66.316)	(194.637)	(35.735)
Receitas de juros	81	440	79	81	444	79
Receitas swap	25.510	37.370	10.286	25.510	37.370	10.286
Receitas de aplicações financeiras	710	274	503	710	274	503
Variações monetárias e cambiais ativas	23.257	92.926	11.133	23.257	92.927	11.133
Outras receitas financeiras	27	57	8	28	57	8
Total das receitas financeiras	49.585	131.067	22.009	49.586	131.072	22.009
Resultado financeiro líquido	(16.719)	(63.453)	(13.691)	(16.730)	(63.565)	(13.726)

23. Resultado Não-Operacional

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2007
			(não auditado)			(não auditado)
Receita na venda de veículos	73.750	282.561	59.085	73.750	282.572	59.098
Custo líquido dos veículos vendidos	(72.772)	(285.982)	(60.136)	(72.772)	(285.982)	(60.136)
Comissão retorno financiamento	2.962	8.408	1.057	2.962	8.681	1.331
Outras receitas não-operacionais	-	-	-	5	30	7
Total	3.940	4.987	6	3.945	5.301	300

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros

a) Considerações gerais

Em 31 de março de 2008, a Companhia possui empréstimos de R\$433.965 (US\$250 milhões) sujeitos a contratos de troca de índices envolvendo operações com instrumentos derivativos com a finalidade de proteção. Tais contratos prevêm a troca da variação do dólar pelo CDI.

b) Valor de mercado

O valor de mercado estimado dos instrumentos financeiros, principalmente disponibilidades, se aproxima do seu valor contábil por causa do curto prazo de vencimento desses instrumentos. Para a determinação do valor de mercado dos empréstimos e contratos de *swap*, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. Os valores estimados como “de Mercado” não representam que os ativos e passivos poderiam ser realizados ou liquidados por esses valores apresentados. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Em 31 de março de 2008, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Disponibilidades	78.955	78.955	79.103	79.103
Créditos com empresas ligadas	4.762	4.762	1.661	1.661
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	360.963	365.574	360.963	364.065
Eurobônus	109.581	117.548	109.581	117.548
Contratos de swap	64.469	60.161	64.469	60.161
Débitos com empresas ligadas	56.710	56.710	54.053	54.053

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros--Continuação

c) Fatores de risco

Os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas são os seguintes:

c.1) Risco de crédito

As políticas de locação e venda de veículos da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco).

c.2) Risco de taxa de câmbio e de juros

Os resultados da Companhia são suscetíveis a sofrer significativas variações, pois os seus financiamentos e empréstimos a pagar estão substancialmente afetados pelas variações nas taxas de juros que os remuneram e pela volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano.

A Administração monitora ativamente as variações nas taxas de juros de mercado. Com relação às flutuações da taxa de câmbio, a Companhia tem realizado operações com derivativos com fins de proteção.

Nossos derivativos trocam **fluxos financeiros**, normalmente de uma moeda estrangeira, majorado por uma taxa de juros na mesma moeda, para Reais também majorados pela taxa de juros do Certificado de Depósito Bancário de 1 dia agregado a algum *spread* (por norma corporativa, a Unidas não corre risco cambial). A tabela a seguir mostra as moedas trocadas, o cupom cambial médio no qual a empresa estava ativa e o *spread* médio no qual a empresa ficou passiva.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros--Continuação

De / Para	Contra-Parte	Média de Taxa Cupom (VC +)	Spread Médio (CDI +)
USD => BRL	BES	8,82%	2,34%
USD => BRL	Bradesco	6,05%	1,69%
USD => BRL	HSBC	8,65%	1,83%
USD => BRL	Itaú	7,09%	1,53%
USD => BRL	Real	6,95%	1,92%
USD => BRL	Safra	8,18%	2,28%
USD => BRL	Unibanco	1,74%	1,62%
JPY => BRL	Bradesco	1,20%	1,99%
JPY => BRL	Safra	3,74%	2,41%
JPY => BRL	J.SAFRA	6,12%	1,75%
JPY => BRL	Santander	2,41%	1,89%
JPY => BRL	Banco do Brasil	3,65%	1,11%
EUR => BRL	IBBA	0,00%	-4,00%
BRL => BRL	BBM	1,00%	1,94%

25. Cobertura de Seguros (não auditada)

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos com sinistros de seus ativos imobilizados, com base na avaliação dos seus consultores de seguros.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Cobertura de Seguros (não auditada)--Continuação

O valor dos seguros contratados no montante em 31 de março de 2008 e 2007 e em 31 de dezembro de 2007 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

Ativos segurados	Modalidade	Importância segurada		
		31.03.2008	31.12.2007	31.03.2007
			(não auditado)	
Veículos	Cobertura total	423.067	376.943	301.150
Veículos	Cobertura de terceiros	798.240	724.890	590.490
Predial	Cobertura total	2.800	2.800	2.800
Total		1.224.107	1.104.633	894.440

26. Alterações na Preparação e na Divulgação das Demonstrações Financeiras

Em 28/12/2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que altera e revoga dispositivos da Lei 6.404/76, conhecida como Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que iniciou em 01/01/2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com tais padrões.

As modificações na legislação societária brasileira são aplicáveis para todas as companhias constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo companhias de capital aberto, bem como estendem às sociedades de grande porte as disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

As novas práticas contábeis e as alterações introduzidas por essa Lei estão sendo objeto de avaliação e de regulamentação pela Comissão de Valores Mobiliários.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Alterações na Preparação e na Divulgação das Demonstrações Financeiras-- Continuação

Como início dessa regulamentação, foi emitida a Instrução CVM nº 469, de 02/05/2008, que faculta a aplicação imediata de todas as disposições contábeis contidas na Lei nº 11.638/07 nas demonstrações financeiras especialmente elaboradas para fins de registro na CVM nos termos do art. 7º, inciso X, da Instrução CVM nº 202/93 bem como, quanto à divulgação em nota explicativa de estimativa dos eventuais efeitos decorrentes da aplicação de todas as alterações dessa legislação no patrimônio líquido e no resultado do exercício/período.

As alterações introduzidas pela referida instrução e os impactos contemplados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31/03/2008, estão indicados a seguir:

- a) Os elementos integrantes dos ativos e passivos de longo prazo da Companhia e de suas controladas foram objeto de avaliação e foram ajustados a valor presente, quando aplicável, baseado na metodologia de conhecimento do montante a ser descontado, datas de realização (ativos) e liquidação (passivos), bem como na utilização de taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Companhia considerando o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos relacionados às operações da Companhia. A Companhia acredita que parcela significativa de seus ativos e passivos de longo prazo já vinham sendo apresentados, substancialmente, a valor presente segundo taxas de mercado e o ajuste a valor presente não apresenta impactos significativos a serem efetuados.
- b) Conforme mencionado na Nota 24, a Companhia analisou os seus instrumentos financeiros classificando-os como disponíveis para venda e efetuou a avaliação dos mesmos, sendo a diferença entre o valor contábil e o valor justo na data de transição lançada na conta de ajuste de avaliação patrimonial. Este valor será subsequentemente lançado no resultado quando da liquidação da operação ou quando houver redução de seu valor recuperável.

Efeitos no balanço patrimonial em 31/12/2007:

Em virtude das alterações acima mencionadas e com base na Deliberação CVM nº 506, a Companhia ajustou os balanços patrimoniais de 31/12/2007 e 31/03/2007, informados para fins de comparação. Os seguintes grupos de contas estão sendo ajustados:

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Alterações na Preparação e na Divulgação das Demonstrações Financeiras-- Continuação

Controladora						
	31/12/2007 (Antes da Lei 11.638)	Ajustes (*)	31/12/2007 (Após a Lei 11.638)	31/03/2007 (Antes da Lei 11.638)	Ajustes (*)	31/03/2007 (Após a Lei 11.638)
					(Não auditado)	
Ativo circulante	103.004	-	103.004	65.307	-	65.307
Ativo não-circulante	845.234	(9)	845.225	618.148	(51)	618.097
Total do Ativo	948.238	(9)	948.229	683.455	(51)	683.404
Passivo circulante	342.317	1.671	343.988	215.448	(3.434)	212.014
Passivo não circulante	223.965	6.329	230.294	186.260	10.547	196.807
Patrimônio líquido	381.956	(8.009)	373.947	281.747	(7.164)	274.583
Total do Passivo e do Patrimônio líquido	948.238	(9)	948.229	683.455	(51)	683.404

Consolidado						
	31/12/2007 (Antes da Lei 11.638)	Ajustes (*)	31/12/2007 (Após a Lei 11.638)	31/03/2007 (Antes da Lei 11.638)	Ajustes (*)	31/03/2007 (Após a Lei 11.638)
					(Não auditado)	
Ativo circulante	104.693	-	104.693	66.931	-	66.931
Ativo não-circulante	840.690	(9)	840.681	612.879	(51)	612.828
Total do Ativo	945.383	(9)	945.374	679.810	(51)	679.759
Passivo circulante	341.040	1.671	342.711	213.364	(3.434)	209.930
Passivo não circulante	222.397	6.329	228.726	184.624	10.547	195.171
Participações minoritárias	(10)		(10)	75	-	75
Patrimônio líquido	381.956	(8.009)	373.947	281.747	(7.164)	274.583
Total do Passivo e do Patrimônio líquido	945.383	(9)	945.374	679.810	(51)	679.759

(*) O ajuste a valor presente dos ativos e passivos foi realizado nas contas de fornecedores e imobilizado uma vez que os bens adquiridos permanecem no ativo nas respectivas datas. Os montantes ajustados foram de R\$51 em 31 de março de 2007 e R\$9 em 31 de dezembro de 2007. O ajuste a valor de mercado foi realizado nas contas de empréstimos e financiamentos e eurobônus (no passivo circulante e no passivo exigível a longo prazo), e na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Alterações na Preparação e na Divulgação das Demonstrações Financeiras-- Continuação

As demais alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 469 já vem sendo atendidas e/ou não são aplicáveis à Companhia e suas controladas.

27. Compromissos

A Companhia conduz, diretamente, operações de locação de carros em 17 aeroportos, enquanto seus franqueados conduzem operações de locação de veículos em outros 15 aeroportos. Essas operações em aeroportos no Brasil são efetuadas nos termos de diversos contratos de concessão outorgados pela INFRAERO, autoridades aeroportuárias estaduais e autoridades aeroportuárias municipais cujos prazos variam de 12 a 60 meses, e podem ser renovados por períodos de até 60 meses adicionais, a critério do ente público concedente.

Das mencionadas concessões feitas diretamente à Companhia, duas expiram em 2008, cinco em 2009, três em 2010, quatro em 2011, uma em 2012 e uma em 2013.

Adicionalmente, a Companhia aluga imóveis para instalação de suas lojas próprias. A tabela seguinte demonstra as obrigações de curto e longo prazos, decorrentes de compromissos de aluguel das lojas em 31 de março de 2008:

2009	3.611
2010	3.248
2011	1.829
2012	756
2013	467
TOTAL	<u>9.911</u>

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de março de 2008 e 2007 e 31 de dezembro 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Eventos Subseqüentes

a) Abertura de capital e emissão de debêntures

A Companhia prepara-se para o processo de registro na CVM, e emissão de debêntures não conversíveis em ações no montante total de R\$250.000 com prazo final de 4 anos, e remuneração de 100% do CDI + juros máximos de 2% a.a.

A Companhia possui aprovação do Conselho de Administração e dos acionistas para efetuar um processo de oferta pública de ações (abertura de capital na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA).

b) Aumento de capital

Em 15 de maio de 2008, na presença dos acionistas que representam a totalidade do capital social e por unanimidade de votos, decidiram retificar: (i) o preço de emissão das ações no aumento de capital aprovado na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 19 de novembro de 2007, na qual constou o preço de emissão de R\$ 3,47 (três reais e quarenta e sete centavos) por ação, quando o preço de emissão seria de R\$ 3,00 (três reais) por ação; (ii) o preço de emissão das ações no aumento de capital aprovado na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 05 de março de 2008, na qual constou o preço de emissão de R\$ 3,60 (três reais e sessenta centavos) por ação, quando o preço de emissão seria de R\$ 3,00 (três reais) por ação;; (iii) aprovação da emissão de 6.958.598 (seis milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e noventa e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela acionista SAG GEST – Soluções Automóveis Globais SGPS, S.A., sendo que os demais acionistas da Companhia, Novinela B.V, SAG Automóveis Espanha S.L, Carlos Alexandre Antão Valente Coutinho, Esmeralda da Silva Santos Dourado, Pedro Roque Pinho de Almeida, António Carlos Romeiras de Lemos e Álvaro Antonio Cardoso de Souza, neste ato, renunciaram expressamente ao direito de preferência que lhes assistem para a subscrição das novas ações ora emitidas.

c) Empréstimo cedido pela controladora SAG GEST

Em 02 de junho de 2008 foi firmado um aditivo ao contrato de empréstimo mantido com a controladora SAG GEST. Através deste aditivo, a data de vencimento do contrato foi alterada de 29 de junho de 2008 para 31 de julho de 2012.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras Auditadas da Emissora Relativas ao exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

***Demonstrações Financeiras
Auditadas***

***UNIDAS S.A. (anteriormente
denominada SAG DO BRASIL S.A.)
e empresas controladas***

***31 de dezembro de 2007 e 2006
com Parecer dos Auditores Independentes***

**UNIDAS S.A. (anteriormente denominadas SAG DO BRASIL S.A.) E EMPRESAS
CONTROLADAS**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS

31 de dezembro de 2007 e 2006

Índice

Parecer dos Auditores Independentes.....	D-3
Demonstrações Financeiras Auditadas	
Balanços Patrimoniais	D-5
Demonstrações dos Resultados	D-7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	D-8
Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos.....	D-9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	D-11

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e Acionistas da

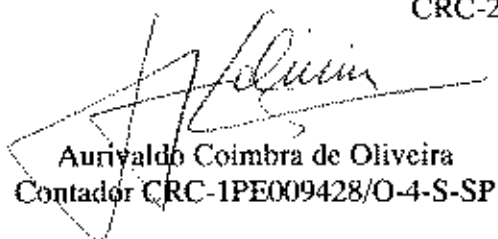
UNIDAS S.A. (anteriormente denominada SAG DO BRASIL S.A.)

1. Examinamos os balanços patrimoniais da UNIDAS S.A. (anteriormente denominada SAG DO BRASIL S.A.) e os balanços patrimoniais consolidados da UNIDAS S.A. e empresas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e empresas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia e empresas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UNIDAS S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada da UNIDAS S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2007 e 2006, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Adicionalmente, efetuamos uma revisão limitada no balanço patrimonial da UNIDAS S.A. e no balanço patrimonial consolidado da UNIDAS S.A. e empresas controladas, levantados em 31 de março de 2008, e nas respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao trimestre findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.

5. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e consistiu, principalmente, na aplicação de procedimentos de revisão analítica dos dados financeiros e na averiguação dos critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras em 31 de março de 2008 com os responsáveis pelas áreas contábil e financeira. Considerando que essa revisão não representou um exame das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de auditoria, não estamos expressando uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras.
6. Com base em nossa revisão limitada, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas demonstrações financeiras referidas no parágrafo 4, para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 5 de maio de 2008

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Aurivaldo Coimbra de Oliveira
Contador CRC-1PE009428/O-4-S-SP


Shirley Nara Silva
Contador CRC-1BA022650/O-0-S-SP

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 de dezembro de 2007 e 2006 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
ATIVO				
Ativo circulante				
Disponibilidades e valores equivalentes (Nota 5)	34.212	45.660	34.427	45.989
Contas a receber (Nota 6)	48.825	24.897	50.067	27.662
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 7)	7.657	6.538	7.675	6.555
Despesas antecipadas (Nota 8)	11.111	5.974	11.131	6.014
Outros créditos	1.199	994	1.393	1.161
Total do ativo circulante	103.004	84.063	104.693	87.381
Ativo não circulante				
Realizável a longo prazo				
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 7)	14.584	16.717	14.584	16.717
Despesas antecipadas (Nota 8)	368	525	368	525
Crédito com empresas ligadas (Nota 9)	4.244	5.853	1.273	304
Outros créditos	181	99	230	148
Bens não destinados a uso (Nota 10)	67.082	66.745	67.082	66.745
Total do ativo realizável a longo prazo	86.459	89.939	83.537	84.439
Permanente				
Investimentos (Nota 11)	1.932	510	5	5
Imobilizado (Nota 12)	750.793	532.550	751.098	532.805
Diferido (Nota 13)	6.050	721	6.050	721
Total do ativo permanente	758.775	533.781	757.153	533.531
Total do ativo não circulante	845.234	623.720	840.690	617.970
Total do ativo	948.238	707.783	945.383	705.351

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Passivo circulante				
Fornecedores (Nota 14)	28.379	34.465	28.461	34.550
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	295.706	192.923	295.706	192.923
Eurobônus (Nota 16)	2.374	2.865	2.374	2.865
Tributos a recolher	2.923	288	2.996	367
Salários e encargos a pagar	4.237	2.392	4.239	2.505
Débito com empresas ligadas (Nota 9)	1.943	1.615	265	-
Outras contas a pagar	6.755	4.444	6.999	4.806
Total do passivo circulante	342.317	238.992	341.040	238.016
Passivo não circulante				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	102.110	48.746	102.110	48.746
Eurobônus (Nota 16)	106.278	128.280	106.278	128.280
Provisão para perda com investimentos (Nota 11)	1.650	1.502		-
Provisão para contingências (Nota 18)	13.927	10.693	14.009	10.693
Total do passivo não circulante	223.965	189.221	222.397	187.719
Participações minoritárias	-	-	(10)	46
Patrimônio líquido (Nota 19)				
Capital social	335.250	242.036	335.250	242.036
Reserva de capital	33.431	33.431	33.431	33.431
Reservas de lucros	13.275	211	13.275	211
Lucros (prejuízos) acumulados	-	3.892	-	3.892
Total do patrimônio líquido	381.956	279.570	381.956	279.570
Total do passivo e do patrimônio líquido	948.238	707.783	945.383	705.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por lote de mil ações)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Receita bruta de aluguel e serviços	245.174	175.864	246.852	176.661
Deduções da receita bruta	(29.880)	(20.092)	(29.996)	(20.173)
Receita operacional líquida	215.294	155.772	216.856	156.488
Custos dos aluguéis e serviços prestados	(90.040)	(62.324)	(90.156)	(64.012)
Lucro bruto	125.254	93.448	126.700	92.476
Receitas (despesas) operacionais				
Comerciais (Nota 20)	(14.892)	(11.044)	(15.099)	(11.751)
Gerais e administrativas (Nota 21)	(30.276)	(21.054)	(30.300)	(21.076)
Honorários da administração (Nota 21)	(3.711)	(3.841)	(3.725)	(3.913)
Despesas financeiras, líquidas (Nota 22)	(63.453)	(48.412)	(63.565)	(48.774)
Equivalência patrimonial (Nota 11)	1.083	(449)	-	-
Ganhos com participação acionária	191			
Depreciação e amortização	(2.940)	(3.839)	(2.965)	(3.849)
Amortização de ágio, líquida da reversão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (Nota 7)	(3.343)	(3.343)	(3.343)	(3.343)
Outras despesas operacionais, líquidas	(2.065)	(506)	(2.091)	(557)
Lucro (prejuízo) operacional	5.848	960	5.612	(787)
Resultado não operacional (Nota 23)	4.987	(778)	5.301	1.145
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.835	182	10.913	358
Imposto de renda e contribuição social (Nota 17)	(1.663)	-	(1.797)	(130)
Lucro (prejuízo) do exercício antes das participações minoritárias	9.172	182	9.116	228
Participações minoritárias	-	-	56	(46)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	9.172	182	9.172	182
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações no fim do exercício – em R\$	85,29	0,75		
Quantidade de ações (mil)	107.542	242.036		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital - ágio	Reservas de lucros			Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2005	142.036	33.431	202	-	3.719	179.388
Aumento de capital	100.000	-	-	-	-	100.000
Lucro do exercício	-	-	-	-	182	182
Destinação proposta a Assembléia Geral	-	-	9	-	(9)	-
Reserva legal						
Saldos em 31 de dezembro de 2006	242.036	33.431	211	-	3.892	279.570
Aumento de capital	93.214					93.214
Lucro do exercício					9.172	9.172
Destinação proposta a Assembléia Geral			459		(459)	-
Reserva legal						
Dividendos propostos				2.178	(2.178)	
Reserva de retenção de lucros				10.427	(10.427)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2007	335.250	33.431	670	12.605	-	381.956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
ORIGENS DOS RECURSOS				
Das operações				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	9.172	182	9.172	182
Participações minoritárias	-	-	(56)	46
Itens que não afetam o capital circulante				
Depreciação e amortização	19.412	12.283	19.436	12.293
Valor residual do ativo imobilizado baixado	286.318	173.627	286.318	173.627
Equivalência patrimonial	(1.083)	449	-	-
Amortização de ágios, líquida da reversão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	3.343	3.343	3.343	3.343
Provisão para contingências	3.572	3.249	3.663	3.249
Variações cambiais e monetárias e juros de longo prazo, líquidos	2.953	(7.512)	2.953	(7.512)
Total originado das operações	323.687	185.621	324.829	185.228
De acionistas				
Integralização de capital	93.214	100.000	93.214	100.000
De terceiros				
Ingresso de financiamento e empréstimos de longo prazo	68.411	132.000	68.411	132.000
Transferência do realizável para o ativo circulante		111	-	111
Transferência do passivo circulante para o não circulante	13.228		13.228	
Redução do realizável a longo prazo		834	-	834
Total das origens	498.540	418.566	499.682	418.173
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
No ativo permanente				
No imobilizado	523.678	396.375	523.753	396.640
No diferido	5.623	-	5.623	-
No Investimento	191		-	
No realizável a longo prazo	202	4.766	2.788	90
Transferência do passivo não circulante para o circulante	53.230	57.422	53.230	57.422
Dividendos propostos	-	-	-	-
Total das aplicações	582.924	458.563	585.394	454.152
Redução no capital circulante	(84.384)	(39.997)	(85.712)	(35.979)
Ativo circulante				
No fim do exercício	103.004	84.063	104.693	87.381
No início do exercício	84.063	53.204	87.381	53.548
	18.941	30.859	17.312	33.833
Passivo circulante				
No fim do exercício	342.317	238.992	341.040	238.016
No início do exercício	238.992	168.136	238.016	168.204
	103.325	70.856	103.024	69.812

Redução do capital circulante	(85.840)	(39.997)	(87.168)	(35.979)
-------------------------------	-----------------	----------	-----------------	----------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Unidas S.A. (anteriormente denominada SAG DO BRASIL S.A.) (“Unidas” ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto: (a) a locação de veículos automotores e equipamentos; (b) a concessão de licenças para uso de sua marca de locação e do sistema operacional de locação; (c) o uso sob licença, ou sub-licenciamento de marcas de locação e do sistema operacional de locação das empresas do grupo ou de terceiros; (d) o agenciamento de publicidade em veículos de comunicação e a prestação de serviços de propaganda e marketing; (e) a prestação de serviços de transporte em geral, sob qualquer título e modalidade; (f) a prestação de serviços de terceirização de frotas, com o respectivo gerenciamento de seus veículos e equipamentos componentes, bem como do pessoal e recursos humanos que os operam; (g) a prestação de serviços gráficos; (h) a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou sócia quotista; (i) a locação e sublocação de motocicletas e outros meios de transporte.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2007, foi alterada a denominação social da Companhia de SAG DO BRASIL S.A. para UNIDAS S.A..

Como parte de seu programa de renovação de frotas, a Companhia realiza a venda de veículos usados.

Em 31 de dezembro de 2007, a estrutura da Companhia incluindo os franqueados, era composta do seguinte (dados não auditados): 113 pontos de atendimento, dos quais 33 eram lojas e 26 postos avançados em clientes, ambos operados pela Unidas e 54 empresas franqueadas. O sistema de franquias da Unidas é administrado pela Unidas Franquias S.A.. Na mesma data, a frota da Unidas era composta por (dados não auditados): 29.790 veículos, sendo 24.163 do negócio de aluguel e administração de frotas (“*fleet*”) e 5.627 pertencentes ao negócio de “*rent a car*”. A frota do “*rent a car*” é renovada após sua vida útil econômica, que normalmente varia de 12 a 18 meses, sendo uma porção significativa vendida a consumidores finais através de 8 lojas de venda de veículos usados, localizadas em 2 cidades do Brasil.

O segmento de aluguel e administração de frotas é direcionado para empresas. O período de locação de veículos para frota varia de 12 a 48 meses. Os contratos são rescindíveis mediante comunicação prévia de 30 dias e multas contratuais que variam de 50% a 25% dos pagamentos a vencer, dependendo dos prazos de contratação e cláusulas de renovação.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária.

A autorização para conclusão da preparação das demonstrações financeiras referentes ao exercício em 31 de dezembro de 2007 e 2006 ocorreu nas reuniões de diretoria realizadas em 02 de maio de 2008 e 10 de outubro de 2007, respectivamente.

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos nas datas dos balanços.

A provisão para imposto de renda e contribuição social foi computada com base na legislação vigente nas datas dos balanços.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, exceto quando indicado de outra forma, estão apresentadas em milhares de reais.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes. Os passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas nas demonstrações do resultado.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Empresas	Controladas%	Atividade principal	Localização
Unidas Comercial de Veículos Ltda.	99,00	Comércio de veículos usados	São Paulo
Unimat Comércio Ltda.	99,99	Compra e venda de materiais diversos	São Paulo
Unidas Franquias do Brasil S.A.	99,99	Locação de veículos e terceirização de frotas	São Paulo

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

A Unidas Comercial de Veículos Ltda., foi constituída em novembro de 2005 e iniciou suas operações durante o exercício de 2006.

A Unidas Franquias foi constituída em 02 de junho de 2005 tendo como acionistas a Novinela BV e Luis Miguel Lopes Branco de Sousa que não integralizaram o capital subscrito. Em 09 de junho de 2005, a Novinela BV transferiu para a UNIDAS S.A., sem ônus, a totalidade das ações que detinha desta empresa, representando 90% do capital social. As operações da Unidas Franquias iniciaram-se no primeiro semestre de 2006. Em 04 de junho de 2007 o acionista Luis Miguel Lopes Branco de Sousa transferiu para o acionista Wilson Tadeu Domingues 1000 (mil) ações ordinárias. Em 28 de dezembro de 2007 o acionista Wilson Tadeu Domingues transferiu 999 (novecentos e noventa e nove) ações ordinárias para a UNIDAS S.A. sem ônus.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2007 e 2006 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das demonstrações financeiras

A Companhia, seguindo as orientações da NPC 12 - Mudança de Estimativas Contábeis e Correção de Erros reconheceu ajustes de forma retroativa nas suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e 2006, conforme demonstrado abaixo:

	Resultado		Patrimônio líquido	
	2007	2006	2007	2006
Saldos originalmente apresentados	(50.438)	(8.457)	325.793	253.762
Descrição dos ajustes:				
Reversão da depreciação de veículos	115.059	36.569	182.949	75.414
Valor residual de veículos baixados	(54.339)	(20.712)	(122.339)	(35.509)
Reversão (complemento) de provisão de veículos				
Roubados	(1.173)	(1.376)	(4.016)	(3.836)
Reversão da depreciação de acessórios	1.989	-	1.989	-
Valor residual de acessórios baixados	(290)	-	(290)	-
Complemento da provisão para contingências (b)	-	(3.259)	-	(6.827)
Reversão (complemento) de provisão para créditos				
de liquidação duvidosa	-	2.259	-	(1.183)
Estorno receitas locações	-	(5.141)	-	(5.141)
Equivalência patrimonial	55	(449)	9	(1.097)
Imposto de renda e contribuição social	(1.663)	-	(1.663)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-
Outros	(28)	748	(476)	3.987
Saldos ajustados	9.172	182	381.956	279.570

Os ajustes contra patrimônio líquido diferem significativamente dos ajustes alocados aos resultados de 2007 e 2006 em decorrência dos ajustes alocados a 31 de dezembro de 2005 e o efeito cumulativo dos anos subsequentes.

- a) Mudança de critério contábil: a Companhia alterou o critério de apuração da depreciação dos veículos. Anteriormente essa apuração era feita utilizando-se um método linear, à taxas próximas dos limites fiscais. O método que passou a ser utilizado baseia-se no valor estimado de realização desses itens (Vide Nota 4.g).
- b) Provisão para contingências: complemento reconhecido em função do reconhecimento de atualização monetária sobre processos tributários em curso e complemento de provisão para riscos trabalhistas.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação

31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das demonstrações financeiras--Continuação

Como consequência dos referidos ajustes e reclassificações contábeis, as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006 estão apresentadas com os seguintes saldos ajustados:

	CONTROLADORA		
	31 de dezembro de 2007		
	Original	Ajustes (*)	Ajustado
ATIVO			
Circulante			
Disponibilidades e valores equivalentes	34.212	-	34.212
Contas a receber	48.825	-	48.825
Impostos e contribuições sociais a compensar	7.965	(308)	7.657
Despesas antecipadas	11.339	(228)	11.111
Outros créditos	1.368	(169)	1.199
Total do ativo circulante	103.709	(705)	103.004
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos e contribuições sociais a compensar	14.584	-	14.584
Despesas antecipadas	368	-	368
Depósitos judiciais	519	(519)	-
Crédito com empresas ligadas	4.244	-	4.244
Outros créditos	181	-	181
Bens não destinados a uso	-	67.082	67.082
	19.896	66.563	86.459
Permanente			
Investimentos	1.933	(1)	1.932
Imobilizado	759.582	(8.789)	750.793
Diferido	5.822	228	6.050
Total do permanente	767.337	(8.562)	758.775
Total do ativo não circulante	787.233	58.001	845.234
Total do ativo	890.942	57.296	948.238

(*) Contempla ajustes relativos a reclassificações

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2007 e 2006 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das demonstrações financeiras--Continuação

	CONTROLADORA		
	31 de dezembro de 2007		
	Original	Ajustes (*)	Ajustado
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	28.379	-	28.379
Empréstimos e financiamentos	295.706	-	295.706
Eurobônus	2.374	-	2.374
Tributos a recolher	1.261	1.662	2.923
Salários e encargos a pagar	4.237	-	4.237
Débito com empresas ligadas	1.943	-	1.943
Outras contas a pagar	6.755	-	6.755
Total do passivo circulante	340.655	1.662	342.317
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	102.110	-	102.110
Eurobônus	106.278	-	106.278
Provisão para perda com investimentos	1.660	(10)	1.650
Provisão para contingências	14.446	(519)	13.927
Total do passivo não circulante	224.494	(529)	223.965
Patrimônio líquido			
Capital social	335.250	-	335.250
Reserva de capital	33.431	-	33.431
Reserva de lucros	202	13.073	13.275
Lucros (prejuízos) acumulados	(43.090)	43.090	-
Total do patrimônio líquido	325.793	56.163	381.956
Total do passivo e do patrimônio líquido	890.942	57.296	948.238

(*) Contempla ajustes relativos a reclassificações

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação

31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das demonstrações financeiras--Continuação

	CONTROLADORA		
	31 de dezembro de 2007		
	Original	Ajustes (*)	Ajustado
Receita bruta de aluguel e serviços	245.174	-	245.174
Deduções da receita bruta	(29.880)	-	(29.880)
Receita operacional líquida	215.294	-	215.294
Custos dos aluguéis e serviços prestados	(206.147)	116.107	(90.040)
Lucro bruto	9.147	116.107	125.254
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	(14.892)	-	(14.892)
Gerais e administrativas	(30.276)	-	(30.276)
Honorários da administração	(3.711)	-	(3.711)
Despesas financeiras, líquidas	(63.192)	(261)	(63.453)
Equivalência patrimonial	1.219	(136)	1.083
Ganhos com participação acionária	-	191	191
Depreciação e amortização	(2.940)	-	(2.940)
Amortização de ágio, líquida da reversão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	(3.343)	-	(3.343)
Outras despesas operacionais, líquidas	(2.065)		(2.065)
Lucro (prejuízo) operacional	(110.053)	115.901	5.848
Resultado não operacional	59.615	(54.628)	4.987
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(50.438)	61.273	10.835
Imposto de renda e contribuição social	-	(1.663)	(1.663)
Lucro (prejuízo) do exercício	(50.438)	59.610	9.172
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações no fim do exercício – em R\$	(469,00)		85,29
Quantidade de ações (mil)	107.542		107.542

(*) Contempla ajustes relativos a reclassificações

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2007 e 2006 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das demonstrações financeiras--Continuação

	CONTROLADORA		
	31 de dezembro de 2006		
	Original	Ajustes (*)	Ajustado
ATIVO			
Circulante			
Disponibilidades e valores equivalentes	45.660	-	45.660
Contas a receber	24.970	(73)	24.897
Impostos a compensar	5.373	1.165	6.538
Despesas antecipadas	7.040	(1.066)	5.974
Outros créditos	8.679	(7.685)	994
Total do ativo circulante	91.722	(7.659)	84.063
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos e contribuições sociais a compensar	-	16.717	16.717
Despesas antecipadas	-	525	525
Depósitos judiciais	-	-	-
Crédito com empresas ligadas	3.400	2.453	5.853
Outros créditos	16.996	(16.897)	99
Bens não destinados a uso	-	66.745	66.745
Total do ativo não circulante	20.396	69.543	89.939
Permanente			
Investimentos	204	306	510
Imobilizado	564.551	(32.001)	532.550
Diferido	723	(2)	721
Total do ativo permanente	565.478	(31.697)	533.781
Total do ativo não circulante	585.874	37.846	623.720
Total do ativo	677.596	30.187	707.783

(*) Contempla ajustes relativos a reclassificações

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2007 e 2006 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das demonstrações financeiras--Continuação

	CONTROLADORA		
	31 de dezembro de 2006		
	Original	Ajustes (*)	Ajustado
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	34.466	(1)	34.465
Empréstimos e financiamentos	194.142	(1.219)	192.923
Eurobônus	-	2.865	2.865
Tributos e contribuições a recolher	7.358	(7.070)	288
Salários e encargos a pagar	2.392	-	2.392
Débito com empresas ligadas	1.258	357	1.615
Outras contas a pagar	4.444	-	4.444
Total do passivo circulante	244.060	(5.068)	238.992
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	178.672	(129.926)	48.746
Eurobônus	-	128.280	128.280
Provisão para perda com investimentos	-	1.502	1.502
Provisão para contingências	1.101	9.592	10.693
Total do passivo não circulante	179.773	9.448	189.221
Patrimônio líquido			
Capital social	242.036	-	242.036
Reserva especial de ágio	33.431	-	33.431
Reserva de lucros	-	211	211
Prejuízos acumulados	(21.704)	25.596	3.892
Total do patrimônio líquido	253.763	25.807	279.570
Total do passivo e do patrimônio líquido	677.596	30.187	707.783

(*) Contempla ajustes relativos a reclassificações

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2007 e 2006 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das demonstrações financeiras--Continuação

	CONTROLADORA		
	31 de dezembro de 2006		
	Original	Ajustes (*)	Ajustado
Receita bruta de aluguel e serviços	350.893	(175.029)	175.864
Deduções da receita bruta	(18.741)	(1.351)	(20.092)
Receita operacional líquida	332.152	(176.380)	155.772
Custos dos aluguéis e serviços prestados	(254.182)	191.858	(62.324)
Lucro bruto	77.970	15.478	93.448
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	(12.900)	1.856	(11.044)
Gerais e administrativas	(23.101)	2.047	(21.054)
Honorários da administração	-	(3.841)	(3.841)
Despesas financeiras, líquidas	(47.902)	(510)	(48.412)
Equivalência patrimonial	-	(449)	(449)
Depreciação e amortização	-	(3.839)	(3.839)
Amortização de ágio, líquida da reversão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	-	(3.343)	(3.343)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	(506)	(506)
Lucro (prejuízo) operacional	(5.933)	6.893	960
Resultado não operacional	(2.524)	1.746	(778)
Lucro (prejuízo) do exercício	(8.457)	8.639	182
Prejuízo por lote de mil ações no fim do exercício – em R\$	(34,94)		0,75
Quantidade de ações (mil)	242.036		242.036

* Contempla ajustes relativos a reclassificações

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de locações é reconhecida *pro rata temporis* em função da vigência do contrato de locação. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

A receita de venda de veículos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao veículo são transferidos para o comprador.

b) Disponibilidades e valores equivalentes

Incluem os saldos em conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata registrados ao custo e acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber, tendo por base o histórico de perdas da Companhia, que geralmente representam os créditos vencidos acima de 90 dias considerados como de improvável recuperação.

d) Impostos e contribuições sociais a compensar

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, contemplava créditos tributários provenientes de ágio pago por ocasião das integralizações de capital da controladora UNIDAS S.A. na antecessora Uninfra Locações e Comércio Ltda., líquido de provisão de 66% constituída na própria UNIDAS S.A., antes de ser incorporada.

A amortização do ágio por incorporação e a respectiva provisão são efetuadas pela taxa de 10% a.a. de acordo com o fundamento econômico de rentabilidade futura conforme laudo de incorporação na data.

Nos exercícios sociais em que há imposto de renda a pagar, a amortização líquida do ágio (crédito fiscal) é demonstrada como parte da despesa efetiva de imposto de renda.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

e) Bens não destinados a uso

Os veículos fora de frota e que se destinam à venda estão avaliados ao custo, líquido da depreciação acumulada até a data da retirada da frota, ou valor líquido de realização, dos dois o menor.

Os veículos roubados ou sinistrados estão avaliados ao custo, líquido da depreciação acumulada, menos a provisão de avaliação para reduzi-lo ao valor líquido de realização quando não estiverem com cobertura de seguros.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial e são eliminados no processo de consolidação.

g) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear (exceção ao item veículos) às taxas mencionadas na Nota 12 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Os veículos destinados à locação são depreciados de acordo com um método econômico, que considera o valor estimado de realização destes veículos na data esperada de venda. Desta forma, as taxas de depreciação variam de veículo para veículo, de acordo com a data em que foi comprado, o valor pago e data e valor estimados de venda. A vida útil dos veículos é revisada anualmente e ajustada quando aplicável.

A depreciação dos veículos compõe o custo dos alugueis e serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa operacional.

No exercício de 2006, a Companhia tem contratos de arrendamento mercantil para aquisição de veículos os quais são capitalizados e depreciados com base no valor estimado de realização, conforme anteriormente mencionado.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

h) Diferido

Registrados ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear num prazo que não excede 5 anos.

i) Passivos

Reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns Passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados através de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Provisão para contingências

A provisão para contingências é determinada pela Administração de acordo com a expectativa de perda de cada contingência, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingência estão descritas na Nota 18.

k) Empréstimos e financiamentos

São apresentados pelo valor do principal acrescido dos encargos financeiros incorridos *pro rata temporis* até as datas dos balanços e variações cambiais, quando aplicável.

l) Tributação

l.1) *Tributação sobre as receitas*

As receitas de aluguel de veículos estão sujeitas ao Programa de Integração Social – PIS (1,65%) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS (7,60%).

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2007 e 2006 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

l) Tributação--Continuação

1.1) *Tributação sobre as receitas*--Continuação

As receitas decorrentes da venda de veículos estão sujeitas exclusivamente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, quando são vendidos em prazo inferior a doze meses da data de aquisição, à alíquotas variáveis de acordo com o Estado em que opera.

Esses encargos são apresentados como deduções das respectivas receitas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes do critério de apuração pela não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos aluguéis na demonstração do resultado.

Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

1.2) *Tributação sobre o lucro*

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

m) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, como *swap*, são reconhecidos nos balanços patrimoniais da Companhia inicialmente pelo seu valor de custo e posteriormente atualizados de acordo com os termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam as variações incorridas até as datas dos balanços. A utilização desses instrumentos visa diminuir os riscos em financiamentos em moeda estrangeira. De acordo com suas políticas de tesouraria, a Companhia não tem ou emite instrumentos financeiros derivativos para fins outros que não os de proteção.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2007 e 2006 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Disponibilidades e valores equivalentes

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Caixa e bancos	3.839	3.159	4.054	3.488
Aplicações financeiras	30.373	42.501	30.373	42.501
	34.212	45.660	34.427	45.989

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósito bancário, remunerados a taxas que variam de 95% a 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os vencimentos não ultrapassam 90 dias das datas dos balanços.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Locação de veículos faturados	43.089	21.396	43.546	21.396
Locação de veículos a faturar	2.531	1.060	2.531	1.060
Venda de veículos	9.228	4.002	9.290	6.163
Outros valores a receber	306	1.302	1.029	1.906
	55.154	27.760	56.396	30.525
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.329)	(2.863)	(6.329)	(2.863)
	48.825	24.897	50.067	27.662

A abertura do saldo por idade de vencimento está abaixo demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
A faturar	2.531	1.060	2.531	1.060
Faturados				
A vencer	22.371	16.667	23.428	19.063
1 a 30 dias	9.653	2.839	9.709	2.839
31 a 60 dias	4.898	2.014	4.911	2.014
61 a 90 dias	2.532	2.241	2.532	2.241
91 a 120 dias	2.308	144	2.373	144
Vencidos há mais de 120 dias	10.861	2.795	10.912	3.164
	55.154	27.760	56.396	30.525

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2007 e 2006 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber--Continuação

A movimentação da provisão para devedores duvidosos é apresentada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
Saldo no início do exercício	2.863	3.285
Constituição de provisão	4.136	1.474
(-) Reversão de provisão	-	(1.856)
(-) Baixa / reversão de baixa contra contas a receber	(670)	(40)
Saldo no final do exercício	6.329	2.863

7. Impostos e contribuições sociais a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
ICMS a recuperar	-	-	2	-
IRRF sobre serviços prestados	186	167	186	167
IRRF sobre aplicações financeiras	2.071	1.840	2.071	1.840
CSL a compensar	354	335	354	335
PIS a recuperar	603	-	607	4
Cofins a recuperar	1.304	-	1.316	13
IRPJ a compensar	1.007	853	1.007	853
Créditos tributários (a)	16.716	20.060	16.716	20.060
	22.241	23.255	22.259	23.272
(-) Ativo Circulante	7.657	6.538	7.675	6.555
Ativo não Circulante	14.584	16.717	14.584	16.717

- (a) Os créditos tributários em 31 de dezembro de 2007 e 2006 são oriundos de ágio pago por ocasião das integralizações de capital da controladora UNIDAS S.A. (anteriormente denominada SAG do Brasil S.A.) na antecessora Uninfra Locações e Comércio Ltda.. Após a incorporação reversa da UNIDAS S.A. pela Uninfra Locações e Comércio Ltda., esta simultaneamente mudou sua denominação social para SAG do Brasil S.A.. Em 2002, por ocasião do processo de incorporação, foi registrada uma provisão correspondente a 66% do valor do ágio na própria Unidas antes de ser incorporada, para que o ágio líquido correspondente ao benefício fiscal decorrente de sua amortização. O registro do ágio, líquido da provisão, teve como contrapartida a reserva especial de ágio, constante no patrimônio líquido (Vide Nota 19d).

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2007 e 2006 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Impostos e contribuições sociais a compensar--Continuação

A amortização desse ágio e a respectiva provisão são efetuados pela taxa de 10% a.a., de acordo com o fundamento econômico de rentabilidade futura conforme laudo de incorporação na data.

Os saldos do ágio e da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2007 e 2006 são compostos como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2007	2006
Ágio de incorporação	98.328	98.328
(-) Amortização de ágio	(49.164)	(39.332)
Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	(64.896)	(64.896)
Reversão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	32.448	25.960
	16.716	20.060
(-) Ativo circulante	3.343	3.343
Ativo não circulante	13.373	16.717

8. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Encargos antecipados sobre empréstimos e financiamentos	2.245	947	2.265	980
Prêmio de seguros	5.248	1.824	5.248	1.824
Seguro obrigatório e licenciamento de veículos	2.466	1.546	2.466	1.546
Gastos com reorganização empresarial	1.456		1.456	
Outros	64	2.182	64	2.189
	11.479	6.499	11.499	6.539
(-) Ativo circulante	11.111	5.974	11.131	6.014
Ativo não circulante	368	525	368	525

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2007 e 2006 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empresas ligadas

Saldos e transações em 31 de dezembro de 2007

	Ativo não circulante	Passivo circulante	Receitas (despesas)
Controladas			
Unimat Comércio e Distribuidora Ltda. (a)	1.884	-	-
Unidas Comercial de Veículos Ltda (b)	1.082	-	2.138
Unidas Franquias do Brasil S.A. (d)	5	1.678	-
Controladora e empresa ligada			
SAG GEST Soluções Automóveis Globais, SGPS, S.A. (c)	1.273	265	(727)
Consolidado	1.273	265	(727)
Controladora	4.244	1.943	2.138

- (a) Refere-se a contas a receber relacionada a despesas incorridas pela Companhia em favor da controlada.
(b) O saldo no ativo não circulante refere-se a despesas incorridas pela Companhia em favor da controlada
(c) O saldo no ativo não circulante refere-se a contas a receber relacionadas a despesas incorridas pela Companhia em favor da SAG GEST e o saldo no passivo circulante refere-se a contas a pagar relativas a despesas incorridas pela SAG GEST em favor da Companhia, ambos sujeitos à variação cambial.
(d) O saldo no passivo circulante refere-se à contas a receber relacionada a despesas incorridas pela controlada em favor da companhia.

Saldos e transações em 31 de dezembro de 2006

	Ativo não circulante	Passivo circulante	Receitas (despesas)
Controladas			
Unimat Comércio e Distribuidora Ltda. (a)	1.432	-	-
Unidas Comercial de Veículos Ltda (b)	4.117	1.119	81.829
Unidas Franquias do Brasil S.A. (d)	-	496	-
Controladora e empresa ligada			
SAG GEST Soluções Automóveis Globais, SGPS, S.A. (c)	304	-	59
Consolidado	304	-	59
Controladora	5.853	1.615	81.888

- (a) Refere-se a contas a receber relacionada a despesas incorridas pela Companhia em favor da controlada.
(b) O saldo no ativo não circulante refere-se a valores a receber em decorrência da venda de veículos da UNIDAS para esta controlada com prazo médio de vencimento de 90 dias. . O saldo no passivo circulante refere-se a adiantamentos efetuados pela controlada à controladora, relativos a antecipações de recursos para futuro fornecimento de veículos.
(c) O saldo no ativo não circulante refere-se a contas a receber relacionada a despesas incorridas pela Companhia em favor da SAG GEST sujeita a variação cambial.
(d) Refere-se à contas a receber relacionada a despesas incorridas pela controlada em favor da Companhia.

Em adição às transações acima mencionadas, a Companhia tem empréstimo com a parte relacionada Volpe Holdings LLC, conforme mencionado na Nota 15.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empresas ligadas--Continuação

A marca “Unidas” está registrada em nome da Novinela B.V. (Acionista da Companhia), que as licenciou gratuitamente, em caráter irrevogável, mas não exclusivo, por prazo indeterminado, para utilização e exploração pela Companhia por meio de um Contrato de Licença de Uso de Marcas. Tal documento permite que a Companhia sublicencie as marcas licenciadas a terceiros, incluindo os franqueados da Companhia. Ainda por meio do referido contrato, a Novinela B.V. também licenciou para a Companhia o uso da marca “Unidas” nos seguintes países: Argentina, Chile, Itália, Portugal e Uruguai (nos quais a marca encontra-se devidamente registrada).

Adicionalmente, está acordada entre a Unidas e a Novinela, a cessão gratuita de todas as marcas “Unidas” para a Companhia, em caso de rescisão do referido contrato.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativo a operações com empresas ligadas, foram efetuadas de acordo com as condições pactuadas entre as empresas.

10. Bens não destinados a uso

	Controladora e Consolidado	
	2007	2006
Veículos destinados à venda	66.059	65.405
Veículos roubados ou sinistrados	7.961	6.283
Provisão de veículos roubados	(6.717)	(4.943)
Provisão de veículos sinistrados	(221)	
	67.082	66.745

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, a provisão de veículos roubados referia-se exclusivamente aos veículos roubados ou sinistrados, para os quais não há cobertura de seguros. Os veículos destinados à venda, registrados pelo custo líquido da depreciação acumulada estão a valor inferior ao valor líquido de venda estimado.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação

31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos

As participações em sociedades controladas foram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, tomando por base as demonstrações financeiras das empresas controladas em 31 de dezembro de cada exercício, considerando os seguintes percentuais de participação:

Participação no capital integralizado %	Informações da controlada				Equivalência patrimonial (provisão para perda)				Valor do investimento		Provisão para perda com investimentos
	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		Lucro líquido (prejuízo) do exercício								
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	
	99,99%	(695)	(647)	(48)	(99)	(48)	(99)	-	-	(695)	(647)
	99,00%	(965)	(864)	(101)	(864)	(100)	(855)	-	-	(955)	(855)
	99,99%	1.927	560	1.368	560	1.231	505	1.927	505	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	5	5	-	-
Total						1.083	(449)	1.932	510	(1.650)	(1.502)

Controladas:

Unimat Comércio e Distribuidora Ltda.	
Unidas Comercial de Veículos Ltda.	
Unidas Franquias do Brasil S.A.	
Outros	

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação

31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

Controladora

	Taxas médias anuais de depreciação %	2007		2006
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Veículos	2,33%	751.876	(25.049)	726.827
Acessórios	2,33%	12.338	(425)	11.913
Máquinas e equipamentos	10%	534	(275)	259
Instalações	10%	1.139	(339)	800
Móveis e utensílios	10%	2.145	(969)	1.176
Computadores e periféricos	20%	4.645	(3.375)	1.270
Direito de uso de software	20%	6.784	(3.192)	3.592
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	5.406	(2.058)	3.348
Outros	10%	2.047	(439)	1.608
		786.914	(36.121)	750.793

532.550

Consolidado

	Taxas médias Anuais de depreciação %	2007		2006
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Veículos	2,33%	751.876	(25.049)	726.827
Acessórios	2,33%	12.338	(423)	11.915
Maquinas e equipamentos	10%	534	(275)	259
Instalações	10%	1.471	(372)	1.099
Moveis e utensílios	10%	2.145	(969)	1.176
Computadores e periféricos	20%	4.649	(3.378)	1.271
Direito de uso de software	20%	6.784	(3.192)	3.592
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	5.410	(2.059)	3.351
Outros	10%	2.048	(440)	1.608
		787.255	(36.157)	751.098

532.805

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2007 e 2006 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado--Continuação

O saldo dos bens objeto de arrendamento mercantil capitalizado (custo deduzido da depreciação acumulada) em 31 de dezembro de 2006 é demonstrado como segue:

	Controladora e Consolidado
	2006
Custo	
Veículos	41.769
Depreciação acumulada	
Veículos	(6.254)
Líquido	35.515

No exercício de 2006, os contratos relativos aos arrendamentos a pagar têm prazos médios de 18 meses a pagar, em parcelas mensais que variam de R\$1 a R\$367. Os contratos firmados, em sua grande maioria, têm taxas pós-fixadas de juros, de até 3% ao ano de *spread* sobre o CDI. (vide Nota 15). Os juros foram levados ao resultado quando incorridos, na rubrica de despesa financeira. Durante o exercício de 2007, a Companhia não firmou novos contratos de arrendamento mercantil, e aqueles existentes em 31 de dezembro de 2006 foram liquidados, e os veículos alienados durante o exercício de 2007.

13. Diferido

	Controladora e Consolidado	
	2007	2006
Despesas pré-operacionais	1.469	1.469
Despesas com reorganização empresarial	5.624	-
(-) Amortização	(1.043)	(748)
	6.050	721

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação

31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
<i>Montadoras de veículos</i>				
Fiat Automóveis S.A.	5.682	11.885	5.682	11.885
General Motors do Brasil	12.714	13.475	12.714	13.475
Toyota do Brasil Ltda.	61	-	61	-
Renault do Brasil Ltda	375	3.421	375	3.421
Volkswagen do Brasil Ltda	4.576	2.903	4.576	2.903
Mitsubishi Motors	82	-	82	-
	23.490	31.684	23.490	31.684
<i>Serviços de manutenção e peças</i>				
Diversos fornecedores	4.889	2.781	4.971	2.866
	28.379	34.465	28.461	34.550

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2007 e 2006 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e financiamentos

	Modalidade	Vencimento	Taxa média anual de juros	Garantias	31/12/2007	31/12/2006
Aplicados no Imobilizado						
<u>Moeda nacional</u>						
FINANCIAMENTO – CDC	CDC	jan/07 a jun/07	10,80%	Veículos	-	802
ABN	Compror	jan/07 a fev/07	2,18%	Veículos	-	2.401
SAFRA	Compror	jan/07 a set/07	17,46%	Veículos	-	628
SOFISA	Compror	jan/07 a jul/07	9,96%	Veículos	-	3.659
UNIBANCO	Compror	jan/07 a out/08	13,26%	Veículos	3.054	5.292
VOTORANTIM	Compror	jan/07 a mar/09	9,75%	Veículos	10.150	6.904
BRADESCO	Compror	fev/08 a fev/09	2,92%	Veículos	10.735	-
ABN	Leasing	jan/07 a jun/07	12,30%	Veículos	-	1.188
BANCO DO BRASIL	Leasing	jan/07 a jun/07	12,80%	-	-	5.499
BOSTON	Leasing	jan/07 a set/07	16,84%	Veículos	-	5.888
BRADESCO	Leasing	jan/07 a out/07	13,05%	Veículos	-	10.438
GM	Leasing	jan/07 a mar/07	7,62%	-	-	724
HSBC	Leasing	jan/07 a ago/07	16,46%	Veículos	-	3.101
ITAU	Leasing	jan/07 a ago/07	9,36%	Veículos	-	4.206
SAFRA	Leasing	jan/07 a ago/07	13,87%	Veículos	-	3.188
UNIBANCO	Leasing	jan/07 a jul/07	17,74%	-	-	7.107
VOLKSWAGEN	Leasing	jan/07 a set/07	21,79%	Veículos	-	2.806
					23.939	63.831
<u>Moeda estrangeira</u>						
ABN	Compror	jan/08 a nov/08	6,53 %	Veículos	22.018	-
BANCO DO BRASIL	Compror	abr/08 a out/08	5,02%	Veículos	23.742	-
BANESPA SANTANDER	Compror	jan/07 a set/08	3,83%	Veículos	10.281	15.133
BBM	Compror	Jan/08	11,75 %	Veículos	31.532	-
BOSTON	Compror	jan/07 a out/07	5,17%	Veículos	-	2.380
BRADESCO	Compror	fev/08 a set/08	10,50%	Veículos	8.614	-
HSBC	Compror	fev/07 a mar/09	8,63%	Veículos	17.877	9.273
ITAU	Compror	jan/07 a set/08	5,46%	Veículos	93.607	10.457
SAFRA	Compror	Jan/07 a jun/09	4,46%	Veículos	28.602	29.324
UNIBANCO	Compror	jan/07 a ago/08	1,23%	Veículos	17.486	14.413
VOTORANTIN	Compror	jan/07 a mar/08	7,52%	Veículos	1.688	9.908
SWAP	SWAP	Jan/07 a jun/09	-	-	22.284	17.724
					277.731	108.612
Aplicados no Capital de Giro:						
BES	Mútuo	mar/07 a mar/12	7,44%	Nota promissória	18.187	21.945
Volpe Holdings LLC	MEZANINO	mai/07 a dez/11	12,44%	Nota promissória	22.928	32.803
SWAP	Capital de giro	mar/07 a mar/12	-	-	55.031	14.478
					96.146	69.226
					397.816	241.669
Passivo circulante					295.706	192.923
Passivo não circulante					102.110	48.746

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2007 e 2006 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A Companhia, com o objetivo de aumentar e renovar sua frota de veículos, aumentou as captações de recursos através de empréstimos, principalmente na modalidade *compror*. Por esta razão, o saldo de empréstimos e financiamentos aumentou de R\$241.669 em 2006 para R\$397.816 em 2007.

O contrato de empréstimo denominado Mezanino foi captado no exercício de 2004, junto à Volpe Holdings LLC que é parte relacionada da Companhia. O financiamento foi contratado em dólares norte americanos e à taxa de 11,50%. Esse contrato tem uma cláusula restritiva determinando limite sobre o índice financeiro baseado na razão entre a dívida de terceiros (dívida total consolidada subtraída do saldo devedor do empréstimo Mezanino) e a capitalização total (valor do patrimônio líquido somado ao valor da dívida de terceiros).

Para os exercícios de 2007 e 2006, a Companhia estava sujeita ao pagamento de juros adicionais de 1% ao ano (caso o índice atingisse entre 35% e 40%) ou de 2% ao ano (caso o índice atingisse entre 40% e 55%). Essa taxa de juros adicional é aplicada semestralmente e computada com base no saldo devedor do empréstimo. Caso o índice ultrapassasse 55%, o saldo integral do empréstimo se tornaria antecipadamente vencido. Durante o exercício de 2007 este índice não foi ultrapassado.

A Companhia efetuou pagamento de juros adicionais no montante de US\$152,000,00 no exercício de 2007 (US\$320,000,00 no exercício de 2006).

Os empréstimos e financiamentos a longo prazo vencem como segue:

	2007	2006
2008	-	6.842
2009	73.060	12.187
2010	10.096	12.187
2011	14.525	12.187
2012	4.429	5.343
	102.110	48.746

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2007 e 2006 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Eurobônus

	Indexador	Juros	31/07/2007		31/12/2006	
			Circulante	Não circulante	Total	Total
Eurobônus	US\$	8,375% a.a.	2.374	106.278	108.652	131.145

Em 06 de outubro de 2006, a Companhia emitiu US\$ 60,000,000 em Eurobônus, com prazo de vencimento em outubro de 2009 em parcela única. A emissão foi liderada pelo Banco Espírito Santo.

Os juros possuem prazos de vencimento semestral, em 06 de abril e 06 de outubro de cada ano, com início em 06 de abril de 2007. A Companhia pagou no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, o montante de US\$ 5.025.000 relativo a juros.

17. Imposto de renda e contribuição social

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora
	2007
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.835
Adições	2.103
Exclusões	(7.763)
Base de cálculo do imposto de renda	5.175
Imposto de renda	1.270
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.835
Adições	1.299
Exclusões	(7.763)
Base de cálculo da contribuição social	4.371
Contribuição social	393
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	1.663

A composição dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados está abaixo demonstrada:

	Controladora	
	2007	2006
Prejuízos fiscais	21.772	21.772
Base negativa da contribuição social	22.132	22.132

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências

A Companhia está se defendendo de diversas demandas judiciais de caráter tributário, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A administração da Companhia acredita que a provisão para Contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais externos. O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Tributárias	9.711	6.775	9.802	6.775
Cíveis	510	360	510	360
Trabalhistas	4.225	3.739	4.225	3.739
	14.446	10.874	14.537	10.874
(-) Depósitos judiciais	(519)	(181)	(528)	(181)
	13.927	10.693	14.009	10.693

a) Processos com perda provável

Processos tributários

Provisão atualizada pela variação da SELIC no montante de R\$ 9.711 (R\$ 6.775 em 31 de dezembro de 2006) constituída pelo não recolhimento do PIS no período de agosto a novembro de 2002 e da COFINS no período de agosto de 2002 a janeiro de 2004, em virtude de questionamento judicial quanto à incidência destes tributos sobre as receitas provenientes da locação de veículos. Existem decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça que consideram que a locação de bens móveis caracterizam faturamento e, portanto, deveriam ser incluídas na base de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia aguarda julgamento em segunda instância, pelo Tribunal Regional Federal.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências--Continuação

a) Processos com perda provável--Continuação

Processos cíveis--Continuação

A Companhia está se defendendo de ações judiciais cíveis, de natureza indenizatória de vítimas de acidentes automobilísticos envolvendo carros de nossa frota, em que se pleiteiam danos morais e materiais supostamente decorrentes destes eventos, para os quais foi constituída provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas no montante de R\$ 510 (R\$ 360 em 31 de dezembro de 2006). Tais processos encontram-se em diferentes instâncias judiciais não sendo possível presentemente atribuir jurisprudência sobre os mesmos.

Processos trabalhistas

Correspondem principalmente a pleitos de indenização por reclamações de horas extras, verbas rescisórias e diferenças salariais e férias, para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 4.225 (R\$ 3.739 em 31 de dezembro de 2006, respectivamente). Tais processos encontram-se em diferentes instâncias judiciais não sendo possível presentemente atribuir jurisprudência sobre os mesmos.

b) Processo com perda possível

Os processos classificados como perda possível pelos assessores jurídicos da Companhia totalizam aproximadamente R\$ 2.479 em 31 de dezembro de 2007 (R\$7.146 em 31 de dezembro de 2006). Não há processos que individualmente ultrapassem a 5% do patrimônio líquido da Companhia.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 19 de abril de 2006 foi aprovado aumento de capital no valor de R\$100.000.000 representado por 100.000.000 ações ordinárias nominativas, integralizadas em dinheiro.

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2007, deliberou: pela conversão da totalidade das ações preferenciais classe “A” de emissão da Companhia na mesma quantidade de ações ordinárias, nos termos do art. 136 da Lei das S.A..

Em 10 de novembro de 2007, os acionistas representando a totalidade do capital social, decidiram pelo grupamento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, à razão de 3:1, de forma que cada 3 (três) ações ordinárias de emissão da Companhia correspondam a 1 (uma) ação ordinária após o grupamento.

Em 19 de novembro de 2007 foi aprovado aumento de capital no valor de R\$ 93.214 representado por 26.862.863 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$ 3,47 (três reais e quarenta e sete centavos).

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2007 está representado por 107.541.632 ações ordinárias nominativas correspondentes a R\$ 335.250, cuja composição acionária é resumida a seguir:

	<u>Quantidade de ações</u>
SAG GEST Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A.	91.572.442
Novinela B.V.	8.250.898
SAG Automóveis Espanha SL	7.718.290
Administradores	2
	<u>107.541.632</u>

De acordo com o novo Estatuto Social da Companhia, aprovado na AGE retromencionada, o capital social poderá ser aumentado, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite do capital autorizado de 363.054.459 ações, incluídas as ações ordinárias já emitidas. Qualquer aumento de capital que exceda o limite do capital autorizado deverá ser aprovado pelos acionistas em assembléia geral.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2007 e 2006 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido--Continuação

b) Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 5%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Adicionalmente, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, observada a legislação aplicável. Os valores pagos a título de juros sobre capital próprio podem ser imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

Os acionistas têm optado por não distribuir dividendos.

c) Reserva legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

d) Reserva especial de ágio

Constituída com base no valor do ágio líquido da provisão de 66%, apurado na ocasião das integralizações da capital da controladora UNIDAS S.A. na antecessora Uninfra Locações e Comércio Ltda., conforme mencionado na Nota 7.

20. Despesas comerciais

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Comissões com agências	(1.578)	(1.483)	(1.578)	(1.483)
Comissões com terceirização de frotas	(2.387)	(4.324)	(2.437)	(4.894)
Propaganda e marketing	(6.392)	(5.595)	(6.546)	(5.717)
Provisão para devedores duvidosos	(4.136)	382	(4.136)	382
Outras	(399)	(24)	(402)	(39)
	(14.892)	(11.044)	(15.099)	(11.751)

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Despesas gerais e administrativas e honorários da administração

i) Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Despesas com pessoal	(13.973)	(10.084)	(13.985)	(10.019)
Despesas com ocupação	(1.496)	(1.550)	(1.496)	(1.564)
Despesas de comunicação	(2.266)	(1.685)	(2.272)	(1.690)
Serviços de terceiros	(8.970)	(5.449)	(8.973)	(5.513)
Despesas gerais	(3.571)	(2.286)	(3.574)	(2.290)
	(30.276)	(21.054)	(30.300)	(21.076)

ii) Honorários da administração

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Diretoria e Conselho de Administração	1.374	1.597	1.374	1.597
Outros executivos	2.337	2.244	2.351	2.316
	3.711	3.841	3.725	3.913

A Assembléia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global dos administradores em até R\$1.400 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 (R\$1.600 em 2006), cuja distribuição, individual, será fixada pelos administradores.

22. Despesas financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Despesas de juros	(32.711)	(32.882)	(32.754)	(32.888)
Despesas de swap	(123.054)	(48.054)	(123.054)	(48.054)
CPMF	(3.260)	(2.697)	(3.293)	(3.015)
Variações monetárias e cambiais passivas	(32.211)	(22.003)	(32.211)	(22.003)
Outras despesas financeiras	(3.284)	(1.820)	(3.325)	(1.863)
Total das despesas financeiras	(194.520)	(107.456)	(194.637)	(107.823)
Receitas de juros	440	270	444	272
Receitas de swap	37.370	15.445	37.370	15.445
Rendimentos de aplicações financeiras	274	6.600	274	6.600
Variações monetárias e cambiais ativas	92.926	36.682	92.927	36.682
Outras receitas financeiras	57	47	57	50
Total das receitas financeiras	131.067	59.044	131.072	59.049
Despesas financeiras, líquidas	(63.453)	(48.412)	(63.565)	(48.774)

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2007 e 2006 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Resultado não-operacional

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Receita na vendas de veículos	282.561	171.523	282.572	172.018
Custo líquido dos veículos vendidos	(285.982)	(173.627)	(285.982)	(173.627)
Comissão retorno financiamento	8.408	1.319	8.681	2.727
Outras receitas não operacionais	-	7	30	27
Total	4.987	(778)	5.301	1.145

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2007 a Companhia possui empréstimos de US\$ 237 milhões sujeitos a contratos de troca de índices envolvendo operações com instrumentos derivativos com a finalidade de proteção. Tais contratos prevêem a troca da variação do dólar pelo CDI.

b) Valor de mercado

O valor de mercado estimado dos instrumentos financeiros, principalmente disponibilidades, se aproxima do seu valor contábil por causa do curto prazo de vencimento desses instrumentos. Para a determinação do valor de mercado dos empréstimos e contratos de *swap*, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. Os valores estimados como “de Mercado” não representam que os Ativos e Passivos poderiam ser realizados ou liquidados por esses valores apresentados. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

b) Valor de mercado--Continuação

Em 31 de dezembro de 2007, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
	(não auditado)		(não auditado)	
Ativo				
Disponibilidades	34.212	34.212	34.427	34.427
Créditos com empresas ligadas	4.244	4.244	1.273	1.273
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	320.501	323.038	320.501	323.038
Eurobônus	108.652	115.632	108.652	115.632
Contratos de swap	77.315	74.184	77.315	74.184
Débitos com empresas ligadas	1.943	1.943	265	265

c) Fatores de risco

Os fatores de risco que afetam os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são os seguintes:

c.1) *Risco de crédito*

As políticas de locação e venda de veículos da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco).

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2007 e 2006 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

c) Fatores de risco--Continuação

c.2) *Risco de taxa de câmbio e de juros*--Continuação

Os resultados da Companhia são suscetíveis a sofrer significativas variações, pois os seus financiamentos e empréstimos a pagar estão substancialmente afetados pelas variações nas taxas de juros que os remuneram e pela volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano.

A Administração monitora ativamente as variações nas taxas de juros de mercado. Com relação às flutuações da taxa de câmbio, a Companhia têm realizado operações com derivativos com fins de proteção.

25. Cobertura de seguros (não auditada)

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos com sinistros de seus Ativos Imobilizados, com base na avaliação dos seus consultores de seguros.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

O valor dos seguros contratados no montante de R\$ 5.248 em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 1.824 em 2006) é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

Ativos segurados	Modalidade	Importância segurada	
		2007	2006
Veículos	Cobertura total	5.217	1.808
Veículos	Cobertura de terceiros	11	10
Predial	Cobertura total	20	6
Total		5.248	1.824

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Alterações na preparação e divulgação das demonstrações financeiras

Em 28 de dezembro de 2007 foi sancionada pelo presidente da república do Brasil a Lei No. 11.638 que altera e revoga dispositivos da Lei No. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e da Lei No. 6.385 de 7 de dezembro de 1976.

Os requerimentos desta Lei aplicam-se às demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2008, contemplando as seguintes modificações aplicáveis à Companhia:

Alterações nas normas contábeis

Alguns ativos financeiros destinados a venda devem ser avaliados pelo valor de mercado.

Alguns ativos e passivos devem ser ajustados ao seu valor presente, especialmente os de longo prazo.

Os ajustes a valor de mercado dos ativos e passivos devem ser registrados em uma nova conta denominada ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido.

Torna obrigatória a preparação das demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado (para as sociedades por ações de capital aberto), substituindo a demonstração das origens e aplicações de recursos.

As sociedades fechadas poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários para as companhias abertas.

No presente momento não é possível antecipar os impactos, introduzidos pela Lei No. 11.638 sobre os resultados das operações e sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia e empresas controladas para as demonstrações financeiras do exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2008.

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Eventos subsequentes

a) Abertura de capital

A Companhia prepara-se para o processo de abertura de capital na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e registro na CVM, bem como para o consequente processo da primeira oferta pública de ações.

b) Aumento do capital social

Em 05 de março de 2008, na presença dos acionistas que representam a totalidade do Capital Social, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 49.502, passando este de R\$ 335.250 para R\$ 384.752, mediante a emissão de 13.750.419 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 3,60 (três reais e sessenta centavos) por ação, fixado com base no artigo 170, parágrafo 1º, II, da Lei das S.A. As ações foram subscritas integralmente pela acionista SAG GEST – Soluções Automóveis Globais SGPS, S.A..

Demonstrações Financeiras Auditadas da Emissora relativas aos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 31 de dezembro de 2005, com respectivo Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras

***SAG DO BRASIL S.A. e empresas
controladas***

***31 de dezembro de 2006 e 2005
com Parecer dos Auditores Independentes***

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2006 e 2005

Índice

Parecer dos Auditores Independentes.....	E-3
Demonstrações Financeiras Auditadas	
Balanços Patrimoniais	E-4
Demonstrações dos Resultados	E-6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	E-7
Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos.....	E-8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	E-9

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Acionistas da
SAG DO BRASIL S.A.

Examinamos os balanços patrimoniais da SAG DO BRASIL S.A. e os balanços patrimoniais consolidados da SAG DO BRASIL S.A. e empresas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2006 e 2005, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e empresas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia e empresas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SAG DO BRASIL S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada da SAG DO BRASIL S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2006 e 2005, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo (SP), 11 de outubro de 2007

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRG-2SP015199/O-6



Aurivaldo Coimbra de Oliveira
Contador CRC-1PE009428/O-4-S-SP

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
ATIVO				
Circulante				
Disponibilidades e valores equivalentes (Nota 5)	45.660	20.503	45.989	20.509
Contas a receber (Nota 6)	24.897	22.936	27.662	23.172
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 7)	6.538	4.924	6.555	4.934
Despesas antecipadas (Nota 8)	5.974	4.173	6.014	4.174
Outros créditos	994	668	1.161	759
Total do ativo circulante	84.063	53.204	87.381	53.548
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 7)	16.717	20.060	16.717	20.060
Despesas antecipadas (Nota 8)	525	636	525	636
Depósitos judiciais (Nota 18)	181	153	181	153
Crédito com empresas ligadas (Nota 9)	5.853	1.980	304	1.108
Outros créditos	99	68	148	116
Bens não destinados a uso (Nota 10)	66.745	22.354	66.745	22.354
Permanente				-
Investimentos (Nota 11)	510	5	5	5
Imobilizado (Nota 12)	532.550	366.183	532.805	366.183
Diferido (Nota 13)	721	1.014	721	1.014
Total do ativo não circulante	623.901	412.453	618.151	411.629
Total do ativo	707.964	465.657	705.532	465.177

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores (Nota 14)	34.465	31.027	34.550	31.082
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	192.923	129.271	192.923	129.271
Eurobônus (Nota 16)	2.865	-	2.865	-
Tributos a recolher	288	286	367	287
Salários e encargos a pagar	2.392	1.959	2.505	1.959
Débito com empresas ligadas (Nota 9)	1.615	4.049	-	4.049
Outras contas a pagar	4.444	1.544	4.806	1.556
Total do passivo circulante	238.992	168.136	238.016	168.204
Não circulante				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	48.746	109.960	48.746	109.960
Eurobônus (Nota 16)	128.280	-	128.280	-
Provisão para perda com investimentos (Nota 11)	1.502	548	-	-
Provisão para contingências (Nota 18)	10.874	7.625	10.874	7.625
Total do passivo não circulante	189.402	118.133	187.900	117.585
Participações minoritárias	-	-	46	-
Patrimônio líquido (Nota 19)				
Capital social	242.036	142.036	242.036	142.036
Reserva de capital	33.431	33.431	33.431	33.431
Reserva de lucros	211	202	211	202
Lucros (prejuízos) acumulados	3.892	3.719	3.892	3.719
Total do patrimônio líquido	279.570	179.388	279.570	179.388
Total do passivo e do patrimônio líquido	707.964	465.657	705.532	465.177

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por lote de mil ações)

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Receita bruta de aluguel e serviços	175.864	137.043	176.661	137.096
Deduções da receita bruta	(20.092)	(14.931)	(20.173)	(14.946)
Receita líquida	155.772	122.112	156.488	122.150
Custos dos aluguéis e serviços	(62.324)	(61.261)	(64.012)	(61.304)
Lucro bruto	93.448	60.851	92.476	60.846
Receitas (despesas) operacionais				
Comerciais (Nota 20)	(11.044)	(10.631)	(11.751)	(10.682)
Gerais e administrativas (Nota 21)	(21.054)	(15.368)	(21.076)	(15.382)
Honorários da administração	(3.841)	(2.798)	(3.913)	(2.798)
Despesas financeiras, líquidas (Nota 22)	(48.412)	(36.438)	(48.774)	(36.454)
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 11)	(449)	(86)	-	-
Depreciação e amortização	(3.839)	(2.611)	(3.849)	(2.611)
Amortização de ágio, líquida da reversão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (Nota 7)	(3.343)	(3.343)	(3.343)	(3.343)
Outras despesas operacionais, líquidas	(506)	(410)	(557)	(410)
Lucro (prejuízo) operacional	960	(10.834)	(787)	(10.834)
Resultado não operacional (Nota 23)	(778)	14.875	1.145	14.875
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	182	4.041	358	4.041
Imposto de renda e contribuição social (Nota 17)	-	-	(130)	-
Lucro (prejuízo) do exercício antes das participações minoritárias	182	4.041	228	4.041
Participações minoritárias	-	-	(46)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	182	4.041	182	4.041
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações no fim do exercício – em R\$	0,75	28,45		
Quantidade de ações (mil)	242.036	142.036		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital - ágio	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2004	108.973	33.431	-	(120)		142.284
Aumento de capital	33.063	-	-	-		33.063
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.041		4.041
Destinação proposta a Assembléia Geral: Reserva legal	-	-	202	(202)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2005	142.036	33.431	202	3.719		179.388
Aumento de capital	100.000	-	-	-		100.000
Lucro do exercício	-	-	-	182		182
Destinação proposta a Assembléia Geral: Reserva legal	-	-	9	(9)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2006	242.036	33.431	211	3.892		279.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
ORIGENS DOS RECURSOS				
Das operações				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	182	4.041	182	4.041
Participações minoritárias	-	-	46	-
Itens que não afetam o capital circulante líquido:				
Depreciação e amortização	12.283	19.364	12.293	19.364
Valor residual do ativo imobilizado baixado	173.627	128.620	173.627	128.620
Equivalência patrimonial	449	86	-	-
Amortização de ágio, líquida da reversão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	3.343	3.343	3.343	3.343
Provisão para contingências	3.249	1.354	3.249	1.354
Variações cambiais e monetárias e juros de longo prazo, líquidos	(7.512)	(6.131)	(7.512)	(6.131)
Total originado das operações	185.621	150.677	185.228	150.591
De acionistas				
Integralização de capital	100.000	33.063	100.000	33.063
De terceiros				
Ingresso de financiamento e empréstimos de longo prazo	132.000	99.295	132.000	99.295
Transferência do realizável para o ativo circulante	111	101	111	101
Redução do realizável a longo prazo	834	7.365	834	7.365
Total das origens	418.566	290.501	418.173	290.415
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
No ativo permanente				
No imobilizado	396.375	302.122	396.640	302.122
No diferido	-	380	-	380
No realizável a longo prazo	4.766	279	90	48
Transferência do passivo não circulante para o circulante	57.422	44.959	57.422	44.959
Total das aplicações	458.563	347.740	454.152	347.509
Redução no capital circulante	(39.997)	(57.239)	(35.979)	(57.094)
Ativo circulante				
No fim do exercício	84.063	53.204	87.381	53.548
No início do exercício	53.204	45.763	53.548	45.930
	30.859	7.441	33.833	7.618
Passivo circulante				
No fim do exercício	238.992	168.136	238.016	168.204
No início do exercício	168.136	103.456	168.204	103.492
	70.856	64.680	69.812	64.712
Redução do capital circulante	(39.997)	(57.239)	(35.979)	(57.094)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A SAG do Brasil S.A. (“SAG” ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto: (a) a locação de veículos automotores e equipamentos; (b) a concessão de licenças para uso de sua marca de serviços de locação e do sistema operacional de locação; (c) o uso sob licença, ou sub-licenciamento de marcas de serviços de locação e do sistema operacional de locação das empresas do grupo ou de terceiros; (d) o agenciamento de publicidade em veículos de comunicação e a prestação de serviços de propaganda e marketing; (e) a prestação de serviços de transporte em geral, sob qualquer título e modalidade; (f) a prestação de serviços de terceirização de frotas, com o respectivo gerenciamento de seus veículos e equipamentos componentes, bem como do pessoal e recursos humanos que os operam; (g) a prestação de serviços gráficos; (h) a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou sócia quotista; (i) a locação e sublocação de motocicletas e outros meios de transporte, exceto automóveis sem condutor.

Como parte de seu programa de renovação de frotas, a Companhia realiza a venda de veículos usados.

Em 31 de Dezembro de 2006, a estrutura da Companhia incluindo os franqueados, era composta do seguinte (dados não auditados): 96 pontos de atendimento, dos quais 33 eram lojas e 24 postos avançados em clientes, ambos operados pela SAG e o restante por empresas franqueadas. O sistema de franquias da SAG é administrado pela Unidas Franquias S.A.

Em 31 de dezembro de 2006, a frota da SAG era composta por (dados não auditados): 23.204 veículos, sendo 18.189 do negócio de aluguel e administração de frotas (“*fleet*”) e 5.015 pertencentes ao negócio de “*rent a car*”. A frota do “*rent a car*” é renovada após sua vida útil econômica, em média quatorze meses, sendo uma porção significativa vendida a consumidores finais através de 8 lojas de venda de veículos usados, localizadas em 2 cidades do Brasil.

O segmento de aluguel e administração de frotas é direcionado para empresas. O período de locação de veículos para frota varia de 12 a 48 meses. Os contratos são rescindíveis mediante comunicação prévia de 30 dias e multas contratuais que variam de 50% a 25% dos pagamentos a vencer, dependendo dos prazos de contratação e cláusulas de renovação.

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação

31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária.

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos nas datas dos balanços.

A provisão para imposto de renda e contribuição social foi computada com base na legislação vigente nas datas dos balanços.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, exceto quando indicado de outra forma, estão apresentadas em milhares de reais.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes. Os passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas nas demonstrações do resultado.

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Empresas	Controladas %	Atividade principal	Localização
Unidas Comercial de Veículos Ltda.	99,00	Comércio de veículos usados	São Paulo
Unimat Comércio Ltda.	99,99	Compra e venda de materiais diversos	São Paulo
Unidas Franquias do Brasil S.A.	90,00	Locação de veículos e terceirização de frotas	São Paulo

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

A Unidas Comercial de Veículos Ltda., foi constituída em novembro de 2005 e iniciou suas operações durante o exercício de 2006.

A Unidas Franquias foi constituída em 02 de junho de 2005 tendo como acionistas a Novinela BV e Luis Miguel Lopes Branco de Sousa que não integralizaram o capital subscrito. Em 09 de junho de 2005, a Novinela BV transferiu para a SAG do Brasil S.A., sem ônus, a totalidade das ações que detinha desta empresa, representando 90% do capital social. As operações da Unidas Franquias iniciaram-se no primeiro semestre de 2006.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das demonstrações financeiras

A Companhia, seguindo as orientações da NPC 12 - Mudança de Estimativas Contábeis e Correção de Erros reconheceu ajustes de forma retroativa nas suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005, conforme demonstrado abaixo:

	Resultado		Patrimônio líquido	
	2006	2005	2006	2005
Saldos originalmente apresentados	(8.457)	9.505	253.762	162.219
Descrição dos ajustes				
Reversão da depreciação de veículos (a)	36.569	18.239	75.414	38.845
Valor residual do ativo imobilizado baixado (b)	(20.712)	(22.845)	(35.509)	(14.797)
Reversão (complemento) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.259	977	(1.183)	(3.442)
Reversão (complemento) de provisão de veículos roubados	(1.376)	(178)	(3.836)	(2.460)
Complemento da provisão para contingências (c)	(3.259)	(1.352)	(6.827)	(3.568)
Estorno receitas locações	(5.141)	-	(5.141)	-
Equivalência patrimonial	(449)	(86)	(1.097)	(648)
Outros	748	(219)	3.987	3.239
Saldos ajustados	182	4.041	279.570	179.388

Os ajustes contra patrimônio líquido diferem significativamente dos ajustes alocados aos resultados de 2006 e 2005 em decorrência dos ajustes alocados a 31 de dezembro de 2004 e 2003 e o efeito cumulativo dos anos subsequentes.

- a) Mudança de critério contábil: a Companhia alterou o critério de apuração da depreciação dos veículos. Anteriormente essa apuração era feita utilizando-se um método linear, à taxas próximas dos limites fiscais. O método que passou a ser utilizado baseia-se no valor estimado de realização desses itens (Vide Nota 4.g).
- b) Decorrente da reversão das depreciações.
- c) Provisão para contingências: complemento reconhecido em função do reconhecimento de atualização monetária sobre processos tributários em curso e complemento de provisão para riscos trabalhistas.

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das demonstrações financeiras--Continuação

Como consequência dos referidos ajustes e reclassificações contábeis, as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 estão apresentadas com os seguintes saldos ajustados:

	CONTROLADORA		
	31 de dezembro de 2006		
	Original	Ajustes (*)	Ajustado
ATIVO			
Circulante			
Disponibilidades e valores equivalentes	45.660	-	45.660
Contas a receber	24.970	(73)	24.897
Impostos e contribuições sociais a compensar	5.373	1.165	6.538
Despesas antecipadas	7.040	(1.066)	5.974
Outros créditos	8.679	(7.685)	994
Total do ativo circulante	91.722	(7.659)	84.063
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos e contribuições sociais a compensar	-	16.717	16.717
Despesas antecipadas	-	525	525
Depósitos judiciais	-	181	181
Crédito com empresas ligadas	3.400	2.453	5.853
Outros créditos	16.996	(16.897)	99
Bens não destinados a uso	-	66.745	66.745
Permanente			
Investimentos	204	306	510
Imobilizado	564.551	(32.001)	532.550
Diferido	723	(2)	721
Total do ativo não circulante	585.874	38.027	623.901
Total do ativo	677.596	30.368	707.964

(*) *Contempla ajustes relativos a reclassificações*

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das demonstrações financeiras--Continuação

	CONTROLADORA		
	31 de dezembro de 2006		
	Original	Ajustes	Ajustado
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	34.466	(1)	34.465
Empréstimos e financiamentos	194.142	(1.219)	192.923
Eurobônus	-	2.865	2.865
Tributos a recolher	7.358	(7.070)	288
Salários e encargos a pagar	2.392	-	2.392
Débito com empresas ligadas	1.258	357	1.615
Outras contas a pagar	4.444	-	4.444
Total do passivo circulante	244.060	(5.068)	238.992
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	178.672	(129.926)	48.746
Eurobônus	-	128.280	128.280
Provisão para perda com investimentos	-	1.502	1.502
Provisão para contingências	1.101	9.773	10.874
Total do passivo não circulante	179.773	9.629	189.402
Patrimônio líquido			
Capital social	242.036	-	242.036
Reserva de capital	33.431	-	33.431
Reserva de lucros	-	211	211
Prejuízos acumulados	(21.704)	25.596	3.892
Total do patrimônio líquido	253.763	25.807	279.570
Total do passivo e do patrimônio líquido	677.596	30.368	707.964

(*) Contempla ajustes relativos a reclassificações

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das demonstrações financeiras--Continuação

	CONTROLADORA		
	31 de dezembro de 2006		
	Original	Ajustes (*)	Ajustado
Receita bruta de aluguel e serviços e serviços	350.893	(175.029)	175.864
Deduções da receita bruta	(18.741)	(1.351)	(20.092)
Receita líquida	332.152	(176.380)	155.772
Custos dos aluguéis e serviços e serviços	(254.182)	191.858	(62.324)
Lucro bruto	77.970	15.478	93.448
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	(12.900)	1.856	(11.044)
Gerais e administrativas	(23.101)	2.047	(21.054)
Honorários da administração	-	(3.841)	(3.841)
Despesas financeiras, líquidas	(47.902)	(510)	(48.412)
Resultado da equivalência patrimonial	-	(449)	(449)
Depreciação e amortização	-	(3.839)	(3.839)
Amortização de ágio, líquida da reversão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	-	(3.343)	(3.343)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	(506)	(506)
Lucro (prejuízo) operacional	(5.933)	6.893	960
Resultado não operacional	(2.524)	1.746	(778)
Lucro (prejuízo) do exercício	(8.457)	8.639	182
Prejuízo por lote de mil ações no fim do exercício – em R\$	(34,94)		0,75
Quantidade de ações (mil)	242.036		242.036

* Contempla ajustes relativos a reclassificações

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das demonstrações financeiras--Continuação

	CONTROLADORA		
	31 de dezembro de 2005		
	Original	Ajustes (*)	Ajustado
ATIVO			
Circulante			
Disponibilidades e valores equivalentes	20.503	-	20.503
Contas a receber	15.440	7.496	22.936
Impostos e contribuições sociais a compensar	3.759	1.165	4.924
Despesas antecipadas	5.528	(1.355)	4.173
Outros créditos	12.928	(12.260)	668
Total do ativo circulante	58.158	(4.954)	53.204
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos e contribuições sociais a compensar	-	20.060	20.060
Despesas antecipadas	-	636	636
Depósitos judiciais	-	153	153
Crédito com empresas ligadas	872	1.108	1.980
Outros créditos	20.280	(20.212)	68
Bens não destinados a uso	-	22.354	22.354
Permanente			
Investimentos	105	(100)	5
Imobilizado	369.030	(2.847)	366.183
Diferido	1.021	(7)	1.014
Total do ativo não circulante	391.308	21.145	412.453
Total do ativo	449.466	16.191	465.657

(*) Contempla ajustes relativos a reclassificações

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação

31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das demonstrações financeiras--Continuação

	CONTROLADORA		
	31 de dezembro de 2005		
	Original	Ajustes (*)	Ajustado
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	31.027	-	31.027
Empréstimos e financiamentos	133.728	(4.457)	129.271
Tributos a recolher	7.356	(7.070)	286
Salários e encargos a pagar	1.959	-	1.959
Débito com empresas ligadas	4.049	-	4.049
Outras contas a pagar	1.544	-	1.544
Total do passivo circulante	179.663	(11.527)	168.136
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	105.502	4.458	109.960
Provisão para perda com investimentos	-	548	548
Provisão para contingências	2.082	5.543	7.625
Total do passivo não circulante	107.584	10.549	118.133
Patrimônio líquido			
Capital social	142.036	-	142.036
Reserva de capital	33.431	-	33.431
Reserva de lucros	-	202	202
Lucros (prejuízos) acumulados	(13.248)	16.967	3.719
Total do patrimônio líquido	162.219	17.169	179.388
Total do passivo e do patrimônio líquido	449.466	16.191	465.657

(*) Contempla ajustes relativos a reclassificações

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Refazimento das demonstrações financeiras--Continuação

	CONTROLADORA		
	31 de dezembro de 2005		
	Original	Ajustes (*)	Ajustado
Receita bruta de aluguel e serviços	137.103	(60)	137.043
Deduções da receita bruta	(14.931)	-	(14.931)
Receita líquida	122.172	(60)	122.112
Custos dos aluguéis e serviços	(79.295)	18.034	(61.261)
Lucro bruto	42.877	17.974	60.851
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	(5.314)	(5.317)	(10.631)
Gerais e administrativas	(26.148)	10.780	(15.368)
Honorários da administração	-	(2.798)	(2.798)
Despesas financeiras, líquidas	(35.876)	(562)	(36.438)
Resultado da equivalência patrimonial	-	(86)	(86)
Depreciação e amortização	-	(2.611)	(2.611)
Amortização de ágio, líquida da reversão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	-	(3.343)	(3.343)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	(410)	(410)
Lucro (prejuízo) operacional	(24.461)	13.627	(10.834)
Resultado não operacional	33.966	(19.091)	14.875
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	9.505	(5.464)	4.041
Lucro por lote de mil ações no fim do exercício – em R\$	66,92		28,45
Quantidade de ações (mil)	142.036		142.036

(*) Contempla ajustes relativos a reclassificações

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação

31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de locações é reconhecida *pro rata temporis* em função da vigência do contrato de locação. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

A receita de venda de veículos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao veículo são transferidos para o comprador.

b) Disponibilidades e valores equivalentes

Incluem os saldos em conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata registrados ao custo e acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

d) Impostos e contribuições sociais a compensar

Em 31 de dezembro de 2006 e 2005, contemplava créditos tributários provenientes de ágio pago por ocasião das integralizações de capital da controladora SAG do Brasil S.A. na antecessora Uninfra Locações e Comércio Ltda., líquido de provisão de 66% constituída na própria SAG do Brasil S.A., antes de ser incorporada.

A amortização do ágio por incorporação e a respectiva provisão são efetuadas pela taxa de 10% a.a. de acordo com o fundamento econômico de rentabilidade futura conforme laudo de incorporação na data.

Nos exercícios sociais em que há imposto de renda a pagar, a amortização líquida do ágio (crédito fiscal) é demonstrada como parte da despesa efetiva de imposto de renda.

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2006 e 2005
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

e) Bens não destinados a uso

Os veículos fora de frota e que se destinam à venda estão avaliados ao custo, líquido da depreciação acumulada até a data da retirada da frota, ou valor líquido de realização, dos dois o menor.

Os veículos roubados ou sinistrados estão avaliados ao custo, líquido da depreciação acumulada, menos a provisão de avaliação para reduzi-lo ao valor líquido de realização quando não estiverem com cobertura de seguros.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

g) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear (exceção ao item veículos) às taxas mencionadas na Nota 12 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Os veículos destinados à locação são depreciados de acordo com um método econômico, que considera o valor estimado de realização destes veículos na data esperada de venda. Desta forma, as taxas de depreciação variam de veículo para veículo, de acordo com a data em que foi comprado, o valor pago e data e valor estimados de venda. A vida útil dos veículos é revisada anualmente e ajustada quando aplicável.

A depreciação dos veículos compõe o custo dos aluguéis e serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa operacional.

A Companhia tem contratos de arrendamento mercantil para aquisição de veículos os quais são capitalizados e depreciados com base no valor estimado de realização, conforme anteriormente mencionado.

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação

31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

h) Diferido

Registrados ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear num prazo que não excede 5 anos.

i) Passivos

Reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados através de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Provisão para contingências

Atualizada até a data do balanço pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos consultores jurídicos da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingência estão descritas na Nota 18.

k) Empréstimos e financiamentos

São apresentados pelo valor do principal acrescido dos encargos financeiros incorridos *pro rata temporis* até as datas dos balanços e variações cambiais, quando aplicável.

l) Tributação

l.1) Tributação sobre as receitas

As receitas de aluguel de veículos estão sujeitas ao Programa de Integração Social – PIS (1,65%) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS (7,60%).

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação

31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

l) Tributação--Continuação

1.1) Tributação sobre as receitas--Continuação

As receitas decorrentes da venda de veículos estão sujeitas exclusivamente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, quando são vendidos em prazo inferior a doze meses da data de aquisição, à alíquotas variáveis de acordo com o Estado em que opera.

Esses encargos são apresentados como deduções das respectivas receitas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos aluguéis na demonstração do resultado.

Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

1.2) Tributação sobre o lucro

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

m) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, como *swap*, são reconhecidos nos balanços patrimoniais da Companhia inicialmente pelo seu valor de custo e posteriormente atualizados de acordo com os termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam as variações incorridas até as datas dos balanços. A utilização desses instrumentos visa diminuir os riscos em financiamentos em moeda estrangeira. De acordo com suas políticas de tesouraria, a Companhia não tem ou emite instrumentos financeiros derivativos para fins outros que não os de proteção.

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Disponibilidades e valores equivalentes

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Caixa e bancos	3.159	1.148	3.488	1.154
Aplicações financeiras	42.501	19.355	42.501	19.355
	45.660	20.503	45.989	20.509

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósito bancário, remunerados a taxas vinculadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os vencimentos não ultrapassam 90 dias das datas dos balanços.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Locação de veículos faturados	21.396	15.505	21.396	15.574
Locação de veículos a faturar	1.060	782	1.060	782
Venda de veículos	4.002	8.404	6.163	8.404
Outros valores a receber	1.302	1.530	1.906	1.697
Provisão para devedores duvidosos	(2.863)	(3.285)	(2.863)	(3.285)
	24.897	22.936	27.662	23.172

A abertura do saldo por idade de vencimento está abaixo demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
A faturar	1.060	782	1.060	782
Faturados				
A vencer	16.667	18.566	19.063	18.775
1 a 30 dias	2.839	2.948	2.839	2.958
31 a 60 dias	2.014	585	2.014	585
61 a 90 dias	2.241	246	2.241	246
91 a 120 dias	144	219	144	219
Vencidos há mais de 120 dias	2.795	2.875	3.164	2.892
	27.760	26.221	30.525	26.457

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber--Continuação

A movimentação da provisão para devedores duvidosos é apresentada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2006	2005
Saldo no início do exercício	3.285	1.770
Constituição de provisão	1.474	2.088
(-) Reversão de provisão	(1.856)	(1.276)
(-) Baixa / reversão de baixa contra contas a receber	(40)	703
Saldo no final do exercício	2.863	3.285

7. Impostos e contribuições sociais a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
IRRF sobre serviços prestados	167	93	167	93
IRRF sobre aplicações financeiras	1.840	311	1.840	311
CSL a compensar	335	320	335	320
PIS a recuperar	-	-	4	3
Cofins a recuperar	-	-	13	7
IRPJ a compensar	853	853	853	853
Créditos tributários (a)	20.060	23.403	20.060	23.403
Outros créditos	-	4	-	4
	23.255	24.984	23.272	24.994
(-) Ativo circulante	6.538	4.924	6.555	4.934
Ativo não circulante	16.717	20.060	16.717	20.060

- (a) Os créditos tributários em 31 de dezembro de 2006 e 2005 são oriundos de ágio pago por ocasião das integralizações de capital da controladora SAG do Brasil S.A. na antecessora Uninfra Locações e Comércio Ltda.. Após a incorporação reversa da SAG do Brasil S.A. pela Uninfra Locações e Comércio Ltda., esta simultaneamente mudou sua denominação social para SAG do Brasil S.A.. Em 2002, por ocasião do processo de incorporação, esse ágio foi provisionado em 66% na própria SAG do Brasil S.A., antes de ser incorporada. A amortização desse ágio e a respectiva provisão são efetuadas pela taxa de 10% a.a de acordo com o fundamento econômico de rentabilidade futura conforme laudo de incorporação na data.

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Impostos e contribuições sociais a compensar--Continuação

A amortização desse ágio e a respectiva provisão são efetuados pela taxa de 10% a.a., de acordo com o fundamento econômico de rentabilidade futura conforme laudo de incorporação na data.

Os saldos do ágio e da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2006 e 2005 são compostos como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2006	2005
Ágio de incorporação	98.328	98.328
(-) Amortização de ágio	(39.332)	(29.499)
Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	(64.896)	(64.896)
Reversão da provisão para manutenção da integridade do Patrimônio Líquido	25.960	19.470
	20.060	23.403
(-) Ativo circulante	3.343	3.343
Ativo não circulante	16.717	20.060

8. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	947	1.971	980	1.971
Prêmio de seguros	1.824	1.495	1.824	1.495
Seguro obrigatório e licenciamento de veículos	1.546	861	1.546	861
Outros	2.182	482	2.189	483
	6.499	4.809	6.539	4.810
(-) Ativo circulante	5.974	4.173	6.014	4.174
Ativo não circulante	525	636	525	636

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empresas ligadas

Saldos e transações em 31 de dezembro de 2006

	Ativo não circulante	Passivo circulante	Receitas (despesas)
Controladas			
Unimat Comércio e Distribuidora Ltda. (a)	1.432	-	-
Unidas Comercial de Veículos Ltda (b)	4.117	1.119	81.829
Unidas Franquias do Brasil S.A. (a)	-	496	-
Controladora e empresa ligada			
SAG GEST Soluções Automóveis Globais, SGPS, S.A. (c)	304	-	59
Consolidado	304	-	59
Controladora	5.853	1.615	81.888

(a) Refere-se a transação de conta corrente com a controlada.

(b) O saldo no ativo não circulante refere-se a valores a receber em decorrência da venda de veículos da SAG do Brasil para esta controlada. O saldo no passivo circulante refere-se a adiantamentos efetuados pela controlada à controladora.

(c) Refere-se a transação de conta corrente com empresa ligada, sem encargos financeiros.

Saldos e transações em 31 de dezembro de 2005

	Ativo não circulante	Passivo circulante	Receitas (despesas)
Controlada			
Unimat Comércio e Distribuidora Ltda. (a)	872	-	-
	872	-	-
Controladora e empresa ligada			
SAG GEST Soluções Automóveis Globais, SGPS, S.A. (b)	1.108	4.049	1.400
Consolidado	1.108	4.049	1.400
Controladora	1.980	4.049	1.400

(a) Refere-se a transação de conta corrente com a controlada.

(b) Refere-se a mútuo financeiro em dólares americanos, atualizado pela taxa libor mais juros de 1,25% ao ano.

Em adição às transações acima mencionadas, a Companhia tem empréstimo com a parte relacionada Volpe Holdings LLC, conforme mencionado na Nota 15.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2006 e 2005, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativo a operações com empresas ligadas, foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Bens não destinados a uso

	Controladora e Consolidado	
	2006	2005
Veículos destinados à venda	65.405	21.292
Veículos roubados ou sinistrados	6.283	4.954
Provisão de avaliação	(4.943)	(3.892)
	66.745	22.354

Em 31 de dezembro de 2006 e 2005, a provisão de avaliação referia-se exclusivamente aos veículos roubados ou sinistrados, para os quais não há cobertura de seguros. Os veículos destinados à venda, registrados pelo custo líquido da depreciação acumulada estão a valor inferior ao valor líquido de venda estimado.

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos

Situação dos investimentos em controladas

	Participação no capital integralizado %	Informações da controlada						Valor do investimento	Provisão para perda com investimentos
		2006	2005	2006	2005	2006	2005		
Controladas:									
Unimat Comércio e Distribuidora Ltda.	99,99%	(647)	(548)	(99)	(86)	(99)	(86)	-	(647)
Unidas Comercial de Veículos Ltda.	99,00%	(864)	-	(864)	-	(855)	-	-	(855)
Unidas Franquias do Brasil S.A.	90,00%	560	-	560	-	505	-	505	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	5	-
Total				(449)	(86)	(449)	(86)	510	1.502
								5	(548)

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação

31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

Controladora

	Taxas médias anuais de depreciação %	2006		2005	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Veículos	1,29%	534.654	(17.210)	517.444	352.185
Acessórios	20%	7.598	(1.793)	5.805	5.515
Maquinas e equipamentos	10%	444	(226)	218	221
Instalações	10%	753	(248)	505	312
Moveis e utensílios	10%	1.892	(815)	1.077	1.224
Computadores e periféricos	20%	4.211	(2.802)	1.409	1.663
Direito de uso de software	20%	5.034	(2.227)	2.807	1.881
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	2.903	(1.081)	1.822	1.809
Outros	10%	1.777	(314)	1.463	1.373
		559.266	(26.716)	532.550	366.183

Consolidado

	Taxas médias anuais de depreciação %	2006		2005	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Veículos	1,29%	534.654	(17.210)	517.444	352.185
Acessórios	20%	7.598	(1.793)	5.805	5.515
Maquinas e equipamentos	10%	444	(226)	218	221
Instalações	10%	937	(258)	679	312
Moveis e utensílios	10%	1.892	(815)	1.077	1.224
Computadores e periféricos	20%	4.215	(2.804)	1.411	1.663
Direito de uso de software	20%	5.034	(2.227)	2.807	1.881
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	2.905	(1.083)	1.822	1.809
Outros	10%	1.854	(312)	1.542	1.373
		559.533	(26.728)	532.805	366.183

O saldo dos bens objeto de arrendamento mercantil capitalizado (custo deduzido da depreciação acumulada) em 2006 e 2005 é demonstrado como segue:

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado--Continuação

	Controladora e Consolidado	
	2006	2005
Custo		
Veículos	41.769	73.707
Depreciação acumulada		
Veículos	(6.254)	(11.239)
	35.515	62.468

Os contratos relativos aos arrendamentos a pagar têm prazos médios de 18 meses a pagar, em parcelas mensais que variam de R\$1 a R\$367. Os contratos firmados, em sua grande maioria, têm taxas pós-fixadas de juros, de até 3% ao ano de *spread* sobre o CDI. (vide Nota 15). Os juros são levados ao resultado quando incorridos, na rubrica de despesa financeira.

13. Diferido

	Controladora e Consolidado	
	2006	2005
Despesas pré-operacionais	1.469	1.469
(-) Amortização	(748)	(455)
	721	1.014

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Montadoras de veículos:				
Fiat Automóveis S.A.	11.885	14.259	11.885	14.259
General Motors do Brasil	13.475	5.110	13.475	5.110
Toyota do Brasil Ltda.	-	1.000	-	1.000
Renault do Brasil Ltda	3.421	-	3.421	-
Volkswagen do Brasil Ltda	2.903	8.098	2.903	8.098
	31.684	28.467	31.684	28.467
Fornecedores de serviços de manutenção e peças	2.781	2.560	2.866	2.615
	34.465	31.027	34.550	31.082

15. Empréstimos e financiamentos

Aplicados no imobilizado	Indexador	Taxa média anual de juros	Garantias	Controladora e Consolidado	
				2006	2005
Moeda Nacional					
Financiamento de Veículos – <i>Leasing</i>	CDI + 1% - 3%	18,46%	Veículos	44.145	81.634
Financiamento de Veículos – <i>Comprar</i>	CDI + 1% - 4%	20,48%	Veículos	18.884	40.740
Financiamento de Veículos – <i>CDC</i>	CDI + 1% - 4%	33,49%	Veículos	802	9.438
				63.831	131.812
Moeda Estrangeira					
Financiamento de Veículos – <i>Comprar Swap</i>	US\$ + 0,5% - 7%	5,36%	Veículos	112.833	61.346
				17.724	4.938
				130.557	66.284
Aplicados no Capital de Giro					
Mezanino	US\$ + 11,5%	11,16%	Nota promissória	32.803	38.169
<i>Swap</i>				14.478	2.966
				47.281	41.135
Total				241.669	239.231
Parcela no passivo circulante				192.923	129.271
Parcela no passivo não circulante				48.746	109.960

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

O contrato de empréstimo denominado Mezanino foi captado no exercício de 2004, junto à Volpe Holdings LLC que é parte relacionada da Companhia. Esse contrato tem uma cláusula restritiva determinando limite sobre o índice financeiro baseado na razão entre a dívida de terceiros (dívida total consolidada subtraída do saldo devedor do empréstimo Mezanino) e a capitalização total (valor do patrimônio líquido somado ao valor da dívida de terceiros).

Para os exercícios de 2006 e 2005, a Companhia estava sujeita ao pagamento de juros adicionais de 1% ao ano (caso o índice atingisse entre 35% e 40%) ou de 2% ao ano (caso o índice atingisse entre 40% e 55%). Essa taxa de juros adicional é aplicada semestralmente e computada com base no saldo devedor do empréstimo. Caso o índice ultrapassasse 55%, o saldo integral do empréstimo se tornaria antecipadamente vencido.

Nos exercícios de 2006 e 2005 a Companhia efetuou pagamento de juros adicionais nos montantes de US\$320,000.00 e US\$160,000.00, respectivamente.

Os financiamentos e empréstimos a longo prazo vencem como segue:

	2006	2005
2007	-	56.592
2008	6.842	7.490
2009	12.187	13.342
2010	12.187	13.342
2011	12.187	13.342
2012	5.343	5.852
	48.746	109.960

16. Eurobônus

	2006				
	Circulante	Não circulante	Total	Indexador	Juros
Eurobônus	2.865	128.280	131.145	USD	8,375% a.a.

Em 06 de outubro de 2006, a Companhia emitiu US\$60,000,000 em Eurobônus, com prazo de vencimento em outubro de 2009 em parcela única. A emissão foi liderada pelo Banco Espírito Santo.

Os juros possuem prazos de vencimento semestral, em 06 de abril e 06 de outubro de cada ano, com início em 06 de abril de 2007.

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social

Demonstração do prejuízo fiscal e da base negativa

O prejuízo fiscal e a base negativa apurados nos exercícios de 2006 e 2005 estão demonstrados como segue:

	Controladora	
	2006	2005
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	182	4.041
Adições	.1.450	13.705
Exclusões	(7.388)	(26.223)
Prejuízo Fiscal apurado no exercício	(5.756)	(8.477)

	Controladora	
	2006	2005
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	182	4.041
Adições	699	13.705
Exclusões	(6.715)	(26.256)
Base negativa apurada no exercício	(5.834)	(8.510)

A composição dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados está abaixo demonstrada:

	Controladora	
	2006	2005
Prejuízos fiscais	29.793	24.037
Base negativa da contribuição social	30.208	24.374

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2006 e 2005
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências

A Companhia está se defendendo de diversas demandas judiciais de caráter tributário, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A administração da Companhia acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais. O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	Controladora e Consolidado	
	2006	2005
Tributárias	6.775	5.957
Cíveis	360	-
Trabalhistas	3.739	1.668
	10.874	7.625
(-) Depósitos judiciais	(181)	(153)
	10.693	7.472

a) Processos com perda provável

Processos tributários

Provisão atualizada pela variação da SELIC no montante de R\$ 6.755 (R\$ 5.957 em 31 de dezembro de 2005) constituída pelo não recolhimento do PIS no período de agosto a novembro de 2002 e da COFINS no período de agosto de 2002 a janeiro de 2004, em virtude de questionamento judicial quanto à incidência destes tributos sobre as receitas provenientes da locação de veículos. Existem decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça que consideram que a locação de bens móveis caracterizam faturamento e, portanto, deveriam ser incluídas na base de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia aguarda julgamento em segunda instância, pelo Tribunal Regional Federal.

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências--Continuação

a) Processos com perda provável--Continuação

Processos cíveis--Continuação

A Companhia está se defendendo de ações judiciais cíveis, de natureza indenizatória de vítimas de acidentes automobilísticos envolvendo carros de nossa frota, em que se pleiteiam danos morais e materiais supostamente decorrentes destes eventos, para os quais foi constituída provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas no montante de R\$ 446 (R\$ 360 em 31 de dezembro de 2006). Tais processos encontram-se em diferentes instâncias judiciais não sendo possível presentemente atribuir jurisprudência sobre os mesmos.

Processos trabalhistas

Correspondem principalmente a pleitos de indenização por reclamações de horas extras, verbas rescisórias e diferenças salariais e férias, para os quais foram depositados judicialmente.

b) Processos com perda possível

Os processos classificados como perda possível pelos assessores jurídicos da Companhia, totalizaram aproximadamente R\$7.146 em 31 de dezembro de 2006 (R\$ 4.027 em 31 de dezembro de 2005). Não há processos que individualmente ultrapassem a 5% do patrimônio líquido da Companhia.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital em 31 de dezembro de 2006 era representado por 242.036.306 ações ordinárias nominativas (142.036.306 em 31 de dezembro de 2005) com valor de R\$1,00 cada uma, no total de R\$242.036.306 (R\$142.036.306 em 31 de dezembro de 2005).

Em 19 de abril de 2006 foi aprovado aumento de capital no valor de R\$100.000 representado por 100.000.000 ações ordinárias nominativas, integralizadas em dinheiro.

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Em 07 de julho de 2005, houve aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$408, representado por 408.013 ações ordinárias nominativas. Em 11 de novembro de 2005, houve novo aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$32.655, representado por 32.655.000 ações ordinárias nominativas.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 5%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Os acionistas têm optado por não distribuir dividendos.

c) Reserva legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

d) Reserva especial de ágio

Constituída com base no valor do ágio líquido da provisão de 66%, apurado na ocasião das integralizações da capital da controladora UNIDAS S.A. na antecessora Uninfra Locações e Comércio Ltda., conforme mencionado na Nota 7.

20. Despesas comerciais

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Comissões com agências	(1.483)	(1.258)	(1.483)	(1.258)
Comissões com terceirização de frotas	(4.324)	(2.831)	(4.894)	(2.876)
Propaganda e marketing	(5.595)	(5.730)	(5.717)	(5.736)
Provisão para devedores duvidosos	382	(812)	382	(812)
Outras	(24)	-	(39)	-
	(11.044)	(10.631)	(11.751)	(10.682)

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Despesas gerais e administrativas e honorários da administração

i) Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Despesas com pessoal	(10.084)	(7.971)	(10.019)	(7.971)
Despesas com ocupação	(1.550)	(1.233)	(1.564)	(1.235)
Despesas de comunicação	(1.685)	(1.016)	(1.690)	(1.025)
Serviços de terceiros	(5.449)	(4.176)	(5.513)	(4.176)
Despesas gerais	(2.286)	(972)	(2.290)	(975)
	(21.054)	(15.368)	(21.076)	(15.382)

ii) Honorários da administração

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Diretoria e Conselho de Administração	1.597	1.157	1.597	1.157
Outros executivos	2.244	1.641	2.316	1.641
	3.841	2.798	3.913	2.798

A Assembléia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global dos administradores em até R\$1.600 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 (R\$1.200 em 2005), cuja distribuição, individual, será fixada pelos administradores.

22. Despesas financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Despesas de juros	(32.882)	(27.404)	(32.888)	(27.404)
Despesas de swap	(48.054)	(22.804)	(48.054)	(22.804)
CPMF	(2.697)	(1.502)	(3.015)	(1.504)
Variações monetárias e cambiais passivas	(22.003)	(11.608)	(22.003)	(11.608)
Outras despesas financeiras	(1.820)	(1.488)	(1.863)	(1.503)
Total das despesas financeiras	(107.456)	(64.806)	(107.823)	(64.823)
Receitas de juros	270	505	272	506
Receitas de swap	15.445	7.748	15.445	7.748
Rendimentos de aplicações financeiras	6.600	712	6.600	712
Variações monetárias e cambiais ativas	36.682	19.285	36.682	19.285
Outras receitas financeiras	47	118	50	118
Total das receitas financeiras	59.044	28.368	59.049	28.369
Resultado financeiro líquido	(48.412)	(36.438)	(48.774)	(36.454)

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Resultado não-operacional

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Vendas de veículos	171.523	142.883	172.018	142.883
Custo líquido dos veículos vendidos	(173.627)	(128.620)	(173.627)	(128.621)
Comissão retorno financiamento	1.319	612	2.727	613
Outras receitas não operacionais	7	-	27	-
Total	(778)	14.875	1.145	14.875

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2006 a Companhia tinha contratos de troca de índices (*swaps*) envolvendo operações com instrumentos derivativos com a finalidade de proteção.

b) Valor de mercado

O valor de mercado estimado dos instrumentos financeiros, principalmente disponibilidades, se aproxima do seu valor contábil por causa do curto prazo de vencimento desses instrumentos. Para a determinação do valor de mercado dos empréstimos e contratos de *swap*, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. Os valores estimados como “de Mercado” não representam que os ativos e passivos poderiam ser realizados ou liquidados por esses valores apresentados. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
		(não auditado)		(não auditado)
Ativo				
Disponibilidades	45.660	45.660	45.989	45.989
Créditos com empresas ligadas	5.853	5.853	304	304
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	340.611	331.906	340.611	331.906
Contratos de swap	32.203	30.425	32.203	30.425
Débitos com empresas ligadas	1.615	1.615	-	-

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2006 e 2005
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

c) Fatores de risco

Os fatores de risco que afetam os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são os seguintes:

c.1) *Risco de crédito*

As políticas de locação e venda de veículos da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco).

c.2) *Risco de taxa de câmbio e de juros*

Os resultados da Companhia são suscetíveis a sofrer significativas variações, pois os seus financiamentos e empréstimos a pagar estão substancialmente afetados pelas variações nas taxas de juros que os remuneram e pela volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano.

A Administração monitora ativamente as variações nas taxas de juros de mercado. Com relação às flutuações da taxa de câmbio, a Companhia têm realizado operações com derivativos com fins de proteção.

25. Cobertura de seguros (não auditada)

A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos imobilizados.

O valor dos seguros contratados no montante de R\$ 1.808 em 31 de dezembro de 2006 (R\$ 1.490 em 2005) é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

SAG DO BRASIL S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2006 e 2005
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Eventos subsequentes

Abertura de capital

A Companhia prepara-se para o processo de abertura de capital na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e registro na CVM, bem como para o conseqüente processo da primeira oferta pública de ações.

8. ANEXOS

Informações Anuais da Companhia – IAN

Ata da Assembléia Geral da Emissora realizada em 8 de julho de 2008

Estatuto Social da Emissora

Escritura Particular de Emissão de Debêntures

Primeiro Aditamento à Escritura Particular de Emissão de Debêntures

Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos e Outras Avenças

Súmula da Classificação de Risco

Declaração da Emissora nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03

Declaração do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 999999	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS S/A	3 - CNPJ 04437534000130
4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL UNIDAS		
5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR SAG DO BRASIL S.A		
6 - NIRE 35.300.186.281		
7 - SITE www.unidas.com.br		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua da Consolação, 347		2 - BAIRRO OU DISTRITO Centro	
3 - CEP 01301-000	4 - MUNICÍPIO São Paulo		5 - UF SP
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 3155-5796	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
10 - TELEX			
11 - DDD 011	12 - FAX 3259-4790	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL ri@unidas.com.br			

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

ATENDIMENTO NA EMPRESA

1 - NOME Carlos Eduardo Malagoni	
2 - CARGO Diretor de Relações com Investidores	
3 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Cincinato Braga, 340	
4 - BAIRRO OU DISTRITO Bela Vista	
5 - CEP 01333-010	6 - MUNICÍPIO São Paulo
7 - UF SP	
8 - DDD 011	9 - TELEFONE 3147-5778
10 - TELEFONE -	11 - TELEFONE -
12 - TELEX	
13 - DDD 011	14 - FAX 3147-5713
15 - FAX -	16 - FAX -
17 - E-MAIL ri@unidas.com.br	

AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

18 - NOME Unidas S.A.	
19 - CONTATO Carlos Eduardo Malagoni	
20 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Cincinato Braga, 340	
21 - BAIRRO OU DISTRITO Bela Vista	
22 - CEP 01333-010	23 - MUNICÍPIO São Paulo
24 - UF SP	
25 - DDD 11	26 - TELEFONE 3147-5778
27 - TELEFONE -	28 - TELEFONE -
29 - TELEX	
30 - DDD 011	31 - FAX 3147-5713
32 - FAX -	33 - FAX -
34 - E-MAIL ri@unidas.com.br	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS S/A	3 - CNPJ 04.437.534/0001-30
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

35 - ITEM	36 - MUNICÍPIO	37 - UF	38 - DDD	39 - TELEFONE	40 - TELEFONE
01				-	-
02				-	-
03				-	-
04				-	-

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Carlos Eduardo Malagoni					
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Cincinato Braga, 340				3 - BAIRRO OU DISTRITO Bela Vista	
4 - CEP 01333-010		5 - MUNICÍPIO São Paulo			6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 3147-5778	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX	
12 - DDD 011	13 - FAX 3147-5713	14 - FAX -	15 - FAX -		
16 - E-MAIL ri@unidas.com.br					
17 - DIRETOR BRASILEIRO SIM	18 - CPF 146.330.328-95	18 - PASSAPORTE			

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 01/01/2007		2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 31/12/2007	
3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 01/01/2008		4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 31/12/2008	
5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Ernst & Young Auditores Independentes S.A.			6 - CÓDIGO CVM 00471-5
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Aurivaldo Coimbra			8 - CPF DO RESP. TÉCNICO 270.967.698-20

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO				
☐ BVBAAL	☐ BVMESB	☐ BVPR	☐ BVRJ	☐ BVST
☐ BVES	☐ BVPP	☐ BVRG	☒ BOVESPA	
2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO Bolsa				
3 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional				
4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE 1140 - Serviços Transporte e Logística				
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Soluções de gestão e locação de veículos. Como atividade acessória, atuamos na desmobilização dos carros anteriormente utilizados em nossa frota.				6 - AÇÕES PREF. COM CLASSES NÃO

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS S/A	3 - CNPJ 04.437.534/0001-30
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Estrangeira	
2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA.	
☐ Ações	☐ Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)
☐ Debêntures Conversíveis em Ações	☐ Notas Promissórias (NP)
☐ Ações Resgatáveis	☐ BDR
☐ Partes Beneficiárias	☒ Outros DESCRIÇÃO Eurobonus
☒ Debêntures Simples	
☐ Bônus de Subscrição	
☐ Certificado de Investimento Coletivo (CIC)	

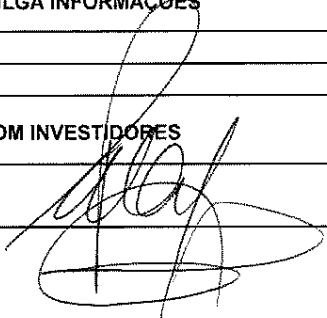
01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs.	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs. 02/05/2008
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs.	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 01/05/2008

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM 01	2 - TÍTULO DO JORNAL DCI	3 - UF SP
----------------	-----------------------------	--------------

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 07/07/2008	2 - ASSINATURA 
------------------------	---

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS S/A	3 - CNPJ 04.437.534/0001-30
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - ELEITO P/ CONTROLADOR	8 - CARGO /FUNÇÃO	9 - FUNÇÃO
01	Álvaro Antonio Cardoso de Souza	249.630.118-91	19/10/2007	2 anos	2	SIM	20	Presidente do Conselho de Administração
02	Antônio Carlos Romeiras de Lemos	059.565.247-66	19/10/2007	2 anos	3	SIM	33	Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente
03	Esmeralda da Silva Santos Dourado	670.428.723-04	19/10/2007	2 anos	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
04	Carlos Alexandre Antão Valente Coutinho	625.819.613-88	19/10/2007	2 anos	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
05	Pedro Roque de Pinho de Almeida	232.942.528-70	19/10/2007	2 anos	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
06	Carlos Eduardo Malagoni	146.330.328-95	19/10/2007	2 anos	1		12	Diretor de Relações com Investidores
08	Wilson Tadeu Domingues	106.665.818-86	19/10/2007	2 anos	1		19	Diretor de Operações e Redes
09	Roberto Brandi Bottura	060.237.508-85	19/10/2007	2 anos	1		19	Diretor Comercial

* CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Informações sobre os membros do nosso Conselho de Administração

Informações sobre os membros do nosso Conselho de Administração

Apresentam-se a seguir breves informações biográficas dos membros efetivos de nosso Conselho de Administração:

Álvaro Antonio Cardoso de Souza. Presidente do Conselho de Administração. Graduou-se em Administração de Empresas e Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Desenvolveu sua carreira nas áreas de banco de investimentos em diferentes empresas do Citigroup, onde trabalhou por 32 anos no Brasil e no exterior. É atualmente Diretor da AdS – Gestão, Consultoria e Investimentos Ltda. É também Presidente do Conselho Diretor da WWF - *Worldwide Wildlife Fund* no Brasil, Membro do *Board of Trustees* do *Worldwide Wildlife Fund Internacional*, Conselheiro da GOL Linhas Aéreas Inteligentes, Conselheiro da Agra Incorporadora, Conselheiro da Quinsa (Argentina) e Membro do Comitê de Auditoria da AMBEV.

Esmeralda da Silva Santos Dourado. Membro Efetivo do Conselho de Administração. Graduou-se em Engenharia Química pelo Instituto Superior Técnico e fez formação complementar em finanças corporativas na Universidade de Harvard. Foi Vice-Presidente do Citibank Portugal e membro do Conselho de Administração do Banco Fonecas e Burnay e União de Bancos Portugueses. Atualmente, é também Presidente do Conselho de Administração da SAG Automóveis Espanha S.L., AA00 – Soc. de Formação Profissional e Consultoria Técnica S.A., Autoimpor – Soc. Importadora de Automóveis S.A., Inovision – Tecnologias de Informação S.A., SAG DOT COM – SGPS S.A., SAG Serviços – Assessoria Financeira e Administrativa S.A., SIVA Online – Informação Automóvel, Soauto – SGPS S.A., Usado OK – Comércio de Automóveis S.A., Castelimo – Comércio de Automóveis e Serviços S.A., Cercascais – Oficina de Reparação e Comércio de Automóveis S.A., Cervag – Comércio de Automóveis S.A., JM Seguro – Comércio de Automóveis S.A., Justocar – Comércio de Viaturas S.A. e Rolporto – Comércio e Indústria de Automóveis S.A.; Vice – Presidente da SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis S.A.; membro do Conselho de Administração da SAG GEST – Soluções Automóvel Globais SGPS S.A., sociedade aberta, SGC – SGPS S.A., LGA – Logística Automóvel S.A. e Novinela B.V.; gerente da Globalrent – Sociedade Portuguesa de Rent-a-Car L.da e Frotarent – Aluguer de Automóveis L.da; Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Luso-Brasileira; e, Presidente do Fórum dos Administradores de Empresas.

António Carlos Romeiras de Lemos. Membro Efetivo do Conselho de Administração. Graduou-se em Economia pela *University of Edinburgh* em 1980 e obteve seu diploma de Mestre em Economia pela Universidade Nova de Lisboa em 1983. Ocupou o cargo de Economista no Banco Fonecas e Burnay de 1981 a 1983. Trabalhou para a Shell Portuguesa de 1985 a 1987, e no Citibank de 1987 a 1995, onde ocupou o cargo de Gerente no Citibank Portugal e, a partir de 1992, de Vice-Presidente do Citibank Portugal. De 1995 a 2000 foi Diretor Executivo do Banco Espírito Santo de Investimento S.A. Até 2006, foi também membro do Conselho de Administração do Interbanco. Atualmente, é também membro do Conselho de Administração da SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., sociedade aberta, SAG Automóveis Espanha, SL e Novinela BV. É desde junho de 2006 Diretor Presidente da Unidas.

Carlos Alexandre Antão Valente Coutinho. Membro Efetivo do Conselho de Administração. Graduou-se em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Atualmente, é também membro do Conselho de Administração da SAG GEST – Soluções Automóvel Globais SGPS S.A., sociedade aberta, Autoimpor - Sociedade Importadora de Automóveis S.A., Inovision – Tecnologias de Informação S.A., SAG DOT COM – SGPS S.A., SAG Serviços – Assessoria Financeira e Administrativa S.A., SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis S.A., LGA – Logística Automóvel S.A., SIVA Online – Informação Automóvel S.A. e SAG Automóveis Espanha S.L. e Novinela B.V..

Pedro Roque de Pinho de Almeida. Membro Efetivo do Conselho de Administração. Graduou-se em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico e obteve seu diploma de Mestre em *Marketing* em Administração de

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Empresas pela Universidade Católica de Lisboa. Trabalhou no departamento de vendas da Ford Lusitana de 1987 a 1992. Em 1993, foi responsável pelo projeto "Viaturas Usadas" do Grupo Santogal. Foi Diretor de *Marketing* e Diretor Comercial da Honda Automóvel, em Portugal, de 1994 a 1996, e foi Diretor de *Marketing* da Companhia Europeia de Seguros, de 1996 a 1999. Foi Diretor Executivo da Sofinloc de 1999 a 2000. Em 2001, foi Diretor Executivo do Banco Esfinge em Madrid. Iniciou seus trabalhos no Grupo SAG em 2002 como Diretor Executivo da Multirent – Aluguer e Comércio de Automóveis S.A. Atualmente é membro do Conselho de Administração do Santander Consumer Iber-Rent SL, Santander Consumer Multirent Sp. z.o.o., SAG GEST – Soluções Automóvel Globais SGPS S.A., sociedade aberta, LGA – Logística Automóvel S.A., SAG Serviços – Assessoria Financeira e Administrativa S.A., Soauto SCPS S.A., Usado OK – Comércio de Automóveis S.A., Ecometais S.A., Multirent – Aluguer e Comércio de Automóveis S.A. e SAG International Finance Company Limited; e, gerente da Garagem Central de Queluz L.da, Globalrent – Sociedade Portuguesa de Rent-a-Car Ltda e Frotarent – Aluguer de Automóveis Ltda.

O endereço comercial dos conselheiros Álvaro Antonio Cardoso de Souza e António Carlos Romeiras Lemos é o mesmo endereço da sede da nossa Companhia.

O endereço comercial dos conselheiros Esmeralda da Silva Santos Dourado, Carlos Alexandre Antão Valente Coutinho e Pedro Roque de Pinho de Almeida é Estrada de Alfragide, nº 67, Edifício SGC Piso 2, 2614-519 Amadora, Portugal.

Informações sobre nossos Diretores

Apresenta-se a seguir breves informações biográficas sobre cada membro de nossa Diretoria:

António Carlos Romeiras de Lemos. Diretor Presidente. Para informações veja "Informações sobre os membros do nosso Conselho de Administração".

Carlos Eduardo Malagoni. Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores. Graduou-se em Economia com ênfase em Finanças pela FAAP e obteve seu MBA Executivo pelo IBMEC. Iniciou sua carreira profissional na Samsung, passando depois para o Banco Nacional (atual Unibanco). Trabalhou para o Grupo Abril TVA de 1993 a 2007, onde ocupou vários cargos no departamento financeiro, assumindo as funções de CFO & RI da TVA desde 2002. Neste período foi responsável e trabalhou em vários projetos do Grupo Abril/TVA, nomeadamente na preparação da abertura de capital, no processo de reestruturação e preparação estratégica para o novo ciclo de crescimento e investimento do negócio e na negociação de venda da TVA para a Telefônica. Entrou para a nossa Companhia em agosto de 2007, onde é atualmente responsável pelas nossas áreas financeira, controladoria, jurídica, de riscos, crédito, cadastro, cobrança, planejamento financeiro e de relações com investidores.

Wilson Tadeu Domingues. Diretor de Operações e Redes. Graduou-se em Tecnologia de Processo de Produção pela FATEC/UNESP. Pós-Graduou-se em Gerenciamento de *Marketing* pela UNIP e obteve seu MBA em Logística Empresarial pela FGV. Trabalhou na Varig de 1988 a 1995, onde ocupou os cargos de Técnico de Manuais de Vôo, Coordenador de Escalas e Executor de Despacho de Tripulantes. De 1995 a 1996 foi Gerente de Unidade da McDonald's no Brasil e, de 1996 a 1999, ocupou o cargo de Gerente de Negócios da Playcenter. Trabalhou para a Lark de 1999 a 2001, onde ocupou o cargo de Gerente Operacional e Comercial. Trabalha na nossa Companhia desde março de 2002, onde é atualmente responsável pelas nossas áreas de franquias, atendimento ao cliente, operações (suprimentos, logística, manutenção de frota e projetos), gestão de rede e operação de locação de carros e postos de atendimento corporativo.

Roberto Brandi Bottura. Diretor Comercial. Graduou-se em Administração de Empresas com especialização em *Marketing* e Finanças pela FAAP. Trabalhou na empresa de produtos de beleza Searly de 1981 a 1994, na criação de novos produtos para desenvolvimento de mercados emergentes. Foi Diretor do SIPATESP (Sindicato das Industrias de Perfumaria e Artigos de Toucador do Estado de São Paulo), durante duas gestões, entre

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

1989 e 1994. Trabalhou como consultor para a Interbusiness Associados entre 1994 e 1995, e posteriormente na distribuidora Rickmar. Entrou para o mercado de automóveis em 1997 como Gerente de Vendas Diretas do Grupo Nova (Chevrolet), onde trabalhou até 2004. Trabalha na nossa Companhia desde setembro de 2004, onde é atualmente responsável pelas nossas áreas comercial, administração de vendas e marketing.

O endereço comercial dos membros de nossa Diretoria é o mesmo endereço da sede da nossa Companhia.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE	2 - DATA DO EVENTO	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS	5 - ACORDO DE AÇIONISTAS	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO
AGE	15/05/2008	5	0	NÃO	NÃO
7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO					
8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE AÇIONISTAS					
AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO					
9 - EXISTEM AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL
NÃO	10 - QUANTIDADE (Unidade)	11 - PERCENTUAL	12 - QUANTIDADE (Unidade)	13 - PERCENTUAL	14 - QUANTIDADE (Unidade)
	0	0,00	0	0,00	0
					15 - PERCENTUAL
					0,00

16 - AÇÕES PREFERENCIAIS EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO		
1 - CLASSE	2 - QUANTIDADE (Unidade)	3 - PERCENTUAL

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ	5 - UF
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30	

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM 2 - NOME/RAZÃO SOCIAL										3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Unidades)		10 - TOTAL DE AÇÕES (Unidades)		11 - %		12 - COMP.CAP.SOC.		13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS		14 - CONTROLADOR	
15/1 - CLASSE		15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		15/3 - % PREFERENCIAIS (Unidades)											
001 SAG GEST - Soluções Automóvel Globais															
106.957.400		87,55		0		0,00		106.957.400		87,55		15/05/2008		Portuguesa	
002 Novinela B.V.															
11.001.509		6,43		0		0,00		11.001.509		6,43		15/05/2008		Holandesa	
003 SAG Automoveis Espanha, S.L. Sociedad Un															
10.291.734		6,00		0		0,00		10.291.734		6,00		15/05/2008		Espanhola	
004 ADMINISTRADORES															
6		0,00		0		0,00		6		0,00		15/05/2008		BRASIL	
997 AÇÕES EM TESOURARIA															
0		0,00		0		0,00		0		0,00					
998 OUTROS															
0		0,00		0		0,00		0		0,00					
999 TOTAL															
128.250.649		99,98		0		0,00		128.250.649		99,98					

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA					3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
001	SAG GEST - Soluções Automóvel Globais					15/05/2008
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL					3 - CPF/CNPJ
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
001001	17.391.110	10,24	0	0,00	17.391.110	10,24
SGC Investimentos - SGPS, SA						
001002	111.221.824	69,56	0	0,00	111.221.824	69,56
SGC - SGPS, SA						
001003	3.915	0,02	0	0,00	3.915	0,02
Dr. João Manuel de Quevedo Pereira Couti						
001004	41.147.549	20,18	0	0,00	41.147.549	20,18
OUTROS						
001999	169.764.398	100,00	0	0,00	169.764.398	100,00
TOTAL						

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA					3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
001001	SGC Investimentos - SGPS, SA					31/12/2006
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL					3 - CPF/CNPJ
4 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
001001001	0	100,00	0	0,00	0	100,00
TOTAL						
001001999	0	100,00	0	0,00	0	100,00

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA					3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
001002	SGC - SGPS, SA					31/12/2006
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL					3 - CPF/CNPJ
4 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
001002001	0	99,80	0	0,00	0	99,80
Dr. João Manuel de Quevedo Pereira Couti						
001002002	0	0,20	0	0,00	0	0,20
Outros						
001002999	0	100,00	0	0,00	0	100,00
TOTAL						
Portugues						

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
002		Novinela B.V.				15/05/2008	
1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL					
		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS		7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS/ (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
002001		0	100,00	0	0,00	0	100,00
		SAG Automoveis Espanha, S.L Sociedade Un					
		0	100,00	0	100,00	29/06/2001	
		05.715.710-0001/11					
		Espanhola					
002999		TOTAL					
		0	100,00	0	0,00	0	100,00

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
002001	SAG Automoveis Espanha, S.L Sociedadade Un	29/06/2001
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)
10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
		4 - NACIONALIDADE
		5 - UF

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL					
003		SAG Automoveis Espanha, S.L. Sociedad Un				15/05/2008					
1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS		7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS/ (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.				
003001		500	100,00	0	0,00	500	100,00	28/09/2001	05.718.347-0001/98		
						SAG GEST - Soluções Automoveis Globais				Portuguesa	
003999						TOTAL					
		500	100,00	0	0,00	500	100,00				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA					3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
003001	SAG GEST - Soluções Automoveis Globais					28/09/2001	
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL					3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE
5 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.	5 - UF
003001001	17.391.110	10,24	0	0,00	17.391.110	10,24	Portuguesa
003001002	111.221.824	69,56	0	0,00	111.221.824	69,56	Portuguesa
003001003	3.915	0,02	0	0,00	3.915	0,02	Portugues
003001004	41.147.549	20,18	0	0,00	41.147.549	20,18	
003001999	169.764.398	100,00	0	0,00	169.764.398	100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
003001001	SGC Investimentos - SGPS, SA				31/12/2006
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				
3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE				5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %
12 - COMP. CAP. SOC.					
003001001001	SGC - SGPS, SA				
0	100,00	0	0,00	0	100,00
TOTAL					
003001001999	TOTAL				
0	100,00	0	0,00	0	100,00

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA					3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
003001002	SGC - SGPS, SA					31/12/2006
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL					3 - CPF/CNPJ
4 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
Dr. João Manuel de Quevedo Pereira Couti						
003001002001	0	99,80	0	0,00	0	99,80
Outros						
003001002002	0	0,20	0	0,00	0	0,20
TOTAL						
003001002999	0	100,00	0	0,00	0	100,00

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
004	ADMINISTRADORES				15/05/2008
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %
				12 - COMP. CAP. SOC.	
				4 - NACIONALIDADE	5 - UF

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

04.01 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1 - Data da Última Alteração: 15/05/2008

2- ITEM	3 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	4 - NOMINATIVA OU ESCRITURAL	5 - VALOR NOMINAL (Reais)	6 - QTD. DE AÇÕES (Unidades)	7 - SUBSCRITO (Reais Mil)	8 - INTEGRALIZADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS	NOMINATIVA		128.250.649	384.752	384.752
02	PREFERENCIAIS			0	0	0
03	PREFERENCIAIS CLASSE A			0	0	0
04	PREFERENCIAIS CLASSE B			0	0	0
05	PREFERENCIAIS CLASSE C			0	0	0
06	PREFERENCIAIS CLASSE D			0	0	0
07	PREFERENCIAIS CLASSE E			0	0	0
08	PREFERENCIAIS CLASSE F			0	0	0
09	PREFERENCIAIS CLASSE G			0	0	0
10	PREFERENCIAIS CLASSE H			0	0	0
11	PREFER. OUTRAS CLASSES			0	0	0
99	TOTAIS			128.250.649	384.752	384.752

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS S/A	3 - CNPJ 04.437.534/0001-30
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
03	07/07/2005	109.381	408.013	Subscrição Particular em Dinheiro	109.381.306	1,00000000000
04	10/11/2005	142.036	32.655	Subscrição Particular em Dinheiro	142.036.306	1,00000000000
05	19/04/2006	242.036	100.000	Subscrição Particular em Dinheiro	242.036.306	1,00000000000
06	19/11/2007	335.250	93.214	Subscrição Particular em Dinheiro	107.541.632	3,47000000000
07	05/03/2008	384.751	49.501	Subscrição Particular em Dinheiro	121.292.051	3,60000000000
08	15/05/2008	384.751	0	Subscrição Particular em Dinheiro	128.250.649	3,00000000000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

1 - QUANTIDADE (Unidades)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
121.018.154	0	19/11/2007

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

1- ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Unidades)
01	ORDINÁRIAS		121.018.154

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
999999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

06.02 - DIVIDENDOS RETIDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DT. APROVAÇÃO DA RETENÇÃO DO DIVIDENDO	3 - EVENTO	4 - MONTANTE RETIDO (Reais Mil)	5 - MONTANTE JÁ PAGO (Reais Mil)	6 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO
01	30/06/2008	AGE	11.820	0	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS S/A	3 - CNPJ 04.437.534/0001-30
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - CONVERSÍVEL	6 - CONVERTE EM	7 - DIREITO A VOTO	8 - TAG ALONG %	9 - PRIORIDADE NO REEMBOLSO DE CAPITAL	17 - OBSERVAÇÃO
10 - PRÊMIO	11 - TIPO DE DIVIDENDO	12 - % DIVIDENDO	13 - R\$/AÇÃO	14 - CUMULATIVO	15 - PRIORITÁRIO	16 - CALCULADO SOBRE			
01	ORDINÁRIA		100,00	NÃO		PLENO	100,00		
			0,00	0,00000					

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA/DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO)
15/05/2008	25,00

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
SIM	4.268.355	ANUAL

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2007

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2006

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2005

4 - ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	0	0	0
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	0	0	0
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	0	0	0
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	0	0	0
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	9.172.000	182.000	4.041.000
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

07.03 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA					
			9 - FINAL ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	10 - QTD. AÇÕES ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	(Unidades)
11 - INÍCIO PERÍOUTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	12 - FINAL PERÍOUTIMO EXERC. SOCIAL	13 - QTD. AÇÕES PERÍOUTIMO EXERC. SOCIAL	14 - INÍCIO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	15 - FINAL DO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	16 - QTD. AÇÕES ANTEPENÚLTIMO EXERC. SOCIAL
		(Unidades)			(Unidades)
01	UNIDAS FRANQUIAS DO BRASIL S.A.	07.462.626/0001-69	FECHADA CONTROLADA	99,99	0,50
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	01/01/2007	31/12/2007		10.000
01/01/2006	31/12/2006	10.000	31/12/2005		10.000
02	UNIMAT COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA	01.079.210/0001-80	FECHADA CONTROLADA	99,99	-0,20
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	01/01/2007	31/12/2007		100.000
01/01/2006	31/12/2006	100.000	31/12/2005		100.000
03	UNIDAS COMERCIAL DE VEICULOS LTDA	07.754.767/0001-55	FECHADA CONTROLADA	99,00	-0,30
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	01/01/2007	31/12/2007		100.000
01/01/2006	31/12/2006	100.000	31/12/2005		100.000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS S/A	3 - CNPJ 04.437.534/0001-30
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	1
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2008/026
4 - DATA DO REGISTRO CVM	29/07/2008
5 - SÉRIE EMITIDA	UN
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/06/2008
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/06/2012
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	2,75
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	250.000.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	25.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	0
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

A Empresa Unidas Veículos e Serviços Ltda. foi criada em 27 de fevereiro de 1985, quando cinco empresas de locação de carros e dois investidores se uniram na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, criando uma locadora com sete filiais e aproximadamente 500 veículos.

Desde então, a Empresas Unidas Veículos e Serviços Ltda. passou por várias transformações societárias e alterações de controle, até que em 2001, o Grupo SAG adquiriu a sociedade Unifra Locações e Comércio Ltda. e os demais ativos e direitos que constituíam o negócio Unidas. Em 2001, a Unifra Locações e Comércio Ltda. alterou seu tipo societário para sociedade por ações e incorporou a sociedade SAG do Brasil Ltda., alterando sua denominação para SAG do Brasil S.A. Finalmente, em 2007, a SAG do Brasil S.A. alterou sua denominação para a atual Unidas S.A.

A Unidas S.A. opera nos seus segmentos de negócio – terceirização de frotas e locação de carros – sob a marca “Unidas”.

Em adição, a Unidas S.A. possui três controladas:

- *Unidas Franquias do Brasil S.A.*: sociedade por ações cujo objeto social principal consiste no desenvolvimento de atividades de franchising e licenciamento de marcas;
- *Unimat Comércio e Distribuidora Ltda.*: sociedade limitada brasileira que tem por objeto principal a venda e distribuição de material publicitário aos franqueados; e,
- *Unidas Comercial de Veículos Ltda.*: sociedade limitada brasileira cujo objeto principal consiste no apoio na venda de carros usados previamente utilizados em nossas atividades.

GRUPO SAG

Desde que nossas atividades foram adquiridas pelo Grupo SAG, em 2001, temos nos beneficiado dos contatos internacionais e experiência do Grupo SAG na oferta e desenvolvimento de soluções automotivas para nossos clientes.

O Grupo SAG é o maior conglomerado português no setor automotivo, atuando no setor de serviços – no segmento de terceirização de frotas em Portugal, na Espanha e na Polónia, bem como nos segmentos de gerenciamento de frotas, financiamento de frotas, leilões de automóveis, reparação e manutenção de veículos, formação profissional e consultoria técnica –, no setor de distribuição – com a importação e distribuição oficial e exclusiva em Portugal das principais marcas produzidas e comercializadas mundialmente pelo Grupo Volkswagen (Audi, Bentley, Lamborghini, Volkswagen e Skoda) –, e no setor de varejo de veículos.

O amplo *know-how* do Grupo SAG em soluções automotivas, sobretudo no segmento de terceirização de frotas, a grande capacidade de investimento e experiência do Grupo SAG na construção e gestão de relevantes parcerias, como as parcerias com o Santander Consumer e com os grupos Volkswagen e Mannheim, nos coloca em posição privilegiada para aproveitar as oportunidades de mercado que surgem em nossos negócios.

As ações de nosso Acionista Controlador – SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., sociedade aberta, – são negociadas na Euronext Lisbon.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

REGULAMENTAÇÃO DO MERCADO BRASILEIRO

As empresas de locação de veículos no Brasil estão sujeitas a uma vasta gama de regulamentos federais, estaduais e municipais aplicáveis de maneira geral a todas as companhias que desenvolvem operações no Brasil (incluindo as leis relativas a direitos trabalhistas, previdência social, proteção ao consumidor e questões antitruste), bem como a regulamentação específica relacionada com a sua atividade.

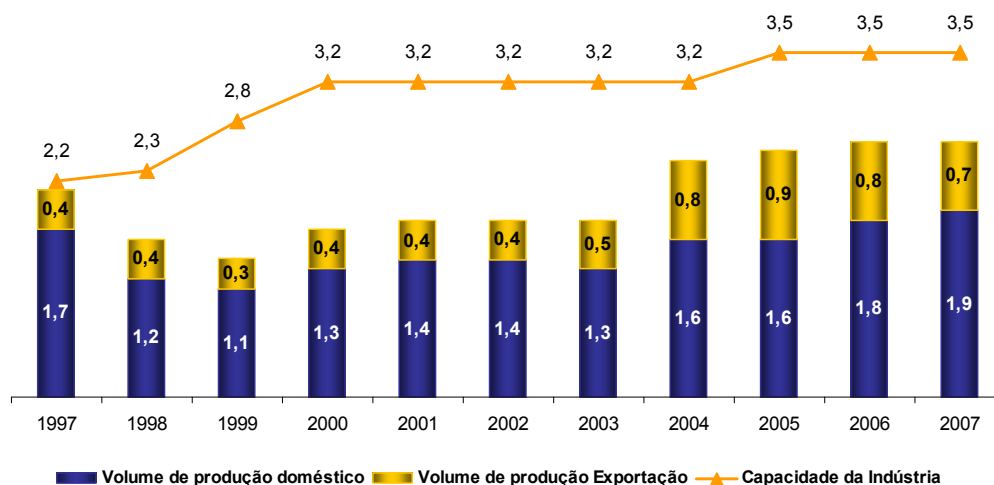
A atividade de franquias é regulamentada pela Lei nº. 8.955, de 15 de dezembro de 1994, e consiste, em linhas gerais, na licença do direito de uso de marca ou patente, envolvendo a transferência de conhecimento e a exploração exclusiva ou semi-exclusiva de produtos e, eventualmente, também ao direito de uso de tecnologia de implantação e administração de negócio ou sistema operacional desenvolvidos ou detidos pelo franqueador, mediante remuneração direta ou indireta.

A INDÚSTRIA AUTOMOTIVA E DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS NO BRASIL

Introdução

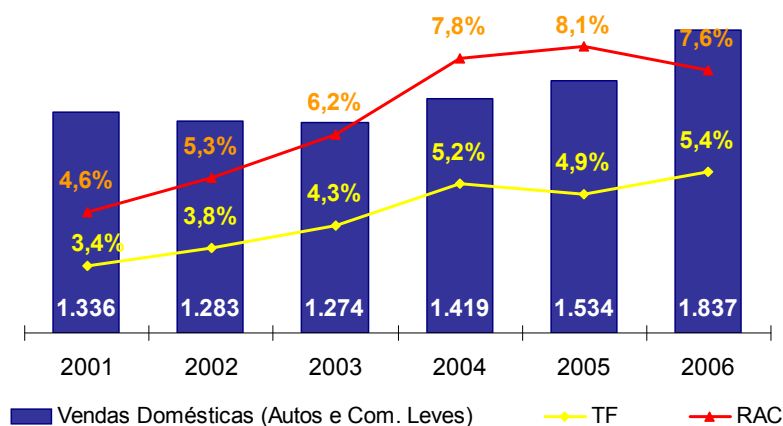
O Brasil é atualmente o 7.º maior fabricante de carros e tem a 10.ª maior frota de carros do mundo, com aproximadamente 24 milhões de carros, com uma idade média de 9,1 anos, de acordo com o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) e com o Interpress Motor.

O gráfico seguinte ilustra a evolução da indústria automotiva brasileira nos últimos 10 anos:



Fonte: Anfavea, VWB.

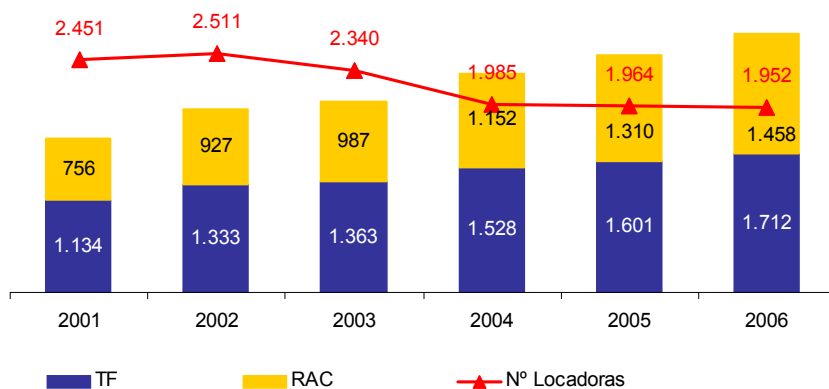
A locação de veículos é um negócio em expansão no Brasil. As vendas de veículos para locadoras, visando a terceirização de frotas e locação de carros, aumentaram consistentemente como um percentual das vendas totais, nos últimos 5 anos, como mostra o gráfico seguinte:



Fonte: ABLA, Anfavea.

A frota das empresas de locação de veículos e o seu faturamento cresceram no último ano 13,3% e 10,0%, respectivamente. A frota saltou de 178 mil carros para 284 mil carros entre 2002 e 2007. O faturamento do setor atingiu R\$3,49 bilhões em 2007, com um crescimento de 10,0% se comparado a R\$3,17 bilhões em 2006, e de 54,4% se comparado a R\$2,26 bilhões em 2002, apresentando um CAGR de 9,1% no período, de acordo com dados da ABLA.

O faturamento do segmento de terceirização de frotas tem representado nos últimos anos a maior parcela do faturamento da indústria; simultaneamente, se assiste a uma redução do número de locadoras, que registra já um decréscimo de 24,0% desde 2002. O gráfico seguinte ilustra esta tendência de consolidação do mercado:



Fonte: ABLA, Anfavea.

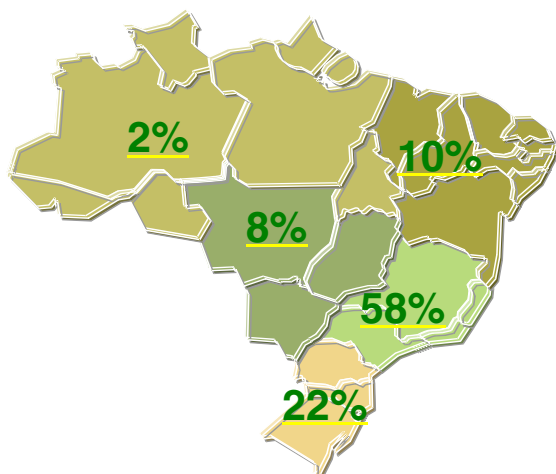
A evolução da frota ratificou a importância das empresas de locação de veículos no setor automobilístico brasileiro.

No Brasil, as montadoras não oferecem a opção de recompra para as locadoras de veículos. No entanto, o mercado de carros usados é bastante líquido, permitindo adequada monetização dos

ativos. Acresce que, como grandes compradores de veículos, obtemos descontos substanciais junto às montadoras, o que minimiza a depreciação inicial dos veículos.

O perfil da frota do setor está amplamente concentrado nos carros conhecidos por “populares”, o que acreditamos ser resultado do baixo poder aquisitivo da população brasileira.

Geograficamente, a frota brasileira de automóveis e veículos comerciais leves está fortemente concentrada na região Sudeste, como mostra o mapa seguinte:



Fonte: DENATRAN, dez/07.

A terceirização de frotas

O negócio de terceirização de frotas no Brasil teve início na década de 80, através da iniciativa de algumas locadoras de carros, que começaram a oferecer a opção de terceirização de frotas para empresas, atividade que já estava se desenvolvendo nos mercados norte-americano e europeu. Este segmento de negócio teve, porém, o seu impulso no Brasil no final da década de 90, com o desenvolvimento da economia brasileira e do próprio mercado mundial de terceirização de frotas.

A terceirização de frotas apresenta características de um negócio de atacado, com centralização de atividades em uma unidade central, que gerencia os contratos e os veículos distribuídos por todo o território do Brasil. O negócio de terceirização de frotas não exige elevada disponibilidade de pessoal, podendo operar com custos fixos baixos, dada a possibilidade de terceirizar os serviços de apoio e manutenção necessários para a gestão da frota. Este tipo de operação permite escalabilidade e um volume elevado de negócios, que com o uso intensivo de tecnologia, leva a um reduzido custo fixo.

A terceirização de frotas tem uma base de clientes mais concentrada que o segmento de locação de carros, operando basicamente com empresas. Por essa razão, este segmento de negócio não está tão exposto à variação sazonal de negócios. Nos contratos de terceirização de frotas, tipicamente, os preços são ajustados de acordo com índices fixados nos respectivos contratos, estabelecidos entre as locadoras de frota e o respectivo cliente, e que variam em função de uma série de fatores, tais como o preço de aquisição dos veículos, depreciação, despesas financeiras e de manutenção, tipo de uso, tamanho e perfil da frota e responsabilidades assumidas pelo cliente. A taxa de utilização de frota neste segmento de negócio é normalmente superior a 95,0%, uma vez que a frota é adquirida de acordo com a demanda do cliente, sendo que o tempo de uso do carro varia atualmente entre 12 e 36 meses (locação de longo prazo).

O efeito do crescimento do PIB não é tão relevante neste segmento de negócio, como o é no segmento de locação de carros. A terceirização permite a redução de custos em relação a uma frota

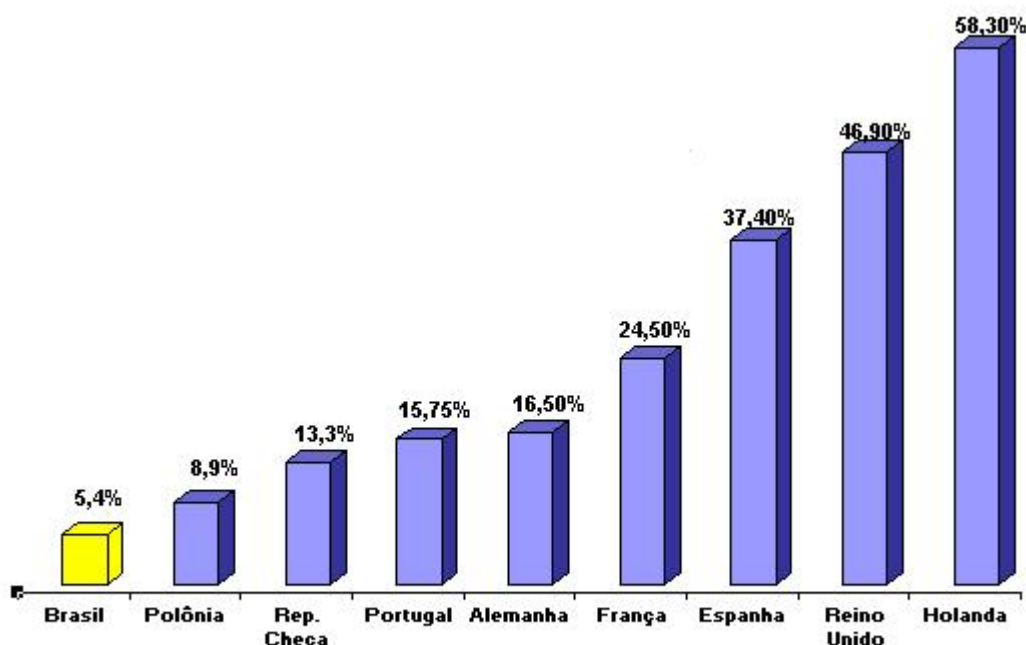
própria e a desmobilização de capital, pelo que poderá existir demanda por serviços deste segmento não só em períodos de expansão econômica, mas também em períodos de maior instabilidade econômica.

O segmento de terceirização de frotas exige investimento intensivo de capital e a renovação periódica da frota usada. A venda dos carros usados pode ser feita tanto no varejo como no atacado.

Mercado internacional de terceirização de frotas

O segmento de terceirização de frotas tem experimentado um crescimento não tão robusto em anos recentes nos mercados norte-americano e europeu, reflexo de uma maturidade deste negócio nestes países, contrariamente ao que sucede no Brasil, onde o mercado ainda é recente.

Verifica-se que a taxa de penetração do segmento de terceirização de frotas no Brasil é ainda consideravelmente inferior quando comparada às taxas de outros países, tal como descrito no gráfico seguinte, o que indicia forte potencial de expansão para o mercado brasileiro:



Fonte: Datamonitor, exceto Brasil e Portugal (estimativa Unidas).

Mercado brasileiro de terceirização de frotas

O mercado brasileiro de terceirização de frotas está em fase de rápido crescimento. O Brasil tem atualmente uma frota corporativa de aproximadamente 2 milhões de veículos, sendo que apenas 156 mil destes pertencem a empresas de terceirização de frotas, segundo dados da ABLA.

O Brasil apresenta uma característica que o distingue de outros países desenvolvidos: as locadoras de veículos muitas vezes se utilizam de sua estrutura (rede de lojas) para operar não só a locação de carros, mas também a locação de frotas (terceirização de frotas). Por esta razão os números do setor de terceirização de frotas estão incluídos nos números divulgados pela ABLA.

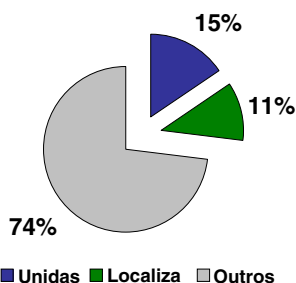
O mercado de terceirização de frotas registrou um crescimento médio (CAGR) de 9,6%, em termos de frota, nos 05 últimos anos, segundo dados da ABLA. Tal expansão foi motivada principalmente pelos seguintes fatores:

- crescimento da tendência de terceirização de frotas por parte das médias e grandes empresas;
- consolidação do mercado; e
- desenvolvimento dos serviços agregados à terceirização da frota.

Em 2007, o segmento de terceirização de frotas manteve sua trajetória de expansão atingindo um crescimento de 15,4%, em termos de frota.

O mercado brasileiro de terceirização de frotas encontra-se fragmentado. As principais empresas especializadas do setor de terceirização de frotas no Brasil são, para além da Unidas, a Total Fleet (Localiza), a Avis, a Hertz, a Júlio Simões e a Leaseplan. Todavia, praticamente todas as cerca de 1.900 locadoras existentes no país em 2007 também operavam neste segmento de negócio. Outros concorrentes incluem a Arval, ALD, DaVinci, Localalpha, Ouro Verde e Master Car Rental, dentre outras.

A Unidas acredita ser líder neste segmento de mercado, com cerca de 15,0% de participação de mercado, de acordo com dados da ABLA referentes a 2007, e frota de cerca de 27 mil carros, em 31 de março de 2008.



Fonte: ABLA, Unidas.

A locação de carros

A atividade de locação de carros no Brasil teve início na década de 50. Os primeiros negócios surgiram na região central de São Paulo através da iniciativa de alguns empresários do ramo de vendas de carros usados, que começaram a alugar seus carros como atividade suplementar. Na metade da década de 60, a atividade teve um grande impulso com a entrada das empresas multinacionais de aluguel de carros, fato que levou as demais locadoras existentes a se profissionalizarem.

Com o surgimento das empresas de *leasing* financeiro nos anos 70, as locadoras tiveram facilidade de acesso a créditos para aquisição de veículos, o que viabilizou um grande desenvolvimento da indústria de locação de carros. Na década de 80, a indústria de locação de carros já era uma atividade consolidada no Brasil. Houve um visível crescimento de locadoras locais nos mais diversos pontos do País. Ainda nesta década se iniciou a expansão das redes através do sistema de franquias.

Apesar do difícil contexto macroeconômico que provocou um aumento no preço dos veículos, a indústria de locação de carros entrou na década de 90 com novos desafios e oportunidades, como a abertura econômica, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Nacional de Trânsito, o lançamento dos carros econômicos com motorização 1.0 e a expansão dos cartões de crédito.

A abertura comercial facilitou a importação de carros e os consumidores passaram a exigir mais qualidade graças à livre concorrência e com o fim do protecionismo do mercado interno.

O mercado de locação de carros registrou um crescimento médio (CAGR) de 11,8% ao ano, nos últimos cinco anos, de acordo com dados da ABLA. Tal expansão foi motivada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- aumento do turismo de lazer doméstico e receptivo internacional;
- melhoria da infra-estrutura aeroportuária;
- aumento do fluxo de passageiros nos aeroportos;
- crescimento da indústria de feiras e eventos;
- massificação dos cartões de crédito;
- investimentos dos setores de telecomunicações, infra-estrutura, energia, agronegócio e exportação; e,
- acesso ao crédito de longo prazo.

O mercado brasileiro de locação de carros encontra-se fragmentado. Em 2007, cerca de 1.900 empresas locais atuavam nesse negócio.

Neste mercado a nossa Companhia acredita estar em quarto lugar, com cerca de 5,8% de participação de mercado em frota total em 2007, de acordo com dados da ABLA, e com mais de 5.500 veículos em 31 de março de 2008.

ATIVIDADES DA EMISSORA

VISÃO GERAL

A Unidas é uma companhia especializada em soluções de gestão e locação de veículos e acredita ser líder em terceirização de frotas no mercado brasileiro em termos de número de veículos, com uma participação de mercado de 15,0%, em 31 de dezembro de 2007, segundo dados da ABLA. A Unidas atua também no setor de locação de carros, contando com 22 anos de experiência nesse mercado no Brasil. Em 31 de março de 2008, a Unidas contava com uma rede de 122 pontos de atendimento, sendo 34 lojas próprias, 32 postos de atendimento corporativo e 56 lojas franqueadas. Ainda, como atividade complementar às atividades da Unidas, a Companhia atua na venda dos carros anteriormente utilizados na sua frota.

Estrategicamente diversificados, os negócios da Unidas são complementares e geram fortes sinergias entre si. Considerando todas as atividades, atualmente a Unidas possui uma frota de mais de 32.000 veículos.

O quadro abaixo contém informações financeiras e operacionais relevantes para o entendimento das atividades da Companhia:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2005	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2006	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Período de três meses findo em 31 de março de 2008
/// Receita Bruta (valores em R\$ mil)				

Terceirização de Frotas ⁽¹⁾	92.940	128.973	172.916	53.529
Locação de Carros ⁽²⁾	44.156	47.688	73.936	18.754
Total	137.096	176.661	246.852	72.283
Receita de Venda de Veículos	142.883	172.018	282.572	73.750
Receita Bruta Ajustada⁽³⁾	279.979	348.679	529.424	146.033
EBITDA Ajustado	46.379	65.415	101.922	31.100
Margem EBITDA ⁽⁴⁾	35,3%	38,2%	43,6%	45,8%
Frota Total				
Terceirização de Frotas ⁽⁵⁾	12.242	18.189	24.163	26.608
Locação de Carros	3.589	5.015	5.627	5.584
Total	15.831	23.204	29.790	32.192
Pontos de Atendimento				
Próprios	35	33	33	34
Franqueados	38	39	54	56
Postos Corporativos	14	24	26	32
Total	87	96	113	122

(1) Inclui receitas provenientes da atividade de gerenciamento de frotas.

(2) Inclui royalties de franquias, fundo de marketing e outras receitas sobre franquias.

(3) Ajustada pela receita não operacional da venda de veículos usados.

(4) EBITDA ajustado dividido pela receita líquida de aluguel e serviços ajustada por créditos de PIS/COFINS.

(5) Inclui a frota ligada à rede franqueada.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Entre 2004 e 2007, a receita líquida da Companhia apresentou um crescimento médio anual (CAGR) de 30,3% ao ano. A expectativa da Unidas é a de que o negócio continue crescendo, impulsionado por fatores como:

- o alto potencial de crescimento do mercado de locação de veículos no Brasil, motivado pelo aumento da atividade econômica no Brasil, o aumento da previsibilidade do cenário econômico e capacidade de planejamento das empresas;
- a redução das taxas de juros;
- as barreiras naturais à entrada de novos competidores no segmento de mercado da Companhia; e
- a tendência de concentração natural no segmento de mercado da Companhia, como se tem verificado nos últimos anos.

A atuação e visão estratégicas da Unidas seguem as mesmas diretrizes adotadas pelo seu grupo controlador: o Grupo SAG. Através de sua experiência no setor, administração altamente qualificada, grande capacidade de investimento e experiência na construção e gestão de relevantes parcerias, como as parcerias com o Santander Consumer e com os grupos Volkswagen e Manheim, o Grupo SAG tornou-se o maior grupo do setor automotivo em Portugal, em oferta de produtos e serviços automotivos, com atuação também na Espanha e na Polônia.

A Companhia acredita que a sua experiência no mercado brasileiro e a sua liderança no setor de terceirização de frotas, aliados ao amplo *know-how* do Grupo SAG em soluções automotivas, a coloca em posição privilegiada para aproveitar as oportunidades de mercado que surgem nos seus setores de atuação, especialmente no ramo de terceirização de frotas, um mercado ainda muito fragmentado e com baixa penetração no Brasil.

UNIDADES DE NEGÓCIO

Terceirização de Frotas

A Unidas acredita ser a empresa líder no negócio de terceirização de frotas no Brasil, constituindo a maior frota de automóveis terceirizados do País, com cerca de 27.000 veículos de diversas marcas e modelos. Nesse negócio, a Companhia tem atualmente cerca de 720 clientes, de diferentes portes e setores. Como indicador da performance e qualidade de dos seus serviços, a Companhia possui um índice de renovação de contratos de aproximadamente 80,0%.

O modelo de negócio da Unidas foi desenvolvido para que a Companhia possa oferecer aos seus clientes as várias vantagens que a terceirização de frotas pode trazer, dentre as quais se destacam: (i) redução de custos em relação a uma frota própria, (ii) maior foco da empresa cliente na sua atividade principal, (iii) soluções automotivas customizadas às necessidades do cliente, (iv) desmobilização de capital, (v) maior eficiência nos processos de aquisição e renovação da frota, e (vi) maior controle dos processos de administração de frotas.

O negócio de terceirização de frotas da Unidas compreende a locação de longo prazo (mínimo de 12 meses) de veículos para clientes corporativos e atividades associadas à utilização dos veículos, tais como consultoria na escolha da frota, manutenção dos veículos, contratação de seguros junto às companhias seguradoras e por intermédio de um corretor de seguros, assistência

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

emergencial 24 horas em todo o Brasil e veículo de substituição, dentre outras atividades relacionadas à gestão e administração da frota.

A terceirização de frotas abrange três macro-processos: implantação, gestão de serviços e desmobilização de veículos. Operamos com uma rede que conta atualmente com aproximadamente 2.400 oficinas credenciadas e 128 pontos de atendimento da rede Unidas, incluindo 32 postos de atendimento corporativos localizados em alguns dos clientes da Companhia.

Gerenciamento de Frotas de Terceiros

As competências da Unidas no negócio de terceirização de frotas permitiram à Companhia desenvolver uma solução automotiva também para clientes que possuem sua própria frota de veículos: o gerenciamento de frotas de terceiros. Atualmente, a Companhia possui 23 clientes corporativos nesse negócio e gerencia aproximadamente 2.900 veículos de posse ou propriedade de seus clientes.

A Unidas oferece, neste segmento de negócio, sua experiência, recursos humanos e tecnológicos para proporcionar economia de recursos operacionais e financeiros para os seus clientes, em termos semelhantes aos praticados no segmento de terceirização de frotas. Tendo em vista a similaridade dos negócios, o gerenciamento de frotas permite também à Companhia demonstrar aos seus clientes os benefícios que podem ser gerados pela terceirização da frota, permitindo em alguns casos a migração dos mesmos para esta solução.

Locação de Carros

A Companhia acredita ser a quarta maior empresa no mercado brasileiro no negócio de locação de carros, com cerca de 5,8% da frota do segmento em 31 de dezembro de 2007, segundo dados da ABLA. Neste negócio, a Unidas tinha, em 31 de março de 2008, uma frota com mais de 5.500 carros de diversas marcas e modelos em sua rede de 34 lojas próprias de locação de carros, além de 62 franqueadas.

Neste segmento de negócio, a Companhia atende clientes pessoa física e jurídica, em viagens a negócios e a lazer, através de contratos individuais de curto prazo (de um dia a um mês, em geral). Adicionalmente, visando atender à demanda de frotas corporativas de caráter sazonal ou temporário, a Unidas diversificou sua oferta de locação de carros, oferecendo contratos de locação de médio prazo (cerca de três a nove meses), com tarifas diferenciadas, beneficiando seus clientes. Mais recentemente, a Unidas lançou um novo sistema de locação, com tarifas regressivas em função do número de locações feitas pelo cliente.

A atividade comercial da Companhia é conduzida através de uma organização de vendas diretas a clientes corporativos e a agências de turismo e operadoras turísticas, complementada pela estrutura de vendas dos seus franqueados. Para clientes individuais, a organização de vendas da Companhia é composta pelos seguintes canais de acesso direto: lojas próprias e franqueadas, central de reservas 0800 e *website*. Adicionalmente, a Unidas é fornecedora de companhias de seguros e montadoras para fornecimento de veículos reserva no caso de sinistro ou uso da garantia, respectivamente.

A Companhia acredita que o negócio de locação de carros passará por um processo de concentração natural nos próximos anos, tal como aconteceu nos mercados americano e europeu, ocasionado por necessidade de ganhos de escala, perante a capacidade de investimento e eficiência operacional das grandes empresas do setor.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Franquias

Em complementação às suas atividades de locação de carros, e de forma a aumentar a capilaridade e ritmo de expansão de sua rede em todo o Brasil, a Companhia adotou, desde o início de suas operações, um modelo de franquias como estratégia de crescimento nesse mercado.

No ano de 2005, a Unidas lançou o modelo “Franquia Chave na Mão”, em que o franqueado recebe uma loja pronta para operar, com no mínimo 25 carros disponíveis para locação, o que permitiu uma aceleração do ritmo de expansão de franquias.

Nesse novo modelo, toda a estrutura é montada pela Unidas, de acordo com o modelo de loja da Companhia, e o franqueado não adquire os veículos que serão utilizados em sua operação, mas os aluga da Unidas por meio de contratos em moldes similares aos praticados em terceirização de frotas. Este modelo traz vários benefícios para o franqueado e para a Companhia, como por exemplo: (i) a redução do investimento necessário para abertura da franquia por parte do franqueado; (ii) expansão acelerada da rede de lojas Unidas; (iii) maior controle da parte da Companhia sobre os padrões das lojas franqueadas e frota utilizada (modelos, idade e quilometragem); (iv) potencial de geração de outros negócios para a Companhia; e, (v) atuação da rede Unidas como uma rede integrada de forte geração de negócios.

Atualmente, a Companhia conta com 62 lojas franqueadas distribuídas em localidades estratégicas, atendendo a um plano de expansão nacional.

Como atividade complementar às suas operações, de forma a permitir a constante renovação da sua frota em todos os segmentos, a Companhia realiza a venda de seus veículos previamente utilizados nos negócios de terceirização de frotas e locação de carros. Para isso, a Companhia utiliza dois canais de venda: varejo e atacado. No varejo, que concentra a maioria das vendas, a Companhia conta com uma rede de oito lojas denominadas “Unidas Seminovos”. No atacado, as vendas são realizadas por meio de leilões, vendas a clientes que possuam opção de compra em relação aos veículos por eles utilizados e vendas a empresas intermediárias selecionadas pela Companhia. A Companhia não vende carros de terceiros.

PONTOS FORTES DA EMISSORA

- ***Liderança em mercado crescente e com tendência natural de concentração.*** Em termos de faturamento, o negócio de terceirização de frotas no Brasil apresentou crescimento médio (CAGR) de 9,5% ao ano, nos últimos três anos, segundo dados da ABLA. O crescimento médio da Companhia, também em termos de receita bruta, foi superior ao verificado nesse segmento, registrando um crescimento médio (CAGR) de 34,2% ao ano, nos últimos três anos. Por ser ainda um mercado fragmentado no Brasil, e por apresentar índices de penetração no Brasil inferiores aos registrados no mercado europeu – 5,6% de carros terceirizados, no total da frota corporativa brasileira, de acordo com as estimativas da Emissora, contra, por exemplo, 15,75% em Portugal, segundo estimativas da Companhia, e 58,3% na Holanda, segundo dados da Datamonitor –, a Companhia acredita que o negócio de terceirização de frotas possui alto potencial de crescimento no Brasil. Nesse contexto, a liderança no mercado de terceirização de frotas coloca a Unidas em posição privilegiada para aproveitar as oportunidades que surgem em função de tal crescimento, uma vez que o mercado apresenta barreiras naturais à entrada de novos concorrentes e, conseqüentemente, tendências de concentração naturais, como se tem verificado nos últimos anos.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

- **Principal fonte de receita com baixa volatilidade e baixo custo de expansão.** No período de três meses findo em 31 de março de 2008, 74,1% da receita líquida atual da Companhia é proveniente do negócio de terceirização de frotas. A motivação para as empresas terceirizarem as frotas ao invés de serem proprietárias de suas frotas é que a terceirização permite que essas empresas reduzam custos, desmobilizem capital e mantenham foco no seu principal negócio. Isso leva a Companhia a crer que a demanda neste segmento irá crescer independentemente das condições econômicas. Adicionalmente, o segmento de terceirização de frotas se caracteriza por contratos corporativos de prazo superior a um ano, o que propicia à Companhia uma fonte de receita mais previsível. A Companhia acredita, ainda, que, como vantagem em relação à concorrência, o seu foco no negócio de terceirização de frotas lhe permite a expansão da carteira e volume de negócios não necessariamente incorrendo em elevados custos operacionais e administrativos incrementais, tendo em vista que a Companhia pode usar a mesma estrutura administrativa e operacional, proporcionando um aumento progressivo das margens (alavancagem operacional).
- **Ganhos de escala proporcionados pelo volume de operações.** A frota Unidas conta atualmente com cerca de 32.000 veículos. Devido às suas atividades, a Unidas é um dos maiores compradores de carros novos fabricados pelas principais montadoras do Brasil, nomeadamente da General Motors, Fiat e Volkswagen, o que lhe permite ganhos de escala. Em 2007, a Unidas comprou um total de 18.823 carros, o que corresponde a aproximadamente 0,8% do total de vendas de carros novos no mercado interno brasileiro. No período de três meses findo em 31 de março de 2008, a Companhia comprou um total de 4.977 carros, o que corresponde a aproximadamente 0,8% do total de vendas de automóveis e veículos comerciais leves novos no mercado interno brasileiro nesse período. O elevado volume de operações firmado com as montadoras e também com outros parceiros envolvidos na cadeia de atividades da Unidas (companhias de seguros, oficinas de manutenção e fornecedores de consumíveis e peças, entre outros) permite à Companhia acordar termos e condições operacionais e comerciais mais favoráveis, comparados aos normalmente praticados no mercado, fator importante para a rentabilidade de empresas do setor de atividade da Companhia.
- **Qualidade dos serviços e imagem amplamente reconhecida no mercado.** Um dos pontos chave do negócio da Unidas é a qualidade do seu serviço, à qual a Companhia acredita estar associada à sua marca. Por esse motivo, a Unidas investe constantemente tempo e recursos significativos em seu capital humano, desenvolvendo as melhores práticas de treinamento e selecionando pessoas qualificadas para integrar as suas equipes, para que sejam capazes de prestar um atendimento flexível, cordial e eficiente. Neste contexto, a Companhia implementou a "Universidade Unidas", destinada a oferecer treinamento e capacitação técnica e comercial para franqueados, atendentes e colaboradores. Outras iniciativas importantes para melhorar a qualidade dos serviços da Unidas foram feitas na melhoria de gestão de processos, atividade fundamental da Companhia. Em junho de 2007 foi criada a *Diretoria de Qualidade e Ouvidoria*, focada exclusivamente em assegurar melhorias significativas no atendimento aos clientes. Em pesquisa de imagem de marca, realizada em maio de 2005 pela *Research International Brazil*, a Unidas obteve uma avaliação muito positiva com um reconhecimento de marca de aproximadamente 80,0% da amostra. Na mesma pesquisa, a Unidas obteve a melhor avaliação do mercado na categoria "atendimento", um dos pontos chave do seu negócio, juntamente com a qualidade do seu serviço.
- **Modelo de negócio integrado que favorece sinergias (cross selling).** A atuação da Companhia em atividades que se complementam potencializa a cadeia de relacionamento

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Unidas e as oportunidades de oferta dos seus negócios (*cross selling*), otimiza a utilização da estrutura corporativa da Companhia, em razão da utilização da mesma base administrativa para os seus segmentos de negócio, e, adicionalmente, fortalece a marca Unidas, que é utilizada de forma única e integrada nos diferentes negócios. A equipe comercial da Companhia atua tanto na captação e relacionamento de clientes de terceirização como de locação de carros, potencializando desta forma o resultado de cada abordagem comercial.

- **Forte comprometimento do Grupo SAG e Gestão Institucionalizada.** A Unidas conta com forte comprometimento por parte do Grupo SAG, grupo controlado pelo Acionista Controlador da Companhia, o qual tem dado amplo suporte às atividades da Unidas. O Grupo SAG, além do apoio financeiro que tem prestado como acionista, tem disponibilizado à Companhia uma gestão técnica altamente qualificada, acesso a fontes diversificadas de capital, acesso aos contatos internacionais, à experiência na gestão de parcerias e ao amplo *know-how* do Grupo em soluções automotivas, sobretudo no negócio de terceirização de frotas em Portugal, Espanha e Polônia.

ESTRATÉGIA

- **Expandir as operações da Companhia a fim de explorar o potencial do mercado.** A Unidas continuará a expandir seus negócios de terceirização de frotas, visando preservar sua posição de liderança e ampliar sua participação nesse negócio no Brasil. Os esforços comerciais e investimentos em expansão estão concentrados nesse segmento, que a Companhia acredita ter um alto potencial de crescimento e uma rentabilidade crescente. Além disso, a Companhia buscará aumentar seu negócio de locação de carros, explorando o esperado crescimento da economia e a conseqüente expansão da base de clientes. Nesse sentido, a Companhia acredita que um aumento no número de passageiros viajando tanto a negócios como a turismo e um aumento nas atividades da indústria de convenções e eventos contribuirão para o crescimento de suas atividades.
- **Aumentar a base de clientes e de produtos através da oferta integrada de soluções automotivas.** A plataforma de negócios da Companhia é composta por atividades que se beneficiam de significativas sinergias entre si, oferecendo oportunidades de *cross selling* entre elas, o que permite à Companhia oferecer propostas de maior valor agregado em um mercado em expansão. Por essa razão, a Companhia pretende continuar a explorar comercialmente essas oportunidades por meio de uma equipe capaz de oferecer a seus clientes soluções automotivas integradas, como, por exemplo, a venda aos usuários de terceirização de frotas de contratos de locação de carros. Adicionalmente, a Companhia pretende continuar a usar informações detidas por cada uma de suas linhas de negócios e subsidiárias, especialmente no que se refere a base de dados de clientes, o que, a Companhia acredita, lhe permite identificar as necessidades de seus clientes e lhes propor soluções automotivas para seus negócios, potencializando assim o aumento de suas vendas e de sua rentabilidade.
- **Expandir a rede Unidas com base no modelo diferenciado de franquias.** Beneficiando-se de seu *know-how* e marca forte, a Companhia pretende expandir sua rede de lojas próprias e franqueadas. Essa expansão será focada em cidades brasileiras que apresentem elevados índices de crescimento econômico, nas quais novas indústrias, a expansão do agronegócio e novas rotas aéreas criem um ambiente de negócios atrativo para a Companhia. Nesse sentido, a Companhia continuará a investir no modelo “Franquias Chave na Mão”, pois acredita que ele lhe permite atrair mais franqueados e acelerar assim o seu processo de expansão no negócio de locação de carros. Nesse modelo, o custo de implementação de uma

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

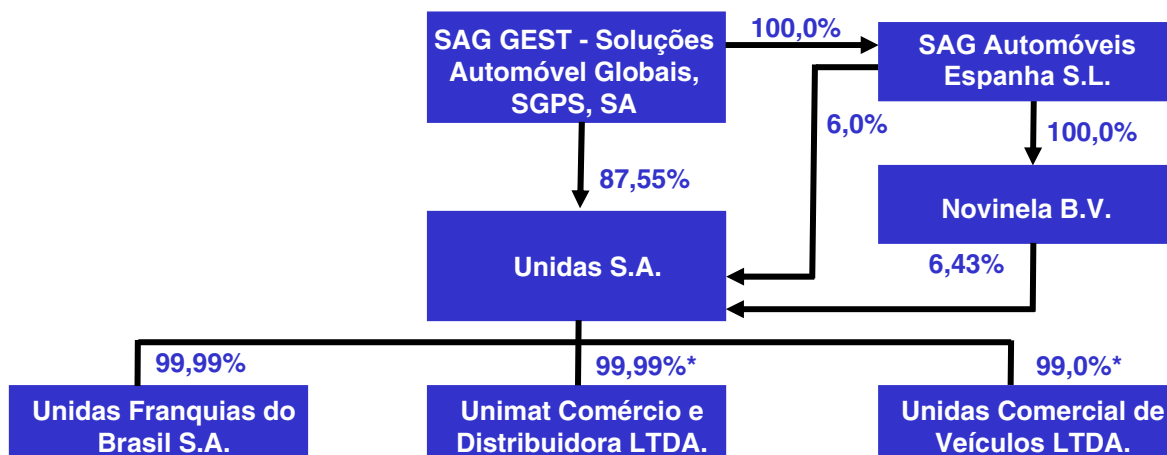
09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

loja para o franqueado é menor que o custo num modelo tradicional de franquia, tornando o negócio mais atrativo para os potenciais franqueados, possibilitando a expansão das operações em locação de carros da Companhia por todo o Brasil, através de um modelo uniforme de lojas, veículos e serviços. De forma complementar, a Companhia acredita que o crescimento do negócio de locação de carros oferecerá oportunidades também em terceirização e gerenciamento de frotas, sendo um importante ponto de apoio para estes negócios, dada a expansão de lojas Unidas por todo o território nacional.

- **Manter uma sólida estrutura financeira e operacional que permita acompanhar o desenvolvimento do mercado.** A Companhia pretende continuar implementando políticas que mantenham níveis de disponibilidade de caixa e endividamento adequados às suas necessidades operacionais, através de uma política de diversificação de fontes de financiamento bem como uma gestão financeira baseada nas políticas financeiras definidas no Comitê de Riscos Financeiros do Grupo SAG (ALCO). A Companhia possui outros Comitês especializados de gestão como os Comitês de Risco Automóvel e de Crédito, que são fóruns determinantes para a otimização da relação de risco-retorno dos seus negócios. No primeiro, a Companhia continuará a monitorar ativamente as oscilações e tendências no mercado automobilístico, e, com base nessas informações – as quais são complementadas com o conhecimento de especialistas no mercado – e em um conjunto de ferramentas gerenciais, a Companhia determinará, caso a caso, a depreciação e valor residual dos seus ativos. No segundo, a Companhia continuará a analisar e escolher o perfil dos seus clientes através da aplicação de políticas de avaliação, concessão, monitoramento e controle do crédito. A Companhia buscará, ainda, maior eficiência operacional, continuando a investir tanto em suas tecnologias de informação como na formação de seu pessoal, mantendo e desenvolvendo seu programas de treinamento, como a “Universidade Unidas”, destinada a oferecer treinamento para franqueados, atendentes e colaboradores.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O quadro abaixo demonstra a estrutura societária da Companhia e de suas subsidiárias (excluindo ações ou quotas, conforme aplicável, detidas por administradores das companhias em causa) na data do Prospecto da Primeira Emissão de Debêntures Simples da Companhia.



99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

* As restantes participações de capital nestas sociedades referem-se a ações ou quotas detidas por seus administradores.

As atividades de terceirização e gestão de frotas e locação de carros são conduzidas diretamente pela Unidas. A Companhia conta com o apoio de suas subsidiárias em certas atividades complementares a suas operações: a Unidas Franquias do Brasil S.A. apóia a Companhia em suas atividades de franquias; a Unimat Comércio e Distribuidora Ltda. apóia a Companhia na venda e distribuição de material publicitário aos seus franqueados; e, a Unidas Comercial de Veículos Ltda. apóia a Companhia na venda dos carros usados previamente utilizados em suas atividades. Todas as empresas do grupo consolidam seus resultados nas contas da Emissora.

HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO

A Empresas Unidas Veículos e Serviços Ltda. foi criada em 27 de fevereiro de 1985, quando cinco empresas de locação de carros e dois investidores se uniram na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, criando uma locadora com sete filiais e aproximadamente 500 veículos.

Desde então, a Empresas Unidas Veículos e Serviços Ltda. passou por várias transformações societárias e alterações de controle, até que em 2001, o Grupo SAG adquiriu a sociedade Unifra Locações e Comércio Ltda. e os demais ativos e direitos que constituíam o negócio Unidas. Em 2001, a Unifra Locações e Comércio Ltda. alterou seu tipo societário para sociedade por ações e incorporou a sociedade SAG do Brasil Ltda., alterando sua denominação para SAG do Brasil S.A. Finalmente, em 2007, a SAG do Brasil S.A. alterou sua denominação para a atual Unidas S.A.

A Unidas S.A. opera nos seus segmentos de negócio – terceirização de frotas e locação de carros – sob a marca “Unidas”.

Em adição, a Unidas S.A. possui três controladas:

- *Unidas Franquias do Brasil S.A.*: sociedade por ações cujo objeto social principal consiste no desenvolvimento de atividades de franchising e licenciamento de marcas;
- *Unimat Comércio e Distribuidora Ltda.*: sociedade limitada brasileira que tem por objeto principal a venda e distribuição de material publicitário aos franqueados; e,
- *Unidas Comercial de Veículos Ltda.*: sociedade limitada brasileira cujo objeto principal consiste no apoio na venda de carros usados previamente utilizados em nossas atividades.

GRUPO SAG

Desde que nossas atividades foram adquiridas pelo Grupo SAG, em 2001, temos nos beneficiado dos contatos internacionais e experiência do Grupo SAG na oferta e desenvolvimento de soluções automotivas para nossos clientes.

O Grupo SAG é o maior conglomerado português no setor automotivo, atuando no setor de serviços – no segmento de terceirização de frotas em Portugal, na Espanha e na Polónia, bem como nos segmentos de gerenciamento de frotas, financiamento de frotas, leilões de automóveis, reparação e manutenção de veículos, formação profissional e consultoria técnica –, no setor de distribuição – com a importação e distribuição oficial em Portugal das principais marcas produzidas

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

e comercializadas mundialmente pelo Grupo Volkswagen (Audi, Bentley, Lamborghini, Volkswagen e Skoda) –, e no setor de varejo de veículos.

O amplo *know-how* do Grupo SAG em soluções automotivas, sobretudo no segmento de terceirização de frotas, a grande capacidade de investimento e experiência do Grupo SAG na construção e gestão de relevantes parcerias, como as parcerias com o Santander Consumer e com os grupos Volkswagen e Manheim, nos coloca em posição privilegiada para aproveitar as oportunidades de mercado que surgem em nossos negócios.

As ações de nosso Acionista Controlador – SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., sociedade aberta, – são negociadas na Euronext Lisbon.

LOCAÇÃO DE VEÍCULOS UNIDAS

Terceirização de frotas

O nosso serviço de terceirização de frotas compreende a locação de longo prazo de veículos para clientes corporativos e a prestação de serviços agregados.

O prazo dos contratos de terceirização de frotas é, em média, de 18,8 meses, com um limite mínimo de 12 meses e máximo de 48 meses.

A execução do contrato compreende, em geral: (i) a prestação de serviços de consultoria sobre a composição mais adequada da frota em função das necessidades específicas de nossos clientes; (ii) a aquisição dos veículos e respectiva entrega ao cliente; (iii) as atividades necessárias à correta utilização e manutenção dos veículos; (iv) a administração da frota durante o período contratual; e, (v) a venda do carro no final do contrato, à exceção dos casos em que é dada aos clientes, a faculdade de adquirirem o carro.

Em geral, nossos contratos de terceirização de frotas podem ser rescindidos sem justa causa, mediante o pagamento de uma multa contratual, que pode ir de 50% sobre o valor remanescente do contrato, nos contratos com duração até 18 meses, a 35% sobre o valor remanescente do contrato, nos contratos com duração de 19 a 24 meses e 30% sobre o valor remanescente do contrato, nos casos de contratos com duração superior a 25 meses.

Os contratos de terceirização de frotas podem ser ajustados conforme as necessidades específicas dos clientes, incluindo, em geral:

- orientação e assistência na composição da frota, em função das necessidades próprias de cada negócio;
- assessoria na escolha dos carros;
- negociação e compra de carros e acessórios;
- apoio na negociação e venda de carros de propriedade de nossos clientes, quando necessário;
- montagem dos carros de acordo com as necessidades dos nossos clientes, tais como pintura personalizada e acessórios;

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

- coordenação no registro e emplacamento dos veículos, feito através de despachantes autorizados e pagamento dos tributos relacionados à utilização do veículo;
- assessoria e assistência na contratação de seguros decorrente de parceria com corretores de seguros e companhias seguradoras;
- auxílio em treinamento dos usuários dos veículos;
- serviço de atendimento ao cliente, com assistência 24 horas por dia, 365 dias por ano, em todo o território nacional (inclusive serviços de guincho, reboque e remoção de veículos);
- assistência aos clientes em caso acidente ou roubo de carros, inclusive quanto ao acompanhamento junto às companhias de seguros, serviços de manutenção e conserto dos carros;
- assistência aos clientes em caso de apreensão do carro e multas de trânsito; e
- outros serviços relacionados à gestão de frotas, com destaque para os serviços de controle de custos com a frota do cliente, que incluem relatórios periódicos de informação.

Oferecemos manutenção e assistência técnica em todo o território nacional através de prestadores de serviços terceirizados.

Possuímos ainda postos de atendimento corporativos em alguns dos nossos clientes, onde oferecemos as atividades de apoio necessárias à utilização da nossa frota por nossos clientes.

Gerenciamento de frotas de terceiros

Oferecemos em nosso serviço de gerenciamento de frotas de terceiros a generalidade dos serviços que prestamos no segmento de terceirização de frotas, mas para clientes que possuem sua própria frota.

O prazo dos contratos de gerenciamento de frotas é, em média, de 12 meses.

Os contratos de gerenciamento de frotas podem ser rescindidos, em geral, mediante prévio aviso escrito de 30 a 90 dias, dependendo do tipo de contrato em causa.

Os contratos de gerenciamento de frotas podem ser ajustados conforme as necessidades específicas de cada cliente, estabelecendo em cada caso concreto os serviços que serão prestados pela Companhia. Estes serviços incluem, em geral, os mesmos serviços prestados para os clientes no segmento de terceirização de frotas (com exceção dos que não se aplicam a clientes que possuem frota própria), a saber:

- orientação e assistência na composição da frota, em função das necessidades próprias de cada negócio;
- assessoria na escolha dos carros;
- apoio na negociação e venda de carros;
- apoio no registro e emplacamento dos veículos e pagamento dos tributos relacionados à utilização do veículo;

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

- assessoria e assistência na contratação de seguros, decorrente de parceria com corretores de seguros e companhias seguradoras;
- auxílio em treinamento dos usuários dos veículos;
- serviço de atendimento ao cliente, com assistência 24 horas por dia, 365 dias por ano, em todo o território nacional (inclusive serviços de guincho, reboque e remoção de veículos);
- assistência aos clientes em caso acidente ou roubo de carros, inclusive quanto ao acompanhamento junto às companhias de seguros, serviços de manutenção e conserto dos carros;
- assistência aos clientes em caso de apreensão do carro e multas de trânsito; e
- outros serviços relacionados à gestão de frotas, com destaque para os serviços de controle de custos com a frota do cliente, que incluem relatórios periódicos de informação.

Locação de carros

A locação de carros compreende a locação de curto prazo (até 12 meses) de veículos para clientes pessoa física e jurídica, em viagens a negócios e a lazer. Nossos contratos de locação de carros têm, em geral, a duração de um dia a um mês. Oferecemos também tipos específicos de contratos de locação de carros destinados a atender demandas ocasionais das empresas.

Vendemos a locação de carros através de nossa rede de lojas próprias e franqueadas, da nossa central de reservas 0800 24 horas e do nosso *website*. Possuímos também convênios com operadores de turismo, agências de viagens, hotéis e companhias aéreas para a promoção de nossas vendas.

Como parte de nosso negócio de locação de carros, atuamos também no segmento de veículos de substituição (*replacement*), no qual alugamos temporariamente carros para companhias seguradoras ou montadoras de veículos, que oferecem carros de substituição aos seus clientes, geralmente em virtude de sinistro, roubo ou avarias mecânicas.

Adicionalmente, a locação de carros pode cobrir as necessidades ocasionais de frota, durante períodos de imobilização dos carros ou baixa oferta de veículos pelas montadoras de veículos.

Para além dos produtos ou serviços mencionados no Prospecto, não existem outros em desenvolvimento.

PONTOS DE ATENDIMENTO UNIDAS

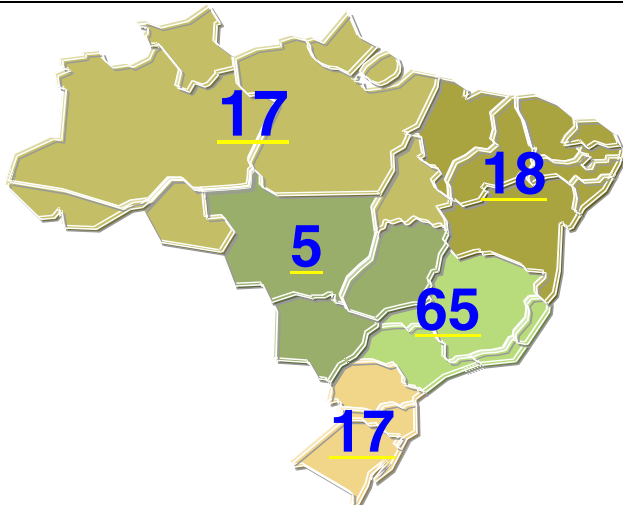
Em 31 de março de 2008, contávamos com uma rede de 122 pontos de atendimento, sendo 34 lojas próprias, 32 postos de atendimento corporativo e 56 lojas franqueadas, distribuídas por todo o território do Brasil.

O mapa seguinte mostra a distribuição de nossos pontos de atendimento pelo território brasileiro em 31 de março de 2008:

99999-9 UNIDAS S/A

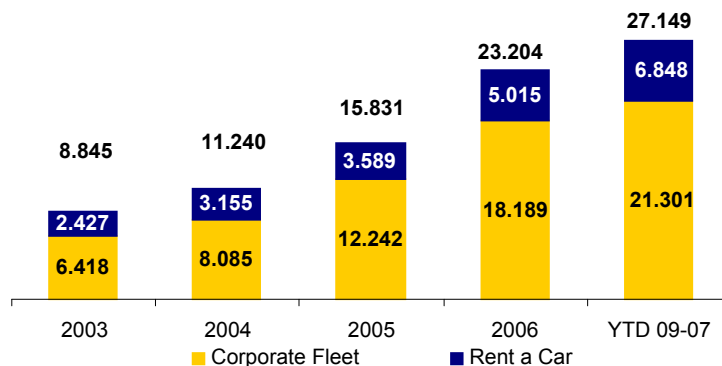
04.437.534/0001-30

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO



FROTA UNIDAS

Entre 2005 e 2007 nossa frota de terceirização de veículos registrou um crescimento médio (CAGR) de 40%, e nossa frota de locação de carros um crescimento médio de 25%. O gráfico seguinte mostra a evolução de nossa frota total:



Em linha com a frota automotiva brasileira em geral, nossa frota está fortemente concentrada na região Sudeste.

Terceirização de frotas

A Emissora acredita ter a maior frota de automóveis terceirizados do Brasil, com 26.608 veículos de diversas marcas e modelos em 31 de março de 2008. Dos carros que formar a frota destinada a terceirização, em 31 de março de 2008, 21.606 estavam em utilização efetiva pelos clientes da Emissora, 2.090 estavam em preparação (sendo emplacados ou personalidades para os clientes), 353 já estavam sendo utilizados pelos respectivos clientes, mas ainda sem contrato de terceirização formalizado, 2.309 estavam sendo enviados para seminovos para renovação de frota e 250 estavam fora da frota (casos de roubo ou perda total).

Nos contratos de terceirização de frotas, geralmente são nossos clientes que escolhem os modelos dos veículos que adquirimos para a locação, de acordo com suas preferências e

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

necessidades, mas contando com nossa assessoria no processo de escolha do veículo e suas características.

Em 31 de março de 2008, a idade média de nossa frota de terceirização era de aproximadamente 11,0 meses, comparada a 13,2 meses em 31 de março de 2007.

Locação de carros

A Companhia acredita ter a quarta maior frota de automóveis para locação do Brasil, com 5.584 veículos de diversas marcas e modelos, disponibilizados em nossa rede de 90 lojas próprias e franqueadas em 31 de março de 2008. Desses 5.584 carros que formavam a frota de locação de carros em 31 de março de 2008, 3.940 estavam em utilização efetiva pelos clientes da Emissora, 389 estavam na fase de volta de locação, mas ainda não estavam prontos para serem alugados, 851 estavam sendo enviados para seminovos para renovação de frota, 338 estavam fora da frota (casos de roubo ou perda total) e 66 estavam em preparação (sendo emplacados).

Em harmonia com a demanda interna e com o próprio perfil da frota brasileira, nossa frota de locação de carros é majoritariamente composta por carros conhecidos por “populares”. Porém, oferecemos uma gama diversificada de marcas e modelos deste tipo de carro, entre os quais o Fox e o Gol da Volkswagen, o Sandero, o Clio e o Logan da Renault, o Celta e o Corsa da General Motors e o Palio da Fiat.

Além de carros “populares”, temos à disposição de nossos clientes uma gama variada de veículos, com motorizações e características diversas, incluindo veículos familiares (como o Parati da Volkswagen e o Palio Weekend da Fiat), veículos esportivos (como o Cross Fox da Volkswagen, o Stilo, o Punto, o Idea Adventure e o Palio Adventure da Fiat e o Astra Hatch da General Motors), veículos executivos (como o Zarifa, o Vectra e o Astra da General Motors, o Corolla da Toyota, e o Scenic e o Mégane da Renault), *pick ups* (como a S10 4x4 e a Montana da General Motors, a Frontier da Nissan e a Strada da Fiat), *mini vans* (como a Meriva da General Motors, a Idea e a Doblô da Fiat), veículos de carga (como o Doblô Cargo e o Fiorino Furgão da Fiat), veículos de transmissão automática (como o Corolla da Toyota, o Astra e o Vectra da General Motors, o Mégane e o Mégane Grand Tour da Renault e o Sentra da Nissan) e veículos de luxo (como o Jetta da Volkswagen, o Civic LXS da Honda, o Fusion da Ford, o Corolla XEI da Toyota e Vectra Elite da General Motors).

Acreditamos que a diversidade de marcas e modelos disponíveis em nossa frota é um dos fatores que nos diferenciam de nossos concorrentes no segmento de locação de carros.

Adicionalmente, como parte de nossa estratégia de diferenciação, oferecemos a nossos clientes a possibilidade de alugar modelos exclusivos de carros, normalmente em lançamento no Brasil. Um exemplo foi a recente campanha vinculada na qual oferecíamos a nossos clientes a possibilidade de alugar o novo Mégane Grand Tour da Renault, o qual apenas podia ser encontrado para alugar em nossa Companhia.

Nossa frota de locação de carros é continuamente renovada, geralmente após um período de utilização de aproximadamente 12 meses. Em 31 de março de 2008, a idade média de nossa frota de locação de carros era de aproximadamente 16,2 meses, comparada a 12,5 meses em 31 de março de 2007.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

A marca “Unidas”, além de diversas outras marcas utilizadas em nossos segmentos de negócio, está validamente registrada no Brasil junto ao INPI, nas classes de serviços e produtos relativas às nossas atividades. Outras marcas que utilizamos estão em processo de registro junto ao INPI.

Nossas marcas estão registradas em nome da sociedade Novinela B.V. (um acionista da Emissora), que as licenciou gratuitamente, em caráter irrevogável, mas não exclusivo, por prazo indeterminado, mas não superior ao prazo de vigência de cada um dos registros de marca abrangidos pelo contrato, incluindo porém as renovações destes registros, para utilização e exploração pela Companhia por meio de um Contrato de Licença de Uso de Marcas, datado de 2 de janeiro de 2002. Tal documento permite que a Companhia sublicencie as marcas licenciadas a terceiros, incluindo os franqueados da Companhia. Ainda por meio do referido contrato, a Novinela B.V. também licenciou para a Companhia o uso da marca “Unidas” nos seguintes países: Argentina, Chile, Itália, Portugal e Uruguai (nos quais a marca encontra-se devidamente registrada).

A Novinela B.V. é 100% detida pela SAG Automóveis Espanha S.L., que por sua vez é 100% detida por nosso Acionista Controlador.

No dia 19 de outubro de 2007, celebramos um aditamento ao Contrato de Licença de Uso de Marcas com a Novinela B.V., no qual ficou acordada a cessão gratuita de todas as marcas “Unidas” para a nossa Companhia, em caso de rescisão do referido Contrato (nomeadamente, em caso de troca de controle da Novinela).

Somos titulares do nome de domínio “unidas.com.br”, entre outros, que se encontram registrados junto ao Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br.NIC.BR (*website* Registro.br).

ASSISTÊNCIA TÉCNICA UNIDAS

A assistência prestada aos clientes é realizada pela Central de Relacionamento Unidas, onde, através de atendimento telefônico e sistemas informatizados, os atendentes acessam a rede de prestadores de serviços terceirizados da Emissora e indicam o local de atendimento mais conveniente ao cliente, levando em consideração a região do país onde ele se encontre.

Esta estrutura – baseada numa central de gestão e atendimento, usando uma rede de serviços de assistência técnica terceirizados – possibilita a expansão de nossos negócios com investimentos mínimos em infra-estrutura.

MANUTENÇÃO UNIDAS

A manutenção preventiva e corretiva dos veículos, oferecida nos contratos de terceirização e gerenciamento de frotas, bem como os que utilizamos na manutenção de nossa frota de locação de carros são geridos por uma equipe técnica própria e são executados por parceiros terceirizados.

A nossa equipe técnica é responsável pela negociação dos serviços a serem executados pelas oficinas parceiras e pelo acompanhamento destes serviços até a liberação do veículo.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

A manutenção é considerada preventiva nos casos em que o veículo não sofreu nenhum tipo de dano ou não há nenhuma reparação a ser feita. Oferecemos também manutenção corretiva dos veículos, que tem lugar sempre que se verifica algum incidente que provoque danos no carro. A manutenção corretiva não está incluída nas tarifas de terceirização e gerenciamento de frotas, sendo cobrada separadamente do cliente.

Contamos também com uma equipe de desenvolvimento de parcerias de manutenção, que faz o mapeamento das necessidades locais e coordena o processo de credenciamento e descredenciamento de oficinas.

TARIFAS E VENDAS

Terceirização e gerenciamento de frotas

Nossas equipes de vendas são treinadas para fazer uma análise rigorosa das necessidades e custos de frota de nossos potenciais clientes, e apresentar estudos econômico-financeiros que permitam reduzir os custos com a frota corporativa, bem como mostrar as outras vantagens associadas aos contratos de terceirização e gerenciamento de frotas.

As tarifas nos contratos de terceirização e gerenciamento de frotas são negociadas individualmente com cada cliente e levam geralmente em consideração o preço de aquisição dos veículos, a depreciação, despesas financeiras, despesas de manutenção, tipo de uso, tamanho e perfil da frota e outras atividades incluídas no contrato, além de responsabilidade por perdas e danos assumida pelos clientes, todos esses fatores que influenciam o preço dos contratos. Dada a dimensão de nossa atividade, nos beneficiamos de várias economias de escala, nomeadamente na aquisição de veículos e contratação de serviços de manutenção, as quais refletimos também em nossas tarifas, por forma a poder oferecer sempre tarifas competitivas a nossos clientes.

Geralmente, nossos contratos de terceirização e gerenciamento de frotas estabelecem pagamentos mensais pela prestação dos serviços. Despesas como multas de trânsito, registro de automóveis, e consertos decorrentes de acidentes ou mau uso dos veículos não estão incluídas nas tarifas de terceirização e gerenciamento de frotas, sendo cobradas separadamente do cliente.

Locação de carros

Como regra, oferecemos a nossos clientes tarifas de locação de carros com base em quilometragem ilimitada. Oferecemos também campanhas promocionais de descontos, com tarifas especiais, em certas ocasiões, visando otimizar a taxa de ocupação da frota.

Monitoramos constantemente as condições do mercado, ajustando quando necessário nossas tarifas de modo a mantermos nossa competitividade. Procuramos, no entanto, nos diferenciar de nossos concorrentes por meio de nossa capacidade de oferecer atendimento e serviços de elevada qualidade. As tarifas cobradas pelos franqueados seguem nossa política das tarifas.

Nossa política de preços leva em consideração a depreciação efetiva de cada veículo, o custo financeiro, as despesas de manutenção, o risco de perdas em acidentes, furtos e roubos, os custos com a estrutura administrativa, os tributos devidos, a taxa de utilização e nossa margem de lucro.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

INSTRUMENTOS COLEGIADOS DE DECISÃO

Faz parte do nosso processo de governança corporativa a prática de reuniões de comitês para tomada de decisões estratégicas compartilhadas. Através destas reuniões periódicas, otimizamos os resultados das decisões tomadas, avaliando e monitorando seus riscos, de forma aberta, transparente e ética.

Relação de comitês:

- Comitê de Risco Automóvel e Sub Comitê de Preço;
- Comitê de Crédito; e
- Comitê de Tecnologia SAG e Sub Comitê de Tecnologia Unidas (SCTU).

O Comitê de Risco Automóvel, o Sub Comitê de Preço e o Comitê de Crédito são iniciativas determinantes para a otimização da relação de risco-retorno dos nossos negócios. No primeiro, monitoramos ativamente as oscilações e tendências no mercado automóvel, e, através dessas informações – as quais são incrementadas com o conhecimento de especialistas no mercado – e de um conjunto de ferramentas gerenciais, determinamos caso a caso a depreciação dos nossos ativos. No segundo, analisamos e escolhemos o perfil dos nossos clientes utilizando a aplicação de políticas de avaliação, concessão, monitoramento e controle do crédito.

O Comitê de Tecnologia SAG e o Sub Comitê de Tecnologia Unidas (SCTU) nos permitem monitorar o funcionamento de nossa estrutura tecnológica e nossos custos de estrutura, adequando-os de acordo com nossas necessidades de crescimento e atualizando-a de acordo com as novas tecnologias a cada momento disponíveis. O Comitê de Tecnologia SAG funciona com reuniões semestrais, na sede do Grupo SAG, em Portugal, e o o Sub Comitê de Tecnologia Unidas com reuniões bimestrais, na nossa sede, nas quais participam membros do Comitê de Tecnologia SAG.

TECNOLOGIA E SISTEMAS

Investimos significativamente em tecnologia para sustentação de nossa estratégia de crescimento. Utilizamos sistemas de comunicação de voz (Cisco VoIP) e dados (MPLS) de última geração, o que nos possibilita uma total integração entre as áreas de negócios e o *back office*, otimizando o fluxo de informação.

Todo o nosso ambiente de rede está sob plataforma Microsoft, onde contamos com aproximadamente 466 estações de trabalho, munidas de aplicativos de escritório Microsoft (Windows, Office e Exchange), 3 servidores com tecnologia Risc/HP e 20 servidores com tecnologia Wintel, além de um *call center*, para atendimento à central de reservas de locação de carros, aos usuários de terceirização de frota e para nossos clientes que solicitam assistência através da Central de Relacionamento Unidas.

Os sistemas informáticos para suporte aos negócios de terceirização de frotas e locação de carros (lojas próprias e franqueadas) são desenvolvidos internamente, sob plataforma java e.net. Nosso ERP (Microsiga) esta licenciado junto é Totvs e nosso sistema de *Business Intelligence* (BI) esta licenciado junto à Hyperion.

Todos estes sistemas atuam como uma plataforma integrada, sob o gerenciamento do banco de dados Oracle 10g, propiciando maior agilidade na disponibilização de informações, tanto para as áreas de negócio, como para as de *back office*.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

FRANQUIAS

Desde o início de nossas operações, em 1985, adotamos o sistema de franquias, visando desenvolver e expandir de forma rápida e consistente nossa rede de lojas no Brasil. A expansão através de franquias, foi um fator fundamental no fortalecimento da marca Unidas, na consolidação de nossa posição no mercado e no estreitamento do relacionamento de longo prazo com nossos clientes.

Desde 2005, temos implementado um novo modelo de franquia, denominado “Franquia Chave na Mão”, em que o franqueado recebe uma loja pronta para operar, com no mínimo 25 carros disponíveis para locação.

Neste modelo, os franqueados não adquirem os veículos que serão utilizados em suas atividades. Ao invés disso, os franqueados alugam os carros da nossa Companhia, de modo similar à terceirização de frotas, o que nos permite assegurar um maior controle e uniformidade de nossa frota de locação de carros.

Adicionalmente, todo o material de divulgação de apoio à venda e anúncios são fornecidos e geridos por nós, bem como todo o equipamento necessário é fornecido por nós. Ainda antes da abertura da filial, os franqueados passam por um completo processo de treinamento, que inclui, nomeadamente, formação específica sobre como recrutar e escolher os atendentes das lojas.

No novo modelo de franquias, celebramos contratos com duração de cinco anos com nossos franqueados, concedendo direitos exclusivos para explorar determinadas áreas do território brasileiro. Após o término deste contrato, podemos renovar o contrato com o franqueado, assumir diretamente a operação do negócio ou celebrar novo contrato de franquia com terceiros.

Nossos contratos de franquia contêm previsão expressa de proibição de transmissão do negócio a qualquer concorrente da Unidas, bem como cláusulas de não concorrência, por um período em regra de dois anos após o término do contrato com a nossa Companhia, que vedam ao franqueado a possibilidade de desenvolver, direta ou indiretamente, negócios de locação de carros.

No novo modelo “Franquia Chave na Mão”, além do montante relativo à aquisição da franquia, o franqueado nos paga as rendas relativas aos carros utilizados em sua frota (alugados de nossa Companhia) e tarifas mensais relativas aos serviços de marketing.

Asseguramos o controle de qualidade das operações de nossos franqueados, através das seguintes estratégias:

- sistema central de operações, através do qual controlamos todas nossas lojas franqueadas;
- procedimentos exigentes de qualificação e seleção de franqueados;
- completos programas de treinamento e manuais de apoio;
- visitas aos franqueados para formação e suporte;
- inquéritos de satisfação aos clientes; e,
- avaliação periódica do desempenho e qualidade do negócio.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Atualmente, contamos com 62 pontos franqueados distribuídos em localidades estratégicas, atendendo a um plano de expansão nacional definido por nós.

MARKETING E PUBLICIDADE

No período encerrado em 31 de março de 2008, o valor gasto em marketing foi de aproximadamente R\$1,4 milhão. Nossas principais ações de marketing foram:

- patrocínio do evento “Fórum de Comandatuba”, destinado a presidentes de empresas;
- locadora oficial do GP Brasil de Fórmula 1 pelo 17º ano consecutivo;
- locadora oficial do evento “Tênis Cup” em Campos de Jordão, que reuniu tenistas de todo o Brasil;
- “Campanha Tempo e Dinheiro”, a qual isentou os clientes de locação de carros da taxa de retorno, uma taxa normalmente cobrada em cada contrato de locação com devolução do veículo em destino diferente da origem. Esta ação nos permitiu identificar rotas com demanda reprimida em função da cobrança da taxa e alavancar receita adicional em algumas localidades. Ainda, entendemos que esta campanha nos diferenciou em relação ao mercado, que não opera sem a cobrança dessa taxa;
- Campanhas promocionais de feriados, oferecendo pacotes com diárias, proteção e taxas de serviço isenta;
- ação promocional “Quiz” (jogo de perguntas) no Rio de Janeiro, durante os Jogos Pan Americanos, que tinha como objetivo a fixação da marca através da interatividade entre promotores e público freqüentador dos principais bares e restaurantes da cidade, contemplando também a distribuição de brindes; e
- Patrocínio do evento “Almoço Executivo”, organizado pela empresa Dória Associados, voltado para diretores e presidentes de grandes empresas, onde eram abordados temas de cunho econômico-sociais.

Nossas estratégias de marketing foram desenvolvidas com o objetivo de criar reconhecimento de nossa marca em todo o País. A presença de nossa rede de lojas nos maiores aeroportos brasileiros, a instalação de lojas em centros comerciais, assim como as campanhas promocionais veiculadas pela mídia (em particular, nas publicações voltadas para a economia e negócios, revistas de bordo e emissoras de rádio), contribuíram para o desenvolvimento de um forte reconhecimento de marca. Em pesquisa de imagem de marca realizada em maio de 2005 pela Research International Brazil, obtivemos uma avaliação muito positiva, com um reconhecimento de marca de mais de 80% da amostra.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

09.03 - PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS

A Sazonalidade afeta a atividade de locação de carros da Emissora, cuja receita bruta no exercício de 2007 representou cerca de 29% do total da sua receita bruta. A locação de carros para turismo tem o seu pico nas duas últimas semanas de dezembro e nos meses de janeiro, fevereiro, março e julho (meses que coincidem com os períodos de férias escolares e épocas festivas como o Natal, Ano Novo, Carnaval e Páscoa), meses em que a receita líquida aumenta até 9,24% (com base em dados de 2007) em comparação com os outros meses do ano.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - Código CVM 99999-9	2 - Denominação Social UNIDAS S/A	3 - CNPJ 04.437.534/0001-30
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------

10.01 - PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

1- ITEM	2 - PRINCIPAIS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	3 - % RECEITA LÍQUIDA
01	Terceirização de frotas	74,10
02	Locação de veículos	25,90

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS S/A	3 - CNPJ 04.437.534/0001-30
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------

10.03 - CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

1- ITEM	2- ITEM	3 - NOME DO PRODUTO/ NOME DO CLIENTE	4 - % DE PARTICIPAÇÃO DO CLIENTE NA RECEITA LÍQUIDA
001		Terceirização de frota	
001	002	Grupo Votorantim	12,43
001	003	Grupo Wurth	5,18
001	004	Grupo Schincariol	4,89
001	005	Grupo Ache	3,56
001	006	Grupo Ultra	3,47
001	007	Grupo Bradesco	3,37
001	008	Nycomed Pharma	2,01

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

UNIDADES DE NEGÓCIO

Terceirização de Frotas

A Unidas acredita ser a empresa líder no negócio de terceirização de frotas no Brasil, constituindo a maior frota de automóveis terceirizados do País, com cerca de 27.000 veículos de diversas marcas e modelos. Nesse negócio, a Companhia tem atualmente cerca de 720 clientes, de diferentes portes e setores. Como indicador da performance e qualidade de seus serviços, a Companhia possui um índice de renovação de contratos de aproximadamente 80,0%.

O modelo de negócio da Unidas foi desenvolvido para que a Companhia possa oferecer aos seus clientes as várias vantagens que a terceirização de frotas pode trazer, dentre as quais se destacam: (i) redução de custos em relação a uma frota própria, (ii) maior foco da empresa cliente na sua atividade principal, (iii) soluções automotivas customizadas às necessidades do cliente, (iv) desmobilização de capital, (v) maior eficiência nos processos de aquisição e renovação da frota, e (vi) maior controle dos processos de administração de frotas.

O negócio de terceirização de frotas da Unidas compreende a locação de longo prazo (mínimo de 12 meses) de veículos para clientes corporativos e atividades associadas à utilização dos veículos, tais como consultoria na escolha da frota, manutenção dos veículos, contratação de seguros junto às companhias seguradoras e por intermédio de um corretor de seguros, assistência emergencial 24 horas em todo o Brasil e veículo de substituição, dentre outras atividades relacionadas à gestão e administração da frota.

A terceirização de frotas abrange três macro-processos: implantação, gestão de serviços e desmobilização de veículos. Operamos com uma rede que conta atualmente com aproximadamente 2.400 oficinas credenciadas e 128 pontos de atendimento da rede Unidas, incluindo 32 postos de atendimento corporativos localizados em alguns dos clientes da Companhia.

Gerenciamento de Frotas de Terceiros

As competências da Unidas no negócio de terceirização de frotas permitiram à Companhia desenvolver uma solução automotiva também para clientes que possuem sua própria frota de veículos: o gerenciamento de frotas de terceiros. Atualmente, a Companhia possui 23 clientes corporativos nesse negócio e gerencia aproximadamente 2.900 veículos de posse ou propriedade de seus clientes.

A Unidas oferece, neste segmento de negócio, sua experiência, recursos humanos e tecnológicos para proporcionar economia de recursos operacionais e financeiros para os seus clientes, em termos semelhantes aos praticados no segmento de terceirização de frotas. Tendo em vista a similaridade dos negócios, o gerenciamento de frotas permite também à Companhia demonstrar aos seus clientes os benefícios que podem ser gerados pela terceirização da frota, permitindo em alguns casos a migração dos mesmos para esta solução.

Locação de Carros

A Companhia acredita ser a quarta maior empresa no mercado brasileiro no negócio de locação de carros, com cerca de 5,8% da frota do segmento em 31 de dezembro de 2007, segundo dados da ABLA. Neste negócio, a Unidas tinha, em 31 de março de 2008, uma frota com mais de 5.500 carros de

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

diversas marcas e modelos em sua rede de 34 lojas próprias de locação de carros, além de 62 franqueadas.

Neste segmento de negócio, a Companhia atende clientes pessoa física e jurídica, em viagens a negócios e a lazer, através de contratos individuais de curto prazo (de um dia a um mês, em geral). Adicionalmente, visando atender à demanda de frotas corporativas de caráter sazonal ou temporário, a Unidas diversificou sua oferta de locação de carros, oferecendo contratos de locação de médio prazo (cerca de três a nove meses), com tarifas diferenciadas, beneficiando seus clientes. Mais recentemente, a Unidas lançou um novo sistema de locação, com tarifas regressivas em função do número de locações feitas pelo cliente.

A atividade comercial da Companhia é conduzida através de uma organização de vendas diretas a clientes corporativos e a agências de turismo e operadoras turísticas, complementada pela estrutura de vendas dos seus franqueados. Para clientes individuais, a organização de vendas da Companhia é composta pelos seguintes canais de acesso direto: lojas próprias e franqueadas, central de reservas 0800 e *website*. Adicionalmente, a Unidas é fornecedora de companhias de seguros e montadoras para fornecimento de veículos reserva no caso de sinistro ou uso da garantia, respectivamente.

A Companhia acredita que o negócio de locação de carros passará por um processo de concentração natural nos próximos anos, tal como aconteceu nos mercados americano e europeu, ocasionado por necessidade de ganhos de escala, perante a capacidade de investimento e eficiência operacional das grandes empresas do setor.

Franquias

Em complementação às suas atividades de locação de carros, e de forma a aumentar a capilaridade e ritmo de expansão de sua rede em todo o Brasil, a Companhia adotou, desde o início de suas operações, um modelo de franquias como estratégia de crescimento nesse mercado.

No ano de 2005, a Unidas lançou o modelo “Franquia Chave na Mão”, em que o franqueado recebe uma loja pronta para operar, com no mínimo 25 carros disponíveis para locação, o que permitiu uma aceleração do ritmo de expansão de franquias.

Nesse novo modelo, toda a estrutura é montada pela Unidas, de acordo com o modelo de loja da Companhia, e o franqueado não adquire os veículos que serão utilizados em sua operação, mas os aluga da Unidas por meio de contratos em moldes similares aos praticados em terceirização de frotas. Este modelo traz vários benefícios para o franqueado e para a Companhia, como por exemplo: (i) a redução do investimento necessário para abertura da franquia por parte do franqueado; (ii) expansão acelerada da rede de lojas Unidas; (iii) maior controle da parte da Companhia sobre os padrões das lojas franqueadas e frota utilizada (modelos, idade e quilometragem); (iv) potencial de geração de outros negócios para a Companhia; e, (v) atuação da rede Unidas como uma rede integrada de forte geração de negócios.

Atualmente, a Companhia conta com 62 lojas franqueadas distribuídas em localidades estratégicas, atendendo a um plano de expansão nacional.

Como atividade complementar às suas operações, de forma a permitir a constante renovação da sua frota em todos os segmentos, a Companhia realiza a venda de seus veículos previamente utilizados nos negócios de terceirização de frotas e locação de carros. Para isso, a Companhia utiliza dois canais de venda: varejo e atacado. No varejo, que concentra a maioria das vendas, a Companhia conta com uma rede de oito lojas denominadas “Unidas Seminovos”. No atacado, as vendas são realizadas por meio de leilões, vendas a clientes que possuam opção de compra em

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

relação aos veículos por eles utilizados e vendas a empresas intermediárias selecionadas pela Companhia. A Companhia não vende carros de terceiros.

SEGUROS

Contratamos seguros para cobrir os principais riscos decorrentes de nossas atividades, bem como para garantir eventuais danos ocorridos em nosso patrimônio e ativos. As coberturas dos seguros relativas aos riscos decorrentes de nossas atividades variam de acordo com as peculiaridades de segmento em que atuamos.

No negócio de terceirização de frota contratamos seguros para mais de 60% dos automóveis destinados a esta finalidade, cujas coberturas abrangem danos e prejuízos decorrentes de furto, roubo, colisão e responsabilidade civil. Os demais automóveis são segurados diretamente pelos clientes que terceirizam a frota, em cumprimento a cláusula inserida nos contratos firmados com nossa companhia.

Com relação à locação de carros, mantemos um seguro com cobertura de responsabilidade civil contra reclamações de terceiros por danos materiais, danos físicos e morte de terceiros, para pagamento de prejuízos e indenizações que sejam maiores que R\$30 mil, limitado ao montante de R\$50 mil por evento e contratamos seguros tão somente para cobertura de riscos ocasionados à terceiros pelo período em que os carros não estão alugados.

Em geral, os contratos de locação dos nossos carros permitem que o cliente contrate seguro ou assuma o risco de furto, roubo e danos ocorridos com o uso dos nossos carros. Na primeira situação o cliente tem a opção de contratar diretamente um seguro ou nos solicitar que negociemos diretamente com uma seguradora, sendo que nesse último caso, em geral, conseguimos preços mais baixos para nossos clientes. Para os clientes que optam por não contratar seguro, há um limite em sua responsabilidade nos casos de colisão ou furto, razão pela qual corremos o risco de nos responsabilizarmos por valores que ultrapassem aqueles estipulados em contrato. Em certas situações, quando o cliente apresenta um histórico de muitos acidentes, o contrato de locação estabelece que o seguro seja obrigatório.

Os veículos usados destinados à venda também possuem seguros, cujas coberturas entendemos ser suficientes e compatíveis com os riscos deste segmento do negócio.

Em se tratando dos imóveis que alugamos, em 31 de março de 2008, mantemos seguros com coberturas para riscos decorrentes de incêndio, raio, explosão, implosão, vendaval, impacto de veículos, queda de aeronaves, danos elétricos, tumultos e greves, roubo e furto de equipamentos, vidros, equipamentos eletrônicos, luminosos e pagamento de aluguel pelo período de até 6 meses.

Acreditamos que nossas apólices, contratadas junto a renomadas seguradoras, refletem as condições usuais de mercado para os tipos de seguros que contratamos e abrangem coberturas em escopo e montantes considerados suficientemente adequados por nossa Administração e por consultores de seguros.

Embora mantenhamos contratos de seguro dentro das práticas usuais de mercado, existem determinados tipos de risco que podem não estar cobertos pelas apólices (tais como guerra, terrorismo, caso fortuito e de força maior, responsabilidades por certos danos ou poluição ambiental ou interrupção de certas atividades). Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, o investimento realizado pode ser perdido, obrigando-nos a incorrer em custos adicionais para a sua recomposição e reforma, resultando em prejuízos.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

Adicionalmente, não podemos garantir que, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto por nossas apólices, o pagamento do seguro será suficiente para cobrir os danos decorrentes de tal sinistro.

99999-9 UNIDAS S/A

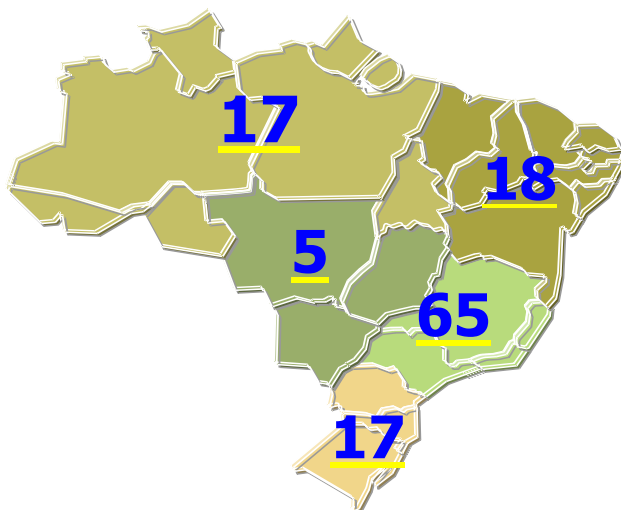
04.437.534/0001-30

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

PONTOS DE ATENDIMENTO UNIDAS

Em 31 de março de 2008, contávamos com uma rede de 122 pontos de atendimento, sendo 34 lojas próprias, 32 postos de atendimento corporativo e 56 lojas franqueadas, distribuídas por todo o território do Brasil.

O mapa seguinte mostra a distribuição de nossos pontos de atendimento pelo território brasileiro em 31 de março de 2008:



	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2005	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2006	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Período de três meses findo em 31 de março de 2008
Pontos de Atendimento				
Próprios	35	33	33	34
Franqueados	38	39	54	56
Postos Corporativos	<u>14</u>	<u>24</u>	26	32
Total	87	96	113	120

MANUTENÇÃO UNIDAS

MANUTENÇÃO UNIDAS

A manutenção preventiva e corretiva dos veículos, oferecida nos contratos de terceirização e gerenciamento de frotas, bem como os que utilizamos na manutenção de nossa frota de locação de carros são geridos por uma equipe técnica própria e são executados por parceiros terceirizados.

A nossa equipe técnica é responsável pela negociação dos serviços a serem executados pelas oficinas parceiras e pelo acompanhamento destes serviços até a liberação do veículo.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

A manutenção é considerada preventiva nos casos em que o veículo não sofreu nenhum tipo de dano ou não há nenhuma reparação a ser feita. Oferecemos também manutenção corretiva dos veículos, que tem lugar sempre que se verifica algum incidente que provoque danos no carro. A manutenção corretiva não está inclusa nas tarifas de terceirização e gerenciamento de frotas, sendo cobrada separadamente do cliente.

Contamos também com uma equipe de desenvolvimento de parcerias de manutenção, que faz o mapeamento das necessidades locais e coordena o processo de credenciamento e descredenciamento de oficinas.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

A Companhia é uma companhia especializada em soluções de gestão e locação de veículos, e acredita ser líder em terceirização de frotas no mercado brasileiro em termos de número de veículos, com uma participação de mercado de 15,0%, em 31 de dezembro de 2007, segundo dados da ABLA.

A Companhia acredita ser a quarta maior empresa no mercado brasileiro no segmento de locação de carros, com cerca de 5,8% da frota do segmento em 31 de dezembro de 2007, segundo dados da ABLA. A Companhia tem atualmente uma frota com mais de 5.500 carros de diversas marcas e modelos em sua rede de 34 lojas próprias e 32 pontos de atendimento corporativo, além de 62 lojas franqueadas (6 das quais foram abertas após 31 de março de 2008).

A indústria de terceirização e gerenciamento de frotas e de locação de carros é altamente competitiva, tanto em termos de preços como em termos de atendimento. A Companhia enfrenta a concorrência de locadoras de veículos nacionais e estrangeiras, de diferentes portes.

No negócio de terceirização e gerenciamento de frotas, além de a Companhia concorrer com os mesmos *players* do ramo de locação de carros, também concorre com empresas que se dedicam exclusivamente ao negócio de terceirização e gerenciamento de frotas.

No setor em que a Companhia atua, existiam, no final de 2007, cerca de 1.900 empresas em operação no Brasil, de acordo com a ABLA. Alguns dos concorrentes da Companhia são estrangeiros e contam com significativos recursos financeiros, podendo suportar estratégias de expansão de sua participação de mercado através de políticas comerciais mais agressivas.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

PROPRIEDADE INTELECTUAL

A marca "Unidas", além de diversas outras marcas utilizadas em nossos segmentos de negócio, está validamente registrada no Brasil junto ao INPI, nas classes de serviços e produtos relativas às nossas atividades. Outras marcas que utilizamos estão em processo de registro junto ao INPI.

Nossas marcas estão registradas em nome da sociedade Novinela B.V. (um acionista da Emissora), que as licenciou gratuitamente, em caráter irrevogável, mas não exclusivo, por prazo indeterminado, mas não superior ao prazo de vigência de cada um dos registros de marca abrangidos pelo contrato, incluindo porém as renovações destes registros, para utilização e exploração pela Companhia por meio de um Contrato de Licença de Uso de Marcas, datado de 2 de janeiro de 2002. Tal documento permite que a Companhia sublicencie as marcas licenciadas a terceiros, incluindo os franqueados da Companhia. Ainda por meio do referido contrato, a Novinela B.V. também licenciou para a Companhia o uso da marca "Unidas" nos seguintes países: Argentina, Chile, Itália, Portugal e Uruguai (nos quais a marca encontra-se devidamente registrada).

A Novinela B.V. é 100% detida pela SAG Automóveis Espanha S.L., que por sua vez é 100% detida por nosso Acionista Controlador.

No dia 19 de outubro de 2007, celebramos um aditamento ao Contrato de Licença de Uso de Marcas com a Novinela B.V., no qual ficou acordada a cessão gratuita de todas as marcas "Unidas" para a nossa Companhia, em caso de rescisão do referido Contrato (nomeadamente, em caso de troca de controle da Novinela).

Somos titulares do nome de domínio "unidas.com.br", entre outros, que se encontram registrados junto ao Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br.NIC.BR (*website* Registro.br).

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO				
4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO 10 - HIPOTECA 11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO 13 - TÉRMINO LOCAÇÃO
14 - OBSERVAÇÃO						
01	Alugada	Rua Cincinato Braga, 340 - conjuntos 61				
São Paulo	SP	0,000	0,000	0	SIM	01/05/2005 30/04/2010
02	Alugada	Av. Fernando Ferrari, 3315 - loja 03				
Vitória	ES	0,000	0,000	0	SIM	01/06/2008 30/04/2013
03	Alugada	R. Cincinato Braga, 340 -Conjuntos 71/72				
São Paulo	SP	0,000	0,000	0	SIM	01/05/2005 30/04/2010
04	Alugada	Rua da Consolação, 343 e 347				
São Paulo	SP	0,000	0,000	0	NÃO SIM	01/03/2007 28/02/2012
05	Alugada	Rua Fagundes Filho, 1113				
São Paulo	SP	0,000	0,000	0	SIM	01/09/2005 31/08/2010

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Antes de tomar uma decisão de investimento nos valores mobiliários a serem ofertados no âmbito da Oferta, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis no Prospecto da Primeira Emissão de Debêntures Simples da Unidas e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos aqui. Caso qualquer dos riscos e incertezas aqui descritos efetivamente venha a ocorrer, os negócios, a situação financeira e/ou os resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados de forma adversa. Os fatores de risco descritos abaixo refletem a situação atual da Companhia.

RISCOS RELACIONADOS A FATORES MACROECONÔMICOS

A Companhia atua no mercado brasileiro, estando sujeita, portanto, aos efeitos da política econômica do Governo Federal.

Freqüentemente, o Governo Federal intervém na economia do país, realizando, ocasionalmente, mudanças drásticas e repentinas na política econômica. As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar políticas econômicas e monetárias têm envolvido alterações nas taxas de juros, flutuação da moeda, controle de câmbio, tarifas e limites à importação, controles no consumo de energia elétrica, entre outras medidas. Essas políticas, bem como algumas condições macroeconômicas, causaram efeitos significativos na economia brasileira, assim como no mercado de capitais brasileiro.

Além disso, discute-se atualmente no Congresso Nacional diversas reformas e/ou medidas que poderão ser aprovadas e implementadas pelo Governo Federal, dentre elas: (i) a reforma tributária, parcialmente implementada; e (ii) a reforma da legislação trabalhista.

Adicionalmente, não há como prever quais diretrizes das políticas econômica e monetária serão adotadas pelo Governo Federal e quais serão os impactos dessas medidas sobre a Companhia.

A adoção de medidas que possam resultar em eventuais flutuações da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, instabilidade social, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal poderão impactar negativamente os negócios, a condição financeira, a capacidade de geração de caixa e os resultados operacionais da Companhia.

A inflação e certas medidas governamentais para contê-la podem ter efeitos adversos sobre a economia brasileira, o mercado de valores mobiliários brasileiro e/ou os negócios da Companhia.

O Brasil experimentou, no passado, taxas de inflação bastante elevadas, que foram reduzidas com a implementação do Plano Real, em 1994. A moeda brasileira, historicamente, vem apresentando desvalorizações freqüentes, criando, assim, pressões inflacionárias adicionais no Brasil, o que resulta na necessidade de adoção de políticas recessivas pelo Governo Federal para conter a demanda agregada.

A inflação, juntamente com medidas governamentais destinadas a combatê-la e as especulações acerca dessas medidas, tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira no passado recente. Em 30 de junho de 1999, o CMN fixou os valores de 3,5%, 4,0%, 5,5%, 4,5%, 4,5% e 4,5% como metas para a variação do IPCA para os anos de 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007 respectivamente, com intervalos de tolerância de dois pontos percentuais acima e abaixo das metas centrais retromencionadas. Nos anos de 2002, 2003 e 2004 entretanto, as metas não foram cumpridas, tendo a inflação atingido 12,5%, em 2002, 9,3%, em 2003, e 7,6%,

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

em 2004. Em 2005, 2006 e 2007, o IPCA foi de 5,7%, 3,1% e 4,5%, respectivamente, tendo sido cumprida a meta.

A inflação medida pelo IGPM foi de 25,3%, 8,7%, 12,4%, 1,2%, 3,8% e 7,8% em 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007 respectivamente.

Caso as taxas de inflação voltem a aumentar, os negócios da Companhia, sua condição financeira e o resultado de suas operações poderão ser afetados negativamente.

Efeitos das Flutuações das Taxas de Câmbio.

A moeda brasileira tem historicamente sofrido freqüentes desvalorizações. No passado, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e fez uso de diferentes políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, pequenas desvalorizações periódicas (durante as quais a freqüência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de câmbio flutuante, controles cambiais e dois mercados de câmbio. As desvalorizações cambiais em períodos de tempo mais recentes resultaram em flutuações significativas nas taxas de câmbio do Real frente ao Dólar em outras moedas. Em 31 de dezembro de 2006, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$2,14 por US\$1,00, o que representa uma valorização do Real de 9,5% desde 31 de dezembro de 2005. Em 31 de dezembro de 2007, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$1,77 por US\$1,00. Não é possível assegurar que a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar irá permanecer nos níveis atuais. Para todas as dívidas contratadas em moeda estrangeira, a Companhia contrata também um derivativo para a proteção cambial, normalmente um *swap*. Dessa forma, os resultados operacionais da Companhia não são diretamente afetados pelas variações cambiais.

A variação das taxas de juros poderá ter um efeito prejudicial sobre as atividades e resultados operacionais da Companhia.

O Comitê de Política Monetária – COPOM estabelece as metas das taxas de juros básicas para o sistema financeiro brasileiro. Em anos recentes, a taxa de juros básica tem oscilado, tendo chegado a, aproximadamente, 45,0% em março de 1999, e caído para 15,25%, em 17 de janeiro de 2001. De fevereiro a julho de 2002, o COPOM diminuiu a taxa básica de juros de 19,0% para 18,0%. De outubro de 2002 a fevereiro de 2003, o COPOM aumentou a taxa básica de juros em 8,5 pontos percentuais, para 26,5%, em 19 de fevereiro de 2003. A taxa básica de juros permaneceu em alta até junho de 2003, quando o COPOM iniciou a trajetória de decréscimo da taxa de juros básica. Posteriormente, ao longo dos anos de 2004, 2005 e 2006, a taxa de juros básica voltou a sofrer variações por decisão do COPOM, sendo que, em 11 de junho de 2008, a taxa básica de juros era de 12,25% ao ano.

A elevação das taxas de juros poderá ter impacto negativo no resultado da Companhia na medida em que pode inibir o crescimento econômico, diminuindo a demandas pelas atividades da Companhia.

A deterioração das condições econômicas e de mercado em outros países, principalmente nos mercados considerados emergentes, pode afetar negativamente a economia brasileira e os negócios da Companhia.

A economia brasileira e as companhias brasileiras têm sido impactadas, em diferentes intensidades, pelas condições econômicas de outros países. Mesmo que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um país pode

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

levar o mercado de capitais de outros países a sofrer flutuações. No passado recente, eventos políticos, econômicos e sociais em países de economia emergente, incluindo os da América Latina, afetaram adversamente a disponibilidade de crédito para empresas brasileiras no mercado externo, resultando em saída significativa de recursos do País e na diminuição na quantidade de moeda estrangeira investida no País.

Não há como garantir que futuros acontecimentos em outros países, principalmente os emergentes, não afetarão a oferta de crédito às companhias brasileiras, podendo, deste modo, vir a afetar negativamente a oferta de crédito para a Companhia, podendo, ainda, resultar em impacto material adverso nos seus resultados.

RISCOS RELACIONADOS À COMPANHIA E AO SETOR

A Companhia está sujeita ao risco de não renovação de contratos de terceirização e gerenciamento de frotas com seus principais clientes.

No negócio de terceirização e gerenciamento de frotas, os 20 maiores clientes da Companhia representam aproximadamente 50,0% de suas receitas brutas e frota. A não renovação de contratos de terceirização e gerenciamento de frotas com tais clientes poderá resultar em uma redução significativa na receita da Companhia e, conseqüentemente, poderá impactar adversamente os negócios, condição financeira e resultados da Companhia.

Os resultados da Companhia podem ser afetados pelo aumento do custo de aquisição de carros novos.

A frota de carros da Companhia é renovada constantemente, após um período de utilização de cada carro de aproximadamente 12 meses, no caso de carros disponibilizados para locação, e de 12 a 36 meses no caso de carros disponibilizados para terceirização de frotas. A Companhia tem se beneficiado de descontos na compra de carros novos em virtude de seu grande volume de compras de tais carros. Os resultados da Companhia podem ser afetados caso se verifique um aumento no custo de aquisição de carros novos, que pode ser provocado quer pelo aumento na demanda por carros novos quer por uma alteração na política de venda praticada pelos fabricantes.

No caso de um aumento na demanda pela compra de carros novos, o que, conseqüentemente, reduzirá a capacidade disponível de produção dos fabricantes de carros no Brasil, ou uma mudança desfavorável na política de venda de carros às empresas de locação de carros e terceirização de frotas, a Companhia poderá não mais gozar da vantagem de obter tais descontos. Como os preços cobrados pela Companhia de seus clientes nas atividades de locação de carros e terceirização de frotas levam em consideração o custo de aquisição de carros novos, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente impactados nas referidas hipóteses.

A diminuição na demanda por carros usados pode impactar adversamente os negócios da Companhia.

Os fabricantes de carros no Brasil não oferecem garantias de recompra de carros usados às empresas que atuam nos segmentos de terceirização de frotas e locação de carros, para protegê-las contra condições desfavoráveis no mercado de comercialização de carros usados. Dessa forma, a venda de carros usados pela Companhia complementa seus negócios de terceirização de frotas e locação de carros.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

No caso de uma redução na demanda por carros usados, os negócios da Companhia podem ser adversamente impactados em razão da redução de sua capacidade de vender os carros usados de sua frota. Ademais, uma redução no valor de venda de carros usados no mercado poderá afetar adversamente os resultados da Companhia, tendo em vista que os preços cobrados pela Companhia de seus clientes nas atividades de locação de carros e terceirização de frotas levam em consideração o valor antecipado de venda dos carros usados.

Os negócios de terceirização e gerenciamento de frotas e de locação de carros são altamente competitivos.

A indústria de terceirização e gerenciamento de frotas e de locação de carros é altamente competitiva, tanto em termos de preços como em termos de atendimento. A Companhia enfrenta a concorrência de locadoras de veículos nacionais e estrangeiras, de diferentes portes.

No negócio de terceirização e gerenciamento de frotas, além de a Companhia concorrer com os mesmos *players* do ramo de locação de carros, também concorre com empresas que se dedicam exclusivamente ao negócio de terceirização e gerenciamento de frotas.

No setor em que a Companhia atua, existiam, no final de 2007, cerca de 1.900 empresas em operação no Brasil, de acordo com a ABLA. Alguns dos concorrentes da Companhia são estrangeiros e contam com significativos recursos financeiros, podendo suportar estratégias de expansão de sua participação de mercado através de políticas comerciais mais agressivas.

O ambiente competitivo neste mercado poderá implicar uma queda de demanda pelos negócios operados pela Companhia ou um aumento nos custos de captação ou retenção de clientes, afetando adversamente o crescimento e a lucratividade da Companhia. Além disso, pelos motivos apontados acima, a Companhia não pode garantir que será capaz de manter ou aumentar sua participação de mercado nos segmentos em que atua, em linha com sua atual estratégia, em especial no negócio de terceirização de frotas, o que pode afetar adversamente seus resultados operacionais.

A redução no ritmo de expansão da economia pode reduzir a demanda por serviços no negócio de locação de carros.

Os resultados das operações de locação de carros da Companhia são fortemente afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil. Uma diminuição da atividade econômica brasileira tipicamente resulta em uma redução nas viagens de lazer e de negócios e, conseqüentemente, no volume de operações no negócio de locação de carros. Caso venha a ocorrer um declínio da demanda por locação de carros, a Companhia poderá ter que reduzir suas tarifas de locação ou o tamanho de sua frota para manter sua competitividade. Estes e outros fatores poderão afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

Os resultados do negócio de locação de carros da Companhia conduzido em aeroportos representa uma parte substancial de suas receitas atreladas a este segmento. Uma diminuição no fluxo de passageiros em aeroportos, provocada por uma diminuição da atividade econômica poderá afetar adversamente os negócios da Companhia, sua condição financeira, seus resultados operacionais e suas perspectivas no negócio de locação de carros.

Adicionalmente, eventos como greves, aumento substancial no preço das passagens aéreas, aumento da violência, acidentes aéreos, incidentes terroristas e ocorrências naturais, podem

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

também contribuir para uma diminuição do fluxo de passageiros em aeroportos, afetando adversamente os negócios da Companhia.

A Companhia está sujeita ao risco de não renovação da concessão em aeroportos.

No Brasil, a Companhia conduz, diretamente, operações de locação de carros em 16 aeroportos, enquanto seus franqueados conduzem operações de locação de veículos em outros 16 aeroportos. Recentemente a INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária outorgou um novo contrato de concessão à Companhia, para o Aeroporto Pinto Martins, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, o qual está em fase de formalização. A Companhia conduz operações em aeroportos no Brasil nos termos de diversos contratos de concessão outorgados pela INFRAERO, autoridades aeroportuárias estaduais e autoridades aeroportuárias municipais. Tais contratos de concessão de uso de área estão sujeitos a procedimentos de licitação quando de seus termos. Os prazos dos contratos de concessão federais celebrados com a INFRAERO, estaduais e municipais variam de 12 a 60 meses, e podem ser renovados por períodos de até 60 meses adicionais, a critério do ente público concedente. Alguns contratos de concessão com autoridades aeroportuárias municipais e entidades privadas em pequenos municípios vigoram por prazo indeterminado. Das mencionadas concessões feitas diretamente à Companhia, cinco expiram em 2009, três em 2010, quatro em 2011, uma em 2012 e três em 2013.

A Companhia não pode prever se continuará a ter sucesso nas licitações para concessões de áreas em aeroportos, nem que obterá êxito na renovação das concessões já obtidas. A não renovação de um número significativo de concessões de uso de área em aeroportos de pequeno porte ou a perda de qualquer concessão em aeroportos maiores poderá gerar uma queda expressiva nas receitas da Companhia no negócio de locação de carros, impactando adversamente seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais.

O negócio da Companhia requer capital intensivo de longo prazo para financiamento da renovação de sua frota e implementação de sua estratégia de crescimento.

A competitividade e a implementação da estratégia de crescimento da Companhia, bem como a competitividade de seu negócio, dependem de sua capacidade de captar recursos para realizar investimentos, renovar e expandir sua frota. A capacidade da Companhia de financiar a renovação de sua frota depende, por sua vez, de sua performance operacional e de sua capacidade de captar recursos.

Não é possível garantir que a Companhia será capaz de obter financiamento em quantidades ou com condições suficientes para custear seus investimentos de capital e sua estratégia de expansão, seja por condições macroeconômicas adversas, seja pelo seu desempenho ou por outros fatores externos ao ambiente da Companhia, o que poderá afetar adversamente sua capacidade de implementar com sucesso sua estratégia de crescimento.

Falhas na renovação da frota podem fazer com que seus negócios de terceirização de frotas e locação de carros se tornem menos competitivos.

A Companhia pode ser adversamente afetada por variações na taxa de juros.

Em 31 de março de 2008, a Companhia tinha um endividamento total no valor de R\$597,3 milhões. Todo o endividamento da Companhia (incluindo seu endividamento denominado em moeda estrangeira) está sujeito a variações da taxa de juros, especificamente do CDI, já

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

contemplados os efeitos das operações de *swap*. Oscilações nas taxas de juros correntes decorrem de diversos fatores fora do controle da Companhia. Caso as taxas de juros aumentem significativamente, as despesas financeiras da Companhia aumentarão e sua capacidade de obter financiamentos poderá diminuir, o que poderá afetar adversamente seus resultados.

Aproximadamente 31% da frota da Companhia foi oferecida em garantia de empréstimos e financiamentos.

Aproximadamente 31% da frota própria da Companhia foi oferecida em garantia de suas operações de empréstimo e financiamento, sob o regime de alienação fiduciária em garantia. O montante total do saldo devedor em suas operações de empréstimo e financiamento, na presente data, é de aproximadamente R\$597,3 milhões. Caso a Companhia não seja capaz de cumprir suas obrigações previstas em tais operações, a totalidade ou parte dos veículos oferecidos em garantia poderá ser retomada pelos respectivos credores e, portanto, não mais estará disponível para sua utilização, o que poderá afetar adversamente suas atividades e resultados.

A Companhia não mantém seguro contra determinados riscos.

A Companhia pode ser obrigada a pagar indenizações significativas por danos pessoais ou materiais que resultem do uso dos carros locados por ela. Ademais, os carros podem sofrer avarias ou podem ser furtados ou roubados. No segmento de locação de carros, a Companhia não mantém apólices de seguro para cobrir os custos de tais sinistros ou para cobrir o conserto ou substituição de carros avariados, furtados ou roubados, exceto seguros para cobrir reclamações de terceiros que tenham um valor mínimo de R\$30,0 mil e máximo de R\$50,0 mil, por sinistro. Em 2006 e 2007 houve, respectivamente, 3.570 e 2.791 eventos não cobertos por apólices de seguros, os quais representaram prejuízos totais no montante de aproximadamente R\$2,0 milhões e R\$2,2 milhões, respectivamente.

A Companhia pode se ver exposta a responsabilidades pelas quais não está segurada e, caso não seja capaz de recuperar tais valores, poderá sofrer um impacto adverso em suas receitas e lucratividade.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados com disputas judiciais e administrativas, as quais podem afetar de forma adversa seus resultados.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e procedimentos administrativos decorrentes do curso normal de seus negócios. Decisões ou acordos desfavoráveis com relação a esses processos ou disputas judiciais poderão resultar em desembolsos de caixa relevantes para a Companhia, o que poderá afetar a sua condição financeira de forma negativa. Em 31 de março de 2008, a Companhia mantinha provisões no valor total de R\$8,6 milhões e depósitos judiciais no valor total de R\$0,3 milhão, constituídas com base em opiniões de seus advogados acerca das chances de decisões desfavoráveis à Companhia. A provisão contábil da Companhia representa aproximadamente 61% do valor total dos processos judiciais e procedimentos administrativos em que está envolvida. Decisões ou acordos desfavoráveis em montantes superiores aos provisionados pela Companhia poderão ter um efeito adverso nos resultados da Companhia.

A Companhia é dependente de seus sistemas de comunicação e informação.

Para realização de suas atividades, a Companhia depende de sistemas eletrônicos e de comunicação e informação, para o adequado controle de sua frota e de seus clientes. Quaisquer

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

falhas nesses sistemas eletrônicos podem dificultar o processo de locação de carros, podendo resultar nomeadamente em perda de reservas, e interferir na habilidade da Companhia de gerir frotas, com possíveis efeitos negativos em seus negócios e resultados. Adicionalmente, a base de dados da Companhia contém informações sobre indivíduos e empresas que são críticas para o seu negócio, e a perda ou vazamento dessas informações para terceiros pode ter um efeito negativo para a Companhia.

A perda de membros da alta administração da Companhia, ou a incapacidade da Companhia de atrair e manter a sua alta administração, pode ter um efeito adverso relevante sobre a sua situação financeira e resultados operacionais.

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em boa medida dos serviços da sua alta administração. Os atuais membros da alta administração da Companhia não estão sujeitos a contrato de trabalho de longo prazo ou a pacto de não-concorrência. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em manter tais pessoas, assim como atrair pessoas com igual qualificação para integrar sua alta administração. Tal fato pode ter um efeito adverso relevante sobre a sua situação financeira e resultados operacionais.

RISCOS RELACIONADOS À OFERTA

A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro para negociação de debêntures poderá dificultar a venda das Debêntures.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta historicamente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Debêntures que permita aos seus subscritores sua alienação, caso estes assim decidam. Dessa forma, os titulares de Debêntures emitidas no âmbito da Oferta podem ter dificuldade em realizar a venda das Debêntures no mercado secundário.

As obrigações da Companhia constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Companhia, com relação às respectivas Debêntures, tais como pedido de recuperação judicial, ou de autofalência pela Companhia, não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão, perda de concessões e vencimento antecipado de outras dívidas. Não há garantias de que a Companhia disporá de recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações, caso em que a Companhia poderá sofrer um impacto negativo relevante nos seus resultados e operações.

Súmula nº 176 do Superior Tribunal de Justiça.

O Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 176, declarando ser “*nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de juros divulgada pela ANBID/CETIP*”. As Debêntures serão remuneradas com referência à taxa paga aos Depósitos Interbancários – DI, divulgada diariamente pela CETIP.

Apesar de a referida súmula não vincular as decisões do Poder Judiciário, existe a possibilidade de, numa eventual disputa judicial, a validade da estipulação da Taxa DI ser questionada.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Eventual rebaixamento na classificação de risco da Oferta poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.

Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Companhia são levados em consideração, tais como sua condição financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, características da Oferta e das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Companhia e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Companhia. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Companhia de honrar seus compromissos financeiros, tais como o pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação à Oferta durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço desses valores mobiliários e sua negociação no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco obtidas com relação às Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

Informações Acerca do Futuro da Unidas.

O Prospecto da Primeira Emissão de Debêntures da Companhia contém informações acerca das perspectivas do futuro da Unidas que refletem as opiniões da Companhia em relação a desenvolvimentos futuros e que, como em qualquer atividade econômica, envolvem riscos e incertezas. Embora a Companhia acredite que as informações acerca das perspectivas do seu futuro sejam baseadas em convicções e expectativas razoáveis, não pode haver garantia de que o desempenho futuro seja consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos na Seção Fatores de Risco, e em outras seções do Prospecto. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações acerca do futuro da Companhia e não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. A Companhia não assume nenhuma obrigação de atualizar ou revisar qualquer informação acerca das perspectivas de seu futuro.

A Emissora pode não conseguir transferir, dentro do prazo estipulado, ao Agente Fiduciário, em alienação fiduciária, veículos em valor suficiente para garantir o saldo devedor das Obrigações Garantidas, o que, acontecendo, provocará o vencimento antecipado das Debêntures.

A Emissora se comprometeu, de forma irrevogável e irretroatável, durante todo o prazo em que as obrigações decorrentes da Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação (Obrigações Garantidas) estiverem vigentes, a transferir e manter em alienação fiduciária, em favor do Agente Fiduciário, nos termos da cláusula 4.4. da Escritura de Emissão, e do Contrato de Alienação, uma quantidade de Bens com Valor de Avaliação (conforme definido na Cláusula 1.5. do Contrato de Alienação) equivalente a 100% (cem por cento) do saldo devedor das Obrigações Garantidas, que será igual ao valor da dívida ainda pendente, apurado trimestralmente pelo Agente Fiduciário. Nesta data, a Emissora não ofereceu nenhum veículo em garantia. A Emissora pode não conseguir transferir, dentro do prazo estipulado, ao Agente Fiduciário, em alienação fiduciária, veículos em valor

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

suficiente para garantir o saldo devedor das Obrigações Garantidas, o que, acontecendo, provocará o vencimento antecipado das Debêntures.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

EMPRESA CONTROLADORA

SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA, sociedade aberta, sociedade organizada e existente sob as leis de Portugal, com sede na Estrada de Alfragide, nº. 67, 2614-519 Amadora, Portugal. A SAG GEST tem como objeto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades econômicas.

SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA, sociedade aberta, sociedade organizada e existente sob as leis de Portugal, com sede de Euros 1 cada, todas elas admitidas à negociação na Euronext Lisbon.

PONTOS FORTES

- **Liderança em mercado crescente e com tendência natural de concentração.** Em termos de faturamento, o negócio de terceirização de frotas no Brasil apresentou crescimento médio (CAGR) de 9,5% ao ano, nos últimos três anos, segundo dados da ABLA. O crescimento médio da Companhia, também em termos de receita bruta, foi superior ao verificado nesse segmento, registrando um crescimento médio (CAGR) de 34,2% ao ano, nos últimos três anos. Por ser ainda um mercado fragmentado no Brasil, e por apresentar índices de penetração no Brasil inferiores aos registrados no mercado europeu – 5,6% de carros terceirizados, no total da frota corporativa brasileira, de acordo com as estimativas da Emissora, contra, por exemplo, 15,75% em Portugal, segundo estimativas da Companhia, e 58,3% na Holanda, segundo dados da Datamonitor –, a Companhia acredita que o negócio de terceirização de frotas possui alto potencial de crescimento no Brasil. Nesse contexto, a liderança no mercado de terceirização de frotas coloca a Unidas em posição privilegiada para aproveitar as oportunidades que surgem em função de tal crescimento, uma vez que o mercado apresenta barreiras naturais à entrada de novos concorrentes e, conseqüentemente, tendências de concentração naturais, como se tem verificado nos últimos anos.
- **Principal fonte de receita com baixa volatilidade e baixo custo de expansão.** No período de três meses findo em 31 de março de 2008, 74,1% da receita líquida atual da Companhia é proveniente do negócio de terceirização de frotas. A motivação para as empresas terceirizarem as frotas ao invés de serem proprietárias de suas frotas é que a terceirização permite que essas empresas reduzam custos, desmobilizem capital e mantenham foco no seu principal negócio. Isso leva a Companhia a crer que a demanda neste segmento irá crescer independentemente das condições econômicas. Adicionalmente, o segmento de terceirização de frotas se caracteriza por contratos corporativos de prazo superior a um ano, o que propicia à Companhia uma fonte de receita mais previsível. A Companhia acredita, ainda, que, como vantagem em relação à concorrência, o seu foco no negócio de terceirização de frotas lhe permite a expansão da carteira e volume de negócios não necessariamente incorrendo em elevados custos operacionais e administrativos incrementais, tendo em vista que a Companhia pode usar a mesma estrutura administrativa e operacional, proporcionando um aumento progressivo das margens (alavancagem operacional).
- **Ganhos de escala proporcionados pelo volume de operações.** A frota Unidas conta atualmente com cerca de 32.000 veículos. Devido às suas atividades, a Unidas é um dos maiores compradores de carros novos fabricados pelas principais montadoras do Brasil, nomeadamente da General Motors, Fiat e Volkswagen, o que lhe permite ganhos de escala.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Em 2007, a Unidas comprou um total de 18.823 carros, o que corresponde a aproximadamente 0,8% do total de vendas de carros novos no mercado interno brasileiro. No período de três meses findo em 31 de março de 2008, a Companhia comprou um total de 4.977 carros, o que corresponde a aproximadamente 0,8% do total de vendas de automóveis e veículos comerciais leves novos no mercado interno brasileiro nesse período. O elevado volume de operações firmado com as montadoras e também com outros parceiros envolvidos na cadeia de atividades da Unidas (companhias de seguros, oficinas de manutenção e fornecedores de consumíveis e peças, entre outros) permite à Companhia acordar termos e condições operacionais e comerciais mais favoráveis, comparados aos normalmente praticados no mercado, fator importante para a rentabilidade de empresas do setor de atividade da Companhia.

- **Qualidade dos serviços e imagem amplamente reconhecida no mercado.** Um dos pontos chave do negócio da Unidas é a qualidade do seu serviço, à qual a Companhia acredita estar associada à sua marca. Por esse motivo, a Unidas investe constantemente tempo e recursos significativos em seu capital humano, desenvolvendo as melhores práticas de treinamento e selecionando pessoas qualificadas para integrar as suas equipes, para que sejam capazes de prestar um atendimento flexível, cordial e eficiente. Neste contexto, a Companhia implementou a “Universidade Unidas”, destinada a oferecer treinamento e capacitação técnica e comercial para franqueados, atendentes e colaboradores. Outras iniciativas importantes para melhorar a qualidade dos serviços da Unidas foram feitas na melhoria de gestão de processos, atividade fundamental da Companhia. Em junho de 2007 foi criada a *Diretoria de Qualidade e Ouvidoria*, focada exclusivamente em assegurar melhorias significativas no atendimento aos clientes. Em pesquisa de imagem de marca, realizada em maio de 2005 pela *Research International Brazil*, a Unidas obteve uma avaliação muito positiva com um reconhecimento de marca de aproximadamente 80,0% da amostra. Na mesma pesquisa, a Unidas obteve a melhor avaliação do mercado na categoria “atendimento”, um dos pontos chave do seu negócio, juntamente com a qualidade do seu serviço.
- **Modelo de negócio integrado que favorece sinergias (cross selling).** A atuação da Companhia em atividades que se complementam potencializa a cadeia de relacionamento Unidas e as oportunidades de oferta dos seus negócios (*cross selling*), otimiza a utilização da estrutura corporativa da Companhia, em razão da utilização da mesma base administrativa para os seus segmentos de negócio, e, adicionalmente, fortalece a marca Unidas, que é utilizada de forma única e integrada nos diferentes negócios. A equipe comercial da Companhia atua tanto na captação e relacionamento de clientes de terceirização como de locação de carros, potencializando desta forma o resultado de cada abordagem comercial.
- **Forte comprometimento do Grupo SAG e Gestão Institucionalizada.** A Unidas conta com forte comprometimento por parte do Grupo SAG, grupo controlado pelo Acionista Controlador da Companhia, o qual tem dado amplo suporte às atividades da Unidas. O Grupo SAG, além do apoio financeiro que tem prestado como acionista, tem disponibilizado à Companhia uma gestão técnica altamente qualificada, acesso a fontes diversificadas de capital, acesso aos contatos internacionais, à experiência na gestão de parcerias e ao amplo *know-how* do Grupo em soluções automotivas, sobretudo no negócio de terceirização de frotas em Portugal, Espanha e Polônia.

ESTRATÉGIA

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

- **Expandir as operações da Companhia a fim de explorar o potencial do mercado.** A Unidas continuará a expandir seus negócios de terceirização de frotas, visando preservar sua posição de liderança e ampliar sua participação nesse negócio no Brasil. Os esforços comerciais e investimentos em expansão estão concentrados nesse segmento, que a Companhia acredita ter um alto potencial de crescimento e uma rentabilidade crescente. Além disso, a Companhia buscará aumentar seu negócio de locação de carros, explorando o esperado crescimento da economia e a conseqüente expansão da base de clientes. Nesse sentido, a Companhia acredita que um aumento no número de passageiros viajando tanto a negócios como a turismo e um aumento nas atividades da indústria de convenções e eventos contribuirão para o crescimento de suas atividades.
- **Aumentar a base de clientes e de produtos através da oferta integrada de soluções automotivas.** A plataforma de negócios da Companhia é composta por atividades que se beneficiam de significativas sinergias entre si, oferecendo oportunidades de *cross selling* entre elas, o que permite à Companhia oferecer propostas de maior valor agregado em um mercado em expansão. Por essa razão, a Companhia pretende continuar a explorar comercialmente essas oportunidades por meio de uma equipe capaz de oferecer a seus clientes soluções automotivas integradas, como, por exemplo, a venda aos usuários de terceirização de frotas de contratos de locação de carros. Adicionalmente, a Companhia pretende continuar a usar informações detidas por cada uma de suas linhas de negócios e subsidiárias, especialmente no que se refere a base de dados de clientes, o que, a Companhia acredita, lhe permite identificar as necessidades de seus clientes e lhes propor soluções automotivas para seus negócios, potencializando assim o aumento de suas vendas e de sua rentabilidade.
- **Expandir a rede Unidas com base no modelo diferenciado de franquias.** Beneficiando-se de seu *know-how* e marca forte, a Companhia pretende expandir sua rede de lojas próprias e franqueadas. Essa expansão será focada em cidades brasileiras que apresentem elevados índices de crescimento econômico, nas quais novas indústrias, a expansão do agronegócio e novas rotas aéreas criem um ambiente de negócios atrativo para a Companhia. Nesse sentido, a Companhia continuará a investir no modelo “Franquias Chave na Mão”, pois acredita que ele lhe permite atrair mais franqueados e acelerar assim o seu processo de expansão no negócio de locação de carros. Nesse modelo, o custo de implementação de uma loja para o franqueado é menor que o custo num modelo tradicional de franquias, tornando o negócio mais atrativo para os potenciais franqueados, possibilitando a expansão das operações em locação de carros da Companhia por todo o Brasil, através de um modelo uniforme de lojas, veículos e serviços. De forma complementar, a Companhia acredita que o crescimento do negócio de locação de carros oferecerá oportunidades também em terceirização e gerenciamento de frotas, sendo um importante ponto de apoio para estes negócios, dada a expansão de lojas Unidas por todo o território nacional.
- **Manter uma sólida estrutura financeira e operacional que permita acompanhar o desenvolvimento do mercado.** A Companhia pretende continuar implementando políticas que mantenham níveis de disponibilidade de caixa e endividamento adequados às suas necessidades operacionais, através de uma política de diversificação de fontes de financiamento bem como uma gestão financeira baseada nas políticas financeiras definidas no Comitê de Riscos Financeiros do Grupo SAG (ALCO). A Companhia possui outros Comitês especializados de gestão como os Comitês de Risco Automóvel e de Crédito, que são fóruns determinantes para a otimização da relação de risco-retorno dos seus negócios. No primeiro, a Companhia continuará a monitorar ativamente as oscilações e tendências no mercado

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

automobilístico, e, com base nessas informações – as quais são complementadas com o conhecimento de especialistas no mercado – e em um conjunto de ferramentas gerenciais, a Companhia determinará, caso a caso, a depreciação e valor residual dos seus ativos. No segundo, a Companhia continuará a analisar e escolher o perfil dos seus clientes através da aplicação de políticas de avaliação, concessão, monitoramento e controle do crédito. A Companhia buscará, ainda, maior eficiência operacional, continuando a investir tanto em suas tecnologias de informação como na formação de seu pessoal, mantendo e desenvolvendo seu programas de treinamento, como a “Universidade Unidas”, destinada a oferecer treinamento para franqueados, atendentes e colaboradores.

RECURSOS HUMANOS

Em 31 de março de 2008, contávamos com 712 colaboradores, sendo 217 em nossa administração e 495 em nossas lojas. Todos os nossos colaboradores são contratados na forma da lei.

A tabela a seguir apresenta a evolução de nosso quadro de colaboradores, nas datas indicadas:

Funcionários	2005	2006	2007	Em 31 de março de 2008
Administração	204	244	254	217
Lojas	377	368	407	495
Total	581	612	661	712

Treinamento e Aperfeiçoamento

Contamos com uma grade de treinamentos que visa satisfazer nossas necessidades e dos nossos colaboradores, em termos de informação, formação e desenvolvimento, colaborando para que todas as áreas consigam cumprir suas metas anuais.

Desenvolvemos nosso treinamento através da Universidade Unidas, que foi criada com a finalidade dar suporte aos negócios preparando nossos colaboradores de forma alinhada com nossas estratégias e necessidades.

Através da Universidade Unidas procuramos aprimorar e ampliar o nível de conhecimentos gerais e específicos dos nossos colaboradores, para que sejam um diferencial competitivo, através, nomeadamente, das seguintes ações:

- garantir que cada colaborador possui horas de treinamento efetuados pela Universidade Unidas e/ou através de formação específica nas lojas;
- garantir por meio de um processo de monitoramento, o entendimento de procedimentos, conceitos e sistemas validados e disponibilizados para nossa rede;
- buscar ao final de cada treinamento, por meio das avaliações recebidas, informações que possam contribuir para a melhoria de todos os programas de treinamento; e

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

- buscar uniões no mercado de desenvolvimento humano, que atendam e favoreçam os objetivos dos programas de treinamento estabelecidos, com foco no atendimento das demandas definidas por nossas várias áreas.

Remuneração

No período encerrado em 31 de março de 2008, nossa folha de pagamento, somando remuneração, encargos sociais e benefícios, totalizou R\$12,5 milhões, dos quais aproximadamente R\$3,3 milhões se destinou ao pagamento de comissões e benefícios. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, esse valor foi de R\$39,0 milhões, dos quais R\$8,7 milhões se destinou ao pagamento de comissões e benefícios. Em 2006, nossa folha de pagamento, somando remuneração, encargos sociais e benefícios, totalizou R\$28,4 milhões e em 2005, R\$24,0 milhões.

Benefícios

Administramos nossa política de benefícios com o intuito de proporcionar a nossos colaboradores segurança e bem-estar, tanto no ambiente interno quanto externo.

Estendemos aos nossos empregados um pacote de benefícios, que inclui, entre outros: assistência médica e odontológica fornecida pelo Bradesco Saúde; vale-transporte; vale refeição; e, seguro de vida.

Nosso custo mensal com benefícios totaliza, aproximadamente R\$0,4 milhão.

Profissionais Terceirizados

Possuímos contratos de prestação de serviços em diversas áreas tais como: serviços de limpeza, serviços de vigilância, serviços de segurança, serviços especializados na área de informática, serviços de *call center*, compreendendo as atividades de telemarketing, atendimento multimarcas e de suporte ao atendimento a clientes.

Saúde e Segurança Ocupacional

Além das obrigações legais e decorrentes de normas coletivas relativas à rotina do contrato de trabalho, a legislação trabalhista exige do empregador cuidados especiais para o exercício das atividades laborais e que dizem respeito ao meio ambiente do trabalho.

Damos grande importância e aplicamos rigidamente as orientações do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), visando à preservação da saúde e a integridade dos nossos colaboradores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e controle dos riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho. Observamos, ainda, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), o qual visa à promoção e preservação da saúde de nossos empregados, através da prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce de qualquer agente nocivo à saúde relacionados ao trabalho.

Relações com Sindicatos

Somos representados em todo o Brasil pelo Sindicato SINDILOC – Sindicato das Empresas Locadoras de Veículos Automotores do Estado em Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Campo Grande, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Maceió, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luis, São Paulo e Vitória. Temos um bom relacionamento com nossos empregados e com os

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

sindicatos que os representam. Anualmente são negociados os reajustes salariais nos meses de janeiro a dezembro. No ano de 2007 estes reajustes variaram no percentual de 4% a 5,5%.

Não registramos nenhuma ocorrência de greve na Companhia nos últimos dez anos.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Um montante estimado em 80% dos recursos provenientes da primeira oferta de debêntures simples da Unidas ("Oferta"), equivalente a cerca de R\$200,0 milhões, será prioritariamente utilizado para abater parte do endividamento da Companhia.

As dívidas selecionadas são aquelas com prazos de vencimento entre 31 de julho de 2008 e 31 de julho de 2009, sujeitas a taxas de juros que variam entre CDI+1,44% e CDI+3,25%, as quais são integralmente referentes a financiamentos contraídos para aquisição de veículos para a nossa frota, dos nossos principais fornecedores.

Além disso, um montante estimado em 20% dos recursos provenientes da Oferta, equivalente a aproximadamente R\$50,0 milhões, será utilizado na aquisição de veículos, no curso normal dos negócios da Companhia, e para reforçar seu capital de giro. A maioria dos veículos a adquirir se destinarão ao negócio de terceirização de frotas, de forma a apoiar a estratégia de crescimento da Companhia. Nesse negócio, geralmente são os clientes que definem as especificações dos veículos que são adquiridos para a locação, de acordo com suas preferências e necessidades. A Companhia irá também adquirir veículos para aumentar a frota de locação de carros disponível em suas lojas próprias e franqueadas.

A tabela abaixo resume os percentuais aproximados das destinações que a Companhia pretende dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta:

Uso	Percentual
Pagamento de dívidas de curto prazo	80%
Aquisição de veículos novos e Capital de giro	20%
Total	100%

Com relação ao orçamento de capital, no intuito de sedimentar sua participação no mercado brasileiro, bem como ampliá-la, em 3 de julho de 2008 os acionistas da Companhia aprovaram orçamento de capital que consiste em investimentos para (i) a aquisição de novos veículos, destinados a atender o crescimento da demanda nos segmentos de terceirização de frotas e *rent a car*, mercados em que atua a Companhia; (ii) a aquisição *hardware* e *software*, destinados ao aprimoramento dos sistemas da Companhia, de forma a sustentar o crescimento desta.

Utilização dos Recursos	R\$ 11.820 milhões
Aquisição de novos Veículos	R\$ 11.763.264,00
Aquisição de hardware e software	R\$ 56.736,00
Total	R\$ 11.820 milhões

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

Nossas atividades não estão sujeitas a licenciamento ambiental específico.

Nossos veículos causam a poluição inerente à utilização de um automóvel moderno. Porém, acreditamos que a poluição causada pela nossa frota é bastante mitigada pelo fato de a maioria de nossos veículos utilizarem motores *flex*, que permitem a utilização de biocombustível (álcool).

Embora não tenhamos aderido a padrões internacionais de proteção ao meio ambiente, apoiamos o *World Wildlife Fund* no Brasil (WWF Brasil), organização não-governamental responsável por vários programas de proteção ambiental no Brasil.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

16.01 - AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO	3 - % PATRIM. LÍQUIDO	4 - % LUCRO LÍQUIDO	5 - PROVISÃO	6 - VL.PROVISIONADO (Reais Mil)	7 - VL. TOTAL AÇÕES (Reais Mil)
8 - OBSERVAÇÃO						
01	TRABALHISTA	0,01	0,20	SIM	4.225	5.269
02	FISCAL/TRIBUTÁRIA	0,03	0,50	SIM	9.802	9.717
03	OUTRAS	0,01	0,01	SIM	510	2.929

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Contrato de Licença de Uso de Marcas com a Novinela B.V.

As marcas da Companhia estão registradas em nome da sociedade Novinela B.V., uma sociedade do Grupo SAG, detida a 100% pela SAG Automóveis Espanha S.L., que por sua vez é detida a 100% pelo Acionista Controlador da Companhia. A Companhia celebrou um Contrato de Licença de Uso de Marcas com a Novinela B.V., por força do qual esta empresa licenciou gratuitamente à Companhia, em caráter irrevogável, mas não exclusivo, por prazo indeterminado, mas não superior ao prazo de vigência de cada um dos registros de marca abrangidos pelo contrato, incluindo porém as renovações destes registros, todas as marcas "Unidas", autorizando assim a utilização e exploração das mesmas pela Companhia. Tal documento permite ainda à Companhia sublicenciar as marcas licenciadas a terceiros, incluindo a seus franqueados. Ainda por meio do referido contrato, a Novinela também licenciou para a Companhia o uso da marca "Unidas" nos seguintes países: Argentina, Chile, Itália e Portugal (nos quais a marca encontra-se devidamente registrada).

No dia 19 de outubro de 2007, a Companhia celebrou um aditamento ao Contrato de Licença de Uso de Marcas com a Novinela B.V., no qual ficou acordada a cessão gratuita de todas as marcas "Unidas" para a Companhia, em caso de rescisão do referido Contrato.

Contrato de Empréstimo

Por contrato datado de 6 de março de 2008 e aditado no dia 02 de junho de 2008, a SAG concedeu à Emissora um empréstimo, no valor de R\$49,4 milhões, com vencimento em 31 de julho de 2012. Não incide sobre o valor do empréstimo qualquer percentual de juros remuneratórios. Os recursos deste empréstimo foram utilizados para liquidação de dívidas de curto prazo da Companhia. Por aditamento datado de 2 de junho de 2008, a SAG e a Companhia acordaram em prorrogar o prazo de vencimento do Contrato de Empréstimo para o dia 31 de julho de 2012, com possibilidade de liquidação antecipada, em caso de oferta de ações da Companhia, e em alterar a moeda convencionada de Euros para Reais, convertendo €19.5 milhões, em R\$49.4 milhões.

Volpe Holdings, LLC

Contrato de Empréstimo, celebrado em 23 de novembro de 2004 entre a Volpe Holdings, LLC e a SAG do Brasil S.A. (anterior denominação da Companhia), tendo como intervenientes-anuentes a SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., sociedade aberta, Novinela B.V. e SAG Automóveis Espanha, SL, com a finalidade de adquirir novos veículos para suportar o crescimento da Companhia. O empréstimo tem valor limite de US\$ 16,0 milhões e o prazo do Empréstimo é de 7 anos, a contar da Data de Desembolso, em 2011. A taxa de juros é de 11,5% ao ano. Como garantia, a SAG do Brasil S.A. emitiu, na Data do Desembolso (a) uma Nota Promissória com vencimento à vista, no valor de US\$ 24,7 milhões, refletindo o montante do total do principal e dos Juros Básicos incidentes sobre o Empréstimo e (b) uma Nota Promissória, com vencimento à vista, no valor de US\$ 1,5 milhões, refletindo o montante relativo aos Juros Adicionais máximos incidentes sobre o Empréstimo.

Contrato de Empréstimo com o Espírito Santo Investment, plc.

Contrato de Empréstimo, celebrado em 11 de maio de 2005 entre a Espírito Santo Investment,plc e a Companhia, tendo como garantidor o Acionista Controlador, com a finalidade de adquirir novos veículos para suportar o crescimento da Companhia. O empréstimo tem valor de US\$10,0 milhões e seu prazo é de 7 anos, sendo que sua amortização se dará em prestações iguais e semestrais a partir de março de 2010, até março de 2012. A taxa de juros é Libor acrescida de 1,5% ao ano, pagos em períodos semestrais, sendo que o primeiro pagamento ocorreu em setembro de 2005. Como garantia, o Acionista Controlador prestou aval no valor integral da obrigação.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

ESTATUTO SOCIAL

DA

UNIDAS S.A.

C.N.P.J./M.F. nº 04.437.534/0001-30

N.I.R.E. 35.300.186.281

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, OBJETO SOCIAL, SEDE E DURAÇÃO

Artigo 1º - UNIDAS S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações regida por este Estatuto Social e pela legislação vigente que lhe for aplicável.

Artigo 2º - A Companhia tem por objeto:

- (a) a locação de veículos automotores e equipamentos e a prestação de serviços correlatos e derivados;
- (b) a concessão de licenças para uso de sua marca de serviços de locação e do sistema operacional de locação;
- (c) o uso, sob licença ou sublicenciamento, de marcas de serviços de locação e do sistema operacional de locação das empresas do grupo ou de terceiros;
- (d) o agenciamento de publicidade em veículos de comunicação e a prestação de serviços de propaganda e marketing;
- (e) a prestação de serviços de transporte em geral, sob qualquer título e modalidade;
- (f) a prestação de serviços de terceirização de frotas e seus correlatos e derivados, com o respectivo gerenciamento de seus veículos e equipamentos componentes, bem como do pessoal e recursos humanos que os operam;
- (g) a prestação de serviços gráficos;
- (h) a locação e sublocação de motocicletas e outros meios de transportes; e
- (i) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

Artigo 3º - A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e poderá, por deliberação da Diretoria, abrir filiais ou escritórios em qualquer localidade do território nacional ou do exterior.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II. - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$384.751.949,01 (trezentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e um mil, novecentos e quarenta e nove reais e um centavo), dividido em 128.250.649 (cento e vinte e oito milhões, duzentos e cinquenta mil, seiscentas e quarenta e nove) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal

§ 1º - O capital social é representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária confere a seu respectivo titular o direito a um voto nas Assembléias Gerais.

§ 2º - As ações da Companhia poderão ter a forma escritural, caso em que devem ser mantidas em conta de depósito em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Pode ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do Art. 35 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações").

§ 3º - É vedada à Companhia a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Artigo 6º - O capital social da Companhia pode ser aumentado até 121.018.154 (cento e vinte e um milhões, dezoito mil, cento e cinquenta e quatro) ações, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que será competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite de autorização conferido pelo Estatuto Social.

§ 1º - A Companhia pode, no limite do capital autorizado estabelecido no *caput* deste artigo e de acordo com o plano aprovado pela Assembléia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores, empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas.

§ 2º - Fica excluído o direito de preferência, na emissão de ações, debêntures conversíveis em

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

Artigo 7º - Na subscrição de ações, os acionistas terão direito de preferência na proporção do número das ações já possuídas. Havendo sobras, os demais acionistas, dentro do prazo estipulado em assembléia geral, terão preferência para a sua subscrição nas respectivas proporções.

CAPÍTULO III. - ADMINISTRAÇÃO

Artigo 8º. - A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, órgãos que terão sua instalação, composição e atuação pautadas pelas disposições legais aplicáveis e pelo presente Estatuto Social.

Seção I. - Conselho de Administração

Artigo 9º. - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 15 (quinze) membros, pessoas físicas, acionistas da Companhia, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

§ 1º - No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração devem ser Conselheiros Independentes, conforme previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Quando, em decorrência da observância desse percentual, resultar número fracionário de Conselheiros, deve-se proceder ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, em caso de fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, em caso de fração inferior a 0,5 (cinco décimos).

§ 2º - A qualificação como Conselheiro Independente deve ser expressamente declarada na Ata da Assembléia Geral que o elege.

§3º - Os Conselheiros serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição, e, após a adesão da Companhia ao Novo Mercado, pela prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

§4º - Entre os membros do Conselho de Administração, um será designado pela Assembléia Geral para ocupar o cargo de Presidente.

Artigo 10. Ocorrendo vacância no Conselho de Administração, os conselheiros remanescentes poderão indicar um substituto, o qual permanecerá no cargo até a primeira Assembléia Geral, quando será eleito o novo conselheiro, que deverá permanecer no cargo até o final do mandato do membro substituído. Ocorrendo a vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, a Assembléia Geral deverá ser convocada para proceder a nova eleição.

Parágrafo Único - Em qualquer hipótese, o prazo de gestão dos administradores estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

Artigo 11. - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, uma vez por bimestre, conforme datas a serem fixadas na primeira reunião de cada ano civil, ou, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros. A convocação para reuniões extraordinárias, ou no caso de alteração das datas fixadas para as reuniões ordinárias, deverá ser enviada com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência e feita por correspondência com aviso de recebimento, fac-símile, telegrama ou outro meio idôneo, ou pré-acordo escrito, e indicar expressamente a ordem do dia (agenda da reunião).

§ 1º - As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros. O membro do Conselho de Administração que não puder comparecer às reuniões poderá designar outro membro do Conselho para representá-lo, o qual, assim, disporá, além de seu voto, do voto do membro do Conselho que representar.

§ 2º - As reuniões do Conselho serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por outro membro do Conselho por ele indicado. De cada reunião será lavrada ata, que será assinada por todos os membros presentes e transcrita no livro de registro próprio e, sempre que contenham deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, seus extratos deverão ser arquivados na Junta Comercial e publicados.

§ 3º - Na ocorrência de empate nas reuniões do Conselho de Administração, caberá ao Presidente do Conselho o voto de desempate.

§ 4º - As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por conferência telefônica

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

ou vídeo conferência ou equipamento de comunicação similar, por meio do qual todos os participantes da reunião possam escutar simultaneamente uns aos outros, sendo assim considerados presentes à reunião. Nessa hipótese, após a reunião, o Presidente da reunião fará com que seja lavrada a respectiva ata, que será enviada aos demais Conselheiros por qualquer meio, impresso ou eletrônico, e as deliberações aprovadas na reunião somente terão eficácia após a devolução da respectiva ata ao Presidente da reunião do Conselho de Administração, devidamente assinada por cada um dos Conselheiros presentes à reunião, o que poderá ser feito por fax nos 15 (quinze) dias seguintes à reunião. O Presidente do Conselho de Administração tomará as providências necessárias para que 4 (quatro) vias originais da ata sejam assinadas pelos Conselheiros presentes à reunião.

Artigo 12. - Sem prejuízo dos demais poderes e atribuições conferidos pela Lei e pelo presente Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) eleger e destituir os Diretores da Companhia; (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e quaisquer documentos da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e sobre quaisquer outros, atos ou operações inerentes aos negócios da Companhia; (iv) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (v) propor a destinação de resultados do exercício social e manifestar-se previamente sobre planos operacionais e orçamentos; (vi) declarar dividendos intermediários; (vii) escolher e destituir a auditoria externa da Companhia; (viii) estabelecer o rateio da remuneração global dos administradores, aprovada pela Assembléia Geral, entre os membros do Conselho de Administração e os membros da Diretoria; (ix) convocar a Assembléia Geral; (x) manifestar-se previamente sobre a outorga de avais e garantias ou constituição de ônus reais de qualquer espécie ou natureza, inclusive hipotecária, sobre a aquisição de bens imóveis; (xi) aprovar previamente a venda, transferência, arrendamento, permuta ou outro ato de alienação ou disposição de direitos sobre todos ou substancialmente todos os ativos ou linhas de negócio da Companhia ou suas subsidiárias, em uma transação única ou por meio de uma série de transações relacionadas, cujo valor exceda o montante fixado pelo Conselho de Administração; (xii) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Art. 6º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive o preço e o prazo de integralização; (xiii) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação; (xiv) outorgar opção de compra ou subscrição de ações da Companhia, de acordo com o plano aprovado em Assembléia Geral; (xv) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, nos termos do Art. 59, §1º da Lei das Sociedades por Ações, bem como a emissão de notas promissórias ou qualquer outro tipo de valor mobiliário representativo da dívida da Companhia, não conversível em ação e sem

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

garantia real, no Brasil ou no exterior, em todos os casos desde que não sejam subordinados às demais dívidas da Companhia; (xvi) definir a lista tríplice de sociedades especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, na forma definida no Art. 43 - deste Estatuto Social; (xvii) aprovar o Manual de Governança Corporativa da Companhia; (xviii) aprovar a aquisição pela Companhia de negócios ou participações societárias em outras sociedades; (xix) supervisionar as atividades da auditoria interna da Companhia; (xx) criar comitês de caráter consultivo no âmbito do Conselho de Administração e da Diretoria, permanentes ou temporários, para apreciar e opinar sobre quaisquer matérias que venham a ser solicitadas pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria; e (xxi) alterar o endereço da sede social da Companhia.

Seção II. - Diretoria

Artigo 13. - A Diretoria, órgão de representação da Companhia, será composta por 4 (quatro) a 7 (sete) membros, acionistas ou não, sendo, dentre eles, um Diretor Presidente, um Diretor Comercial, um Diretor de Operações e Redes, um Diretor de Gestão de Valores Residuais, um Diretor de Tecnologia e Informação, um Diretor de Recursos Humanos e um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Os Diretores podem cumular cargos, conforme deliberação do Conselho de Administração.

§ 1º - Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição, e, após a adesão da Companhia ao Novo Mercado, pela prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

§ 2º - Findo o mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura de seus sucessores.

§ 3 - No caso de vacância de cargo na Diretoria, o Diretor Presidente deverá indicar, dentre os demais Diretores da Companhia, aquele que deverá cumular as funções do cargo vago, até a primeira Reunião do Conselho de Administração, quando será eleito o novo Diretor, que deverá permanecer no cargo até o final do mandato do Diretor substituído. No caso de vacância do cargo de Diretor Presidente, caberá ao Presidente do Conselho de Administração indicar, dentre os demais Diretores da Companhia, aquele que deverá cumular as funções do Diretor Presidente, até a primeira Reunião do Conselho de Administração, quando será eleito o novo Diretor Presidente,

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

que deverá permanecer no cargo até o final do mandato do Diretor substituído.

§ 4º - Em suas faltas ou impedimentos ocasionais, os Diretores poderão ser substituídos por outro diretor, que acumulará plenamente as suas funções e as do substituído, votando por si e pelo substituído.

Artigo 14. - A Diretoria reunir-se-á regularmente; e com periodicidade mínima de 15 (quinze) dias, ou sempre que necessário, sujeita à ordem do dia (agenda) circulada entre seus membros com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência e deliberará com a presença da maioria dos seus membros.

Parágrafo Único - As deliberações da Diretoria serão lavradas em ata, a qual será transcrita em Livro de Atas de Reuniões da Diretoria e, sempre que contenham deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, seus extratos devem ser arquivados na Junta Comercial competente e publicados.

Artigo 15. - Compete à Diretoria, observado o disposto nos Art. 23 e 24 abaixo, dentro da orientação e dos limites fixados pelo Conselho de Administração, a representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais estaduais ou municipais, bem como autarquias sociedades de economia mista e entidades paraestatais, para a prática de todos os atos e negócios jurídicos em geral necessários ao funcionamento regular e ao desenvolvimento das atividades contempladas no objeto social da Companhia.

§ 1º - Compete ainda à Diretoria a apresentação do Plano Anual de atividades e a proposta das linhas estratégicas da Companhia, ao Conselho de Administração.

§ 2º - A Diretoria deverá comunicar ao Conselho de Administração a venda, transferência, arrendamento, permuta ou outro ato de alienação ou disposição de direitos sobre todos ou substancialmente todos os ativos ou linhas de negócio da Companhia ou suas subsidiárias, em uma transação única ou por meio de uma série de transações relacionadas, cujo valor não exceda o montante fixado pelo Conselho de Administração.

Artigo 16. - Compete ao Diretor Presidente (i) cumprir e fazer cumprir a política e a orientação geral dos negócios da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração; (ii) presidir as reuniões da Diretoria; (iii) coordenar e supervisionar as atividades dos demais Diretores; (iv) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia; (v) cumprir e

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

executar as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração; e (vi) representar a Diretoria nas atividades de Qualidade e Ouvidoria.

Parágrafo Único - Caso haja, por qualquer motivo, impedimento ou impossibilidade temporária no regular exercício do cargo de Diretor Presidente, as atribuições do Diretor Presidente poderão ser exercidas por qualquer outro Diretor escolhido pelo Diretor Presidente.

Artigo 17. - Compete ao Diretor Comercial: (i) coordenar e supervisionar todas as atividades comerciais da Companhia, incluindo as equipes de vendas e de marketing; e (ii) elaborar, propor e coordenar a execução do Plano de Marketing e Vendas da Companhia.

Artigo 18. - Compete ao Diretor de Operações e de Redes: (i) coordenar e supervisionar a rede de filiais, lojas e postos avançados da Companhia; (ii) coordenar as atividades da rede de franqueados; e (iii) coordenar e supervisionar as atividades da área de Operações e Logística, Suprimentos e Manutenção.

Artigo 19. - Compete ao Diretor de Gestão de Valores Residuais: (i) coordenar e supervisionar as operações de desinvestimento de veículos ao final da sua vida útil; (ii) coordenar e supervisionar os canais de venda de veículos, incluindo a comercialização em rede de varejo; e (iii) coordenar o Comitê de Risco Automóvel e as atividades de precificação de valores residuais de viaturas.

Artigo 20. - Compete ao Diretor de Tecnologia e Informação: (i) coordenar e supervisionar a equipe e as atividades de Tecnologia e Informação, incluindo Organização e Processos; e (ii) coordenar o Comitê Tecnológico.

Artigo 21. - Compete ao Diretor de Recursos Humanos coordenar e supervisionar a equipe e as atividades de Recursos Humanos, incluindo a administração de salários, o desenvolvimento de capital humano, o recrutamento e a Universidade Unidas.

Artigo 22. - Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: (i) coordenar e supervisionar o departamento jurídico; (ii) coordenar e supervisionar as atividades de contabilidade, controladoria, financiamentos, tesouraria e planejamento financeiro; (iii) coordenar e supervisionar as atividades de gestão de risco financeiro e patrimonial; (iv) coordenar as atividades do Comitê de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO); (v) prestar informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários e às bolsas de valores e mercados de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada; e (vi) manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia,

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

cumprindo toda a legislação e regulamentação aplicável às companhias abertas.

Artigo 23. - A representação da Companhia em quaisquer negócios jurídicos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia e a assinatura de quaisquer contratos e escrituras de qualquer natureza ou emissão de quaisquer títulos de crédito será obrigatoriamente exercida por: a) dois Diretores em conjunto; b) qualquer Diretor em conjunto com um Procurador com poderes específicos, nomeado nos termos do Artigo 25 abaixo; ou c) um Procurador isoladamente, desde que investido de especiais e expressos poderes, nomeado nos termos do Artigo 25 abaixo.

Parágrafo Único - A representação da Companhia no exercício do direito de voto perante subsidiárias e controladas será sempre exercida sob orientação do Conselho de Administração.

Artigo 24. - A correspondência ordinária, como tal entendendo-se a que não importar em obrigação para a Companhia, bem como os endossos de cheques para depósitos em bancos na conta da Companhia poderão ser assinados por um só Diretor ou por um procurador da Companhia devidamente autorizado; também na emissão de duplicatas e respectivos endossos aos bancos para cobrança será suficiente a assinatura de um Diretor ou de um procurador da Companhia devidamente autorizado.

Artigo 25. - Os instrumentos de procuração serão assinados obrigatoriamente por dois Diretores em conjunto e deverão especificar os poderes conferidos, bem como, com exceção daquelas para fins judiciais, o prazo de duração, o qual não poderá ser superior a 1 (um) ano. Na ausência de prazo de validade, considerar-se-ão como vincendas no dia 31 de dezembro do exercício no qual tenham sido outorgadas.

Artigo 26. - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer diretor, procurador, funcionário ou preposto, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Diretoria, em reunião, obedecidos os limites fixados pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV. - ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 27. - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que convocada.

Artigo 28. - A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou,

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

na ausência deste, por qualquer outro membro do Conselho de Administração da Companhia ou, em caso de ausência, por qualquer acionista ou administrador da Companhia escolhido pela maioria dos acionistas presentes, cabendo ao Presidente da Assembléia Geral escolher, dentre os presentes, o seu secretário.

Artigo 29. - As decisões da Assembléia Geral serão tomadas por maioria de votos, se maior quorum não for exigido pela lei ou por este Estatuto Social.

Artigo 30. - Compete à Assembléia Geral, além das demais atribuições previstas em lei:

- a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- b) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, bem como indicar, dentre eles, o Presidente do Conselho;
- c) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- d) reformar o Estatuto Social;
- e) deliberar sobre a dissolução, a liquidação, a fusão, a cisão, a incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia, bem como sobre a incorporação de ações envolvendo a Companhia;
- f) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- g) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores, empregados e a pessoas naturais que prestem serviços às sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- h) deliberar, de acordo com a proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- i) deliberar sobre o aumento do capital social acima do capital autorizado, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social;
- j) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deve funcionar no período de liquidação;
- k) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- l) deliberar sobre a saída do Novo Mercado ("Novo Mercado") da Bolsa de Valores de São Paulo S.A.;
- m) escolher a empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme o previsto no Capítulo VII deste Estatuto Social, dentre as indicadas pelo Conselho de Administração; e
- n) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO V. - CONSELHO FISCAL

Artigo 31. - A Companhia terá um Conselho Fiscal, de caráter não permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no País, com as atribuições previstas em Lei.

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, e, após a adesão da Companhia ao Novo Mercado, pela prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

§ 2º - O Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que os acionistas solicitarem a sua instalação, devendo a Assembléia Geral competente eleger seus membros e fixar sua respectiva remuneração.

CAPÍTULO VI. - EXERCÍCIO SOCIAL, RESULTADOS E DIVIDENDOS

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 32. - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 33. - Em 31 de dezembro de cada ano, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Companhia, as Demonstrações Financeiras previstas nas disposições legais e regulamentares em vigor.

Artigo 34. - Do lucro líquido apurado, após as necessárias amortizações, depreciações e provisões, será objeto de proposta de destinação à Assembléia Geral, observadas as seguintes disposições: (a) importância equivalente a 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; (b) a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não pode ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Art. 202 da Lei de Sociedades por Ações; e (c) constituição de reserva de lucros a realizar, na forma prevista pela legislação. O restante terá a destinação que lhe for determinada pela Assembléia Geral.

Parágrafo Único - A Companhia poderá por deliberação do Conselho de Administração levantar Balanços Patrimoniais semestrais e/ou intercalares no último dia útil do mês e declarar dividendos com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.

Artigo 35. - Reverterão à Companhia, ao fim de 3 (três) anos contados da data em que se tornarem disponíveis, os dividendos não reclamados.

Artigo 36. - Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembléia Geral, pode a Companhia pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas podem ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

§ 1º - Em caso de crédito de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e sua atribuição ao valor do dividendo obrigatório, os acionistas devem ser compensados com os dividendos a que têm direito, sendo-lhes assegurado o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes tenha sido creditado, a Companhia não pode cobrar dos acionistas o saldo excedente.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

§ 2º - O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, após o crédito no decorrer do exercício social, deve se dar por deliberação do Conselho de Administração, no curso do mesmo exercício social ou no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos.

CAPÍTULO VII. - ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 37. - A alienação do controle da Companhia, direta ou indiretamente, por meio de uma operação ou de operações sucessivas, deve ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Comprador obrigue-se a efetivar a Oferta Pública aos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário aquele dado ao controlador alienante.

§ 1º - Para os fins deste Estatuto Social, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas têm os seguintes significados:

“Comprador” significa aquele para quem o acionista controlador alienante transfere o Poder de Controle em uma alienação de controle da Companhia.

“Controle” (bem como seus termos correlatos, “Poder de Controle”, “Controlador”, “sob Controle comum” ou “Controlada”) significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato e de direito. Há a presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum (“grupo de controle”) que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembléias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

“Oferta Pública” significa oferta pública de aquisição de ações.

§ 2º - O(s) acionista(s) Controlador(es) não pode(m) transferir a propriedade de suas ações enquanto o Comprador não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

§ 3º - A Companhia não deve registrar qualquer transferência de ações para o Comprador do Poder de Controle ou para aquele(s) que venha(m) a deter o Poder de Controle, enquanto esse(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

§ 4º - Nenhum Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle pode ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham subscreto o Termo de Anuência referido no parágrafo 3º deste artigo.

Artigo 38. - A Oferta Pública referida no artigo anterior também deve ser efetivada:

- I. nos casos em que haja a cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que resulte na alienação do Controle da Companhia; e
- II. em caso de alienação do Controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, neste caso, o Controlador alienante fica obrigado a declarar à Bolsa de Valores de São Paulo S.A. o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar a documentação comprobatória.

Artigo 39. - Aquele que detenha ações da Companhia e venha a adquirir o Poder de Controle em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o(s) acionista(s) Controlador(es), envolvendo qualquer quantidade de ações, está obrigado a:

- I. efetivar a Oferta Pública referida no Art. 37 deste Estatuto Social;
- II. ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado as ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da alienação do Controle da Companhia, devendo lhes pagar a eventual diferença entre o preço pago ao acionista Controlador alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações da Companhia nesse mesmo período, devidamente atualizado pela variação positiva do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA até o momento do pagamento;
- III. tomar as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, caso o percentual destas ações, após a alienação do Controle, seja inferior ao mínimo exigido pelo Regulamento

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

de Listagem do Novo Mercado, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do Controle.

Exigência: Verificar a remissão.

Artigo 40. - Para que um terceiro ou um acionista venha a adquirir ou se torne titular, direta ou indiretamente, por qualquer motivo, por meio de uma única transação ou transações sucessivas, de Ações em Circulação de emissão da Companhia (conforme definido no parágrafo 3º abaixo), ou de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre Ações em Circulação de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 5%, inclusive, do seu capital social ("Adquirente"), estará obrigado a realizar a transação em bolsa de valores e, previamente, comunicar por escrito à Companhia e ao diretor de pregão da Bolsa de Valores de São Paulo S.A., através da sociedade corretora pela qual pretenda adquirir as Ações em Circulação, sua intenção de adquirir Ações em Circulação de emissão da Companhia, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data prevista para a realização da aquisição de Ações em Circulação, de tal modo que o diretor possa previamente convocar um leilão de compra a ser realizado em pregão da Bolsa de Valores de São Paulo S.A. do qual possam participar terceiros interferentes e/ou eventualmente a própria Companhia, observados sempre os termos da legislação vigente, da regulamentação da CVM e os regulamentos da Bolsa de Valores de São Paulo S.A. aplicáveis.

§ 1º - O procedimento previsto no *caput* do Art. 40 acima deverá ser repetido toda vez que o Adquirente que tenha atingido o percentual ali referido pretender realizar a aquisição de novas Ações em Circulação de emissão da Companhia.

§ 2º - Na hipótese do Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembléia Geral Extraordinária, na qual o Adquirente não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do Adquirente que não cumpriu com a obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no Art. 120 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 3º - Para fins deste artigo, os seguintes termos iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

"Ações em Circulação" significa todas as ações de emissão da Companhia exceto aquelas (i) de titularidade, direta ou indiretamente, do Acionista Controlador e/ou de pessoas a ele vinculadas; (ii) em tesouraria da Companhia; (iii) detidas por

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

sociedade controlada pela Companhia; e (iv) de titularidade, direta ou indiretamente, dos administradores da Companhia.

"Acionista Controlador" tem o significado que lhe é atribuído no Art. 116 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Artigo 41. - Na Oferta Pública a ser efetivada pelo(s) acionista(s) Controlador(es) ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deve corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, referido no Art. 43 deste Estatuto Social.

Artigo 42. - O(s) acionista(s) Controlador(es) da Companhia deve(m) efetivar a Oferta Pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, caso os acionistas reunidos em Assembléia Geral Extraordinária deliberem a saída da Companhia do Novo Mercado, (i) para a negociação das ações fora do Novo Mercado, ou (ii) em decorrência de reorganização societária na qual as ações da companhia resultante de tal reorganização não sejam admitidas para a negociação no Novo Mercado. O preço mínimo a ser ofertado deve corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, referido no Art. 43 deste Estatuto Social, observadas a legislação aplicável e as regras constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado. A notícia da realização da Oferta Pública deve ser comunicada à Bovespa e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembléia Geral da Companhia que aprovar a referida saída ou reorganização, conforme o caso.

Artigo 43. - O laudo de avaliação de que tratam os Art. 41 e 42 deste Estatuto Social deve ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e que seja independente da Companhia, de seus administradores e controladores, bem como do poder de decisão destes, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do Art. 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo Art. 8º.

§ 1º - A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia de que tratam os Art. 41 e 42 é de competência privativa da Assembléia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação ser tomada por maioria absoluta dos votos das ações em circulação manifestados na Assembléia Geral que deliberar sobre o assunto, não se computando os votos em branco. Esta Assembléia, se instalada em primeira convocação, deve contar com acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das ações em circulação ou, se instalada em segunda

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

convocação, pode contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

§ 2º - Os custos de elaboração do laudo de avaliação devem ser suportados integralmente pelos responsáveis pela efetivação da Oferta Pública.

Artigo 44. - É facultada a formulação de uma única Oferta Pública, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VII, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de Oferta Pública, não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 45. - A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização da Oferta Pública prevista neste Capítulo VII, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM podem assegurar a sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia, desde que não haja prejuízo para os destinatários da Oferta e que seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a Oferta Pública até que seja concluída, com a observância das regras aplicáveis.

CAPÍTULO VIII. - JUÍZO ARBITRAL

Artigo 46. - A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, da validade, da eficácia, da interpretação, da violação e de seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Parágrafo Único - Sem prejuízo da validade da cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral tem o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer as medidas cautelares de proteção de direitos, em procedimento arbitral instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão-logo qualquer medida dessa natureza seja-lhe

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

concedida, a competência para a decisão de mérito deve ser imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído.

CAPÍTULO IX. - LIQUIDAÇÃO

Artigo 47. - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembléia Geral eleger os liquidantes, os membros do Conselho Fiscal e fixar-lhes a remuneração.

Artigo 48. - Os casos omissos neste Estatuto Social serão decididos pelas disposições legais aplicáveis e deliberações da Assembléia Geral.

CAPÍTULO X. - ACORDOS DE ACIONISTAS

Artigo 49. - Os acordos de acionistas devidamente registrados na sede da Companhia que, dentre outras pactuações, estabeleçam cláusulas e condições para alienação, compra e resgate de ações de emissão da Companhia, estabeleçam cláusulas e condições para a outorga e exercício de opção de compra de ações de emissão da Companhia, disciplinem o direito de preferência ou regulem o exercício do direito de voto dos acionistas, serão respeitados pela Companhia e por sua administração.

CAPÍTULO XI. - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 50. - As disposições contidas nos Capítulos VII e VIII, bem como as regras referentes ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado constantes do Art. 9º, §§1º, 2º e 3º; artigo 12, "xvi"; Art. 13, §1º; Art. 30, "l" e "m"; e do Art. 31, §1º deste Estatuto Social, somente devem ter eficácia a partir da data da publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública referente à primeira distribuição pública de ações de emissão da Companhia objeto do pedido de registro nº RJ/2007-12895 protocolado na CVM em 25 de outubro de 2007.

99999-9 UNIDAS S/A04.437.534/0001-30

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : UNIDAS FRANQUIAS DO BRASIL S.A.

A indústria de locação de carros é altamente competitiva, tanto em termos de preços como em termos de atendimento. A Unidas enfrenta a concorrência de locadoras de veículos nacionais e estrangeiras, de diferentes portes.

No setor em que a Unidas atua, existiam, no final de 2007, cerca de 1.900 empresas em operação no Brasil, de acordo com a ABLA. Alguns dos concorrentes da Unidas são estrangeiros e contam com significativos recursos financeiros, podendo suportar estratégias de expansão de sua participação de mercado através de políticas comerciais mais agressivas.

Em complementação às suas atividades de locação de carros, e de forma a aumentar a capilaridade e ritmo de expansão de sua rede em todo o Brasil, a Unidas adotou, desde o início de suas operações, um modelo de franquias como estratégia de crescimento nesse mercado.

No ano de 2005, a Unidas lançou o modelo "Franquia Chave na Mão", em que o franqueado recebe uma loja pronta para operar, com no mínimo 25 carros disponíveis para locação, o que permitiu uma aceleração do ritmo de expansão de franquias.

A Unidas Franquias surgiu para apoiar o relacionamento da Unidas com seus franqueados, no contexto da expansão deste modelo.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - Código CVM 99999-9	2 - Denominação Social UNIDAS S/A	3 - CNPJ 04.437.534/0001-30
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS FRANQUIAS DO BRASIL S.A.

19.02 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

1- ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
99	ENCOMENDAS NÃO ATENDIDAS	0		

99999-9 UNIDAS S/A04.437.534/0001-30

19.03 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

Controlada/Coligada : UNIDAS FRANQUIAS DO BRASIL S.A.

A Unidas Franquias surgiu para apoiar o relacionamento da Unidas S.A com seus franqueados. A Unidas Franquias é uma empresa franqueadora que concede a Franqueados o direito condicionado e não exclusivo de explorar o negócio rent a car em um território, usando as Marcas, padrões arquitetônicos e de identificação visual, o know how, método de operação do negócio e a tecnologia de atendimento. apoiando o processo de montagem da estrutura das lojas franqueadas.

Para o desenvolvimento desta atividade, a Unidas Franquias adquire os bens necessários à montagem da estrutura das lojas, de diversos fornecedores, dos quais cumpre destacar as empresas Profissionais de Imagem Ltda. e Real Kap Comércio de Capachos e Produtos de Limpeza Ltda.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2007

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

19.04 - CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

Controlada/Coligada : UNIDAS FRANQUIAS DO BRASIL S.A.

Na atividade de franquias, as receitas são provenientes de pagamento de taxas iniciais das franquias e royalties sob a forma de percentual sobre o faturamento dos franqueados.

Entre os principais clientes franqueados cumpre destacar as seguintes empresas: [Elite Locadora de Veículos Ltda.](#), Palmas Rent a Car Ltda., Cunha, Queiroz & Garófalo Ltda., Master Express e Prestadora de Serviço Ltda. e MM & Testa Locações de Veículos Ltda.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
UNIDAS FRANQUIAS DO BRASIL S.A.

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - /12/2007	4 - /12/2006	5 - /12/2005
1	Ativo Total	2.997.771	743.915	0
1.01	Ativo Circulante	1.020.583	568.668	0
1.01.01	Disponibilidades	187.862	44.092	0
1.01.02	Créditos	0	0	0
1.01.02.01	Clientes	796.375	485.588	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	36.345	38.986	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.678.036	0	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	0	0
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	1.678.036	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	299.152	175.246	0
1.02.02.01	Investimentos	0	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	299.152	175.246	0
1.02.02.03	Intangível	0	0	0
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
UNIDAS FRANQUIAS DO BRASIL S.A.

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - /12/2007	4 - /12/2006	5 - /12/2005
2	Passivo Total	2.997.771	743.915	0
2.01	Passivo Circulante	978.724	184.323	0
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	38.452	5.860	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	69.161	27.355	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	871.110	151.166	0
2.02	Passivo Não Circulante	91.605	0	0
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	91.605	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	0	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	91.605	0	0
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	1.927.442	559.532	0
2.04.01	Capital Social Realizado	0	0	0
2.04.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.04.01	Legal	0	0	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.927.442	559.532	0
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
UNIDAS FRANQUIAS DO BRASIL S.A.

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 1/1/2007 a 31/12/2007	4 - 1/1/2006 a 31/12/2006	5 - 1/1/2005 a 31/12/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.666.479	744.071	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	(113.598)	(33.373)	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.552.881	710.697	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(23.423)	(10.444)	0
3.05	Resultado Bruto	1.529.457	700.252	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(58.031)	(85.976)	0
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(654)	(69.730)	0
3.06.03	Financeiras	(57.192)	(16.246)	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	3.016	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(60.209)	(16.246)	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(185)	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	1.528.617	630.522	0
3.08	Resultado Não Operacional	30.562	17.500	0
3.08.01	Receitas	30.562	17.500	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	0	0	0
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	134.077	89.109	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	1.367.909	542.666	0
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	10.000	10.000	10.000
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	136.790,90000	54.266,60000	0,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS S/A	3 - CNPJ 04.437.534/0001-30
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS FRANQUIAS DO BRASIL S.A.

19.08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 1/1/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	0	0	0	0	559.532	559.532
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	1.367.910	1.367.910
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	0	0	0	0	1.927.442	1.927.442

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS S/A	3 - CNPJ 04.437.534/0001-30
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS FRANQUIAS DO BRASIL S.A.

19.08.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 1/1/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	0	0	0	0	16.865	16.865
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	542.667	542.667
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	0	0	0	0	559.532	559.532

99999-9 UNIDAS S/A04.437.534/0001-30

19.09 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada : UNIDAS FRANQUIAS DO BRASIL S.A.

Franquia

A atividade de franquias é regulamentada pela Lei nº. 8.955, de 15 de dezembro de 1994, e consiste, em linhas gerais, na licença do direito de uso de marca ou patente, envolvendo a transferência de conhecimento e a exploração exclusiva ou semi-exclusiva de produtos e, eventualmente, também ao direito de uso de tecnologia de implantação e administração de negócio ou sistema operacional desenvolvidos ou detidos pelo franqueador, mediante remuneração direta ou indireta.

A locação de carros

A atividade de locação de carros no Brasil teve início na década de 50. Os primeiros negócios surgiram na região central de São Paulo através da iniciativa de alguns empresários do ramo de vendas de carros usados, que começaram a alugar seus carros como atividade suplementar. Na metade da década de 60, a atividade teve um grande impulso com a entrada das empresas multinacionais de aluguel de carros, fato que levou as demais locadoras existentes a se profissionalizarem. Com o surgimento das empresas de leasing financeiro nos anos 70, as locadoras tiveram facilidade de acesso a créditos para aquisição de veículos, o que viabilizou um grande desenvolvimento da indústria de locação de carros. Na década de 80, a indústria de locação de carros já era uma atividade consolidada no Brasil. Houve um visível crescimento de locadoras locais nos mais diversos pontos do País. Ainda nesta década se iniciou a expansão das redes através do sistema de franquias.

Apesar do difícil contexto macroeconômico que provocou um aumento no preço dos veículos, a indústria de locação de carros entrou na década de 90 com novos desafios e oportunidades, como a abertura econômica, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Nacional de Trânsito, o lançamento dos carros econômicos com motorização 1.0 e a expansão dos cartões de crédito. A abertura comercial facilitou a importação de carros e os consumidores passaram a exigir mais qualidade graças à livre concorrência e com o fim do protecionismo do mercado interno.

99999-9 UNIDAS S/A04.437.534/0001-30

19.09 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada : UNIDAS FRANQUIAS DO BRASIL S.A.

O mercado de locação de carros registrou um crescimento médio (CAGR) de 11,8% ao ano, nos últimos cinco anos, de acordo com dados da ABLA. Tal expansão foi motivada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- aumento do turismo de lazer doméstico e receptivo internacional;
- melhoria da infra-estrutura aeroportuária;
- aumento do fluxo de passageiros nos aeroportos;
- crescimento da indústria de feiras e eventos;
- massificação dos cartões de crédito;
- investimentos dos setores de telecomunicações, infra-estrutura, energia, agronegócio e exportação; e,
- acesso ao crédito de longo prazo.

O mercado brasileiro de locação de carros encontra-se fragmentado. Em 2007, cerca de 1.900 empresas locais atuavam nesse negócio.

99999-9 UNIDAS S/A04.437.534/0001-30

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : UNIDAS FRANQUIAS DO BRASIL S.A.

No ano de 2005, a Unidas lançou o modelo "Franquia Chave na Mão", em que o franqueado recebe uma loja pronta para operar, com no mínimo 25 carros disponíveis para locação, o que permitiu uma aceleração do ritmo de expansão de franquias.

Nesse novo modelo, toda a estrutura é montada pela companhia, de acordo com o modelo de loja da Companhia, e o franqueado não adquire os veículos que serão utilizados em sua operação, mas os aluga da Unidas por meio de contratos em moldes similares aos praticados em terceirização de frotas. Este modelo traz vários benefícios para o franqueado e para a companhia, como por exemplo: (i) a redução do investimento necessário para abertura da franquia por parte do franqueado; (ii) expansão acelerada da rede de lojas Unidas; (iii) maior controle da parte da companhia sobre os padrões das lojas franqueadas e frota utilizada (modelos, idade e quilometragem); (iv) potencial de geração de outros negócios para a Companhia; e, (v) atuação da rede Unidas como uma rede integrada de forte geração de negócios.

Atualmente, a Unidas Franquias continua desenvolvendo o modelo de "Franquia Chave na Mão", como forma de expansão da rede de franqueados Unidas no Brasil.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : UNIMAT COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA

A indústria de locação de carros é altamente competitiva, tanto em termos de preços como em termos de atendimento. A Unidas enfrenta a concorrência de locadoras de veículos nacionais e estrangeiras, de diferentes portes.

No setor em que a Unidas atua, existiam, no final de 2007, cerca de 1.900 empresas em operação no Brasil, de acordo com a ABLA. Alguns dos concorrentes da Unidas são estrangeiros e contam com significativos recursos financeiros, podendo suportar estratégias de expansão de sua participação de mercado através de políticas comerciais mais agressivas.

A Unimat foi constituída para auxiliar a Unidas na gestão do material promocional para exploração da atividade de locação, de forma a facilitar suas operações.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - Código CVM	2 - Denominação Social	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
UNIMAT COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA

19.02 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

1- ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
99	ENCOMENDAS NÃO ATENDIDAS	0		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2007

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

19.03 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

Controlada/Coligada : UNIMAT COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA

A Unimat foi constituída para auxiliar a Unidas S.A na gestão do material promocional para exploração da atividade de locação e franquias, de forma a facilitar suas operações.

A Unimat adquire os bens necessários ao desenvolvimento de sua atividade de diversos fornecedores, dentre eles : A4 Comércio e Serviços Ltda., Dell Computadores do Brasil Ltda. e Inside Comercial e Industrial de Móveis Ltda.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2007

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

19.04 - CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

Controlada/Coligada : UNIMAT COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA

Entre os principais clientes cumpre destacar as seguintes empresas: [Elite Locadora de Veiculos Ltda.](#), Palmas Rent a Car Ltda. Cunha, Queiroz & Garófalo Ltda., Master Express e Prestadora de Serviço Ltda. e MM & Testa Locações de Veículos Ltda.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
UNIMAT COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - /12/2007	4 - /12/2006	5 - /12/2005
1	Ativo Total	1.953.509	794.707	344.577
1.01	Ativo Circulante	509.369	242.150	343.427
1.01.01	Disponibilidades	21.125	2.494	5.980
1.01.02	Créditos	0	0	0
1.01.02.01	Clientes	342.578	119.656	68.306
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	108.284	86.279	76.787
1.01.04	Outros	37.381	33.720	192.354
1.02	Ativo Não Circulante	682.990	477.075	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	0	0
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	673.987	477.075	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	9.003	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	1.150	75.482	1.150
1.02.02.01	Investimentos	176	176	176
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	0	74.333	0
1.02.02.03	Intangível	0	0	0
1.02.02.04	Diferido	974	974	974

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
UNIMAT COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - /12/2007	4 - /12/2006	5 - /12/2005
2	Passivo Total	1.193.509	794.707	344.577
2.01	Passivo Circulante	51.323	56.178	67.870
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	42.750	47.723	55.269
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	2.344	1.834	1.598
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	6.228	6.621	11.003
2.02	Passivo Não Circulante	1.836.986	1.384.969	824.573
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	0	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	0	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	1.836.986	1.384.969	824.573
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	(694.800)	(646.439)	(547.866)
2.04.01	Capital Social Realizado	100.000	100.000	100.000
2.04.02	Reservas de Capital	176	176	176
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.04.01	Legal	0	0	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(794.976)	(746.615)	(648.041)
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
UNIMAT COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 1/1/2007 a 31/12/2007	4 - 1/1/2006 a 31/12/2006	5 - 1/1/2005 a 31/12/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	11.308	13.442	52.382
3.02	Deduções da Receita Bruta	(3.081)	(3.746)	(15.078)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	8.226	9.696	37.305
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(641)	(71.781)	(80.817)
3.05	Resultado Bruto	7.585	(62.085)	(43.512)
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(28.902)	(17.932)	(27.857)
3.06.01	Com Vendas	(3.987)	(11.114)	(12.961)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(24.713)	(6.817)	(14.720)
3.06.03	Financeiras	(27.044)	(20.503)	(14.892)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	33	2.140	1.111
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(27.077)	(22.643)	(16.003)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(203)	0	(175)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	(21.317)	(80.017)	(71.370)
3.08	Resultado Não Operacional	0	1.947	0
3.08.01	Receitas	0	1.947	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	0	0	0
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(48.361)	(98.573)	(86.262)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	100.000	100.000	100.000
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)			
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)	(483,61000)	(985,73000)	(862,62000)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS S/A	3 - CNPJ 04.437.534/0001-30
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIMAT COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA
--

19.08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 1/1/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	100.000	176	0	0	(746.615)	(646.439)
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	(48.361)	(48.361)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	100.000	176	0	0	(794.976)	(694.800)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS S/A	3 - CNPJ 04.437.534/0001-30
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIMAT COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA
--

19.08.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 1/1/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	100.000	176	0	0	(648.042)	(547.866)
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	(98.573)	(98.573)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	100.000	176	0	0	(746.615)	(646.439)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS S/A	3 - CNPJ 04.437.534/0001-30
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIMAT COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA
--

19.08.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 1/1/2005 A 31/12/2005 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	100.000	176	0	0	(561.780)	(461.604)
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	(86.262)	(86.262)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	100.000	176	0	0	(648.042)	(547.866)

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

19.09 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada : UNIMAT COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA

A companhia apóia a Unidas e a Unidas Franquias em suas atividades de locação de carros.

A locação de carros

A atividade de locação de carros no Brasil teve início na década de 50. Os primeiros negócios surgiram na região central de São Paulo através da iniciativa de alguns empresários do ramo de vendas de carros usados, que começaram a alugar seus carros como atividade complementar. Na metade da década de 60, a atividade teve um grande impulso com a entrada das empresas multinacionais de aluguel de carros, fato que levou as demais locadoras existentes a se profissionalizarem. Com o surgimento das empresas de leasing financeiro nos anos 70, as locadoras tiveram facilidade de acesso a créditos para aquisição de veículos, o que viabilizou um grande desenvolvimento da indústria de locação de carros. Na década de 80, a indústria de locação de carros já era uma atividade consolidada no Brasil. Houve um visível crescimento de locadoras locais nos mais diversos pontos do País. Ainda nesta década se iniciou a expansão das redes através do sistema de franquias.

Apesar do difícil contexto macroeconômico que provocou um aumento no preço dos veículos, a indústria de locação de carros entrou na década de 90 com novos desafios e oportunidades, como a abertura econômica, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Nacional de Trânsito, o lançamento dos carros econômicos com motorização 1.0 e a expansão dos cartões de crédito. A abertura comercial facilitou a importação de carros e os consumidores passaram a exigir mais qualidade graças à livre concorrência e com o fim do protecionismo do mercado interno.

O mercado de locação de carros registrou um crescimento médio (CAGR) de 11,8% ao ano, nos últimos cinco anos, de acordo com dados da ABLA. Tal expansão foi motivada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- aumento do turismo de lazer doméstico e receptivo internacional;
- melhoria da infra-estrutura aeroportuária;
- aumento do fluxo de passageiros nos aeroportos;
- crescimento da indústria de feiras e eventos;

99999-9 UNIDAS S/A04.437.534/0001-30

19.09 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada : UNIMAT COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA

- massificação dos cartões de crédito;
- investimentos dos setores de telecomunicações, infra-estrutura, energia, agronegócio e exportação; e,
- acesso ao crédito de longo prazo.

O mercado brasileiro de locação de carros encontra-se fragmentado. Em 2007, cerca de 1.900 empresas locais atuavam nesse negócio.

Franquia

A atividade de franquias é regulamentada pela Lei nº. 8.955, de 15 de dezembro de 1994, e consiste, em linhas gerais, na licença do direito de uso de marca ou patente, envolvendo a transferência de conhecimento e a exploração exclusiva ou semi-exclusiva de produtos e, eventualmente, também ao direito de uso de tecnologia de implantação e administração de negócio ou sistema operacional desenvolvidos ou detidos pelo franqueador, mediante remuneração direta ou indireta.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2007

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : UNIMAT COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA

A Unimat continua procurando desenvolver suas atividades com vistas ao apoio à expansão do modelo de "Franquia Chave na Mão", como forma de expansão da rede de franqueados Unidas no Brasil, e ao desenvolvimento do segmento de locação de carros da Unidas.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : UNIDAS COMERCIAL DE VEICULOS LTDA

A indústria de locação de carros é altamente competitiva, tanto em termos de preços como em termos de atendimento. A Unidas enfrenta a concorrência de locadoras de veículos nacionais e estrangeiras, de diferentes portes.

No setor em que a Unidas atua, existiam, no final de 2007, cerca de 1.900 empresas em operação no Brasil, de acordo com a ABLA. Alguns dos concorrentes da Unidas são estrangeiros e contam com significativos recursos financeiros, podendo suportar estratégias de expansão de sua participação de mercado através de políticas comerciais mais agressivas.

A Unidas Comercial foi constituída para apoiar a Unidas na renovação de sua frota, auxiliando na desmobilização dos veículos previamente utilizados nos negócios de terceirização de frotas e locação de carros.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2007

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

19.03 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

Controlada/Coligada : UNIDAS COMERCIAL DE VEICULOS LTDA

A Unidas Comercial de Veículos Ltda. foi constituída para apoiar a Unidas na renovação da sua frota, estando ainda em processo de definição estratégica de atuação, pelo que não iniciou tem ainda atividades a registrar neste ponto.

99999-9 UNIDAS S/A04.437.534/0001-30

19.04 - CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

Controlada/Coligada : UNIDAS COMERCIAL DE VEICULOS LTDA

Como atividade complementar às suas operações, de forma a permitir a constante renovação da sua frota em todos os segmentos, a Unidas realiza a venda de seus veículos previamente utilizados nos negócios de terceirização de frotas e locação de carros.

A Unidas Comercial de Veículos Ltda. foi constituída para apoiar a Unidas neste processo de renovação da frota, estando ainda em processo de definição estratégica de atuação, pelo que não iniciou tem ainda atividades a registrar neste ponto.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
UNIDAS COMERCIAL DE VEICULOS LTDA

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - /12/2007	4 - /12/2006	5 - /12/2005
1	Ativo Total	2.305.300	6.275.619	0
1.01	Ativo Circulante	2.200.060	6.170.424	0
1.01.01	Disponibilidades	5.945	282.193	0
1.01.02	Créditos	0	0	0
1.01.02.01	Clientes	103.446	3.318.826	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	2.087.137	2.406.696	0
1.01.04	Outros	3.532	162.709	0
1.02	Ativo Não Circulante	100.000	100.000	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	0	0
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	100.000	100.000	0
1.02.02	Ativo Permanente	5.240	5.195	0
1.02.02.01	Investimentos	0	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	5.240	5.195	0
1.02.02.03	Intangível	0	0	0
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
UNIDAS COMERCIAL DE VEICULOS LTDA

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - /12/2007	4 - /12/2006	5 - /12/2005
2	Passivo Total	2.305.300	6.275.619	0
2.01	Passivo Circulante	3.170.534	7.039.861	0
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	578	1.724.328	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	1.590	48.924	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	3.168.366	5.154.328	0
2.02	Passivo Não Circulante	0	0	0
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	0	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	0	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0	0
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	(865.234)	(764.241)	0
2.04.01	Capital Social Realizado	0	0	0
2.04.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.04.01	Legal	0	0	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(965.234)	(864.241)	0
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	100.000	100.000	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
UNIDAS COMERCIAL DE VEICULOS LTDA

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 1/1/2007 a 31/12/2007	4 - 1/1/2006 a 31/12/2006	5 - 1/1/2005 a 31/12/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	2.326.548	87.123.947	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	(170.969)	(4.895.902)	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.155.579	82.228.044	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(2.478.030)	(84.067.804)	0
3.05	Resultado Bruto	(322.451)	(1.839.759)	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(24.289)	(70.282)	0
3.06.01	Com Vendas	0	(1.334)	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	1.043	(18.265)	0
3.06.03	Financeiras	(28.113)	(324.361)	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	1	3.051	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(28.114)	(327.411)	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(25.332)	(50.683)	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	(346.739)	(1.910.041)	0
3.08	Resultado Não Operacional	273.860	1.408.280	0
3.08.01	Receitas	273.860	1.408.280	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	0	0	0
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	(38.119)	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(100.992)	(864.241)	0
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	100.000	100.000	100.000
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)			0,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)	(1.009,92000)	(8.642,41000)	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS S/A	3 - CNPJ 04.437.534/0001-30
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS COMERCIAL DE VEICULOS LTDA

19.08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 1/1/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	100.000	0	0	0	(864.241)	(764.241)
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	(100.992)	(100.992)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	100.000	0	0	0	(965.234)	(865.234)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS S/A	3 - CNPJ 04.437.534/0001-30
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIDAS COMERCIAL DE VEICULOS LTDA

19.08.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 1/1/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	100.000	0	0	0	0	100.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	(864.241)	(864.241)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	100.000	0	0	0	(864.241)	(764.241)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2007

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

19.09 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada : UNIDAS COMERCIAL DE VEICULOS LTDA

No Brasil, as montadoras não oferecem a opção de recompra para as locadoras de veículos. Por essa razão, como atividade complementar às suas operações, de forma a permitir a constante renovação da sua frota em todos os segmentos, a Unidas realiza a venda de seus veículos previamente utilizados nos negócios de terceirização de frotas e locação de carros.

99999-9 UNIDAS S/A04.437.534/0001-30

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : UNIDAS COMERCIAL DE VEICULOS LTDA

De acordo com o relatório da Fitch Ratings datado de 4 de julho de 2008, a Unidas apresenta adequado histórico na precificação de seus ativos (veículos) e sucesso na revenda dos mesmos, aspectos fundamentais no seu plano de negócios; e deve continuar se beneficiando, nos próximos anos, do favorável crescimento do segmento de terceirização de frota e de locação de veículos.

A Unidas Comercial de Veículos Ltda. foi constituída para apoiar a Unidas nestes processos, estando ainda em processo de definição estratégica de atuação.

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

20.00 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Somos uma companhia comprometida a atingir e manter altos padrões de governança corporativa.

Nossas Práticas de Governança Corporativa e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário a todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, adotamos as seguintes:

- (i) nosso capital social é dividido somente em ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- (ii) além das atribuições previstas na Lei de Sociedades por Ações, a assembléia geral de acionistas tem competência para deliberar sobre: (a) eleger ou destituir, a qualquer tempo, conselheiros de administração e conselheiros fiscais; (b) fixação da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; (c) reforma do Estatuto Social; (d) transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da Companhia; (e) atribuição de bonificação em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos em ações; (f) planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos nossos administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente por nós; (g) proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; (h) eleição do liquidante, bem como do Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (i) o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM, ressalvado o disposto no Estatuto Social; (j) escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das nossas ações, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e (l) qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração;
- (iii) manutenção e divulgação de registro contendo a quantidade de ações que cada acionista possui, identificando-os nominalmente;
- (iv) obrigatoriedade na oferta de compra de ações que resulte em transferência do controle societário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente. No caso de alienação da totalidade do bloco de controle, o adquirente deve dirigir oferta pública a todos os acionistas nas mesmas condições do controlador (*tag-along*);

99999-9 UNIDAS S/A

04.437.534/0001-30

20.00 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

- (v) contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros;
- (vi) previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal;
- (vii) clara definição no Estatuto Social (a) da forma de convocação da Assembléia Geral, e (b) da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- (viii) transparência na divulgação pública do relatório anual da administração;
- (ix) livre acesso às informações e instalações da companhia pelos membros do Conselho de Administração; e
- (x) resolução de conflitos que possam surgir entre nós, nossos acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal, por meio de arbitragem.

Relacionamento com auditores independentes – Instrução CVM 381/03

Para a contratação de serviços que não são relacionados à auditoria externa, a Unidas se fundamenta nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor, quanto a: (i) não auditar seu próprio trabalho; (ii) não exercer funções gerenciais; e (iii) não advogar pelo seu cliente.

Todos os serviços prestados, que não estão vinculados à auditoria externa, são supervisionados pela Administração.

Em conformidade com o estabelecido na Instrução CVM 381, a empresa de auditoria Ernst & Young Auditores Independentes S.S. não foi contratada para outros trabalhos que não os de auditoria das demonstrações financeiras.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS	1
01	04	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	2
01	05	REFERÊNCIA / AUDITOR	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS	3
01	08	PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS	3
01	09	JORNAIS ONDE A CIA DIVULGA INFORMAÇÕES	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02.01	01	COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA	4
02	02	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADM. E FISCAL) E	5
03	01	EVENTOS RELATIVOS A DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL	8
03	02	POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS	9
03	03	DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES	10
04	01	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	20
04	02	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	21
04	04	CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO	22
04	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL ACIONÁRIO AUTORIZADO	22
06	02	DIVIDENDOS RETIDOS NOS 3 ÚLTIMOS ANOS	23
06	03	DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL	24
06	04	DIVIDENDO OBRIGATÓRIO	24
07	01	REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	25
07	02	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	25
07	03	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	26
08	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	27
09	01	BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA	28
09	02	CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO	29
09	03	PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS	53
10	01	PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS	54
10	03	CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	55
11	01	PROCESSO DE PRODUÇÃO	56
11	02	PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO	60
11	03	POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO	62
12	01	PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS	63
13	01	PROPRIEDADES	64
14	01	PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS	65
14	02	INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS	66
14	03	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA	74
14	05	PROJETOS DE INVESTIMENTO	80
15	01	PROBLEMAS AMBIENTAIS	81

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	UNIDAS S/A	04.437.534/0001-30

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
16	01	AÇÕES JUDICIAIS	82
17	01	OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS	83
18	01	ESTATUTO SOCIAL	85
		UNIDAS FRANQUIAS DO BRASIL S.A.	
19	01	POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO	103
19	02	PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	104
19	03	MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES	105
19	04	CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	106
19	06.01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	107
19	06.02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	108
19	07	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	109
19	08.01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 1/1/2007 A 31/12/2007	110
19	08.02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 1/1/2006 A 31/12/2006	111
19	09	CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO	112
19	10	RELATÓRIO DE DESEMPENHO	114
		UNIMAT COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA	
19	01	POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO	115
19	02	PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	116
19	03	MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES	117
19	04	CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	118
19	06.01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	119
19	06.02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	120
19	07	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	121
19	08.01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 1/1/2007 A 31/12/2007	122
19	08.02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 1/1/2006 A 31/12/2006	123
19	08.03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 1/1/2005 A 31/12/2005	124
19	09	CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO	125
19	10	RELATÓRIO DE DESEMPENHO	127
		UNIDAS COMERCIAL DE VEICULOS LTDA	
19	01	POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO	129
19	03	MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES	130
19	04	CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	132
19	06.01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	134
19	06.02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	135
19	07	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	136
19	08.01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 1/1/2007 A 31/12/2007	137
19	08.02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 1/1/2006 A 31/12/2006	138
19	10	RELATÓRIO DE DESEMPENHO	139
20	00	INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA	141
		VERIFICAÇÃO DE ERROS	143/150

Ata da Assembléia Geral da Emissora realizada em 8 de julho de 2008

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



COLEGIADA



UNIDAS S.A.

C.N.P.J./M.F. n.º 04.437.534/0001-30

NIRE 35.300.186.281

**Ata de Assembléia Geral Extraordinária
realizada em 8 de julho de 2008**

Data, Hora e Local: No dia 8 de julho de 2008, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua da Consolação, n.º 347.

Convocação: Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do "Livro de Presença dos Acionistas", ficando desta forma constatada a existência de "quorum" legal para a realização da assembléia.

Mesa: Presidente, Sr. António Carlos Romeiras de Lemos; e Secretária, Sra. Márcia Giangiacomo Bonilha

Ordem do Dia: Deliberar sobre:

- (i) a abertura de capital da Companhia e submissão de pedido de registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM");
- (ii) a emissão pela Companhia de 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional, em série única, todas nominativas e escriturais, para subscrição pública, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil Reais), perfazendo o montante de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de Reais) na data de emissão ("Debêntures" e "Emissão"); a serem distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação ("Oferta");

- (iii) os termos e condições da distribuição pública das debêntures da Oferta;
- (iv) a autorização para a Diretoria da Companhia tomar todas as providências e praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à realização da Emissão; e
- (v) a ratificação dos atos já praticados pela Diretoria da Companhia com vistas à realização da Emissão.

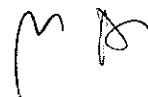
Deliberações tomadas por unanimidade:

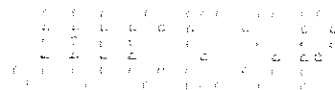
- (i) Aprovada a abertura de capital da Companhia, bem como a submissão de pedido de registro de companhia aberta perante a CVM, ficando a administração da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias, bem como assinar todos e quaisquer documentos para efetivar a presente deliberação;
- (ii) Aprovada a emissão pela Companhia de 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional, em série única, todas nominativas e escriturais, para subscrição pública, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil Reais), perfazendo o montante de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de Reais) na data de emissão; a serem distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação.
- (iii) Aprovadas, pela unanimidade dos presentes, sem ressalvas ou reservas, os seguintes termos e condições da Emissão de Debêntures da Companhia:

Número da Emissão: A Emissão constitui a primeira distribuição pública de debêntures da Companhia.

Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão é 1º de junho de 2008 ("Data de Emissão").

Valor da Emissão: O valor da Emissão é de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão.





Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures.

Número de Séries: A Emissão é realizada em série única.

Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal").

Conversibilidade, Tipo e Forma: As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

Espécie: As Debêntures são da espécie quirográfica com garantia adicional.

Prazo e Data de Vencimento: O prazo de vencimento das Debêntures é de 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final em 1º de junho de 2012 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas abaixo. Por ocasião da Data de Vencimento, a Companhia se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação, pelo saldo do Valor Nominal não amortizado, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) devida.

Registro para Distribuição e Negociação: As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) respectivamente através do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), ambos os sistemas, desde 01 de julho de 2008, administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), com a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e/ou (ii) através do Sistema Bovespa Fix, administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP ("Bovespa"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Companhia não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o "Relatório de Posição de Ativos", expedido pela CETIP, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND e para as Debêntures depositadas na CBLC, se o caso, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista, que igualmente será reconhecido como comprovante de titularidade de Debêntures.

Atualização: O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

Juros Remuneratórios: As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário não amortizado, a serem pagos no fim de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) de acordo com a fórmula abaixo. A taxa de juros aplicável às Debêntures será com base na variação acumulada das taxas médias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de 01 (um) dia, “extra grupo” (“Taxa DI”), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida exponencialmente de *spread* de 2,75% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Acréscimo sobre a Taxa DI”, sendo a Taxa DI e o Acréscimo sobre a Taxa DI, em conjunto, referidos como “Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal não amortizado das Debêntures desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- J valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido acima), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNe Valor Nominal Unitário da Debênture, não amortizado, no início de cada Período de Capitalização (conforme definido acima), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- Fator Juros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;
- FatorDI produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

n número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k 1, 2, ..., n

DI_k Taxa DI Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

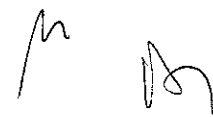
FatorSpread sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

Onde

spread spread ou sobretaxa de 2,75% ao ano;

n número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;



O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI})$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI})$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

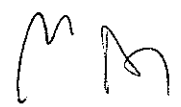
Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

Define-se "Período de Capitalização" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento de juros correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos semestralmente, todo dia 1º de junho e 1º de dezembro de cada ano, sendo o primeiro vencimento em 1º de dezembro de 2008 e o último em 1º de junho de 2012.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista neste item, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, se houver, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Companhia quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência da Taxa DI"), ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para definir, de comum acordo com a Companhia, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado. A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI, da data da extinção ou da data de impossibilidade legal de sua aplicação, conforme o caso.



Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembléia de Debenturistas, a referida Assembléia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará novamente a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.

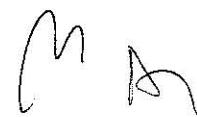
Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Companhia e os Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Companhia deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas ("AGD"), pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida e não paga até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada publicamente.

Preço de Subscrição: O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva integralização, de acordo com o item 4.3.2 abaixo ("Preço de Subscrição").

Prazo e Forma de Subscrição e Integralização: A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis a CETIP e a CBLIC.

O montante correspondente a 100% dos recursos decorrentes da integralização das Debêntures será depositado em conta corrente aberta pela Companhia junto do Banco Itaú S.A. ("Conta Garantia"), a ser movimentada única e exclusivamente pelo Agente Fiduciário, sendo que os recursos apenas serão liberados à Companhia em montante igual ao montante de garantia devidamente formalizada, conforme item "Garantia".

Colocação e Procedimento de Distribuição: As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sem solidariedade entre eles, observados os termos e condições estipulados no Contrato de Colocação, a ser celebrado entre a Companhia, o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"); o Banco UBS Pactual S.A. ("UBS Pactual"), o Banco ABC Brasil S.A. ("Banco ABC"), o BANIF Banco de Investimento (Brasil) S.A. ("BANIF"), e a HSBC Corretora de Valores e Títulos Mobiliários S.A. ("HSBC" e, em conjunto com o Itaú BBA, o UBS Pactual, o Banco ABC, e o BANIF os "Coordenadores").



11/11/2017

Os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Debêntures conforme plano de distribuição descrito abaixo em consonância com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores; e (iii) que os representantes de venda dos Coordenadores recebam previamente o exemplar do prospecto preliminar ("Prospecto Preliminar") e do prospecto definitivo ("Prospecto Definitivo" e, juntamente com o Prospecto Preliminar, os "Prospectos"), para leitura obrigatória, e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores. O plano de distribuição será fixado nos seguintes termos:

- (i) após o protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM, mas anteriormente ao registro da distribuição das Debêntures, serão realizadas apresentações para potenciais investidores ("roadshow"), conforme determinado pelos Coordenadores de comum acordo com a Companhia, durante os quais serão distribuídas versões do Prospecto Preliminar;
- (ii) após a obtenção do registro da Oferta na CVM, serão recebidas as ordens do investidores, feita a alocação dos mesmos até o Valor da Emissão e, então, será publicado o respectivo Anúncio de Início;
- (iii) não existirão lotes máximos ou mínimos de subscrição das Debêntures;
- (iv) não será concedido qualquer tipo de desconto e/ou repasse pelos Coordenadores aos investidores interessados em adquirir as Debêntures;
- (v) não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures;
- (vi) não será firmado contrato de estabilização de preços das Debêntures; e
- (vii) serão atendidos, prioritariamente, investidores institucionais, tais como fundos mútuos, fundos de pensão, seguradoras e *hedge funds*.

A colocação pública das Debêntures somente terá início, nos termos do artigo 54 da Instrução CVM 400, após a concessão do registro da Emissão pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores.

Destinação dos Recursos: Os recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures serão destinados para (i) pagamento de dívidas de curto prazo no valor de R\$200.000.000,00

M B

(duzentos milhões de reais); e (ii) aquisição de veículos novos e capital de giro, ambos, em conjunto, no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

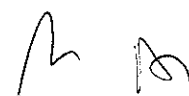
Forma e Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus os titulares das Debêntures serão efetuados pela Companhia no dia de seu respectivo vencimento, por intermédio da CETIP e da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC, ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à Bovespa Fix e ao SND.

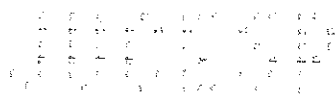
Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Escritura de Emissão, inclusive pelos debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipóteses em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto no item "Vencimento Antecipado" abaixo, ocorrendo atraso imputável à Companhia no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2,0% (dois por cento) e juros de mora calculado *pro rata temporis* à taxa de 1,0% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Companhia nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Companhia, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à





Companhia, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Amortização Programada: As Debêntures serão amortizadas em 07 (sete) parcelas semestrais e sucessivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, nos dias, 1º de junho e 1º de dezembro de cada ano, iniciando-se em 1º de junho de 2009 (cada uma, uma "Data de Amortização"), nos percentuais e valores que se seguem:

<i>Data da Amortização</i>	<i>Percentual de Amortização do Valor Nominal Unitário</i>	<i>Valor amortizado por Debênture</i>
1º de junho de 2009	14,285%	R\$1.428,50
1º de dezembro de 2009	14,285%	R\$1.428,50
1º de junho de 2010	14,285%	R\$1.428,50
1º de dezembro de 2010	14,285%	R\$1.428,50
1º de junho de 2011	14,285%	R\$1.428,50
1º de dezembro de 2011	14,285%	R\$1.428,50
1º de junho de 2012	14,290%	R\$1.429,00

Pagamento da Remuneração: A Remuneração será paga semestralmente todo dia 1º de junho e 1º de dezembro de cada ano sendo o primeiro vencimento em 1º de dezembro de 2008 e o último em 1º de junho de 2012.

Garantia Adicional: A Companhia compromete-se, de forma irrevogável e irretratável, durante todo o prazo em que as obrigações decorrentes da Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos e Outras Avenças ("Obrigações Garantidas e Contrato de Alienação"), a manter uma quantidade de Bens com Valor de Avaliação (conforme será definido no Contrato de Alienação) equivalente a 100% (cem por cento) do saldo devedor das Obrigações Garantidas, que será igual ao valor da dívida ainda pendente, nos termos do Contrato de Alienação, apurado trimestralmente, a partir da Data de Emissão, pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Alienação. A Companhia obriga-se durante a vigência da Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação a promover o reforço da garantia, imediatamente, sempre que o Agente Fiduciário tiver apurado um Valor de

Avaliação (conforme definido abaixo) inferior ao percentual referido neste item e solicitar a ela, por escrito, o reforço da garantia.

O registro da garantia nos órgãos competentes será feito pelo Agente Fiduciários sendo que, a verificação, pelo mesmo, da documentação comprovando a regularidade da garantia, dar-se-á por amostragem de pelo menos 25,0% (vinte e cinco por cento) dos veículos dados em garantia, indicados no Contrato de Alienação.

Limite Legal: A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Companhia nesta data é de R\$384.751.949,01 (trezentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e um mil, novecentos e quarenta e nove reais e um centavo).

Repactuação: As Debêntures da Emissão não estarão sujeitas à repactuação programada.

Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia poderá, a qualquer tempo a partir de 1º de junho de 2010, promover o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em circulação, mediante: (i) a deliberação do Conselho de Administração da Companhia, e (ii) enviar comunicação escrita ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis da data do resgate antecipado facultativo, informando a data ("Data do Resgate") e o procedimento de resgate, descrito abaixo.

Na Comunicação de Resgate deverá constar (i) a Data do Resgate, (ii) valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, deduzindo as Amortizações realizadas e pagas anteriormente, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento; e (b) do prêmio de reembolso a ser calculado de acordo com a seguinte fórmula ("Prêmio de Reembolso"):

$$\text{Prêmio de Reembolso (\%)} = \frac{Px(DD)}{(TCD)}$$

Onde:

P = 1,0% (um inteiro por cento);

DD = nº de dias corridos contados a partir da Data do Resgate até a Data de Vencimento; e

TCD = nº total de dias corridos desde 1º de junho de 2010 até a Data de Vencimento.

Exclusivamente no caso de resgate parcial, nos 10 (dez) dias úteis posteriores ao envio da comunicação escrita ao Agente Fiduciário, os Debenturistas poderão se habilitar ao resgate das Debêntures de que sejam titulares. Se a quantidade de Debêntures habilitadas exceder o número de Debêntures a serem resgatadas, será efetuado rateio proporcional entre os titulares de Debêntures com base no número de Debêntures habilitadas. Se a quantidade de Debêntures habilitadas for inferior ao número de Debêntures a serem resgatadas, a Companhia deverá resgatar as Debêntures habilitadas e, sobre a diferença, realizar sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, coordenado pelo Agente Fiduciário, para determinar as demais Debêntures que serão resgatadas. As Debêntures objeto do resgate antecipado serão extintas por ocasião deste por meio de cancelamento.

A habilitação de que trata o item anterior deverá ser feita mediante comunicação formal ao Agente Fiduciário, indicando-se o número de Debêntures que se pretenda objeto do resgate, apresentando-se demonstrativo de titularidade das Debêntures.

Para as Debêntures registradas no SND, o resgate parcial dar-se-á exclusivamente por meio de operação de compra e venda definitiva, no mercado secundário, conforme regulamento de operações do SND, sendo todas as etapas desses processos, incluindo habilitação dos Debenturistas, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades, por Debenturista, a serem resgatadas, realizadas fora do âmbito da CETIP, mas na presença do Agente Fiduciário. Para as Debêntures registradas no Bovespa Fix, o resgate parcial será operacionalizado conforme os procedimentos que serão divulgados à época da publicação da Comunicação de Resgate. Os titulares de Debêntures que não estejam registradas no SND ou no Bovespa Fix, se o caso, observarão as instruções constantes da Comunicação de Resgate, sendo o processo de resgate parcial levado a efeito perante o Banco Mandatário, com supervisão do Agente Fiduciário.

Oferta de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião de Conselho de Administração, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

- (i) a Companhia realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de envio de



comunicação escrita ao Agente Fiduciário divulgado nos termos do item "Resgate Antecipado Facultativo", ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) se a oferta e resgate será da totalidade das Debêntures ou se a mesma será parcial e, neste caso deverá estar descrito em tal edital, o procedimento para aquisição parcial (sorteio ou atendimento em ordem cronológica); (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iii) forma de manifestação do Debenturista que aceitar a oferta de resgate; (iv) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas;

(ii) Após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Companhia terá 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado;

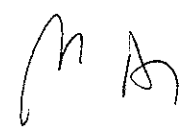
(iii) a Companhia, poderá condicionar o Resgate Antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debenturistas, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tal percentual deverá estar estipulado no Edital de Oferta de Resgate Antecipado; e

(iv) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, acrescido (i) da Remuneração devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado, calculada nos termos do item 4.7.2. acima; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia.

As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Companhia.

O pagamento das Debêntures resgatadas por meio da Oferta de Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND, (ii) por meio dos procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no Bovespa Fix, e/ ou (iii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não sejam vinculados aos sistemas acima mencionados.

Para as Debêntures custodiadas na CETIP, no caso de resgate parcial das Debêntures, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através da operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. No entanto, todas as etapas da Oferta de Resgate Antecipado parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da



quantidade de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal acrescido da respectiva Remuneração, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de último pagamento de juros, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Companhia, ou colocadas novamente no mercado.

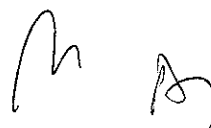
As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em Circulação.

O Conselho de Administração da Companhia terá poderes para aprovar o cancelamento, a qualquer momento, das Debêntures que se encontrarem em tesouraria.

Publicidade: Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, no "DCI – Diário Comércio, Indústria e Serviços" (publicado na cidade de São Paulo), bem como na página da Companhia na rede internacional de computadores – *internet* (www.unidas.com.br), exceção feita aos seguintes avisos e anúncios: (a) aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM 400; (b) Anúncio de Início; (c) Anúncio de Encerramento; e (d) outros avisos aos investidores que eventualmente sejam publicados até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, que serão que serão publicados na Edição nacional do jornal "Valor Econômico".

Os avisos e/ou anúncios aqui referidos deverão ser divulgados imediatamente após a ciência do(s) ato(s) ou fato(s) que originou(aram) esses avisos ou anúncios, devendo os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, na Escritura de Emissão, ou, na falta de disposição expressa, ser de, no mínimo, 10 (dez) dias corridos contados da data da publicação do aviso ou anúncio. A Companhia poderá alterar o(s) jornal(is) referido(s) no item "Publicidade". acima por outro(s) jornal(is) de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no(s) jornal(is) a ser(em) substituído(s).

Vencimento Antecipado: Observados os termos e condições deste item, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e



exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, devida desde a Data da Emissão, ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- (a) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de um dia útil de seu vencimento;
- (b) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária (incluindo *covenants* não financeiros) relacionada às Debêntures estabelecida na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Companhia ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário ou por qualquer terceiro à Companhia, dos 02 (dois) o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (c) inveracidade de quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia na Escritura de Emissão, no Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos e Outras Avenças ou no Contrato de Colocação;
- (d) sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutibilidade da Escritura de Emissão;
- (e) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Companhia, no mercado local ou internacional, cujo valor considerado em conjunto seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais),
- (f) protesto legítimo de títulos contra a Companhia em valor individual ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), por cujo pagamento a Companhia seja responsável, salvo se, no prazo de 05 (cinco) dias úteis corridos contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Companhia que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto for cancelado, ou ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo;
- (g) a falta de pagamento nas respectivas datas de vencimento não sanada em até 02 (dois) dias úteis, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações financeiras em

Handwritten signature

montante individual ou total igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

- (h) resgate ou amortização de ações, redução de capital, exceto para absorção de prejuízos, pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de Oferta, pela Companhia a seus acionistas, quando esta estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e o pagamento de dividendos prioritários (fixos ou mínimos) a que as ações preferenciais eventualmente emitidas pela Companhia façam jus;
- (i) não cumprimento de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso ou sentença transitada em julgado, pela Companhia em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (j) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de autofalência ou declaração de falência ou, ainda, qualquer procedimento similar que venha a ser criado por lei, requerido ou decretado contra a Companhia;
- (l) o Contrato de Alienação (i) for objeto de questionamento judicial pela Companhia ou por terceiros, que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação, desde que o objeto da alienação não seja substituído pela Companhia nos termos e prazos previstos no Contrato de Alienação; (ii) não for constituído; (iii) for anulado, sem que um novo contrato com as mesmas condições o substitua dentro de 15 (quinze) dias úteis; ou (iv) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindido;
- (m) a Companhia transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na Escritura de Emissão, sem a prévia anuência do Agente Fiduciário, como representante dos Debenturistas;
- (n) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental que resulte na perda da propriedade ou posse direta da parte substancial de seus ativos ou na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Companhia, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete

substancialmente a capacidade de pagamento pela Companhia de suas obrigações relativas às Debêntures,

- (o) a transferência do controle acionário, direto ou indireto da Companhia, exceto se: (i) para pessoas ou partes relacionadas do atual grupo de controle; ou, (ii) se houver aprovação prévia dos Debenturistas, em AGD convocada com esse fim, dispensada essa aprovação se for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, a aquisição pela Companhia das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação do fato relevante referente à transferência de controle acionário;
- (p) a incorporação, a fusão ou a cisão da Companhia, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas em AGD convocada com esse fim, dispensada essa aprovação se for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, a aquisição pela Companhia das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação do fato relevante referente à alienação;
- (q) a Companhia criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre os ativos previstos no Contrato de Alienação no presente ou no futuro, da Companhia, exceto: (i) aqueles destinados a penhores ou depósitos para garantir direitos e obrigações trabalhistas, fiscais ou judiciais da Companhia, desde que liberados em 30 (trinta) dias da data em que forem constituídos, exceto se contestados em boa-fé pela Companhia, neste caso devendo ser liberados em 30 (trinta) dias após a respectiva decisão judicial final;
- (r) tiver sido alterado o objeto social disposto no Estatuto Social da Companhia, de maneira que (i) altere substancialmente as atividades atualmente praticadas e o ramo de negócios atualmente explorados pela Companhia; e (ii) afete substancialmente a capacidade de pagamento pela Companhia de suas obrigações relativas às Debêntures;
- (s) alienação de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resulte em uma redução do ativo da Companhia superior a 20% (vinte por cento), exceto se tal alienação objetivar a captação de recursos para (i) a capitalização da Companhia, (ii) investimentos na atividade produtiva da Companhia, (iii) substituição de bens antigos por outros novos com a mesma finalidade, ou (iv) eliminação de ativos operacionais obsoletos ou inservíveis. O limite acima estabelecido será apurado, levando-se em conta o ativo da Companhia no último exercício social;



ANEXO

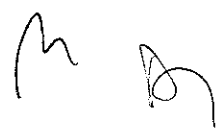
- (t) não cumprimento, pela Companhia, durante a vigência das Debêntures, dos seguintes índices financeiros, apurados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, feita a atualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:
- (i) o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não deverá ser superior a (a) 3,25 (três vírgula e vinte e cinco) a partir publicação das demonstrações financeiras anuais relativas a 31 de dezembro de 2009 até a publicação das demonstrações financeiras anuais relativas a 31 de dezembro de 2010; e (b) 2,75 (dois vírgula setenta e cinco) a partir da publicação das demonstrações financeiras trimestrais relativas ao período terminado em 31 de março de 2011 até a Data de Vencimento;
 - (ii) o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pela soma do EBITDA e do Valor Total da Frota Desonerada (conforme definido abaixo) não deverá ser superior a 1,25 (um vírgula vinte e cinco);
 - (iii) o índice obtido da divisão do Valor Total da Frota (conforme definido abaixo) pela Dívida Financeira Líquida não deverá ser inferior a 1,5 (um vírgula cinco);
 - (iv) o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo Patrimônio Líquido (conforme definido abaixo) não deverá ser superior a 1,5 (um vírgula cinco); e

Onde:

"Dívida Financeira Líquida": significa o endividamento oneroso total (composto por "Empréstimos e Financiamentos" (no "Passivo Circulante" e no "Passivo não Circulante") e Eurobônus (no "Passivo Circulante" e no "Passivo não Circulante")), menos as disponibilidades em caixa e valores equivalentes, sendo certo que a dívida referente ao Contrato de Empréstimo não será considerada como endividamento oneroso para a Companhia;

"EBITDA": significa o lucro antes de juros, tributos, amortizações e depreciações ao longo dos últimos 12 (doze) meses;

"Valor Total da Frota Desonerada": significa a parte do Valor Total da Frota que não foi objeto de alienação fiduciária, em garantia de operações financeiras ;



"Valor Total da Frota": significa a parcela do imobilizado da Companhia correspondente ao "Valor Líquido de Veículos", acrescida dos "Bens do Imobilizado Não Destinados a Uso"; e,

"Patrimônio Líquido": significa o "Capital Social", adicionado de "Ajustes de Avaliação Patrimonial", "Reserva de Capital", "Reserva de Lucros" e "Lucros Acumulados".

- (u) o pagamento antecipado do Contrato de Empréstimo, definido na cláusula I acima, antes da Data do Vencimento, exceto em caso de oferta de ações da Companhia.

A ocorrência de quaisquer dos eventos de vencimento antecipado indicados nas alíneas (a), (d), (e), (g), (h), (j), (k), (l), (m), (o), (p), (q), (u), acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures.

Na ocorrência de qualquer dos demais eventos de vencimento antecipado acima, o Agente Fiduciário deverá convocar a AGD no primeiro Dia Útil subsequente à data de conhecimento da respectiva ocorrência. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembléia, por deliberação de Debenturistas representantes de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

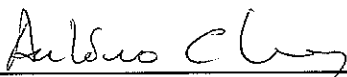
Não havendo deliberação nas datas originalmente estabelecidas para realização da Assembléia Geral de Debenturistas, seja na primeira ou na segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Companhia do Valor Nominal das Debêntures, acrescido do Rendimento aplicável e encargos até a data de seu efetivo pagamento.

- (iv) Fica a Diretoria da Companhia autorizada a contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para a distribuição pública das Debêntures, bem como a contratar o agente fiduciário, o banco mandatário e escriturador, a(s) agência(s) de classificação de risco, o auditor independente para emissão de carta de conforto, escritórios de advocacia, entre outros, podendo, ainda, celebrar a Escritura de Emissão, seus respectivos aditamentos, o contrato de colocação, os contratos de garantia e os demais contratos relativos à Emissão e praticar todos os atos necessários à realização da

Emissão, ficando ratificados todos os atos já praticados com vistas à realização da Oferta.

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi esta ata lavrada, lida e aprovada, tendo sido transcrita em livro próprio, que foi assinado por todos os Conselheiros.

São Paulo, 08 de julho de 2008.



Antônio Carlos Romeiras de Lemos
Presidente da Mesa



Márcia Giangiacomo Bonilha
Secretária



Estatuto Social da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ESTATUTO SOCIAL
DA
UNIDAS S.A.**

**C.N.P.J./M.F. nº 04.437.534/0001-30
N.I.R.E. 35.300.186.281**

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, OBJETO SOCIAL, SEDE E DURAÇÃO

Artigo 1º – UNIDAS S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações regida por este Estatuto Social e pela legislação vigente que lhe for aplicável.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto:

- (a) a locação de veículos automotores e equipamentos e a prestação de serviços correlatos e derivados;
- (b) a concessão de licenças para uso de sua marca de serviços de locação e do sistema operacional de locação;
- (c) o uso, sob licença ou sublicenciamento, de marcas de serviços de locação e do sistema operacional de locação das empresas do grupo ou de terceiros;
- (d) o agenciamento de publicidade em veículos de comunicação e a prestação de serviços de propaganda e marketing;
- (e) a prestação de serviços de transporte em geral, sob qualquer título e modalidade;
- (f) a prestação de serviços de terceirização de frotas e seus correlatos e derivados, com o respectivo gerenciamento de seus veículos e equipamentos componentes, bem como do pessoal e recursos humanos que os operam;
- (g) a prestação de serviços gráficos;
- (h) a locação e sublocação de motocicletas e outros meios de transportes; e
- (i) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e poderá, por deliberação da Diretoria, abrir filiais ou escritórios em qualquer localidade do território nacional ou do exterior.

Artigo 4º – O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$384.751.949,01 (trezentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e um mil, novecentos e quarenta e nove reais e um centavo), dividido em 128.250.649 (cento e vinte e oito milhões, duzentos e cinquenta mil, seiscentas e quarenta e nove) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

§ 1º – O capital social é representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária confere a seu respectivo titular o direito a um voto nas Assembléias Gerais.

§ 2º – As ações da Companhia poderão ter a forma escritural, caso em que devem ser mantidas em conta de depósito em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Pode ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do Art. 35 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores (“Lei das Sociedades por Ações”).

§ 3º – É vedada à Companhia a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Artigo 6º – O capital social da Companhia pode ser aumentado até 121.018.154 (cento e vinte e um milhões, dezoito mil, cento e cinquenta e quatro) ações, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que será competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite de autorização conferido pelo Estatuto Social.

§ 1º – A Companhia pode, no limite do capital autorizado estabelecido no *caput* deste artigo e de acordo com o plano aprovado pela Assembléia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores, empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas.

§ 2º – Fica excluído o direito de preferência, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

Artigo 7º – Na subscrição de ações, os acionistas terão direito de preferência na proporção do número das ações já possuídas. Havendo sobras, os demais acionistas, dentro do prazo estipulado em assembléia geral, terão preferência para a sua subscrição nas respectivas proporções.

CAPÍTULO III – ADMINISTRAÇÃO

Artigo 8º – A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, órgãos que terão sua instalação, composição e atuação pautadas pelas disposições legais aplicáveis e pelo presente Estatuto Social.

Seção I – Conselho de Administração

Artigo 9º – O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 15 (quinze) membros, pessoas físicas, acionistas da Companhia, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

§ 1º – No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração devem ser Conselheiros Independentes, conforme previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Quando, em decorrência da observância desse percentual, resultar número fracionário de Conselheiros, deve-se proceder ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, em caso de fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, em caso de fração inferior a 0,5 (cinco décimos).

§ 2º – A qualificação como Conselheiro Independente deve ser expressamente declarada na Ata da Assembléia Geral que o elege.

§ 3º – Os Conselheiros serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição, e, após a adesão da Companhia ao Novo Mercado, pela prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

§ 4º – Entre os membros do Conselho de Administração, um será designado pela Assembléia Geral para ocupar o cargo de Presidente.

Artigo 10 – Ocorrendo vacância no Conselho de Administração, os conselheiros remanescentes poderão indicar um substituto, o qual permanecerá no cargo até a primeira Assembléia Geral, quando será eleito o novo conselheiro, que deverá permanecer no cargo até o final do mandato do membro substituído. Ocorrendo a vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, a Assembléia Geral deverá ser convocada para proceder a nova eleição.

Parágrafo Único – Em qualquer hipótese, o prazo de gestão dos administradores estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

Artigo 11 – O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, uma vez por bimestre, conforme datas a serem fixadas na primeira reunião de cada ano civil, ou, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros. A convocação para reuniões extraordinárias, ou no caso de alteração das datas fixadas para as reuniões ordinárias, deverá ser enviada com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência e feita por correspondência com aviso de recebimento, fac-símile, telegrama ou outro meio idôneo, ou pré-acordo escrito, e indicar expressamente a ordem do dia (agenda da reunião).

§ 1º – As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros. O membro do Conselho de Administração que não puder comparecer às reuniões poderá designar outro membro do Conselho para representá-lo, o qual, assim, disporá, além de seu voto, do voto do membro do Conselho que representar.

§ 2º – As reuniões do Conselho serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por outro membro do Conselho por ele indicado. De cada reunião será lavrada ata, que será assinada por todos os membros presentes e transcrita no livro de registro próprio e, sempre que contenham deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, seus extratos deverão ser arquivados na Junta Comercial e publicados.

§ 3º – Na ocorrência de empate nas reuniões do Conselho de Administração, caberá ao Presidente do Conselho o voto de desempate.

§ 4º – As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por conferência telefônica ou vídeo conferência ou equipamento de comunicação similar, por meio do qual todos os participantes da reunião possam escutar simultaneamente uns aos outros, sendo assim considerados presentes à reunião. Nessa hipótese, após a reunião, o Presidente da reunião fará com que seja lavrada a respectiva ata, que será enviada aos demais Conselheiros por qualquer meio, impresso ou eletrônico, e as deliberações aprovadas na reunião somente terão eficácia após a devolução da respectiva ata ao Presidente da reunião do Conselho de Administração, devidamente assinada por cada um dos Conselheiros presentes à reunião, o que poderá ser feito por fax nos 15 (quinze) dias seguintes à reunião. O Presidente do Conselho de Administração tomará as providências necessárias para que 4 (quatro) vias originais da ata sejam assinadas pelos Conselheiros presentes à reunião.

Artigo 12 – Sem prejuízo dos demais poderes e atribuições conferidos pela Lei e pelo presente Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) eleger e destituir os Diretores da Companhia; (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e quaisquer documentos da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e sobre quaisquer outros, atos ou operações inerentes aos negócios da Companhia; (iv) manifestar-se sobre e relatório da administração e as contas da Diretoria; (v) propor a destinação de resultados do exercício social e manifestar-se previamente sobre planos operacionais e orçamentos; (vi) declarar dividendos intermediários; (vii) escolher e destituir a auditoria externa da Companhia; (viii) estabelecer o rateio da remuneração global dos administradores, aprovada pela Assembléia Geral, entre os membros do Conselho de Administração e os membros da Diretoria; (ix) convocar a Assembléia Geral; (x) manifestar-se previamente sobre a outorga de avais e garantias ou constituição de ônus reais de qualquer espécie ou natureza, inclusive hipotecária, sobre a aquisição de bens imóveis; (xi) aprovar previamente a venda, transferência, arrendamento, permuta ou outro ato de alienação ou disposição de direitos sobre todos ou substancialmente todos os ativos ou linhas de negócio da Companhia ou suas subsidiárias, em uma transação única ou por meio de uma série de transações relacionadas, cujo valor exceda o montante fixado pelo Conselho de Administração; (xii) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Art. 6º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive o preço e o prazo de integralização; (xiii) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação; (xiv) outorgar opção de compra ou subscrição de ações da Companhia, de acordo com o plano aprovado em Assembléia Geral; (xv) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, nos termos do Art. 59, § 1º da Lei das Sociedades por Ações, bem como a emissão de notas promissórias ou qualquer outro tipo de valor mobiliário representativo da dívida da Companhia, não conversível em ação e sem garantia real, no Brasil ou no exterior, em todos os casos desde que não sejam subordinados às demais dívidas da Companhia; (xvi) definir a lista triplíce de sociedades especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, na forma definida no Art. 43 – deste Estatuto Social; (xvii) aprovar o Manual de Governança Corporativa da Companhia; (xviii) aprovar a aquisição pela Companhia de negócios ou participações societárias em outras sociedades; (xix) supervisionar as atividades da auditoria interna da Companhia; (xx) criar comitês de caráter consultivo no âmbito do Conselho de Administração e da Diretoria, permanentes ou temporários, para apreciar e opinar sobre quaisquer matérias que venham a ser solicitadas pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria; e (xxi) alterar o endereço da sede social da Companhia.

Seção II – Diretoria

Artigo 13 – A Diretoria, órgão de representação da Companhia, será composta por 4 (quatro) a 7 (sete) membros, acionistas ou não, sendo, dentre eles, um Diretor Presidente, um Diretor Comercial, um Diretor de Operações e Redes, um Diretor de Gestão de Valores Residuais, um Diretor de Tecnologia e Informação, um Diretor de Recursos Humanos e um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Os Diretores podem cumular cargos, conforme deliberação do Conselho de Administração.

§ 1º – Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição, e, após a adesão da Companhia ao Novo Mercado, pela prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

§ 2º – Findo o mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura de seus sucessores.

§ 3º – No caso de vacância de cargo na Diretoria, o Diretor Presidente deverá indicar, dentre os demais Diretores da Companhia, aquele que deverá cumular as funções do cargo vago, até a primeira Reunião do Conselho de Administração, quando será eleito o novo Diretor, que deverá permanecer no cargo até o final do mandato do Diretor substituído. No caso de vacância do cargo de Diretor Presidente, caberá ao Presidente do Conselho de Administração indicar, dentre os demais Diretores da Companhia, aquele que deverá cumular as funções do Diretor Presidente, até a primeira Reunião do Conselho de Administração, quando será eleito o novo Diretor Presidente, que deverá permanecer no cargo até o final do mandato do Diretor substituído.

§ 4º – Em suas faltas ou impedimentos ocasionais, os Diretores poderão ser substituídos por outro diretor, que acumulará plenamente as suas funções e as do substituído, votando por si e pelo substituído.

Artigo 14 – A Diretoria reunir-se-á regularmente; e com periodicidade mínima de 15 (quinze) dias, ou sempre que necessário, sujeita à ordem do dia (agenda) circulada entre seus membros com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência e deliberará com a presença da maioria dos seus membros.

Parágrafo Único – As deliberações da Diretoria serão lavradas em ata, a qual será transcrita em Livro de Atas de Reuniões da Diretoria e, sempre que contenham deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, seus extratos devem ser arquivados na Junta Comercial competente e publicados.

Artigo 15 – Compete à Diretoria, observado o disposto nos Art. 23 e 24 abaixo, dentro da orientação e dos limites fixados pelo Conselho de Administração, a representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais estaduais ou municipais, bem como autarquias sociedades de economia mista e entidades paraestatais, para a prática de todos os atos e negócios jurídicos em geral necessários ao funcionamento regular e ao desenvolvimento das atividades contempladas no objeto social da Companhia.

§ 1º – Compete ainda à Diretoria a apresentação do Plano Anual de atividades e a proposta das linhas estratégicas da Companhia, ao Conselho de Administração.

§ 2º – A Diretoria deverá comunicar ao Conselho de Administração a venda, transferência, arrendamento, permuta ou outro ato de alienação ou disposição de direitos sobre todos ou substancialmente todos os ativos ou linhas de negócio da Companhia ou suas subsidiárias, em uma transação única ou por meio de uma série de transações relacionadas, cujo valor não exceda o montante fixado pelo Conselho de Administração.

Artigo 16 – Compete ao Diretor Presidente (i) cumprir e fazer cumprir a política e a orientação geral dos negócios da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração; (ii) presidir as reuniões da Diretoria; (iii) coordenar e supervisionar as atividades dos demais Diretores; (iv) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia; (v) cumprir e executar as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração; e (vi) representar a Diretoria nas atividades de Qualidade e Ouvidoria.

Parágrafo Único – Caso haja, por qualquer motivo, impedimento ou impossibilidade temporária no regular exercício do cargo de Diretor Presidente, as atribuições do Diretor Presidente poderão ser exercidas por qualquer outro Diretor escolhido pelo Diretor Presidente.

Artigo 17 – Compete ao Diretor Comercial: (i) coordenar e supervisionar todas as atividades comerciais da Companhia, incluindo as equipes de vendas e de marketing; e (ii) elaborar, propor e coordenar a execução do Plano de Marketing e Vendas da Companhia.

Artigo 18 – Compete ao Diretor de Operações e de Redes: (i) coordenar e supervisionar a rede de filiais, lojas e postos avançados da Companhia; (ii) coordenar as atividades da rede de franqueados; e (iii) coordenar e supervisionar as atividades da área de Operações e Logística, Suprimentos e Manutenção.

Artigo 19 – Compete ao Diretor de Gestão de Valores Residuais: (i) coordenar e supervisionar as operações de desinvestimento de veículos ao final da sua vida útil; (ii) coordenar e supervisionar os canais de venda de veículos, incluindo a comercialização em rede de varejo; e (iii) coordenar o Comitê de Risco Automóvel e as atividades de precificação de valores residuais de viaturas.

Artigo 20 – Compete ao Diretor de Tecnologia e Informação: (i) coordenar e supervisionar a equipe e as atividades de Tecnologia e Informação, incluindo Organização e Processos; e (ii) coordenar o Comitê Tecnológico.

Artigo 21 – Compete ao Diretor de Recursos Humanos coordenar e supervisionar a equipe e as atividades de Recursos Humanos, incluindo a administração de salários, o desenvolvimento de capital humano, o recrutamento e a Universidade Unidas.

Artigo 22 – Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: (i) coordenar e supervisionar o departamento jurídico; (ii) coordenar e supervisionar as atividades de contabilidade, controladoria, financiamentos, tesouraria e planejamento financeiro; (iii) coordenar e supervisionar as atividades de gestão de risco financeiro e patrimonial; (iv) coordenar as atividades do Comitê de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO); (v) prestar informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários e às bolsas de valores e mercados de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada; e (vi) manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, cumprindo toda a legislação e regulamentação aplicável às companhias abertas.

Artigo 23 – A representação da Companhia em quaisquer negócios jurídicos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia e a assinatura de quaisquer contratos e escrituras de qualquer natureza ou emissão de quaisquer títulos de crédito será obrigatoriamente exercida por: a) dois Diretores em conjunto; b) qualquer Diretor em conjunto com um Procurador com poderes específicos, nomeado nos termos do Artigo 25 abaixo; ou c) um Procurador isoladamente, desde que investido de especiais e expressos poderes, nomeado nos termos do Artigo 25 abaixo.

Parágrafo Único – A representação da Companhia no exercício do direito de voto perante subsidiárias e controladas será sempre exercida sob orientação do Conselho de Administração.

Artigo 24 – A correspondência ordinária, como tal entendendo-se a que não importar em obrigação para a Companhia, bem como os endossos de cheques para depósitos em bancos na conta da Companhia poderão ser assinados por um só Diretor ou por um procurador da Companhia devidamente autorizado; também na emissão de duplicatas e respectivos endossos aos bancos para cobrança será suficiente a assinatura de um Diretor ou de um procurador da Companhia devidamente autorizado.

Artigo 25 – Os instrumentos de procuração serão assinados obrigatoriamente por dois Diretores em conjunto e deverão especificar os poderes conferidos, bem como, com exceção daquelas para fins judiciais, o prazo de duração, o qual não poderá ser superior a 1 (um) ano. Na ausência de prazo de validade, considerar-se-ão como vincendas no dia 31 de dezembro do exercício no qual tenham sido outorgadas.

Artigo 26 – São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer diretor, procurador, funcionário ou preposto, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Diretoria, em reunião, obedecidos os limites fixados pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV – ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 27 – A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que convocada.

Artigo 28 – A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na ausência deste, por qualquer outro membro do Conselho de Administração da Companhia ou, em caso de ausência, por qualquer acionista ou administrador da Companhia escolhido pela maioria dos acionistas presentes, cabendo ao Presidente da Assembléia Geral escolher, dentre os presentes, o seu secretário.

Artigo 29 – As decisões da Assembléia Geral serão tomadas por maioria de votos, se maior quorum não for exigido pela lei ou por este Estatuto Social.

Artigo 30 – Compete à Assembléia Geral, além das demais atribuições previstas em lei:

- a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- b) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, bem como indicar, dentre eles, o Presidente do Conselho;
- c) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- d) reformar o Estatuto Social;
- e) deliberar sobre a dissolução, a liquidação, a fusão, a cisão, a incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia, bem como sobre a incorporação de ações envolvendo a Companhia;
- f) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- g) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores, empregados e a pessoas naturais que prestem serviços às sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- h) deliberar, de acordo com a proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- i) deliberar sobre o aumento do capital social acima do capital autorizado, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social;
- j) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deve funcionar no período de liquidação;
- k) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- l) deliberar sobre a saída do Novo Mercado (“Novo Mercado”) da Bolsa de Valores de São Paulo S.A.;
- m) escolher a empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme o previsto no Capítulo VII deste Estatuto Social, dentre as indicadas pelo Conselho de Administração; e
- n) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO V – CONSELHO FISCAL

Artigo 31 – A Companhia terá um Conselho Fiscal, de caráter não permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no País, com as atribuições previstas em Lei.

§ 1º – Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, e, após a adesão da Companhia ao Novo Mercado, pela prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

§ 2º – O Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que os acionistas solicitarem a sua instalação, devendo a Assembléia Geral competente eleger seus membros e fixar sua respectiva remuneração.

CAPÍTULO VI – EXERCÍCIO SOCIAL, RESULTADOS E DIVIDENDOS

Artigo 32 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 33 – Em 31 de dezembro de cada ano, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Companhia, as Demonstrações Financeiras previstas nas disposições legais e regulamentares em vigor.

Artigo 34 – Do lucro líquido apurado, após as necessárias amortizações, depreciações e provisões, será objeto de proposta de destinação à Assembléia Geral, observadas as seguintes disposições: (a) importância equivalente a 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; (b) a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não pode ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Art. 202 da Lei de Sociedades por Ações; e (c) constituição de reserva de lucros a realizar, na forma prevista pela legislação. O restante terá a destinação que lhe for determinada pela Assembléia Geral.

Parágrafo Único – A Companhia poderá por deliberação do Conselho de Administração levantar Balanços Patrimoniais semestrais e/ou intercalares no último dia útil do mês e declarar dividendos com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.

Artigo 35 – Reverterão à Companhia, ao fim de 3 (três) anos contados da data em que se tornarem disponíveis, os dividendos não reclamados.

Artigo 36 – Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembléia Geral, pode a Companhia pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas podem ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

§ 1º – Em caso de crédito de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e sua atribuição ao valor do dividendo obrigatório, os acionistas devem ser compensados com os dividendos a que têm direito, sendo-lhes assegurado o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes tenha sido creditado, a Companhia não pode cobrar dos acionistas o saldo excedente.

§ 2º – O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, após o crédito no decorrer do exercício social, deve se dar por deliberação do Conselho de Administração, no curso do mesmo exercício social ou no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos.

CAPÍTULO VII – ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 37 – A alienação do controle da Companhia, direta ou indiretamente, por meio de uma operação ou de operações sucessivas, deve ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Comprador obrigue-se a efetivar a Oferta Pública aos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário aquele dado ao controlador alienante.

§ 1º – Para os fins deste Estatuto Social, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas têm os seguintes significados:

“Comprador” significa aquele para quem o acionista controlador alienante transfere o Poder de Controle em uma alienação de controle da Companhia.

“Controle” (bem como seus termos correlatos, “Poder de Controle”, “Controlador”, “sob Controle comum” ou “Controlada”) significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato e de direito. Há a presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum (“grupo de controle”) que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembléias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

“Oferta Pública” significa oferta pública de aquisição de ações.

§ 2º – O(s) acionista(s) Controlador(es) não pode(m) transferir a propriedade de suas ações enquanto o Comprador não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

§ 3º – A Companhia não deve registrar qualquer transferência de ações para o Comprador do Poder de Controle ou para aquele(s) que venha(m) a deter o Poder de Controle, enquanto esse(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

§ 4º – Nenhum Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle pode ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência referido no parágrafo 3º deste artigo.

Artigo 38 – A Oferta Pública referida no artigo anterior também deve ser efetivada:

- I. nos casos em que haja a cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que resulte na alienação do Controle da Companhia; e
- II. em caso de alienação do Controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, neste caso, o Controlador alienante fica obrigado a declarar à Bolsa de Valores de São Paulo S.A. o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar a documentação comprobatória.

Artigo 39 – Aquele que detenha ações da Companhia e venha a adquirir o Poder de Controle em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o(s) acionista(s) Controlador(es), envolvendo qualquer quantidade de ações, está obrigado a:

- I. efetivar a Oferta Pública referida no Art. 37 deste Estatuto Social;
- II. ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado as ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da alienação do Controle da Companhia, devendo lhes pagar a eventual diferença entre o preço pago ao acionista Controlador alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações da Companhia nesse mesmo período, devidamente atualizado pela variação positiva do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA até o momento do pagamento;
- III. tomar as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, caso o percentual destas ações, após a alienação do Controle, seja inferior ao mínimo exigido pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado, dentro dos 6 (seis) meses subseqüentes à aquisição do Controle.

Exigência: Verificar a remissão.

Artigo 40 – Para que um terceiro ou um acionista venha a adquirir ou se torne titular, direta ou indiretamente, por qualquer motivo, por meio de uma única transação ou transações sucessivas, de Ações em Circulação de emissão da Companhia (conforme definido no parágrafo 3º abaixo), ou de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre Ações em Circulação de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 5%, inclusive, do seu capital social (“Adquirente”), estará obrigado a realizar a transação em bolsa de valores e, previamente, comunicar por escrito à Companhia e ao diretor de pregão da Bolsa de Valores de São Paulo S.A., através da sociedade corretora pela qual pretenda adquirir as Ações em Circulação, sua intenção de adquirir Ações em Circulação de emissão da Companhia, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data prevista para a realização da aquisição de Ações em Circulação, de tal modo que o diretor possa previamente convocar um leilão de compra a ser realizado em pregão da Bolsa de Valores de São Paulo S.A. do qual possam participar terceiros interferentes e/ou eventualmente a própria Companhia, observados sempre os termos da legislação vigente, da regulamentação da CVM e os regulamentos da Bolsa de Valores de São Paulo S.A. aplicáveis.

§ 1º – O procedimento previsto no *caput* do Art. 40 acima deverá ser repetido toda vez que o Adquirente que tenha atingido o percentual ali referido pretender realizar a aquisição de novas Ações em Circulação de emissão da Companhia.

§ 2º – Na hipótese do Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembléia Geral Extraordinária, na qual o Adquirente não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do Adquirente que não cumpriu com a obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no Art. 120 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 3º – Para fins deste artigo, os seguintes termos iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

“Ações em Circulação” significa todas as ações de emissão da Companhia exceto aquelas (i) de titularidade, direta ou indiretamente, do Acionista Controlador e/ou de pessoas a ele vinculadas; (ii) em tesouraria da Companhia; (iii) detidas por sociedade controlada pela Companhia; e (iv) de titularidade, direta ou indiretamente, dos administradores da Companhia.

“Acionista Controlador” tem o significado que lhe é atribuído no Art. 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Artigo 41 – Na Oferta Pública a ser efetivada pelo(s) acionista(s) Controlador(es) ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deve corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, referido no Art. 43 deste Estatuto Social.

Artigo 42 – O(s) acionista(s) Controlador(es) da Companhia deve(m) efetivar a Oferta Pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, caso os acionistas reunidos em Assembléia Geral Extraordinária deliberem a saída da Companhia do Novo Mercado, (i) para a negociação das ações fora do Novo Mercado, ou (ii) em decorrência de reorganização societária na qual as ações da companhia resultante de tal reorganização não sejam admitidas para a negociação no Novo Mercado. O preço mínimo a ser ofertado deve corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, referido no Art. 43 deste Estatuto Social, observadas a legislação aplicável e as regras constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado. A notícia da realização da Oferta Pública deve ser comunicada à Bovespa e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembléia Geral da Companhia que aprovar a referida saída ou reorganização, conforme o caso.

Artigo 43 – O laudo de avaliação de que tratam os Art. 41 e 42 deste Estatuto Social deve ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e que seja independente da Companhia, de seus administradores e controladores, bem como do poder de decisão destes, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do Art. 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo Art. 8º.

§ 1º – A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia de que tratam os Art. 41 e 42 é de competência privativa da Assembléia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação ser tomada por maioria absoluta dos votos das ações em circulação manifestados na Assembléia Geral que deliberar sobre o assunto, não se computando os votos em branco. Esta Assembléia, se instalada em primeira convocação, deve contar com acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das ações em circulação ou, se instalada em segunda convocação, pode contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

§ 2º – Os custos de elaboração do laudo de avaliação devem ser suportados integralmente pelos responsáveis pela efetivação da Oferta Pública.

Artigo 44 – É facultada a formulação de uma única Oferta Pública, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VII, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de Oferta Pública, não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 45 – A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização da Oferta Pública prevista neste Capítulo VII, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM podem assegurar a sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia, desde que não haja prejuízo para os destinatários da Oferta e que seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a Oferta Pública até que seja concluída, com a observância das regras aplicáveis.

CAPÍTULO VIII – JUÍZO ARBITRAL

Artigo 46 – A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, da validade, da eficácia, da interpretação, da violação e de seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Parágrafo Único – Sem prejuízo da validade da cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral tem o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer as medidas cautelares de proteção de direitos, em procedimento arbitral instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida dessa natureza seja-lhe concedida, a competência para a decisão de mérito deve ser imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído.

CAPÍTULO IX – LIQUIDAÇÃO

Artigo 47 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembléia Geral eleger os liquidantes, os membros do Conselho Fiscal e fixar-lhes a remuneração.

Artigo 48 – Os casos omissos neste Estatuto Social serão decididos pelas disposições legais aplicáveis e deliberações da Assembléia Geral.

CAPÍTULO X – ACORDOS DE ACIONISTAS

Artigo 49 – Os acordos de acionistas devidamente registrados na sede da Companhia que, dentre outras pactuações, estabeleçam cláusulas e condições para alienação, compra e resgate de ações de emissão da Companhia, estabeleçam cláusulas e condições para a outorga e exercício de opção de compra de ações de emissão da Companhia, disciplinem o direito de preferência ou regulem o exercício do direito de voto dos acionistas, serão respeitados pela Companhia e por sua administração.

CAPÍTULO XI – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 50 – As disposições contidas nos Capítulos VII e VIII, bem como as regras referentes ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado constantes do Art. 9º, §§ 1º, 2º e 3º; artigo 12, “xvi”; Art. 13, § 1º; Art. 30, “l” e “m”; e do Art. 31, § 1º deste Estatuto Social, somente devem ter eficácia a partir da data da publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública referente à primeira distribuição pública de ações de emissão da Companhia objeto do pedido de registro nº RJ/2007-12895 protocolado na CVM em 25 de outubro de 2007.

Escritura Particular de Emissão de Debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



JUCESP PROTOCOLO

0.510.480/08-1

COLECIADA



**ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL,
EM SÉRIE ÚNICA DA UNIDAS S.A.**

CELEBRADA ENTRE

UNIDAS S.A.
como Emissora;

E

PENTÁGONO S/A DTVM
como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas

08 DE JULHO DE 2008

h *h* *h*

ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL DA UNIDAS S.A.

Pelo presente instrumento particular,

UNIDAS S.A., sociedade com sede na Rua da Consolação, nº 347, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 04.437.534/0001-30, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Emissora");

e, de outro lado,

PENTÁGONO S/A DTVM, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, sala 514, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão ("Debenturistas"), aqui representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"),

vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar esta "Escritura Particular da Primeira Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única de Emissão da Unidas S.A." ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 08 de julho de 2008 ("AGE"), que será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no DCI – Diário Comércio Indústria e Serviços, e do Contrato de Empréstimo e Aditamentos ("Contrato de Empréstimo") celebrados entre a **SAG GEST – SOLUÇÕES AUTOMÓVEL GLOBAIS, SGPS, SA., SOCIEDADE ABERTA**, empresa devidamente constituída sob as leis de Portugal, com sede na Estrada de Alfragide, 67, 2614-519 Amadora, Portugal, inscrita na Conservatória do Registro Comercial da Amadora sob o nº 503 219 886, com o mesmo número de pessoa colectiva ("SAG GEST") e a Emissora em 6 de março e 2 de junho de 2008, respectivamente.

**CLÁUSULA II
REQUISITOS**

A emissão das Debêntures ("Emissão") para distribuição pública ("Oferta"), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da Ata da AGE

2.1.1 A ata da AGE que deliberou sobre a Emissão, referida no item 1.1 acima, será arquivada na JUCESP e seu extrato será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "DCI – Diário Comércio Indústria e Serviços".

2.2. Arquivamento da Escritura

Handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom right of the page. There are two distinct signatures, one appearing to be a stylized 'J' or 'I' and the other a more complex cursive signature, along with some initials.

A presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, de acordo com o exigido pelo artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser submetidos para tais arquivamentos dentro de 2 (dois) dias úteis a contar da data de sua celebração.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão será registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei nº 6.385/76”), da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), e demais disposições legais, regulamentares e auto-regulatórias aplicáveis.

2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Emissão das Debêntures será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (“ANBID”) no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do artigo 23 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários (“Código ANBID”), sendo a efetivação de tal registro de responsabilidade exclusiva do Coordenador Líder (conforme abaixo definido) da Oferta.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) respectivamente através do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”) e do SND – Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), ambos os sistemas, desde 01 de julho de 2008, administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), com a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e/ou (ii) através do Sistema Bovespa Fix, administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP (“Bovespa”), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“CBLC”).

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

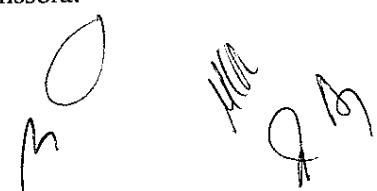
3.1. Objeto Social da Emissora

De acordo com o art. 2º de seu Estatuto Social, a Emissora tem por objeto (a) a locação de veículos automotores e equipamentos e a prestação de serviços correlatos e derivados; (b) a concessão de licenças para uso de sua marca de serviços de locação e do sistema operacional de locação; (c) o uso, sob licença ou sublicenciamento, de marcas de serviços de locação e do sistema operacional de locação das empresas do grupo ou de terceiros; (d) o agenciamento de publicidade em veículos de comunicação e a prestação de serviços de propaganda e marketing; (e) a prestação de serviços de transporte em geral, sob qualquer título e modalidade; (f) a prestação de serviços de terceirização de frotas e seus correlatos e derivados, com o respectivo gerenciamento de seus veículos e equipamentos componentes, bem como do pessoal e recursos humanos que os operam; (g) a prestação de serviços gráficos; (h) a locação e sublocação de motocicletas e outros meios de transportes; e (i) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

3.2. Número da Emissão

A presente Emissão constitui a primeira distribuição pública de debêntures da Emissora.

3.3. Valor da Emissão



O valor da Emissão é de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão.

3.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures.

3.5. Número de Séries

A Emissão é realizada em série única.

3.6. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures serão destinados para (i) pagamento de dívidas de curto prazo no valor de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); e (ii) aquisição de veículos novos e capital de giro, ambos, em conjunto, no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sem solidariedade entre eles, observados os termos e condições estipulados no “*Contrato de Coordenação, Distribuição e Colocação Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª Emissão da Unidas S.A.*”, (“Contrato de Colocação”), a ser celebrado entre a Emissora, o Banco Itaú BBA S.A. (“Itaú BBA” ou “Coordenador Líder”); o Banco UBS Pactual S.A. (“UBS Pactual”), o Banco ABC Brasil S.A. (“Banco ABC”), o BANIF Banco de Investimento (Brasil) S.A. (“BANIF”), e a HSBC Corretora de Valores e Títulos Mobiliários S.A. (“HSBC” e, em conjunto com o Itaú BBA, o UBS Pactual, o Banco ABC, e o BANIF os “Coordenadores”).

3.7.2. Os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Debêntures conforme plano de distribuição descrito abaixo em consonância com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores; e (iii) que os representantes de venda dos Coordenadores recebam previamente o exemplar do prospecto preliminar (“Prospecto Preliminar”) e do prospecto definitivo (“Prospecto Definitivo” e, juntamente com o Prospecto Preliminar, os “Prospectos”), para leitura obrigatória, e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores. O plano de distribuição será fixado nos seguintes termos:

- (i) após o protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM, mas anteriormente ao registro da distribuição das Debêntures, serão realizadas apresentações para potenciais investidores (“roadshow”), conforme determinado pelos Coordenadores de comum acordo com a Emissora, durante os quais serão distribuídas versões do Prospecto Preliminar;
- (ii) após a obtenção do registro da Oferta na CVM, serão recebidas as ordens dos investidores, feita a alocação dos mesmos até o Valor da Emissão e, então, será publicado o respectivo Anúncio de Início;
- (iii) não existirão lotes máximos ou mínimos de subscrição das Debêntures;

- (iv) não será concedido qualquer tipo de desconto e/ou repasse pelos Coordenadores aos investidores interessados em adquirir as Debêntures;
- (v) não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures;
- (vi) não será firmado contrato de estabilização de preços das Debêntures; e
- (vii) serão atendidos, prioritariamente, investidores institucionais, tais como fundos mútuos, fundos de pensão, seguradoras e *hedge funds*.

3.7.3. A colocação pública das Debêntures somente terá início, nos termos do artigo 54 da Instrução CVM 400, após a concessão do registro da Emissão pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores.

3.8. Banco Mandatário e Instituição Depositária

O banco mandatário e a instituição depositária da Emissão será o Banco Itaú S.A. ("Banco Mandatário").

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal").

4.1.2. Conversibilidade, Tipo e Forma: As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.3. Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o "Relatório de Posição de Ativos", expedido pela CETIP, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND e para as Debêntures depositadas na CBLC, se o caso, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista, que igualmente será reconhecido como comprovante de titularidade de Debêntures.

4.1.4. Espécie: As Debêntures são da espécie quirografária com garantia adicional.

4.1.5. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão é 1º de junho de 2008 ("Data de Emissão").

4.1.6. Prazo e Data de Vencimento: O prazo de vencimento das Debêntures é de 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final em 1º de junho de 2012 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas na Cláusula V abaixo. Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação, pelo saldo do Valor Nominal não amortizado, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) devida.

4.2. Remuneração

A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à seguinte remuneração ("Remuneração"):

4.2.1. Atualização: O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

4.2.2. Juros Remuneratórios: As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário não amortizado, a serem pagos no fim de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) de acordo com a fórmula abaixo. A taxa de juros aplicável às Debêntures será correspondente à variação acumulada das taxas médias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de 01 (um) dia, "extra grupo" ("Taxa DI"), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida exponencialmente de *spread* de 2,75% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Acréscimo sobre a Taxa DI", sendo a Taxa DI e o Acréscimo sobre a Taxa DI, em conjunto, referidos como "Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal não amortizado das Debêntures desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J	valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido acima), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
VNe	Valor Nominal Unitário da Debênture, não amortizado, no início de cada Período de Capitalização (conforme definido acima), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
Fator Juros	Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;
FatorDI	produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n	número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;
TDI_k	Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k 1, 2, ..., n

DI_k Taxa DI Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

Onde

spread spread ou sobretaxa de 2,75% ao ano;

n número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo “n” um número inteiro;

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.2.2.1. Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento de juros correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos semestralmente, todo dia 1º de junho e 1º de dezembro de cada ano, sendo o primeiro vencimento em 1º de dezembro de 2008 e o último em 1º de junho de 2012.

4.2.2.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, se houver, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações

financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.2.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência da Taxa DI"), ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado. A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI, da data da extinção ou da data de impossibilidade legal de sua aplicação, conforme o caso.

4.2.2.4. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia de Debenturistas, a referida Assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará novamente a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.

4.2.2.5. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida e não paga até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada publicamente.

4.3. Condições de Subscrição, Integralização e Pagamento

4.3.1. Preço de Subscrição: O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva integralização, de acordo com o item 4.3.2 abaixo ("Preço de Subscrição").

4.3.2. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização: A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis a CETIP e a CBLIC.

4.3.2.1. O montante correspondente a 100% dos recursos decorrentes da integralização das Debêntures será depositado em conta corrente aberta pela Emissora junto do Banco Itaú S.A. ("Conta Garantia"), a ser movimentada única e exclusivamente pelo Agente Fiduciário, sendo que os recursos apenas serão liberados à Emissora em montante igual ao montante de garantia devidamente formalizada, conforme cláusula 4.4 abaixo.

4.3.3. Forma e Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus os titulares das Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, por intermédio da CETIP e da CBLIC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLIC, ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à Bovespa Fix e ao SND.

4.3.4. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Escritura de Emissão, inclusive pelos debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros

ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLIC, hipóteses em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.3.5. Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto na Cláusula V abaixo, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2,0% (dois por cento) e juros de mora calculado *pro rata temporis* à taxa de 1,0% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.3.6. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.3.7. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.3.8. Amortização Programada: As debêntures serão amortizadas em 07 (sete) parcelas semestrais e sucessivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, nos dias, 1º de junho e 1º de dezembro de cada ano, iniciando-se em 1º de junho de 2009 (cada uma, uma “Data de Amortização”), nos percentuais e valores que se seguem:

<i>Data da Amortização</i>	<i>Percentual de Amortização do Valor Nominal Unitário</i>	<i>Valor amortizado por Debênture</i>
1º de junho de 2009	14,285%	R\$1.428,50
1º de dezembro de 2009	14,285%	R\$1.428,50
1º de junho de 2010	14,285%	R\$1.428,50
1º de dezembro de 2010	14,285%	R\$1.428,50
1º de junho de 2011	14,285%	R\$1.428,50
1º de dezembro de 2011	14,285%	R\$1.428,50
1º de junho de 2012	14,290%	R\$1.429,00

4.3.9. Pagamento da Remuneração: A Remuneração será paga semestralmente todo dia 1º de junho e 1º de dezembro de cada ano sendo o primeiro vencimento em 1º de dezembro de 2008 e o último em 1º de junho de 2012.

4.4 Garantia

4.4.1. Garantia Adicional: A Emissora compromete-se, de forma irrevogável e irretroatável, durante todo o prazo em que as obrigações decorrentes desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos e Outras Avenças (“Obrigações Garantidas e Contrato de Alienação”) estiverem vigentes, a manter uma

quantidade de Bens com Valor de Avaliação (conforme definido na Cláusula 1.5. do Contrato de Alienação) equivalente a 100% (cem por cento) do saldo devedor das Obrigações Garantidas, que será igual ao valor da dívida ainda pendente, nos termos do Contrato de Alienação, apurado trimestralmente, a partir da Data de Emissão, pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Alienação. A Emissora obriga-se durante a vigência desta Escritura e do Contrato de Alienação a promover o reforço da garantia, imediatamente, sempre que o Agente Fiduciário tiver apurado um Valor de Avaliação (conforme definido abaixo) inferior ao percentual referido nesta cláusula e solicitar a ela, por escrito, o reforço da garantia.

4.4.2. O registro da garantia no sistema nacional de gravames será solicitado pelo Agente Fiduciário, e o registro na repartição competente para o licenciamento será realizado pela Emissora. A verificação, pelo Agente Fiduciário da documentação comprovando a regularidade da garantia, dar-se-á por amostragem de pelo menos 25,0% (vinte e cinco por cento) dos veículos dados em garantia, indicados no Contrato de Alienação, conforme previsto na Cláusula 1.6. do referido contrato.

4.5. Limite Legal

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora nesta data é de R\$384.751.949,01 (trezentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e um mil, novecentos e quarenta e nove reais e um centavo).

4.6. Repactuação

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas à repactuação programada.

4.7. Resgate Antecipado Facultativo

4.7.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo a partir de 1º de junho de 2010, promover o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em circulação, mediante: (i) a deliberação do Conselho de Administração da Emissora, e (ii) enviar comunicação escrita ao Agente Fiduciário nos termos da cláusula 10.6, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis da data do resgate antecipado facultativo, informando a data ("Data do Resgate") e o procedimento de resgate, descrito abaixo.

4.7.2. Na Comunicação de Resgate deverá constar (i) a Data do Resgate, (ii) valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, deduzindo as Amortizações realizadas e pagas anteriormente, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento; e (b) do prêmio de reembolso a ser calculado de acordo com a seguinte fórmula ("Prêmio de Reembolso"):

$$\text{Prêmio de Reembolso (\%)} = \frac{Px(DD)}{(TCD)}$$

Onde:

P = 1,0% (um inteiro por cento);

DD = nº de dias corridos contados a partir da Data do Resgate até a Data de Vencimento; e

TCD = nº total de dias corridos desde 1º de junho de 2010 até a Data de Vencimento.

4.7.3. Exclusivamente no caso de resgate parcial, nos 10 (dez) dias úteis posteriores ao envio da comunicação escrita ao Agente Fiduciário, os Debenturistas poderão se habilitar ao resgate das Debêntures de que sejam titulares. Se a quantidade de Debêntures habilitadas exceder o número de Debêntures a serem resgatadas, será efetuado rateio proporcional entre os titulares de Debêntures com base no número de Debêntures habilitadas. Se a quantidade de Debêntures habilitadas for inferior ao número de Debêntures a serem resgatadas, a Emissora deverá resgatar as Debêntures habilitadas e, sobre a diferença, realizar sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, coordenado pelo Agente Fiduciário, para determinar as demais Debêntures que serão resgatadas. As Debêntures objeto do resgate antecipado serão extintas por ocasião deste por meio de cancelamento.

4.7.3.1. A habilitação de que trata o item anterior deverá ser feita mediante comunicação formal ao Agente Fiduciário, nos termos do item 4.10 adiante, indicando-se o número de Debêntures que se pretenda objeto do resgate, apresentando-se demonstrativo de titularidade das Debêntures nos termos do item 4.1.3.

4.7.3.2. Para as Debêntures registradas no SND, o resgate parcial dar-se-á exclusivamente por meio de operação de compra e venda definitiva, no mercado secundário, conforme regulamento de operações do SND, sendo todas as etapas desses processos, incluindo habilitação dos Debenturistas, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades, por Debenturista, a serem resgatadas, realizadas fora do âmbito da CETIP, mas na presença do Agente Fiduciário. Para as Debêntures registradas no Bovespa Fix, o resgate parcial será operacionalizado conforme os procedimentos que serão divulgados à época da publicação da Comunicação de Resgate. Os titulares de Debêntures que não estejam registradas no SND ou no Bovespa Fix, se o caso, observarão as instruções constantes da Comunicação de Resgate, sendo o processo de resgate parcial levado a efeito perante o Banco Mandatário, com supervisão do Agente Fiduciário.

4.8. Oferta de Resgate Antecipado

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião de Conselho de Administração, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

(i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de envio de comunicação escrita ao Agente Fiduciário divulgado nos termos da Cláusula 4.7.1. acima, ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo:

(i) se a oferta e resgate será da totalidade das Debêntures ou se a mesma será parcial e, neste caso deverá estar descrito em tal edital, o procedimento para aquisição parcial (sorteio ou atendimento em ordem cronológica); (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iii) forma de manifestação do Debenturista que aceitar a oferta de resgate; (iv) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas;

(ii) Após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado;

(iii) a Emissora, poderá condicionar o Resgate Antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debenturistas, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tal percentual deverá estar estipulado no Edital de Oferta de Resgate Antecipado; e

(iv) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, acrescido (i) da Remuneração devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado, calculada nos termos do item 4.7.2. acima; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora.

As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

O pagamento das Debêntures resgatadas por meio da Oferta de Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND, (ii) por meio dos procedimentos adotados pela CBLIC, para as Debêntures registradas no Bovespa Fix, e/ ou (iii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não sejam vinculados aos sistemas acima mencionados.

Para as Debêntures custodiadas na CETIP, no caso de resgate parcial das Debêntures, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através da operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. No entanto, todas as etapas da Oferta de Resgate Antecipado parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

4.9. Aquisição Facultativa

4.9.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal acrescido da respectiva Remuneração, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de último pagamento de juros, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado.

4.9.1.1. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em Circulação.

4.9.1.2. O Conselho de Administração da Emissora terá poderes para aprovar o cancelamento, a qualquer momento, das Debêntures que se encontrarem em tesouraria.

4.10. Publicidade

4.10.1. Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, no “DCI – Diário Comércio, Indústria e Serviços” (publicado na cidade de São Paulo), bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – internet (www.unidas.com.br), exceção feita aos seguintes avisos e anúncios: (a) aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM 400; (b) Anúncio de Início; (c) Anúncio de Encerramento; e (d) outros avisos aos investidores que eventualmente sejam publicados até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, que serão que serão publicados na Edição nacional do jornal “Valor Econômico”.

4.10.2. Os avisos e/ou anúncios aqui referidos deverão ser divulgados imediatamente após a ciência do(s) ato(s) ou fato(s) que originou(aram) esses avisos ou anúncios, devendo os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura ou, na falta de disposição expressa, ser de, no mínimo, 10 (dez) dias corridos contados da data da publicação do aviso ou anúncio. A Emissora poderá alterar o(s) jornal(is) referido(s) no item 4.10.1. acima por outro(s)

jornal(is) de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no(s) jornal(is) a ser(em) substituído(s).

CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Observados os termos e condições desta Cláusula V, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, devida desde a Data da Emissão, ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de um dia útil de seu vencimento;
- (b) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária (incluindo *covenants* não financeiros) relacionada às Debêntures estabelecida na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário ou por qualquer terceiro à Emissora, dos 02 (dois) o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (c) inveracidade de quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora na Escritura de Emissão, no Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos e Outras Avenças ou no Contrato de Colocação;
- (d) sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutibilidade da Escritura de Emissão;
- (e) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Emissora, no mercado local ou internacional, cujo valor considerado em conjunto seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais),
- (f) protesto legítimo de títulos contra a Emissora em valor individual ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), por cujo pagamento a Emissora seja responsável, salvo se, no prazo de 05 (cinco) dias úteis corridos contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto for cancelado, ou ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo;
- (g) a falta de pagamento nas respectivas datas de vencimento não sanada em até 02 (dois) dias úteis, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações financeiras em montante individual ou total igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (h) resgate ou amortização de ações, redução de capital, exceto para absorção de prejuízos, pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de Oferta, pela Emissora a seus acionistas, quando esta estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo

obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e o pagamento de dividendos prioritários (fixos ou mínimos) a que as ações preferenciais eventualmente emitidas pela Emissora façam jus;

- (i) não cumprimento de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso ou sentença transitada em julgado, pela Emissora em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (j) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de autofalência ou declaração de falência ou, ainda, qualquer procedimento similar que venha a ser criado por lei, requerido ou decretado contra a Emissora;
- (l) o Contrato de Alienação (i) for objeto de questionamento judicial pela Emissora ou por terceiros, que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação, desde que o objeto da alienação não seja substituído pela Emissora nos termos e prazos previstos na cláusula 6.1.5 do Contrato de Alienação; (ii) não for constituído; (iii) for anulado, sem que um novo contrato com as mesmas condições o substitua dentro de 15 (quinze) dias úteis; ou (iv) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindido;
- (m) a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na Escritura de Emissão, sem a prévia anuência do Agente Fiduciário, como representante dos Debenturistas;
- (n) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental que resulte na perda da propriedade ou posse direta da parte substancial de seus ativos ou na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Emissora, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente a capacidade de pagamento pela Emissora de suas obrigações relativas às Debêntures,
- (o) a transferência do controle acionário, direto ou indireto da Emissora, exceto se: (i) para pessoas ou partes relacionadas do atual grupo de controle; ou, (ii) se houver aprovação prévia dos Debenturistas, em AGD convocada com esse fim, dispensada essa aprovação se for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, a aquisição pela Emissora das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação do fato relevante referente à transferência de controle acionário;
- (p) a incorporação, a fusão ou a cisão da Emissora, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas em AGD convocada com esse fim, dispensada essa aprovação se for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, a aquisição pela Emissora das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação do fato relevante referente à alienação;
- (q) a Emissora criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre os ativos previstos no Contrato de Alienação no presente ou no futuro, da Emissora, exceto: (i) aqueles destinados a penhores ou depósitos para garantir direitos e obrigações trabalhistas, fiscais ou judiciais da Emissora, desde que liberados em 30 (trinta) dias da data em que forem constituídos, exceto se

contestados em boa-fé pela Emissora, neste caso devendo ser liberados em 30 (trinta) dias após a respectiva decisão judicial final;

- (r) tiver sido alterado o objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, de maneira que (i) altere substancialmente as atividades atualmente praticadas e o ramo de negócios atualmente explorados pela Emissora; e (ii) afete substancialmente a capacidade de pagamento pela Emissora de suas obrigações relativas às Debêntures;
- (s) alienação de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resulte em uma redução do ativo da Emissora superior a 20% (vinte por cento), exceto se tal alienação objetivar a captação de recursos para (i) a capitalização da Emissora, (ii) investimentos na atividade produtiva da Emissora, (iii) substituição de bens antigos por outros novos com a mesma finalidade, ou (iv) eliminação de ativos operacionais obsoletos ou inservíveis. O limite acima estabelecido será apurado, levando-se em conta o ativo da Emissora no último exercício social;
- (t) não cumprimento, pela Emissora, durante a vigência das Debêntures, dos seguintes índices financeiros, apurados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, feita a atualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:
 - (i) o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não deverá ser superior a (a) 3,25 (três vírgula e vinte e cinco) a partir publicação das demonstrações financeiras anuais relativas a 31 de dezembro de 2009 até a publicação das demonstrações financeiras anuais relativas a 31 de dezembro de 2010; e (b) 2,75 (dois vírgula setenta e cinco) a partir da publicação das demonstrações financeiras trimestrais relativas ao período terminado em 31 de março de 2011 até a Data de Vencimento;
 - (ii) o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pela soma do EBITDA e do Valor Total da Frota Desonerada (conforme definido abaixo) não deverá ser superior a 1,25 (um vírgula vinte e cinco);
 - (iii) o índice obtido da divisão do Valor Total da Frota (conforme definido abaixo) pela Dívida Financeira Líquida não deverá ser inferior a 1,5 (um vírgula cinco);
 - (iv) o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo Patrimônio Líquido (conforme definido abaixo) não deverá ser superior a 1,5 (um vírgula cinco); e

Onde:

“Dívida Financeira Líquida”: significa o endividamento oneroso total (composto por “Empréstimos e Financiamentos” (no “Passivo Circulante” e no “Passivo não Circulante”) e Eurobônus (no “Passivo Circulante” e no “Passivo não Circulante”)), menos as disponibilidades em caixa e valores equivalentes, sendo certo que a dívida referente ao Contrato de Empréstimo não será considerada como endividamento oneroso para a Emissora;

“EBITDA”: significa o lucro antes de juros, tributos, amortizações e depreciações ao longo dos últimos 12 (doze) meses;

“Valor Total da Frota Desonerada”: significa a parte do Valor Total da Frota que não foi objeto de alienação fiduciária, em garantia de operações financeiras ;

“Valor Total da Frota”: significa a parcela do imobilizado da Emissora correspondente ao “Valor Líquido de Veículos”, acrescida dos “Bens do Imobilizado Não Destinados a Uso”; e,

“Patrimônio Líquido”: significa o “Capital Social”, adição de “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, “Reserva de Capital”, “Reserva de Lucros” e “Lucros Acumulados”.

- (u) o pagamento antecipado do Contrato de Empréstimo, definido na cláusula I acima, antes da Data do Vencimento, exceto em caso de oferta de ações da Emissora.

5.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos de vencimento antecipado indicados nas alíneas (a), (d), (e), (g), (h), (j), (k), (l), (m), (o), (p), (q), (u), acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures.

5.3. Na ocorrência de qualquer dos demais eventos de vencimento antecipado acima, o Agente Fiduciário deverá convocar a AGD no primeiro Dia Útil subsequente à data de conhecimento da respectiva ocorrência. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembléia, por deliberação de Debenturistas representantes de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

5.4. Não havendo deliberação nas datas originalmente estabelecidas para realização da Assembléia Geral de Debenturistas, seja na primeira ou na segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal das Debêntures, acrescido do Rendimento aplicável e encargos até a data de seu efetivo pagamento.

CLÁUSULA VI

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 3 (três) dias úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes; (ii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, e (iii) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento dos índices financeiros;
 - (b) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício fiscal ou 3 (três) dias úteis após a data de sua divulgação, cópia das demonstrações financeiras, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil, e declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora de que a Emissora está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento dos índices financeiros;

- (c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada, ou de norma que venha a revogá-la ou substituí-la no tocante à entrega de informações periódicas, nos prazos ali previstos;
- (d) até 3 (três) dias úteis após a data de sua publicação, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral, com a data de sua realização e a ordem do dia e, tão logo disponíveis, cópias de todas as atas das Assembleias Gerais, Reuniões de Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal que forem objeto de publicação;
- (e) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas, em até 3 (três) dias úteis da data em que forem publicados;
- (f) em até 3 (três) dias úteis da notificação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, observados os termos das Instruções CVM nºs 358 e 400;
- (g) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora, em até 5 (cinco) dias úteis após seu recebimento, que possa resultar em um Efeito Relevante Adverso, que significa todo e qualquer efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora e/ou de suas controladas, consideradas como um todo ("Efeito Relevante Adverso");
- (h) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva data de vencimento;
- (i) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento, imediatamente após a sua verificação. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 3 (três) dias úteis da verificação da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento. Caso essas informações decorram de evento, ato ou fato que enseje a publicação de fato relevante pela Emissora, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358"), a divulgação de tal evento, ato ou fato ao Agente Fiduciário deverá ocorrer concomitantemente à sua divulgação ao mercado, nos termos da referida Instrução CVM 358, observado o prazo máximo aqui previsto;
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil, e permitir que o Agente Fiduciário (ou auditor independente por este contratado às expensas dos Debenturistas) realize auditoria extraordinária na Emissora, sendo que a respectiva solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (iv) convocar, nos termos do item 8.1 desta Escritura, AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (v) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas por aquela autarquia;

- (vi) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (vii) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da regulamentação aplicável, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- (viii) manter atualizados e em boa ordem os livros e registros societários;
- (ix) estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar, às expensas da Emissora, instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (x) não realizar operações que não estejam em consonância com seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xi) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;
- (xii) notificar o Agente Fiduciário e a bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ocorrência do evento;
- (xiii) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora e/ou de suas controladas que impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;
- (xiv) não reduzir o capital, a não ser com o objetivo de absorver prejuízos, não promover o resgate ou amortização de ações, não pagar dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, quando estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e o pagamento de dividendos prioritários (fixos ou mínimos) a que as ações preferenciais eventualmente emitidas pela Emissora porventura façam jus, cessando esta proibição quando purgada a mora;
- (xv) tomar as medidas necessárias para:
 - (a) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças, alvarás e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios e/ou de suas controladas dentro dos respectivos objetos sociais e das práticas comerciais usuais;
 - (b) manter em boas condições de conservação os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas, excetuando-se pelo desgaste normal;
 - (c) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive sem se limitar a, fiscais, trabalhistas e

comerciais, ressalvadas as obrigações que, individualmente ou em conjunto, não causem um Efeito Relevante Adverso;

- (d) estender as medidas listadas nos itens "a" e "c" acima para as sociedades sob seu controle.
- (xvi) manter contratada, às suas expensas, agência classificadora de risco para atualização, pelo menos anualmente, do relatório apresentado por ocasião da colocação das Debêntures, até a integral liquidação destas, fornecendo cópia ao Agente Fiduciário e dando ampla divulgação ao mercado, das avaliações e reavaliações anuais de *rating* em até 10 (dez) dias após sua divulgação;
- (xvii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no SND, conforme o disposto no Termo de Compromisso e Regulamento do SND, por meio da CETIP;
- (xviii) manter seus ativos operacionais relevantes e/ou de suas controladas adequadamente seguros, conforme as melhores práticas correntes no mercado de atuação da Emissora e/ou de suas controladas;
- (xix) cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua bens;
- (xx) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito no item 3.6 acima; e
- (xxi) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável.

CLÁUSULA VII

AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, acima identificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

7.2. Remuneração do Agente Fiduciário

Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) parcelas anuais de R\$20.000,00 (vinte mil reais), devida a primeira na data da assinatura da Escritura e as demais no mesmo dia dos anos subseqüentes;
- (b) Em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$400,00 (quatrocentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, para assessoria aos debenturistas em processo de renegociação das condições das debêntures requerido pela Emissora, bem como para (i) comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou Debenturistas e Assembléias Gerais de Debenturistas; e (ii)

implementação das conseqüentes decisões tomadas pelos debenturistas;

- (c) o Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- (d) a remuneração prevista nos itens “a” e “b” anterior será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (e) as parcelas referentes aos itens “a” e “b” serão atualizadas, anualmente, de acordo com o IGP-M, ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da primeira parcela até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata die* se necessário;
- (f) a remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora, ou reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral (exemplos: de edital de convocação de AGD, da ata da AGD, de anúncio comunicando que o relatório anual do Agente Fiduciário se encontra à disposição); notificações, extração de certidões, viagens e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário;
- (g) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão, sem prejuízo da atualização monetária pelo [IGP-M]; e
- (h) as remunerações serão acrescidas dos impostos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, tais como: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.3. Substituição

7.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 50,0% (cinquenta por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente, conforme o disposto no item 7.3.6 abaixo.

7.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 (“Instrução CVM 28”), e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deve ser arquivado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura, e posteriormente encaminhado à CVM.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Deveres

7.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações

nas condições das Debêntures, se for o caso;

- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e oficiais de registros públicos certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas Trabalhistas, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD;
- (k) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e, tão logo tenha acesso, da proposta a ser submetida à Assembléia Geral de Debenturistas;
- (l) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, em até dois dias subseqüentes da data de encerramento da AGD, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da AGD;
- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea “b” da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (m.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (m.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (m.4) relatório demonstrando a apuração dos índices financeiros previstos na alínea “t” do item 5.1 acima, explicando as rubricas necessárias à sua aprovação pelos Debenturistas;
 - (m.5) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (m.6) resgate, amortização e pagamento de remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (m.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (m.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos no item 5.1

“t” pela Emissora;

- (m.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - (m.10) relação dos bens e valores entregues à sua administração; e
 - (m.11) Declaração acerca da suficiência e exequibilidade da garantia das debêntures.
- (n) colocar à disposição o relatório de que trata o inciso “m” acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (n.1) na sede da Emissora;
 - (n.2) no escritório do Agente Fiduciário;
 - (n.3) na CVM;
 - (n.4) no SND; e
 - (n.5) na sede do Coordenador Líder.
- (o) publicar, às expensas da Emissora, observado o disposto no item 7.6 abaixo, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso “n” acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Mandatário, a CBLC e/ou a CETIP;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (r) sem prejuízo do disposto na Cláusula V acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, se possível, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à BVSP, à CETIP e à CBLC e ao Banco Central do Brasil;
- (s) Examinar qualquer alteração do estatuto social da Emissora que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- (t) verificar trimestralmente o atendimento dos índices financeiros previstos no item 5.1 “t” e informar imediatamente os Debenturistas de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros ou da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;
- (u) verificar o cumprimento pela Emissora da obrigação prevista no item 6.1 (xvi), bem como encaminhar à ANBID o relatório de avaliação (*rating*) objeto de atualização ali previsto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o envio pela Emissora;

- (v) assistir a Emissora nos procedimentos relativos ao resgate parcial das Debêntures e coordenar o sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (w) fornecer à Emissora, mediante solicitação desta, lista de titulares das Debêntures atualizada.

7.5. Atribuições Específicas

7.5.1. Observadas às disposições da presente Escritura, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme o disposto no item 5.1 e 5.2 acima;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

7.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação presentes à respectiva AGD quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (d) acima.

7.6. Despesas

7.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.6.2. O ressarcimento a que se refere o item 7.6.1 acima será efetuado em até 10 (dez) dias úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

7.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos contados da solicitação de pagamento, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco

da sucumbência.

7.6.4. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, respeitado o limite acordado com a Emissora; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a elas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA VIII

ASSEMBLÉIA-GERAL DOS DEBENTURISTAS

8.1 Convocação

8.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei de Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

8.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos da data de sua realização. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

8.1.4. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em circulação.

8.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

8.2 Quorum de Instalação

8.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quorum* de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se “Debêntures em circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de suas controladoras (ou grupo de controle), suas controladas diretas ou indiretas, e/ou administradores da Emissora, de empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), ou de controladoras da Emissora (ou grupo de controle) incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

8.3. Mesa Diretora

A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. Quorum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não, observadas as formalidades e impedimentos legais.

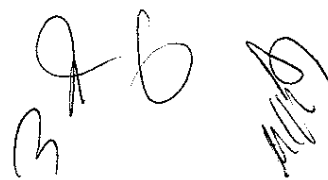
8.4.2. Observado o disposto neste item 8.4, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, salvo nos casos em que for estabelecido quorum específico, nos termos da presente Escritura ou da legislação em vigor.

8.4.3. As alterações na Remuneração, garantias, prazos de vencimento, repactuação, resgate antecipado, amortização, quorum de deliberação das Debêntures ou cláusulas de vencimento antecipado, deverão contar com aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90,0% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

CLÁUSULA IX DECLARAÇÕES E GARANTIAS

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora:

- (a) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme §3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28 ou, em caso de alteração, a que vier substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (c) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (e) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil e pela CVM;



- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (h) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (i) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem nenhuma obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (j) que as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (k) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (l) que verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivessem conhecimento; e
- (m) ter verificado os limites desta Emissão, nos termos do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, e que esses limites foram atendidos pela Emissora.

9.2. A Emissora neste ato declara e garante que:

- (a) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (b) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de capital aberto de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (c) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários e obtidas todas as autorizações necessárias para tanto;
- (d) esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições e a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (e) as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta na CVM e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures são verdadeiras, consistentes e suficientes;
- (f) cada um dos Prospectos terá, na sua respectiva data de publicação: (a) todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora e/ou suas controladas no contexto da Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora e/ou suas controladas,

de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e obrigações em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, insuficientes, inconsistentes, incorretas ou inverídicas; e (b) as informações, fatos e declarações em relação à Emissora e/ou suas controladas, necessárias para que os investidores possam formar a sua decisão de investimento nas Debêntures, sendo essas informações, fatos e declarações verdadeiras, completas, precisas, claras, atuais, objetivas, em linguagem acessível;

- (g) as opiniões, análises e previsões (se houver), relativas à Emissora e/ou controladas, expressas nos Prospectos, foram dadas de forma correta e de boa-fé, sendo expressas após consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (h) não há outros fatos com relação à Emissora, e/ou suas controladas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto da Oferta, faça com que alguma declaração dos Prospectos seja incompleta, enganosa, inconsistente, insuficiente, incorreta ou inverídica;
- (i) a celebração da Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela estabelecidas, bem como a emissão e a colocação das Debêntures, não infringem nenhuma disposição legal, ou ordem, ou sentença, ou decisão administrativa, ou judicial, ou arbitral que afete a Emissora ou qualquer de seus bens ou propriedades, contrato ou obrigação anteriormente assumida pela Emissora e/ou suas controladas, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou suas controladas; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (j) a Emissora e/ou suas controladas possuem as concessões, licenças, permissões, alvarás e autorizações expedidas por todas as autoridades competentes, necessárias para conduzir seu negócio conforme descrito nos Prospectos; e a Emissora e/ou suas controladas não receberam nenhuma notificação relacionada à revogação ou à modificação de qualquer concessão, licença, permissão, alvará ou autorização que, conjunta ou individualmente, se for o objeto de uma decisão, determinação ou sentença contrária, teria o efeito de causar um prejuízo relevante e objetivamente apurável sobre a Emissora e/ou suas controladas, a não ser conforme descrito nos Prospectos;
- (k) exceto com relação a demonstrações financeiras *pro forma* constantes dos Prospectos, as demonstrações financeiras constantes dos Prospectos representam corretamente a posição financeira da Emissora e/ou suas controladas nas datas de sua elaboração e foram devidamente preparadas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (l) tanto a Emissora quanto suas controladas, em seu melhor conhecimento, estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, aplicáveis e relevantes à condução e realização de seus negócios, exceto conforme informado nos Prospectos;
- (m) não existem processos judiciais ou administrativos ou arbitrais relevantes pendentes nos quais a Emissora e/ou suas controladas sejam parte ou aos quais os seus bens estejam sujeitos, que não estejam descritos nos Prospectos e a Emissora não tem conhecimento de nenhum processo iminente a ser contra ela e/ou suas controladas ajuizado ou com relação a

qualquer um de seus bens ou dos bens das suas controladas que possam afetá-las de forma relevante;

- (n) não existe nenhum inadimplemento e nenhum evento que, mediante notificação, decurso de prazo ou ambos, possa constituir o não-cumprimento e a não-observância devidos com relação a qualquer termo, avença ou disposição de qualquer contrato, instrumento ou documento do qual a Emissora ou qualquer uma de suas controladas sejam parte ou pelo qual ela ou qualquer de seus bens estejam obrigados, exceto conforme descrito nos Prospectos; e
- (o) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura.
- (p) a SAG GEST procedeu a um aporte de recursos na Emissora no valor total de R\$98.940.999,59 (noventa e oito milhões, novecentos e quarenta mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e nove centavos), sendo R\$49.501.508,40 (quarenta e nove milhões, quinhentos e um mil, quinhentos e oito reais e quarenta centavos) por meio de um aumento de capital realizado em 05 de março de 2008, e R\$ R\$49.439.491,19 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, quatrocentos e noventa e um reais e dezenove centavos) por meio da celebração do Contrato de Empréstimo e seu Aditivo, conforme definido na cláusula I acima.;
- (q) nos termos do Contrato de Empréstimo e seu Aditivo, conforme definido na cláusula I. acima, todo e qualquer valor do saldo devedor deverá ser pago pela Emissora à SAG GEST após a Data de Vencimento, ficando assim o seu pagamento subordinado ao pagamento integral das Debêntures, com possibilidade de liquidação antecipada em caso de Oferta de Ações da Emissora.

CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Disposições Gerais

Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

10.3. Independência das Disposições da Escritura

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. Correção de Valores

Para fins de verificação do cumprimento das obrigações financeiras constantes desta Escritura, todos os valores de referência nela constantes deverão ser corrigidos pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir da Data de Emissão das Debêntures. Essa disposição não se aplica à Cláusula IV, a qual será regida por seus termos específicos.

10.5. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, dos atos societários relacionados a esta Emissão, dos Contratos de Garantia, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.6. Comunicações

10.6.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para Emissora

UNIDAS S.A.

Rua Cincinato Braga, nº 340 – 7º Andar
CEP: 01333-010 - São Paulo, SP
At.: Sr. Carlos Eduardo Malagoni - Diretor de Relações com Investidores
Telefone: (11) 3147-5778
Fac-símile: (11) 3147-5713
Correio Eletrônico: ri@unidas.com.br

Para o Agente Fiduciário

PENTÁGONO S/A DTVM

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, sala 514
CEP: 22640-102 - Rio de Janeiro, RJ
At. Sr.: Maurício da Costa Ribeiro
Telefone: (21) 3385-4546
Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: mrbeiro@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Mandatário e Escriturador

Banco Itaú S.A.

At. Sr. José Nilson Cordeiro
Telefone: (11) 5029-1809
Fac-símile: (11) 5029-1920
Correio Eletrônico: jose-nilson.cordeiro@itau.com.br

Administradora do sistema de negociação

Para a CETIP:

CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação
SND – Sistema Nacional de Debêntures

Rua Líbero Badaró, 425 – 24º andar
São Paulo, SP, Brasil
Telefone: (11) 3111-1400 / 1596 / 3365-4925
Fac-símile: (11) 3111-1563 / 1564

Para a Bovespa/BovespaFix/SomaFix:
Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa
Rua XV de Novembro, 275
São Paulo, SP, Brasil
Telefone: (11) 3233-2222
Fac-símile: (11) 3233-2061

Câmara de Liquidação

Para a CETIP:
CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
Rua Líbero Badaró, 425 – 24º andar
São Paulo, SP, Brasil
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1563 / 1564

10.6.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.6.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as partes pela Emissora.

10.7. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.8. Foro

Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 08 de julho de 2008.

[REstante da página intencionalmente deixado em branco.
segue página de assinatura]

UNIDAS S.A.

Julio Cesar

Nome:
Cargo:

Jonio Lemos
Gerente Executivo

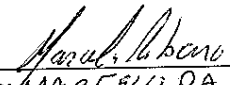
[Signature]

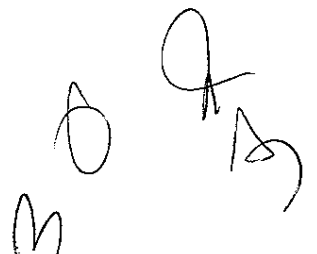
Nome:
Cargo:

Ends Equiloco Valagom
CPF 146.330.328-05

M 6 *[Signature]*

PENTÁGONO S/ADTM


Nome: MARCELO DA COSTA RIBEIRO
Cargo: PROCURADOR



Testemunhas:

Nome: Marcelo Francisco Bonetto
ID: RG 14.600.606-9 SSP/SP

Nome: Guilherme Franceschi Gonçalves
ID: RG 33.127.450-2 - SSP/SP



[Handwritten initials and marks]

Primeiro Aditamento à Escritura Particular de Emissão de Debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA
ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA DA UNIDAS S.A.**

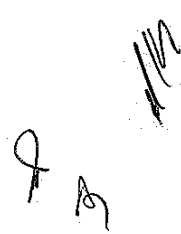
CELEBRADA ENTRE

UNIDAS S.A.
como Emissora;

E

PENTÁGONO S/A DTVM
como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas

29 DE JULHO DE 2008



ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL, DA UNIDAS S.A.

Pelo presente instrumento particular,

UNIDAS S.A., sociedade com sede na Rua da Consolação, nº 347, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 04.437.534/0001-30, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Emissora");

e, de outro lado,

PENTÁGONO S/A DTVM, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, sala 514, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão ("Debenturistas"), aqui representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

A Emissora e o Agente Fiduciário serão individualmente denominados "Parte" e, em conjunto, "Partes";

CONSIDERANDO QUE nos termos da Cláusula 4.4, da "Escritura Particular da Primeira Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única de Emissão da Unidas S.A.", celebrada entre a Emissora e o Agente Fiduciário, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 16 de julho de 2008 sob o nº ED000352-9/000 ("Oferta" e "Escritura") a Emissora comprometeu-se a alienar fiduciariamente ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos detentores das Debêntures, determinados veículos de sua propriedade, como garantia adicional das obrigações assumidas pela Emissora na Escritura e no Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos e Outras Avenças ("Contrato de Alienação"), conforme especificado na Cláusula Primeira do Contrato de Alienação;

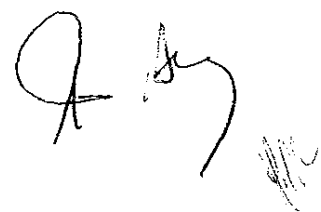
CONSIDERANDO QUE a efetivação da alienação fiduciária dos veículos da propriedade da Emissora mencionada no "Considerando" anterior, nos termos do Contrato de Alienação, é condição precedente para a liberação, para a Emissora, dos recursos captados com a Oferta, nos termos da Cláusula 4.3.2.1. da Escritura;

CONSIDERANDO QUE a referida alienação fiduciária será constituída pela Emissora nos prazos e termos fixados na Cláusula 1.1. do Contrato de Alienação;

CONSIDERANDO QUE as Partes pretendem que os recursos captados na Oferta sejam depositados em uma conta garantia de titularidade da Emissora, com movimentação restrita, até que a alienação fiduciária dos veículos de propriedade da Emissora esteja totalmente constituída, nos termos da Cláusula 1.1. do Contrato de Alienação;

CONSIDERANDO QUE em virtude das características de constituição da garantia referida nos "Considerandos" anteriores, conforme prevista no Contrato de Alienação, as Debêntures não contarão com a garantia adicional, na Data de Integralização; e

CONSIDERANDO QUE todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura e no Contrato de Alienação, salvo se aqui de outra forma expressamente definidos.



RESOLVEM as Partes celebrar este “Aditamento à Escritura Particular da Primeira Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única de Emissão da Unidas S.A.” (o “Aditamento”), para alterar as condições da Escritura para prever o estipulado nos “Considerandos” acima, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

1.1. Tendo em vista que, devido à estrutura de constituição da garantia adicional, as Debêntures não contarão com a garantia adicional na Data de Integralização, e que por essa razão as Debêntures serão, inicialmente, e até à constituição da garantia adicional, da espécie quirografária, e que, logo após a constituição desta, serão automaticamente consideradas como da espécie quirografária com garantia adicional, ficam, por meio deste Aditivo alteradas as Cláusulas 4.1.4. e 4.4. da Escritura, que passam a vigorar com a seguinte nova redação:

“4.1.4. Espécie: As Debêntures são da espécie quirografária e, após a constituição da garantia adicional, nos termos da cláusula 4.4. abaixo, serão automaticamente consideradas como da espécie quirografária com garantia adicional.”

“4.4. Garantia Adicional Futura

4.4.1. A Emissora compromete-se, de forma irrevogável e irretratável, durante todo o prazo em que as obrigações decorrentes desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos e Outras Avenças (“Obrigações Garantidas” e “Contrato de Alienação”) estiverem vigentes, a transferir e manter em alienação fiduciária, em favor do Agente Fiduciário, nos termos das cláusulas 4.4.2. e 4.4.3. abaixo, e do Contrato de Alienação, uma quantidade de Bens com Valor de Avaliação (conforme definido na Cláusula 1.5. do Contrato de Alienação) equivalente a 100% (cem por cento) do saldo devedor das Obrigações Garantidas, que será igual ao valor da dívida ainda pendente, apurado trimestralmente pelo Agente Fiduciário, a partir da data do registro da alienação fiduciária no Sistema Nacional de Gravames (“SNG”), nos termos da cláusula 4.4.3. abaixo. A Emissora obriga-se durante a vigência desta Escritura e do Contrato de Alienação a promover o reforço da garantia, imediatamente, sempre que o Agente Fiduciário tiver apurado um Valor de Avaliação inferior ao percentual referido nesta cláusula e solicitar a ela, por escrito, o reforço da garantia.

4.4.2. A Emissora deverá, nas quantidades de Bens e nos prazos indicados na cláusula 1.1.2. do Contrato de Alienação, entregar ao Agente Fiduciário arquivo em formato Excel contendo todas as informações necessárias ao registro da alienação fiduciária dos veículos oferecidos em garantia, as quais deverão estar individualizadas e distribuídas em colunas, no SNG, para a inclusão de gravames em lote, a saber: (i) 20% (vinte por cento) dos Bens em 15 (quinze) dias corridos; (ii) 40% (quarenta por cento) dos Bens em 30 (trinta) dias corridos; (iii) 60% (sessenta por cento) dos Bens em 45 (quarenta e cinco) dias corridos; (iv) 80% (oitenta por cento) dos Bens em 60 (sessenta) dias corridos; e (v) 100% (cem por cento) dos Bens em 75 (setenta e cinco) dias corridos todos contados da Data de Integralização das Debêntures.

4.4.3. Uma vez recebidos os arquivos Excel referidos na cláusula acima, o Agente Fiduciário deverá solicitar, o registro da alienação fiduciária no SNG em até 02 (dois) dias úteis, nos termos da cláusula 1.1.3. do Contrato de Alienação. Feito o registro da alienação fiduciária no SNG, a Emissora deverá proceder ao registro da mesma na repartição competente para o licenciamento, nos termos da cláusula 1.1.4. do Contrato de Alienação. A verificação, pelo Agente Fiduciário da documentação comprovando a regularidade da garantia, dar-se-á por amostragem de pelo menos

25,0% (vinte e cinco por cento) dos veículos dados em garantia, indicados no Contrato de Alienação, conforme previsto na Cláusula 1.6. do referido contrato.

4.4.4. A Conta Garantia será destinada a receber o volume total de recursos captados na Oferta (“Recursos em Garantia”), nos termos da cláusula 4.3.2.1. acima.

4.4.5. Os Recursos em Garantia somente serão liberados à Emissora, mediante o requerimento por escrito e expresso do Agente Fiduciário, após verificação da constituição da alienação fiduciária dos veículos de propriedade da Emissora, nos termos previstos nas cláusulas 4.4.2. e 4.4.3. acima e no Contrato de Alienação.”

CLÁUSULA II

ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DA ESCRITURA

2.1. Em decorrência do acima exposto na Cláusula I, a Escritura passa a vigorar com a seguinte denominação “Escritura Particular da Primeira Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única de Emissão da Unidas S.A.”, ficando alterados, automaticamente, todos as demais indicações da denominação antiga das Debêntures que aparecem na Escritura, por esta nova denominação.

CLÁUSULA III

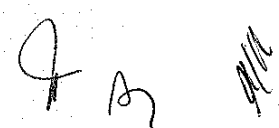
DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. Todos os demais termos e condições da Escritura que não tenham sido expressamente alterados por este Aditamento, são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito.

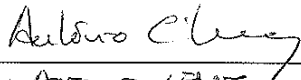
3.2. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Paulo, 29 de julho de 2008.

[REstante da página intencionalmente deixado em branco.
segue página de assinatura]



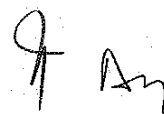
UNIDAS S.A.



Nome: ANTONIO LEVIS
Cargo: PRESIDENTE EXECUTIVO

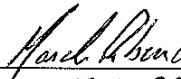


Nome: CARLOS EDUARDO MALAGUTI
Cargo: DIRETOR FINANÇAS E DE
RECURSOS HUMANOS





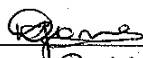
PENTÁGONO S/A DTVM

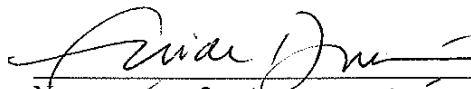

Nome: MARCELO DA COSTA RIBEIRO
Cargo: PROCURADOR

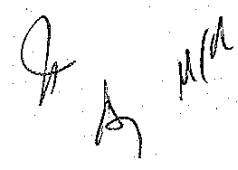
Nome:
Cargo:



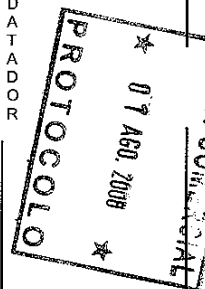
Testemunhas:


Nome: DORACI GOMES
ID: RG. 10.997.827-4


Nome: ENIDE DARE
ID: RG 670359-X



D
A
T
A
D
O
R



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria do Desenvolvimento da Produção
Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC
Secretaria da Fazenda

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Barra Funda, 930 - CEP 01152-000

PAR. USUÁRIO, SE O DOCUMENTO NÃO FOR RETIRADO NO
PRAZO DE 60(SESSENTA DIAS), SERÁ FRAGMENTADO.

NOME EMPRESARIAL
UNIDAS S.A



JUCESP PROTOCOLO
0.590.363/08-6



USO EXCLUSIVO DA JUCESP

ATOS (ESPECIFICAÇÃO DO PEDIDO)

Debenture Aditamento;

Controle Internet

002739927-3



Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos e Outras Avenças

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE VEÍCULOS E OUTRAS AVENÇAS

CELEBRADO ENTRE

PENTÁGONO S/A DTVM
como
Credor Fiduciário

E

UNIDAS S.A.
como
Devedora Fiduciante

08 DE JULHO DE 2008

CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE VEÍCULOS E OUTRAS AVENÇAS

O presente contrato é celebrado entre as seguintes partes:

PENTÁGONO S/A DTVM, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, sala 514, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures da primeira emissão pública de debêntures da Unidas S.A., aqui representado na forma de seu Estatuto Social (“Credor Fiduciário”);

de outro lado,

UNIDAS S.A., sociedade com sede na Rua da Consolação, nº 347, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 04.437.534/0001-30, neste ato devidamente representada por seus representantes legais (“Devedora Fiduciante”).

PREÂMBULO

CONSIDERANDO QUE a Devedora Fiduciante pretende emitir 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional, nos termos da Escritura Particular da Primeira Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única da Unidas S.A. (“Emissão”) datada de 08 de julho de 2008, celebrada entre a Devedora Fiduciante e o Credor Fiduciário (“Debêntures” e “Escritura de Emissão”);

CONSIDERANDO QUE, nos termos da Cláusula 4.4, da Escritura de Emissão, como garantia adicional do cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), a Devedora Fiduciante comprometeu-se a alienar fiduciariamente ao Credor Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão de detentores das Debêntures, determinados veículos de sua propriedade, conforme especificado na Cláusula Primeira abaixo;

CONSIDERANDO QUE a alienação fiduciária mencionada no considerando anterior é condição precedente para a liberação dos recursos captados com a Emissão da Conta Garantia para a Emissora (“Emissão”); e

CONSIDERANDO QUE todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

RESOLVEM as partes firmar o presente Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos e Outras Avenças (“Contrato”), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo pactuadas, subordinando-se, também, às cláusulas e condições da Escritura de Emissão, que se consideram incorporadas a este Contrato como se nele estivessem transcritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA

1.1.1. Em garantia de todas as obrigações principais, acessórias e moratórias assumidas pela Devedora Fiduciante na Escritura de Emissão e seus aditamentos e neste Contrato (“Obrigações Garantidas”), a Devedora Fiduciante transfere ao Credor Fiduciário, em alienação fiduciária, nos moldes do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004 (“Lei 4.728”), a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos veículos descritos no Anexo II deste Contrato, de exclusiva propriedade da Devedora Fiduciante, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, inclusive fiscais (“Bens”). O Anexo II será modificado, através de Termo aditivo a este Contrato, à medida que os Bens forem incluídos, excluídos ou substituídos, conforme previsto no presente Contrato.

1.1.2. A Devedora Fiduciante deverá, nas quantidades de Bens e nos prazos indicados nesta Cláusula 1.1.2., entregar ao Credor Fiduciário arquivo em formato Excel contendo todas as informações necessárias ao registro da presente alienação fiduciária, as quais deverão estar individualizadas e distribuídas em colunas, no Sistema Nacional de Gravame (“SNG”) para a inclusão de gravames em lote, sendo (i) 20% (vinte por cento) dos Bens em 15 (quinze) dias corridos; (ii) 40% (quarenta por cento) dos Bens em 30 (trinta) dias corridos; (iii) 60% (sessenta por cento) dos Bens em 45 (quarenta e cinco) dias corridos; (iv) 80% (oitenta por cento) dos Bens em 60 (sessenta) dias corridos; e (v) 100% (cem por cento) dos Bens em 75 (setenta e cinco) dias corridos todos contados da Data de Integralização das Debêntures.

1.1.3. Uma vez recebidos os arquivos Excel referidos na cláusula 1.1.2, o Credor Fiduciário deverá solicitar, às custas da Devedora Fiduciante, o registro da alienação fiduciária no SNG em até 02 (dois) dias úteis.

1.1.4. No prazo de 02 (dois) dias úteis contados do registro da alienação fiduciária no SNG, o Credor Fiduciário deverá notificar a Devedora Fiduciante, nos termos deste Contrato, para solicitar o registro da alienação fiduciária na repartição competente para o licenciamento, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do efetivo recebimento da notificação prevista na presente cláusula, observado o disposto na cláusula 1.3.2. Em até 01 (um) dia útil após a solicitação do registro da alienação fiduciária na repartição competente a Devedora Fiduciante deverá encaminhar ao Credor Fiduciário correspondência informando os veículos os quais foram solicitados o referido registro.

1.1.5. Para os fins do disposto na cláusula 1.1.2, a Devedora Fiduciante deverá promover a desoneração dos Bens que serão alienados fiduciariamente na forma prevista na cláusula 1.1.1 acima, procedendo ao pagamento das dívidas em relação às quais tais Bens tenham sido dados em garantia. Deve-se, no entanto, observar o disposto na cláusula 4.3.2.1 da Escritura de Emissão referente aos recursos que apenas serão liberados à Emissora em montante igual ao montante de garantia devidamente formalizada.

1.2. DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

Sem prejuízo e nos termos da Escritura de Emissão, e para os fins do artigo 1.362 do Código Civil Brasileiro e da Lei 4.728, as principais características das Obrigações Garantidas encontram-se descritas no Anexo III deste Contrato, devendo estas serem respeitadas, quando da inclusão, exclusão ou substituição dos Bens, conforme previsto neste Contrato.

1.3. DO REGISTRO

1.3.1. O Credor Fiduciário deverá solicitar, às custas da Devedora Fiduciante, o registro da alienação fiduciária no SNG em até 02 (dois) dias úteis contados do efetivo recebimento do arquivo mencionado na cláusula 1.1.2 deste Contrato, ou, em sendo o caso, contados da assinatura dos seus aditamentos, quando realizados para o fim de reforçar a garantia, conforme previsto na cláusula 1.4 abaixo. No prazo de 02 (dois) dias úteis contados do registro da alienação fiduciária no SNG, o Credor Fiduciário deverá notificar a Devedora Fiduciante, nos termos deste Contrato, para solicitar o registro da alienação fiduciária na repartição competente para o licenciamento

1.3.2. A Devedora Fiduciante fará com que o presente Contrato, assim como todos os seus anexos e aditamentos posteriores, sejam registrados na repartição competente para o licenciamento, fazendo-se a anotação no certificado do registro, observando-se, para o presente Contrato, a quantidade de Bens e os prazos indicados na cláusula 1.1.2 acima, e para seus aditivos, devendo solicitar tal registro no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do efetivo recebimento da notificação prevista na cláusula anterior.

1.3.3. Após efetuados os registros, em conformidade com o acima estipulado, e se exigido pela repartição competente para o licenciamento dos Bens, a Devedora Fiduciante deverá proceder ao registro do Contrato no Cartório de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, devendo no mesmo momento entregar uma via ao Credor Fiduciário para que este efetue, às custas da Devedora Fiduciante, o registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

1.3.4. Qualquer registro de alteração futura a este Contrato, inclusive novos anexos, deverá também ser enviada ao Credor Fiduciário em até 02 (dois) dias úteis de sua celebração para os procedimentos mencionados na cláusula 1.3.1, 1.3.2, e, caso aplicável, os da cláusula 1.3.3 deste instrumento. Todas as despesas incorridas com relação a tais registros serão totalmente pagas pela Devedora Fiduciante.

1.4. DO VALOR MÍNIMO DOS BENS

A Devedora Fiduciante compromete-se, de forma irrevogável e irretratável, durante todo o prazo em que as Obrigações Garantidas permanecerem devidas, a manter uma quantidade de Bens com Valor de Avaliação (conforme definido abaixo) equivalente a no mínimo 100% (cem por cento) do saldo devedor das Obrigações Garantidas (“Valor Garantido”), apurado trimestralmente, a partir da Data de Emissão, pelo Credor Fiduciário. A Devedora Fiduciante obriga-se durante a vigência deste Contrato a promover o reforço da garantia, nos termos previstos na cláusula 6.1.5, sempre que tiver sido apurado um Valor de Avaliação inferior ao percentual referido neste item e for solicitado a ela o reforço da garantia.

1.5. VALOR DE AVALIAÇÃO DOS BENS

1.5.1. Para efeitos de determinação do valor de cada um dos Bens (“Valor de Avaliação”), fica estipulado que será considerado 85% (oitenta e cinco por cento) do valor apurado e divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (“Tabela Fipe”), publicada no site www.fipe.org.br, percentual a ser revisto anualmente, nos termos das cláusulas seguintes.

1.5.2. A Devedora Fiduciante deverá, no prazo de 12 (doze) meses contado da data de assinatura deste Contrato, fornecer ao Credor Fiduciário um relatório, informando o valor médio do desconto aplicado sobre a Tabela Fipe pelas entidades utilizadas pela Devedora Fiduciante na venda dos veículos da sua frota por meio de leilões (“Valor Médio do Desconto”). O relatório deve ser baseado nas informações fornecidas por, no mínimo, duas instituições, que representem juntas, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do total das vendas dos veículos da frota da Devedora Fiduciante realizado através de leilões. A Devedora Fiduciante autoriza desde já o Credor Fiduciário a solicitar esclarecimentos adicionais às instituições selecionadas pela Devedora Fiduciante para a elaboração do relatório.

1.5.3. O procedimento previsto na cláusula 1.5.2. deverá ser repetido anualmente, até à data de vencimento das Debêntures.

1.6. DA VERIFICAÇÃO DA GARANTIA

1.6.1. A verificação, pelo Credor Fiduciário, da regularidade da garantia nas cópias dos certificados de propriedade dos veículos dar-se-á por amostragem de pelo menos 25 % (vinte e cinco por cento) dos veículos alienados fiduciariamente através do presente Contrato. Para tanto, a Devedora Fiduciante deverá entregar ao Credor Fiduciário, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da emissão dos referidos certificados, cópias dos novos certificados de registro de propriedade dos veículos, os quais estarão onerados com a presente alienação, conforme determinado na Cláusula 5.1. d) abaixo.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. DO DEPÓSITO

2.1.1. A Devedora Fiduciante declara, neste ato, que tem a propriedade dos Bens ora dados em alienação fiduciária em garantia. A Devedora Fiduciante, aceita, sem ressalvas, a condição de fiel depositária em favor do Credor Fiduciário, dos Bens, nos termos e para efeitos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, sendo certo que será responsável pela sua guarda e conservação mediante a contratação de uma apólice de seguro com companhia seguradora idônea contra riscos que possam prejudicar ou tornar insubsistentes os Bens ora dados em alienação fiduciária, em valor nunca inferior ao Valor de Avaliação, até a integral e efetiva liquidação de todas as Obrigações Garantidas.

2.1.2. A Devedora Fiduciante, durante o prazo deste Contrato, deverá, quando assim solicitado pelo Credor Fiduciário, inspecionar e fiscalizar os Bens nos locais onde se encontrarem.

2.1.3. A Devedora Fiduciante não poderá dispor dos referidos Bens a qualquer título, até que sejam integral e efetivamente cumpridas todas as obrigações assumidas perante a Devedora Fiduciante na Escritura, o que se comprovará somente pela quitação final do Credor Fiduciário, exceto nos termos previstos na Cláusula Sexta do presente Contrato.

2.2. DO RELACIONAMENTO DA DEVEDORA FIDUCIANTE COM SEUS CLIENTES

A Devedora Fiduciante é a exclusiva responsável pelo relacionamento com seus clientes, inclusive pela liberação dos Bens, nos termos da cláusula 4.1.2. Em nenhuma hipótese o Credor Fiduciário estará obrigado a cumprir qualquer obrigação perante os clientes da Devedora Fiduciante, inclusive, mas não limitado, a obrigações financeiras de qualquer título.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA DEVEDORA FIDUCIANTE

3.1.1. A Devedora Fiduciante, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, assumindo toda e qualquer responsabilidade prevista na legislação em vigor, faz as seguintes declarações, cuja veracidade é condição e causa essenciais para a celebração do presente Contrato por parte do Credor Fiduciário:

- a) é a legítima titular e proprietária dos Bens, os quais encontram-se isentos de quaisquer ônus, alienação, caução, penhor, encargos ou gravames de qualquer natureza, legais ou convencionais, sem prejuízo do disposto na cláusula 3.1.2.;
- b) o presente Contrato constitui-se numa obrigação válida e legal, bem como executável de acordo com os seus respectivos termos;
- c) nenhuma aprovação, consentimento ou autorização adicional é necessária à celebração deste Contrato;
- d) não poderá ceder quaisquer de seus direitos e obrigações decorrentes dos Bens a terceiros; e
- e) comunicará ao Credor Fiduciário, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer acontecimento que possa comprometer de forma relevante o valor dos Bens, assim como qualquer alteração do endereço da sua sede, em caso de perda total, a Devedora Fiduciante deverá propor ao Credor Fiduciário a substituição do Bens, nos termos previstos na cláusula 6.1.5 abaixo.

3.1.2. A Devedora Fiduciante declara, e o Credor Fiduciário aceita que, caso na data de celebração deste Contrato, algum dos Bens não esteja na situação prevista no item a) da cláusula 3.1.1 acima, a Devedora Fiduciante deverá promover a desoneração desses Bens, nos termos previstos na cláusula 1.1.4, sob pena de, não o fazendo, o presente Contrato seja considerado antecipadamente vencido no termos do item c) da cláusula 4.1 abaixo.

3.2. OBRIGAÇÕES

As declarações e garantias previstas acima subsistirão após a celebração do presente Contrato e serão automaticamente havidas por consolidadas e aplicáveis quando da celebração deste Contrato e, com relação a Novos Bens (tal como definido no item d) da cláusula 5.1 abaixo), quando da celebração de aditamentos para a inclusão de tais Novos Bens.

CLÁUSULA QUARTA

4.1. CAUSAS DE INADIMPLEMENTO E VENCIMENTO ANTECIPADO

O presente Contrato será considerado antecipadamente vencido, independentemente de qualquer consulta ou notificação à Devedora Fiduciante, caso (i) a Devedora Fiduciante não sane qualquer descumprimento das Obrigações Garantidas nos termos deste Contrato ou da Escritura de Emissão nos prazos estipulados abaixo (caso aplicável), contados a partir da notificação que lhe for enviada pelo Credor Fiduciário; (ii) seja declarado o vencimento antecipado da Escritura de Emissão; e/ou (iii) ocorra qualquer um dos seguintes eventos, que as partes reconhecem, desde logo, serem causa direta para aumento indevido do risco de inadimplemento das Obrigações Garantidas:

- a) ocorrência por parte da Devedora Fiduciante, das hipóteses mencionadas no artigo 333 e dos incisos I, II, IV e V do artigo 1.425 do Código Civil Brasileiro;
- b) vencimento antecipado de qualquer outro instrumento ou contrato firmado pela Devedora Fiduciante com o Credor Fiduciário;
- c) caso a garantia ora convencionada, não seja devidamente efetivada ou formalizada pela Devedora Fiduciante, inclusive observando-se a Cláusula 3.1.2 acima, segundo os dispositivos contratuais ou legais aplicáveis, ou caso essa garantia, por qualquer fato atinente ao seu objeto torne-se inábil, imprópria ou insuficiente para assegurar o cumprimento das Obrigações Garantidas, e desde que não seja substituída ou complementada, conforme estipulado na cláusula 1.4 deste Contrato;
- d) se a Devedora Fiduciante ceder ou transferir quaisquer de suas obrigações decorrentes deste Contrato, total ou parcialmente, sem prévia e expressa anuência do Credor Fiduciário;
- e) se forem julgadas procedentes ações, execuções ou medidas judiciais de qualquer natureza, que de qualquer maneira afetem os Bens no todo ou em parte, e estes não sejam substituídos pela Devedora Fiduciante dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis contados da publicação em Diário Oficial da referida decisão;
- f) em caso de cessão, transferência, venda, alienação ou oneração, pela Devedora Fiduciante, de qualquer direito ou obrigação decorrente dos Bens, desde que não sejam substituídos pela Devedora Fiduciante nos termos previstos na cláusula 6.1.5; e
- g) se qualquer declaração feita pela Devedora Fiduciante neste Contrato e/ou na Escritura de Emissão for comprovadamente incorreta ou enganosa em qualquer aspecto relevante.

4.1.1. No caso do presente Contrato ser considerado antecipadamente vencido, nos termos do item 4.1 acima, o Credor Fiduciário, na qualidade de proprietário fiduciário, exercerá sobre os Bens ora entregues em alienação fiduciária em garantia, todos os poderes que lhe são assegurados pela legislação vigente, inclusive os poderes "ad judicium" e "ad negotia", podendo vender, ceder ou transferir os referidos bens, pública ou particularmente, por qualquer forma, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, dar quitação e assinar quaisquer documentos ou termos, por mais especiais que sejam, necessários à prática dos atos aqui referidos, notificando à Devedora Fiduciante. Nesta hipótese, o Credor Fiduciário, ao seu exclusivo critério, procederá de acordo com os termos

descritos nas cláusulas 4.1.2 abaixo e aplicará o produto decorrente da venda dos Bens na liquidação parcial ou total das Obrigações Garantidas, permanecendo a Devedora Fiduciante responsável pelo pagamento do saldo devedor no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da notificação, enviada pelo Credor Fiduciário à Devedora Fiduciante.

4.1.1.1. A Devedora Fiduciante, de forma irrevogável e irretratável, outorga ao Credor Fiduciário, neste ato, todos os poderes necessários para praticar todos os atos referidos nesta cláusula.

4.1.2 No caso do presente Contrato ser considerado antecipadamente vencido, nos termos do item 4.1 acima, a Devedora Fiduciante autoriza o Credor Fiduciário, após o recebimento do Aviso de Inadimplemento, por este enviado conforme previsto na cláusula 4.2 abaixo, a iniciar os procedimentos tendentes à execução da garantia, na forma do previsto na Cláusula 4.1.2.2 abaixo.

4.1.2.1 A venda, cessão ou transferência dos Bens, é condicionada ao envio, pelo Credor Fiduciário, à Devedora Fiduciante, de aviso nos termos da cláusula 4.2 abaixo.

4.1.2.2 Observado o disposto no item 4.1.2 acima, o Credor Fiduciário deverá seguir os seguintes procedimentos para a venda, cessão ou transferência dos Bens.

(i) Em até 05 (cinco) dias corridos contados da confirmação de entrega do Aviso de Inadimplemento (conforme abaixo definido), a Devedora Fiduciante deverá indicar empresa especializada em execução de leilão de automóveis (“Empresa de Leilão”), a qual deverá ser aprovada e então contratada pelo Credor Fiduciário, sendo certo que a remuneração desta será deduzida dos recursos arrecadados com a venda dos Bens;

(ii) A Devedora Fiduciante deverá disponibilizar os Bens à Empresa de Leilão, de acordo com o cronograma definido entre o Credor Fiduciário e a Empresa de Leilão, para que esta realize um ou mais leilões públicos, na modalidade melhor preço, devendo o primeiro leilão realizar-se, no máximo, em até 10 (dez) dias úteis da contratação da Empresa de Leilão (“Primeiro Leilão”). O preço mínimo a ser admitido no Primeiro Leilão deverá ser igual ao Valor de Avaliação de cada Bem;

(iii) Em ocorrendo o Primeiro Leilão e não sendo vendidos integralmente os Bens apregoados, a Empresa de Leilão deverá realizar novos leilões, com uma periodicidade máxima de 7 (sete) dias úteis entre cada leilão público, até a liquidação das Obrigações Garantidas, nos termos da cláusula 4.1.1 acima.

4.2. AVISO DE INADIMPLEMENTO

O Credor Fiduciário deverá enviar aviso dando conta à Devedora Fiduciante de que o presente Contrato foi considerado antecipadamente vencido (“Aviso de Inadimplemento”). O referido aviso deverá ser realizado por meio de notificação enviada por intermédio de Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente. O Aviso de Inadimplemento será conclusivo em face da Devedora Fiduciante (independentemente de qualquer aviso em contrário entregue pela Devedora Fiduciante, ou por qualquer outra pessoa).

CLÁUSULA QUINTA

5.1. OUTRAS OBRIGAÇÕES E GARANTIAS DA DEVEDORA FIDUCIANTE

A Devedora Fiduciante, compromete-se e garante, ainda, perante o Credor Fiduciário, que a partir da data do presente Contrato e até o efetivo cumprimento de todas as Obrigações Garantidas:

- (a) pagará, nos respectivos prazos legais, todos os encargos e/ou tributos atualmente, ou futuramente, incidentes sobre os Bens; e
- (b) todos os Bens alienados, nos termos da Cláusula Primeira acima, permanecerão em sua posse, seja esta direta ou indireta, livres e desembaraçados de qualquer ônus ou gravame de qualquer natureza, exceto pela alienação fiduciária constituída nos termos deste Contrato e por aqueles decorrentes do desenvolvimento regular das atividades da Devedora Fiduciante, durante o período em que estiverem alienados nos termos do presente Contrato.
- (c) defenderá os direitos do Credor Fiduciário constituídos pelo presente Contrato sobre os Bens contra quaisquer ações que venham a ser propostas por terceiros;
- (d) mantém e manterá em sua posse vias originais das notas fiscais de aquisição dos Bens. A Devedora Fiduciante apresentará cópia do certificado de propriedade, no qual deverá constar a presente alienação fiduciária. As notas fiscais representativas de bens que passarão a integrar a listagem constante do Anexo II deste Contrato, quando adquiridos pela Devedora Fiduciante (“Novos Bens”), deverão ser mantidas em posse da Devedora Fiduciante, sendo que esta obriga-se a enviar cópia das referidas notas fiscais ao Credor Fiduciário em até 10 (dez) dias úteis contados da aquisição do respectivo Novo Bem. A inclusão de Novos Bens respeitará as características principais das Obrigações Garantidas, descritas no Anexo III deste Contrato, e será realizada por meio da assinatura de aditamento ao Anexo II deste Contrato;
- (e) fazer com que seus clientes mantenham os Bens em perfeito estado de uso e de conservação, defendendo-os da turbção de terceiros, facultando ao Credor Fiduciário a vistoria dos Bens alienados, observado o disposto na cláusula 7.5 abaixo;
- (f) a Devedora Fiduciante manterá os Bens segurados contra riscos que possam prejudicá-los ou torná-los insubsistentes, com companhia seguradora idônea, em valor nunca inferior ao Valor de Avaliação e até a integral e efetiva liquidação de todas as Obrigações Garantidas, sendo o Credor Fiduciário o beneficiário do seguro e ficando as apólices e endossos respectivos em seu poder, devendo o Credor Fiduciário observar o disposto no item 6.1.3, da Cláusula Sexta abaixo, com relação à devolução do valor do seguro à Devedora Fiduciante. Todos os custos oriundos da contratação, manutenção e renovação do seguro acima mencionado correrão por conta única e exclusiva da Devedora Fiduciante;
- (g) reforçará, substituirá, reporá ou complementarà a presente garantia, com Novos Bens, nos termos previstos na cláusula 6.1.5, quando verificada a ocorrência de alguma das seguintes situações com os Bens: (i) se forem objeto ou ameaçados de penhora, seqüestro, arresto ou qualquer outra medida judicial ou administrativa, ou ainda, (ii) caso sofram deterioração turbção, esbulho ou caso tornem-se inábeis, impróprios, imprestáveis ou insuficientes para assegurar o cumprimento das Obrigações Garantidas;

(h) não alienará, cederá, transferirá, venderá ou gravará com ônus de qualquer natureza, os Bens dados em alienação fiduciária em garantia, até que sejam efetivamente cumpridas as Obrigações Garantidas, exceto nos termos previstos na Cláusula Sexta abaixo; e

(i) autoriza o Credor Fiduciário a registrar, às custas da Devedora Fiduciante, a presente garantia, conforme determinado na cláusula 1.3.1 deste Contrato, e encaminhar toda e qualquer informação referente ao ônus aqui constituído através do SNG, para fins de constar que os Bens estão alienados fiduciariamente em favor do Credor Fiduciário.

CLÁUSULA SEXTA

6.1. SUBSTITUIÇÃO DOS BENS

6.1.1. A Devedora Fiduciante poderá substituir os Bens por Novos Bens a qualquer tempo, nos termos da presente cláusula. A Devedora Fiduciante deverá entregar ao Credor Fiduciário, mediante recibo, o documento contendo as mesmas informações presentes no Anexo II deste Contrato, e apresentar os documentos necessários para que este solicite o registro da alienação fiduciária através do sistema informático do SNG, ou sistema similar que o venha a substituir, observado o disposto na cláusula 1.3.1. Após o registro no SNG, a Devedora Fiduciária deverá realizar o registro na repartição competente para o licenciamento, observado o disposto na cláusula 1.3.2.

6.1.2. Após a anotação da alienação fiduciária dos Novos Bens no SNG, conforme acima estipulado, o Credor Fiduciário deverá, de imediato, solicitar a desoneração no SNG dos Bens substituídos, e a Devedora Fiduciante o fará na repartição competente para o licenciamento.

6.1.3. Na hipótese do recebimento, por parte do Credor Fiduciário, de indenização de seguro devido a sinistro ocorrido a um dos Bens, o Credor Fiduciário fica obrigado a restituir a Devedora Fiduciante o valor integral de tal indenização, em até 01 (um) dia útil do dia em que a Devedora Fiduciante efetivamente substituir o Bem sinistrado por um Novo Bem, nos termos da cláusula 6.1.1 acima. Tal restituição deverá ser efetuada por meio de TED e/ou crédito de recursos imediatamente disponíveis na conta-corrente a indicar pela Devedora Fiduciante.

6.1.4. A inclusão de Novos Bens será complementada por meio da substituição do Anexo II, a qual dar-se-á por meio de Aditivo a este Contrato, devendo o novo Anexo II ser rubricado pelas partes, que será para todos os fins e efeitos, o Anexo II a partir da data de substituição.

6.1.5. Em caso de necessidade de reforço da garantia, nos termos previstos nas cláusulas 1.4, 3.1.1, item e), 4.1, item f) e 5.1, item g), a Devedora Fiduciante deverá proceder à alienação fiduciária de Novos Bens, nos termos da cláusula 6.1.1 acima, devendo proceder à entrega dos respectivos documentos contendo as mesmas informações presentes no Anexo II deste Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, ou de 10 (dez) dias úteis, caso o reforço da garantia implique a alienação de mais de 10 (dez) carros, contados do recebimento da notificação do Credor Fiduciário neste sentido. Deverá ainda proceder ao registro na repartição competente para o licenciamento, nos casos previstos nesta cláusula, em 15 (quinze) dias úteis após o efetivo registro do gravame no SNG.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1.DESPESAS

7.1.1. Toda e qualquer despesa incorrida na preparação, na celebração e/ou no registro do presente Contrato e seus aditamentos, inclusive, mas não se limitando, às despesas de registro do presente Contrato nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, deverá ser paga pela Devedora Fiduciante, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e/ou em nome de alguma parte relacionada a este Contrato, e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, desde que por ela previamente aprovadas.

7.1.2. A Devedora Fiduciante deverá efetuar o pagamento das despesas descritas na cláusula 7.1.1 acima, em até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da fatura e/ou do documento para reembolso.

7.2. COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

7.2.1. As comunicações e avisos relativos a este contrato serão realizados por escrito, e enviados à outra Parte por transmissão via correio eletrônico, ou fac-símile, observado o disposto neste contrato.

7.2.2. Com exceção da notificação prevista na cláusula 4.2 acima, todas e quaisquer notificações, relativas a este Contrato serão enviadas à parte pertinente por escrito, (i) mediante entrega pessoal; (ii) serviço de entrega especial; ou (iii) carta registrada, sempre com comprovante de recebimento. Em até 24 (vinte e quatro) horas após a sua postagem, a Parte também deverá encaminhar a notificação por e-mail e/ou fax.

7.2.3. As comunicações, avisos e notificações serão endereçados conforme a seguir:

a) Se ao Credor Fiduciário:

PENTÁGONO S/A DTVM

Avenida das Américas, nº 4.200 – Bloco 4, Sala 514

At.: Sr. Maurício da Costa Ribeiro

Telefone: (21) 3385-4572

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: mribeiro@pentagonotrustee.com.br

b) Se à Devedora Fiduciante:

UNIDAS S.A.

Rua Cincinato Braga, nº 340 – 7º andar

CEP: 01333-010 - São Paulo, SP

At.: Sr. Carlos Eduardo Malagoni - Diretor de Relações com Investidores

Telefone: (11) 3147-5778

Fac-símile: (11) 3147-5713

Correio Eletrônico: ri@unidas.com.br

7.2.4. As comunicações realizadas por mensagem eletrônica (*e-mail*), nos endereços eletrônicos indicados acima, serão válidas e consideradas entregues na data do seu recebimento, desde que o remetente receba resposta por escrito do destinatário.

7.2.5. Todas e quaisquer notificações, instruções e comunicações nos termos deste Contrato serão válidas e consideradas entregues na data do seu recebimento, conforme comprovado por recibo assinado pelo destinatário, da entrega da notificação judicial ou extrajudicial ou, no caso de envio por fac-símile ou entrega de correspondência, pelo respectivo relatório de transmissão ou comprovante de entrega.

7.2.6. As partes obrigam-se a comunicar, por escrito, à outra parte, em até 02 (dois) dias corridos contados da sua ocorrência, qualquer alteração dos endereços identificados na Cláusula 7.2.3 acima.

7.2.7. A parte que enviar a comunicação, aviso ou notificação, conforme estabelecido nas Cláusulas 7.2.1 e 7.2.2, não será responsável pelo seu não recebimento pela outra parte, em virtude de sua mudança de endereço que não seja comunicada para as demais partes nos termos da cláusula 7.2.6. acima.

7.2.8. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na cláusula 7.2.6 acima, serão arcados pela parte inadimplente.

7.3. TRANSFERÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES

É expressamente vedado à Devedora Fiduciante a transferência, a quaisquer terceiros, de quaisquer das obrigações aqui previstas, salvo mediante prévia e expressa anuência do Credor Fiduciário. O Credor Fiduciário poderá, a qualquer tempo e sem prévia anuência da Devedora Fiduciante, ceder ou outorgar participações de parte ou totalidade dos direitos relativos ao presente Contrato a terceiros.

7.4. IRREVOGABILIDADE

7.4.1. O presente Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável. A abstenção do exercício de qualquer direito ou faculdade assegurada por este Contrato ou pela lei ao Credor Fiduciário, bem como eventual tolerância para com eventuais atrasos no cumprimento de quaisquer das obrigações assumidas no presente Contrato não significarão novação, derrogação, perdão ou alteração do que foi contratado, não gerando direitos à Devedora Fiduciante, nem tampouco inibirão o Credor Fiduciário de, a qualquer tempo, fazer valer os direitos que lhe são assegurados pela lei e pelo presente Contrato.

7.4.2. O presente Contrato e a garantia nele prevista deverão permanecer válidos e eficazes até que todas as Obrigações Garantidas e demais obrigações decorrentes deste Contrato tenham sido totalmente pagas e cumpridas.

7.4.3. Em havendo nulidade de qualquer estipulação do presente Contrato, restarão válidas as demais disposições contratuais, não afetando assim a validade do negócio jurídico ora firmado.

7.5. DO DIREITO DE ACESSO AOS BENS

Fica assegurado ao Credor Fiduciário o direito de verificar a integridade dos Bens, podendo, desta forma, por representante devidamente credenciado, examinar e fiscalizar todos os Bens ofertados como garantia das Obrigações Garantidas, desde que estes encontrem-se sob a posse direta da Devedora Fiduciante ou, se esta detiver a posse indireta dos Bens, desde que acompanhado por representante da Devedora Fiduciante, mediante um pré-aviso de, no mínimo, 3 (três) dias úteis para os Bens localizados na grande São Paulo, e de 10 (dez) dias úteis para os restantes Bens. Custos e despesas incorridos nesse sentido serão pagos ou reembolsados pela Devedora Fiduciante.

7.6. DO FORO

Com renúncia aos demais, por mais privilegiados que sejam, as partes elegem o Foro da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato, ficando reservado ao Credor Fiduciário o direito de escolher o foro da situação dos Bens ou do domicílio da Devedora Fiduciante. As partes estipulam desde já que a parte vencida arcará com as custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios arbitrados em sentença judicial irrecurável.

E, por estarem assim justas e acertadas, assinam as partes este instrumento, em duas vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 08 de julho de 2008.

CREDOR FIDUCIÁRIO:

PENTÁGONO S/A DTVM

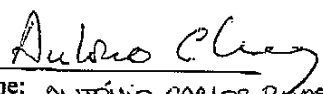


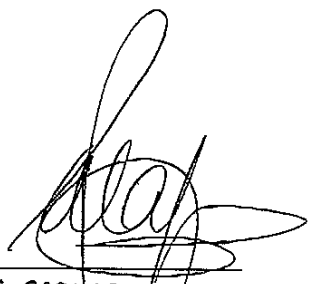
Nome: MARCELO DA COSTA RIBEIRO

Cargo: PROCURADOR

DEVEDORA FIDUCIANTE:

UNIDAS S.A.


Nome: ANTÔNIO CARLOS RINSIRAS BELEMS
Cargo: PRESIDENTE EXECUTIVO


Nome: CARLOS EDUARDO MALAQUI
Cargo: DIRETOR FINANCEIRO

TESTEMUNHAS:

1. Frederico C. G. Rubenato
Nome: FREDERICO C. G. RUBENATO
RG: 10331624-1 119-RS

2. Emília dos Reis
Nome: EMÍLIA DOS REIS
RG: 17842278-2

ANEXO I

CÓPIA DA ESCRITURA DE EMISSÃO

ANEXO II

DESCRIÇÃO DOS BENS (VEÍCULOS)

Modelo	Nº de Chassi ou Placa	Ano de Fabricação	Valor de Aquisição	Data de Aquisição	Valor de Mercado Tabela FIPE no momento da aquisição *		Contrato de Locação

*** Valor de avaliação de veículos automóveis apurado e divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, disponível no site www.fipe.org.br, opção Índices, opção Preço Médio de Veículos.**

ANEXO III

RESUMO DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

Valor da Obrigação:	O valor principal da obrigação consiste no saldo não amortizado das Debêntures emitidas, qual seja, R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão.
Obrigações:	As obrigações incluem não apenas o valor principal mencionado acima, mas também os juros incidentes sobre o referido valor, comissões, despesas, honorários, indenizações e diversas outras obrigações da Devedora Fiduciante, nos termos da Escritura de Emissão.
Remuneração:	As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário não amortizado, a serem pagos no fim de cada Período de Capitalização. A taxa de juros aplicável às Debêntures será definida com base na variação acumulada das taxas médias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de 01 (um) dia, “extra grupo” (Taxa DI), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, acrescida exponencialmente de <i>spread</i> , ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definido em Procedimento de <i>Bookbuilding</i> (“ <u>Acréscimo sobre a Taxa DI</u> ”, sendo a Taxa DI e o Acréscimo sobre a Taxa DI, a “ <u>Remuneração</u> ”. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, nos termos da <u>Cláusula 4.2.2.</u> da Escritura de Emissão.
Amortização:	As debêntures serão amortizadas em 06 (seis) parcelas semestrais e sucessivas, a partir do 18º (décimo oitavo) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, nos dias 1º de junho e 1º de dezembro de cada ano, iniciando-se em 1º de dezembro de 2009 e terminando em 1º de junho de 2012, nos termos da <u>Cláusula 4.3.8.</u> da Escritura de Emissão.
Garantia:	Os veículos alienados e listados no Anexo II do presente Contrato.

A presente tabela, que resume os principais termos do objeto das Obrigações Garantidas, foi elaborada pelas partes para fim de dar atendimento às Exigências Legais Brasileiras relevantes. No entanto, a presente tabela não se destina a – e não será interpretada de modo a – modificar, alterar, ou cancelar e substituir os termos e condições efetivos da Escritura de Emissão e das demais Obrigações Garantidas ao longo do tempo, conforme consta da Escritura de Emissão; tampouco limitará os direitos do Credor Fiduciário, nos termos do presente Contrato.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Súmula da Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Fitch Atribui Rating Nacional à Unidas e à sua 1ª Emissão de Debêntures

Rio de Janeiro/Chicago, 4 de julho de 2008 – A Fitch Ratings atribuiu, hoje, o Rating Nacional de Longo Prazo ‘A(bra)’ à Unidas S.A. (Unidas) e à sua primeira emissão de debêntures quirográficas com garantia adicional, no valor de BRL250 milhões, com prazo de quatro anos. A Perspectiva do rating corporativo é Estável. Os recursos obtidos com a emissão de debêntures serão utilizados, em sua grande maioria, para pagamento de obrigações de curto prazo.

Os ratings refletem a satisfatória base de negócios da Unidas, caracterizada por sólidas margens operacionais, a crescente performance de vendas e a diversificada carteira de clientes. A Unidas é líder no seu principal segmento de atuação (terceirização de frota) e atua com estratégia de operações integradas. Os ratings contemplam, ainda, o potencial de monetizar sua frota de veículos, que, contabilizada a valor de mercado, permitia uma confortável cobertura de 1,4 vez a totalidade da dívida existente, em 31 de março de 2008. A Unidas apresenta adequado histórico na precificação de seus ativos (veículos) e sucesso na revenda dos mesmos, aspectos fundamentais no seu plano de negócios. A Unidas deve continuar se beneficiando, nos próximos anos, do favorável crescimento do segmento de terceirização de frota e de locação de veículos.

A emissão de debêntures recebeu a mesma classificação corporativa em razão de ser 100% garantida pela alienação fiduciária de veículos, estando no mesmo grau de prioridade em relação à maior parte da dívida da companhia.

As classificações estão limitadas pela elevada alavancagem financeira da Unidas, ainda que aceitável para a natureza de seus negócios, e pela reduzida posição de caixa e aplicações financeiras frente a riscos de volatilidade nos negócios. O ambiente de forte competição e a correta precificação na revenda dos veículos utilizados em sua operação, que depende consideravelmente de variáveis de mercado não gerenciáveis, constituem riscos para a companhia.

O perfil financeiro da Unidas é pressionado pelo fato de sua atividade estar inserida em um setor com uso intensivo de capital e que exige renovação periódica da frota utilizada. Constantes financiamentos são necessários para a manutenção e expansão de sua frota operacional. A capacidade da Unidas de suportar esta expansão com recursos adequados, sem pressionar fortemente sua alavancagem financeira, é fator primordial para a manutenção das classificações. A Fitch acredita que a companhia buscará fontes alternativas, tais como suporte do acionista e/ou emissões de ações para dar continuidade à sua expansão. Nos últimos três anos, o acionista realizou significativos aportes de recursos, em torno de BRL275 milhões.

A estratégia de crescimento dos negócios da Unidas parece bem estruturada, em linha com as perspectivas positivas para o setor. Uma maior escala nos negócios será fator preponderante para fortalecer sua posição competitiva e possibilitar à companhia um maior poder de negociação e obtenção de descontos na aquisição de veículos junto às montadoras. Com base nesta estratégia, a Unidas continuará a expandir seus negócios de terceirização de frotas, visando consolidar cada vez mais sua posição de liderança nesse negócio no Brasil. A estratégia de maior crescimento no segmento de terceirização de frota se mostra positiva. Este segmento tem como característica maiores margens e previsibilidade das receitas, em virtude de operações com contratos de médio a longo prazo (média de 18 meses). Também existem oportunidades no seu negócio de locação de carros, explorando o contínuo crescimento da economia e do fluxo de passageiros em viagens de lazer.

A rentabilidade da Unidas está associada ao sucesso de sua estratégia de precificação do valor de revenda dos veículos e à eficiência na comercialização dos mesmos. A formação dos preços dos

RIO DE JANEIRO

Avenida Rio Branco, 89 – sala 1302, Centro – 20040-004 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil – Tel.: (5521) 4503-2600 – Fax: (5521) 4503-2601

SÃO PAULO

Rua Bela Cintra, 904, 4º andar – Consolação 01415-000 – São Paulo – SP – Brasil – Tel.: (5511) 4504-2600 – Fax: (5511) 4504-2601

aluguéis da frota e dos veículos é baseada na expectativa de depreciação do valor do automóvel, adicionado aos custos de financiamentos e dos serviços prestados, acrescido de remuneração do capital investido. No Brasil, as montadoras não oferecem acordos de recompra garantida dos veículos, ou seja, o risco de revenda da frota fica com a empresa. A Fitch acredita na maior eficiência da Unidas em atuar neste segmento de revenda de seminovos no cenário atual brasileiro de crescimento da renda e grande oferta de crédito. Um cenário mais desafiador, com aumento expressivo das taxas de juros e restrições ao crédito, poderia limitar a capacidade da companhia de comercialização dos veículos nos preços previstos e, por conseguinte, afetar sua capacidade financeira.

A evolução da performance operacional da Unidas foi acompanhada de aumento de endividamento. A dívida total ajustada, em março de 2008, incluindo as obrigações com aluguéis de lojas, era de BRL582 milhões frente a BRL 551 milhões, em 2006, e caixa e aplicações financeiras de BRL79,1 milhões. No mesmo período, as principais linhas de financiamento eram operações de comprar, representando aproximadamente 60% da dívida total e 100% garantidas por veículos. A emissão de debêntures proporcionará a melhora no perfil de dívida da Unidas através do alongamento do prazo médio de vencimento. Em março de 2008, o valor de mercado de sua frota indicava um potencial valor de liquidez de BRL 872,5 milhões com cerca de 60% destes sem nenhuma vinculação a garantias de dívidas.

As medidas de proteção ao crédito da Unidas são aceitáveis para empresas neste segmento de atuação e com esta categoria de rating. A relação dívida total ajustada/EBITDAR foi de 4,8 vezes e a dívida líquida/EBITDAR atingiu 4,1 vezes, nos últimos 12 meses encerrados em março de 2008. A Fitch espera que, para os próximos anos, a Unidas mantenha o grau de cobertura de suas dívidas pelo valor de sua frota próximo ao patamar atual. A agência entende que a elevada alavancagem é parcialmente mitigada pelos recursos a serem disponibilizados com a recorrente desmobilização de sua frota.

O incremento da frota operacional, entre 2005 e 2007, permitiu à Unidas obter um considerável crescimento de suas atividades. Neste período, o número de veículos aumentou 88%, enquanto as receitas líquidas evoluíram 77%, atingindo BRL217 milhões. A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDAR, evoluiu de BRL59 milhões para BRL110 milhões, com a companhia obtendo elevadas margens de EBITDAR de 49% e 47%, respectivamente. Nos 12 meses encerrados em março de 2008, o EBITDAR atingiu 122 milhões, com margem de 48%.

A Unidas é uma companhia especializada em terceirização de frota de veículos e locação de automóveis, com atuação também na revenda dos veículos utilizados em suas operações. A companhia é líder no segmento brasileiro de terceirização de frotas, com 14% de market share, enquanto na locação de carros, detém 5%, posicionando-se entre as quatro maiores do mercado brasileiro. A Unidas possui mais de 32 mil veículos, com idade média de 15 meses. O controle da empresa pertence à SAG Gest S.A, conglomerado português com forte atuação no setor automobilístico.

Contatos: Debora Jalles e Mauro Storino, 55-21-4503-2600, Rio de Janeiro.

Relações com a Mídia: Jaqueline Ramos de Carvalho, 55-21-4503-2623, Rio de Janeiro.

Nota aos Editores:

Ratings Nacionais refletem uma medida relativa da qualidade de crédito de entidades em países cujos ratings soberanos em moeda estrangeira e local estejam abaixo de 'AAA'. Os Ratings Nacionais não são comparáveis internacionalmente, já que o melhor risco relativo dentro de um país é avaliado como 'AAA' e outros créditos são avaliados somente em relação a este. Tais ratings são sinalizados pela adição de um identificador para o país em questão, como 'AAA (bra)' para Ratings Nacionais no Brasil.

Declaração da Emissora nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

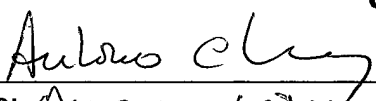


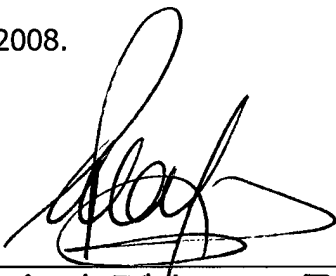
DECLARAÇÃO

Unidas S.A., sociedade com sede na Rua da Consolação, 347, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 04.437.534/0001-30, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"), na qualidade de emissora de 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional, em série única, todas nominativas e escriturais, para subscrição pública, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil Reais), perfazendo o montante de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de Reais) na data de emissão ("Debêntures" e "Emissão"), vem, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400"), declarar, nos termos do art. 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003: que (i) as informações prestadas pela Companhia constantes do Prospecto da Oferta e aquelas fornecidas pela Companhia ao mercado durante todo o prazo de distribuição das Debêntures, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e que venham a integrar o Prospecto da Oferta, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (ii) que o Prospecto da Oferta contém as informações relevantes e necessárias ao conhecimento, pelos investidores, a respeito da Oferta, das Debêntures, da Companhia, de suas atividades, de sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades, a fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e (iii) o Prospecto da Oferta foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 02 de julho de 2008.

Unidas S.A.


Nome: ANTONIO CARLOS
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE


Nome: CARLOS EDUARDO STALAGON
Cargo: CFO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Declaração do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 4º andar (parte), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de coordenador líder (“Coordenador Líder”) da Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, de Emissão da Unidas S.A. (“Oferta” e “Emissora”, respectivamente), vem, pela presente, para tal fim e efeito, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM nº 400 de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”):

DECLARAÇÃO

Considerando que:

- (i) a Emissora e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na Oferta;
- (ii) tendo em vista a Oferta, está sendo efetuada *due diligence* na Emissora, iniciada em 09 de abril de 2008, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo;
- (iii) foram disponibilizados pela Emissora os documentos que a Emissora considerou materialmente relevantes para a Oferta;
- (iv) além dos documentos a que se refere o item (iii) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Emissora, os quais a Emissora confirmou ter disponibilizado;
- (v) a Emissora confirmou ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Emissora para análise do Coordenador Líder, de seus consultores legais e dos auditores, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (vi) o Coordenador Líder participou da elaboração deste Prospecto diretamente e por meio de seus assessores jurídicos;

o Coordenador Líder declara que:

- (a) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Emissora no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, bem como (b) todas e quaisquer informações fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

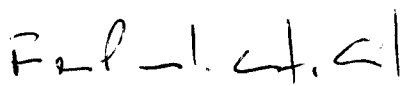
- (b) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Debêntures a serem ofertadas, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e à Instrução CVM 429.

São Paulo, 7 de julho de 2008.

BANCO ITAÚ BBA S.A.



Nome: **Fernando Fontes Nunes**
Cargo: **Diretor**
Investment Banking



Nome: **Francisco Paulo Cote Gil**
Cargo: **Diretor**